



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

**SOCORRO CLÁUDIA TAVARES DE SOUSA**

**A AÇÃO RETÓRICA DE RESENHAR NA COMUNIDADE**  
**JORNALÍSTICA: UM ESTUDO DOS PROPÓSITOS**  
**COMUNICATIVOS E DA AVALIAÇÃO**

**FORTALEZA - CEARÁ**

**2009**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

**SOCORRO CLÁUDIA TAVARES DE SOUSA**

**A AÇÃO RETÓRICA DE RESENHAR NA COMUNIDADE**  
**JORNALÍSTICA: UM ESTUDO DOS PROPÓSITOS**  
**COMUNICATIVOS E DA AVALIAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutora em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elias Soares

**FORTALEZA - CEARÁ**

**2009**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutora em Lingüística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho da tese é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

---

Socorro Cláudia Tavares de Sousa

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Dra. Maria Elias Soares  
Orientadora

---

Dr. Benedito Gomes Bezerra (UPE)  
Primeiro examinador

---

Dra. Antonia Dilamar Araujo (UECE)  
Segunda examinadora

---

Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa (UFC)  
Terceira examinadora

---

Dr. Júlio César Rosa de Araújo (UFC)  
Quarto examinador

---

Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)  
Suplente

---

Dr. Antônio Luciano Pontes (UECE)  
Suplente

Defendida e aprovada em 16/12/2009.

Dedico este trabalho aos meus familiares, de modo especial ao meu marido Franzé Costa, aos meus pais Lourdes e Braguinha e à minha tia Helena Sousa.

Dedico também este trabalho aos meus amigos Francisco das Chagas (*in memoriam*) e Fátima Lemos.

## AGRADECIMENTOS

À professora Maria Elias Soares, minha grande orientadora, que em primeiro lugar aceitou a orientação de meu trabalho e acompanhou todo o desenvolvimento desta pesquisa de forma paciente e com competência ímpar.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio à realização deste trabalho.

Aos professores e às professoras do Programa, por suas valiosas contribuições no meu processo de formação acadêmica, em especial ao professor Júlio César, que trouxe valorosas contribuições teóricas e foi sempre um grande incentivador.

À professora Margarete, à professora Dilamar e ao professor Benedito por suas intervenções valorosas que trouxeram boas direções para esta pesquisa.

À amiga Beth que veio compartilhando comigo todos os benefícios e sacrifícios vivenciados ao longo do curso.

À amiga Kátia que mesmo à distância sempre se faz presente em minha vida.

Ao professor e amigo Luciano que esteve presente em diferentes etapas de minha vida acadêmica.

Às colegas Ednilze, Mirna e Geórgia que vêm demonstrado que a amizade é um caminho que torna a convivência humana mais agradável.

A todos os entrevistados, que aceitaram prontamente participar da pesquisa fornecendo informações sem as quais o trabalho não teria sido possível.

Às doutoras Gisele de Carvalho e Sheila Grillo, que forneceram subsídios teóricos fundamentais para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

O presente trabalho, que se insere na área da Lingüística de Texto, teve como objetivo geral discutir a relação gênero (resenha) e comunidade (jornalística) a partir da análise das categorias propósito comunicativo e avaliação. Para a realização deste objetivo, utilizamos o suporte teórico da área de Análise de Gêneros (SWALES, 1990, 1992, 1993; BAKHTIN, 1990, 1997, 2002), da Retórica (MILLER, 1994a, 1994b), do sistema da Avaliatividade (MARTIN, 2003; MARTIN, WHITE, 2008) e da noção de campo de Bourdieu (1997, 2005) que se insere na área da Sociologia. Mediante a análise de 94 (noventa e quatro) resenhas publicadas em jornais e revistas brasileiras, 15 (quinze) entrevistas com os resenhistas e 06 (seis) questionários com leitores especializados, realizamos uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa no que concerne ao estudo do propósito comunicativo e qualitativa no que se refere ao estudo da avaliação. Esse empreendimento teórico-metodológico foi realizado em três etapas: a elaboração de um esboço para a noção de comunidade jornalística, a identificação de um padrão retórico, de natureza heurística, e a descrição de uma chave dos padrões avaliativos das resenhas não-acadêmicas. Para a construção da noção de comunidade jornalística mobilizamos as condições específicas da esfera de atividade humana, segundo a conceituação de Bakhtin (1990, 1997, 2002), as forças centrípetas e centrífugas da comunidade retórica, segundo o entendimento de Miller (1994a, 1994b), o conjunto perceptível de objetivos e uma seleção de gêneros utilizados pela comunidade discursiva, de acordo com a proposta de Swales (1990, 1992, 1993), as coerções internas e as posições das instituições e dos agentes no campo jornalístico definidos por Bourdieu (1997, 2005). O estudo do propósito comunicativo indicou a presença de propósitos específicos (“apresentar o autor” e “avaliar o autor”), além dos que são ordinariamente conduzidos em resenhas acadêmicas. Observamos também um conjunto de movimentos retóricos específicos. O estudo da avaliação revelou uma maior frequência da Apreciação da obra do que Julgamento do autor, uma baixa frequência da categoria Afeto e a realização de todas as variáveis da categoria Engajamento. Esses resultados nos permitem afirmar que os propósitos comunicativos e a avaliação em resenhas não-acadêmicas são afetados pelas condições de produção da comunidade jornalística.

**Palavras-chave:** resenha, comunidade jornalística, propósito comunicativo, Julgamento, Apreciação.

## ABSTRACT

Situated in the field of Text Linguistics, this study aims to discuss the overall relationship between genre,(specifically book reviews,) and community (specifically the journalistic one), through the analysis of communicative purpose and appraisal categories. In order to achieve this objective, I used the theoretical background of Genre analysis theory (SWALES, 1990, 1992, 1993; BAKHTIN, 1990, 1997, 2002), Rhetorics (MILLER, 1994a, 1994b), the Appraisal system (MARTIN, 2003; MARTIN, WHITE, 2008), and of Pierre Bourdieu's (1997, 2005) notion of field, related to the area of Sociology. On examining a total of 94 (ninety four) book reviews in Brazilian newspapers and magazines, 15 (fifteen) interviews with reviewers, and 06 (six) questionnaires applied to specialist readers, I first conducted quantitative and qualitative analyses, regarding the study of communicative purpose, and then a qualitative analysis, with regard to the study of appraisal. This theoretical and methodological development was carried out in three steps: preparing an outline for the notion of journalistic community, the identification of a rhetorical standard, heuristic in nature, and the description of a key for the appraisal patterns of the non-academic reviews. To produce the notion of the journalistic community I mobilized the specific conditions of the sphere of human activity, according to Bakhtin (1990, 1997, 2002), the centripetal and centrifugal forces of the rhetoric community, according to Miller (1994a, 1994b), the perceptible set of objectives and a selection of genres used in the discourse community, as suggested by Swales (1990, 1992, 1993), and the internal coertions and positions of the agents in the journalistic field, according to Bourdieu (1997, 2005). The study of the communicative purpose indicated the presence of specific purposes ("presenting the author" and "evaluating the author"), other than those usually conducted in academic book reviews. A set of specific rhetorical moves was also observed. The study of appraisal revealed a higher frequency of Appraisal of the book than of Judgement of the author, a low frequency of the category Affect, and manifestation of all the variables of the category Engagement. These results suggest that communicative purposes and appraisal in non-academic book reviews are affected by production conditions of the journalistic community.

**Key words:** book review, journalistic community, communicative purpose, Judgement, Appreciation.

## RESÚMEN

Este trabajo, que se inscribe en el ámbito de la Lingüística del Texto, tiene el objetivo general de discutir la relación entre géneros (reseñas de libros) y comunidad (la periodística) a partir del análisis de las categorías de propósito comunicativo y de valoración. Para alcanzar este objetivo se utilizó de la teoría de Análisis de Género (SWALES, 1990, 1992, 1993; BAKHTIN, 1990, 1997, 2002), de la Retórica (MILLER, 1994a, 1994b), de la teoría de la valoración (MARTIN, 2003; MARTIN, WHITE, 2008) y de la noción de campo de Bourdieu (1997, 2005), que está en el ámbito de la Sociología. Fue realizado el examen de 94 (noventa y cuatro) reseñas de periódicos y revistas publicados en Brasil, 15 (quince) entrevistas con reseñadores y más 06 (seis) cuestionarios aplicados con lectores especializados, y realizamos un estudio de carácter cuantitativo y cualitativo del propósito comunicativo, y un estudio cualitativo de la valoración. Este desarrollo teórico y metodológico fue hecho en tres etapas: la preparación de un esbozo de la noción de comunidad periodística, la identificación de un estándar retórico, de naturaleza heurística, y la descripción de una llave de patrones de la valoración de las reseñas non-académicas. Para definir la noción de la comunidad periodística movilizamos las condiciones específicas de la esfera de actividad humana, según Bajtín (1990, 1997, 2002), de las fuerzas centrífugas y centrípetas de la comunidad retórica, según Miller (1994a, 1994b), el conjunto perceptible de metas y una selección de los géneros utilizados en la comunidad discursiva, según Swales (1990, 1992, 1993), y las limitaciones internas y las posiciones de los agentes en el campo del periodismo, según Bourdieu (1997, 2005). El estudio del propósito comunicativo indicó la presencia de propósito comunicativo específicos (“presentar el autor” y “juzgar el autor”), a más que los que normalmente están en las reseñas académicas. Se observó también un grupo de movimientos retóricos específicos. El estudio de la valoración indicó una frecuencia mayor de la Apreciación del libro que del Juzgamiento del autor, una baja frecuencia de la categoría Afecto, y la manifestación de todas las variables de la categoría Compromiso. Estos resultados nos permiten decir que los propósitos comunicativos y la valoración en reseñas non-académicas son afectados por las condiciones de producción de la comunidad periodística.

**Palabras clave:** reseña de libro, comunidad periodística, propósito comunicativo, Juzgamiento, Apreciación.



## SUMÁRIO

---

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>15</b>
1.1 O cenário da pesquisa .....	15
1.2 A relevância e os objetivos da pesquisa .....	17
1.3 Questões geradoras e hipóteses básicas de estudo.....	23
1.4 Organização retórica da tese.....	24
<b>2 GÊNERO E ESFERA, GÊNERO E COMUNIDADE, GÊNERO E CAMPO: UM OLHAR SOBRE ESSAS RELAÇÕES.....</b>	<b>26</b>
2.1 A perspectiva de Bakhtin.....	26
2.1.1 A noção de gênero do discurso.....	27
2.1.2 A noção de esfera de atividade humana .....	31
2.2 A perspectiva de Carolyn Miller .....	38
2.2.1 A noção de gênero como ação social .....	39
2.2.2 A noção de comunidade retórica .....	46
2.3 A perspectiva de Swales .....	51
2.3.1 A noção swalesiana de gênero.....	52
2.3.2 A noção de comunidade discursiva .....	60
2.4 A perspectiva de Bourdieu.....	65
2.4.1 A visão bourdieusiana de língua.....	67
2.4.2 A noção de campo .....	74
2.5 Em torno da noção de comunidade jornalística: limites e possibilidades .....	85
<b>3 A ABORDAGEM METODOLÓGICA.....</b>	<b>98</b>
3.1 A descrição do cenário .....	98
3.2 Procedimentos da pesquisa.....	111
<b>4 OS PROPÓSITOS COMUNICATIVOS DAS RESENHAS PUBLICADAS EM JORNAIS E REVISTAS BRASILEIRAS.....</b>	<b>121</b>
4.1 Uma breve retrospectiva.....	122
4.2 A construção social do gênero resenha.....	130
4.3 Uma análise dos propósitos comunicativos e dos movimentos retóricos.....	148
4.3.1 O propósito comunicativo de “apresentar a obra” .....	153
4.3.2 O propósito comunicativo de “apresentar o autor” .....	163

4.3.3 O propósito comunicativo de “descrever a obra” .....	165
4.3.4 O propósito comunicativo de “avaliar a obra” .....	172
4.3.5 O propósito comunicativo de “avaliar o autor” .....	185
4.3.6 O propósito comunicativo de “discutir um tema” .....	195
4.3.7 O propósito comunicativo de “recomendar a obra” .....	197
4.3.8 Outros propósitos comunicativos das resenhas não-acadêmicas .....	201
4.4 A relação entre propósito comunicativo e tipo de livro, o produtor e a região .....	205
4.5 Considerações adicionais .....	208
<b>5 O POTENCIAL RETÓRICO DA AVALIAÇÃO EM RESENHAS NÃO-ACADÊMICAS.....</b>	<b>215</b>
5.1 Considerações preliminares sobre avaliação .....	215
5.2 O sistema de Avaliatividade .....	222
5.3 A Atitude em resenhas não-acadêmicas .....	233
5.3.1 A Atitude e o propósito comunicativo de “apresentar a obra” .....	234
5.3.2 A Atitude e o propósito comunicativo de “apresentar o autor” .....	243
5.3.3 A Atitude e o propósito comunicativo de “descrever a obra” .....	247
5.3.4 A Atitude e o propósito comunicativo de “avaliar a obra” .....	251
5.3.5 A Atitude e o propósito comunicativo de “avaliar o autor” .....	262
5.3.6 A Atitude e outros propósitos comunicativos .....	271
5.4 O Engajamento em resenhas não-acadêmicas.....	275
5.4.1 O recurso lingüístico da Negação .....	275
5.4.2 O recurso lingüístico da Contraposição .....	278
5.4.3 O recurso lingüístico da Concordância.....	281
5.4.4 O recurso lingüístico da Pronúncia.....	283
5.4.5 O recurso lingüístico do Endosso .....	285
5.4.6 O recurso lingüístico da Cogitação.....	286
5.4.7 O recurso lingüístico da Atribuição (reconhecimento e distância) .....	288
5.5 A instanciação da avaliação em resenhas não-acadêmicas .....	292
5.6 Considerações adicionais.....	300
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>306</b>
6.1 O que é comunidade jornalística? .....	307
6.2 Quais os propósitos comunicativos conduzidos em resenhas não-acadêmicas? .....	311
6.3 O que e como se avalia em resenhas não-acadêmicas? .....	314

6.4 Implicações teóricas e sugestões de continuidade para futuras pesquisas.....	315
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>318</b>
<b>APÊNDICE 1- Frequência de realização dos propósitos comunicativos .....</b>	<b>326</b>
<b>APÊNDICE 2 – Roteiros de entrevistas e questionário .....</b>	<b>329</b>
Entrevista com o editor.....	329
Entrevista com o resenhista .....	331
Questionário com o leitor especializado.....	333
<b>ANEXO 1 – Exemplos de resenhas.....</b>	<b>338</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Relação entre gêneros e ideologia.....	35
Figura 02: Relações hierárquicas de substância, forma e sentido como ação .....	42
Figura 03: Metáforas do gênero.....	56
Figura 04: Classificação de gêneros quanto ao grau de dialogismo .....	64
Figura 05: Relação entre <i>habitus</i> e estilos de vida .....	76
Figura 06: Perspectivas de análise do discurso escrito.....	103
Figura 07: Um procedimento direcionado pelo texto.....	106
Figura 08: Um procedimento dirigido pelo contexto .....	106
Figura 09: Reformulação do procedimento dirigido pelo contexto. ....	107
Figura 10: Função social da comunidade jornalística .....	123
Figura 11: Modelo de gênero de três níveis .....	125
Figura 12: Colônia de gêneros promocionais .....	127
Figura 13: Sugestão de uma possível constelação de gêneros.....	130
Figura 14: Movimentos retóricos típicos em uma crítica de livros. ....	144
Figura 15: Os registros de linguagem em resenhas .....	146
Figura 16: Propósitos comunicativos e movimentos retóricos identificados em resenhas não-acadêmicas.....	149
Figura 17: Organização retórica das resenhas acadêmicas.....	209
Figura 18: Panorama dos recursos do sistema de Avaliatividade .....	223
Figura 19: Julgamento e Apreciação como afeto institucionalizado.....	224
Figura 20: Tipologia do Julgamento.....	226
Figura 21: Julgamento explícito e implícito .....	227
Figura 22: Tipologia da Apreciação .....	227
Figura 23: Interações entre Atitude evocada e Atitude inscrita.....	229
Figura 24: Níveis de expansão e restrição dialógica .....	231
Figura 25: O contínuo da extravocalização <i>versus</i> intra-vocalização .....	232

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Relação entre comunidade de fala e comunidade discursiva em Swales .....	61
Quadro 02: Quadro comparativo da proposta metodológica de Bhatia.....	105
Quadro 03: Quadro comparativo das propostas metodológicas para a análise de gêneros ....	109
Quadro 04: Proposta de divisão para as resenhas não-acadêmicas .....	214
Quadro 05: A Atitude no propósito comunicativo de “apresentar a obra” .....	235
Quadro 06: Tipos de avaliação realizados no propósito comunicativo de “apresentar a obra” .....	238
Quadro 07: Tipos de avaliação realizados no propósito comunicativo de “apresentar o autor” .....	246
Quadro 08: A Atitude no propósito comunicativo de “descrever a obra” .....	247
Quadro 09: Tipos de avaliação realizados no propósito comunicativo de “descrever a obra” .....	249
Quadro 10: A Atitude no propósito comunicativo de “avaliar a obra” .....	251
Quadro 11: Tipos de avaliação realizados no propósito comunicativo de “avaliar a obra” .....	260
Quadro 12: A Atitude no propósito comunicativo de “avaliar o autor”.....	263
Quadro 13: Tipos de avaliação realizados no propósito comunicativo de “avaliar o autor”..	269
Quadro 14: O recurso da Negação em resenhas não-acadêmicas .....	276
Quadro 15: O recurso da Contraposição em resenhas não-acadêmicas .....	279
Quadro 16: O recurso da Concordância em resenhas não-acadêmicas .....	282
Quadro 17: O recurso da Pronúncia em resenhas não-acadêmicas.....	283
Quadro 18: O recurso do Endosso em resenhas não-acadêmicas .....	285
Quadro 19: O recurso da Cogitação em resenhas não-acadêmicas. ....	286
Quadro 20: O recurso da Atribuição em resenhas não-acadêmicas .....	290
Quadro 21: Chave avaliativa da resenha não-acadêmica. ....	304
Quadro 22: Propósitos comunicativos e movimentos retóricos recorrentes em resenhas não-acadêmicas.....	313

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Constituição do <i>corpus</i> das resenhas. ....	115
Tabela 02: Média de aparecimento dos propósitos comunicativos em resenhas não-acadêmicas. ....	151
Tabela 03: Propósitos comunicativos esperados pelos leitores nas resenhas não-acadêmicas. ....	153
Tabela 04: Frequências e médias dos movimentos retóricos do propósito comunicativo “apresentar a obra”. ....	154
Tabela 05: Frequências e médias dos movimentos retórico do propósito comunicativo “apresentar o autor”. ....	163
Tabela 06: Frequências e médias dos movimentos retóricos do propósito comunicativo “descrever a obra”. ....	166
Tabela 07: Frequências e médias dos movimentos retóricos do propósito comunicativo “avaliar a obra”. ....	172
Tabela 08: Frequências e médias dos movimentos retóricos do propósito comunicativo “avaliar o autor”. ....	186
Tabela 09: Frequências e médias dos movimentos retóricos do propósito comunicativo “discutir um tema”. ....	195
Tabela 10: Frequências e médias dos movimentos retóricos do propósito comunicativo “recomendar a obra”. ....	198
Tabela 11: Estatísticas dos propósitos comunicativos por gênero. ....	205
Tabela 12: Estatísticas dos propósitos comunicativos por produtor. ....	206
Tabela 13: Estatísticas dos propósitos comunicativos por região. ....	207
Tabela 14: Tabela resumitiva dos padrões de avaliação no propósito comunicativo de “apresentar a obra”. ....	242
Tabela 15: Tabela resumitiva dos padrões de avaliação no propósito comunicativo de “apresentar o autor”. ....	246
Tabela 16: Tabela resumitiva dos padrões de avaliação no propósito comunicativo de “descrever a obra”. ....	250
Tabela 17: Tabela resumitiva dos padrões de avaliação no propósito comunicativo de “avaliar a obra”. ....	261
Tabela 18: Tabela resumitiva dos padrões de avaliação no propósito comunicativo de “avaliar o autor”. ....	270
Tabela 19: Frequência de realização da Atitude em resenhas não-acadêmicas. ....	301

## CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### 1.1 O cenário da pesquisa

As investigações lingüísticas em torno dos textos escritos tem palmilhado diferentes percursos. De acordo com Bhatia (2004), é possível visualizar três grandes movimentos: um primeiro em direção aos processos de textualização dos recursos léxico-gramaticais, um segundo que toma como foco a organização (retórica) dos gêneros e um terceiro que gravita em torno da contextualização do discurso.

A primeira etapa caracteriza-se, basicamente, pela análise da superfície textual sem esboçar interesse por aspectos de natureza “contextual”. Esse interesse se explica devido à influência de correntes da Lingüística Formal. Nesse período, era bastante comum a realização de estudos estatísticos de elementos lingüísticos de natureza lexical ou gramatical utilizados em textos de uma dada área disciplinar. Bhatia (2004) também destaca que esse tipo de análise incentivou a produção de investigações de natureza funcionalista que tinham como objetivo pesquisar as funções que esses elementos desempenhavam nos textos escritos. Ao mesmo tempo, alguns pesquisadores (VAN DIJK, 1977, 1985; BEAUGRANDE e DRESSLER, 1981; BROWN e YULE, 1983)<sup>1</sup> tentavam conceitualizar a noção de texto através das lentes da Semântica e da Pragmática. De um modo geral, podemos afirmar que a etapa de textualização dos recursos léxico-gramaticais produziu resultados que apresentavam padrões gerais de organização textual (coesão, coerência, macroestruturas, dentre outros objetos de estudo) em detrimento de investigações específicas sobre os gêneros do discurso.

A segunda etapa enfoca maiores extensões do texto e se caracteriza pela tentativa de identificar as regularidades da organização textual, vislumbradas na perspectiva de *move* de Swales (1990). Esses “padrões” de organização textual estão associados com os propósitos comunicativos do gênero, ao mesmo tempo em que são concebidos dentro de uma panorama sócio-cognitivo. Essas “regularidades de organização” textual são utilizadas com a finalidade de interpretar como os membros de uma dada comunidade profissional constroem e usam os textos. O texto, nessa etapa, é visto em uma perspectiva de gênero e surge, ainda, um interesse em investigar o contexto imediato em que o gênero está inserido. Bhatia (2004) destaca a

---

<sup>1</sup> As referências fornecidas por Bhatia (2004) são: VAN DIJK, T. **Text and context: explorations in the semantics and pragmatics of discourse**. London: Longman, 1977.; VAN DIJK, T. **Handbook of discourse analysis**. London: Academic Press, 1985. 2v.; BEAUGRANDE, R. A.; DRESSLER, W. U. **Introduction to text Linguistics**. London: Longman, 1981.; BROWN, G.; YULE, G. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

pesquisa de Swales (1981)<sup>2</sup> sobre a introdução de artigos científicos como uma das principais contribuições desse período.

Essa etapa é bastante profícua na medida em que gerou o surgimento de várias tendências no estudo de gêneros, tais como: a Escola Americana representada nos trabalhos de Miller (1994) e Bazerman (1994), a Escola de Sydney que é conhecida por sua abordagem sistêmico-funcional e tem em Martin (1993) como um lídimo representante e a Escola Britânica de Lingüística Aplicada desenvolvida pelos estudos de Swales (1981, 1990) e Bhatia (1983, 1993)<sup>3</sup>. É nesse período que a área de Análise de Gêneros encontrou seu momento de popularidade dentro da ciência lingüística. Segundo Bhatia (2004, p. 10):

A análise do discurso como gênero nessa fase rapidamente se transformou em uma conjuntura popular para a investigação de gêneros convencionalizados ou institucionalizados no contexto de práticas disciplinares e institucionais específicas, de procedimentos e culturas disciplinares com a finalidade de compreender como os membros de comunidades específicas constroem, interpretam e usam esses gêneros para atingir os objetivos da comunidade e por que eles escrevem da forma como escrevem.<sup>4</sup>

Um dos direcionamentos dessa etapa foi a análise do mundo real do discurso através da investigação de objetos de estudo dinâmicos e complexos como a mistura de gêneros, o desenvolvimento histórico dos gêneros, sistemas de gêneros, constelação de gêneros, dentre outros. Outro direcionamento produziu um interesse em aprofundar o conhecimento dos fatores contextuais mais amplos, tais como: poder, ideologia, estrutura social e categorias afins.

O terceiro movimento incorpora algumas preocupações que são: analisar os aspectos sócio-cognitivos e multi-dimensionais do gênero, e, estudar o discurso como instrumento de poder e de controle social. Alguns pesquisadores se detiveram no estudo dos gêneros dentro de contextos disciplinares e profissionais, enquanto que outros se concentraram em investigar o contexto em um sentido mais amplo. Essas preocupações se encorpam e ficaram conhecidas dentro da Lingüística como a área da Análise Crítica do

---

<sup>2</sup> A referência fornecida por Bhatia (2004) é: SWALES, J. M. **Aspects of article introductions**. Aston ESP Research Report No. 1, Language Studies Unit, University of Aston in Birmingham, UK, 1981.

<sup>3</sup> As referências fornecidas por Bhatia (2004) são: BAZERMAN, C. Systems of genres and the enhancement of social intentions. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. **Genre and new rhetoric**. London: Taylor and Francis, 1994.p. 79-101.; MARTIN, J. R. A contextual theory of language. In: \_\_\_\_\_ **The powers of literacy** – a genre approach to teaching writing. Pittsburgh: university of Pittsburgh Press, p. 116-36.; BHATIA, V. K. Simplification v. easification: the case of legal texts. **Applied Linguistics**. 4/1, 1983. p. 42-54. As demais referências já foram descritas em notas de rodapé anteriores ou se constituíram fontes de nossa pesquisa.

<sup>4</sup> “Analyzing discourse as genre in this phase rapidly became a popular framework for the investigation of conventionalized or institutionalized genres in the context of specific institutional and disciplinary practices, procedures and cultures in order to understand how members of specific discourse communities construct, interpret and use these genres to achieve their community goals and why they write them they way they do.” (BHATIA, 2004, p. 10, tradução nossa).



Discurso.

O panorama desenhado por Bhatia (2004) tem a vantagem de configurar em blocos as diferentes pesquisas lingüísticas realizadas em textos escritos, permitindo-nos discernir dentro de uma nebulosa conjuntura diferentes linhas de orientação no estudo dos textos escritos. Por outro lado, ao divisar esse panorama o próprio autor reconhece a limitação no estabelecimento das fronteiras<sup>5</sup>. Talvez a percepção de estar lidando com um campo ainda em construção e de estar vislumbrando diferentes tratamentos dados ao estudo do gênero do discurso é que Bhatia (2004) elabora um modelo denominado multi-perspectiva. Esse modelo, em nosso ponto de vista, é de natureza heurística e tenta captar as diferentes nuances de análise de um gênero, seja em um direcionamento textual, sócio-cognitivo, ou ainda, social. Uma vantagem de seu modelo é que as análises de gênero não precisam necessariamente se restringirem a um desses espaços. Nesse sentido, o autor propõe uma análise que tenha um caráter complementar e não excludente.

Considerando, essa perspectiva de análise de gênero que, a nosso ver, é inaugurada por Bhatia (2004) é que inserimos o presente trabalho. Assim, pretendemos dar continuidade a um veio de pesquisas que estuda os gêneros das esferas públicas profissionais (cf. BHATIA, 1993, por exemplo), investigando a relação entre gênero e “comunidade jornalística” a partir do estudo das categorias propósito comunicativo e avaliação. Nosso empreendimento tem a árdua tarefa de explorar diferentes níveis de análise, não se limitando apenas ao estudo da estrutura textual<sup>6</sup>.

## 1.2 A relevância e os objetivos da pesquisa

A relação entre gênero e comunidade não é uma temática nova dentro da área de Lingüística, em “Os gêneros do discurso”, Bakhtin (1997) propõe uma distinção entre gêneros primários e secundários a partir dessa relação. Contudo, o próprio autor não aprofunda a vinculação entre esses construtos, apenas a apresenta de forma generalizada, ao afirmar, por exemplo, que o conteúdo temático, o estilo e a estrutura composicional sofrem influências das esferas de usos da linguagem. A abordagem filosófica dada à temática, restringiu-se a

---

<sup>5</sup> A título de ilustração, ressaltamos a tentativa empreendida também por Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005) em mapear os trabalhos realizados sobre gêneros ao prefaciarem a obra “Gêneros: teorias, métodos e debates”. Os autores não tiveram facilidade em estabelecer uma “divisão” para o estudo dos gêneros, daí optaram por elaborar, de forma didática, três grandes abordagens: as sócio-semióticas, as sócio-retóricas e as sócio-discursivas.

<sup>6</sup> Esse aspecto será mais bem explorado no capítulo 3 que trata dos procedimentos metodológicos.

reflexões em torno dos gêneros que são realizados em esferas de natureza pública e de natureza privada. O desenvolvimento da sociedade, seja no aspecto social, econômico, tecnológico, por exemplo, propiciou a criação de diferentes formas de interação verbal e conseqüentemente houve o aparecimento, transmutação e desaparecimento de gêneros do discurso que cumprem diferentes funções sociais em diversas esferas da atividade humana. Nesse sentido, consideramos que a abrangência da noção de esfera de Bakhtin (1990, 1997, 2002) nos permite refletir sobre a relação entre gêneros em outros “espaços sociais” como o jornalístico.

Miller (1994a, 1994b), por sua vez, ao elaborar a noção de gênero como “artefato cultural” estabelece uma íntima relação com a noção de comunidade retórica, de modo que os gêneros se consituem uma das forças unificadoras da comunidade. De acordo com a autora, a retórica tem um importante papel na formação da comunidade, bem como a comunidade compartilha uma dada retórica (MILLER, 1993b). Considerando essa relação interdependente, em que medida os gêneros que são produzidos na “comunidade jornalística” representam esta comunidade? Não seriam eles interculturais na medida em que perpassam diferentes culturas? Será que a relação entre gênero e comunidade caracterizada por Miller (1994b) guarda adequação com a relação gênero (resenha) e comunidade (jornalística)? Essas questões conduzem à necessidade de refletir sobre o estatuto da relação entre gênero (resenha) e comunidade (jornalística) dentro desse construto teórico.

Swales (1990, 1992), por seu turno, ao elaborar a noção de comunidade discursiva afirma que os gêneros pertencem às comunidades. Essa relação de pertinência dá aos gêneros um *status* de “eventos comunicativos” na medida em que é através deles que os membros de uma dada comunidade realizam os propósitos comunicativos sociais e individuais. O problema que se coloca na relação proposta pelo autor é que os critérios caracterizadores da noção de comunidade discursiva parecem não se adequar ao de “comunidade jornalística”. Nesse sentido, como pensar os gêneros como não pertencendo a suas respectivas comunidades discursivas? Até que ponto, seus critérios são “fechados” demais que não permitem a identificação da “comunidade jornalística” como sendo discursiva? Que adequações se fazem necessárias? Essas reflexões nos estimulam a explorar essa relação, considerando a resenha e a “comunidade jornalística”.

Sobre a relação gênero e “comunidade jornalística”, Bonini (2002) já havia encontrado dificuldades na caracterização da comunidade jornalística como discursiva. Por isso, elaborou a noção de comunidade complexa que abrangeria os gêneros terciários ou

transcomunitários, pois esta envolvia processos de comunicação de massa. A proposta de Bonini (2002) é coerente, mas consideramos que essa relação necessita de maiores reflexões tendo em vista que o autor utilizou-se apenas do critério da “reversibilidade discursiva dos participantes” na composição de sua proposta classificatória.

Para fortalecer a discussão em torno da relação gênero e “comunidade jornalística”, trazemos também à baila a noção de “campo” proveniente da Sociologia de Bourdieu (1997, 2005, 2007). Essa escolha se justifica pelo fato de que esse aparato teórico nos permite um olhar sociológico para o nosso objeto de estudo, como também o fato de o autor ter dissecado as características do campo jornalístico, auxiliando-nos na busca de relações entre o funcionamento do campo e os propósitos comunicativos e a avaliação em resenhas. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que as resenhas não-acadêmicas não podem se constituir da mesma forma que as resenhas produzidas em outra comunidade, tal como a científica. Não queremos, por outro lado, afirmar que as resenhas não-acadêmicas não tenham pontos de convergência com essas, mas objetivamos investigar, a partir das categorias selecionadas, que especificidades caracterizam nosso objeto de estudo.

Através da presente pesquisa também será possível estabelecer uma interface entre a Sociologia e a Lingüística na medida em que buscamos relacionar as noções de propósito comunicativo e de avaliação em resenhas com o contexto de produção. Ressaltamos que o quadro teórico de Bourdieu é bastante empregado na área das Ciências Sociais seja em pesquisas sociológicas, antropológicas e históricas, e, sua utilização na presente pesquisa, que está inserida na área de Lingüística de Texto, revela uma possibilidade que se abre nas pesquisas sobre Análise de Gêneros haja vista buscarmos relacionar os componentes lingüísticos e componentes sociais na análise de resenhas. Essa tendência vem gerando o desenvolvimento de algumas áreas dentro do campo lingüístico, como é o caso da área de Análise do Discurso que é de natureza interdisciplinar. Na área de Lingüística de Texto já é possível vislumbrar alguns diálogos com a Psicologia Cognitiva, por exemplo. Este trabalho permite, portanto, que se estabeleça mais um canal de comunicação na Lingüística de Texto.

Outro aspecto que vem corroborar a relevância desta pesquisa é a revisitação da categoria propósito comunicativo na área de Análise de Gêneros. Depois de Swales, em seu trabalho de 1990, apontar esse critério como elemento definidor do gênero, em seguida autores como Bhatia (1997) estabelecerem níveis de descrição genérica, baseando-se nos propósitos comunicativos, e, novamente essa categoria ser retomada por Askehave e Swales (2001) e Swales (2004), consideramos que utilizar a noção de propósito comunicativo pode

implicar contribuições de nível teórico/metodológico tendo em vista que a descrição dos propósitos comunicativos é capaz de agrupar ou diferenciar gêneros. Em nosso trabalho, buscaremos identificar que propósitos são materializados em resenhas não-acadêmicas e que as particularizam.

No que se refere ao enfoque dado ao gênero resenha, constatamos uma produção significativa desse gênero no espaço acadêmico. As teses de Motta-Roth (1995), de Araújo (1996) e de Carvalho (2002), bem como a dissertação de Bezerra (2001) desvendaram as resenhas acadêmicas sob diferentes perspectivas, seja com um enfoque mais textual, seja sob um enfoque que busque integrar o textual e o contextual. Um ponto de contato em todas as pesquisas é a descrição da distribuição das informações: Motta-Roth (1995) apresenta a organização retórica de resenhas produzidas em inglês na área de Química, Linguística e Economia; Araújo (1996) de resenhas produzidas em inglês na área de Linguística Aplicada; Bezerra (2001) de resenhas produzidas em português por escritores proficientes e alunos na área de Teologia; e Carvalho (2002) de resenhas produzidas em português e em inglês na área de Teoria da Literatura.

De maneira geral, podemos afirmar que as diferentes descrições retóricas reveladas nessas pesquisas deixa-nos entrever a correlação entre o gênero do discurso com o contexto de produção, de distribuição e de consumo. Essa afirmação pode ser ilustrada através das pesquisas de Bezerra (2001) e de Motta-Roth (1995), por exemplo. A primeira apresenta duas estruturas retóricas para resenhas acadêmicas, um padrão produzido por alunos e outro por especialistas, enquanto que a segunda reconheceu diferenças retóricas advindas de diferentes configurações em contextos disciplinares diversos (Linguística, Química e Economia).

Sobre as resenhas não-acadêmicas, citamos os trabalhos de Barbare (2002), de Mello (2002), de Carvalho (1998, 2006) e de Angelo (2005). A pesquisa de Barbare (2002) tem como objeto de estudo a resenha de filmes e a de Mello (2002) a resenha de músicas e ambas fazem uma caracterização de seus respectivos gêneros com o fito de sugerir propostas para o ensino da leitura e da escrita. Por conta de suas intenções pedagógicas, as autoras não aprofundaram a descrição dos gêneros. Já Carvalho (1998) explorou o universo das resenhas de filmes sob três enfoques, a saber: a organização retórica, os recursos persuasivos e as estratégias metadiscursivas interpessoais empregadas pelos resenhistas. Nessa pesquisa, a autora centralizou sua investigação na comparação entre resenhas oriundas de diferentes sistemas retóricos, a saber: o inglês e o português. Seu estudo revelou que os textos escritos

em inglês e em português apresentam similaridades em dois aspectos: na estrutura genérica e nos recursos persuasivos utilizados pelos resenhistas. Por outro lado, os textos diferem no uso das estratégias metadiscursivas. Embora esses trabalhos tenham explorado resenhas, o objeto de análise eram resenhas de filmes e de músicas, diferenciando-se assim do nosso objeto de estudo – resenhas de livros. As contribuições advindas destas pesquisas nos possibilitam adentrar no domínio das resenhas não-acadêmicas e conhecer, de alguma forma, o ato de resenhar na comunidade jornalística.

Especificamente sobre resenhas de livros, destacamos os trabalhos de Carvalho (2006) e Angelo (2005). O primeiro analisou o fenômeno da avaliação sob a ótica das categorias propostas por Martin (2000)<sup>7</sup>. Os resultados dessa investigação representaram um generoso ponto de partida para a elaboração de nossa hipótese sobre a avaliação do autor e da obra em resenhas não-acadêmicas. Contudo, apesar da relevância desse estudo para a presente pesquisa, pois lançou luzes sobre o tópico da avaliação que será explorado, os resultados ainda se apresentam incipientes haja vista a autora ter utilizado um *corpus* constituído apenas de resenhas de livros de duas revistas brasileiras.

A tese de Angelo (2005), inserida na área de Educação, tem como objetivo geral investigar de que forma a informação e análise jornalísticas contidas em resenhas contribuem para as práticas de leitura. Os resultados da pesquisa apontaram a existência de um leitor implícito caracterizado por uma natureza elitista que se baseia em padrões culturais do Ocidente. A contribuição deste trabalho para a presente pesquisa está na apropriação desta noção de leitor, favorecendo, assim, nossos conhecimentos sobre a construção da relação autor – leitor em resenhas produzidas em jornais brasileiros<sup>8</sup>. Embora não tenhamos como objetivo investigar essa relação, a análise da avaliação, inevitavelmente, nos permitirá desvelar a relação interpessoal entre resenhistas e leitores que é construída em resenhas não-acadêmicas.

Considerando a abordagem dada às resenhas não-acadêmicas nos trabalhos anteriormente citados, acreditamos que a investigação sobre os propósitos comunicativos e sobre a avaliação tem a possibilidade de mostrar o objeto de estudo sob uma nova perspectiva, não apenas pela descrição das categorias acima indicadas, mas também pela relação que se

---

<sup>7</sup> A obra citada por Carvalho (2003) é: MARTIN, J. R. Beyond exchange: appraisal systems in English. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (Eds.). **Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 142-175.

<sup>8</sup> O *corpus* de Angelo (2005) foi composto por 08 (oito) resenhas de livros oriundos dos jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil. O *corpus* desta pesquisa também é constituído de resenhas dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo.

pretende explorar entre resenha e “comunidade jornalística”. Esperamos, outrossim, dar continuidade a um veio de pesquisas que vem sendo desenvolvida na área de Análise de Gêneros, bem como fomentar as reflexões em torno das relações entre texto e “contexto”.

Sobre o estudo da avaliação em textos jornalísticos, destacamos as pesquisas de Iedema, Feez e White (1994), White (1998) e Martin e White (2008). De um modo geral, podemos afirmar que esses trabalhos se preocuparam em categorizar diferentes tipos de padrões avaliativos presentes no discurso jornalístico. Essas pesquisas levaram a identificação de três “chaves” avaliativas que são a “voz” do repórter, a “voz” do comentarista e a “voz” do correspondente, bem como possibilitaram a reflexão em torno da “objetividade”<sup>9</sup> do discurso jornalístico e em torno dos rótulos que designam esses gêneros<sup>10</sup>. Os padrões de avaliação encontrados revelaram diferentes configurações do uso da linguagem no que se refere às categorias de Afeto, Julgamento e Apreciação. Através da presente pesquisa pretendemos investigar como se configuram os padrões de avaliação em resenhas não-acadêmicas produzidas no contexto retórico brasileiro, haja vista os trabalhos acima indicados se referirem ao contexto retórico de língua inglesa e não terem inserido em seus *corpora* resenhas de livros.

As razões apresentadas nesta seção justificam a importância de realização da presente pesquisa que está assentada no seguinte objetivo geral: **discutir a relação gênero (resenha) e comunidade (jornalística) a partir da análise das categorias propósito comunicativo e avaliação**. Este objetivo geral, por sua vez, está subdividido, em três objetivos específicos, a saber:

- Refletir sobre o conceito de “comunidade jornalística” a partir do construto de Bakhtin sobre esfera da atividade humana, de Miller sobre comunidade retórica, de Swales sobre comunidade discursiva e de Bourdieu sobre campo;
- Investigar os propósitos comunicativos utilizados pelos resenhistas na condução das informações em resenhas não-acadêmicas;
- Analisar os padrões de avaliação em resenhas não-acadêmicas e seus respectivos efeitos retóricos.

---

<sup>9</sup> Segundo Iedema, Feez e White (1994), diferentes domínios sociais apresentam diversas convenções de “objetividade”, ou seja, a objetividade do discurso jornalístico não é a mesma objetividade do discurso acadêmico.

<sup>10</sup> Em inglês, os gêneros jornalísticos são tradicionalmente categorizados como “news”, “analysis” e “comment/opinion” que em português parece corresponder aos gêneros informativos, interpretativos e opinativos.

### 1.3 Questões geradoras e hipóteses básicas de estudo

As questões da presente pesquisa partem de alguns pressupostos da área de Análise de Gêneros que são: o propósito comunicativo é uma das principais categorias no processo de análise de um gênero (SWALES, 1990; BHATIA, 1993); as variações que podem ser identificadas nos gêneros estão associadas com os diferentes cenários sociais em que os gêneros se realizam (BHATIA, 2004); os gêneros realizam os objetivos sociais das comunidades que os utilizam (MILLER, 1994b; SWALES, 1990; BHATIA, 2004); e o conjunto de opções lingüísticas utilizados pelos falantes/escritores revelam as relações intersubjetivas entre os interlocutores e materializam diferentes efeitos retóricos (WHITE, 2001a). Considerando esses aspectos elaboramos o seguinte problema central: **que variações em relação ao propósito comunicativo e à avaliação podem ser identificadas em resenhas publicadas em jornais e em revistas brasileiras como resultado das condições de produção na “comunidade jornalística”?** Essa problematização geral será respondida a partir da investigação das seguintes questões:

- Como a “comunidade jornalística” pode ser caracterizada a partir das linhas teóricas desenvolvidas na noção de esfera da atividade humana de Bakhtin, na noção de comunidade retórica de Miller, na noção de comunidade discursiva de Swales e na noção de campo de Bourdieu?
- Quais os propósitos comunicativos empregados pelos resenhistas na condução das informações em resenhas não-acadêmicas?
- Quais os padrões de avaliações utilizados pelos resenhistas em resenhas não-acadêmicas e quais seus respectivos efeitos retóricos?

Essas questões conduziram a elaboração das seguintes hipóteses que, por sua vez, estão fundamentadas no suporte teórico utilizado e na literatura sobre o gênero em estudo, seja da área de Lingüística ou de outras áreas, e na literatura sobre o sistema de Avaliatividade:

- As condições e finalidades específicas da esfera de atividade humana de Bakhtin, a virtualidade e as forças centrípetas e centrífugas da comunidade retórica de Miller, o conjunto perceptível de objetivos e uma seleção de gêneros utilizados da comunidade discursiva de Swales, as coerções internas e as posições dos agentes no campo jornalístico de Bourdieu se constituem elementos que considerados em conjunto podem caracterizar a

noção de “comunidade jornalística”.

- As resenhas não-acadêmicas realizam uma gama de propósitos comunicativos que são: avaliar a obra, descrever a obra, discutir um tema, descrever o autor e avaliar o autor.
- As resenhas não-acadêmicas materializam a Atitude a partir das categorias Afeto, Julgamento do autor e Apreciação da obra, bem como o resenhista materializa seu Engajamento em resenhas não-acadêmicas através das variáveis de Cogitação, de Negação, de Contraposição, de Declaração e de Endosso, realizando os efeitos retóricos de alinhar-se com um putativo leitor, de apresentar-se como um especialista, de compartilhar responsabilidade ou de desafiar uma voz externa ou realocar ou suplantando um dado ponto de vista.

#### **1.4 A organização retórica da tese**

A organização retórica da presente pesquisa está dividida em 05 (cinco) capítulos, desconsiderando as considerações iniciais. No segundo capítulo, discutimos a relação entre gênero e esfera da atividade humana em Bakhtin (1990, 1997, 2002), entre gênero e comunidade retórica em Milller (1994a, 1994b), entre gênero e comunidade discursiva em Swales (1990, 1992, 1993), bem como utilizamos essas reflexões para compreender a relação entre resenha e “comunidade jornalística”. Como nos propomos também a refletir sobre a noção de “comunidade jornalística”, incluímos em nosso aparato teórico a noção de campo de Bourdieu (1997, 2005, 2007). Alguns dos aspectos constitutivos da noção de esfera de atividade humana, de comunidade retórica, de comunidade discursiva e de campo nos permitiram construir um esboço sobre a noção de “comunidade jornalística”.

No terceiro capítulo, fizemos uma breve incursão por algumas das principais metodologias utilizadas no processo de análise de gêneros, a saber: Paré e Smart (2003), Bhatia (1993, 2004), Askhave e Swales (2001) e Swales (2004). Em outro momento, definimos o percurso metodológico utilizado para a consecução dos objetivos propostos desta pesquisa, baseamo-nos em alguns dos procedimentos sugeridos pelos autores mencionados.

No quarto capítulo, apresentamos uma resenha sobre a noção de propósito comunicativo, demonstrando sua utilização em diferentes pesquisas e como esta categoria é “sensível” às alterações de contexto. Em seguida, discutimos, de forma breve, a construção social da resenha não-acadêmica, descrevendo as percepções sociais dos resenhistas sobre Jornalismo Cultural, as condições de produção da resenha na comunidade jornalística, as



funções desempenhadas pelos resenhistas e a imagem que estes têm de seu público-leitor. Detemo-nos também na análise das “funções” e organização retórica das resenhas, comparando as informações fornecidas pelos entrevistados com o que diz a literatura da área de Jornalismo e de Lingüística. Por fim, discutimos os resultados obtidos na análise textual das resenhas e das declarações dos informantes e dos dados quantitativos sobre os propósitos comunicativos e movimentos retóricos que são conduzidos em resenhas não-acadêmicas.

No quinto capítulo, apresentamos uma visão global sobre o que seja “avaliação”, definindo suas funções, os diferentes pontos de vista na identificação da avaliação e os parâmetros da avaliação. Em seguida, realizamos uma revisão da literatura sobre o sistema de Avaliatividade proposto por White (2001a, 2001b, 2001c, 2001d, 2001e, 2001f), por Martin (2003) e por Martin e White (2003, 2008). Por fim, investigamos os padrões de avaliação nos propósitos comunicativos das resenhas não-acadêmicas, bem como seus possíveis efeitos retóricos<sup>11</sup>. E no sexto capítulo, sintetizamos os resultados obtidos na presente pesquisa, bem como apresentamos as lacunas deixadas e sugestões de continuidade para futuras investigações.

---

<sup>11</sup> Optamos por integrar a fundamentação teórica com a análise, por isso apresentamos no quarto capítulo uma seção que explora a noção de propósito comunicativo e no quinto capítulo duas seções que abordam o que pode ser compreendido por avaliação e a descrição do sistema de Avaliatividade.

## **CAPÍTULO 2: GÊNERO E ESFERA, GÊNERO E COMUNIDADE, GÊNERO E CAMPO: UM OLHAR SOBRE ESSAS RELAÇÕES**

Ao nos propormos pesquisar o universo das resenhas que são publicadas em jornais e revistas brasileiras, sentimos necessidade de incluir nessa investigação a noção de esfera, pois partimos do pressuposto bakhtiniano de que os gêneros não estão descolados das esferas de atividade. Na realidade, foi a noção de esfera de Bakhtin (1990, 1997, 2002) que nos gerou inquietações e nos impulsionou a discutir a relação entre gênero e “comunidade jornalística”. Acrescentamos nessa discussão as noções de gênero e comunidade retórica de Miller (1994a, 1994b) e de gênero e comunidade discursiva de Swales (1990, 1992, 1993).

Tendo em vista que nos debruçávamos sobre o universo jornalístico, consideramos inevitável incluir também nessa reflexão a noção de campo elaborada por Bourdieu (1997, 2005, 2007). A inserção do autor em nossa pesquisa justifica-se por diversas razões e dentre elas, as seguintes: a nossa compreensão de gênero do discurso como uma noção que não é estritamente lingüística, mas também social, daí a possibilidade de inserir em nossa investigação aparatos teóricos de outras áreas; e o fato de que a análise fornecida pelo autor para campo jornalístico nos fornece subsídios para compreendermos melhor o funcionamento do contexto de produção do gênero resenha não-acadêmica.

A opção teórica de selecionarmos Bakhtin (1990, 1997, 2002), Miller (1994a, 1994b) e Swales (1990, 1992, 1993) também se explica pelo fato de que suas noções coadunam-se com a concepção de língua adotada na presente pesquisa, ou seja, a língua como “lugar” de ação ou interação; e pelo fato de que concebemos as resenhas não-acadêmicas como uma ação languageira de natureza sócio-discursiva vinculada a uma determinada esfera ou comunidade, refletindo as crenças e valores dessa esfera ou comunidade.

Dadas as explicações de nossas escolhas teóricas, nos propomos, no presente capítulo, refletir sobre a relação entre gênero e esfera, gênero e comunidade retórica, gênero e comunidade discursiva, bem como refletir sobre a noção de “comunidade jornalística” a partir dos construtos de esfera de atividade humana em Bakhtin, de comunidade retórica de Miller, de comunidade discursiva de Swales e de campo de Bourdieu.

### **2.1 A perspectiva de Bakhtin**

Pode-se afirmar que o campo da Lingüística ampliou-se a partir dos escritos de

Bakhtin, isso porque suas reflexões embutem a consideração das dimensões extraverbais dos textos e deixam evidente o postulado de que não se pode dissociar a língua das relações sociais, isto é, a língua reflete e refrata as complexas relações dentro da sociedade. Essa afirmação é bastante clara em Bakhtin (2002), na medida em que o referido autor caracteriza o signo lingüístico como um índice de valor. Nesse sentido, o centro organizador de toda expressão é o meio social, daí a natureza da língua estar pautada pelo fenômeno social da interação verbal. Para Bakhtin, a relação entre linguagem e sociedade é compreendida como uma inter-relação dinâmica e complexa de tal forma que “as relações sociais evoluem, depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua” (BAKHTIN, 2002, p. 124).

Dentro dessa perspectiva, o autor posiciona-se criticamente contra duas correntes do pensamento filosófico-lingüístico da época: o objetivismo abstrato e o subjetivismo individualista. Bakhtin (2002) questiona ambas, uma por considerar a língua um fenômeno estável cuja substância são as formas lingüísticas (objetivismo abstrato), outra por considerar a língua como fenômeno estético cuja substância é o ato de criação individual (subjetivismo individualista).

Segundo Bakhtin (2002), essas concepções de língua restringem a visão que podemos ter dos objetos lingüísticos, pois ora nos fixamos na psicologia individual, ora no sistema lingüístico. Para o autor, a língua só pode ser estudada dentro do meio social. Partindo dessa orientação, Bakhtin (1997, 2002) vai tecendo um conjunto de noções que possibilitaram a construção de uma dimensão sociológica e dialógica da língua e dentre elas a de gêneros do discurso e de esfera de atividade humana.

### **2.1.1 A noção de gênero do discurso**

A abordagem dada por Bakhtin (1997) aos gêneros do discurso representou uma mudança na rota dos estudos sobre os gêneros, tendo em vista que o autor estabeleceu o critério da interação verbal como parâmetro de análise. A esse respeito, se posiciona Machado (2005, p. 152) ao afirmar que “[...] aqui as relações interativas são processos produtivos de linguagem. Conseqüentemente, gêneros e discursos passam a ser focalizados como esferas de uso da linguagem verbal ou da comunicação fundada na palavra.”.

A concepção de “gêneros como esferas de usos da linguagem”, abre espaço para o

surgimento de uma noção que permeia a obra de Bakhtin e é conceituada por Morson e Emerson (2008, p. 33) denominada “esfera prosaica”. A “esfera prosaica” representa uma esfera “[...] muito mais ampla do que a teoria da literatura: é uma forma de pensar que pressupõe a importância do cotidiano, do comum, do ‘prosaico’”. Dentro dessa perspectiva, são trazidas à baila as práticas discursivas realizadas em diferentes esferas de atividade humana. Ao discorrer sobre a noção de esfera, Bakhtin não almejou opor poesia e prosa, sua intenção foi mais abrangente na medida em que abriu a possibilidade de se analisarem os gêneros dentro de um sistema teórico coerente com as formas de interação vigente. Segundo Machado (2005, p. 152):

Graças a essa abertura conceitual é possível considerar as formações discursivas do amplo campo da comunicação mediada, seja aquela processada pelos meios de comunicação de massas ou das modernas mídias digitais, sobre o qual, evidentemente, Bakhtin nada disse mas para o qual suas formulações convergem.

Partindo dessa perspectiva, ao explicar a noção de gênero do discurso, Bakhtin (1997) põe em evidência a relação desse construto com o de esfera. Nesse sentido, a utilização da língua está intimamente relacionada às esferas da atividade humana na medida em que os gêneros do discurso incorporam, quer seja através do conteúdo temático, do estilo e/ou da construção composicional<sup>12</sup>, as características de cada uma dessas esferas de atividade. Segundo Bakhtin (1997, p. 279), “esses três elementos (conteúdo, estilo e construção composicional) fundem-se indissolúvelmente no *todo*<sup>13</sup> do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação.”.

No que se refere ao estilo, o autor afirma que “cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos” (BAKHTIN, 1997, p. 284-285). Dentro dessa perspectiva, pensemos em alguns gêneros acadêmicos, como os artigos científicos, as monografias, as dissertações e as teses, e seu estilo formal materializado nas formas de apresentação das pessoas do discurso (1ª pessoa do plural ou 3ª pessoa do singular). Essas marcas de “ausência” de subjetividade podem revelar nestes gêneros aspectos que caracterizam essa dada esfera de atividade humana, tais como: a “neutralidade” do pesquisador e o afastamento necessário diante de seu objeto de estudo. Daí, ratificarmos o postulado de Bakhtin de que os elementos constituintes dos gêneros do discurso (o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional) estão, por sua vez, intimamente imbricados com as esferas a que pertencem.

---

<sup>12</sup> Optamos por não nos deter em explorar cada um dos elementos constitutivos dos gêneros do discurso, tendo em vista que o nosso foco de análise centra-se na relação entre gênero do discurso e esfera.

<sup>13</sup> Destaque dado pelo autor.

O autor é mais categórico nesse postulado quando afirma que “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAHK TIN, 1997, p. 279). Assim, a relação estabelecida por Bakhtin (1997) entre esfera de atividade humana e gêneros do discurso é diretamente proporcional à medida que as esferas se alteram, os gêneros do discurso também se modificam, estabelecendo um movimento harmônico entre essas duas noções.

Ilustrando a estreita relação entre gêneros do discurso e esferas de atividade humana, Bahktin (1997) apresentou-nos uma diferenciação entre gêneros primários e secundários. Os gêneros primários são denominados pelo autor como gêneros simples, pois estão relacionados a situações privadas de uso. Ao contrário, os gêneros secundários estão vinculados a situações mais complexas de comunicação social. A nosso ver, essa divisão representa uma tentativa seminal para tentar estabelecer uma aproximação mais efetiva entre esfera de atividade humana e gêneros do discurso porque aponta para a existência de grupos de gêneros realizando funções sociais diferenciadas na esfera pública e na esfera privada.

Contudo, o próprio desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, das esferas de atividade humana e de seus respectivos gêneros do discurso indicam a necessidade de refletirmos com mais profundidade sobre essa relação. Inclusive, o próprio Bakhtin (1997) afirma haver uma lacuna no que se refere a uma proposta teórica de classificação dos gêneros do discurso, tomando como critério as esferas de atividade humana. Segundo Bakhtin (1997, p. 284 - 285):

[...] Tal classificação dos estilos é totalmente fortuita e fundamenta-se em princípios (ou bases) díspares no inventário dos estilos (sem contar que é uma classificação pobre e não diferencial). Tal estado de coisas resulta de uma incompreensão da natureza dos gêneros dos estilos da língua e **de uma ausência de classificação dos gêneros do discurso por esferas de atividade humana**, assim como de uma ausência de diferenciação entre os gêneros primários e os secundários. (Grifo nosso)

Essa estreita relação entre esfera de atividade humana e gêneros do discurso fica mais bem detalhada quando Bakhtin (1997) apresenta os fatores que determinam a totalidade acabada do enunciado que são: o tratamento exaustivo do tema, o querer-dizer do locutor e as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento. Cada um desses fatores reflete de forma específica as influências advindas da esfera de atividade.

Segundo Bakhtin (1997), o tratamento exaustivo do tema diz respeito a “tudo” o que o locutor disse ou escreveu em um momento e em condições precisas. Esse tratamento exaustivo traz em seu bojo a possibilidade de uma atitude responsiva ativa, ou seja, o enunciado deve ter um mínimo de acabamento para provocar uma atitude responsiva ativa.

Dentro dessa perspectiva, o autor afirma que o tratamento do tema pode ser quase exaustivo em certas esferas (militar, cotidiana), enquanto que em outras poderá ser muito relativo (científica). Quando Bakhtin (1997) faz essa afirmação é possível compreendê-la em duas perspectivas: uma primeira que considera um dado gênero como mais ou menos passível de receber atitudes responsivas ativas, como é o caso do artigo científico na esfera acadêmica e do memorando na esfera militar; e uma segunda que relativiza o que seja “exaustivo”. Assim, a resenha não-acadêmica tanto pode gerar declarações de in/satisfação por parte dos autores das obras, entrevistas com o autor, e-mails dos leitores, dentre outras atitudes responsivas ativas quanto pode gerar poucas atitudes responsivas. Daí, considerarmos que essas afirmações de Bakhtin (1997) têm um caráter mais heurístico do que operacional.

No que se refere ao querer-dizer do locutor, Bakhtin (1997) o considera como o elemento subjetivo do enunciado e este se relaciona com a escolha de um gênero do discurso que, por sua vez, se relaciona com as funções de cada esfera. Em outras palavras, o intuito discursivo do locutor irá adaptar-se e ajustar-se ao gênero escolhido que, por sua vez, é estabilizado em função dos objetivos e finalidades da esfera. Partindo dessas considerações, é visível que na esfera jornalística o querer dizer do locutor varia bastante de gênero para gênero. Por exemplo, em resenhas não-acadêmicas há um maior espaço para a expressão de elementos subjetivos do que em notícias que prima pelo “efeito da objetividade”.

Por fim, as formas típicas de enunciados que correspondem aos gêneros do discurso. Para Bakhtin (1997), o domínio de uma esfera de comunicação cultural significa o domínio de um conjunto de gêneros que circulam em uma dada esfera. O excerto abaixo ilustra essa assertiva:

São muitas as pessoas que, dominando magnificamente a língua, sentem-se logo desamparadas em certas esferas da comunicação verbal, precisamente pelo fato de não dominarem, na prática, as formas do gênero de uma dada esfera. Não é raro o homem que domina perfeitamente a fala numa esfera da comunicação cultural, sabe fazer uma explanação, travar uma discussão científica, intervir a respeito de problemas sociais, calar-se ou então intervir de uma maneira muito desajeitada numa conversa social. (BAKHTIN, 1997, p. 303)

A fala de Bakhtin (1997) nos permite, novamente, reforçar que o processo de interação verbal entre os interlocutores representa a célula fundamental na construção de seu aporte teórico. Assim, o processo de interação se efetiva nas esferas de atividade humana e estas têm um repertório de gêneros do discurso que possibilita a realização das interações verbais. Isso não significa dizer que alguns gêneros não circulem em diferentes esferas. A resenha é um exemplo bastante ilustrativo, pois é um gênero que é produzido no seio da esfera científica como também da esfera jornalística. Contudo, trabalhamos com o fato de que a

materialização da resenha não é a mesma nas duas esferas, pois o gênero espelha as normas e valores de cada esfera. Nesse sentido, investigaremos como se materializa a relação entre resenha e “comunidade jornalística” a partir da análise dos propósitos comunicativos e da avaliação em resenhas não-acadêmicas<sup>14</sup>.

### 2.1.2 A noção de esfera de atividade humana

Na subseção anterior mostramos que Bakhtin (1997, 2002) ao apresentar a noção de gênero do discurso o faz relacionando-o com o construto esfera. Mas o que podemos compreender por esfera de atividade humana em Bakhtin (1990, 1997, 2002)? Ao explicar a noção de esfera em “Estética da Criação Verbal” o autor nos dá a entender que esfera é um espaço de realização de atividades humanas (culturais, profissionais, cotidianas...) que possui finalidades específicas. Essa compreensão é advinda de algumas passagens de seu texto que ora destaca a função da esfera de atividade humana, ora o *locus* onde se dá a interação verbal. Os excertos abaixo podem ilustrar a assertiva:

[...] Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas de comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. (BAKHTIN, 1997, p. 279)

[...] Mas aqui também, no nível dos gêneros, pode intervir o jogo das inflexões, característico da comunicação verbal: por exemplo, a forma do gênero do cumprimento pode ser transferida da esfera social para a esfera familiar da comunicação, que será então utilizada com uma inflexão irônico-paródica; com finalidades análogas, podem-se confundir deliberadamente os gêneros pertencentes a esferas diferentes. (BAKHTIN, 1997, p. 284)

Na primeira citação, mostra-se evidente a relação entre esfera de atividade humana e as finalidades ou objetivos de cada esfera, influenciando, destarte, os gêneros do discurso. Nessa esteira, concluímos que cada esfera de atividade humana tem objetivos sociais específicos. Especificamente, na esfera jornalística destacamos as funções de informar, interpretar, orientar e entreter (BOND, 1962), funções essas que não estão completamente equacionados dentro da área. Segundo Melo (2003, p. 30), “há estudiosos que aceitam a existência de todas as categorias, mas há outros que recusam algumas delas. Uma revisão na literatura específica sobre Jornalismo indica divergências e discrepâncias.”<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Afirmar que a resenha que é produzida na esfera jornalística possui variações em relação ao propósito comunicativo e à avaliação não significa dizer que estamos nos referindo a um “sub-gênero” da resenha, apenas queremos ressaltar a íntima relação entre gênero e comunidade.

<sup>15</sup> A classificação brasileira dos gêneros jornalísticos adota, em geral, o critério funcional, ou seja, os gêneros

Mesmo considerando essas posições discordantes, o fato é que a esfera jornalística tem objetivos e finalidades específicos como qualquer outra, além disso, apresenta uma especificidade no que se refere à sua autonomia. Se estabelecer fronteiras entre as esferas é uma tarefa bastante complexa, o que diríamos em se tratando da esfera jornalística tendo em vista as relações de proximidade que mantém com outras esferas, tais como: a política, a artística, a científica, dentre outras? Essa relação de proximidade poderia ser explicada pelo fato de a esfera jornalística informar e/ou comentar (por que não dizermos “construir”) acontecimentos provenientes de diferentes esferas, atravessando diferentes discursos e “comunicando-se”<sup>16</sup> com os leitores através de uma linguagem que tem a pretensão de ser transparente.

Apenas para citar um exemplo da inter-relação entre as esferas jornalística e política, Fausto Neto (2002, p. 523) descreve como um gênero tipicamente da esfera jornalística, o telejornal, pode se constituir como um protagonista dentro de um processo político. Segundo o autor:

[...] o telejornal é o lugar do *desdobramento* da política, pois sem ele e sua enunciação, nas sociedades midiaticizadas e/ou midiática, seria impossível pensar de uma outra forma a realização dos processos eleitorais. **É possível até que em várias circunstâncias o mundo da informação e o da política estejam distantes, porém sem abrir mão de seus duplos vínculos... e dos seus regimes de complementaridades.** (Grifo nosso)

Em “Marxismo e filosofia da linguagem”, ao explicar as relações entre infraestrutura e superestrutura, por exemplo, Bakhtin (2002) já faz menção às influências recíprocas entre as esferas. Questionamos de que modo essas inter-relações interferem nas condições de produção e de recepção dos gêneros do discurso? Se trouxermos a discussão para a esfera jornalística, em especial para as resenhas não-acadêmicas, podemos afirmar que no final do século XIX o Jornalismo Cultural tinha relações próximas com a esfera literária, tendo em vista que muitos críticos (como Machado de Assis, por exemplo) escreviam em jornais resenhas de romances. Segundo Piza (2007, p. 20), com o advento do Modernismo, surge uma crítica mais informativa e cortante e menos meditativa e moralista, “no entanto, continua a exercer uma influência determinante, a servir de referência não apenas para os leitores, mas também para artistas e intelectuais de outras áreas”. Esses fatos nos permitem perceber o processo de transformação pelo qual foi passando as resenhas não-acadêmicas, de um gênero que poderia apresentar recursos de literatura para um gênero que pode divulgar e

---

realizam as funções de informar (Jornalismo Informativo), de explicar (Jornalismo Interpretativo) e de orientar (Jornalismo Opinativo).

<sup>16</sup> Mais na frente, explicaremos qual o sentido de “comunicação” na esfera jornalística.



repercutir os “produtos” de massa. É óbvio que além da aproximação/afastamento com a esfera literária podemos considerar os valores de mercado, dentre outros aspectos que propiciaram as mudanças temáticas, estilísticas e composicionais no gênero, mas não nos furtamos de indicar que a inter-relação entre as esferas pode interferir no gênero.

Voltando às categorias elencadas por Bakhtin (1997), consideramos que os focos que se destacam em cada um dos recortes não sejam excludentes e a noção de esfera de atividade humana englobe ambos os aspectos, como também, nos deixam perceber que o princípio de sustentação de seu aparato teórico repousa no processo de interação verbal. Nesse sentido, destacamos, igualmente, que as falas de Bakhtin (1997) sobre esfera de atividade humana nos permitem compreendê-la como espaço onde se realizam as interações verbais, funcionando como uma espécie de “criatório” de gêneros do discurso. Em outras palavras, as interações verbais se realizam em esferas de atividade humana que, por sua vez, propiciam o surgimento, a relativa estabilização, a transmutação e o desaparecimento de gêneros do discurso.

Podemos inferir, ainda, que o autor mobiliza outras categorias na composição da noção de esfera de atividade humana que são: condições específicas de cada esfera e ideologia. No que se refere à primeira categoria, Bakhtin (1997, p. 279) afirma:

O enunciado reflete **as condições específicas** e as finalidades **de cada uma dessas esferas**, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. (Grifo nosso)

Sem explicitar o que sejam as “condições específicas” de cada esfera, deduzimos que estas podem ser compreendidas como as condições de produção e de recepção específicas dos gêneros do discurso. Assim, a esfera jornalística segue uma lógica própria, a saber, uma lógica econômica (aquela que está relacionada com a sobrevivência da empresa), uma lógica tecnológica (aquela que está relacionada à qualidade e à quantidade da difusão) e uma lógica simbólica (aquela que serve a uma democracia cidadã) (CHARAUDEAU, 2006). Essas lógicas influenciam as condições de produção dos gêneros jornalísticos, de modo que os produtores ao elaborarem seus discursos aliam o objetivo de informar ao objetivo de “captar o leitor”<sup>17</sup>, além de considerar a “estrutura editorial”<sup>18</sup> do jornal. A citação de Bakhtin (2002, p. 33) de “Marxismo e filosofia da linguagem” transcrita abaixo ilustra o que Grillo (2006)

---

<sup>17</sup> Expressão utilizada por Charaudeau (2006), em sua obra “Discurso das mídias”, para designar as estratégias discursivas utilizadas pelos jornalistas para atrair o público.

<sup>18</sup> Berger (2002) ao discutir a estrutura editorial da notícia constrói essa expressão com dois sentidos simultâneos: conquistar os leitores e não se defrontar com os que sustentam economicamente o jornal.

denominou de “coerções” próprias de cada esfera:

Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata à realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. *É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral.*<sup>19</sup>

No que se refere às condições de recepção, que, diferentemente de outras esferas, é mais fácil precisar, na esfera jornalística o leitor é suposto. Ou seja, é difícil determinar quem são realmente os receptores, seu *status* social, seus valores éticos, dentre outros aspectos. Esse conjunto impreciso de informações sobre os receptores parece indicar que a interação nessa esfera é, de alguma forma, “unilateral” na medida em que os mecanismos de interação que são colocados à disposição dos leitores<sup>20</sup> não são amplos e passam pelo crivo do editor (e.g.: cartas do leitor)<sup>21</sup>.

Temos consciência de que as novas tecnologias acabam por modificar esse tipo de interação na medida em que muitos jornais já colocam à disposição do leitor na *web* um espaço para comentar as matérias que são publicadas, bem como serviços que possibilitam o envio de pautas aos jornalistas<sup>22</sup>, além de serviços de ouvidoria, como é o caso do *ombudsman*<sup>23</sup>. Segundo Rodrigues (2002, p. 229):

Em primeiro lugar, porque não são propriamente processos de tomada da palavra por parte do espectador, do ouvinte ou do leitor, mas estratégias de condescendência por parte do locutor e são, como tais, subordinadas a uma seleção realizada pela própria instituição midiática. Em segundo lugar, porque não se trata de procedimentos de interlocução, mas de **simulacros da interlocução**, procedimentos artificiais mais ou menos sofisticados. (Grifo nosso)

Em “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, Bakhtin (2002) ao tratar da natureza ideológica do signo, estabelece, ainda, uma relação entre ideologia<sup>24</sup> (do cotidiano e oficial) e as instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência, as leis, a religião). Partindo,

---

<sup>19</sup> Destaque dado por Bakhtin (2002).

<sup>20</sup> Sabemos que na imprensa falada essa relação pode ser mais “interativa”, principalmente, em se tratando de alguns tipos programas de rádio.

<sup>21</sup> A caracterização preliminar do discurso midiático como “unilateral” não implica afirmar que não seja possível identificar no texto marcas textuais que indiquem a materialização de relação interpessoal entre resenhistas e leitores.

<sup>22</sup> O jornal “Diário do Nordeste”, em Fortaleza, tem o serviço “Alô Redação”.

<sup>23</sup> O jornal “O Povo”, em Fortaleza, tem o serviço de Ombudsman desde 1994 e funciona como um espaço para a produção de uma crítica interna do jornal.

<sup>24</sup> No que se refere à ideologia, a concepção do Círculo de Bakhtin difere da concepção marxista. Para o Círculo, a ideologia não pode ser compreendida com uma idéia com lugar permanente na cabeça do homem (subjetiva, interiorizada) e nem como uma idéia já dada na qual é possível apenas se defrontar (idealista, psicologizada) (MIOTELLO, 2005). Partindo dessas recusas, Bakhtin e seus companheiros do Círculo vão construir o conceito de ideologia a partir da dialética entre a instabilidade e a estabilidade. Ou seja, ao lado da ideologia oficial (relativamente estável) é colocada a ideologia do cotidiano (relativamente instável) em um processo de relação dialética.

pois, do pressuposto de que o signo é ideológico e de que as interações verbais acontecem nas esferas de atividade humana, supomos ser possível considerar a ideologia como um elemento constitutivo da noção de esfera de atividade humana e daí estabelecer as redes de relação com a noção de gênero do discurso. A esse respeito, podemos citar Miotello (2005, p. 170-171):

E fiel a sua maneira de encarar o mundo, Bakhtin/Volochinov tomou, na obra já citada<sup>25</sup>, como ponto de partida para a constituição da ideologia, a comunicação na vida cotidiana, que afirma ser extraordinariamente rica e importante. Esse tipo de comunicação tem vínculo direto tanto com os processos de produção material da vida, no lugar da infra-estrutura, quanto com as esferas das diversas ideologias especializadas e formalizadas, na superestrutura, entendida como sistema de referência que troca sentido com toda a sociedade.

A relação entre ideologia e gêneros do discurso pode ser mais bem visualizada na figura 01 que foi elaborada por Rodrigues (2001).

Figura 01: Relação entre gêneros e ideologia.

<p><b>Ideologia cotidiana</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Comunicação ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera particular.</li> </ul>	<p><b>Gêneros primários</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Constituem-se na comunicação discursiva imediata.</li> </ul>
<p><b>Ideologia especializada</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Produto do desenvolvimento técnico-econômico da sociedade;</li> <li>▪ Cristaliza-se a partir da ideologia do cotidiano.</li> </ul>	<p><b>Gêneros secundários</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Surgem nas condições da comunicação cultural mais complexa, relativamente mais desenvolvida e organizada;</li> <li>▪ No seu processo de formação absorvem e reelaboram diversos gêneros primários<sup>26</sup>.</li> </ul>

Fonte: Rodrigues (2001, p. 58).

Rodrigues (2001) nos esclarece que a diferenciação entre os gêneros primários e secundários não repousa na concepção de que os secundários sejam ideológicos e os primários não o sejam, mas assenta-se no fato de que os secundários estão mais vinculados ao campo das ideologias formalizadas. Essa relação entre gêneros do discurso e ideologia nos permite vislumbrar as interinfluências que podem ser destacadas entre elementos da esfera de atividade humana e gêneros do discurso, promovendo uma ampliação do entendimento sobre gêneros do discurso.

Dos elementos discutidos que supomos constituir a noção de esfera de atividade humana de Bakhtin (1997, 2002), acreditamos ser apenas a parte visível do *iceberg*, pois presumimos que outros elementos podem ser mobilizados, tal como a noção de “instituição”, uma vez que em algumas passagens de “Os gêneros do discurso”, o autor ao abordar o tópico esfera de atividade humana nos deixa entrever essa categoria quando destaca as áreas de atividade humana (militar, científica...). Nesse sentido, é do lugar discursivo da “instituição”

<sup>25</sup> Miotello (2005) se refere à obra “Marxismo e filosofia da linguagem”.

<sup>26</sup> Questionamos se há realmente uma diversidade de gêneros primários.

que partem e se constituem os sentidos, construindo, assim, as relações dialógicas. Nas palavras de Brait (2008, p. 17): “as *relações dialógicas* noção central do pensamento bakhtiniano, estabelecem-se a partir das *esferas* discursivas e dos eventos nelas implicados.”<sup>27</sup>.

Sobre as relações dialógicas, acreditamos que as resenhas de livros publicadas em jornais e em revistas brasileiras podem se constituir como uma resposta a um evento comunicativo anterior (e.g.: o lançamento de um romance), ao mesmo tempo em que se constituem, por outro lado, em um elo na inesgotável cadeia de comunicação verbal. Segundo Bakhtin (2002, p. 123):

O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso anterior, **sem contar as reações impressas, institucionalizadas, que se encontram nas diferentes esferas da comunicação verbal (críticas, resenhas, que exercem influência sobre os trabalhos posteriores, etc.).** (Grifo nosso)

Nesse sentido, o resenhista é o sujeito autorizado pela instituição jornalística para comentar um dado livro, indicando suas impressões positivas e/ou negativas. Seu discurso é, portanto, investido de autoridade, podendo repercutir em diferentes esferas sociais. É Travancas (2001) quem ilustra essa afirmação quando declara que a mídia ajuda a vender títulos, ainda que não seja possível definir em que medida isso aconteça. Em sua visão, os suplementos literários no Brasil e na França:

Eles não são mais o palco de discussões literárias, nem romances são divulgados primeiramente em suas páginas. Hoje estes cadernos são um espaço de expressão do mercado editorial. Não afirmo que os quatro cadernos analisados – *Idéias, Mais!, Les Livres e Le Monde des livres* – sejam retratos fiéis do mercado editorial brasileiro ou francês. Eles são uma representação deste mercado, fruto de uma visão de mundo de quem o produz e participa deles. É basicamente a partir desse viés que estes suplementos se constroem. Não considero que os cadernos sejam simplesmente o resultado destas escolhas pessoais. Devo enfatizar que eles, enquanto objetos jornalísticos, estão submetidos primeiramente à lógica do jornal e conseqüentemente ao imperativo da notícia. A partir deste crivo inicial, eles vão se construir como uma representação subjetiva do grupo de indivíduos que trabalha neles. (TRAVANCAS, 2001, p. 148).

A citação de Travancas (2001) nos possibilita estabelecer uma relação com a dificuldade de estabelecer fronteiras entre as esferas, gerando, conseqüentemente, uma tendência a “entremear”<sup>28</sup> propósitos comunicativos que, em tese, estariam postados em

---

<sup>27</sup> Destaques dado pela autora.

<sup>28</sup> A esse respeito, Fairclough (2001, p. 255) é radical quando postula o fenômeno da comodificação que consiste no “[...] processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para a venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de

diferentes esferas. Fica evidenciado que o discurso jornalístico atravessa as outras esferas de atividade humana. Essa afirmação é decorrente do fato de que o papel de informar da mídia leva necessariamente à busca da notícia em diferentes domínios.

A noção de esfera de atividade humana é também abordada, embora de forma transversal, em “Questões de Literatura e Estética”, quando Bakhtin (1990) discute o papel do sujeito que fala e de sua palavra no romance. Nesse texto, o autor atribui pesos distintos à palavra do sujeito na esfera jurídica e na esfera científica. Os excertos abaixo ilustram a afirmação:

Na esfera do pensamento e do discurso ético e jurídico é evidente a grande significação do tema que diz respeito ao sujeito falante. O homem que fala e sua palavra são aqui apresentados como objeto fundamental da idéia e do discurso. Todas as categorias essenciais do julgamento e da apreciação ética e jurídica são correlacionadas ao sujeito falante enquanto tal: a consciência (“a voz da consciência”, “a palavra interior”), a verdade e a mentira, a responsabilidade, a faculdade de agir, a confissão livre e assim por diante. A palavra autônoma, responsável e eficaz é um índice essencial do homem ético, jurídico e político. (BAKHTIN, 1990, p. 149)

As coisas são um pouco diferentes para o pensamento científico. Aqui o peso do tema da palavra é relativamente pequeno. As ciências matemáticas e naturais não conhecem absolutamente a palavra como objeto de uma orientação. É evidente que no desenrolar do trabalho científico tem-se ocasião de tratar da palavra de outrem – como os trabalhos dos predecessores, como os julgamentos dos críticos e a opinião pública, etc.; ou entrar em contato com diversas formas de representação e interpretação das palavras de outrem – o conflito com uma palavra autoritária, a eliminação das influências polêmicas, as referências e citações, etc.; - mas tudo isto permanece no processo de trabalho e não diz respeito em nada ao conteúdo objetivo da própria ciência, em cuja composição o sujeito que fala e sua palavra, obviamente não entra. (BAKHTIN, 1990, p. 150)

Diante dessas assertivas, cabe a seguinte pergunta: qual o peso da palavra do agente que fala em resenhas produzidas na esfera jornalística? Em resenhas de livros, é complexo avaliar o grau de relevância da palavra do resenhista na medida em que se torna difícil conhecermos até que ponto o elogio ou a crítica do resenhista sobre uma determinada obra pode influenciar as ações dos leitores, levando-os a lerem, adquirirem ou não a obra, contudo é através do gênero resenha que a instituição jornalística cumpre seu papel social de informar e formar a opinião do público diante de obras de literatura ou não. Outro fator que deve ser considerado nessa discussão é o prestígio do suporte onde a resenha é publicada, bem como o prestígio do resenhista que certamente devem interferir no peso da palavra em resenhas. Ou seja, a palavra do autor tem sua importância mais ou menos ampliada se o texto foi publicado em um jornal ou revista de grande, média ou pequena circulação e se o resenhista é uma referência dentro do Jornalismo Cultural, por exemplo.

Enfim, ao apresentar as noções de gêneros e de esfera, Bakhtin (1997, 2002) inter-relaciona esses construtos de modo que se torna impossível conceber gênero sem se referir à esfera e vice-versa. Outra questão que pode ser levantada se refere aos elementos constitutivos da noção de esfera que destacamos nesta subseção, tais como: propósitos comunicativos sociais, condições específicas de produção e de recepção, ideologia e de lugar institucional. Elementos esses que são decisivos no processo de escritura e de leitura dos gêneros da esfera jornalística.

Trazendo essa discussão para a relação entre esfera (jornalística) e gênero do discurso (resenha) podemos afirmar que o Jornalismo Cultural pode ter o papel de influenciar os critérios de escolha dos leitores, fornecendo avaliação das obras culturais (PIZA, 2007). Quanto às condições específicas de produção, é possível pressentir as pressões advindas do mercado editorial que marcam fortemente sua presença, seja pelo envio de livros, seja pelo contato com o editor e/ou resenhista, dentre outras práticas sociais que podem influenciar a escolha do livro a ser resenhado, bem como o tipo de avaliação que será feita. A própria escolha de uma determinada obra a ser resenhada e não outra já representa uma espécie de seleção (filtro) que o resenhista faz, podendo interferir no mercado de vendas.

Essa função social de fornecer elementos para a construção do ponto de vista do leitor constitui uma relação triádica, a saber: a obra, a resenha e a atitude responsiva ativa do leitor. Em outras palavras, em um dos pontos do triângulo encontramos a obra (que pode ser literária ou não), em outro ponto, a resenha que se constitui um elo na cadeia de comunicação verbal e em outro ponto, a atitude responsiva do leitor<sup>29</sup>. Ressaltamos que o resenhista como um especialista em cinema, em teatro, ou em literatura está com a palavra e tem o papel socialmente instituído de informar seu público e que os leitores desejam ser informados ou até seduzidos pelos argumentos apresentados na resenha. Na seção a seguir, veremos como se dá a relação entre gênero e comunidade retórica em Miller (1994a, 1994b).

## **2.2 A perspectiva de Carolyn Miller**

A concepção de gênero como ação social desenvolvida por Miller (1994a) integra a escola de estudos de gêneros norte-americana<sup>30</sup> que se caracteriza, em linhas gerais, pelo

---

<sup>29</sup> Segundo Werneck (2002, p. 159), que pesquisou os suplementos literários de dois jornais parisienses (*Libération* e *Le Figaro*), o leitor desses suplementos é um “leitor médio, aquele que gosta dos livros, escuta o seu livreiro, se deixa seduzir por um convidado de programa de televisão, como o *Apostrophes*, e segue os conselhos do jornalista que encontra todas as semanas no seu quotidiano ou semanário.”

<sup>30</sup> A denominação norte-americana não indica que todos os pesquisadores dessa escola são realmente

interesse na dimensão social dos gêneros. De acordo com Bezerra (2001), os estudos de gênero norte-americanos revelam algumas peculiaridades dentre os quais destacamos as seguintes: a percepção da complexidade da relação entre texto e contexto; a assunção de um conceito dinâmico e menos estável para a noção de gênero; e uma tendência descritivista, revelando um desinteresse para as questões sócio-políticas mais amplas.

A contribuição de Miller (1994) está na natureza seminal com que concebeu o gênero como uma “ação retórica tipificada”, desinteressando-se pela criação de taxonomias e indo além da noção de gênero como forma ou substância. Nesse sentido, a autora se dispõe a examinar a relação entre gênero e situação recorrente. Outra contribuição de Miller (1994) que será particularmente importante para a presente pesquisa está na conexão do gênero com uma comunidade retórica, ou seja, “os gêneros servem de chave para entender como participar das ações de uma comunidade”<sup>31</sup> (MILLER, 1994b, p. 67).

### 2.2.1 A noção de gênero como ação social

Com o objetivo de enfatizar o aspecto social, histórico e retórico sobre o gênero que as outras abordagens não fizeram, Miller (1994a) empreende uma ampla revisão da literatura sobre três aspectos que irão dar subsídios a sua noção de gênero que são: classificação do discurso, situações retóricas recorrentes e teorias hierárquicas do sentido. Partindo desses tópicos, a autora buscará defender a idéia de que a definição de gênero está centrada na ação que é usada para realizá-lo. Nesse sentido, Miller (1994a) examinará a conexão entre gênero e situação recorrente de modo a definir gênero como uma ação retórica tipificada.

No tópico classificação do discurso, Miller (1994a) absorve algumas idéias que irão sustentar sua tese, dentre elas destacamos as seguintes: o estudo do gênero deve estar solidificado em convenções (FYRE, [1957] 1971)<sup>32</sup> e deve envolver a “situação” e o “motivo” (CAMPBELL e JAMIESON, 1978)<sup>33</sup>. Contudo, a autora não deixa de apontar algumas lacunas contidas nas definições de gênero dadas pelos retóricos que são: a falta de clareza

---

americanos, apenas que se filiam a uma tradição americana.

<sup>31</sup> Tradução e adaptação de Ana Regina Vieira e Judith Hoffnagel. In: MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Editora UFPE, 2009. p. 45.

<sup>32</sup> A referência feita por Miller (1994a) é: FYRE, N. **Anatomy of criticism: four essays**. Princeton. NJ: Princeton University Press, [1957] 1971.

<sup>33</sup> A referência feita por Miller (1994a) é: CAMPBELL, K. K.; JAMIESON, K. H. Form and genre in rhetorical criticism: an introduction. In: CAMPBELL, K. K.; JAMIESON, K. H. (Eds.). **Form and genre: shaping rhetorical action**. Falls Church, VA: Speech Communication Association, 1978. p. 9-32.

entre retórica e contexto de situação, de um esclarecimento de como se dá a fusão entre forma e substância no gênero, e da localização do gênero em uma escala hierárquica de generalizações sobre a linguagem em uso.

No tópico situações retóricas recorrentes, Miller (1994a) retoma as abordagens realizadas por autores como Bitzer (1968, 1980), Brinton (1981), Patton (1979)<sup>34</sup>, dentre outros. Nestes, a situação retórica é constituída de duas dimensões, ou seja, externa e interna (PATTON), objetiva e subjetiva (BRINTON), factual e interesse (BITZER), sendo a primeira uma parte real da situação. Do apanhado bibliográfico realizado por Miller (1994a), é particularmente importante na construção de sua tese a idéia de que as situações retóricas são recorrentes. Ou seja, a recorrência da situação pode ser entendida como sendo, de alguma maneira, comparável, similar a outra situação. Segundo a autora, para compreender essa recorrência faz-se necessário desvincular-se da perspectiva materialista de concebê-la. Nesse sentido, o que é recorrente não é a configuração material dos objetos, eventos ou pessoas. Daí, Miller (1994a, p. 29) afirmar que a “recorrência é um fenômeno intersubjetivo, uma ocorrência social”<sup>35</sup>.

Ao definir recorrência, inevitavelmente, Miller (1994a, p. 29) também define situação como “construtos sociais que são o resultado, não de uma ‘percepção’, mas de uma ‘definição’. Uma vez que a ação humana é baseada em (e guiada por) significado e não em causas materialistas, no centro da ação encontra-se um processo de interpretação.”<sup>36</sup>. Para a autora, antes de agirmos, nós interpretamos, definimos ou determinamos uma situação. Para explicar essa interpretação, Miller (1994a) recorre ao termo “estoque de conhecimento” de Schutz (1973)<sup>37</sup>. Segundo Miller (1994a), é através do processo de tipificação que nós criamos recorrências, analogias. Esse conceito é útil na medida em que traz o reconhecimento de similaridades para as novas experiências. Segundo Carvalho (2005, p. 133):

Ao interpretamos situações novas como sendo similares ou análogas a outras, criamos um tipo ao produzir uma resposta retórica a tal situação, que passa a fazer parte de nosso conhecimento, para que seja aplicado a novas situações. Esse processo de tipificação baseado em recorrência explica a natureza convencional do

---

<sup>34</sup> As referências feitas por Miller (1994a) foram: BITZER, L. F. The rethorical situation. **Philosophy and rhetoric**. 1. 1968, p. 1-14.; BITZER, L. F. Functional communication: a situational perspective. In: WHITE, E. E. (Ed.). **Rhetoric in transition: studies in the nature and uses of rhetoric**. University Park. PA: Pennsylvania State University Press, 1980. p. 21-38.; BRINTON, A. Situation in the theory of rhetoric. **Philosophy and rhetoric**. 14, 1981. p. 234-47.;

<sup>35</sup> Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. In: MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Editora da UFPE, 2009. p. 30.

<sup>36</sup> Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. In: MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Editora da UFPE, 2009. p. 30.

<sup>37</sup> A referência feita por Miller (1994a) é: SCHUTZ, A.; LUCKMANN, T. **The structures of the life-world**. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1973.



discurso, assim como as regularidades encontradas tanto em sua forma quanto em sua substância.

Miller (1994a) ainda se questiona como é possível compreender a exigência como o centro da situação, se a situação retórica não é material, nem muito menos objetiva. A solução encontrada pela autora é localizar a exigência no mundo social, ou seja, como uma forma de um conhecimento social sobre objetos, eventos, interesses, propósitos, enfim, necessidades sociais objetivadas. Nessa perspectiva, a exigência é um motivo social, não é causa de uma ação retórica e nem uma intenção.

Em seguida, Miller (1994a) resgata os estudos de Campbell e Jamieson (1978)<sup>38</sup> para afirmar que a chave para a compreensão de um gênero está na interdependência entre substância e forma. Substância é aqui compreendida como o “valor semântico do discurso”, constituindo-se como aspectos comuns da experiência que estão simbolizados em sensações, conceitos, imagens, atitudes, por exemplo, já forma “é percebida como as maneiras em que a substância é simbolizada” (MILLER, 1994a, p. 32)<sup>39</sup>. Para a autora, essa relação já está presente, embora implícita, na abordagem dos atos de fala de Searle, quando este compõe um ato de fala em dois componentes: uma proposição e uma força ilocucionária. Miller (1994a) também retoma a noção de jogos de linguagem de Wittgenstein para colocar o contexto como um terceiro nível hierárquico do sentido. Esses elementos (substância, forma e contexto) devem ser tomados como relativos e não absolutos na medida em que podem se situar em diferentes níveis em uma hierarquia de sentidos, tal como podem ser visualizados na figura 2.

Outros modelos também são apresentados por Miller (1994a) para explicar os princípios hierárquicos da comunicação, tais como os de Frenzt e Farrell (1976), Peace e Conklin (1979) e Fisher (1970)<sup>40</sup>. Desses modelos, Miller (1994) retira a contribuição de que o gênero está situado em uma estrutura hierárquica e que tem uma significação retórica.

A partir da revisão de literatura realizada pela autora, Miller (1994a) irá destacar os seguintes aspectos caracterizadores de um gênero, concebendo-o como:

- Uma ação retórica tipificada: o gênero corresponde a categorias do discurso que são convencionais; e, como ação, o sentido de um gênero é proveniente de uma dada situação

---

<sup>38</sup> A referência feita por Miller (1994a) é: CAMPBELL, K. K.; JAMIESON, K. H. Form and genre in rhetorical criticism: an introduction. In: \_\_\_\_\_. (Ogrs.). **Form and genre: shaping rhetorical action**. Falls Church, VA: Speech Communication Association. p. 9-32.

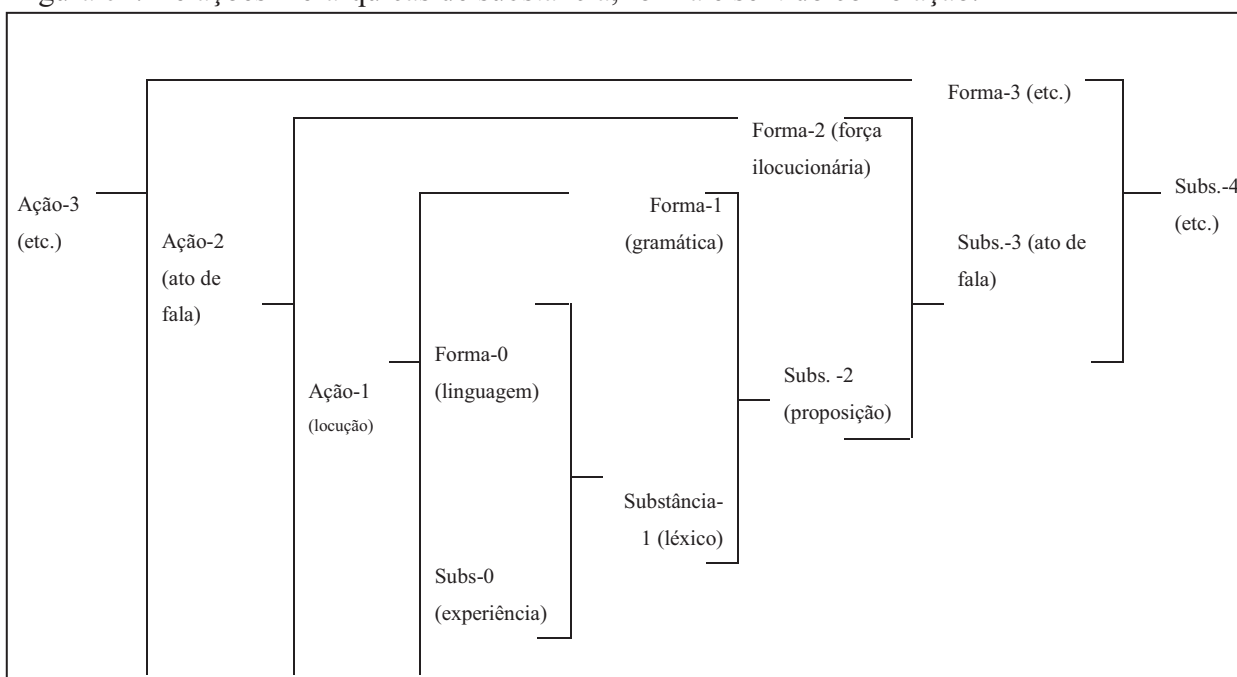
<sup>39</sup> Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. In: MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Editora da UFPE, 2009. p. 34.

<sup>40</sup> As referências feitas por Miller (1994a) foram: FRENTZ, T. S.; FARRELL, T. B. Language-action: a paradigm for communication. **Quarterly Journal of Speech**. 62. 1976. p. 333-49. e FISHER, W. R. A motive view of communication. **Quarterly Journal of Speech**. 56. 1970. p. 131-9.

e de um contexto social em que está inserido;

- Uma ação significativa interpretada por regras que o regulam: as regras de um gênero ocorrem em altos níveis de uma hierarquia de regras;
- Distinto da forma: o gênero é a fusão de baixos níveis de forma e de substância;
- Como substância de formas de alto nível: o gênero constitui a cultura e representa um dos aspectos que constituem a substância da vida cultural;
- Como mediador entre o privado e o público: o gênero conecta o singular (as intenções) e o recorrente (exigência social).

Figura 02: Relações hierárquicas de substância, forma e sentido como ação.



Fonte: Miller (1994a, p. 33).

Em seu artigo *Rhetorical community: the cultural basis of genre*, Miller (1994b, p. 67) aprofunda as bases de sua definição de gênero como ação recorrente e significativa. Ela se justifica afirmando que sua preocupação anterior “era enfatizar que uma noção retórica de gênero mais útil deveria ser baseada nas convenções do discurso que uma sociedade estabelece como formas de ‘agir conjuntamente’ [...]”.<sup>41</sup> Os esclarecimentos sobre a noção de gênero, segundo a autora, se justificam por duas razões: a clarificação de alguns pontos não resolvidos no artigo anterior e a utilidade do conceito de gênero na compreensão da participação do indivíduo na comunidade. Desses esclarecimentos propostos por Miller

<sup>41</sup> Tradução e adaptação de Ana Regina Vieira e Judith Chambliss Hoffnagel. In: MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Editora da UFPE, 2009. p. 45.

(1994b) destacamos os seguintes:

- O gênero se constitui um fenômeno que se localiza em um nível médio entre o micro nível e o macro nível. Nessa perspectiva, o gênero conecta esses níveis através de um sistema semiótico de regras regulativas e constitutivas. Cada nível é dividido em forma (aspecto sintático) e substância (aspecto semântico);
- O gênero se constitui como um elemento específico da sociedade, um dos mais importantes aspectos da estrutura comunicativa, uma das estruturas de poder que a instituição exerce.

Adotando a definição de cultura<sup>42</sup> de Williams (1976), Miller (1994b) aprofunda a relação entre gênero e cultura, possibilitando nossa compreensão de que diferentes tempos e lugares produzem um cenário de diferentes gêneros. Um exemplo concreto dessa afirmação de Miller (1994b) está na análise realizada por Carvalho (2002, p. 182) de resenhas acadêmicas da área de Literatura publicadas em língua portuguesa e em língua inglesa. Os resultados obtidos na análise indicaram diferenças tanto na configuração interna dos movimentos retóricos quanto no processo de avaliação, de tal modo que as resenhas em português foram categorizadas pela autora como “ação entre amigos” e as de língua inglesa como “apontadora de defeitos”.

A pesquisa de Carvalho (2002) deixa evidente o quanto a noção de gênero é sensível à categoria comunidade retórica, que, por sua vez, está embebida na cultura. Embora a comunidade científica siga, em nível generalizado, normas semelhantes, as especificidades de cada ambiente cultural mostraram-se evidentes na dimensão textual. Provavelmente, as resenhas publicadas em jornais e revistas brasileiras revelem um padrão textual diferente daquelas que são produzidas na comunidade científica, até porque a “comunidade jornalística” se caracteriza por coerções específicas<sup>43</sup>.

Para explicar como os macro-níveis (gênero, forma de vida, cultura...) contextualizam os micro-níveis, Miller (1994b) adota a teoria da estruturação de Giddens (1984)<sup>44</sup> que, por sua vez, fornece uma explicação de como se dá a produção e a reprodução

---

<sup>42</sup> “[...] culture as ‘a particular way of life’ of a time and place, in all its complexity, experienced by a group that understands itself as a identifiable group [...]” (MILLER, 1994b, p. 68). A referência fornecida pela autora é: WILLIAMS, R. **A vocabulary of culture and Society**. New York: Oxford University Press.

<sup>43</sup> Ao pesquisar a divulgação da ciência em jornais e revistas, Grillo (2006) apresentou as seguintes coerções constitutivas da esfera jornalística: a atualidade, a periodicidade, a objetividade, a informatividade e a captação do leitor.

<sup>44</sup> A referência feita por Miller (1994b) é: GIDDENS, A. **The constitution of society: outline of the theory of structuration**. Berkeley. CA: University of California Press, 1984.

da sociedade pelos próprios agentes sociais. Os agentes têm uma consciência prática que lhes possibilitam agir de uma determinada maneira em dadas circunstâncias. Isso não quer dizer que a concepção de ação na teoria da estruturação seja completamente determinista, ela se situa em um meio termo entre um determinismo total e uma liberdade total. Daí, os sujeitos estarem munidos de uma “ontologia dos potenciais” capaz de produzirem variações em suas formas de conduta (COHEN, 1999).

O aspecto da reprodução apresentado por Giddens (1984) reforça a noção de recorrência das situações retóricas, conseqüentemente, também reforça a tese de que o gênero corresponde a uma ação recorrente da linguagem em uso. Nesse sentido, Miller (1994b, p. 71) destaca:

[...] os atores sociais criam recorrência em suas ações ao reproduzir os aspectos estruturais das instituições, ao usar estruturas disponíveis como meio para sua ação e, desse modo, produzir essas estruturas de novo como resultados virtuais, disponíveis para futura memória, interpretação e uso.<sup>45</sup>

Enfim, a noção de estrutura e estruturação de Giddens (1984) fortalece a noção de gênero como ação social. É nessa perspectiva que Miller (1994b) afirma que é impossível conceber gênero fora de uma comunidade. À luz dessas noções, convém refletir sobre os aspectos históricos e sociais que envolvem a produção de resenhas no Brasil, pois conforme afirma Piza (2007, p. 63):

Mesmo os leitores pouco habituados a textos menos curtos e superficiais, a estilos marcados pela força da inteligência crítica, e com repertório cultural mais limitado (seja por escolha própria, seja por ignorância a respeito de outros repertórios), percebem que o jornalismo cultural de hoje, na maioria das vezes, beira o fútil e o leviano.

Para o autor, há razões que justificam esse fato que são: o excessivo atrelamento à agenda, o tamanho e a qualidade dos textos, e a marginalização da crítica. A nosso ver, esses aspectos são meras conseqüências da passagem de um jornalismo cultural de natureza mais literária a um jornalismo cultural de natureza mais jornalística. Se outrora tínhamos críticas e hoje resenhas, provavelmente, se deve ao fato de haver um desenvolvimento significativo da indústria cultural e de a instituição jornalística funcionar como um difusor cultural. Segundo Beltrão (1973, p. 31):

A empresa de comunicação e, particularmente, a jornalística, é um conjunto estruturado e planejado de atividades pessoais, meios econômicos e técnicos e relações comerciais para a preparação, trânsito e venda do seu produto, ao mesmo tempo bem e serviço prestado à coletividade.

---

<sup>45</sup> Tradução e adaptação de Ana Regina Vieira e Judith Chambliss Hoffnagel. In: MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Editora da UFPE, 2009. p. 51-52.

Dentro dessa conjuntura é que devemos compreender a resenha como uma ação retórica tipificada que reflete uma cultura em um dado espaço e tempo. Considerando o que Piza (2007) afirmou a respeito das transformações pelas quais passou o gênero resenha não-acadêmica, é possível considerar que essas mudanças não ocorreram ao acaso, existem razões históricas e sociais que justificam o gênero se materializar da forma como se materializa atualmente. Daí, afirmarmos que os “retratos” que serão exibidos sobre resenha na presente pesquisa devem ser compreendidos em uma perspectiva sincrônica.

Voltando a questão da necessidade social objetivada que as resenhas não-acadêmicas realizam, além de “qualificar uma obra em escala (de péssima a excelente)”<sup>46</sup>, a resenha também parece funcionar dentro desse contexto como um instrumento de divulgação. Sobre essa questão já se posicionou Bhatia (2004) ao categorizá-la como um gênero promocional. Mas é Melo (2003, p. 130-131) quem melhor explica as mudanças nas resenhas não-acadêmicas brasileiras:

Historicamente, a apreciação dos produtos culturais começa na imprensa brasileira pelas áreas artísticas tradicionais: literatura, música, teatro, artes plásticas. E na medida em que os jornais e revistas, até o início deste século, destinavam-se a uma parcela restrita da população, a crítica podia se fazer em profundidade. Havendo coincidência entre o público leitor da imprensa periódica e o público consumidor das obras-de-arte, era natural que os editores cedessem espaço para a publicação de matérias elaboradas, cujo cerne é a análise da própria obra-de-arte e não a orientação para o seu consumo. Quando o jornalismo atinge a escala industrial e, a partir da década de 30, começa a ampliar consideravelmente o público leitor, abrangendo também a classe média e setores do operariado qualificado, a apreciação dos bens culturais busca novos caminhos.

A explicação que é dada por Melo (2003) converge para as afirmações de Miller (1994b) de que a necessidade social gera uma dada prática retórica que é tipificada dentro de uma comunidade, de modo que, se houver mudanças no propósito retórico, a ação retórica também se alterará. Nessa perspectiva, perceber a crítica como sendo um gênero literário e a resenha como sendo um gênero jornalístico significa compreender o gênero como “[...] ações retóricas conjuntas típicas num dado momento na história e na cultura”<sup>47</sup> (MILLER, 1994a, p. 31).

A concepção de gênero de Miller (1994a, 1994b) também perpassa a substância e a forma além de abordar o aspecto da ação pragmática. Dentro dessa perspectiva e considerando a literatura da área de Jornalismo, o conteúdo semântico da resenha, por exemplo, de um livro de ficção pode conter as seguintes informações:

---

<sup>46</sup> Essa função “básica” da resenha foi definida por Piza (2007, p. 78).

<sup>47</sup> Tradução e adaptação de Ana Regina Vieira e Judith Chambliss Hoffnagel. In: MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Editora da UFPE, 2009. p. 51-52.

1. Dá uma idéia da natureza do enredo, mas não lhe revela as surpresas.
2. Diz do seu tipo ou gênero – romance histórico, psicológico, de mistério, etc.
3. Indica o lugar onde se passa a história.
4. Sugere o sabor do livro, principalmente através de curtas citações.
5. Apresenta os principais personagens.
6. Expressa uma opinião sobre como o autor maneja seu material. (BOND, 1962, p. 253)

Levando em conta que as mudanças na resenha se processam não apenas na forma (por exemplo, o fato de os textos estarem mais curtos), mas também no conteúdo é que buscaremos investigar os propósitos comunicativos que são veiculados em resenhas publicadas em jornais e revistas brasileiras. Partimos do pressuposto de que as condições de produção da “comunidade jornalística” se refletem na forma como as informações são distribuídas.

### **2.2.2 A noção de comunidade retórica**

Como vimos Miller (1994a, 1994b) utiliza a teoria da estruturação de Giddens (1984) para explicar a relação entre indivíduo e coletividade dentro do construto “gênero”. Da mesma forma, o faz com a noção de comunidade retórica. Segundo Carvalho (2005, p. 134), “Giddens (1984) examina como os sistemas sociais são produzidos e reproduzidos nas interações sociais em seu tempo e espaço”. A partir das noções de sistema e estrutura, conceitos de base do autor, Miller (1994b) vai tentar explicar a ligação entre os indivíduos e a coletividade, ou seja, o nexos entre a concretude e a particularidade da ação e a abstração e a resistência da instituição. Da teoria de Giddens (1984), observamos que Miller (1994b) pinça algumas características sobre estrutura que lhe serão extremamente úteis na elaboração de seu construto teórico que são: a estrutura tem uma existência virtual, contudo deve ser instanciada em um dado espaço-tempo e as estruturas são reproduzidas. Contudo, Carvalho (2005) nos adverte que a noção de reprodução das estruturas das relações sociais não guarda relação com a idéia de fixidez ou imutabilidade, ao contrário elas podem também ser alteradas.

Nessa perspectiva, comunidade retórica é concebida como uma entidade virtual, um construto retórico, uma projeção discursiva (MILLER, 1994b). Isso significa dizer que para uma comunidade retórica ter existência não se faz necessária uma delimitação demográfica dessa comunidade. Segundo Miller (1994b, p. 73), “como os gêneros, as comunidades retóricas ‘existem’ em um hierarquia discursiva, não no espaço-tempo”<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Tradução e adaptação de Ana Regina Vieira e Judith Chambliss Hoffnagel. In: MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Editora da UFPE, 2009. p. 55.

Assim, a comunidade retórica é representada, pressuposta, invocada pelos discursos retóricos e o gênero é um dos mais importantes aspectos da estrutura comunicativa (MILLER, 1994b). Como as estruturas de Giddens (1984), as comunidades retóricas existem nas memórias humanas e se concretizam através da linguagem. Daí Miller (1994b, p. 74) nos esclarecer como a comunidade retórica opera retoricamente: “Ela trabalha em parte através do gênero, como nós temos dito, como um lugar operacional da ação social articulada, reproduzível, o nexa entre o privado e o público, o singular e o recorrente, o micro e o macro”<sup>49</sup>.

Como podemos observar, a compreensão de uma comunidade retórica não se dá pela delimitação de seu espaço físico. Na verdade, a territorialização é um elemento contingente na constituição da comunidade de Miller (1994b), sendo, a desterritorialização um elemento característico. Esta percepção não implica uma total independência do espaço, uma vez que as ações retóricas serão instanciadas em um dado espaço. A nosso ver, a virtualidade possibilita a disponibilidade de estruturas que são passíveis de reprodução em mais de um espaço-tempo. Como afirmou Miller (1994b), a comunidade retórica pode ser compreendida em termos de projeção discursiva. Nesse sentido, a base da comunidade está estruturada através da linguagem, ou mais especificamente, através da prática de ações retóricas tipificadas.

A comunidade retórica proposta por Miller (1994b) não é homogênea, nem unificada. Ao contrário, ela é heterogênea e contenciosa porque nela operam forças centrípetas (de estabilização) e forças centrífugas (de desestabilização). Por isso, segundo Carvalho (2005, p. 135), as comunidades retóricas “caracterizam-se por acomodar diferenças e semelhanças porque demandam interações reais entre seus membros”. Miller (1993a) levanta profundas reflexões sobre as fronteiras entre a unidade e a pluralidade dentro de uma comunidade. A autora vai buscar no construcionismo social luzes para compreender a complexa constituição ao mesmo tempo unificadora e pluralista de comunidade. Miller (1993a) utiliza-se dos estudos de teóricos da área, tais como: Mead (1934), Scthuz (1970), Vygotsky (1962) e Burke (1965, 1969)<sup>50</sup> para ilustrar a idéia de que há uma interdependência entre individual e coletivo e de que o indivíduo representa um construto social. Inclusive,

---

<sup>49</sup> Tradução e adaptação de Ana Regina Vieira e Judith Chambliss Hoffnagel. In: MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Editora da UFPE, 2009. p. 55.

<sup>50</sup> As referências feitas por Miller (1993a) são: MEAD, G. H. *Mind, self, and society from the standpoint of a social behavior*. Ed. Charles W. Morris. Vol. 1. **Works of George Herbert Mead**. Chicago. University of Chicago Press, 1934.; SCHUTZ, A. **On Phenomenology and Social Relations**. Ed. Helmut R. Wagner. Chicago: University of Chicago Press, 1970.; VYGOTSKY, L. S. **Thought and Language**. Trans. Eugenia Hanfmann and Gertrude Vakar. Cambridge: MIT P, 1962.; BURKE, K. **Permanence and change: an anatomy of purpose**. 2. ed. Indianapolis, IN: Bobbs-Merrill, 1965.; BURKE, K. **A rhetoric of motives**. 1950. Berkeley: University of California Press, 1969.

destaca o pensamento vygoskyniano de que o caminho percorrido no processo de construção do pensamento e da linguagem segue na direção ‘do social para o individual’<sup>51</sup>.

Isso implica a percepção de uma relação dialética constituindo o conceito de comunidade na medida em que nela existem forças opostas. Esse espaço de tensão que liga e concilia a inovação e a resistência dá um caráter bastante ideológico à noção desenvolvida por Miller (1993b). Assim, supomos que essas diferenças se complementam, porque atuam de forma interdependente. Ainda sobre esse aspecto, é possível estabelecer relação com a noção de esfera de atividade humana de Bakhtin na medida em que o autor a compreende como “um nível específico de coerções” (GRILLO, 2006, p. 143). Dessas constatações, um ponto que salta aos olhos na análise da noção de comunidade retórica é a idéia de movimento, de construção. Mesmo que esse movimento não seja perceptível para os membros da comunidade e que as feições das modificações dentro de uma comunidade retórica estejam mais claramente visíveis em um estudo histórico, negar essa tensão seria negar uma pilastra importante dentro desse construto teórico.

Partindo do construcionismo social, Miller (1993a) destaca as influências desses pressupostos para a teoria política e para a nova retórica, área na qual se insere a autora. Se o conceito de comunidade não se postou explicitamente<sup>52</sup> como um elemento principal na tradição retórica, na nova retórica ele é um conceito particularmente importante, pois a relação entre comunidade e discurso se coloca como fundamental, na medida em que o discurso é que delinea a comunidade. A autora vai resgatar esse postulado no exame de textos da antiga tradição retórica. Segundo Miller (1993b, p. 216): “na explanação sobre a gênese da polis, os gregos indicam – ou revelam – suas crenças sobre **o papel da retórica na formação de comunidades e o papel da comunidade em compartilhar a retórica**”<sup>53</sup> (Grifo nosso). Essa idéia é trazida para dentro da composição de seu construto teórico sobre comunidade retórica.

Daí, Miller (1993a) afirmar que pensar retórica sem acoplar a noção de comunidade significa “empobrecê-la”. Dentro dessa perspectiva, a nova retórica sugerida pela autora é uma retórica que é ao mesmo tempo social e política, porque incorpora em seu bojo a

---

<sup>51</sup> De acordo com Miller (1993a, p. 82), “Vigotsky’s discussion of the development of language and thought mirrors this general process: The ‘true direction of the development of thinking,’ he emphasizes, ‘is not from the individual to the socialized, but from the social to the individual’”.

<sup>52</sup> No artigo “A polis como uma comunidade retórica”, Miller (1993b) vai desenvolver a hipótese de que a comunidade é uma noção que está implícita nos pensamentos de Platão, dos sofistas e de Aristóteles sobre retórica.

<sup>53</sup> “In explaining the genesis of the *polis*, the Greeks indicate – or betray – their various beliefs about the role of rhetoric in forming communities and the role of community in shaping rhetoric.” (MILLER, 1993b, p. 216, tradução nossa).



noção de comunidade. Nesse sentido, a assertiva de Miller (1993, p. 91) desvela o aspecto dialético que envolve sua noção de comunidade:

A comunidade de que nós necessitamos, antes de tudo, não é geográfica ou demográfica ou uma entidade empírica; ela é uma construção retórica, ela é necessária tanto para a solidariedade emocional quanto para a ação política. O problema de Um e de Muitos tem uma solução retórica. A tarefa da nova política retórica será construir um de muitos, repetidas vezes.<sup>54</sup>

Miller (1994b) também destaca as diferenças entre comunidade de fala e comunidade retórica, ressaltando que comunidade retórica é distinta de comunidade de fala, de comunidade política e de comunidade discursiva. Por outro lado, a autora não especifica quais os pontos de divergência entre essas noções. Apenas esclarece que a comunidade retórica não é nem taxionômica nem relacional<sup>55</sup>. Considerando a existência de forças que se opõem (centrífugas e centrípetas) questionamos que tipo de relações é estabelecido entre seus membros, haja vista haver, segundo a própria autora, um espaço de disputa, de competição. Se tomarmos o exemplo fornecido por Miller (1994b) de comunidade retórica como a *polis* grega, o surgimento dos sofistas e de sua filosofia representou uma mudança de paradigma dentro desta sociedade, haja vista as habilidades da guerra não satisfazerem mais os ideais do homem da *polis* e sim as habilidades da retórica, por exemplo. Nesse sentido, segundo Jaeger (2001), essa mudança representou em sua essência apenas um fortalecimento da nobreza para continuar no poder. O que queremos colocar em discussão é como conceber esse espaço de luta, de contenção quando nos referirmos à “comunidade jornalística”?

Para explicar como as forças centrípetas funcionam dentro da comunidade retórica, a autora mobiliza três elementos que são: o gênero, a metáfora, e a narrativa. Contudo, são apenas os gêneros que “[...] têm especificamente poder pragmático como ação social”<sup>56</sup>, pois os outros elementos se constituem como estruturas semânticas dentro dos atos de fala e dentro dos gêneros (MILLER, 1994b, p. 75). Nessa perspectiva, como pensar o papel da narrativa como força unificadora da “comunidade jornalística”? Que memória do passado poderia ser compartilhada?

Por outro lado, Travancas (2001) esclarece que há um embate de forças dentro dos

---

<sup>54</sup> “The community we need, after all, is not a geographic or demographic or empirical entity; it is a rhetorical construction, one that is necessary both for emotional solidarity and for political action. The problem of the One and the Many has a rhetorical solution. The task of a new political rhetoric will be to construct one out of many, over and over again” (MILLER, 1993a, p. 91, tradução nossa).

<sup>55</sup> De acordo com Miller (1994b), na comunidade taxionômica os membros podem possuir certas crenças comuns, contudo não têm inter-relação; já na comunidade relacional os membros possuem inter-relações.

<sup>56</sup> Tradução e adaptação de Ana Regina Vieira e Judith Chambliss Hoffnagel. In: MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Editora da UFPE, 2009. p. 58.

suplementos literários e este conflito pode ser explicado pelo processo de “desliteraturização” da imprensa, ou seja, o fato de os jornais terem se tornado menos opinativos e mais informativos, por exemplo, gerou uma realocação do lugar da literatura no jornal. Para a autora:

[...] vale lembrar que, apesar da presença expressiva de intelectuais de fora da imprensa nas páginas dos quatro jornais<sup>57</sup>, a grande maioria das resenhas, artigos e reportagens é assinada por jornalistas da redação dos cadernos. O que aponta para a discussão sobre a qualidade do texto do especialista e o embate entre jornalistas e acadêmicos [...] (TRAVANCAS, 2001, p. 41)

Em outra passagem, Travancas (2001, p. 55) esclarece que os suplementos literários se constituem como um “espaço de resistência à pressão da linguagem jornalística”. Dentro dessa perspectiva, poderíamos supor a existência de resenhas que seguem uma “lógica jornalística”, bem como a existência de resenhas que não se enquadram dentro desse perfil.

Considerando também a relação entre gênero e comunidade, a explanação de Miller (1994b) deixa evidente que é o gênero uma das forças “estruturantes” que propiciam a manutenção de uma dada comunidade. Nesse sentido, uma comunidade não se sustenta sem que os seus membros compartilhem gêneros. Essa percepção é o ponto fulcral da noção de comunidade de Miller (1994b), contudo questionamos se estaríamos diante de uma “comunidade jornalística” ao mesmo tempo retórica e global, pelo fato de nela estarem incluídos os leitores? Em relação ao gênero como um “artefato cultural”, na *polis* os gêneros representavam o modo de vida dos gregos em um dado período de tempo e espaço, nestes termos, em que medida poderíamos afirmar que os gêneros que são produzidos pela “comunidade jornalística” representam a cultura de uma dada sociedade tendo em vista que estes perpassam diferentes culturas? Essas questões levantam discussões sobre a necessidade de adequação da noção de comunidade retórica para a “comunidade jornalística”.

Outro aspecto que merece ser destacado é a natureza virtual da comunidade retórica e dentro dessa perspectiva como pensar as relações de pertencimento de seus membros? Na comunidade de fala, por exemplo, essa relação de pertença é quase automática na medida em que os indivíduos compartilham uma mesma postura diante da língua sem a necessidade de nenhum acordo prévio para adentrar na comunidade, já na comunidade discursiva, como veremos a seguir, há um processo hierárquico, e na “comunidade jornalística”? Se analisarmos a “comunidade jornalística” é possível percebê-la de forma distinta. Tomando como foco as ações retóricas desempenhadas pelos membros dentro da

---

<sup>57</sup> A autora está se referindo aos suplementos literários dos jornais “Jornal do Brasil”, “Folha de São Paulo”, “Le Monde” e “Liberation”.

comunidade em relação com o papel desempenhado por eles, poder-se-ia afirmar que para alguns resenhistas (jornalistas) a relação de pertença é maior tendo em vista a visibilidade de sua participação dentro da comunidade, já para o colaborador a relação de pertença é mais tênue. A nosso ver, a comunidade retórica proposta por Miller (1994b) constitui-se a partir das ações retóricas realizadas pelos sujeitos em um dado tempo e espaço, de modo que essa relação de pertencimento estabelecida na comunidade está relacionada aos papéis de atuação de seus membros. Esse aspecto precisa ser mais bem aprofundado, principalmente se cotejarmos e integrarmos as propostas teóricas de Bakhtin (1990, 1997, 2002), de Miller (1994a, 19994b), de Swales (1990, 1992) e de Bourdieu (1997, 2005, 2007) na busca por uma caracterização de “comunidade jornalística”.

### 2.3 A perspectiva de Swales

O nome de John M. Swales é quase sempre associado à área de estudos de ensino de inglês para fins específicos. Em seu livro *Genre analysis: English in academic and research settings*, Swales (1990) deixa bem claro que o seu objetivo é desenvolver a competência comunicativa de nativos e de não-nativos. Isso se justifica pelo fato de o autor voltar seus trabalhos para a análise lingüística de gêneros do discurso em contextos acadêmicos e profissionais, visando desenvolver nos aprendizes competências relacionadas à produção de gêneros. Daí, compreendermos o tratamento sócio-retórico que o autor dá aos gêneros que analisa. Na sua visão, o conhecimento retórico de um dado gênero revela as práticas sociais que são realizadas que, por sua vez, determinam as escolhas lingüísticas que constituem o texto.

Estudiosos de Swales não negam que o interesse do autor sempre foi pelo texto, mas por outro lado afirmam também que sua análise textual nunca se restringiu apenas a ele, ao contrário o texto sempre está umbilicalmente ligado a seu contexto. Na visão de Hemas e Biasi-Rodrigues (2005, p. 108), Swales utiliza “a análise textual para iluminar o gênero e as práticas sociais que subjazem ao gênero”. Essa crença o levou a elaborar, por exemplo, um construto teórico denominado “modelo”<sup>58</sup> CARS (*Create a research space*) que comprova a existência de unidades informacionais recorrentes nos gêneros do discurso. Essas unidades retóricas<sup>59</sup> delineiam, em parte, os propósitos comunicativos dos gêneros e,

---

<sup>58</sup> Segundo Hemas e Biasi-Rodrigues (2005), o termo “modelo” não foi adotado por Swales e representa uma opção terminológica das autoras face ao conjunto de conceitos delineados pelo autor.

<sup>59</sup> A expressão unidade retórica representa uma tradução para *move* e segundo Biasi-Rodrigues (1998, p. 125) é

conseqüentemente, os objetivos públicos realizados pelos sujeitos em uma dada comunidade discursiva<sup>60</sup>.

Para o autor, a análise textual deve ter uma abordagem baseada no gênero, pois a análise do texto pelo texto se constitui insuficiente. Nesse sentido, podemos compreender as intenções do autor ao elaborar o conceito de comunidade discursiva, por exemplo. Segundo Swales (1990, p. 08–09), “para lidar com as dimensões criadas pelo papel do texto e o meio ambiente do texto, eu adotarei o conceito de comunidade discursiva como o primeiro de três elementos-chave”<sup>61</sup>.

O empreendimento teórico de Swales assenta-se nas noções de gênero, de comunidade discursiva e de tarefa, conceitos esses que se inter-relacionam pelo viés do propósito comunicativo. Na presente pesquisa, iremos explorar mais detidamente as noções de gênero e de comunidade discursiva, tendo em vista que nossa problemática de pesquisa repousa na investigação dos propósitos comunicativos e do modo de avaliação do autor e da obra em resenhas publicadas em jornais e revistas brasileiras. Nesse sentido, partimos da percepção de Swales (1990, 1992) de que um dos aspectos selecionados para definir comunidade discursiva é a existência de um repertório de gêneros utilizados por uma dada comunidade em suas práticas convencionais de usos da linguagem e de que os gêneros só podem ser descritos dentro de suas comunidades discursivas, a fim de investigarmos o caso das resenhas não-acadêmicas, que se firma como gênero em nossa sociedade, mas que se torna complicado afirmar, pelo menos pelos critérios do autor, que estão inseridas em uma “comunidade discursiva” jornalística.

### 2.3.1 A noção swalesiana de gênero

Com o objetivo de construir seu conceito de gênero, Swales (1990) vai buscar contribuições em quatro áreas diferentes: o folclore, a Literatura, a Lingüística e a Retórica. O autor tem ciência de que gênero é uma palavra bastante “atrativa” ao mesmo tempo em que “escorregadia”<sup>62</sup>. Dos estudos folclóricos, Swales (1990) retira os seguintes subsídios, a saber:

---

“reconhecida como uma unidade de conteúdo informacional dentro de uma estrutura hierárquica de distribuição das informações na arquitetura física do texto, com algumas formas opcionais de apresentação, que podem correr combinadas ou não, à escolha do autor. Essas escolhas ou mecanismos de condução das informações em cada unidade básica são denominadas, por sua vez, de **subunidades retóricas**.” (grifos da autora).

<sup>60</sup> Conceito que será discutido posteriormente.

<sup>61</sup> “In order to handle the additional dimensions created by text-role and text-environment, I shall adopt the concept of *discourse community* as the first of three key elements.” (SWALES, 1990, p. 08-09, tradução nossa).

<sup>62</sup> Usamos a mesma categorização utilizada por Swales (1990), daí a utilização das aspas.

a perspectiva de considerar os gêneros como passíveis de classificação cuja utilidade está no fornecimento de uma tipologia; os gêneros são vistos nas comunidades como meios para se alcançar um fim; e, a percepção de que uma comunidade tem sobre um gênero é de grande importância para o analista de gênero. Na área de Literatura, Swales (1990) capta a nuance da *vitalidade* do gênero na medida em que os gêneros desobedecem a regulamentos, opondo-se à estabilidade proposta pelos estudos folclóricos. Esse processo de mudança pode surgir de fontes institucionais ou da experimentação individual. Nessa área, um gênero é visto como uma estrutura com diversas dimensões: textual, cultural, histórica, sócio-econômica e política.

Na área da Lingüística, Swales (1990) observa que o termo gênero é usado com certa frequência na Etnografia e na Lingüística Sistêmica. Na primeira, o termo geralmente está associado aos eventos de fala ou aos eventos comunicativos. Já na Lingüística Sistêmica, Swales (1990) afirma que o conceito de gênero e registro não se estabelece com muita clareza, e que apenas recentemente Frow (1980) e Martin (1985) estão alinhando estas noções em espaços distintos. Swales (1990, p. 41) destaca Couture (1986)<sup>63</sup> quando este afirma que

[...] os gêneros (relatório de pesquisas, explicação, relatórios de negócios) são textos estruturados completáveis, enquanto que registros (linguagem de relatório científico, linguagem de relatório de jornais, linguagem burocrática) representam escolhas estilísticas mais generalizáveis.<sup>64</sup>

À época que realizou um estudo sobre o estado da arte sobre gênero na área de Lingüística, Swales (1990) conclui que o conceito de registro tende a ser mais bem estabelecido, enquanto que o de gênero parece ser considerado um apêndice recente, porém o autor acrescenta que a noção de gênero está se tornando uma noção importante nos estudos de texto, a ponto de haver um rebaixamento de registro para uma posição secundária. Dentro desse contexto, Swales (1990) retira as seguintes contribuições: a percepção de gênero como tipos de eventos comunicativos que possuem uma meta direcionada, gêneros como tendo uma estrutura esquematizada e gêneros dissociados de registros ou de estilos. Já na Retórica, o autor considera que a contribuição substancial é a percepção de um contexto histórico para o estudo do desenvolvimento de um gênero, como também da noção de que o gênero é um meio de ação social. Nessa perspectiva, o conhecimento de um gênero por uma comunidade implica

---

<sup>63</sup> Swales (1990) faz referência aos seguintes autores: FROW, J. Discourse genres. **The Journal of Literary Semantics**. 9, 1980. p. 73-79.; MARTIN, J. R. Process and text: two aspects of human semiosis. In: Benson and Greaves (eds.), 1985. p.248-74.; COUTURE, B. (Ed.). **Functional approaches to writing: research perspectives**. Norwood, NJ: Ablex, 1986.

<sup>64</sup> “[...] genres (research report, explanation, business report) are completable structured texts, while registers (language of scientific reporting, language of newspaper reporting, bureaucratic language) represent more generalizable stylistic choices.” SWALES (1990, p. 41, tradução nossa).

no conhecimento de quais finalidades se deseja alcançar com a ação social realizada pelo gênero, ultrapassando, por conseguinte, o simples conhecimento da forma textual.

Em suma, de sua retrospectiva da abordagem de gênero nas diversas áreas do conhecimento (folclore, Literatura, Lingüística e Retórica), Swales (1990, p. 58) constrói sua definição para gênero:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e constituem a razão do gênero. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha enfocado estreitamente em determinada ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação aquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade discursiva original como um protótipo. Os gêneros têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esses nomes constituem uma comunicação etnográfica valiosa, porém normalmente precisam de validação adicional.<sup>65</sup>

A definição de gênero de Swales (1990) está interligada com a noção de comunidade discursiva em diversas passagens, seja quando os membros da comunidade reconhecem os propósitos comunicativos dos gêneros, seja quando reconhecem aspectos recorrentes da estrutura composicional, dos recursos lingüísticos, dentre outros. Desse modo, os gêneros nesta definição se constituem como ações sócio-retóricas que são regularmente utilizadas pelos membros de uma comunidade em suas práticas discursivas. Da definição de Swales (1990), convém ainda destacar a ênfase dada ao propósito comunicativo e à ação social. Mesmo que posteriormente o autor tenha modificado essa percepção, tirando a centralidade do propósito comunicativo, não significa dizer que esse critério deixou de ser relevante para a compreensão e produção dos gêneros. Na verdade, o propósito comunicativo é um critério relevante, acaso não fosse “correríamos o risco de tratar os gêneros meramente como um conjunto de regras lingüísticas, desconsiderando sua dimensão sócio-cultural” (SILVA, 2005, p. 08).

---

<sup>65</sup> “A genre comprises a class of communicative events, the members of which share some set of communicative purposes. These purposes are recognized by the expert members of the parent discourse community, and thereby constitute the rationale for the genre. This rationale shapes the schematic structure of the discourse and influences and constrains choice of content and style. Communicative purpose is both a privileged criterion and one that operates to keep the scope of a genre as here conceived narrowly focused on comparable rhetorical action. In addition to purpose, exemplars of a genre exhibit various patterns of similarity in terms of structure, style, content and intend audience. If all high probability expectations are realized, the exemplar will be viewed as prototypical by the parent discourse community. The genre names inherited and produced by discourse communities and imported by others constitute valuable ethnographic communication, but typically need further validation.” (SWALES, 1990, p. 58).

Considerando a evidência dada por Swales (1990) ao critério do propósito comunicativo, identificamos na literatura da área da Comunicação o seguinte propósito comunicativo geral para as resenhas não-acadêmicas que é “[...] *orientar* o público na *escolha* dos produtos culturais no mercado”<sup>66</sup> (MELO, 2003, p. 132). O autor complementa esse propósito afirmando que a resenha não tem a pretensão de oferecer uma apreciação estética mais aprofundada da obra, mas uma apreciação ligeira. Esse aspecto parece que acabou influenciando a nomenclatura do gênero. Inicialmente, as críticas ofereciam uma análise literária mais aprofundada e eram realizadas por escritores ou estudiosos da literatura, posteriormente passaram a ser denominadas resenhas e são produzidas, principalmente, por jornalistas. Contudo, segundo Melo (2003, p. 129) “[...] o termo resenha ainda não se generalizou no Brasil, persistindo o emprego das palavras *crítica* para significar as unidades jornalísticas que cumprem aquela função e *crítico* para designar quem as elabora.”. Como se pode perceber a mudança de nomenclatura significou uma mudança nos propósitos comunicativos do gênero. Daí, confirmar-se o que Swales (1990) declarou que as nomenclaturas dos gêneros serem uma importante fonte de conhecimento da comunidade discursiva.

A consideração de que um gênero é uma classe de eventos comunicativos dá ênfase ao papel de ação social desempenhado pelo gênero, e essa noção é tributária de Miller (1994a). Tendo em vista que evento comunicativo para Swales (1990, p. 46) refere-se “não somente ao discurso e a seus participantes, mas também ao papel desse discurso e ao ambiente de sua produção e recepção, incluindo suas associações históricas e culturais”<sup>67</sup>, seu conceito de gênero não pode ser pensado apenas como um construto textual, mas em uma retórica que representa ao mesmo tempo produto e processo.

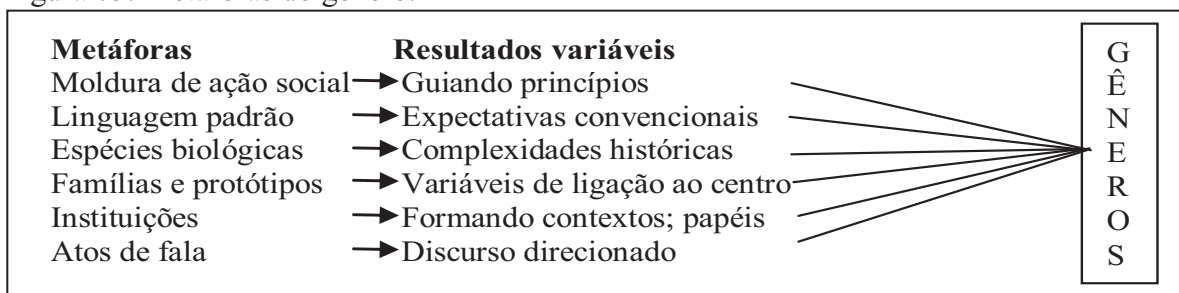
Em *Research genres: exploration and applications*, Swales (2004) põe em cheque seu conceito de gênero de 1990. Os argumentos apresentados pelo autor para sustentar sua tese baseiam-se no fato de que o conceito fracassa na medida em que não se constitui verdadeiro em todos os mundos possíveis e em todos os tempos e na medida em que pode impedir a exploração de gêneros emergentes. Assim, a melhor forma de definir um gênero é caracterizá-lo a partir de um conjunto de metáforas. A figura 3 ilustra sua recente visão de gênero.

---

<sup>66</sup> Destaque dado pelo autor.

<sup>67</sup> “[...] not only the discourse itself and its participants, but also the role of the discourse and the environment of its production and reception, including its historical and cultural associations” (SWALES, 1990, p. 46, tradução nossa)

Figura 03: Metáforas do gênero.



Fonte: Swales (2004, p. 68).

Para explicar a metáfora de gênero como “moldura de ação social”, Swales (2004) utiliza-se do conceito de gênero de Bazerman (1997, p. 23)<sup>68</sup> quando este afirma que:

Gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser. São *frames* para a ação social. São ambientes para a aprendizagem. São os lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. Gêneros são os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros e são os modelos que utilizamos para explorar o não-familiar.

Partindo dessa definição, Swales (2004) apresenta a sutil diferença entre gênero como “ação social” e como “molduras da ação social”. Para ele, o conhecimento do gênero não significa a garantia de uma ação comunicativa efetiva, pois se faz necessário que o falante/escritor tenha outros tipos de conhecimento, tais como: conhecimento dos processos de escrita, conhecimento do conteúdo (assunto), conhecimento retórico. Acrescentamos a esses tipos, o conhecimento pragmático dos valores e normas da comunidade em que está inserido o gênero. A nosso ver, esse aspecto se torna evidente quando Swales (2004) relaciona os tipos de conhecimento com as noções de “culturas disciplinares” de Hyland (2000)<sup>69</sup>, de “habitus” de Bourdieu (1990)<sup>70</sup>, embora o autor não tenha aprofundado essas relações. Especificamente sobre a noção de *habitus* que Bourdieu (2007, p. 162) define como “um princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas”, consideramos que os gêneros do discurso se constituem como uma dessas disposições práticas que são incorporadas e realizadas por sujeitos em dadas condições de existência.

<sup>68</sup> O artigo citado por Swales (2004) é: BAZERMAN, C. The life of the genre, the life in the classroom. In: W. Bishop; H. Ostrum. (Eds.). **Genre and writing**. Portsmouth, NH: Boynton/Cook, 1997. p. 19-26. Este artigo já foi traduzido para o português e está no livro “Gênero, agência e escrita”.

<sup>69</sup> A obra citada por Swales (2004) é: HYLAND, K. *Disciplinary discourses: social interactions in academic writing*. **ARAL** 22, p. 113-35, 2000.

<sup>70</sup> A obra citada por Swales (2004) é: BOURDIEU, P. **The logic of the practise**. Cambridge, UK: Polite Press, 1990.



Ao adotar a metáfora de gênero como um “frame”, Swales (2004) descredencia sua definição anterior de gênero como um “evento comunicativo”, afastando-se assim da noção de Miller (1994a, 1994b) de gênero como ação social. Essa metáfora abre possibilidade para a percepção de que o gênero do discurso possui uma face cognitiva. Nesse sentido, os gêneros poderiam ser compreendidos como um tipo de conhecimento que estaria armazenado em nossas memórias e seria utilizado de acordo com as necessidades dos processos de interação social. Contudo, ao adotar essa metáfora, Swales (2004) não se afasta da noção de situação retórica recorrente de Miller (1994a, 1994b), pois os *frames* podem se adequar às situações novas a partir da seleção de estruturas armazenadas na memória. Como Swales (2004) não aprofunda a noção de frame adotada na composição de sua metáfora, acreditamos que uma perspectiva meramente cognitivista de *frame* talvez não seja suficientemente forte para explicar o funcionamento sócio-cognitivo na utilização de um gênero do discurso por produtores e consumidores. Expandimos a noção de *frame* para uma perspectiva interacionista, que já vem sendo desenvolvida por autores como Frederiksen (1981)<sup>71</sup> *apud* Fávero (2000), que concebem *frame* como uma noção que não se resume a um esquema cognitivo fixo, mas interativo, negociado pelos falantes. Nesse sentido, a visão de gênero passa a ser a de uma estrutura sócio-cognitiva.

Ao propor a metáfora “gênero como um padrão”, Swales (2004) utiliza-se da aproximação feita por Devitt (1997)<sup>72</sup> entre gênero e língua padrão. A posição de Devitt (1997) resgata o aspecto estável do gênero, contrapondo-se a autores que ressaltam apenas sua natureza instável. A nosso ver, uma vantagem dessa metáfora é que o conhecimento das regularidades do gênero possibilita ajudar os estudantes a dominá-lo e utilizá-lo criticamente como uma ferramenta de poder. Swales (2004) também utiliza a metáfora do gênero como “uma espécie biológica” que, por sua vez, é oriunda de Fishelov (1993)<sup>73</sup>. Essa metáfora remonta à percepção do gênero como um “organismo” cultural que se desenvolve, se propaga e declina. Em nível de ilustração, Swales (2004) cita o nascimento e o crescimento do gênero pôster dentro da academia. Uma vantagem dessa abordagem é destacar o aspecto histórico do gênero.

A metáfora do gênero como “famílias” também foi retirada de Fishelov (1993).

---

<sup>71</sup> A referência completa citada por Fávero (2000) é: FREDERIKSEN, C. H. Inference in preschool children’s conversation – a cognitive perspective. In: GREEN, S. L. & WALLAT, C. (Orgs). *Ethnography and language in educational settings*. Norwood, Ablex. 1981. v. V, p. 301-50.

<sup>72</sup> A referência feita por Swales (2004) é: DEVITT, A. Genre as a language standard. In: W. Bishop; H. Ostrum. (Eds.). **Genre and writing**. Portsmouth, NH: Boynton/Cook, 1997. p. 45-55.

<sup>73</sup> A referência feita por Swales (2004) é: FISHELOV, D. **Metaphors of genre: the role of analogies in genre theory**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1993.

Swales (2004) esclarece que essa metáfora guarda semelhanças com a noção de família proposta por Wittgenstein e com a noção de protótipo de Rosh. Um aspecto que Swales (2004) destaca nessa metáfora é a percepção de que os membros de uma família podem não compartilhar de um núcleo comum de características físicas, mas de uma mesma origem genealógica. Para ilustrar, o autor cita o exemplo de um texto (*Texts, corpora, and problems of interpretatio: a response to Widdowson*) que embora esteja localizado na seção de artigos científicos, sua retórica mais se assemelha aos textos que estão localizados na seção denominada “fórum”. Esse exemplo demonstra que o membro de uma família pode ter em comum muitas características com membros de outras famílias.

A metáfora de gênero como “instituição” também é oriunda de Fishelov (1993). Para compreendermos essa metáfora, Swales (2004) sugere que o gênero não pode ser pensado apenas como um produto visível ou audível, mas se constitui como parte de um contexto, uma complexa “instituição” em que estão envolvidos processos de produção e recepção, bem como envolve os papéis dos indivíduos dentro dessa conjuntura. Essa metáfora resgata a visão de Miller (1994b, p.69) de gênero como um “artefato cultural” ao mesmo tempo em que possibilita a abertura de um horizonte de expectativas tanto para os produtores quanto para os consumidores do gênero. A vantagem dessa metáfora é que a análise do gênero perpassa naturalmente por uma investigação do papel desempenhado pelos indivíduos dentro de uma dada comunidade.

Mesmo considerando problemático conceber o gênero como um “ato de fala” devido, por exemplo, às dificuldades operatórias em classificar os enunciados, por outro lado, Swales (2004) destaca que pensar o gênero como um ato de fala significa trazer uma direção para nossas percepções dos exemplares genéricos. Swales (2004) cita o trabalho de Bazerman (2003)<sup>74</sup> denominado *Systems of genres and the enactment of social intentions* como um exemplo útil na relação entre gênero do discurso e ato de fala.

Neste trabalho, ao investigar a patente, Bazerman (2003) considera que essa relação é possível de ser estabelecida, contudo o autor não deixa de destacar algumas dificuldades, tais como: a dependência dos enunciados com as circunstâncias, remetendo-nos, assim, às condições de felicidade desenvolvidas por Austin (1990); o sentido polissêmico dos atos de fala, ou seja, um dado enunciado pode carregar uma multiplicidade de intenções, e, conseqüentemente, uma variedade de sentidos; e, a aplicação da noção de atos de fala em textos longos e complexos, tendo em vista que na teoria dos atos de fala os enunciados

---

<sup>74</sup> Esse artigo foi originalmente publicado em 1994 e consta na lista de referências.

estudados eram simples.

A tentativa de relacionar gênero com os atos de fala não é privilégio de Bazerman (2003). Travaglia (2002) tentou elaborar uma teoria tipológica, definindo os gêneros a partir dos atos de fala que, na maioria das vezes, os nomeiam (Ex.: aceite → ato de aceitar, batismo → ato de batizar, dentre outros). Dentro dessa perspectiva, o autor conseguiu descrever 48 (quarenta e oito) exemplares, propondo-se a ampliar esse estudo. Um aspecto importante de seu trabalho é o destaque que é dado ao quadro institucional e social, considerando-o como “condição de felicidade” para a validade dos gêneros estudados. Embora tenha investigado apenas a patente, Bazerman (2003) também nos dá semelhante sinalização.<sup>75</sup>

Outras metáforas são invocadas por Swales (2004), tais como: índice ou arquivo. Contudo, o autor se limita à exposição das que foram acima citadas na medida em que estas já lhe fornecem uma ampla perspectiva para o gênero. Essa abordagem abrangente apresenta vantagens e desvantagens. Se, por um lado a noção de gênero é ampliada, revelando a complexidade do construto e a dificuldade de uma dada definição conter todas as nuances nas quais ele pode ser percebido. Por outro lado, essa ampliação excessiva acaba por afrouxar demais a noção, gerando uma diluição do conceito ao mesmo tempo em que pode promover um afastamento da noção de comunidade discursiva.

Outra questão que pode ser levantada é que essa perspectiva multifacetada, como o próprio autor esclarece, não permite abordar a questão do propósito comunicativo. A nosso ver, o fato de essa perspectiva descerrar diferentes flancos torna difícil a construção de procedimentos metodológicos que guardem coerência com a proposta teórica. Talvez seja por essa razão que, em procedimentos metodológicos para a análise do gênero elaborados por Askhave e Swales (2001) e Swales (2004) a noção de contexto seja vaga e imprecisa<sup>76</sup>. Destacamos que a relação entre teoria e metodologia é ressaltada por Swales (2004, p. 60) quando ele afirma que

[...] a teoria e a metodologia não representam mais mundos epistologicamente distintos como um espelho de imagens de um mesmo empreendimento – o de fazer descobertas úteis. Desse modo, a teoria passa a ser o que precisamos formar e informar às nossas observações e interpretações metodologicamente derivadas, enquanto as opções metodológicas que venham a surgir modificam o posicionamento teórico.<sup>77</sup>

---

<sup>75</sup> Bazerman (2003) não tem a pretensão de desvendar o “mistério” de os gêneros serem ou não passíveis de serem definidos por atos de fala. A seu ver, alguns são passíveis dessa redução, enquanto outros não o são.

<sup>76</sup> Aprofundaremos as propostas metodológicas de Askhave e Swales (2001) e Swales (2004) no capítulo referente à metodologia da presente pesquisa.

<sup>77</sup> “[...] theory and methodology represent not so much separate epistemological worlds as mirror images of the same enterprise - that of making useful discoveries. In this way, theory turns up to be what we need to shape and inform our methodologically derived observations and interpretations, while the methodological options that emerge modify the theoretical positioning that we started with.” (SWALES, 2004, p. 60, tradução nossa).

Das metáforas referidas por Swales (2004) para descrever gênero, uma particularmente que nos interessa é a metáfora de instituição. Acreditamos que não podemos pensar a “comunidade jornalística” sem considerar que a função de informar institucionalizou-se e essa atividade social se destina a uma audiência massiva, afetando, as condições de produção e de recepção dos gêneros do discurso.

### **2.3.2 A noção de comunidade discursiva**

De acordo com Swales (1990), seu interesse em aprofundar o conhecimento sobre comunidade discursiva se justifica, principalmente, pelo fato de que essa noção se constitui como veículo de controle para a produção e administração de gêneros. Essa afirmação do autor já indica que não se pode prescindir da noção de gênero no desenvolvimento da noção de comunidade discursiva. Partindo dessa percepção é que o autor elabora um conjunto de 06 (seis) critérios para defini-la que são: um conjunto de objetivos públicos amplamente aceitos, a existência de mecanismos de intercomunicação entre os participantes da comunidade, a utilização de mecanismos de participação para prover informação e estimular o retorno da comunicação, um repertório de gêneros que são utilizados para a realização comunicativa de seus objetivos, a existência de um léxico específico, e a existência de uma hierarquia dentro da comunidade discursiva com membros de conhecimento altamente especializado e membros novatos.

Como é possível perceber, a existência de um repertório de gêneros se constitui um dos elementos caracterizadores da comunidade discursiva e, a nosso ver, um elemento central dentro do construto, na medida em que alguns critérios da comunidade discursiva convergem de alguma forma para o critério do repertório dos gêneros. Senão vejamos, os objetivos públicos podem ser viabilizados através dos gêneros, bem como as diferentes formas de participação e de intercomunicação na comunidade, acrescentando-se, ainda, o uso de um léxico específico que pode caracterizar o estilo de alguns gêneros em uma dada comunidade.

Ao elaborar a noção de comunidade discursiva, Swales (1990) fez questão de diferenciá-la de comunidade de fala. Nesse sentido, entre comunidade de fala e comunidade discursiva, o autor destacou os seguintes pontos de afastamento que organizamos no quadro 01. O que é interessante nessa diferenciação é a caracterização da comunidade discursiva como um agrupamento sócio-retórico. Essa categorização põe em relevo o papel dos gêneros

dentro do construto.

Quadro 01: Relação entre comunidade de fala e comunidade discursiva em Swales.

COMUNIDADE DE FALA	COMUNIDADE DISCURSIVA
▪ Agrupamento sociolingüístico.	▪ Agrupamento sócio-retórico.
▪ Os determinantes principais do comportamento lingüístico são sociais.	▪ Os determinantes principais do comportamento lingüístico são funcionais.
▪ Tem estrutura centrípeta.	▪ Tem estrutura centrífuga.
▪ É possível se tornar membro a partir do nascimento, acidente ou adoção.	▪ Para se tornar membro é necessário treinamento ou qualificação relevante.

Segundo o próprio Swales (1992), seus critérios não resistiram muito tempo ao teste das críticas. Muitas deles repousavam no fato de que a comunidade discursiva mais parecia uma comunidade discursiva ideal, tendo em vista que o autor não faz nenhuma referência aos conflitos existentes dentro das comunidades. Outra questão que foi levantada também está relacionada à estabilidade com que o autor apresentou os gêneros e o léxico dentro de uma comunidade discursiva. Nessa perspectiva, consideramos que a noção de relativa estabilidade de Bakhtin (1997) poderia muito bem ser útil na medida em que nas comunidades discursivas as formas de interação podem provocar a transmutação, o surgimento de gêneros, bem como o surgimento de novos jargões.

Diante das críticas, Swales (1992) retoma sua noção e modifica alguns dos seus critérios de comunidade discursiva com a finalidade de adequá-la a um mundo mais real e, ao mesmo tempo, mais complexo. Segundo Swales (1992, p. 10-11):

- 1) Uma comunidade discursiva possui um conjunto perceptível de objetivos. Esses objetivos podem ser formulados pública e explicitamente e também ser no todo ou em parte estabelecidos pelos membros; podem ser consensuais; ou podem ser distintos, mas relacionados [...];
- 2) Uma comunidade discursiva possui mecanismos de intercomunicação entre seus membros. [...];
- 3) Uma comunidade discursiva usa mecanismos de participação para uma série de propósitos: para prover o incremento da informação e do *feedback*; para canalizar a inovação; para manter os sistemas de crenças e de valores da comunidade; e para aumentar seu espaço profissional;
- 4) Uma comunidade discursiva utiliza uma seleção crescente de gêneros no alcance de seu conjunto de objetivos e na prática de seus mecanismos participativos. [...];
- 5) Uma comunidade discursiva já adquiriu e ainda continua buscando uma terminologia específica;
- 6) Uma comunidade discursiva possui uma estrutura hierárquica ou explícita que orienta os processos de admissão e de progresso dentro dela.

As reformulações dos critérios de Swales (1992) para a noção de comunidade discursiva produziram um construto teórico robusto que desencadeou uma série de aplicações em diferentes comunidades discursivas. Dentre essas pesquisas podemos citar a de Bernardino

(2000) que constatou que a irmandade dos alcoólicos anônimos adequou-se sem dificuldades aos critérios propostos por Swales (1990, 1992), tendo o gênero depoimento como um tipo singular de ação social realizada nessa dada comunidade discursiva<sup>78</sup>.

Essa reformulação dos critérios também propiciou uma redefinição do distanciamento entre comunidade de fala e comunidade discursiva. Com sua nova proposta, as comunidades discursivas influenciam as comunidades de fala. Nas palavras de Swales (1992, p. 8-9):

Assim, temos cidades universitárias (Oxford, Ann Arbor, Madison), cidades esportivas (St. Andrews, Saratoga), cidades políticas (Ottawa, Canberra), cidades religiosas (Assis, Meca), cidades pesqueiras, cidades empresariais, cidades temáticas e assim por diante. Esses estudantes<sup>79</sup> vêm na Academia círculos concêntricos de co-participação que se irradiam das especialidades ou escolas para o departamento, para a universidade e para a cidade. E, quanto mais se desenvolve o processo de irradiação do núcleo central para a periferia, mais as características da comunidade discursiva confundem-se com as da comunidade de fala; e, quanto mais nos afastamos das associações invisíveis em redes nacionais ou internacionais de pessoal especializado, mais fortemente os aspectos locais exercem sua influência. A “verdadeira” comunidade discursiva pode ser mais rara e esotérica do que eu pensava.

Essa visão de Swales (1992) sobre a interação entre comunidade discursiva e comunidade de fala revela uma nova face de seu construto teórico, agora sensível (mas nem tanto) às inovações, bem como sensível a um cenário sócio-político e econômico. Nesse sentido, a comunidade discursiva de Swales (1992) parece não estar mais comunicável com a realidade como outrora nos parecia sugerir. Contudo, essa percepção do autor não chega a invalidar as críticas recebidas, apenas ressalta que sua noção de comunidade discursiva não dá conta das contradições que possam existir dentro dela. Segundo Swales (1990, p. 32):

O status preciso de comunidades discursivas conflitantes é sem dúvida uma questão de estudo futuro, mas aqui isto pode no mínimo ser aceito que as comunidades discursivas podem, num período de tempo, perderem como também ganharem consenso, e em alguma junctura crítica, serem tão divididas quanto estarem no ponto de fragmentação<sup>80</sup>.

Outro aspecto que pode ser destacado é que o conceito de comunidade discursiva nem sempre pode ser aplicado a toda e qualquer comunidade, Bonini (2002) já havia atentado para essa questão quando tentou aplicá-lo à “comunidade discursiva” dos jornalistas. Para o

---

<sup>78</sup> Outras pesquisas também podem ser citadas, dentre elas a de Gaede (2003) que pesquisou a comunidade discursiva virtual Sociedade Senhor dos Anéis e a de Araújo (2003) que pesquisou a comunidade virtual dos tananãs. Estas pesquisas estão descritas na forma de artigo no livro “Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales”.

<sup>79</sup> Swales refere-se aos seus alunos de pós-graduação.

<sup>80</sup> “The precise status of conflictive discourse communities is doubtless a matter for future study, but there it can at least be accepted that discourse communities can, over a period of time, lose as well as gain consensus, and at some critical juncture, be so divided as to be on the point of splintering.” (SWALES, 1990, p. 32, tradução nossa).

autor, nenhum dos seis critérios estabelecidos por Swales (1990, 1992) pode ser diretamente aplicável à comunidade dos jornalistas. Segundo Bonini (2002, p. 154):

Ao enquadrarmos a comunidade discursiva dos jornalistas nos princípios apontados por Swales (1992), vamos encontrar certas discrepâncias: 1) há um conjunto de objetivos detectáveis, mas que variam bastante de emissores para receptores; 2) não podemos dizer que os mecanismos são exatamente de intercomunicação, mas de comunicação; 3) já que os mecanismos de comunicação não são participatórios, ao menos diretamente, o conjunto de propósitos que os movem não são claramente detectáveis; 4) há uma utilização seletiva e evoluinte destes mecanismos de comunicação, mas obedecendo a critérios vários, incluindo sempre o valor comercial da informação; 5) há um léxico específico para os jornalistas, mas seus leitores não tomam contato com ele e, por outro lado, dependendo da especificidade da comunidade de leitores, há um léxico específico do qual o jornalista se apodera, sem se comprometer com ele, para fazer seu trabalho de transmitir informações; 6) a estrutura hierárquica de entrada e ascensão na comunidade também é muito difícil de ser detectada, se há, uma vez que os jornalistas pertencem a um ambiente institucionalizado com passagem pela academia e os leitores claramente não têm acesso a esse ambiente, a um mesmo *status* comunicacional.

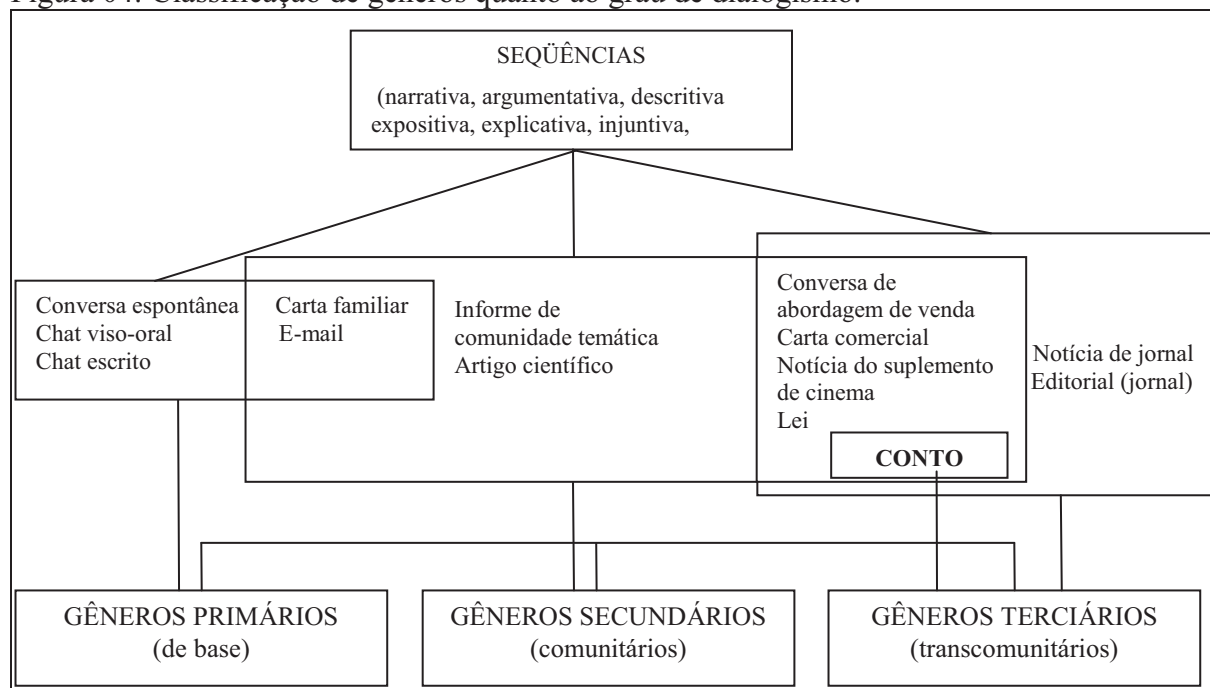
Diante de tantas evidências, cumpre-nos considerar que apesar de o construto teórico de comunidade discursiva ser bastante produtivo para algumas comunidades, apresenta grandes problemas se utilizado em comunidades mais amplas. Partindo dessa constatação, a problemática carrega a reboque a noção de gênero. Ou seja, em que medida os gêneros podem ser concebidos como propriedades exclusivas de comunidades discursivas, se nem sempre é possível definir uma comunidade como discursiva? Considerando que os gêneros não se realizam no vácuo e sim no âmbito de uma comunidade, a relação entre gênero e comunidade pode ser pensada como relativamente dependente?

Nessa perspectiva, Bonini (2002) postula que o editorial de jornal não poderia ser considerado um gênero, contradizendo, por conseguinte, a realidade na medida em que o editorial se efetiva como uma ação retórica bastante recorrente e identificável em nossa sociedade. Nessa esteira, seriam gêneros as resenhas não-acadêmicas? Para resolver essa problemática da comunidade dos jornalistas, o autor lançou mão da noção de comunidade discursiva complexa.

Para Bonini (2002), o conceito de comunidade pode ser pensado em termos de três dimensões, isto é, uma protocomunidade discursiva, uma comunidade discursiva simples e uma comunidade discursiva complexa. A primeira não chegaria a ser considerada uma comunidade, pois estaria ligada apenas à produção de gêneros primários (no sentido de Bakhtin), a segunda produziria gêneros secundários e a última produziria gêneros terciários. Partindo dessa visão, a comunidade discursiva de Swales (1990, 1992) corresponderia à comunidade de segundo nível que é “sustentada por propósito(s) comum(s)” (BONINI, 2002,

p. 156). A figura 04 ilustra a elaboração teórica do autor.

Figura 04: Classificação de gêneros quanto ao grau de dialogismo.



Fonte: Bonini (2002, p. 157).

A tentativa de Bonini (2002) representa uma solução parcial na medida em que classificar os gêneros do discurso tomando como referência apenas o critério da “reversibilidade discursiva dos participantes”<sup>81</sup>. Enquanto Swales (1990, 1992) restringe a relação - gêneros do discurso e comunidade discursiva - Bonini (2002) os estende. A noção de comunidade complexa não acabaria por transformá-la em uma “comunidade global” na medida em que os gêneros midiáticos objetivam atingir a um público mais amplo possível? Que outros critérios seriam, portanto, apropriados para definir a noção de “comunidade jornalística”?

Não estamos propondo com essas afirmações invalidar a proposta do autor, mas lançar questionamentos sobre ela a fim de identificar e analisar que outros elementos podem compor e explicar melhor a relação entre gêneros e “comunidade jornalística”. A inquietação em torno da impossibilidade de classificar quaisquer comunidades como discursivas gerou também, por parte de Catunda (2004)<sup>82</sup> a suposição de uma comunidade discursiva jurídica pensada em dois níveis: uma comunidade discursiva, nos moldes de Swales, que seria

<sup>81</sup> Adotamos a mesma terminologia usada por Bonini (2002).

<sup>82</sup> A discussão sobre comunidade discursiva jurídica está também descrita no livro: “Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales”.



constituída pelos operadores do direito e uma comunidade jurídica complexa, nos moldes de Bonini (2002) constituída por todos os indivíduos que são afetados, de alguma forma, pelos gêneros jurídicos.

A exposição dessas idéias deixa evidente que o construto teórico criado por Swales (1990, 1992) parece não ser suficientemente forte para explicar a “comunidade discursiva” dos jornalistas. Daí, nos apoiarmos nas palavras do autor para indagar: não seria esse construto apenas “uma metáfora conveniente” ou “uma estrutura heurística” ou ainda “uma visão ilusória que nos permite duvidosas generalizações a respeito do mundo e de suas palavras?”<sup>83</sup> (SWALES, 1993, p. 694). Esses e outros questionamentos refletem uma lacuna na caracterização da “comunidade jornalística”, tarefa que pretendemos preencher na presente pesquisa<sup>84</sup>.

## 2.4 A perspectiva de Bourdieu

Tendo em vista que nos debruçamos sobre um gênero que é produzido no universo jornalístico, consideramos inevitável incluir nessa reflexão os estudos de Bourdieu sobre campo jornalístico (1997) haja vista que o autor elaborou uma profunda análise sobre o funcionamento desse universo. Outro aspecto que nos levou a inclusão do autor é que sua aproximação com a área da Lingüística não é recente. Em “Economia das trocas lingüísticas”, Bourdieu faz pesadas críticas à Saussure e à Chomsky pelo modo como concebem a língua como sendo uma entidade abstrata, e, portanto, “fora de um modo de produção lingüístico concreto” (BOURDIEU [1977], 2003a, p. 147).

Grillo (2002) nos esclarece que no período entre o início da década de setenta até o início da década de oitenta, a produção de Bourdieu foi profusa em referências às teorias lingüísticas. Segundo a autora, suas discussões dentro da Lingüística geraram tensões com filósofos da linguagem e lingüistas. Essas afirmações deixam de alguma forma evidente que a inserção de Bourdieu em nossa pesquisa não está posta de forma aleatória, sobretudo porque o

---

<sup>83</sup> A citação completa é: “Theoretically, is discourse community a robust social construct, a defensible categorization of a particular and important kind of group? Or is it just a convenient covering metaphor, or worse, a deluding vision allowing us the dubious facility of making tempting generalizations about the world and its words? Or is it essentially a heuristic device for understanding the dynamic processes of qualification, entry, apprenticeship, full membership and lapse into old-fartage in specialized groups? A way of seeing how non-egalitarian worlds manage their affairs, be they corporate or educational entities, minority interest groups, hobbyists or whatever? A manual for the *Pilgrim’s Progress* (replete with thickets, stony ground and sloughs) rewritable for each group of Pilgrims? (SWALES, 1993, p. 694).

<sup>84</sup> Provavelmente, ao elaborar o construto “comunidade discursiva” Swales (1990, 1992) não tenha tido a pretensão de dar conta de agrupamentos do porte da “comunidade jornalística”.

autor, mesmo sendo sociólogo, apresenta em sua obra lastros de discussões linguísticas.

Antes de explorarmos a visão de língua e a noção de campo de Bourdieu, consideramos pertinente conhecer, em linhas gerais, o tipo de abordagem científica utilizada pelo autor até porque essa abordagem traz reflexos na elaboração de seus construtos. Nesse sentido, nos subsidiamos de Ortiz (1994) quando ele afirma que um dos aspectos centrais da problemática teórica de Bourdieu apóia-se na questão sobre a mediação entre indivíduo (agente social) e sociedade. Por conta desse interesse, o autor busca desenvolver uma articulação dialética entre esses dois pontos. Essa tentativa gerou um tipo de abordagem epistemológica denominada pelo próprio Bourdieu de “conhecimento praxiológico”. Em suas palavras:

O conhecimento praxiológico opera para uma nova inversão da problemática que a ciência objetiva do mundo social (como sistema de relações objetivas e independentes das consciências e das vontades individuais) constitui ao colocar as questões que a experiência primeira e sua análise fenomenológica tendiam a excluir. Do mesmo modo que o conhecimento objetivista questiona as condições de possibilidade da experiência primeira (revelando que essa experiência se define fundamentalmente pela não-colocação de tal questão), o conhecimento praxiológico inverte o objetivista, questionando as condições (teóricas e sociais) de possibilidade dessa questão. Na medida em que não é contra a experiência primeira – apreensão prática do mundo social -, o conhecimento objetivista se afasta da construção da teoria do conhecimento prático do mundo social, e dela produz, ao menos negativamente, a falta, ao produzir conhecimento teórico do mundo social contra os pressupostos implícitos do conhecimento prático do mundo social. **O conhecimento praxiológico não anula as aquisições do objetivista, mas conserva-as e as ultrapassa, integrando o que esse conhecimento teve de excluir para obtê-las.** (BOURDIEU, [1972], 2003a, p. 40) (Grifo nosso)

A “Sociologia da prática” de Bourdieu critica o objetivismo na medida em que este apresenta o ator social apenas como um mero executor da estrutura. Em outras palavras, o indivíduo executa algo que lhe é exterior e que já está objetivamente programado. Segundo Ortiz (1994, p. 11), o objetivismo “deixa de lado a análise das funções do discurso ideológico, assim como os aspectos relativos à reprodução deste discurso através dos agentes sociais”. A tentativa de superar o objetivismo em Bourdieu repousa na inclusão da noção de intersubjetividade, como também na questão de poder.

Para fins de organização da seção, dividimo-la em duas partes: na primeira, faremos uma apresentação sobre a visão de língua proposta pelo autor, e, na segunda, desenvolveremos suas reflexões em torno do campo jornalístico, construto que iluminará nossa compreensão sobre a relação gênero e comunidade, bem como a construção de um esboço sobre “comunidade jornalística”. Considerando que o autor não explorou a relação gênero do discurso e campo, julgamos que a discussão sobre a visão de língua é pertinente na

medida em que, assim como Bourdieu (2003a, 2003b), também recusamos uma perspectiva de língua imanente. Não queremos afirmar, por outro lado, que o autor não tenha se referido a gênero em seus textos. Especificamente no capítulo intitulado “Gênese de uma estética pura”, Bourdieu (2005) faz menção a gênero em algumas passagens, mas em um sentido adotado pela abordagem literária (lírico, épico e dramático) e não no sentido bakhtiniano. Assim, gênero é apresentado como obra de arte que é produzida seguindo a lógica do campo literário<sup>85</sup>.

Outro aspecto que justifica a inclusão deste tópico (visão de língua) em nosso estudo é a relação entre língua e posição social. O uso de um dado “capital lingüístico” é capaz de agrupar os indivíduos em uma determinada posição no espaço social, gerando, por conseguinte homologias nas categorias de apreciação. Essa percepção nos leva a pensar em uma relação entre os tipos de avaliação que são conduzidas em resenhas não-acadêmicas, (algumas dessas avaliações implicam no resgate de conhecimentos prévios sobre cultura geral, por exemplo) e o público-alvo a que é destinado o texto. Em outras palavras, estariam os resenhistas interagindo entre pares? Outro questionamento que advém da visão de língua do autor é em que medida os tipos de avaliação não revelariam também o “poder” do resenhista?<sup>86</sup>

#### **2.4.1 A visão bourdieusiana de língua**

Buscando refletir sobre os efeitos sociológicos dos conceitos de língua e palavra (o autor está se referindo à competência e à *performance*) e sobre a teoria sociológica das relações sociais na aplicação desses conceitos, é que Bourdieu [1977] (2003b) tentará explicar as intrincadas ligações entre língua e relações sociais. É partindo dessa visão social que Bourdieu critica a teoria lingüística de Saussure por considerar que a comunicação se estabelece independente da situação na qual o processo de comunicação se manifesta. Nesse sentido, o “outro” não é apenas um ouvinte, um elemento da comunicação, o “outro” está inserido em uma “relação de poder que reproduz a distribuição desigual de poderes

---

<sup>85</sup> O excerto a seguir demonstra como o autor percebe gênero como obra literária: “Se é esta a lógica do campo, então se compreende que os conceitos utilizados para pensar as obras de arte e, em particular, para classificá-las, se caracterizam, como observa Wittgenstein, por uma extrema indeterminação, que se trate de gêneros (tragédia, comédia, drama ou romance), de formas (gótico, barroco ou clássico) ou de movimentos (impressionista, simbolista, realista, naturalista).” (BOURDIEU, 2005, p. 291). Acrescentamos a essa ilustração o questionamento sobre a problemática das traduções haja vista que nos deparamos com trechos de um mesmo texto em que em uma tradução se referia a “gênero” e outra a “obras”.

<sup>86</sup> No capítulo 05, exploraremos com mais vagar essas questões.

agenciados ao nível da sociedade global”<sup>87</sup> (ORTIZ, 1994, p.13).

Considerando que os locutores têm uma relação de força simbólica que não se reduz apenas ao capital lingüístico propriamente dito, a língua não pode ser compreendida apenas como instrumento de comunicação. Na visão de Bourdieu [1977], (2003b, p. 148), a língua é um instrumento de poder, assim, “não procuramos somente ser compreendidos mas também obedecidos, acreditados, respeitados e reconhecidos”.

As críticas de Bourdieu também se estendem a visão de língua de Chomsky, principalmente quando o autor apresenta a linguagem como *práxis*, ou seja, a língua é apreendida em um domínio prático das situações. Para Bourdieu [1977] (2003b), a competência, que se refere Chomsky, deveria incluir também a “competência da situação”. A “competência da situação” agrega, pois, elementos que não haviam sido propostos pela Lingüística de Saussure e de Chomsky. Dentro dessa perspectiva, a inclusão das condições sociais de produção e reprodução de produtores/receptores e da relação entre eles dentro da ciência da linguagem torna-se uma necessidade.

Essa noção de competência ampliada por Bourdieu [1977] (2003b, p.153) resulta no questionamento feito pelo autor sobre a afirmação dos lingüistas de que todas as línguas se equivalem lingüisticamente. Para ele, a posição dos lingüistas capta apenas uma parte da problemática, pois “[...] os debates sobre o valor relativo das línguas não podem ser resolvidos no plano lingüístico: os lingüistas têm razão em dizer que todas as línguas se equivalem lingüisticamente, mas erram ao afirmar que elas se equivalem socialmente.”

Essa percepção conduz ao reconhecimento de que os grupos dominantes detêm instrumentos de coerção, tais como a escola e a gramática, por exemplo, para impor o reconhecimento universal de uma forma de língua (variedade lingüística) e acrescenta que nesses casos essa língua domina o mercado, sendo, portanto, tomada como norma. Na verdade, o que o autor quer deixar evidente é que a competência na língua está intimamente relacionada à competência social, ou seja, “a língua dominante é a língua dos dominantes” (BOURDIEU [1977], 2003b, p. 154).

Bourdieu [1977] (2003b, p. 154) esclarece que a competência social possibilita uma maior aptidão ao domínio de diferentes formas de língua. Assim, é mais fácil para os membros da classe dominante “relaxar a tensão” do que para os membros da classe dominada aumentá-la. Contudo, mesmo considerando o fato de que os dominantes poderem fazer uso de uma forma de língua “relaxada”, os seus discursos não terão o mesmo valor social do discurso

---

<sup>87</sup> Essa relação de poder será fundamental na construção da noção de “campo”.

dos dominados. Segundo Bourdieu [1977], (2003b, p.155), “o que fala nunca é a palavra, o discurso, mas toda a pessoa social (é o que esquecem aqueles que procuram a ‘força ilocucionária’ do discurso nele mesmo)”.

Dentro dessa perspectiva, Bourdieu [1977] (2003b) esclarece que existem condições de eficácia que fazem com que um discurso seja considerado legítimo, que são: o discurso ser pronunciado por um locutor legítimo (um sermão feito por um padre) em uma situação legítima (na Igreja) e dirigido a destinatários legítimos (fiéis), além desses aspectos o autor ressalta as formas fonológicas e sintáticas legítimas. Não será, portanto, mera coincidência percebermos a influência dos filósofos da linguagem no discurso de Bourdieu, aspecto esse que já havia sido destacado por Grillo (2002)<sup>88</sup>.

Ao se referir à noção de palavra, Bourdieu [1977] (2003b, p.147) reforça a relação entre os signos e o uso da língua. Os excertos abaixo ilustram:

O signo não tem existência (salvo abstrata, nos dicionários) fora de um modo de produção lingüístico concreto.

Compreender não é reconhecer um sentido invariante, mas apreender a singularidade de uma forma que só existe em um contexto particular.

Essas colocações sobre a língua nos remetem à posição assumida por Bakhtin (2002, p. 94 e p. 95) quando este expõe a diferença entre sinal e signo. Em suas palavras:

Enquanto uma forma lingüística for apenas um sinal e for percebida pelo receptor somente como tal, ela não terá para ele nenhum valor lingüístico. A pura ‘sinalidade’ não existe, mesmo nas primeiras fases da aquisição da linguagem. Até mesmo ali, a forma é orientada pelo contexto, já constitui um signo, embora o componente de ‘sinalidade’ e de identificação que lhe é correlata seja real.

De fato, a forma lingüística, como acabamos de mostrar, sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica um contexto ideológico preciso.

Não é apenas uma coincidência a aproximação entre as concepções de Bakhtin e Bourdieu. Em “A economia das trocas lingüísticas”, Bourdieu [1977] (2003a) faz menção a Bakhtin quando afirma que ele já havia feito críticas à concepção objetivista de língua. Nesse sentido, supomos que muitas de suas reflexões em torno desses tópicos sejam compartilhadas da leitura de Bakhtin. Isso não quer dizer, por outro lado, que Bourdieu tenha levantado as mesmas ponderações sobre a língua, até porque na perspectiva de Bourdieu a língua é um

---

<sup>88</sup> Através da leitura de “A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer”, Bourdieu (2008) faz pesadas críticas à visão de Austin de buscar apenas no discurso a força ilocucionária. Segundo Bourdieu (2008), há um esquecimento do poder da instituição, ou seja, a força ilocucionária (força sociológica para Bourdieu) é resultado de um poder oriundo da instituição de onde o sujeito fala. (Ver itens “A formação dos preços e a antecipação dos lucros” e “A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual” para aprofundar essa questão).

“sistema simbólico” que acumula um “poder simbólico” (BOURDIEU, 2005). Nesse sentido, mesmo considerando que tanto Bakhtin quanto Bourdieu avançaram em suas percepções de língua na medida em que ultrapassaram uma visão da língua em sua imanência, ambos trilham percursos distintos em épocas distintas. Bakhtin busca explicar a língua em uma perspectiva histórico-social, enquanto Bourdieu busca explicar o sistema de dominação vigente, através do conhecimento sobre os sistemas simbólicos, dentre eles a língua.

Bourdieu “transplanta” noções da Economia para o estudo da língua, daí o autor utilizar termos como, por exemplo, “capital lingüístico” e “lucro lingüístico”. Segundo Miceli (2004, XXX), Bourdieu

[...] levou as últimas conseqüências a analogia econômica ao transpor para a análise do campo simbólico o vocabulário da esfera propriamente econômica – capital cultural, bem simbólico, empresa de salvação etc.- são alvos explicativos da sociologia sistêmica fundada no método comparativo que, na verdade, justificam o equipamento metodológico a que recorre<sup>89</sup>.

Dentro dessa perspectiva, Bourdieu [1977] (2003a) defende o postulado de que a competência lingüística só funciona como capital lingüístico quando está inserida em um mercado, daí a língua ter a possibilidade de receber diferentes valores. Essa afirmação pode ser compreendida da seguinte forma: a competência lingüística não está dissociada das condições sociais de produção e reprodução dos produtores e consumidores. Nesse sentido, a competência lingüística está imbricada com as relações econômicas e culturais. Por defender esse postulado, o autor reforça idéias do tipo “a língua vale tanto quanto aqueles que a falam” (BOURDIEU, 2003a, p. 153).

É possível perceber certa influência marxista na visão de língua desenvolvida por Bourdieu, principalmente quando o autor coloca em evidência a relação entre a língua e as condições materiais de existência. Para o autor, as condições materiais permitem a alguns grupos impor seus produtos lingüísticos, como é o caso da língua dos gramáticos que funciona como um bem simbólico de dominação de uma classe sobre outras. Para a transformação de um produto lingüístico em capital lingüístico, Bourdieu (2003a) aponta algumas condições: um grau de unidade do mercado, ou seja, o produto lingüístico deve ser considerado como legítimo ao mesmo tempo em que dominante; e, um acesso diferenciado ao produto lingüístico, bem como aos lugares legítimos de expressão. Dentro dessa perspectiva, o papel da instituição escolar, por exemplo, é fundamental na reprodução do capital

---

<sup>89</sup> A afirmação de Miceli (2004) deve ser compreendida sem extremismos, pois o próprio Bourdieu (2005, p. 69) considera que a teoria econômica não pode ser percebida como um modelo fundador para a construção das suas noções, e sim como um “caso particular da teoria dos campos”, na medida em que foi possível repensar alguns pressupostos da teoria econômica.

lingüístico.

A visão de língua de Bourdieu deve ser compreendida dentro do conjunto de seu aparato teórico, ou seja, em relação com a noção de *habitus* lingüístico e campo. Compreendendo o *habitus* lingüístico<sup>90</sup> como uma “capacidade de utilizar as possibilidades oferecidas pela língua e de avaliar praticamente as ocasiões de utilizá-las”, Bourdieu (2003b, p. 158) esclarece que o *habitus* integra a sua noção de competência (ampliada) e possibilita ao sujeito definir as estratégias lingüísticas que devem ser usadas. Aliada ao *habitus*, o campo<sup>91</sup> funciona como um espaço de censura ou de permissão onde os sujeitos ocupam diferentes posições e por essa razão estão autorizados a falar ou a calar. É dentro dessa perspectiva que busca integrar componentes como *habitus* e campo que Bourdieu constrói sua noção de língua como um bem simbólico.

Partindo do conhecimento que os sujeitos têm diferentes posições dentro da estrutura social, Bourdieu (2003a) sugere que os indivíduos têm uma relação de maior ou menor tensão em relação à norma lingüística considerada valorizada. Segundo Bourdieu (2003a, p. 159):

A disposição que se leva a “se vigiar”, a “se corrigir” e a procurar a “correção” por meio de acertos permanentes, nada mais é que o produto da introjeção de uma vigilância e de correções que inculcam, senão o conhecimento, pelo menos o reconhecimento de uma norma lingüística. Por intermédio dessa disposição durável (que, em certos casos, está no princípio de uma insegurança lingüística permanente), se exercem a vigilância e a censura da língua dominante sobre aqueles que antes a reconhecem mais do que a conhecem.

Por essa razão, os membros de diferentes classes sociais têm, por conseqüência, diferentes *performances*, pois para alguns é permitido um livre-falar e para outros o silêncio. Nesse sentido, quanto maior a distância entre o reconhecimento da norma lingüística e o conhecimento (capacidade de produção) maior será a censura. Assim, as diferenças entre as classes sociais também se estabelecem através do uso da língua. Enquanto que nas classes populares há uma grande distância entre o conhecimento e o reconhecimento, as classes dominantes são capazes de produzir, sem demonstrar muito esforço, a norma lingüística valorizada. Em suma, “todas as manifestações lingüísticas se situam entre o discurso altamente censurado e o franco-falar da crise revolucionária ou da festa popular tal como descrita por Bakhtin em seu livro sobre Rabelais” (BOURDIEU, 2003b, p.169).

Apesar de as críticas levantadas por Bourdieu sobre a visão de língua de Saussure

---

<sup>90</sup> Bourdieu (2003b) considera o *habitus* lingüístico como uma dimensão do *habitus* de classe, na medida em que revela a posição do indivíduo na estrutura social.

<sup>91</sup> Essa noção será aprofundada na próxima seção.

e Chomsky serem pertinentes na medida em que não é mais possível conceber a língua como um sistema imanente, consideramos, por outro lado, que sua visão de língua apresentou-se muito dependente da estrutura social. Se Saussure e Chomsky podem ser considerados reducionistas pelo fato de recortarem os aspectos sociais, Bourdieu põe em excessivo relevo as condições materiais de existência. Compreendemos, igualmente, que a visão do autor sobre o fenômeno das trocas lingüísticas é resultado de sua visão (e formação) sociológica, mas consideramos uma limitação conceber a língua detendo-se, exclusivamente, às leis de mercado, à estrutura social, às diferenças de classe. Várias passagens de seu texto deixam evidente em maior ou menor grau certo determinismo em sua forma de analisar a língua, tais como:

A legitimidade lingüística reside precisamente no fato de que os dominados são sempre *virtualmente*<sup>92</sup> subordinados à lei oficial, mesmo se passarem toda a sua vida, à maneira do ladrão de que fala Weber, fora de seu meio; colocados em situação oficial, os dominados estão fadados ao silêncio ou ao discurso arrevesado, também freqüentemente registrado pela pesquisa lingüística. (BOURDIEU, 2008, p. 50)

Por intermédio da estrutura do campo lingüístico enquanto sistema de relações de força propriamente lingüísticas fundadas na distribuição desigual do capital lingüístico (ou melhor, das oportunidades de incorporar os recursos lingüísticos objetivados), a estrutura dos estilos expressivos reproduz em sua ordem a estrutura dos desvios que separam objetivamente as condições de existência. (BOURDIEU, 2008, p. 44-45)

Dentro dessa perspectiva, alguns questionamentos são colocados, dentre eles os seguintes: como conceber, no interior dessas reflexões, um sujeito que ampliou sua competência comunicativa e não alterou suas condições materiais de existência? E como compreender o uso da língua por sujeitos que sofreram um processo de mudança de posição na estrutura social? Embora reconheçamos a posição contrária de Bourdieu a um sujeito concebido como mero reproduzidor da estrutura social, torna-se difícil apoiar-se nesse pensamento quando lemos algumas partes de seus textos como as que foram transcritas anteriormente. Aliada a nossa inquietação, acrescentamos a opinião de Ortiz (1994, p. 25-26):

Os estudos de Bourdieu acentuam, sobretudo, essa dimensão social em que as relações entre os homens se constituem em relações de poder, mas ainda, em que eles reproduzem o sistema objetivo de dominação interiorizado enquanto subjetividade; a sociedade é, dessa forma, apreendida como estratificação de poder. A reprodução da ordem não se confina simplesmente aos aparelhos coercitivos do Estado ou às ideologias oficiais, mas se inscreve em níveis mais profundos para atingir inclusive as representações sociais ou as escolhas estéticas. Ela é, nesse sentido, dupla e se instaura objetiva e subjetivamente, pois toda ideologia compõe um conjunto de valores, mas também consiste numa forma de conhecimento. Porém, no momento em que a análise nos desvenda os mecanismos da reprodução da

---

<sup>92</sup> Grifos do autor.



ordem, surge uma pergunta inquietante: como pensar a transformação? Pode-se dizer que em nenhum momento a pergunta recebe uma atenção particular; na verdade, **a questão da mudança aflora em algumas passagens dos escritos de Bourdieu, mas se reduz a constatações fugazes que evidenciam um problema jamais abordado.** (Grifo nosso)

Percorrendo um veio de diálogos com a teoria de Bourdieu, Grillo (2002) nos apresenta confrontos e confluências tecidas entre o autor e lingüistas e filósofos da linguagem, tais como: Saussure, Chomsky, Austin, Labov, Milner, Kerleroux, Authier-Revuz<sup>93</sup>, dentre outros. Destacamos o posicionamento da autora quando esta ressalta o esquecimento de Bourdieu sobre a cisão inaugurada por Saussure quando este optou por se deter no estudo da *langue* e não da *parole*. Essa escolha metodológica propiciou o surgimento de duas tradições dentro da área da Lingüística, a saber: uma tradição lógico-gramatical e uma tradição retórico-hermenêutica. Para Grillo (2002), os estudos de Bourdieu vão ao encontro da tradição retórico-hermenêutica na medida em que as formas lingüísticas estão relacionadas a um contexto sócio-histórico. Segundo Grillo (2002), o resultado desse esquecimento reproduziu

[...] os preconceitos presentes na relação entre os estudos da língua e os do discurso, ao desconsiderar o amplo espectro de trabalhos que se tem desenvolvido sob o título de análise do discurso: teorias da enunciação, lingüística textual, semiótica, análise da conversação, teorias da argumentação, sociolingüística. O diálogo entre campos do saber diferentemente distribuídos no universo dos estudos acadêmicos e científicos exige um conhecimento do “outro”, difícil de ser atingido devido à complexidade dos estudos de cada área do saber. Corre-se sempre o risco de tomar uma perspectiva teórica pelo todo de um campo científico, contribuindo para a (re)produção de preconceitos teóricos.

Por outro lado, Grillo (2003) acredita que pode ser bastante produtivo um diálogo entre áreas distintas, como, por exemplo, a teoria sociológica de Bourdieu com aportes teóricos da Lingüística, principalmente quando se pretende compreender como a materialidade lingüística incorpora os aspectos externos à linguagem. No caso da presente pesquisa, a concepção de Bourdieu [1977] (2003b) de que o estudo da linguagem deve incluir o mundo social, harmoniza-se com as pretensões deste trabalho, pois consideramos que os propósitos comunicativos e a avaliação sofrem influências das condições de produção. Algumas afirmações de Bourdieu [1977] (2003b, p. 150) reforçam nossa percepção, dentre elas a seguinte: “Para explicar o discurso é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona”. Nesse sentido, apresentaremos na próxima subseção um maior detalhamento sobre o campo jornalístico.

---

<sup>93</sup> A referência desses autores pode ser encontrada em Grillo (2002).

## 2.4.2 A noção de campo

A gênese do conceito de campo é resultado da interpretação de Bourdieu (2005) acerca dos escritos de Weber sobre a sociologia religiosa. O autor concebeu o campo religioso como uma “estrutura de relações objetivas” (BOURDIEU, 2005, p. 66). Essas relações entre os agentes envolvidos no campo irão se constituir um aspecto fundamental na formalização do seu conceito e resultam da decisão epistemológica de Bourdieu de pôr em prática os conhecimentos teóricos. Assim, o autor fez um exercício de análise de diferentes objetos empíricos, tais como o universo da alta costura, da política, da literatura, dentre outros. Segundo Bourdieu (2005, p. 67):

[...] a paciência das aplicações práticas repetidas deste método é uma das vias possíveis (para mim a mais acessível e aceitável) da “ascensão semântica” (no sentido de Quine) permitindo levar a um nível de generalidade e de formalização mais elevado os princípios teóricos envolvidos no estudo empírico de universos diferentes e as leis invariantes da estrutura e da história dos diferentes campos. Estes, em consequência das particularidades das suas funções e do seu funcionamento (ou, mais simplesmente, das fontes de informação respectivas), denunciam de maneira mais ou menos clara propriedades comuns a todos os campos

Ao explicar como a teoria geral dos campos foi sendo elaborada, Bourdieu (2005) justifica sua necessidade de utilizar conceitos da Economia como capital, mercado, concorrência, oferta, procura, dentre outros. Para o autor, não houve uma simples transferência de conceitos de um domínio para outro, ao contrário a construção do objeto teórico (campo) exigiu a utilização de noções provenientes da Economia<sup>94</sup>. Para Bourdieu (2005, p. 69):

Tudo leva a supor que a teoria econômica, como se espera poder um dia demonstrar, em vez de ser modelo fundador, deve antes ser pensada como um caso particular da teoria dos campos que se constrói pouco a pouco, de generalização em generalização e que, ao mesmo tempo permite compreender a fecundidade e os limites de validade de transferências como as com que Weber opera, e obriga a repensar os pressupostos da teoria econômica à luz, sobretudo, dos conhecimentos adquiridos a partir da análise dos campos de produção cultural.

Nesse sentido, os conceitos provenientes da Economia assumiram um importante papel na compreensão das relações que são estabelecidas entre os agentes, explicitando, assim, o “jogo” (no sentido wittgensteiniano) que se institui em cada campo, bem como da relação de interinfluência entre os campos.

A postura do autor de afastar-se tanto do objetivismo quanto do subjetivismo está presente na origem da noção. Esse distanciamento de explicações internas e externas conduz o

---

<sup>94</sup> Para Bourdieu (2005), é o objeto que estabelece o ponto de vista de análise do pesquisador.

autor a construir uma noção de campo na qual os agentes sociais ocupam diferentes posições. Essas posições são construídas a partir de oposições, tais como: professor ≠ aluno, juiz ≠ advogado, editor ≠ escritor, dentre outras que podem ser evocadas em diferentes campos. Não se constitui mera coincidência que essa forma de concepção da noção de campo remonte a um paradigma estruturalista. Segundo Thiry-Cherches (2008, p. 165):

Do estruturalismo, Bourdieu rejeita a redução objetivista, que nega a prática dos agentes e não se interessa senão pelas relações de coerção que eles impõem. Recusa o determinismo e a estabilidade das estruturas – os agentes são livres dentro dos limites da lógica do campo – mas mantém a noção de que o sentido das ações mais pessoais e mais transparentes não pertence ao sujeito que as perfaz, senão ao sistema completo de relações nas quais e pelas quais elas se realizam.

O estruturalismo de Bourdieu é muito mais metodológico do que teórico na medida em que tenta desvelar em determinados tempos e espaços estruturas que estão historicizadas e que se sobrepõem aos indivíduos (THIRY-CHERCHES, 2008). Essa postura é proveniente do “conhecimento praxiológico” que o autor instaura em suas pesquisas, rejeitando tanto a idéia de que as ações dos agentes sociais resultam apenas de suas escolhas individuais quanto à idéia de que suas ações representam simples execução das estruturas.

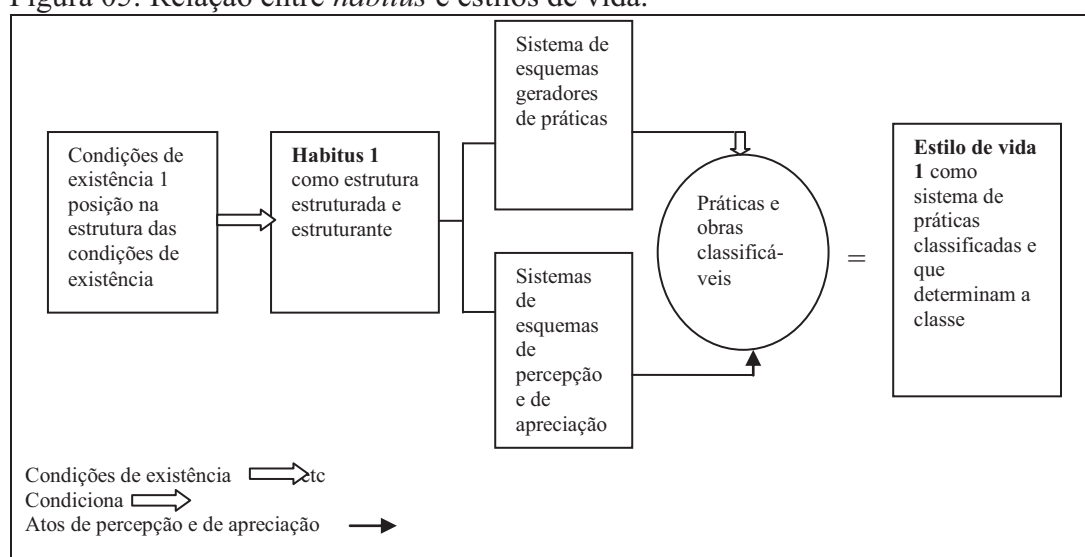
Na verdade, a escolha dos indivíduos depende da posição que estes ocupam dentro de cada campo. Essa percepção da gênese social foi fonte de inúmeras pesquisas que identificaram como os gostos de classe e os estilos de vida estão intimamente relacionados com a posição que os agentes detêm no interior de cada campo.<sup>95</sup> Isso implica dizer que a exterioridade das posições define a interioridade das ações, evidenciando, assim, uma íntima relação entre as noções de *habitus* e campo, construtos primários do autor. A figura 05 ilustra como Bourdieu (2007) concebe essa relação entre *habitus* e práticas sociais.

Como afirmamos, é imprescindível explicar campo sem fazer referência a *habitus*. Para Ortiz (1994, p. 25) “[...] o *habitus* assegura a interiorização da exterioridade e adéqua a ação do agente à sua posição social [...]”. Dessa forma, o *habitus* é compreendido como uma matriz que define a maneira como o agente percebe, aprecia, julga e age no mundo. As disposições são interiorizadas e ao mesmo tempo são capazes de engendrar práticas. Essa interiorização é adquirida mediante a interação social ou por aprendizagem explícita ou implícita. Assim, a intersubjetividade aparece como solução que permite a mediação entre indivíduo e coletividade. Isso implica que o *habitus* se realiza em um dado campo social.

---

<sup>95</sup> No livro “A distinção: crítica social do julgamento”, Bourdieu (2007) tenta estabelecer relações entre posições sociais e práticas culturais.

Figura 05: Relação entre *habitus* e estilos de vida.



Fonte: Adaptação de Bourdieu (2007, p. 163).

Esse aspecto de “estrutura estruturante” e não somente de “estrutura estruturada” do *habitus* é um ponto diferencial do estruturalismo bourdieusiano na medida em que constrói a objetividade do mundo a partir da concordância das subjetividades. Essa concordância é explicada a partir da aceitação natural dos agentes da estrutura social. A aceitação dessa estrutura não tem como consequência uma concepção de campo como um espaço de consenso, ao contrário o campo se constitui como um espaço de lutas que visa à reprodução ou a “transformação”<sup>96</sup> da estrutura. Esse embate, por sua vez, gira em torno de bens que são considerados valorosos em cada campo. No campo acadêmico, por exemplo, a luta se dá em torno da autoridade científica.

Diante de tais informações, fica evidente que os agentes pensam e agem de acordo com a posição que ocupam no campo, de modo que a liberdade de suas ações está, pois, condicionada à lógica de cada campo. Para Thiry-Cherques (2008, p. 172) e Hanks (2008, p. 45-46):

Todo campo se caracteriza por agentes dotados de um mesmo *habitus*; o campo estruturando o *habitus* e o *habitus* construindo o campo. O *habitus* é a internalização ou incorporação da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização ou objetivação do *habitus*.

Manter o vínculo com um campo é estar moldado, ao menos potencialmente, pelas posições que se ocupa nele. O falante que produz discurso em um campo como a academia é moldado pelas posições que ele/ela assume e as formas discursivas que tais posições produzem. [...] O campo, portanto, torna-se não uma característica externa do contexto, mas um elemento de formação (*formative input*) que modela o indivíduo através do *habitus*.

<sup>96</sup> O papel da “transformação” dentro dos construtos foi questionado na seção anterior.

Essa relação umbilical entre campo e *habitus* nos leva a afirmar que o conceito de campo não pode ser compreendido apenas como contexto. Essa percepção equivocada (campo como contexto) acaba por desconfigurar o papel da noção na construção desse sistema de disposições que o agente adquire e/ou aprende, bem como desconsidera, por exemplo, a posição relacional dos agentes dentro do campo na construção de uma dada estrutura subjacente. Como constatamos, os conceitos bourdieusianos estão articulados de modo que para compreender campo é fundamental entender o que seja *habitus*, capital, violência simbólica, agentes, dentre outros.<sup>97</sup>

A partir das considerações acima dispostas, é possível destacar os seguintes aspectos caracterizadores da noção de campo, que são: o campo é estruturado em posições objetivas, o campo não tem estruturas fixas, o campo é um palco de disputas e o campo é relativamente autônomo. Acrescentamos, ainda, as idéias de que o direito de entrada no campo é regido pelo conhecimento de seus valores fundamentais e de que o campo cria o seu próprio objeto.

Com relação ao fato de que o campo é estruturado em posições, é preciso, inicialmente, afirmar que os agentes<sup>98</sup> têm diferentes posições e essas posições estão em relação umas com as outras, gerando oposições. Essas posições dos agentes são, por sua vez, socialmente predeterminadas e propiciam a reprodução no interior de cada campo das relações sociais externas. Contudo, essa reprodução não é direta, ela é mediada pela estrutura específica de cada campo. Isso porque a dinâmica social se realiza no interior dos campos.

Há um macrocampo constituído de diferentes microcampos (jurídico, jornalístico, político, dentre outros) que têm lógicas próprias que os governam. A diferença de posições entre os agentes faz com que o campo subsista, determinando, inclusive, as escolhas dos agentes. A posição representa, pois, a face objetiva do campo, e essa face é objetiva porque independe da vontade do agente, haja vista a posição estar inscrita nele através de suas disposições de ação e de percepção. (THIRY-CHERQUES, 2008). A nosso ver, as diferentes posições dos agentes se constituem em um aspecto fundamental dentro da noção de campo tendo em vista que são estas posições que constroem o *habitus* dos agentes e propiciam o

---

<sup>97</sup> À medida que formos explicitando a noção de campo, iremos apresentando as outras noções.

<sup>98</sup> Bourdieu (2005, p. 87) se refere à agente e não sujeito pelo fato de que os agentes têm uma “[...] ‘vocação’ subjetiva (aquilo que se sentem ‘feitos’) e a sua ‘missão’ objetiva (aquilo que deles se espera), entre o que a história fez deles e o que ela lhes pede para fazer, concordância essa que pode exprimir-se no sentimento de estar bem ‘no seu lugar’, de fazer o que se tem de fazer, e de fazê-lo com gosto – no sentido objetivo e subjetivo – ou na convicção resignada de não poder fazer outra coisa, o que também é uma maneira, menos feliz certamente, de se sentir destinado para o que se faz.”. Em outras palavras, o agente tem encravado em si os princípios geradores que produz suas práticas. A subjetividade dos agentes é explicada a partir da objetividade da estrutura.

embate de forças dentro do campo.

Com relação ao aspecto de que o campo não tem estrutura fixa, significa afirmar que a estrutura subjacente em cada campo não é universal, ao contrário é produto da história (THIRY-CHERQUES, 2008). Por exemplo, a estrutura do campo educacional não é a mesma em uma sociedade dos Amish (Estados Unidos) e na sociedade brasileira atual. Essa idéia de não-fixidez também revela a natureza dinâmica dos campos. Essa dinamicidade pode ser compreendida a partir das ações dos agentes que não se constituem apenas em produto (*opus operatum*), mas também se constitui como produtora de ações (*modus operandi*) que variam no tempo e no espaço.

No que se refere ao campo como palco de disputas, o campo possui agentes dominantes e dominados, implicando na existência de práticas de conservação (ortodoxia) e de práticas de subversão (heterodoxia) em prol do capital social<sup>99</sup>. Esse embate se explica pelo fato de que o capital está distribuído desigualmente no campo. O modo como o capital está distribuído no campo configura sua estrutura interna. De um lado, temos os dominantes que detêm muito capital, enquanto, de outro, temos os dominados que detêm pouco ou nenhum capital. Os agentes agem no interior do campo em prol de maximizar o capital que possuem. A dominação se dá através de diferentes mecanismos e instituições (como universidades, escolas, museus, dentre outras) que legitimam ou não determinado bem. Essa dominação é também chamada de “violência simbólica”, haja vista haver no campo um (re)conhecimento dos valores da classe dominante. Para Thiry-Cherques (2008, p. 175):

A **dominação** não é efeito direto de uma luta aberta, do tipo “classe dominante” *versus* “classe dominada”, mas o resultado de um conjunto complexo de ações infraconscientes, que cada um dos agentes e cada uma das instituições dominantes exerce sobre todos os demais. A dominação para Bourdieu é mais o auferir privilégios do que exercer o poder, é mais ser favorecido pelas regras do jogo do que oprimir.<sup>100</sup>

Talvez por essa razão que Ortiz (1994, p. 23) afirme que “[...] dominantes e dominados são necessariamente coniventes, adversários cúmplices que, através do antagonismo, delimitam o campo legítimo de discussão.”. Em outras palavras, os agentes enquanto integrantes de um campo não percebem, em geral, a estrutura de dominação, considerando-a evidente haja vista que essas estruturas estão interiorizadas como disposições para a ação e para a apreciação. Há, portanto, uma reprodução do *habitus* e conseqüentemente

---

<sup>99</sup> Capital significa o conjunto de “bens” que os agentes possuem, constituindo diferentes tipos de poder. Bourdieu (2005) se refere a diferentes tipos de capitais como o econômico (poder material), capital cultural (conhecimentos, títulos acadêmicos, dentre outros), capital social (rede de contatos), capital simbólico (prestígio). O autor ainda acrescenta que cada campo valoriza um capital específico.

<sup>100</sup> Destaque dado pelo autor.

das desigualdades.

Sobre a relativa autonomia do campo, convém esclarecer que ela se justifica pela existência de regras próprias que regulam cada campo, como também pela inter-relação entre os campos. Essa articulação entre os campos é explicada em Bourdieu (2005, p. 55-56) quando o autor se refere ao tratamento da questão política em diferentes campos:

Existe, em primeiro lugar, o campo político: os homens políticos, directamente implicados no jogo, portanto directamente interessados e percebidos como tais, são imediatamente percebidos como juízes e como partes, logo, sempre suspeitos de produzirem interpretações interessadas, enviesadas e, por isso mesmo, desacreditadas. [...] Vem depois o campo jornalístico: os jornalistas podem e devem adoptar uma retórica da objetividade e da neutralidade (apoiando-se eventualmente nos “políticos”). Segue o campo da “ciência política”, no interior do qual os “políticos mediáticos” ocupam um lugar pouco glorioso, mesmo que gozem de prestígio no exterior (sobretudo junto dos jornalistas a quem se sobrepõem estruturalmente). Logo depois, está o campo do “marketing político”, com os publicitários e os conselheiros em comunicação política, que cobrem com justificações “científicas” os seus veredictos acerca dos homens políticos. Finalmente, encontra-se o campo universitário propriamente dito, com os especialistas da história eleitoral que se especializaram no comentário eleitoral.

Como é possível perceber, há um distanciamento entre o campo político e o científico de modo que podemos afirmar que a autonomia de um campo será maior à medida que este sofrer menos as influências de outros campos. Por outro lado, há uma relação de interinfluência entre o campo político e o jornalístico de tal modo que Chauradeau (2006, p. 257), por exemplo, afirma haver uma “guerra simbólica” entre políticos e jornalistas na tentativa de influenciar a opinião pública. Thiry-Cherques (2008) afirma que a inter-relação entre os campos pode ser percebida não apenas pela possível existência de conflitos, mas também pelo contágio de idéias. Hanks (2008, p. 47), por sua vez, já postula a existência do fenômeno da “incorporação/encaixamento” dos campos e dá como exemplo o caso de um departamento acadêmico em uma dada universidade que pode ser incorporado a um campo mais extenso como da educação superior, por exemplo<sup>101</sup>.

No que se refere ao direito de entrada, os agentes precisam conhecer as regras do “jogo”, bem como possuir um capital específico que seja considerado valioso ao campo. Nas palavras de Thiry-Cherques (2008, p. 178), o ingresso em um dado campo implica:

- a posse de diferentes formas de capital, ou seja, um **cacife (enjeux)**<sup>102</sup> na quantidade e qualidade do que conta na disputa interna e do que constitui a finalidade, o propósito do jogo específico; e
- as disposições, inclinações e aprendizados, que conformam o *habitus*.

---

<sup>101</sup> Em uma perspectiva diferente, mas considerando o campo científico, Swales (1998) em *Other floors, other voices: a textography of a small university building* discute o *status* do construto comunidade discursiva a partir da universidade considerada em sua totalidade.

<sup>102</sup> Grifos do autor.

Sobre o aspecto de que o campo cria seu próprio objeto, significa dizer que cada campo tem interesses e valores específicos. Ou seja, o campo artístico, educacional, político tem respectivamente como objeto a obra de arte, o processo de ensino/aprendizagem, o poder político. De acordo com Thiry-Cherques (2008, p. 173), “os campos resultam de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo.”.

Especificamente em relação ao campo jornalístico, Bourdieu (1997) gravou dois programas de televisão em 1996 que resultou no livro “Sobre a televisão”. Nele, o autor faz uma análise sobre o campo jornalístico, apresentando as restrições externas e internas a que estão submetidos os jornalistas. Algumas dessas coerções que constituem a lógica do campo são o índice de audiência e a busca pelo “furo”. Para Bourdieu (1997, p. 37), a “mentalidade-índice-de-audiência” está arraigada nos indivíduos e nas instituições do campo jornalístico de modo que alcançar um mais alto indicador é legitimar-se dentro e fora do campo, revelando, assim, o poder de dominação de determinado órgão de comunicação. O autor chega inclusive a afirmar que os jornalistas que ocupam uma posição mais elevada estão muito mais inclinados a utilizar o “critério do índice de audiência” do que os jornalistas mais jovens que, por sua vez, estão inclinados a seguir os “valores da profissão” (BOURDIEU, 1997, p. 106). Isso se explica porque as disposições de ação e de percepção desses indivíduos já estão completamente ajustadas às condições objetivas do campo.

Essa lógica do índice de audiência é tão forte dentro do campo que chega a influenciar o modo de produção dos jornalistas. Bourdieu (1997) cita inclusive que há uma tendência a “fazer curto” a “fazer simples” porque “vende bem”. Essa coerção acaba produzindo um embate de forças entre os que lutam para introduzir diferenças e aqueles que estão totalmente entregues à lógica do índice de audiência.

A lógica da audiência, por sua vez, está interligada com a lógica econômica. Nesse sentido, é através da lógica da audiência que se promovem as pressões econômicas. Contudo, a análise sociológica de Bourdieu (1997) não estabelece uma relação direta entre anunciantes e as matérias que são divulgadas na mídia, embora não despreze essa influência<sup>103</sup>. O fato é que o autor nos leva a compreender que o campo jornalístico tanto manipula quanto é manipulado (BOURDIEU, 1997, p. 21). Dessa visão também corrobora Charaudeau (2006, p. 253) ao afirmar que:

---

<sup>103</sup> Para Bourdieu (1997, p. 20), “É evidente que há coisas que um governo não fará a Bouygues sabendo que a Bouygues está por trás da TF1. Essas coisas são tão grossas e grosseiras que a crítica mais elementar as percebe, mas ocultam os mecanismos anônimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda ordem que fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem.”.



É preciso ter em mente que as mídias informam deformando, mas é preciso destacar, para evitar fazer do jornalista um bode expiatório, que essa deformação não é necessariamente proposital. Mais uma vez, é a máquina de informar que está em causa, por ser ao mesmo tempo poderosa e frágil.

Esse aspecto da manipulação/manipulado do campo jornalístico mostra como a autonomia dos campos é realmente relativa. Sobre esse aspecto Bourdieu (1997, p. 104) esclarece que no campo jornalístico “o peso do ‘comercial’ é muito maior.”, tornando o campo menos autônomo e mais heterônomo. Especificamente em relação aos produtos culturais, o autor afirma que é essa lógica que impera e dá como exemplo a criação das listas dos *best-sellers* dos jornais, das revistas, por exemplo. Por outro lado, os campos de produção cultural também sofrem influências do campo jornalístico. Há, por conseguinte, um efeito de cadeia, ou seja, a lógica comercial afeta o campo jornalístico que, por sua vez, afeta os campos de produção cultural<sup>104</sup>. Bourdieu (1997) esclarece que a principal influência do campo jornalístico sobre os campos de produção cultural se explica pela interferência dos produtores culturais que na visão de Bourdieu (1997) não estão exatamente situados nem no campo jornalístico, nem em campos especializados de produção cultural.

No que se refere à perseguição pelo “furo”, há uma concorrência entre os meios de comunicação de massa em apresentar as notícias mais novas, buscando mostrar com prioridade o que os outros não mostraram. Essa lógica do “furo” tem como conseqüência uma atualidade das informações, favorecendo o que é novo e desfavorecendo o que é ultrapassado. A informação é valorizada em relação à sua atualidade. A nosso ver, mais importante do que a percepção desse elemento de coerção é a análise que Bourdieu (1997) faz desse processo. Para ele, a busca pelo “furo” acaba gerando uma homogeneização do produto e a compreensão da diferença só é notada pelos olhos dos próprios jornalistas que procuram exibir o que os outros exibiram, mas com som ou com imagem que os outros não mostraram, por exemplo, de modo que o público-alvo, na maioria das vezes, não percebe as “diferenças” entre as matérias.

Essa questão levanta dois aspectos: um primeiro que se refere a um modo próprio de ver a realidade que é construído no seio do campo jornalístico e um segundo que se refere ao fato de os jornalistas exercerem uma relação de “vigilância” uns com os outros, instaurando uma espécie de “jogo de espelhos” (BOURDIEU, 1997, p. 33). Para o autor, os jornalistas vêem a realidade buscando o extraordinário, o espetaculoso. Essas formas de ver são impostas aos jornalistas a partir de censuras denominadas pelo autor de invisíveis. O fato

---

<sup>104</sup> Bourdieu (1997) destaca a influência da televisão sobre as atividades de produção cultural.

é que os jornalistas vêem certas coisas e não outras, e buscam o extraordinário no cotidiano de modo que

Os jornalistas, *grosso modo*, interessam-se pelo excepcional, pelo que é excepcional *para* eles. O que pode ser banal para outros poderá ser extraordinário para eles ou ao contrário. Eles se interessam pelo extraordinário, pelo que rompe com o ordinário, pelo que não é cotidiano – os jornais cotidianos devem oferecer cotidianamente o extra-cotidiano, não é fácil... Daí o lugar que conferem ao extraordinário ordinário, isto é, previsto pelas expectativas ordinárias, incêndios, inundações, assassinatos, variedades. Mas o extra-ordinário é também e sobretudo o que não é ordinário com relação aos outros jornais. É o que é diferente do que os outros jornais dizem do ordinário, ou dizem ordinariamente. (BOURDIEU, 1997, p. 26 – 27)

Para mostrar o não mostrado, os jornalistas realizam uma espécie de espionagem mútua, ou seja, ninguém lê mais jornais do que os próprios jornalistas. Em relação à produção de resenhas, o autor afirma que os jornais e revistas são levados a resenhar determinado livro porque outros jornais e revistas falaram. Não é à toa que em meio a uma gama de lançamentos editoriais, os meios de comunicação de massa escolham, muitas vezes, os mesmos títulos para resenhar. Esse efeito de campo é ilustrado na afirmação do autor:

Nas equipes de redação, passa-se uma parte considerável do tempo falando de outros jornais e, em particular, do ‘que eles fizeram e que nós não fizemos’ (deixamos escapar isso!) e que deveriam ter feito – sem discussão – porque eles fizeram. Isso talvez seja ainda mais visível na ordem da crítica literária, artística ou cinematográfica. Se X fala de um livro no *Libération*, Y deverá falar dele no *Le Monde* ou no *Nouvel Observateur*, mesmo que o considere nulo ou sem importância, e inversamente. É assim que se fazem os sucessos na mídia, por vezes em correlação com sucessos de venda (nem sempre). (BOURDIEU, 1997, p. 33).

Essa lógica acaba transformando o campo jornalístico em um palco de disputas em prol do índice de audiência. Isso porque, em geral, os meios de comunicação estão submetidos aos mesmos anunciantes, às mesmas pesquisas de audiência. Como consequência há a imposição de “produtos” ao público porque estes foram impostos pelo próprio campo. Daí porque autores como Bourdieu (1997) e Charaudeau (2006) afirmarem que a mídia é ao mesmo tempo manipuladora e manipulada.

A lógica da concorrência promove uma disputa entre os jornais, entre os jornais e a televisão. Isso acontece porque o campo jornalístico é subdividido em subcampos como a televisão, a imprensa escrita, por exemplo. E os subcampos disputam entre si, criando relações de concorrência, mas também relações de cumplicidade. Desses subcampos, a televisão se impõe aos demais seja pela definição de uma dada agenda (o que vai ser abordado em um editorial pode ser definido pela televisão), seja pela elevação do capital simbólico de

um dado jornalista porque este tem espaço na televisão<sup>105</sup>.

O que comentamos anteriormente sobre as posições que são ocupadas dentro de um campo fica claro quando apresentamos essas relações entre os subcampos. Bourdieu (1997, p. 71 - 72) destaca que

[...] se acontece de um tema – um caso, um debate – ser lançado pelos jornalistas da imprensa escrita, ele só se torna determinante, central, quando retomado, orquestrado, pela televisão, e investido, ao mesmo tempo, de uma eficácia política. A posição dos jornalistas da imprensa escrita vê-se ameaçada por isso e ao mesmo tempo é posta em questão a especificidade da profissão.

Essa relação de oposição entre os subcampos acaba orquestrando uma circularização da informação, levando “perigo” aos outros campos (BOURDIEU, 1997, p. 09). O autor ilustra como essa lógica quase gerou uma guerra entre a Grécia e a Turquia devido ao modo como os fatos foram construídos pelo campo jornalístico<sup>106</sup>. Mas as tensões dentro do campo se dão também entre os jornalistas e os intelectuais-jornalistas aspecto também relatado por Travancas (2001), bem como entre as instituições tomadas em uma dimensão mais global. Ou seja, qual a posição da Folha de São Paulo (São Paulo) em relação ao Diário do Nordeste (Ceará), que relações objetivas são instauradas entre essas instituições? De acordo com Bourdieu (1997, p. 56):

[...] há entre as emissoras não apenas interações, pessoas que se falam ou não, pessoas que se influenciam, que se lêem, tudo o que relatei até aqui, mas também relações de força completamente invisíveis que fazem com que, para compreender o que vai passar na TF1 ou na Arte, seja preciso levar em conta o conjunto de relações de força objetivas que constituem a estrutura do campo.

Na verdade, essas relações de força levam em consideração não apenas o peso econômico da instituição, mas também seu peso simbólico, seu prestígio<sup>107</sup>. Assim, um determinado jornal, por um lado, pode não ter alterado seu número de leitores e por outro não estar mais em uma posição dominante. De acordo com Bourdieu (1997, p. 60), “seu poder de deformar o espaço à sua volta diminui e ele já não dita a lei”. Dentro dessa lógica de oposições, há também que considerar os efeitos do peso de uma instituição sobre os jornalistas, bem como a posição do jornalista dentro da instituição. Nesse sentido, é Piza (2006, p. 31) quem destaca qual o papel do resenhista dentro do jornal:

[...] críticos parecem definir cada vez menos o sucesso ou fracasso de uma obra ou

---

<sup>105</sup> Bourdieu (1997) destaca que nos anos 50 a televisão detinha uma posição de dominada, bem diferente de sua posição nos anos 90 que tende a se manter dominante tanto economicamente quanto simbolicamente.

<sup>106</sup> Recentemente, presenciamos a tentativa do campo jornalístico de levar o presidente do Senado Federal (José Sarney) a renunciar de suas funções.

<sup>107</sup> Embora seja fácil verificar o peso econômico de um jornal através do número de tiragem, a autoridade e o prestígio requerem uma análise mais complexa da posição do jornal dentro de um dado campo jornalístico.

evento; há na grande imprensa um forte domínio de assuntos como celebridades e um rebaixamento geral dos critérios de avaliação dos produtos. O jornalista cultural anda se sentindo pequeno demais diante do gigantismo dos empreendimentos e dos “fenômenos” de audiência. As publicações se concentraram mais e mais em repercutir o provável sucesso de massa de um lançamento e deixaram para o canto as tentativas de resistência – ou então as converterem também em “atrações” com íbope menor mas seguro.

Sobre a questão do direito de entrada no campo, mais do que em qualquer outro campo, é fundamental o conhecimento das “regras do jogo”. Acrescido a esse aspecto, o Supremo Tribunal Federal lavrou o Decreto-Lei 972/69 que definiu o fim da obrigatoriedade de diploma para ser jornalista<sup>108</sup>. A distância, pelo menos em nível de formação acadêmica, entre jornalistas e colaboradores já não existe mais. O que vai realmente marcar as diferenças entre os agentes dentro do campo jornalístico é o *habitus*, haja vista considerarmos que os colaboradores ocasionais não dispõem das mesmas disposições de ação e de apreciação do que os jornalistas que vivenciam o dia-a-dia em uma dada instituição jornalística.

As noções bourdieusianas se espalharam e receberam algumas críticas. Autores como Thiry-Cherques (2008) e Nogueira e Nogueira (2006) apresentam um conjunto de idéias que se posicionam contra alguns dos postulados de Bourdieu. Thiry-Cherques (2008) destaca as seguintes críticas: os sectários do individualismo<sup>109</sup> não admitem o determinismo social imposto por Bourdieu, pois afirmam que o indivíduo não pode ser percebido apenas pela perspectiva do grupo social a que pertence; os partidários da teoria da ação<sup>110</sup> não concordam com o conceito de *habitus*, visto que este construto desconsidera as relações de cooperação, por exemplo; outros críticos não aceitam que a vida social se restrinja a explicações da lógica do capital econômico.

Nogueira e Nogueira (2002), por sua vez, destacam as críticas advindas de Alexander (2000)<sup>111</sup>, Charlot (1996, 2000)<sup>112</sup> e Lahire (1999)<sup>113</sup>. O primeiro considera que o

---

<sup>108</sup> A decisão foi exarada no dia 17/06/2009.

<sup>109</sup> Thiry-Cherques (2008) cita como partidário do individualismo BONNEWITZ, P. Entre enthousiasme et contestation. *Magazine Littéraire*, Paris, n. 369, p. 37, out. 1998.

<sup>110</sup> Thiry-Cherques (2008) cita como estudiosos pertencentes à teoria da ação Thévenot e Boltanski, contudo não fornece a referência completa.

<sup>111</sup> A referência fornecida por Nogueira e Nogueira (2006) é: ALEXANDER, J. *La réduction – critique de Bourdieu*. Paris: Les Éditions Du Cerf, 2000.

<sup>112</sup> As referências fornecidas por Nogueira e Nogueira (2006) são: CHARLOT, B. Relação com o saber e com a escola entre estudantes da periferia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 97, p. 47-63, maio. 1996.; CHARLOT, B. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.; CHARLOT, B.; BAUTIER, E.; ROCHEX, J-Y. *École et savoir dans les banlieues... et ailleurs*. Paris: Bordas, 2000.

<sup>113</sup> As referências fornecidas por Nogueira e Nogueira (2006) são: LAHIRE, B. De La théorie de l’habitus à une sociologie psychologique. In: LAHIRE, B. (Org.). *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu*. Paris: La Découverte, 1999.; LAHIRE, B. Esquisse Du programme scientifique d’une sociologie psychologique. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v. CVI, p. 29-55, 1999.

subjetivismo bourdieusiano é uma forma de determinismo, por essa razão a noção de *habitus* é reducionista. O segundo destaca que é necessário incluir na análise do *habitus* as relações que os indivíduos têm com diferentes objetos e não apenas restringi-lo aos aspectos da exterioridade. O terceiro, por sua vez, propõe que as explicações de Bourdieu sobre *habitus* e campo sejam analisadas em duas dimensões uma macrossocial, que é a proposta por Bourdieu, e sugere a inclusão de uma dimensão microssocial que deve incluir a história particular do agente. Ortiz (1994) também critica Bourdieu no que se refere à criação de uma sociologia da reprodução, haja vista ele considerar que o autor silencia em relação às mudanças sociais e à transformação do indivíduo.

Das críticas recebidas por Bourdieu ao longo do desenvolvimento de seus construtos, uma idéia que perpassa quase todos os autores que o estudaram é o fato de que a subjetividade não pode ser explicada apenas através do efeito campo, haja vista essa construção ser bastante complexa para ser analisada apenas na ótica da posição que o indivíduo ocupa em uma dada estrutura social. Bourdieu (2005, 2007) em algumas passagens destaca que a liberdade dos agentes sociais é limitada pela estrutura do campo, e, paradoxalmente, esta tese nasce da recusa ao determinismo social. O autor chega a afirmar que não admite que o indivíduo apenas realize o que lhe é previamente determinado pela estrutura social. Se estamos diante de um tipo de determinismo que é social porque reproduz as estruturas e que pode também ser compreendido como “psicológico”<sup>114</sup> porque engendra práticas, isso é irrelevante. O fato é que a articulação entre as noções de *habitus* e de campo em sua teoria parecem ser capazes de preencher lacunas na explicação entre gênero do discurso e “comunidade jornalística”, dentre elas a “delimitação” dos indivíduos que podem ser considerados membros desta comunidade e o questionamento de como os gêneros constroem a comunidade, idéias que serão exploradas na próxima seção.

## **2.5 Em torno da noção de comunidade jornalística: limites e possibilidades**

Durante todo o capítulo, levantamos questionamentos sobre a relação entre gênero (resenha) e comunidade (jornalística) e trouxemos para fomentar essa discussão os aportes teóricos de gênero e esfera de atividade humana de Bakhtin (1990, 1997, 2002), de gênero e comunidade retórica de Miller (1994a, 1994b), de gênero e comunidade discursiva de Swales

---

<sup>114</sup> A afirmação de que o determinismo de Bourdieu é “psicológico” é de nossa inteira responsabilidade, pois o autor não deixa entrever essa percepção. Ao contrário, ao explorar as noções de *habitus* e gênero ressalta sempre a incorporação do social.

(1990, 1992, 1993), e, no decorrer da pesquisa bibliográfica observamos que a complexidade dessa relação exigiria trazer à baila outro construto como o de campo de Bourdieu (1997, 2005, 2007). Essa decisão nasceu das inquietações que surgiram na medida em que colocávamos à prova as noções de gênero e esfera, de gênero e comunidade retórica e de gênero e comunidade discursiva na tentativa de explicar a relação resenha e “comunidade jornalística”.

Da revisão bibliográfica de Bakhtin (1990, 1997, 2002), de Miller (1994a, 1994b) e de Swales (1990, 1992, 1993), podemos afirmar, de um modo geral, que:

- a proposta bakhtiniana é de natureza filosófica, o autor identifica claramente os elementos que constituem a noção de gênero (conteúdo temático, estilo e estrutura composicional), bem como nos fornece indicativos dos elementos que, a nosso ver, constituem a noção de esfera (finalidades específicas, condições específicas – de produção e de recepção, ideologia e instituição). Esses elementos foram apenas relacionados à noção de esfera, sem maiores detalhamentos. Por nossa conta, procuramos interpretar o que eles poderiam representar dentro do construto esfera de atividade humana;
- a proposta teórica de Miller (1994a, 1994b) é de natureza etnográfica, e, por um lado traz uma noção seminal de gênero como “ação retórica tipificada”, mas por outro lado estabelece uma relação de circularidade entre as noções de gênero e comunidade, a saber: são os discursos que constituem a comunidade e a comunidade compartilha os discursos. Um ponto forte em seu construto de comunidade retórica é a utilização da teoria da estruturação de Giddens (1984)<sup>115</sup> na medida em que traz para a noção uma base sociológica, especificamente porque se trata de uma concepção que não é de natureza propriamente lingüística, mas originária de outra seara acadêmica. A autora tenta explicar a relação entre indivíduo e coletividade usando a teoria da estruturação;
- a proposta teórica swalesiana é de natureza didático-pedagógica, tendo em vista que o interesse do autor sempre se destinou à área do ensino de língua inglesa para estrangeiros. O construto comunidade discursiva revelou-se bastante vigoroso à proporção que gerou muitas pesquisas na área de Análise de Gêneros, ao mesmo tempo mostra-se incapaz de dar conta de comunidades como a jornalística.

Sobre a relação gênero e esfera e a relação gênero e comunidade, os autores

---

<sup>115</sup> Já fizemos referência completa de Giddens (1984) na seção em que abordamos a proposta teórica de Miller (1994a, 1994b).

estudados a apresentam como intrínseca, porém cada um deles fornece justificativas distintas. Para Bakhtin (1997), as esferas de atividade humana definem as formas de utilização da língua; para Miller (1993) as comunidades são construtos sociais e retóricos onde os indivíduos interpretam e produzem discursos; e, para Swales (1992) as comunidades discursivas são veículos de produção e de administração dos gêneros.

Outros aspectos também foram colocados na relação entre gênero e esfera e gênero e comunidade (retórica e discursiva) que são: a noção de instituição e as inter-relações existentes entre as esferas e comunidades. Sobre o primeiro (instituição), é possível inferir essa noção dos escritos de Bakhtin (1997, 2002) e de Swales (1992), principalmente quando o autor descreve comunidade discursiva, já Miller (1994a, 1994b) faz uma clara menção ao termo. Contudo, não fica claro em que sentido a autora o utilizou.

Ao apresentar as noções de gênero e esfera e de gênero e comunidade, cada um dos autores percorreu um caminho distinto. Bakhtin (1997, 2002) explica esfera a partir de gênero e vice-versa, utilizando um “método dialético” específico. Miller (1994a, 1994b), por sua vez, faz uma ampla revisão da literatura em outras áreas (Construcionismo Social, Sociologia) retirando de diferentes noções como situações retóricas, por exemplo, aspectos que possam ser úteis na apresentação de seus construtos<sup>116</sup>. Já, Swales (1990, 1992) constrói conceitos para gênero e comunidade discursiva, estabelecendo critérios para a identificação de comunidade discursiva e elementos caracterizadores dos gêneros.

Sobre a noção de esfera e de comunidade retórica e discursiva serem aplicáveis à “comunidade jornalística”, levantamos as seguintes reflexões:

- a noção de esfera serve para explicar, de forma generalizada, quaisquer tipos de comunidades, tendo em vista o fato de que Bakhtin (1997, 2002) não proveu um instrumental necessário para a identificação de uma esfera. O autor ocupou-se em desbravar o terreno em torno da noção de esfera em uma perspectiva histórico-social. Por essa razão, se faz necessário definir os aspectos constitutivos que podem distinguir uma dada comunidade. Bakhtin (1997, 2002), por exemplo, silencia quanto à relação entre os membros da comunidade, a hierarquia dentro das esferas, apenas para citar alguns exemplos;
- a noção de comunidade retórica assim como a de esfera é por demais abrangente e a de comunidade retórica, em especial, parece servir para explicar mais comunidades na *internet*, embora a autora afirme que sua noção se diferencia de comunidade de fala e de

---

<sup>116</sup> Em particular, o artigo “Genre as social action”.

comunidade discursiva. O construto se apresenta bastante circular na medida em que é a retórica que define a comunidade e vice-versa. A nosso ver, a noção de comunidade tem uma natureza muito mais complexa e não pode ser explicada basicamente pelo critério da retórica. Aliado a esse aspecto, o fato de a comunidade ser virtual acaba por ampliar demais a noção de modo que faria parte da comunidade retórica todo indivíduo que consumisse os gêneros jornalísticos. Daí, questionamos se a comunidade retórica de Miller (1994a, 1994b) não seria uma comunidade retórica global devido aos avanços da tecnologia da informação;

- a noção de comunidade discursiva por ter sido rigidamente proposta pelo autor não se adéqua em nenhum de seus critérios, como já havia analisado Bonini (2002), porém nos provê reflexões sobre os objetivos públicos e pessoais que podem ser veiculados pelos gêneros dentro das comunidades, bem como sobre as posições hierárquicas dos membros da comunidade que, a nosso ver, são importantes na construção de uma noção de “comunidade jornalística”.

Essas considerações não têm a finalidade de descartar as noções de gênero e de esfera de Bakhtin, de gênero e comunidade retórica de Miller, de gênero e comunidade discursiva de Swales, apenas afirmar que se consideradas separadamente não conseguem explicar a relação resenha e “comunidade jornalística”. Essa constatação propiciou, por outro lado, a busca por outra noção como a de campo de Bourdieu (1997, 2005, 2007) para subsidiar a presente investigação.

Elaboramos a hipótese de que as condições e finalidades específicas da esfera de atividade humana de Bakhtin, a virtualidade e as forças centrípetas e centrífugas da comunidade retórica de Miller, o conjunto perceptível de objetivos e uma seleção de gêneros utilizados pela comunidade discursiva de Swales, as coerções internas e as posições dos agentes no campo jornalístico de Bourdieu se constituem elementos que considerados em conjunto podem caracterizar a noção de “comunidade jornalística”. Esta hipótese foi parcialmente comprovada após o reexame de adequação de cada um dos critérios selecionados. Esse reexame propiciou a seguinte compreensão de comunidade jornalística:

- *é um espaço social de realização de atividades humanas que tem objetivos públicos legitimados institucionalmente;*
- *está condicionada por restrições externas e internas;*
- *é regida por um contrato de comunicação o mais abrangente possível;*



- *é constituída por membros que são jornalistas, mas não necessariamente;*
- *utiliza gêneros do discurso que estão relacionados com os objetivos de sua atividade sócio-profissional e com os objetivos sociais da comunidade;*
- *possui relações de interinfluência com outras comunidades.*

Considerar a comunidade jornalística como um espaço social de realização de atividades humanas significa, em primeiro lugar, compreendê-la, como sendo uma representação abstrata, que se opõe a uma tentativa de delimitação geográfica. Por outro lado, essa natureza abstrata da comunidade não impede que esta seja instanciada em diferentes lugares, por exemplo, podemos falar da comunidade jornalística do jornal Diário do Nordeste, da comunidade jornalística do grupo Verdes Mares de Comunicação, da comunidade jornalística do sistema Globo, dentre outras. Em segundo lugar, significa compreendê-la como sendo relacional porque os indivíduos e grupos estão organizados em diferentes posições dentro da comunidade. Essas posições são resultantes das diferenças do poder econômico, do prestígio, da rede de relações sociais, dos conhecimentos e informações que dispõem estes indivíduos e grupos. Assim, uma instituição que tenha maior peso econômico e simbólico, por exemplo, estará em uma posição de dominância em relação às demais.

Essa concepção de comunidade jornalística como *espaço social* relacional é tributária da noção bourdieusiana de que um campo é “uma estrutura de relações objetivas” (BOURDIEU, 2005, p. 66). Contudo, não adotamos a perspectiva “determinista” de que as posições dos indivíduos e instituições estão *a priori* definidas no campo. Utilizamos as diferentes posições dos indivíduos e das instituições dentro da comunidade para mostrar que na comunidade o capital (utilizando o sentido bourdieusiano) é distribuído desigualmente, implicando no estabelecimento de diferentes posições.

Essa percepção de comunidade jornalística como relacional também a define como tendo uma natureza dinâmica porque há um conjunto de forças que interagem dentro da comunidade em prol da manutenção de um determinado *status* de poder. Bourdieu (1997) expõe a tensão entre uma lógica do índice de audiência que leva os jornalistas experientes a homogeneizarem as informações, contrapondo-se aqueles que lutam para introduzir diferenças. Travancas (2001) advoga a existência de tensões entre jornalistas e especialistas no espaço de produção dos suplementos literários. Para a autora, os jornalistas são acusados de serem especializados em generalidades ao passo que os jornalistas criticam, por exemplo, a prolixidade dos textos dos especialistas. Enfim, há o embate de forças que pode se realizar em

um nível macro (Correio da Paraíba e Folha de São Paulo) ou em um nível micro (intelectuais e jornalistas em um dado suplemento literário).

Essa relação de forças que se opõem em uma comunidade é oriunda tanto de Bourdieu (1997, 2005, 2007) quanto de Miller (1994b). Em ambos, a comunidade se constitui como espaço de tensões, contudo essas tensões em Bourdieu (1997, 2005, 2007) conduzem a uma tendência “determinista”, à reprodução das relações de dominação. Em Miller (1994b), as forças centrípetas e centrífugas funcionam para mostrar que estas são constitutivas na medida em que a comunidade não pode ser percebida como estática e consensual. É nesta perspectiva que compreendemos os embates dentro da comunidade jornalística.

Mas além de ser um *espaço social*, a comunidade jornalística tem seus objetivos sociais legitimados institucionalmente. Ou seja, as funções de informar, comentar e interpretar um acontecimento, bem como orientar o público são desempenhadas em nossa sociedade por instituições que tem esse papel social previamente definido<sup>117</sup>. Assim, os membros da comunidade falam de um lugar institucional que os autorizam. O aspecto da instituição na caracterização de uma comunidade jornalística distingue, por exemplo, um *blog* de educação do jornal O Povo de um *blog* de educação de uma determinada professora. O jornal O Povo, por exemplo, como instituição jornalística tem seus objetivos públicos definidos como constitutivos de sua atividade profissional. Isso quer dizer que a comunidade jornalística não é apenas um espaço de realização de atividades sociais, mas também profissionais.

Os objetivos sociais e o aspecto da instituição são provenientes, respectivamente, de Swales (1990) que advoga a idéia de que a comunidade discursiva tem um conjunto de objetivos públicos e de Bakhtin (1997) quando intuimos esse elemento em sua exposição sobre esfera de atividade humana. Para compor o esboço de comunidade jornalística, juntamos as duas noções haja vista considerarmos, por exemplo, que a função de informar os acontecimentos pode ser exercida por qualquer indivíduo ou grupo social, mas é socialmente estabelecido que esta função seja exercida pelas instituições jornalísticas.

A comunidade jornalística também se caracteriza por ser condicionada a coerções externas e internas. Essas coerções interferem decisivamente nas ações sociais retóricas da comunidade. A lógica do índice de audiência e a lógica comercial podem afetar as atividades sociais e profissionais desempenhadas na comunidade jornalística. No que se refere às coerções internas, como mostrou Bourdieu (1997) o “jogo de espelhos” vivenciados pelos jornalistas pode definir um livro a ser resenhado, como também pode produzir não a

---

<sup>117</sup> A especificação dessas funções é de nossa inteira responsabilidade e representa uma síntese do que foi lido na literatura de Jornalismo, haja vista não haver um consenso em relação a essa questão.

diversidade, mas a homogeneidade das informações.

O que queremos afirmar é que cada comunidade, assim como as esferas de Bakhtin (1990, 1997, 2002) tem suas condições específicas de produção e recepção das formas de utilização da língua. Charaudeau (2006) identificou três tipos de lógica (a econômica, a tecnológica e a simbólica), Bourdieu (1997), por sua vez, analisou um conjunto de restrições (lógica da concorrência, lógica comercial, dentre outras). A nosso ver, essas restrições governam as ações que são realizadas na comunidade jornalística. Como apresentamos anteriormente, essas restrições são de natureza externa e de natureza interna.

Na comunidade jornalística, há condições de comunicação que se baseiam em um contrato que tem por objetivo atingir uma audiência a mais abrangente possível. O desenvolvimento da tecnologia da informação tem possibilitado o acesso a diferentes mídias, via *internet*. Nesse contrato de comunicação, temos duas instâncias: uma instância que produz a informação porque tem essa função socialmente instituída como também tem o objetivo de captar o maior número de consumidores, e, outra instância que tem interesse de obter essas informações.

Segundo Charaudeau (2006), para a instância de produção há uma tensão na realização desse contrato de comunicação, tensão essa que consiste ao mesmo tempo em informar e em captar o público-alvo. O fenômeno da captação do leitor que caracteriza esse contrato de comunicação tem um papel importante dentro da comunidade, mas está subordinado ao dever de informar. Caso não houvesse esta distinção, como poderia ser estabelecida a diferença entre a comunidade jornalística e a publicitária em termos de contrato de comunicação? Certamente, cada uma prioriza o que define suas ações retóricas fundamentais, a comunidade jornalística a ação de informar e a comunidade publicitária atrair o público-alvo.

A caracterização de um contrato de comunicação para a comunidade jornalística como sendo o mais amplo possível define a natureza do processo de distribuição e consumo dos gêneros que são produzidos nesta comunidade. Ao criticar Swales (1990, 1992), Bonini (2001) descarta a existência de mecanismos de intercomunicação em prol dos mecanismos de comunicação, porque considerou os leitores como membros da comunidade jornalística. Dentro dessa perspectiva, realmente, não se pode pensar em intercomunicação. A nosso ver, a problemática está na definição de quem compõe a comunidade jornalística. Se incluirmos os leitores, como equacionar o papel da pauta<sup>118</sup>, por exemplo, dentro da comunidade? O que

---

<sup>118</sup> Segundo Marques (2003, p. 19), “a pauta constitui um roteiro mínimo fornecido ao repórter. Se ela for muito

queremos destacar com essas afirmações é que não descartamos a existência de mecanismos de intercomunicação, apenas que esse aspecto não se constitui como caracterizador da comunidade jornalística em oposição ao aspecto de que o contrato de comunicação amplo a caracteriza.

No que se refere aos membros que compõem a comunidade jornalística, naturalmente estariam inseridos nesse grupo os jornalistas, tanto os de formação acadêmica quanto os de experiência. Especificamente, em relação à ação retórica de resenhar é possível observar a presença de especialistas que produzem com certa frequência este gênero. Em outras palavras, compreender a comunidade jornalística constituída apenas de jornalistas seria cair na obviedade, seria desconsiderar a profícua produção discursiva desses agentes em jornais e revistas, e seria negar um postulado bakhtiniano de que uma prática discursiva está necessariamente inserida em determinada esfera. Se os colaboradores não compõem a comunidade jornalística, então, eles fariam de que lugar institucional?

Considerando essa situação, supomos inicialmente que a ação de resenhar se constituiria parte de um *habitus*<sup>119</sup> lingüístico dos membros da comunidade jornalística. Essa suposição encaixaria os jornalistas, mas geraria inquietações, a saber: se o *habitus* define os membros de uma comunidade jornalística, então, como explicar o fato de os colaboradores não terem incorporado essa disposição no seio desta comunidade?; a articulação proposta por Bourdieu (1997, 2005, 2007) para *habitus* e campo teria sido abalada?

Nessa perspectiva, se faz necessário lembrar que Bourdieu (1997, 2005, 2007) postulou a idéia de que um campo é estruturado de diferentes posições sociais, transportando, mais uma vez, esse pressuposto para a noção de comunidade jornalística é possível afirmar que os jornalistas e os colaboradores assumem diferentes lugares institucionais. Os jornalistas constituiriam uma comunidade jornalística *stricto sensu*, enquanto que os colaboradores constituiriam uma comunidade jornalística *latu sensu*.

Essa afirmação implica voltar à questão do *habitus*, ou seja, os jornalistas compartilhariam de um mesmo *habitus* porque sofrem as coerções internas e externas da comunidade, enquanto que os colaboradores dispõem apenas de parte de um *habitus* lingüístico que é necessário na comunidade e que possibilita a realização de um objetivo público. Considerar a comunidade jornalística em duas dimensões, significa afirmar que o postulado proposto por Bourdieu (1997, 2005, 2007) continua inabalado, por um lado, na

---

específica e pedir que ele apure apenas aspectos da notícia, o repórter deverá obedecer a essa orientação, para evitar que outras informações com as de outros jornalistas que estejam trabalhando no mesmo ou as repitam.”.

<sup>119</sup> Exploramos o constructo *habitus* dada à articulação desta noção com a de campo.

medida em que jornalistas e colaboradores não compartilham o mesmo *habitus* e abalado, por outro lado, na medida em que não é o *habitus* mas o capital cultural possuído pelos colaboradores que permitem que eles estejam inseridos na comunidade jornalística.

Assim, para realizar o objetivo público de orientar o leitor, é inevitável inserir, na comunidade, especialistas que possam contribuir na apreciação de livros de diferentes áreas do conhecimento. Essa afirmação é oriunda da constatação de que os colaboradores acumulam, em geral, conhecimentos específicos (em Filosofia, em História, em Música, dentre outras), bem como possuem a capacidade de produzir resenhas.

O que podemos supor ainda é que os colaboradores transpõem o conhecimento que têm sobre um gênero de uma comunidade para outra, haja vista a resenha não ser um gênero exclusivo da comunidade jornalística. Essa transposição torna-se viável pelo fato de estarmos nos referindo a um mesmo gênero que possui semelhanças e variações. As semelhanças entre a resenha acadêmica e a resenha não-acadêmica viabilizam o processo, mas não significa afirmar que a resenha que é publicada em um periódico acadêmico tenha os mesmos propósitos comunicativos que uma resenha que é publicada em um jornal, por exemplo.

As resenhas produzidas pelos jornalistas fazem parte do processo e se constituem em produto da lógica específica da comunidade. No que se refere às resenhas dos colaboradores, o efeito da comunidade é indireta, ou seja, o editor pode indicar obras para serem resenhadas, pode não acatar as sugestões de títulos a serem resenhados pelo colaborador, como o próprio colaborador pode ter a intenção de captar a atenção do leitor, conduzindo no gênero propósitos comunicativos e/ou avaliações que levem o leitor a ter interesse em ler a obra resenhada<sup>120</sup>. O que queremos afirmar é que os colaboradores têm muito mais autonomia na produção de suas resenhas do que os jornalistas, se considerarmos as coerções internas e externas a que estão submetidos.

A introdução de colaboradores ou especialistas revela como a comunidade jornalística é permeável e porosa, e difere de outras comunidades como a acadêmica, por exemplo, que possui um rigoroso processo de admissão em seus quadros. O próprio fato de não haver mais uma exigência da graduação de Comunicação ou Jornalismo para exercer a profissão deixa espaço para a inserção de diferentes profissionais de outras áreas. Isso não significa dizer que não haja uma hierarquia na comunidade, os jornalistas estão divididos em várias categorias (repórter, redator, editor, chefe de reportagem, pauteiro, editorialista, dentre

---

<sup>120</sup> Nossas afirmações não desconhecem a influência do suporte textual nas condições de produção dos colaboradores.

outros), assumindo diferentes posições em uma dada instituição jornalística<sup>121</sup>. Esse aspecto realça também a importância do *habitus* como uma força que agrupa os indivíduos na comunidade jornalística.

Outra questão relacionada aos membros da comunidade é considerar os leitores como constituindo a comunidade jornalística. Nossa opção foi não os incluímos, visto que incorreríamos na mesma problemática que criticamos na comunidade retórica de Miller (1994b) de estarmos nos referindo a uma comunidade global, daí alargaríamos os objetivos sociais da comunidade a ponto de ser impossível defini-los. Aliado a esse argumento nos servimos da explicação de Charaudeau (2006) sobre a constituição da instância de recepção do discurso jornalístico. O autor divide a instância de recepção em duas dimensões: de um ponto de vista interno à instância de produção que foi denominada de “instância-alvo” e de um ponto de vista externo que foi denominada de “instância-público” (CHARAUDEAU, 2006, p. 72-73).

Do ponto de vista interno, ao elaborar sua enunciação a instância de produção coloca em jogo uma instância de recepção que tem capacidade de pensar (e, por isso, confere credibilidade à instituição que fornece a informação, bem como avalia a acessibilidade de compreendê-la) e que também tem capacidade de sentir (e, por conseguinte, reage emocionalmente às informações). Para o autor, o processo de produção dos gêneros jornalísticos perpassa naturalmente por esses dois tipos de alvo: o intelectual e o emocional. Do ponto de vista externo, a instância de produção preocupa-se em captar um número cada vez maior de consumidores, daí conhecer as opiniões de público, os comportamentos, dentre outras técnicas que são utilizadas para conhecer o receptor. Contudo, Charaudeau (2006, p. 79) esclarece que

[...] a identidade social da instância de recepção é uma incógnita para a instância de produção. Por um lado, os receptores não estão presentes fisicamente na relação de troca, e a instância midiática não tem acesso imediato a suas reações, não pode dialogar com eles, não pode conhecer diretamente seu ponto de vista para completar ou retificar a apresentação da informação. Por outro lado, é difícil determinar o público que compõe essa instância quanto a seu *status* social, o qual, quase sempre, é muito diversificado. Além disso, mesmo que tivesse os meios de determiná-lo, não se sabe se os dados relativos ao *status* social clássico seriam pertinentes, **pois o verdadeiro problema desse gênero de comunicação não é tanto o das categorias sociológicas ou socioeconômicas, mas o da relação entre certos dados desse *status* e as categorias mentais que corresponderiam à maneira de apreender os acontecimentos, de compreendê-los e interpretá-los, em função do modo como são reportados.** (Grifo nosso)

A exposição de Charaudeau (2006) nos fornece subsídios para a não inserção dos

---

<sup>121</sup> Travancas (1993) ao descrever a redação de um jornal apresenta um organograma de como ela se organiza.

leitores na comunidade jornalística, uma delas é de que a instância de recepção estaria, de alguma forma, embutida na instância de produção na medida em que o produtor opta por utilizar estratégias que exploram a capacidade de pensar e/ou de sentir do público-alvo; outra são as diferentes estratégias de compreensão utilizadas pelos receptores na percepção dos acontecimentos, gerando uma dispersão na constituição da comunidade jornalística. Nem o questionamento da ausência de recepção na comunidade jornalística poderia ser colocado como argumento que resgatasse a inserção dos leitores, haja vista termos observado, a partir das análises de Bourdieu (1997), que os próprios jornalistas se lêem continuamente, produzindo inclusive a homogeneização das informações. Nesse sentido, os leitores em geral constituem a contraparte do contrato de comunicação, enquanto que os próprios jornalistas se constituem os receptores internos da comunidade jornalística.

Considerando os leitores como contraparte deste contrato de comunicação é que compreendemos a carta do leitor como um gênero que corresponde a uma atitude responsiva ativa do leitor e a um direito que os cidadãos têm de tomar parte em um debate público. Segundo Melo (2003, p. 175), “a *carta* é, contudo, aquele espaço em certo sentido democrático, ao qual cada um pode recorrer.”. Inclusive, há um direito de resposta que é assegurado por lei a todo aquele que se sentir prejudicado por uma dada instituição jornalística. O autor chega a afirmar que as cartas dos leitores podem ser compreendidas sob a perspectiva de “participação comunitária” ou “defesa do consumidor” (MELO, 2003, p. 176). Nessa esteira, as motivações que levam os leitores a enviar uma carta são tão variadas que fogem ao escopo das funções jornalísticas<sup>122</sup>. Por essas razões que consideramos que a “participação” dos leitores através da carta do leitor não pode ser compreendida como um mecanismo que os inclui na comunidade jornalística, tão somente como contraparte do contrato de comunicação.

Esses argumentos que procuram sustentar a tese de que os leitores não fazem parte da comunidade jornalística também nos levou a descartar o aspecto da virtualidade da comunidade proposto por Miller (1994b). Isso porque consideramos que se em cada tempo e lugar que fosse instanciado um dado gênero jornalístico estivéssemos diante de um membro da comunidade, como a delimitaríamos?

A comunidade jornalística também é um espaço social de produção de gêneros do discurso e como tal apresenta uma seleção de gêneros que a nosso ver está dividida em dois grupos: aqueles que propiciam os processos de intercomunicação entre seus membros (pauta, por exemplo) e aqueles que propiciam os mecanismos de comunicação com a audiência

---

<sup>122</sup> As cartas do leitor podem ainda representar matérias pagas.

(notícia, reportagem, editorial, resenha, dentre outros). Esses gêneros estão relacionados com as atividades sócio-profissionais e com os objetivos públicos da comunidade jornalística. Essa afirmação descarta gêneros como os anúncios e as orações, por exemplo, que aparecem em alguns suportes como o jornal e a revista, mas que não são considerados gêneros jornalísticos. Desse modo, poderíamos afirmar que a comunidade jornalística utiliza um “sistema de gêneros”<sup>123</sup> para realizar seus propósitos comunicativos públicos. “Sistema de gêneros” no sentido de agrupamento ou conjunto de gêneros que são utilizados pelos membros da comunidade jornalística para a execução de suas atividades profissionais.

Isso significa dizer que assumimos um postulado swalesiano de que os gêneros pertencem às comunidades, porque realizam seus propósitos comunicativos sociais. Nessa perspectiva, retornamos a questão: como explicar a relação resenha e comunidade jornalística? Em primeiro lugar, a resenha realiza um dos propósitos comunicativos globais da comunidade que é orientar o público. Para a consecução deste objetivo, se faz necessário contar com a participação de especialistas em diferentes áreas, haja vista estes indivíduos serem dotados de um dado conhecimento. Assim, as instituições jornalísticas autorizam colaboradores (além dos jornalistas) a imprimirem sua apreciação sobre determinada obra que, em geral, foi recentemente lançada ou está em vias de ser lançada. Essa abertura provoca uma cisão no que poderia ser compreendida comunidade jornalística, haja vista incluirmos em seu seio indivíduos que não vivenciam as restrições e a lógica própria da comunidade. Essa opção pode ser explicada pela necessidade de cumprir um objetivo público institucionalmente instituído da comunidade. Nesse sentido, os objetivos públicos se postam decisivamente no esboço de comunidade jornalística, pois é através destes que incluimos os colaboradores na comunidade, bem como excluimos os leitores. Assim, a resenha funciona como um gênero que caracteriza a comunidade jornalística como permeável.

E, por último, considerando as interinfluências entre os diferentes espaços sociais de realização de atividades humanas, destacamos que a comunidade jornalística mantém relações de proximidade com outros espaços. Contudo, estudiosos como Bourdieu (1997) e Charaudeau (2006) que se detiveram, respectivamente, na análise do campo e no discurso das mídias esclarecem que essa relação de interinfluência não pode ser considerada direta, do tipo causa e efeito. Dessa feita, seria ingênuo afirmar que a comunidade jornalística é

---

<sup>123</sup> Bazerman (2005, p. 32), por sua vez, afirma que “um *sistema de gêneros* compreende os diversos conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos. Um sistema de gêneros captura as seqüências regulares com que um gênero segue um outro gênero, dentro de um fluxo comunicativo típico de um grupo de pessoas.”.



manipuladora. Segundo Charaudeau (2006, p. 260), “a instância midiática é vítima de seu sistema de representação, pois em vez de efetuar a troca entre ela e o cidadão, a troca ocorre entre ela e os atores da máquina econômica, a fim de sustentar sua própria promoção”. Essa afirmação demonstra como a lógica comercial está cada vez mais se impondo a outros espaços sociais como sugeriu Fairclough (2001) quando abordou o fenômeno da comodificação.

## CAPÍTULO 3: A ABORDAGEM METODOLÓGICA

Neste capítulo apresentaremos as opções metodológicas que se fizeram necessárias para a realização da presente pesquisa. Inicialmente, faremos uma breve exposição das metodologias utilizadas no estudo dos gêneros. Em seguida, descreveremos os procedimentos adotados em nosso trabalho, ora aproximando, ora afastando dos aparatos construídos por Paré e Smart (2003), Bhatia (1993, 2004), Askahave & Swales (2001) e Swales (2004).

### 3.1 A descrição do cenário

A abordagem metodológica em torno do estudo do gênero tem se apresentado bastante diversificada. Embora as obras do Círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev tenham desenvolvido um “método sociológico” aplicado à literatura, é possível compreender esse percurso do Círculo como um embrião para o estudo dos gêneros do discurso (SOUZA, 2002). Esse método, de acordo com Bakhtin (1993, p. 43)<sup>124</sup> *apud* Souza (2002, p. 31), envolveria os seguintes procedimentos:

- a) transcrever o acontecimento ético no seu aspecto social, já vivido e avaliado empaticamente na contemplação estética;
- b) sair dos limites do objeto e introduzir o acontecimento em ligações sociais e históricas mais amplas; e
- c) ultrapassar os limites da análise propriamente estética.

Através desse método, estudar o enunciado artístico concreto significava renunciar a um tratamento imanente que se apoiava em um método formal que valorizava a obra de arte como objeto (em si), o psiquismo do criador e do receptor. Segundo Souza (2002, p. 33-34), “o fato artístico é uma forma particular e fixada na obra de arte por uma relação recíproca entre o criador e os receptores”. Nesse sentido, se instaurava a perspectiva extralingüística no estudo do enunciado. Mais hodiernamente, destacamos as propostas metodológicas de Paré & Smart (2003<sup>125</sup>), de Bhatia (1993, 2004), de Askahave e Swales (2001) e de Swales (2004).

Partindo da perspectiva de Miller (1994a, 1994b) de que o gênero é uma ação social, Paré e Smart (2003) levantam as seguintes considerações: que elementos, além dos

---

<sup>124</sup> BAKHTIN, M. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: BAKHTIN, M. **A teoria do romance**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 1993. p. 13-70.

<sup>125</sup> Ressaltamos que a obra de Paré e Smart foi inicialmente publicada em 1994.

textuais, são constitutivos e observáveis em um gênero? Quais as relações entre esses elementos? Essas interrogações são também decorrentes da observação dos autores de que as análises de gênero focalizavam apenas os aspectos textuais. Nesse sentido, eles tentam definir o gênero a partir de regularidades em quatro dimensões: as regularidades textuais, as regularidades dos papéis sociais desempenhados pelos escritores e leitores, as regularidades dos processos composicionais que implicam a criação dos textos e as regularidades das práticas de leitura usadas para interpretar os textos. Essas regularidades são, portanto, resultado de padrões que são repetidos pelos usuários de um gênero.

No que se refere às regularidades textuais, o que Paré e Smart (2003) destacam como elementos de análise não representam nenhuma inovação em relação ao que já vem sendo realizado em pesquisas sobre gêneros do discurso, tais como: estudos sobre os movimentos retóricos, as seqüências textuais, o discurso citado, o uso das formas verbais, dentre outros recursos textuais específicos que constituem os gêneros.

No que se refere às regularidades nos papéis sociais, Paré e Smart (2003, p. 149) destacam que

Os papéis relacionados a um dado gênero são definidos dentro de certos parâmetros, tais como as responsabilidades, níveis de poder, divisão de trabalho, canais e o acesso à informação, e, a obrigação e a liberdade para relatar. Essas características genéricas dos papéis e das relações determinam o que pode e o que não pode ser feito e dito pelos indivíduos, bem como quando, como, onde e para quem.<sup>126</sup>

A partir da afirmação dos autores é possível perceber o papel das microrrelações na construção das regularidades dos papéis sociais. A nosso ver, essas microrrelações são estabelecidas dentro das instituições, demarcando, assim, os espaços de atuação dos atores sociais. Nesse sentido, a produção discursiva é definida dentro das esferas sociais, compreendidas aqui como institucionais, criando, portanto, o estabelecimento de padrões específicos de utilização do discurso. Daí, o último trecho da fala de Paré e Smart (2003) fazer referência ao que pode e ao que não pode ser dito, nos remetendo ao que Foucault (2001) colocou de que a produção do discurso não é livre, é controlada<sup>127</sup>.

Destacamos também que ao considerar as relações de poder dentro de cada esfera,

---

<sup>126</sup> “The roles related to a given genre are defined within certain parameters, such as responsibilities, levels of relative power and influence, division of labour, channels of and access to information, and the obligation and freedom to report. These generic characteristics of role and relationship determine what can and cannot be done and said by particular individuals, as well as when, how, where and to whom.”. (PARÉ; SMART, 2003, p. 149, tradução nossa).

<sup>127</sup> Ao citarmos Foucault (2001, p. 8-9), ressaltamos que fazemos menção à tese defendida pelo autor em “A ordem do discurso” de que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...]”.

não excluimos a existência de interinfluência entre as esferas. Bhatia (2004, p. 58), por sua vez, menciona a existência da colonização, ou seja, um “processo de invasão da integridade de um gênero por outro gênero, levando a criação de formas híbridas”<sup>128</sup>. No que se refere ao gênero resenha que é produzida, distribuída e consumida em suportes de jornais e de revistas, é prudente considerarmos a existência de uma lógica de mercado. Contudo, se considerarmos as condições de produção desse gênero, por exemplo, é possível também vislumbrar uma lógica interna na medida em que há uma relação de influência entre as próprias instituições jornalísticas, influências essas que para Bourdieu (1997) tem como consequência a circularidade da informação.

No que se refere às regularidades no processo composicional, Paré e Smart (2003) as ampliaram consideravelmente, tendo em vista que estas não envolvem apenas os aspectos sócio-cognitivos de produção textual, mas também o evento inicial e a tecnologia utilizada para a produção do gênero (e.g.: datilografado, digitalizado...). De igual forma, as regularidades nas práticas de leitura foram bastante dilatadas. Assim, elas se referem ao local e à razão da leitura do texto, às técnicas de leitura utilizadas (e.g.: skimming, scanning), à construção de sentidos realizada pelos leitores e ao uso que será feito da leitura.

Considerando que a proposta de Paré e Smart (2003) é tributária das concepções de Miller (1994a, 1994b), as dimensões acima elencadas se fundam em diferentes regularidades associadas ao uso do gênero em uma dada comunidade. Essa proposta metodológica possibilita ao analista de gênero embrenhar-se nos conhecimentos específicos que são compartilhados em uma comunidade na medida em que conhece outras regularidades associadas ao uso do gênero que não apenas a textual. Assim, o pesquisador se apodera de uma gama de conhecimentos textuais e não-textuais, explícitos em manuais ou documentos, como também implícitos e compartilhados pelos usuários. Como consequência, os procedimentos de análise tornam-se mais diversificados ao mesmo tempo em que robustos, pois somente a descrição textual não é suficiente, integrando-se a ela uma descrição de outras dimensões e permitindo ao pesquisador adentrar-se no contexto histórico-cultural em que está inserido o gênero.

Essa visão de Paré e Smart (2003) para a abordagem metodológica de gênero é compartilhada (com maior ou menor convergência) com outras propostas que serão posteriormente descritas. Essa convergência entre diferentes autores torna possível constatar

---

<sup>128</sup> A referência completa é: “Colonization as a process thus involves invasion of the integrity of one genre by another genre or genre convention, often leading to the creation of a hybrid form, which eventually shares some of its genre characteristics with the one that influenced it in the first place.”. (BHATIA, 2004, p. 58).

que a análise de gêneros tem avançado na investigação de diferentes elementos que constituem a natureza heterogênea do gênero, tais como: os aspectos sócio-cognitivos, interacionais, dentre outros. Carvalho (2005), utilizando esses procedimentos, analisou resenhas acadêmicas em inglês e em português da área de Literatura e demonstrou que esse percurso metodológico é eficiente. Segundo a autora, “a análise textual em si mesma não seria suficiente para compreender por que o discurso se materializa da forma que o faz, em padrões passíveis de identificação através dos textos” (CARVALHO, 2005, p. 149).

Dentro desse cenário também desponta a metodologia sugerida por Bhatia (1993, p. 22-36) constituída de 07 (sete) passos, a saber:

1. localização de um dado gênero textual em um contexto situacional: esse procedimento envolve os conhecimentos prévios do pesquisador sobre o gênero, os conhecimentos contextuais dos usuários do gênero, bem como as convenções comunicativas dentro da comunidade que estejam associadas ao gênero;
2. levantamento da literatura existente sobre o assunto: esse procedimento inclui a busca de conhecimentos sobre um dado gênero em diferentes fontes, desde análises lingüísticas já realizadas sobre o gênero até manuais de orientação prática desenvolvidos na e para a comunidade;
3. refinamento da análise do contexto situacional: esse procedimento envolve a descrição do escritor/falante, da audiência, da relação entre eles e de seus objetivos; a caracterização do contexto histórico, sócio-cultural e filosófico da comunidade em que o gênero está inserido; a identificação dos textos que circundam o gênero e das tradições lingüísticas que constituem o contexto do gênero, e, por fim, a identificação das realidades extratextuais que o gênero tenta representar ou alterar;
4. seleção do *corpus*: o procedimento de escolha do *corpus* e de seu tamanho é viabilizada a partir da identificação dos propósitos comunicativos, do contexto situacional em que o gênero é utilizado, e de suas características textuais, permitindo, assim, distingui-lo de outros gêneros; para ter certeza de que os critérios escolhidos são adequados na seleção do *corpus*, o pesquisador pode realizar uma análise detalhada de um exemplar, ou uma análise exploratória de alguns exemplares, ou, ainda, uma análise de uma amostra estatisticamente ampla do gênero, investigando algumas características claramente especificadas em indicadores facilmente identificados;
5. estudo do contexto institucional: esse procedimento envolve um aprofundamento do contexto institucional em que o gênero circula, ou seja, o conhecimento da metodologia,

das regras e das convenções que regulam o uso do gênero, bem como o uso da linguagem em um dado cenário;

6. níveis de análise lingüística: esse procedimento é subdividido em três níveis, a saber: características léxico-gramaticais (nível 1) que corresponde à análise microestrutural de natureza quantitativa no *corpus* (e.g.: tempos verbais, orações), padrões de textualização (nível 2) que corresponde à análise das relações entre os padrões lingüísticos e as práticas sociais da comunidade, buscando responder questões do tipo “Por que os membros de uma dada comunidade escrevem da forma como escrevem?”, interpretação estrutural do gênero do discurso (nível 3) que corresponde à análise de como os membros de uma dada comunidade expressam no gênero os propósitos comunitativos;
7. informação de especialista da comunidade discursiva: esse procedimento corresponde à checagem das descobertas realizadas pelo pesquisador com os conhecimentos de um especialista da área, dando, pois, validade a essas descobertas<sup>129</sup>.

De acordo com Bonini (2004), a proposta de Bhatia (1993) apresenta 03 (três) grandes etapas metodológicas: uma primeira etapa denominada exploratória, que corresponde aos passos 1 a 4, culminando na seleção do *corpus*; uma segunda etapa que corresponde a uma análise institucional e lingüística (passos 5 e 6); e uma terceira etapa que corresponde à confirmação dos resultados obtidos na pesquisa através da consulta a um informante (passo 7).

À luz dessa metodologia, podemos citar a pesquisa de Sousa (2005) que investigou os traços textual-discursivos em anúncios de turismo no Ceará. A autora adaptou a metodologia de Bhatia (1993) com o intuito de atingir os objetivos especificados em seu trabalho. As adaptações na metodologia, seja alterando a ordem dos passos, seja reduzindo-os, não invalida a proposta. Segundo Bhatia (1993), o seguimento dos sete passos vai depender do propósito de análise, do conhecimento que o analista já possui sobre o gênero, dentre outros aspectos.

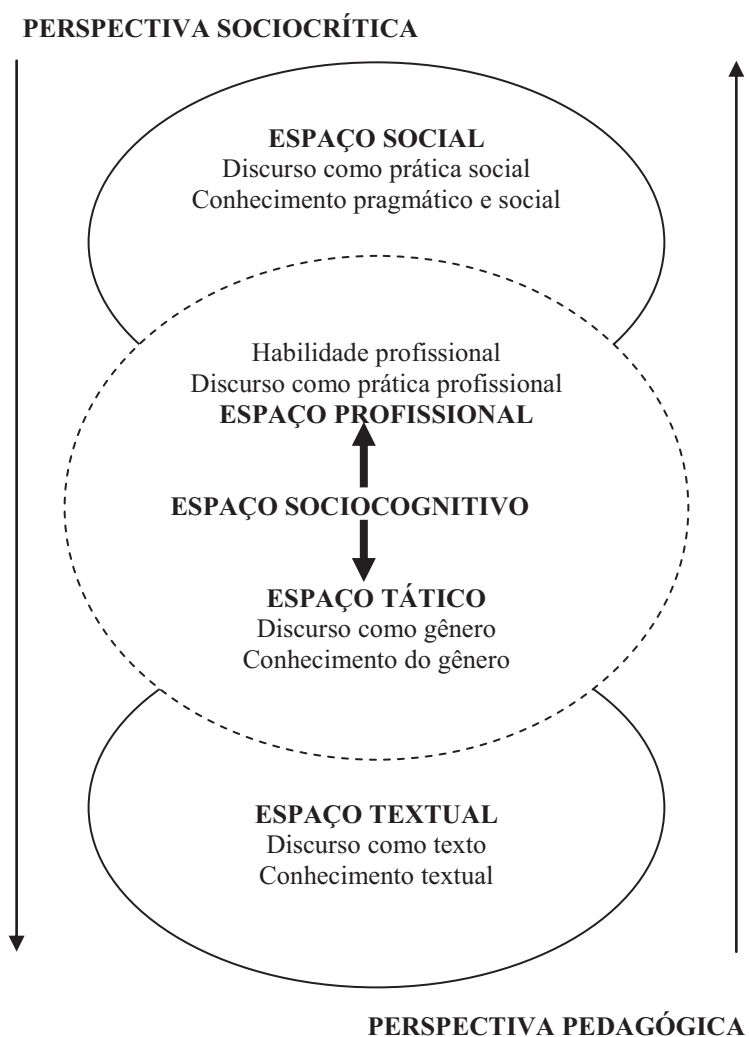
Mais recentemente, ao retomar os métodos de pesquisa para análise do “discurso escrito”, Bhatia (2004) revê sua proposta e elabora um construto metodológico mais vigoroso, ao mesmo tempo que mais amplo para o estudo dos gêneros. Na realidade, a expressão “discurso” em seu trabalho tem diferentes acepções (como texto, como gênero, como prática profissional, como prática social) de modo que cada uma delas está inserida em uma das

---

<sup>129</sup> Bhatia (1993) sugere a possibilidade de consultar um segundo informante com a finalidade de ratificar os dados obtidos pelo primeiro informante.

dimensões de análise, como pode ser visualizado na figura 06.

Figura 06: Perspectivas de análise do discurso escrito.



Fonte: Bhatia (2004, p. 19)

Dentro dessa perspectiva, o espaço textual dá conta do uso das características textuais da linguagem em uso, ou seja, dos aspectos fonológicos, léxico-gramaticais, semânticos, organizacionais (coesão, coerência...), dentre outros. Nesse espaço, a ênfase é dada ao estudo da superfície textual, seja em uma dimensão formal ou funcional. Já o espaço sócio-cognitivo, inclui a análise dos aspectos externos ao texto, dando conta, pois, dos aspectos táticos que diz respeito aos recursos genéricos utilizados pelos membros de uma dada comunidade como resposta às situações retóricas recorrentes e dos aspectos profissionais que diz respeito às relações entre os participantes do gênero e suas contribuições no processo de construção, interpretação, uso e exploração do gênero em um dado contexto disciplinar,

profissional. O espaço social, por sua vez, dá conta de um contexto social mais amplo e se refere à criação e à manutenção de identidades sociais e de estruturas sociais, ao funcionamento das instituições sociais através das práticas discursivas. Assim, o “modelo multi-perspectiva” representa a incursão em diferentes dimensões de análise. Para Bhatia (2004, p. 168):

A abordagem multidimensional e multi-perspectiva para o gênero baseado na análise do discurso escrito desenha portanto muitos tipos de análise de dados. Ela desenha **dados textuais** para o tratamento do gênero com um reflexo de práticas discursivas de comunidades disciplinares. Desenha **dados etnográficos**, que dá conta de observar os gêneros em ação, fundamentado na percepção de experiências narradas por membros experientes da comunidade de prática. Desenha também **dados sócio-cognitivos e institucionais**<sup>130</sup>, que dá conta de fundamentos históricos e estruturais das condições que estão abaixo onde os sistemas de gêneros são construídos, interpretados, usados e explorados por membros experientes de culturas disciplinares para atingir seus objetivos típicos dentro do construto de suas atividades profissionais diárias.<sup>131</sup>

Vale ressaltar que dentro dessa proposta metodológica, os espaços não podem ser considerados impermeáveis, ou seja, esses espaços se inter-relacionam de modo que qualquer tentativa de análise tem de buscar a integração de cada um deles. Nesse sentido, o pesquisador deverá elaborar um modelo de análise que dê conta de diferentes perspectivas, buscando selecionar os procedimentos que se adequem aos objetivos estabelecidos em seu trabalho.

A necessidade de dar conta de ver o elefante<sup>132</sup> como um todo e não apenas partes dele, leva Bhatia (2004) a rever seus passos, incrementando-os<sup>133</sup>. Assim, dos 07 (sete) procedimentos propostos em 1993, houve uma modificação nos três últimos como está ilustrado no quadro 02.

Como pode ser visto, os procedimentos metodológicos de Bhatia (2004) foram claramente dilatados, mas não podem ser considerados como uma mudança radical de sua proposta, pois mesmo em 1993 é possível entrever uma abordagem textual e sociocognitiva e uma tímida abordagem social, restrita aos conhecimentos do contexto institucional da comunidade em estudo. Essa ampliação permite ao pesquisador uma exploração do gênero

---

<sup>130</sup> Grifos nossos com a intenção de destacar as diferentes dimensões de análise de Bhatia (2003).

<sup>131</sup> “Multidimensional and multi-perspective approach to genre-based analysis of written discourse thus draws on several types of analytical data. It draws on textual data by treating genre as a reflection of discursive practices of disciplinary communities. It draws on ethnographic data, in that it seeks to observe genres in action, grounded in narrated insightful experiences of expert members of the community of practice. It also draws on socio-cognitive and institutional data, as it draws on historically and structurally grounded accounts of the conditions under which systems of genre are constructed, interpreted, used and exploited by expert members of disciplinary cultures to achieve their goals within the construct of their everyday professional activities.” (BHATIA, 2004, p. 168, tradução nossa).

<sup>132</sup> Bhatia (2004) utiliza a metáfora “elefante” para se referir ao gênero do discurso como um todo.

<sup>133</sup> Em 2002, Bhatia publica um artigo intitulado “Applied genre analysis: a multi-perspective model” em que já antecipa sua proposta metodológica baseada em diferentes perspectivas de análise.



sob diferentes pontos de vista, não se limitando a apenas uma abordagem. Por outro lado, se não houver uma clara delimitação dos objetivos da pesquisa por parte do pesquisador, a amplitude de possibilidades sugeridas por Bhatia (2003) poderá levar o analista a perder o foco de sua investigação.

Quadro 02: Quadro comparativo da proposta metodológica de Bhatia.

Proposta metodológica de 1993	Proposta metodológica de 2004
01) Localização do gênero em um dado contexto situacional	01) Localização do gênero em um dado contexto situacional (não houve modificação)
02) Levantamento da literatura existente	02) Levantamento da literatura existente (não houve modificação)
03) Refinamento da análise contextual/situacional	03) Refinamento da análise contextual/situacional (não houve modificação)
04) Seleção do <i>corpus</i>	04) Seleção do <i>corpus</i> (não houve modificação)
05) Estudo do contexto institucional	05) Análise textual, intertextual e interdiscursiva (mudou o posicionamento de sexto passo para quinto e houve a inclusão de análise intertextual e interdiscursiva a serviço da linguagem em uso)
06) Análise lingüística	06) Análise etnográfica (a busca por informações de especialista da comunidade que se posicionava como um último passo foi substituída por um procedimento mais amplo, no qual será necessário o pesquisador vivenciar experiências com membros da comunidade que está sendo pesquisada)
07) Informação de especialista da comunidade	07) Estudo do contexto institucional (mudou o posicionamento, passando do quinto passo para o último, além disso, o autor implementa esse procedimento, incluindo o estudo sobre os processos de leitura e de interpretação do gênero realizados pelos receptores, como também a análise de outros textos em uma perspectiva intertextual e interdiscursiva)

Não tão detalhadamente como fez Bhatia (2004), Askahave & Swales (2001) e, posteriormente, Swales (2004) elaboraram duas sugestões metodológicas para a análise de gêneros, sendo um procedimento baseado no texto e um outro procedimento baseado no contexto. Essas propostas surgem da reavaliação feita pelos autores da categoria propósito comunicativo como um critério central para a análise de gêneros, conduzindo, pois, a uma realocação da categoria dentro desse processo. Segundo Askahave e Swales (2001, p. 207),

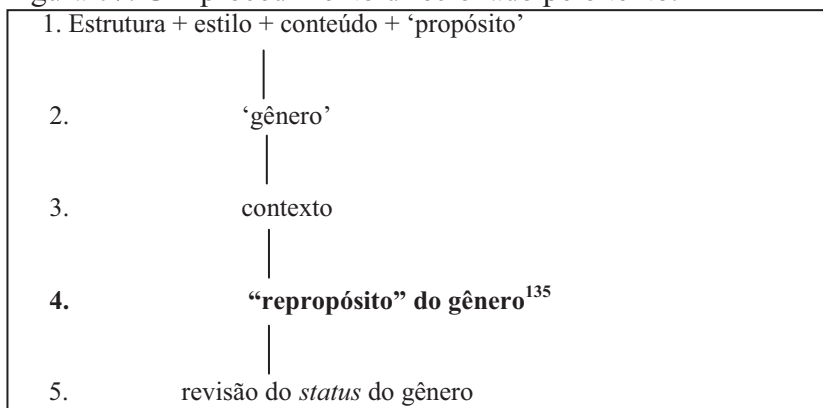
[...] sugerimos prudência ao se abandonar o propósito comunicativo como um método rápido ou até imediato para classificar os discursos em categorias genéricas, até mesmo se o analista pode e deveria manter o conceito como um resultado de análise valioso – talvez inevitável – e a longo prazo. O procedimento proposto depende se o investigador segue um texto inicial tradicional ou um método ‘lingüístico’, ou um contexto etnográfico alternativo, [...]<sup>134</sup>

Em ambas as propostas metodológicas, visualizamos a noção de “repropósito” do

<sup>134</sup> “[...] we now suggest that it would be prudent to abandon communicative purpose as an immediate or even a quick method for sorting discourses into generic categories, even if the analyst can and should retain the concept as a valuable – and perhaps unavoidable – long-term outcome of the analysis. Our procedures depend somewhat on whether the investigator follows a traditional text-first or ‘linguistic’ approach, or an alternate context-first or ‘ethnographic’ one, [...]” (ASKAHAVE; SWALES, 2001, p. 207, tradução nossa).

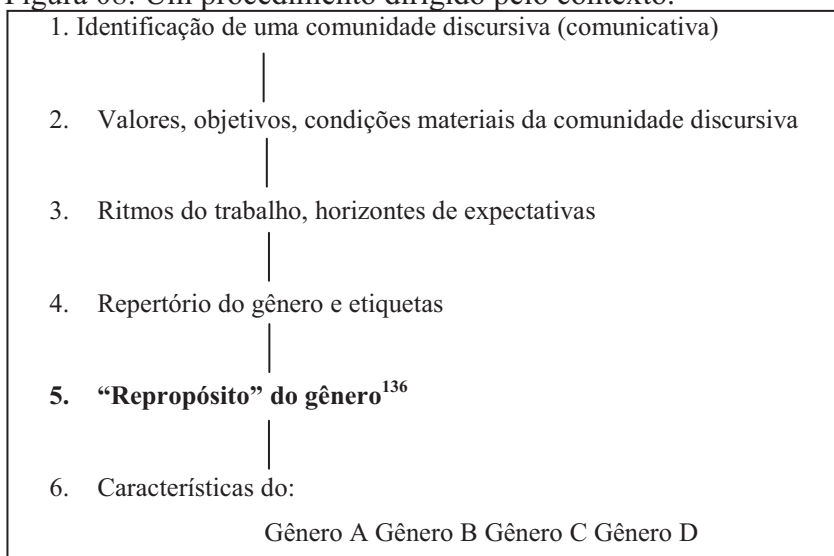
gênero que representa o resultado da investigação do propósito comunicativo, captando, assim, as possíveis modificações oriundas de mudanças em valores e normas da comunidade, por exemplo. Esse redimensionamento da categoria dentro do processo de análise possibilitou ao analista fazer uma “releitura” do gênero sob as luzes sócio-históricas. As figuras 07 e 08 ilustram a proposta inicial de Askahave e Swales (2001).

Figura 07: Um procedimento direcionado pelo texto.



Fonte: Askahave e Swales (2001, p. 207).

Figura 08: Um procedimento dirigido pelo contexto.



Fonte: Askahave e Swales (2001, p. 208).

Swales (2004, p. 73) destaca algumas vantagens da noção “repropósito” do gênero, que são: “apoiar uma orientação de que o conhecimento de um conjunto de textos ou transcrições podem não estarem fazendo o que parecem, ou não estarem fazendo o que têm

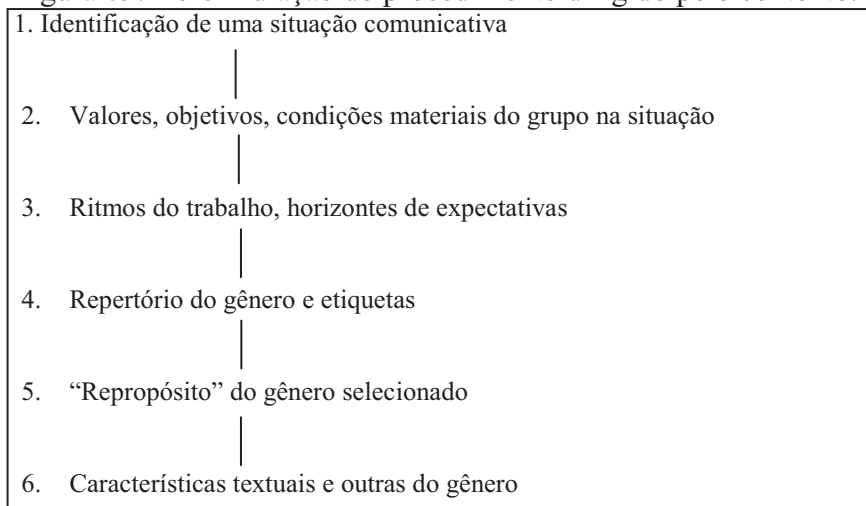
<sup>135</sup> Grifo nosso.

<sup>136</sup> Grifo nosso.

sido tradicionalmente assumido para ser feito”<sup>137</sup>. Essas considerações esclarecem que a categoria propósito comunicativo não perdeu sua importância no processo de análise dos gêneros, apenas deve ser abandonada como um “método imediato” ou “rápido” (SWALES, 2004, p. 72).

Em *Research genres: exploration and applications*, Swales (2004) realiza uma pequena modificação no procedimento dirigido pelo contexto, ou seja, ele substitui “identificação de uma comunidade discursiva (comunicativa)” por “identificação de uma situação comunicativa”, bem como explicita a última etapa indicando outras características do gênero além das textuais. A nosso ver, compreendemos essas mudanças como uma opção do autor em concentrar-se mais na situação retórica que envolve o gênero. Assim, o procedimento dirigido pelo contexto está descrito na figura 09.

Figura 09: Reformulação do procedimento dirigido pelo contexto.



Fonte: Swales (2004, p.73).

Dessas propostas é possível apreender que a categoria “contexto” tem um papel fundamental, pois em ambos os procedimentos ela está presente, trazendo para a investigação do gênero os aspectos extralingüísticos. No procedimento dirigido pelo texto, Swales (2004, p. 72) apenas afirma que o contexto funciona como uma “categoria aberta pelo menos em parte ligada por restrições de tempo, recursos, disponibilidade e acesso”<sup>138</sup>. A nosso ver, essa tímida explicação acaba por transformar o contexto em uma “caixa preta”, pois a nomeação “categoria aberta” é muito pouco elucidativa. Seria o contexto a comunidade discursiva, ou o

<sup>137</sup> “[...] support an orientation that acknowledges that sets of texts or transcripts may not be doing what they seem, or not doing what they have traditionally been assumed to have been doing.” (SWALES, 2004, p. 73, tradução nossa).

<sup>138</sup> “[...] *context* is an open category at least partly bounded by constraints of time, resources, availability, and access; [...]” (SWALES, 2004, p. 72, tradução nossa).

contexto situacional? Já no procedimento dirigido pelo contexto é explorada a situação comunicativa, bem como aspectos relacionados à comunidade que produz o gênero.

Essas propostas, a nosso ver, representam um avanço teórico e metodológico dentro da teoria de Swales na medida em que indica percursos de investigação que ultrapassam uma análise meramente textual, apresentando conexão entre aspectos teóricos e metodológicos. O aparato teórico desenvolvido por Swales ao longo de sua trajetória, especificamente, o que se refere à criação e à revisão da noção de comunidade discursiva, às reflexões sobre a categoria propósito comunicativo, à ampliação da noção de gênero vai demonstrando a intenção do autor de transpor a investigação textual. É uma proposta que se harmoniza com a de outros pesquisadores de gênero como Bhatia (1993, 2003), Paré e Smart (2003), por exemplo.

Algumas críticas podem ser feitas ao aparato metodológico de Askhave e Swales (2001) e Swales (2004) que são: a carência de uma explicitação do que seja “contexto” no procedimento dirigido pelo texto, bem como a ausência de uma especificação do tipo de procedimento metodológico que deve ser realizado na investigação dos aspectos extralingüísticos. No primeiro aspecto, o tipo de contexto escolhido pelo pesquisador pode levar a diferentes abordagens do gênero. Se o contexto escolhido pelo pesquisador for menos abrangente, sua análise irá se deter nas práticas discursivas, envolvendo os processos de produção, distribuição e consumo do texto, se mais abrangente irá deter-se nos aspectos ideológicos e hegemônicos<sup>139</sup>. De igual forma, o segundo aspecto pode conduzir a distintas percepções do gênero, dependendo do método de abordagem e de procedimento selecionado pelo pesquisador<sup>140</sup> (MARCONI; LAKATOS, 2003). De uma forma geral, em ambos os procedimentos poderia haver a sugestão de etapas mais concretas para a realização dos passos metodológicos sugeridos. Biasi-Rodrigues (2007, p. 733), por sua vez, sugere que a análise do “repropósito do gênero”

[...] não deveria ser uma tarefa limitada à observação do analista, ou seja, a confirmação do propósito comunicativo de um gênero será mais seguramente alcançada se o pesquisador criar condições para, pessoalmente, colher informações dos sujeitos produtores e consumidores dos gêneros, especialmente de membros experientes das comunidades discursivas de que participam.

Não queremos com essas afirmações dizer que a proposta de Askaheve e Swales (2001) e Swales (2004) é vaga, mas que se revela bastante aberta. Se por um lado, isso é

---

<sup>139</sup> Inspiramo-nos na proposta da Análise Crítica do Discurso elaborada por Fairclough (2001).

<sup>140</sup> Para Marconi e Lakatos (2001), os métodos de abordagem são mais abstratos, enquanto que os de procedimento são mais concretos, podendo até serem denominados de técnicas.

positivo porque os pesquisadores têm liberdade para construir seus percursos metodológicos, inclusive, integrando os dois procedimentos (direcionado pelo texto e dirigido pelo contexto); por outro lado, pode ser negativo exatamente pela amplitude como são apresentados os passos metodológicos. Em suma, apesar das críticas que foram levantadas, podemos afirmar que essas propostas trazem importantes contribuições para a área de Análise de Gêneros, tais como: valorizar o dinamismo dos gêneros (BIASI-RODRIGUES, 2007), fortalecer o papel dos aspectos extralingüísticos e rever a função da categoria propósito comunicativo.

Considerando os aparatos metodológicos apresentados nesta seção (PARÉ; SMART, 2003, BHATIA, 1993, 2003, ASKAHEVE; SWALES, 2001, SWALES, 2004), observamos que os autores utilizam diferentes abordagens no processo de análise dos gêneros, apresentando, pois, pontos de aproximação e de afastamento. Assim, em todas as propostas, há a presença de uma abordagem textual, bem como de uma abordagem extratextual que pode ser realizada de forma mais ou menos abrangente. Elaboramos um quadro-resumo (quadro 03) que esboça as abordagens utilizadas pelos autores destacados nesta seção.

Quadro 03: Quadro comparativo das propostas metodológicas para a análise de gêneros.

<b>Tipos de abordagem</b>	<b>Autores</b>	<b>Paré e Smart (2003)</b>	<b>Bhatia (1993)</b>	<b>Bhatia (2004)</b>	<b>Askahave e Swales (2001) Swales (2004)</b>
<b>Abordagem textual</b>		Através da análise dos movimentos retóricos, das seqüências textuais, do estilo, dentre outros elementos.	Através da investigação de aspectos léxico-gramaticais, de padrões de textualização e estruturais.	Através da caracterização dos aspectos léxico-gramaticais, de textualização e estruturais.	Através da análise da estrutura, do estilo, do conteúdo e do propósito comunicativo do gênero.
<b>Abordagem sócio-cognitiva</b>		Através da análise dos processos de escrita e de leitura.	Através da análise dos propósitos comunicativos e das informações oriundas de especialista da comunidade.	Através da análise dos aspectos táticos e profissionais utilizados pelos membros de uma dada comunidade na produção e interpretação do gênero.	Através da análise do propósito comunicativo.
<b>Abordagem do contexto situacional</b>		Através da análise do processo de composição do gênero que se inicia com um evento inicial.	Através da localização do gênero em um dado contexto situacional, do aprofundamento desse contexto, do estudo das relações entre produtores e consumidores, do contexto institucional em	Através da análise dos aspectos táticos e profissionais utilizados pelos membros de uma comunidade como resposta a uma dada situação retórica recorrente.	Através da análise da situação comunicativa, dos valores, dos objetivos e das condições materiais do grupo em que está inserido o gênero.

		que circula o gênero e dos gêneros que circundam o gênero.		
<b>Abordagem do contexto social</b>	Através da análise dos papéis sociais desempenhados por escritores e leitores que determinam o que pode e que não pode ser dito.	Através da caracterização do contexto histórico, sócio-cultural e filosófico da comunidade em que está inserido o gênero.	Através da análise do contexto social no que se refere à criação e à manutenção de identidades sociais, ao funcionamento das instituições sociais, dentre outros.	Através da análise do “contexto” e do propósito comunicativo do gênero.

Esclarecemos que os diferentes tipos de abordagem descritos (no quadro 03) não têm um caráter taxionômico, apenas ilustrativo, bem como esclarecemos também que a divisão entre uma abordagem do contexto situacional e social tem o objetivo de diferenciar um tratamento do aspecto social mais restrito relacionado à situação retórica e outro tratamento do aspecto social muito mais amplo.

Ao tratar dessas diferentes propostas metodológicas constamos a importância de integração de diferentes níveis de investigação, bem como uma abertura para a utilização de métodos etnográficos. Paré e Smart (2003) afirmam que a apreciação dos papéis sociais desempenhados por escritores e leitores seja realizada a partir da observação da interação social desses atores em suas comunidades. Essa sugestão do autor poderá conduzir a observações e descrições de caráter etnográfico, mas não necessariamente. Já em Bhatia (1993), é possível concluir que a utilização da descrição etnográfica é viável quando o autor se refere a um aprofundamento do contexto situacional. De forma explícita, em Bhatia (2004) há referência ao uso de dados etnográficos. Em Askahave e Swales (2001) e Swales (2004), como foi comentado anteriormente, devido à forma como os passos são apresentados, auto-explicativos e bastante amplos, também dão margem para uma abordagem etnográfica.

Outro aspecto que merece ser destacado nas propostas apresentadas é o que se refere às “condições de recepção” do texto. Paré e Smart (2003) dão atenção especial às regularidades que estão presentes nos processos de leitura. Bhatia (1993), por sua vez, toca de forma muito sutil quando propõe uma descrição da audiência no procedimento relativo à análise do contexto situacional. Já em 2004, o autor explora o processo de interpretação do gênero quando descreve o espaço sócio-cognitivo de análise. Askahave e Swales (2001) não fazem referência à questão, enquanto Swales (2004) levanta reflexões sobre o papel dos

ouvintes/leitores<sup>141</sup>, bem como de outros aspectos no processo de análise de gênero.

Enfim, as propostas apresentadas nesta seção ultrapassam com mais ou menos vigor a barreira do tratamento meramente textual no processo de análise de gêneros. Não afirmamos com isso que a perspectiva de análise textual não tenha sua importância, ela tem um papel fundamental, contudo, como Bhatia (2004) nos adverte, ela nos permite ver apenas uma parte e não o todo, caracterizando-se sozinha como insuficiente. É dentro dessa perspectiva que inserimos nossa proposta metodológica, buscando integrar componentes de natureza textual e contextual a fim de investigarmos a relação entre gênero e comunidade a partir da análise dos propósitos comunicativos e da avaliação em resenhas publicadas em jornais e revistas brasileiras.

Ao descrevermos as propostas metodológicas de Pará e Smart (2003), Bhatia (1993, 2004), Askahave e Swales (2001) e Swales (2004), não temos a pretensão de esgotar as metodologias que possibilitam a análise de gêneros, apenas apresentar um painel de alguns dos instrumentos de análise de gênero que vêm sendo utilizados. A escolha por esses autores se justifica pelo fato de que suas propostas nos darão subsídios para compor nosso aparato metodológico. Compreendendo, ainda, que as metodologias não podem ser interpretadas como atos isolados, mas que estão relacionadas a pressupostos teóricos supomos que a utilização de um percurso metodológico propicia ao pesquisador um retorno seguro ao seu ponto de partida que é a compreensão do gênero como um construto teórico de natureza social e histórica.

### **3.2 Procedimentos da pesquisa**

O percurso metodológico que será descrito nesta seção envolveu a escolha e a adaptação de algumas das propostas sugeridas pelos pesquisadores mencionados na seção anterior, haja vista considerarmos que cada pesquisa requer um aparato metodológico específico que vise atingir os objetivos previamente estabelecidos pelo pesquisador. Embora partamos do pressuposto de que aspectos teóricos e metodológicos devem ser vistos como etapas interrelacionadas em uma pesquisa, não significa afirmar que não subsistam incertezas quanto à escolha dos procedimentos. No processo de análise de gêneros, como bem destacou Swales (2004), as pesquisas podem privilegiar diferentes focos (escritor/falante, leitor/ouvinte, *expertise*, dados), desembocando, inevitavelmente, em diferentes

---

<sup>141</sup> Ao examinar as cartas de referência, Swales (2004) sugere a realização da técnica *focus* grupo com a finalidade de investigar as reações dos leitores a esses textos.

problemáticas. Segundo Swales (2004, p. 75):

Talvez a primeira opção, aquela que privilegia o criador do discurso, caia presa na falácia intencional tão enfatizada pela Nova Crítica (como eram nos anos 50 ou a partir daí) e por outros formalistas? Talvez a segunda opção naufrague nas costas selvagens da teoria da recepção leitora, quando então poderíamos negar o poder que a linguagem teria para transmitir um conteúdo restrito de sentidos? Talvez a terceira opção seria simplesmente mais um exemplo de orgulho acadêmico, por esta sugere que seríamos nós primariamente, os analistas e observadores acadêmicos plenamente formados, os que melhor podem ver e compreender o que está realmente acontecendo? E, talvez, a quarta se impõe um limite, em termos de suas hipóteses de quantificação objetiva?<sup>142</sup>

Se por um lado estamos cientes de que qualquer escolha metodológica que seja feita poderá incorrer em riscos e limitações, por outro lado necessitamos definir a perspectiva de análise de nosso objeto de estudo. Considerando esses aspectos, assumimos os riscos e assim como fez Bhatia (1993, 2004), descreveremos os passos que foram percorridos para a realização desta pesquisa. Ressaltamos que a descrição deste percurso não se desenhou de forma linear, algumas vezes retomamos a etapas outrora exploradas.

- **Passo 01:** localização da resenha dentro de seu contexto situacional

Nesta etapa, realizamos uma análise exploratória do gênero em diferentes jornais e revistas a fim de que pudéssemos nos familiarizar com o contexto em que o texto está inserido. Contamos com os conhecimentos prévios da pesquisadora sobre resenha produzida na comunidade acadêmica, como também com a nomeação que é sugerida em alguns jornais e revistas para o gênero. Nesta incursão, nos deparamos com diferentes nomenclaturas para o gênero (ora resenha, ora crítica), ou com a ausência destas, além de observamos textos com diferentes extensões, registros de linguagem (ora mais formal, ora mais informal), estilos, com conteúdo mais ou menos informativo ou avaliativo, dentre outros aspectos. Esse contato inicial com o gênero nos forneceu mais dúvidas que certezas, tais como: há diferença entre resenha e crítica? a resenha pode aparecer em outros espaços que não aqueles reservados à cultura? a resenha é um tipo de notícia de livros?

- **Passo 02:** levantamento da literatura sobre o gênero na área de Jornalismo, de Lingüística

---

<sup>142</sup> “Perhaps the first option, that of privileging the creator of the discourse, falls prey to the intentional fallacy so emphasized by the New Critics (as they were in the 1950s or so on) and by other formalists? Perhaps the second shipwrecks on the wilder shores of reader-response theory wherein we can deny the power of language to convey any given restricted set of meanings? Perhaps the third is simply another example of academic pride, for it suggests that it is primarily we, the fully trained academic observers and analysts, who can best see and understand what is really going on? And perhaps the fourth is self-limiting in its assumptions of objective quantification?” (SWALES, 2004, p. 75, tradução nossa).



e de Educação

As inquietações oriundas da etapa anterior geraram a necessidade por parte da pesquisadora de buscar conhecimentos teóricos sobre a resenha a fim de que tivéssemos a certeza de que estaríamos investigando um mesmo grupo de gêneros e não gêneros diferentes. A literatura apresentou informações sobre resenha mais “arrumadas” do que aquelas que foram encontradas na observação exploratória, de modo que nos sentimos mais embasados em realizar novamente outra análise exploratória em jornais e revistas. No percurso de levantamento bibliográfico, entramos em contato com o trabalho de Melo (2003), de Angelo (2005), de Carvalho (1998, 2006)<sup>143</sup>, dentre outros. Em seguida, voltamos ao passo 01 com a finalidade de realizar novamente uma aproximação com o gênero em estudo.

- **Passo 03:** levantamento da literatura sobre o contexto institucional em que o gênero está inserido

O novo contato com o gênero nos conduziu a buscar mais informações sobre o contexto institucional em que ele estava inserido a fim de conhecer suas condições específicas de produção e de consumo. Inevitavelmente, ampliamos nosso escopo de investigação e exploramos o discurso das mídias (CHARAUDEAU, 2006), o campo jornalístico (BOURDIEU, 1997), bem como diferentes estudos que estavam mais diretamente ligadas ao contexto jornalístico<sup>144</sup>. A pesquisa bibliográfica sobre o contexto institucional nos permitiu partir para a próxima etapa: o processo de captação das resenhas.

- **Passo 04:** processo de captação das resenhas

A fim de constituir uma primeira amostra, estabelecemos alguns critérios de seleção já amplamente conhecidos e utilizados na área de Análise de Gêneros que são: da reputação, da representatividade e da acessibilidade<sup>145</sup>. O primeiro está relacionado com a reputação dos jornais e revistas de onde serão selecionadas as resenhas. Segundo Motta-Roth (1995, p. 107), eles “devem ser altamente considerados pelos membros de uma comunidade profissional como uma indicação de sua representatividade do campo”<sup>146</sup>.

---

<sup>143</sup> A título de ilustração, o estudo de Melo (2003) é oriundo da área de Jornalismo, o de Angelo (2005) da área de Educação e o de Carvalho (1998) da área de Linguística.

<sup>144</sup> A título de ilustração, citamos a pesquisa de Hernandes (2006) que sob a ótica da Semiótica Discursiva discute os mecanismos que a mídia (jornal, revista, tv, rádio e *internet*) utiliza para captar e manter a atenção do público.

<sup>145</sup> Em nível de ilustração, autores como Motta-Roth (1995), Biasi-Rodrigues (1998) e Bezerra (2001) utilizaram esses critérios na escolha do *corpus* de suas pesquisas.

<sup>146</sup> “[...] they must be highly considered by members of the professional community as na indication of their

O segundo critério está relacionado com a confiabilidade dos textos selecionados considerados como exemplares autênticos de resenhas não-acadêmicas. Nesse sentido, estabelecemos alguns recortes: o texto selecionado estava localizado em seção de jornal ou revista que indicava ao pesquisador se tratar de uma resenha; o espaço de onde o texto foi selecionado constituía-se em uma seção periódica na revista ou jornal, o texto era assinado e foi publicado entre os anos de 2005 a 2008. A opção por esse ano justifica-se pelo fato de preferirmos trabalhar com textos mais atuais.

O terceiro critério está relacionado com a facilidade ou a dificuldade do pesquisador de obter os dados. Considerando o percurso mais fácil, optamos por restringir nossa escolha a resenhas que estivessem disponíveis em jornais e revistas no meio digital ou que nos foi permitido o acesso através de senhas. Selecionada a primeira amostra, decidimos refiná-la devido à grande quantidade de textos.

- **Passo 05:** processo de refinamento do *corpus* e elaboração e realização das entrevistas

Para realizar a seleção do *corpus* de resenhas, adicionamos outros critérios tais como: a presença da avaliação nos textos, os textos resenharem diferentes gêneros, diversidade de autores a fim de evitar o estudo de uma realidade bastante específica, e a possibilidade de realizar entrevistas com os sujeitos produtores de resenhas. Sobre o primeiro critério, destacamos que partimos do pressuposto de que o gênero resenha caracteriza-se pela presença da avaliação, daí descartamos os textos que não contivessem nenhum elemento de avaliação<sup>147</sup>. Esse critério também coadunava-se com um dos objetivos específicos da pesquisa que era analisar os padrões de avaliação em resenhas não-acadêmicas e seus respectivos efeitos retóricos<sup>148</sup>.

Nesse período, já estávamos contatando os resenhistas e verificando quais sujeitos estariam disponíveis para participarem de uma entrevista por e-mail. Considerados esses aspectos, a amostra se restringiu a um total de 94 (noventa e quatro) resenhas, conforme ilustramos na tabela 01. Essa quantidade de textos se justifica pela abordagem de natureza indutiva que será dada aos textos.

Na época de realização do processo de refinamento do *corpus*, as resenhas eram publicadas nos seguintes espaços: da revista *Veja* com o título “Livros”; da revista “Isto é”

---

representativity of the field.”. (MOTTA-ROTH, 1995, p. 107, tradução nossa). A autora estava se referindo aos periódicos acadêmicos e nós aos jornais e revistas.

<sup>147</sup> Carvalho (2002) também utilizou esse recorte no processo de seleção do *corpus* de resenhas acadêmicas.

<sup>148</sup> Destacamos que não faz parte do escopo da presente pesquisa categorizar se os textos que abordam livros e não apresentam avaliação explícita ou implícita sejam ou não considerados resenhas.

com o título “Cultura Livros”; da revista “Época” com o título “Mente Aberta” para as resenhas publicadas no período de 2007 e 2008, já as resenhas publicadas em 2005, com o título “Livros”; do jornal “Gazeta do Povo” com o título “Livros” no Caderno G; do jornal “Correio do Povo” com o título “Livros”; do jornal “Diário do Nordeste” no caderno “Cultura”; do jornal “O Povo” no caderno “Vida & Arte” com o título “Resenha”; do jornal “Diário de Cuiabá” com o título “Resenha”; do jornal “Estado de São Paulo” no Caderno 2 com o título “Livros”; do jornal “Hoje em dia” com o título “Plural”; do jornal “Folha de São Paulo” com diferentes titulações como “Crítica/romance”, “Crítica/contos”, dentre outros.

Tabela 01: Constituição do *corpus* das resenhas.

SUPORTE	QUANTIDADE	ESTADO
Revista “Isto é”	10	São Paulo
Revista “Época”	10	São Paulo
Revista “Veja”	10	São Paulo
Jornal “Diário do Nordeste”	08	Ceará
Jornal “O Povo”	08	Ceará
Jornal “Folha de São Paulo”	08	São Paulo
Jornal “O Estado de São Paulo”	08	São Paulo
Jornal “Hoje em dia”	08	Minas Gerais
Jornal “Diário de Cuiabá”	08	Mato Grosso
Jornal “Correio do Povo”	08	Rio Grande do Sul
Jornal “Gazeta do Povo”	08	Paraná

As resenhas foram identificados com letras maiúsculas que correspondiam às iniciais dos nomes dos jornais ou das revistas selecionadas, acrescido da data de publicação do texto. Quando coincidia de uma resenha ter o mesmo nome do suporte e a data da publicação, acrescentamos uma letra alfabética minúscula (e.g: RE040805 para uma resenha publicada na revista Época no dia 04 de agosto de 2005).

Cientes de que somente a análise textual não daria conta de atingir os objetivos estabelecidos para a pesquisa, elaboramos 02 (dois) instrumentos de coleta de dados, sendo um deles constituído de 29 (vinte e nove) perguntas abertas e destinado ao editor e o outro constituído de 25 (vinte e cinco) perguntas abertas e destinado ao resenhista (ver Apêndice 2). As questões da entrevista do editor versavam sobre os seguintes tópicos: Jornalismo Cultural, as funções desempenhadas pelo editor, o papel do resenhista, as condições de produção, o leitor e a resenha, já as questões da entrevista do resenhista só não abordava o conteúdo referente às funções do editor. Esses instrumentos de coleta de dados visavam dar conta do contexto situacional, bem como dos aspectos caracterizadores da ação retórica de resenhar na comunidade jornalística.

Os sujeitos foram contatados por e-mail e por telefone, aceito o convite as

entrevistas foram enviadas e recebidas por e-mail. Ressaltamos que entramos em contato com todos os resenhistas e apenas 01 (um) recusou-se a participar da pesquisa. Contudo, mesmo recebendo a pronta aceitação dos sujeitos<sup>149</sup>, conseguimos coletar apenas 15 (quinze) entrevistas, sendo 05 (cinco) dos informantes do jornal “O Estado de São Paulo”, 04 (quatro) dos informantes do jornal “Diário de Cuiabá”, 02 (dois) dos jornais “Gazeta do Povo” e “O Povo”, 01 (um) do jornal “Diário do Nordeste” e da Revista “Veja”. Dos 15 (quinze) sujeitos, 07 são (colaboradores) e 08 (oito) são jornalistas, dentre estes 01 (um) é editor e resenhista, 01 (um) é sub-editor e resenhista e 02 (dois) são editores-assistentes e resenhistas. As entrevistas dos resenhistas foram identificadas com as seguintes iniciais maiúsculas IE que significa informante especialista e com numerais arábicos a fim de preservar suas identidades (e.g. IE01).

- **Passo 06:** análise preliminar dos textos

Decidimos fazer uma primeira análise com os textos das resenhas, a fim de identificarmos, preliminarmente, os propósitos comunicativos e os padrões de avaliação. Selecionamos uma amostra aleatória do *corpus* e procedemos ao reconhecimento apenas dos propósitos comunicativos e alguns aspectos da avaliação do autor e da obra. Os resultados obtidos desta análise nos fornecerem subsídios para a construção das entrevistas com os leitores especializados.

Para a identificação dos propósitos comunicativos, nos ancoramos na hipótese de que as resenhas não-acadêmicas realizariam os seguintes propósitos comunicativos: avaliar a obra, descrever a obra, discutir um tema, descrever o autor e avaliar o autor<sup>150</sup>. Assim, procuramos identificar nos textos esses conteúdos semânticos. As pistas léxico-semânticas (e.g.: “recomendada para”, “esse é o enredo do livro”, “o livro está indicado”, dentre outros) auxiliaram na identificação destas informações. Essa investigação inicial revelou a dificuldade de análise, haja vista haver uma diversidade de informações que eram conduzidas nas resenhas não-acadêmicas.

Para a análise da avaliação, destacamos com uma cor específica os itens lexicais que indicassem avaliação explícita da obra ou do autor. Baseamo-nos na tipologia fornecida por Martin (1999) que foi adaptada por Carvalho (2006) na identificação das categorias de

---

<sup>149</sup> Foram contatados 27 (vinte e sete) sujeitos, 01 (um) recusou-se a responder a entrevista, 24 (vinte e quatro) aceitaram e somente 15 (quinze) efetivamente enviaram resposta.

<sup>150</sup> A hipótese referente aos propósitos comunicativos baseou-se na revisão de literatura que realizamos na área de Jornalismo e de Lingüística.

Apreciação da obra e do Julgamento do autor<sup>151</sup>. Para a Apreciação da obra, investigamos as categorias semânticas da Reação/Impacto que indica se a obra prendeu o leitor (“surpreendente”), da Reação/Qualidade que indica se o resenhista gostou da obra (“primoroso”), da Composição da obra (“liricamente”), do Valor/Relevância da obra (“úteis”), do Valor/Originalidade (“especial”) da obra. Para o Julgamento do autor, investigamos as categorias semânticas da Mestria do autor (“perfeito comando desses fatores”), da Competência do autor (“dotado para a escrita”), da Experiência do autor (“decano”), da Normalidade do autor que indica se ele tem características especiais (“um dos mais consistentes escritores”)<sup>152</sup>.

- **Passo 07:** elaboração e recebimento dos questionários e consulta aos leitores especializados

A fim de confirmarmos nossos resultados preliminares, optamos por construir um instrumento de coleta de dados que abordasse os tópicos sobre a relação entre a nomeação – resenha ou crítica – e o conteúdo informacional, as informações que caracterizassem e que fossem esperadas em uma resenha e o tipo de avaliação que pudesse aparecer em uma resenha. A escolha por jornalistas de formação e professores que já lecionaram o conteúdo “resenha” em disciplinas de cursos de Graduação deveu-se ao fato de fornecer validade aos resultados e de captar as percepções dos leitores sobre o gênero.

Consultamos 06 (seis) professores de Jornalismo oriundos tanto de instituições de ensino superior de natureza pública quanto privada. Contatamos os sujeitos por e-mail e por telefone, dado o aceite, enviamos e recebemos os questionários por e-mail<sup>153</sup>. Os questionários foram identificados com a letra I maiúscula que significa informante acrescido de um numeral arábico (e.g. I01).

- **Passo 08:** pesquisa bibliográfica e análise definitiva dos dados

Em uma primeira etapa, o enfoque foi dado à noção de comunidade, empreendemos um estudo bibliográfico com os teóricos selecionados (BAKHTIN, 1990, 1997, 2002, MILLER 1994a, 1994b; SWALES, 1990, 1992, 1993; BOURDIEU, 1997, 2005, 2007), a fim de refletir sobre o conceito de “comunidade jornalística”. Justificamos nossa opção metodológica com as palavras de Barbosa (2001, p. 26) quando esta afirma que

---

<sup>151</sup> Essas categorias serão devidamente exploradas no capítulo 5, pois optamos por integrar revisão teórica e análise em um mesmo capítulo.

<sup>152</sup> Todos os exemplos fornecidos em parênteses foram retirados do *corpus* das resenhas analisadas.

<sup>153</sup> Todos os sujeitos contatados enviaram a entrevista por e-mail.

A vinculação dos gêneros com as diferentes esferas de comunicação verbal que os originam e desenvolvem e a própria determinação dessas esferas é algo fundamental para o estudo dos gêneros, sendo inclusive apontado como os dois primeiros passos metodológicos para a abordagem dessa problemática.

Em uma segunda etapa, fizemos um tratamento mais textual nos dados. Ressaltamos, contudo, que a análise textual foi iluminada pelos resultados obtidos nas etapas anteriores, ou seja, pela pesquisa bibliográfica e pelas respostas dos informantes. A análise textual foi dividida em 03 (três) momentos: no primeiro, realizamos uma análise de natureza quantitativa e qualitativa nos textos das resenhas; no segundo e terceiro momento realizamos uma análise qualitativa dos padrões de avaliação em resenhas.

Em um primeiro momento de análise textual, baseamo-nos na abordagem proposta por Swales (1990). Segmentamos o *corpus* em porções textuais maiores e identificamos os propósitos comunicativos utilizando cores diferentes, já os movimentos retóricos foram segmentados utilizando barras e um código numérico colocado à margem direita ou esquerda dos textos. O código numérico indicava o desdobramento de cada um dos propósitos comunicativos (e.g.: 1.1 correspondia a um movimento retórico do propósito comunicativo de *apresentar a obra*, 3.3 correspondia a um movimento retórico do propósito comunicativo de *descrever a obra*, e assim por diante). Essa divisão foi sendo criada à medida que a análise indicava diferentes estratégias de condução das informações.

O *corpus* das resenhas foi analisado inúmeras vezes com a finalidade de detectar as informações recorrentes. Inicialmente, consideramos que esta tarefa não seria árdua, haja vista termos experiência anterior de análise de unidades e subunidades retóricas em editoriais de jornais. Contudo, as resenhas não-acadêmicas revelaram algumas peculiaridades, a saber: uma grande flexibilidade na organização das informações, frequência irregular de aparecimento dos movimentos retóricos, dentre outros aspectos.

Após a finalização da análise de cada resenha, quando não havia mais dúvidas quanto à classificação das informações, os resultados eram transferidos para tabelas que correspondiam a cada um dos suportes textuais investigados. Ao final, essas informações foram inseridas no *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Science*). Este *software* viabilizou a extração de medidas estatísticas descritivas (frequências, médias e desvios-padrões) e também a comparação de medidas de acordo com algumas variáveis categóricas da pesquisa (gênero, produtor, região e suporte). O procedimento de comparação foi realizado pelo teste estatístico da diferença de médias, procedimento este viabilizado por meio da técnica de análise de variância (Anova). Este *software* foi aplicado especificamente na

manifestação dos propósitos comunicativos e movimentos retóricos em resenhas não-acadêmicas. Em um segundo momento da análise textual, procedemos a análise qualitativa da Atitude. Como foi informado no passo 06, utilizamos as categorias propostas por Martin (1999) que foram adaptadas por Carvalho (2006). A análise do Engajamento, por sua vez, foi realizada a partir das categorias propostas por Martin e White (2003, 2008). Durante o processo de investigação dessa categoria, se fez necessária a ampliação do conteúdo semântico das variáveis Reação/Impacto e Reação/Qualidade a fim de darmos conta dos dados presentes no *corpus* das resenhas.

Considerando que estávamos utilizando um sistema de Avaliatividade que é semântico, mas também lexical, destacamos todos os itens lexicais relacionados à categoria da Atitude utilizando uma cor específica. À medida que identificávamos os itens avaliativos, procedíamos a uma classificação que indicava se tratar de um caso de Apreciação da obra ou Julgamento do autor, se tratar de um parâmetro de avaliação positivo ou negativo, e o tipo de variável utilizada (e.g.: “[...]com 267 páginas de intrigantes reflexões” – Apreciação Positiva Composição Engenharia). Destacamos também em cor as porções textuais que apresentavam avaliação implícita. Ao final de um longo processo de análise da avaliação, realizamos um somatório de todos os itens e os exibimos em tabelas. Destacamos que no processo de análise da Atitude, buscamos estabelecer relações entre o tipo de avaliação com cada um dos propósitos comunicativos e movimentos retóricos.

Em um terceiro momento de análise textual, procedemos à avaliação do Engajamento. Identificamos com outra cor as porções textuais que correspondiam as categorias de Rejeitar que indica uma voz textual que recusa uma voz contrária, de Proclamar que indica uma voz textual que afirma, que concorda ou que endossa uma outra voz, de Cogitar que indica uma voz textual dentre as demais e de Atribuir que invoca outra voz textual<sup>154</sup>. Ao identificarmos esses mecanismos textuais, também buscamos relacioná-los com os propósitos comunicativos previamente definidos, bem como investigar os efeitos retóricos desses recursos lingüísticos em cada um dos propósitos.

Durante a etapa de escrita da análise dos propósitos comunicativos, realizamos um diálogo entre as informações fornecidas pelos sujeitos pesquisados e os resultados obtidos a partir da análise textual e das medidas obtidas a partir da análise quantitativa. Já na escrita da análise da avaliação, estabelecemos um confronto entre a voz textual e a voz dos informantes. Em ambas, essa opção metodológica visou estabelecer um diálogo entre o texto e a ação

---

<sup>154</sup> Estas categorias estão explicadas com detalhes no capítulo 5.

retórica de resenhar na comunidade jornalística.



## **CAPÍTULO 4: OS PROPÓSITOS COMUNICATIVOS DAS RESENHAS PUBLICADAS EM JORNAIS E REVISTAS BRASILEIRAS**

O presente capítulo tem como objetivo descrever os propósitos comunicativos das resenhas de livros publicadas em jornais e revistas brasileiras, no período de 2005 a 2008. Para a realização deste objetivo foram analisadas um total de 94 (noventa e quatro) textos provenientes de diferentes jornais e revistas, bem como foram analisados 15 (quinze) entrevistas realizadas com os editores e resenhistas e 06 (seis) questionários com leitores especializados (jornalistas e/ou professores da área de Jornalismo).

Em um primeiro momento, refletiremos sobre a categoria propósito comunicativo, mostrando como esta tem sido utilizada nas pesquisas de gênero, ressaltando que o(s) propósito(s) comunicativo(s) reflete(m) os valores de uma dada comunidade. Dentro dessa perspectiva, trazemos à memória as palavras de Araújo (2006, p. 115) que afirma: “[...] a sociedade não elaboraria um gênero se este não tivesse uma função social a cumprir, já que ele é uma peça sócio-discursiva que foi semiotizada e elaborada pelos fios do tear das necessidades humanas [...]”.

Em um segundo momento, faremos uma breve discussão sobre a construção social da resenha, destacando a percepção dos informantes sobre o espaço do Jornalismo Cultural, as condições de produção da resenha na comunidade jornalística, os papéis sociais do resenhista e a imagem que eles têm de seus leitores. Exploraremos, mais detidamente, o que diz a literatura de Jornalismo sobre a(s) “função(ões)” desempenhadas pela resenha na sociedade, bem como sua “estrutura típica”, expondo algumas lacunas que a presente pesquisa se propõe a preencher. Por fim, exploramos a descrição da linguagem utilizada nesses textos, pois consideremos que é um aspecto que pode identificar especificidades da resenha não-acadêmica.

Em um terceiro momento, apresentaremos a descrição da estrutura retórica identificada nos textos analisados, detalhando os propósitos comunicativos e os movimentos retóricos do gênero. Como ficou explicitado na metodologia, buscaremos estabelecer um diálogo entre a voz que emana da literatura das áreas de Jornalismo e de Linguística com a voz dos textos e dos informantes. Esse diálogo se justifica porque nos propomos a rastrear a relação entre gênero (resenha) e comunidade (jornalística) a partir da análise do propósito comunicativo e da avaliação.

#### 4.1 Uma breve retrospectiva

Ao revisitar a categoria propósito comunicativo Askehave e Swales (2001) e Swales (2004) redimensionam seu papel no processo de análise dos gêneros. Assim, o propósito comunicativo deixa de ser um critério privilegiado e central, passando a ser resultado de uma série de outros procedimentos que permitirá ao analista reavaliar suas investigações sobre o gênero em estudo. Isso não quer dizer que a noção perdeu sua importância, mas que não pode mais ser concebida como um critério apriorístico. A reflexão dos autores faz sentido porque se o propósito é o critério que determina se um texto pertence a um dado gênero, então o pesquisador já poderia saber de antemão os propósitos dos textos. Uma outra questão é a possibilidade de um dado gênero ter múltiplos propósitos. Esses questionamentos já se colocam como suficientemente fortes para reposicionar o papel da categoria no estudo dos gêneros.

Para ilustrar que a tarefa de identificar os propósitos comunicativos não é tão óbvia, Askehave e Swales (2001) avaliam os propósitos das listas de compras, das cartas de recomendação e dos *folders* empresariais. Essa investigação leva os autores a concluir que textos idênticos podem desempenhar diferentes funções, podem conduzir intenções particulares, propósitos comunicativos implícitos, ou, ainda, que os propósitos comunicativos de um gênero podem se alterar, de modo que o gênero não realiza mais uma dada função social a que se propunha anteriormente.

Mas o que vem a ser o propósito comunicativo? Esse questionamento foi levantado por Bezerra (2006), tendo em vista a sua ampla utilização em diferentes trabalhos<sup>155</sup> ao mesmo tempo em que se verifica a ausência de uma definição explícita. Da revisão de literatura feita por Bezerra (2006), ele constata que a noção de propósito traz em seu bojo valores semânticos de “função”, “objetivo”, “intenção” e pode ser socialmente reconhecido como também ser identificado como particular. Ainda, segundo Bezerra (2006, p. 83):

o propósito comunicativo, portanto, não será algo simplesmente imanente no texto como tal, visto que se trata sempre de um processo de construção social desse propósito ou propósitos, nem será uma realidade meramente psicológica, definível como ‘intenção do autor’, pois seria imperativo questionar essa onipotência do autor sobre o texto e sua recepção na sociedade.”<sup>156</sup>

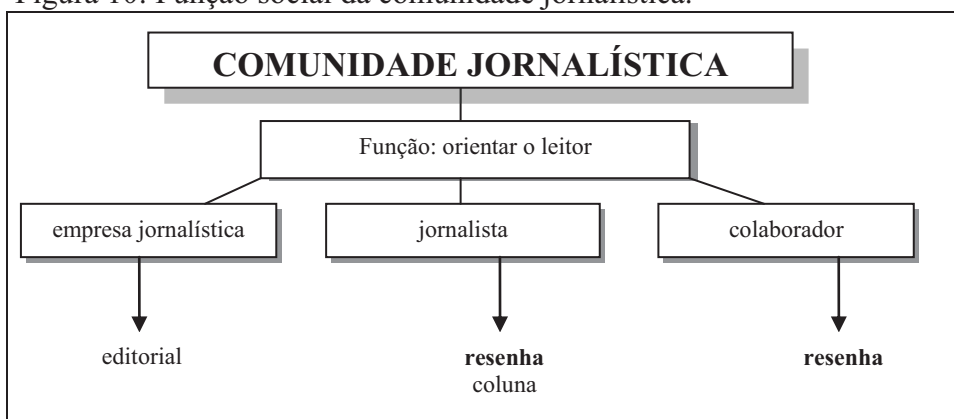
<sup>155</sup> Vários autores utilizam a categoria propósito comunicativo em suas investigações sobre os gêneros. Askehave e Swales (2001) citam: MARTIN, J. R. Process and text: two aspects of semiosis. In: BENSON, J.; GREAVES, W. (Eds.). **Systemic theoretical papers from the 9<sup>th</sup> international systemic workshop**. Norwood, NJ: Ablex, 1985, p. 248-74; HYON, S. Genre in three traditions: implications for ESL. **Quarterly**. 30/4: 1996, p. 693-722; JOHNS, A. M. **Text, role and context: developing academic literacies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, apenas para citar alguns exemplos.

<sup>156</sup> Para Charaudeau (2006, p. 69-70), “o propósito é a condição que requer que todo ato de comunicação se

Nessa perspectiva, podemos compreender o propósito comunicativo como objetivos que são materializados, de forma explícita e/ou implícita, em um dado texto utilizado em uma situação retórica recorrente, e que cumprem finalidades sociais (ou particulares) que podem ser reconhecida(s) pelos membros de uma comunidade. Essa percepção coloca em cena a possibilidade de um gênero materializar propósitos comunicativos sociais e individuais.

Considerando a dimensão social, ao reconhecermos que o propósito comunicativo é veiculado através do gênero e que o gênero representa uma ação social ordinária em uma dada comunidade, estamos reconhecendo que comunidade, gênero e propósito comunicativo (social) são noções que estão interligadas e que cada vez que interagimos colocamos em movimento esse dispositivo. Trazendo essas reflexões para a comunidade jornalística, pensemos na função social (global) desempenhada pela mídia, que, segundo Bond (1962), é de orientar o leitor<sup>157</sup>. Essa função pode ser materializada em diferentes gêneros que, por sua vez, podem ser produzidos por diferentes instâncias de enunciação, tais como: a empresa jornalística, o jornalista e o colaborador. Nessa perspectiva, as resenhas não-acadêmicas têm o propósito comunicativo geral de apreciar um dado produto cultural e esta apreciação pode ser realizada por um jornalista especializado ou por um colaborador. A figura 10 ilustra nossas afirmações.

Figura 10: Função social da comunidade jornalística.



Considerando que os gêneros podem conduzir intenções particulares, Bhatia (1993, p. 14) advoga que:

---

construa em torno de um domínio do saber, uma maneira de recortar o mundo em ‘universos de discursos tematizados’. O propósito se define através da pergunta: ‘Do que se trata?’.”

<sup>157</sup> Ao contrário de Bond (1962), supomos que a função principal da comunidade jornalística seja informar o leitor, embora a realização dessa função envolva diferentes estratégias como a da objetividade (HERNANDES, 2006). Não queremos, por outro lado, afirmar que a função de orientar o leitor não exista.

É possível para um especialista explorar as regras e convenções de um gênero com a finalidade de atingir efeitos especiais ou intenções particulares, como foi feito, mas esse especialista não pode escapar completamente de tais restrições sem ser perceptivelmente estranho.<sup>158</sup>

Essa afirmação do autor põe em evidência a dimensão psicológica dos resenhistas que pode subverter os propósitos sociais dos gêneros. Esse aspecto não pode ser esquecido, principalmente quando investigamos um gênero que não é tão padronizado e se revela mais aberto à criatividade do produtor como é o caso da resenha não-acadêmica. A flexibilidade, a nosso ver, é um aspecto que caracteriza as resenhas de livros publicadas em jornais e revistas brasileiras.

Voltando à questão do propósito comunicativo socialmente identificado pelos membros de uma comunidade, é notório perceber que essa dimensão da categoria está em convergência com os objetivos da presente pesquisa, já que pretendemos rastrear a relação resenhas não-acadêmicas de livros e comunidade jornalística. Askehave e Swales (2001) já reafirmam a importância de examinar o contexto no qual o gênero é utilizado, reforçando, assim, nossas pretensões já que a categoria propósito tem-se mostrado bastante eficiente em revelar como os gêneros são sensíveis a diferentes contextos. Considerando o gênero resenha de livro acadêmica, por exemplo, há profícuos trabalhos, dentre os quais podemos citar:

- a) a pesquisa de Motta-Roth (1995), que investigou resenhas em três contextos retóricos distintos (Economia, Lingüística e Química), buscando regularidades na forma como as informações são organizadas, como também diferenças em resposta a distintos contextos disciplinares. Sob a perspectiva da similaridade, a autora foi capaz de prover um “modelo”<sup>159</sup> de organização retórica para o gênero resenha acadêmica. Sob a perspectiva da variação, foram observadas diferenças no que se refere: à extensão dos movimentos, à ordem de apresentação das sub-funções retóricas dentro dos *moves* e à frequência das sub-funções retóricas, entre outros aspectos<sup>160</sup>;
- b) a pesquisa de Bezerra (2001), que investigou o universo das resenhas acadêmicas da área de Teologia e proveu a descrição de dois padrões de organização retórica, um mais complexo para as resenhas de especialistas e outro mais simples para as resenhas de alunos;

---

<sup>158</sup> “It is possible for a specialist to exploit the rules and conventions of a genre in order to achieve special effects private intentions, as it were, but h/she cannot break away from such constraints completely without being noticeably odd.” (BHATIA, 1993, p. 14, tradução nossa).

<sup>159</sup> Motta-Roth (1995) afirma que o uso do termo “modelo” se justifica apenas pela ausência de outro melhor.

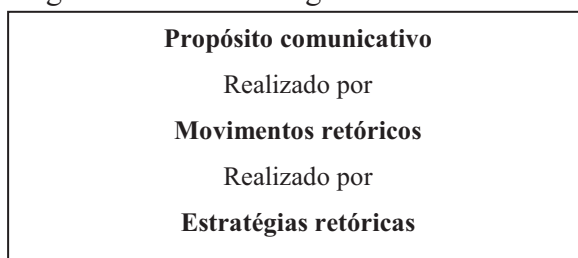
<sup>160</sup> Destacamos ainda o trabalho de Araújo (1996) que também foi pioneiro na investigação de resenhas acadêmicas no Brasil. A autora pesquisou resenhas de livros publicadas em língua inglesa na área de Lingüística Aplicada, enfocando a condução das informações e os nomes não-específicos.

c) a pesquisa de Carvalho (2002), que realizou um estudo contrastivo de resenhas acadêmicas produzidas em dois sistemas retóricos diferentes, o português e o inglês, da área de Literatura. A análise textual da autora proveu dois padrões retóricos de resenhas acadêmicas<sup>161</sup>.

Enfim, as pesquisas citadas deixam evidente que o propósito comunicativo é sensível às mudanças de áreas disciplinares (MOTTA-ROTH, 1995), aos contextos retóricos distintos, português e inglês, (CARVALHO, 2002) e até mesmo quando o contexto retórico e a área disciplinar são os mesmos, os propósitos são sensíveis à audiência e ao contexto da tarefa (BEZERRA, 2001). Essas afirmações nos permitem deduzir também que o propósito comunicativo parece funcionar como uma variável do tipo dependente à medida que é influenciado ou afetado por outros valores. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o propósito comunicativo pode revelar a comunidade que o produz e desvelar um pouco da relação entre gênero e comunidade.

Askehave e Nielsen (2004), ao analisarem a *homepage*<sup>162</sup>, fazem reflexões acerca do modelo “tradicional”<sup>163</sup> de gêneros desenvolvido por Swales (1990), que parte do propósito comunicativo do gênero e, conseqüentemente, dá conta da estrutura retórica do gênero. Essa afirmação está ilustrada na figura 11.

Figura 11: Modelo de gênero de três níveis.



Fonte: Askehave e Nielsen (2004, p. 04).

Essa relação entre propósito comunicativo e estrutura esquemática do gênero nos conduz à percepção de que as dimensões sociais dos propósitos comunicativos não podem ser concebidas desconectadas da dimensão sócio-cognitiva acionada pelo interlocutor-produtor. Assim, a identificação dos movimentos retóricos revelará a estrutura textual do gênero, bem

<sup>161</sup> A pesquisa realizada por Carvalho (2002) inspirou a presente pesquisa na medida em que apresentou como lacuna a investigação em torno das resenhas não-acadêmicas.

<sup>162</sup> Askehave e Nielsen (2004) concebem a *homepage* como a página inicial de um *website*.

<sup>163</sup> Askehave e Nielsen (2004) usam o termo tradicional para se opor a um modelo de análise de gêneros que dê conta dos gêneros multimodais.

como os procedimentos sócio-cognitivos utilizados pelos produtores (em nossa pesquisa os resenhistas) na produção de um dado gênero (resenha de livros).

Levando em conta o modelo “tradicional” de análise de gêneros ilustrado por Askehave e Nielsen (2004), Bezerra (2006) faz uma releitura da proposta de Swales (1990), correlacionando propósito comunicativo com movimento retórico e não diferenciando unidade retórica (*move*) de subunidade retórica (*step*). O autor justifica sua opção embasando-se em Kaphalia (1997)<sup>164</sup> que subestimou essa diferença e em Bhatia (2004) que a eliminou, proposta essa que será utilizada na presente pesquisa, na análise dos propósitos comunicativos das resenhas não-acadêmicas.

As reflexões em torno da categoria não param por aqui, pois o propósito comunicativo ainda pode ser um critério capaz de agrupar gêneros ou, ainda, de diferenciá-los. No primeiro caso, o propósito de introduzir/apresentar uma obra acadêmica congregou diferentes gêneros (apresentação, introdução, prefácio, prólogo, nota biográfica e sinopse) em uma colônia denominada gêneros introdutórios propriamente ditos (BEZERRA, 2006). No segundo caso, foi capaz de distinguir diferentes tipos de *chat* (*chat* aberto, *chat* educacional, *chat* com convidado, *chat* reservado, *chat* personalizado, *chat* privado, *chat* de atendimento ao assinante), transformando-os em uma constelação de gêneros<sup>165</sup> (ARAÚJO, 2006).

Considerando a resenha não-acadêmica e os propósitos comunicativos e dependendo da perspectiva de análise, poderíamos conceber a resenha de livro como inserida em uma colônia de gêneros promocionais como assim o fez Bhatia (2004), como também conceber a resenha de livro como inserida em uma constelação de gêneros (na perspectiva de ARAÚJO, 2006)<sup>166</sup>.

A concepção de Bhatia (2004) incorpora o sentido de um grupo de gêneros relacionados através de propósitos comunicativos comuns<sup>167</sup>, como também incorpora o sentido de “colonização” que, por sua vez, é concebida como um processo através do qual um

---

<sup>164</sup> Bezerra (2006) cita: KATHPALIA, S. S. Cross-cultural variation in professional genres: a comparative study of book blurbs. **World Englishes**, n. 3, v. 16, p. 417-426, 1997.

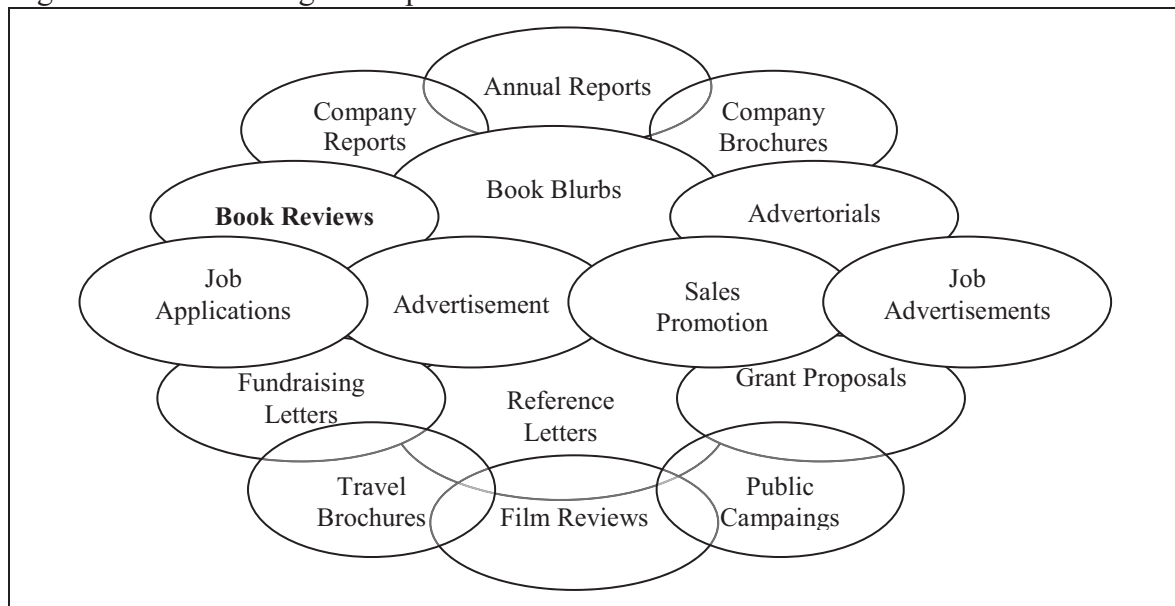
<sup>165</sup> Segundo Araújo (2006, p. 306), “uma constelação de gêneros consiste em um agrupamento de situações comunicativas em torno das quais gravitam, em diferentes graus, características comuns à esfera de comunicação que ambienta os gêneros da constelação, fortes características de sua constituição genética, aproximando-os também quanto ao seu processo formativo e, por último, mas não menos importante, uma teia de propósitos comunicativos mais ou menos claros pelos quais os gêneros são reconhecidos por seus usuários, distinguindo-os uns dos outros e servindo de “guias” para a sua adequada utilização.”

<sup>166</sup> Provavelmente, outra solução para a análise das resenhas de livros, de cinema, de espetáculos, dentre outras seja supor uma sobreposição entre as noções de colônia (BHATIA, 2004) e de constelação (ARAÚJO, 2006).

<sup>167</sup> Bhatia (2004) também ressalta que os gêneros que constituem uma colônia não compartilham necessariamente todos os propósitos comunicativos, bem como podem apresentar diferenças na audiência, no contexto de uso, dentre outros elementos.

gênero invade a integridade de outro gênero, gerando, por conseguinte, fenômenos de hibridização de gêneros. Para ilustrar, o autor detalha sua perspectiva apresentando a colônia de gêneros promocionais que está exibida na figura 12.

Figura 12: Colônia de gêneros promocionais.



Fonte: Bhatia (2004, p. 62).

Como é possível visualizar na figura 12, todos os gêneros desta colônia estão, de alguma forma, relacionados pelo fato de possuírem um mesmo propósito comunicativo geral que é o de promover um produto ou um serviço para um cliente em potencial. Por outro lado, Bhatia (2003) tem consciência de que alguns gêneros dentro da colônia dos gêneros promocionais se localizam em uma posição denominada por ele como periférica, pelo fato de possuírem outros propósitos comunicativos que se afastam do propósito comum da colônia e, desse modo, esses gêneros têm a possibilidade de constituírem outras colônias de gêneros e dentro dessas novas colônias serem membros primários. Dentro desse grupo, Bhatia (2003) incluiu as resenhas de livros. Destacamos também que o fato de a resenha de livros ter uma natureza “parcialmente promocional”, “parcialmente informativa”, “parcialmente opinativa” a alçou a condição de um gênero “misto” segundo o autor (BHATIA, 2004, p. 62).

Acatar o ponto de vista de Bhatia (2004) implica admitir a natureza pouco esclarecedora e controversa da noção de sub-gênero, principalmente quando os gêneros passam a ser distinguidos simplesmente pela diferença de suporte (anúncio impresso ou anúncio radiofônico) ou pela diferença de produto promovido (anúncio de livro, anúncio de computador). Outra questão é: em que medida o critério do propósito comunicativo pode

agrupar em uma colônia gêneros que são utilizados em situações retóricas tão distintas como, por exemplo, alguns gêneros introdutórios que são produzidos por membros da comunidade acadêmica e resenhas de livros que são produzidas por membros da comunidade jornalística? A esse respeito também se posicionam Askehave e Swales (2001, p. 206) quando afirmam:

Finalmente, uma variante notável dessa abordagem abrangente pode ser vista no argumento de Bhatia (1993) em que as cartas promocionais e as cartas para pedido de emprego tornam-se o mesmo gênero porque a proposta comunicativa predominante de ambas é promover alguém (seja uma companhia, pessoa ou produto). Enquanto tais vínculos e similares podem ser esclarecedores, eles violam o que comumente acreditamos ser uma ‘ação retórica’ comparável. [...] A esse respeito, a ligação feita por Bhatia de dois textos promocionais de diferentes tipos, com audiências diferentes, em um mesmo gênero, cria mais problemas que resolve.<sup>168</sup>

Realmente, parece forçoso admitir esse agrupamento da colônia de gêneros promocionais, quando se leva em conta também que cada comunidade tem valores distintos e os gêneros dentro dessas comunidades viabilizam diferentes relações de poder. Nesse sentido, o papel do propósito comunicativo geral (e aglutinador) assume diferentes funções dentro das comunidades, podendo ser considerado principal em uma dada comunidade e em outra secundário. Para ilustrar nosso questionamento, pensemos no caso específico da comunidade acadêmica: que objetivos promocionais (para o livro resenhado) teria o resenhista ao enviar seu texto para uma revista acadêmica? Será que promover algo ou alguém tem o mesmo peso em resenhas publicadas por membros da comunidade acadêmica e por membros da comunidade jornalística? Isso sem considerar que o ato de resenhar tem diferentes configurações dentro de cada comunidade: na comunidade acadêmica, a resenha pode ter uma função mais informativa e representar um gênero menos importante que o artigo científico, a monografia, a dissertação, por exemplo, enquanto que na comunidade jornalística representa um gênero que faz parte do ofício dos jornalistas culturais.

Nessa perspectiva, supomos que a categoria “propósito comunicativo” não pode prescindir de relações com outras categorias, tais como a de instituição, o papel do gênero e do resenhista em relação aos outros gêneros e aos outros membros dentro da comunidade, dentre outros aspectos. Essas considerações repousam no fato de que apesar de o gênero resenha de livro apresentar similaridades, seja ele produzido em uma comunidade acadêmica

---

<sup>168</sup> “Finally, a bolder variant of this ‘broad-band’ approach can be seen in Bhatia’s (1993) argument that promotional letters and job application letters belong to the same genre because the over-riding communicative purpose of both is to promote something (be it company, person, or product). While such linkages and similarities can be enlightening, they violate what we commonly believe to be comparable ‘rhetorical action’. [...] In this respect, Bhatia’s coalescence of two very different kinds of promotional texts, with very different kinds of audiences, into the ‘same’ genre creates rather more problems than it solves. (ASKEHAVE; SWALES, 2001, p. 206-207, tradução nossa).



ou jornalística, o gênero é sensível às crenças e valores da comunidade em que está inserido.

Em relação às resenhas produzidas em jornais e revistas, questionamos as afirmações de Bhatia (2004) sobre a relação direta de influência do mercado editorial no contexto de produção de resenhas. Não queremos negar completamente o fato de as resenhas terem, de alguma forma, uma natureza promocional, até porque a instituição jornalística expressa posições ideológicas, definidas a partir das diferentes redes de relações que são estabelecidas com outras instituições. Acreditamos que a afirmação de que a resenha de livro é um gênero promocional não pode se sustentar tão somente na identificação de um possível propósito comunicativo geral. Essa discussão é muito mais complexa do que se pode imaginar e demanda um olhar sobre a comunidade jornalística e sobre os atores sociais que produzem o gênero resenha. Como demonstrou Bourdieu (1997), por exemplo, a interinfluência entre os membros da comunidade é um aspecto que pode afetar a escolha do livro a ser resenhado.

Outro aspecto que merece ser comentado diz respeito à categorização da resenha de livros como um gênero misto<sup>169</sup> pelo fato de a resenha ser “parcialmente promocional”, “parcialmente opinativa”, “parcialmente informativa”. Na visão de Bhatia (2004, p. 89), “[...] é freqüente o caso em que as funções informativas são mais prováveis de serem colonizadas pelas funções promocionais do que por outras [...]”<sup>170</sup>. Para ele, a colonização das funções comunicativas nos gêneros é resultado da forte competitividade do mercado econômico. Partindo das considerações de Bhatia (2004) sobre a natureza promocional das resenhas de livros, questionamos como poderia ser explicado o efeito promocional em resenhas que apontam os aspectos negativos do livro, ou, ainda, não o recomendam? Outra questão que pode ser levantada quando Bhatia (2004) se refere à colonização é o fato de que em se tratando de análise de gêneros no mundo real as fronteiras, na maioria das vezes, entre as comunidades não são claramente delimitadas, é o caso de nos perguntarmos se essa frágil delimitação deva ser chamada de “invasão”? Isso não quer dizer, por outro lado, que o sentido de “colonização” defendido por Bhatia (2004) seja considerado descartável, pelo contrário o construto tem sua utilidade na compreensão de alguns gêneros e conjuntos de gêneros. Apenas sugerimos cautela para não considerar esse critério como única explicação que justifique a natureza “parcialmente promocional” da resenha<sup>171</sup>.

---

<sup>169</sup> Bhatia (2004, p. 62) utiliza a expressão “mixed genre”.

<sup>170</sup> A referência completa é: “[...] a closer look at these instances Will indicate that it often is the case that informative functions are more likely to be colonized by promotional functions than any other.”. (BHATIA, 2004, p. 89)

<sup>171</sup> Abordagens metodológicas de caráter etnográfico podem ser úteis na investigação do caráter “parcialmente promocional” da resenha não-acadêmica.

Em outra perspectiva, poderíamos pensar a resenha de livro como um gênero específico que constitui uma constelação de gêneros (no sentido de ARAÚJO, 2006). Isso se considerássemos que cada um das variações da resenha correspondem a propósitos comunicativos diversos, afastando-se da noção de que os gêneros estariam agrupados pela existência de um propósito comunicativo comum como assim sugeriu Bhatia (1997). Utilizando a perspectiva de Araújo (2006, p. 266), as resenhas não seriam “homogêneas” e se constituiriam gêneros distintos. A figura 13 ilustra nossa afirmação.

Figura 13: Sugestão de uma possível constelação de gêneros.



Diferentemente da noção de colônia, a noção de constelação de Araújo (2006) apresenta além do critério do propósito comunicativo outros elementos que permitem a investigação se um agrupamento é ou não uma constelação, bem como abre possibilidades para a indicação de outros critérios, pois cada agrupamento tem suas especificidades. Os diferentes agrupamentos em que pode ser inserida a resenha de livros, colônia ou constelação, revela a complexidade da categoria propósito comunicativo, bem como o reconhecimento de sua utilidade na investigação dos gêneros do discurso. Na presente pesquisa, o propósito comunicativo será tomado como um critério capaz de identificar a resenha não-acadêmica como um gênero que reflete os valores da comunidade jornalística.

#### **4.2 A construção social do gênero resenha não-acadêmica**

Considerando que os propósitos comunicativos dos gêneros realizam os objetivos sociais de uma dada comunidade e que esses propósitos podem ser afetados pelo contexto onde são produzidos é que julgamos necessário discutir a percepção dos resenhistas sobre a construção social do gênero em estudo. Assim, exploraremos os tópicos Jornalismo Cultural,

as condições de produção da resenha, as funções desempenhadas pelo resenhista dentro da instituição jornalística e o papel do leitor no processo de elaboração da resenha.

Embora o termo “Jornalismo Cultural” seja criticado por Piza (2007) pelo fato de que a cultura atravessa os diversos tipos de linguagem, utilizaremos essa nomeação pela ausência de expressão melhor e também pela estabilidade terminológica que esta goza dentro da área de Jornalismo. Assim, inquirimos aos resenhistas sobre a importância do Jornalismo Cultural em seus jornais e revistas. Suas respostas foram bastante diversificadas, assim, foi destacado o papel “secundário” do Jornalismo Cultural, sua equivalência em comparações aos demais tipos de Jornalismo, ou ainda, sua ascensão dentro do jornal ou revista em que está inserido. As declarações deixam entrever um conflito na construção da imagem do Jornalismo Cultural, por um lado, é inevitável reconhecer sua importância e as funções sociais que são desempenhadas por esse tipo de Jornalismo, por outro lado, é inevitável constatar que o espaço ocupado dentro dos jornais e revistas e o prestígio deveria ser maior. Dentre os argumentos citados pelos resenhistas sobre a relevância do Jornalismo Cultural, destacamos a declaração do IE<sup>172</sup> 15 pelo fato de apresentá-lo como uma função social que é exercida pela instituição jornalística. Essa percepção coaduna-se com o que expõe Charaudeau (2006, p. 15) sobre a lógica simbólica das mídias que é “servir a democracia cidadã”.

*(01) É importante por contribuir para a diversidade de assuntos exigida por um jornal diário de circulação nacional. Da mesma forma que os leitores buscam informações específicas sobre economia, política ou sobre a cidade, também se interessam (e necessitam) pelas novidades culturais. (IE15)*

Dentro dessa perspectiva, o *status* que o Jornalismo Cultural dá ao jornal ou revista é analisado por alguns informantes como uma necessidade social, tendo em vista que o público-alvo busca esse tipo de informação em jornais e revistas. Esse “dever estratégico” também pode ser explicado pelo fato de que há relações de poder entre as instituições jornalísticas de modo que “os grandes, mantêm espaço para a cultura” (IE08), daí haver uma tendência a fazer o mesmo como pode ser observado na declaração do IE02. Esse aspecto ilustra o que inserimos no esboço de comunidade jornalística que é a noção de espaço social que traz como consequência a ocupação de diferentes posições. Assim, temos instituições e membros em posição dominante e em posição dominada.

*(02) Na verdade é uma obrigação publicar sobre o Jornalismo cultural. Se não se escreve sobre suas variantes temáticas, o meio de comunicação não está comunicando. Vejo não como status mas como dever estratégico. (IE02)*

Como identificamos nas declarações dos informantes, há uma pressão de natureza

---

<sup>172</sup> Lembramos que IE é a codificação que será utilizada de agora em diante para indicar as respostas dadas pelos resenhistas, aqui denominados informantes especialistas.

externa e/ou interna que faz com que o Jornalismo Cultural tenha lugar garantido em jornais e revistas selecionados. Mesmo que alguns resenhistas afirmem que a editoria cultural não tenha o mesmo espaço que outras editoriais, há vozes que afirmam que os cadernos de cultura são os mais lidos<sup>173</sup>.

No que se refere às condições de produção da resenha na comunidade jornalística, os resenhistas, de uma forma geral, afirmaram ter bastante autonomia na escolha dos livros a serem resenhados. Em algumas instituições, o editor faz uma pré-seleção dos títulos e os repassa aos resenhistas que, por sua vez, elaboram os textos. Em outras, fica totalmente a cargo do resenhista a escolha do livro, contudo não podemos negar que o editor dá a palavra final. A declaração do IE11 ilustra nossa afirmação.

*(03) Quem define, em primeiro lugar, é o editor do suplemento. E, neste caso, não sei dizer qual o critério. Com os editores eu tenho contato apenas por e-mail.*

*Em raras ocasiões, eu sugiro uma pauta. Mas nem sempre ela é aceita – embora, em algumas vezes, eu tenha escolhido o livro a ser resenhado e enviado ao jornal – que acaba publicando. (IE11)*

Além desse aspecto, alguns resenhistas afirmam que definem a obra a ser resenhada pela sua atualidade, pela qualidade do livro, pela temática, por causa de um prêmio recebido, dentre outros critérios. Já o fato de o livro estar na lista dos mais lidos é um aspecto que raramente exerce influência na escolha das obras, enquanto que o fato de o autor da obra ser famoso é um fator mais provável. A declaração do IE06 exemplifica a assertiva.

*(04) Naturalmente que uma obra de um autor consagrado lança sobre si as luzes da imprensa. Um livro de poemas de Ivan Junqueira, um novo romance de Suassuna, uma obra de Umberto Eco etc, tudo isso é de interesse. O texto recai sobre a natureza da obra – se, por exemplo, atende ou não às expectativas. (IE06)*

Contudo, a instituição jornalística pode optar por não resenhar a obra do autor famoso como é o caso da declaração relatada pelo IE13. Por outro lado, há uma coerção de escolher títulos que interessem aos leitores como está ilustrado no exemplo 05.

*(05) [...] De resto, às vezes a escolha de não resenhar pode ser ousada: XXX<sup>174</sup> não resenhou O Vencedor Está Só, de Paulo Coelho. Já dissemos o que havia para ser dito sobre o autor. Há um equilíbrio a ser buscado aqui: não se pode ignorar todos os livros que vem embalados na fama do autor, sob pena de nos alienarmos do interesse do leitor. Mas também não é preciso ser escravo da badalação. (IE13)*

O fato é que a subjetividade do produtor é um aspecto fundamental nessa escolha como pode ser observado na declaração do IE04.

*(06) critério pessoal. Se vejo um livro de que gosto ou um cujo autor é responsável por obra consagrada – o que não significa que estreantes não sejam resenhados –, o livro vira objeto de apreciação. Noutras ocasiões, as*

<sup>173</sup> Travancas (2001), por exemplo, constatou em sua pesquisa que os suplementos literários podem provocar o aumento da venda do jornal (na França) ou são publicados em dias de maior venda (no Brasil).

<sup>174</sup> Retiramos o nome da instituição jornalística com a finalidade de preservar a identidade dos informantes.

*editoras nos mandam livros, que também viram tema de resenhas. Como costumo pesquisar bastante, ler blogs e sites especializados e comprar revistas que tratam de literatura, acabo levando para a página obras que, embora estejam causando alguma discussão, gerando debates, ainda são grandes desconhecidas. O XXX<sup>175</sup> resenhou O filho eterno, do curitibano Cristóvão Tezza, antes que ele tivesse ganho qualquer prêmio. (IE04)*

Contudo, a essa subjetividade alia-se ao que Bourdieu (1997) observou na análise do campo jornalístico como a influência das matérias que são publicadas em outras mídias. A declaração 07 ilustra nossa assertiva.

*(07) Primeiro o critério da atualidade, o livro precisa ter sido lançado recentemente. Depois, **somam-se aspectos como a própria repercussão da obra em outros veículos** e o interesse pessoal em determinada obra. (IE05) (grifo nosso)*

Quanto às restrições de ordem editorial, o espaço destinado às resenhas foi considerado por alguns resenhistas como o mais importante fator limitativo, isso porque há uma divisão do espaço com a publicidade. O IE11 revela que o jornal define o número máximo de linhas que pode ser utilizado. Já o IE07 afirmou que o fato de o jornal ter uma posição ideológica ligada ao catolicismo, os resenhistas são orientados a não explorar muito obras que ressaltem o ateísmo.

No que se refere à influência do mercado editorial e da agenda de eventos na escolha dos livros, os resenhistas não foram unânimes em suas respostas. Alguns negaram categoricamente essa influência, enquanto outros a afirmaram. Mesmo os resenhistas que afirmaram haver essa relação, não a apontaram como uma ligação direta, assim como sugere Bhatia (2004). Isso não quer dizer, por outro lado, que não possa haver resenhas que são elaboradas apenas com o intento de promover uma obra (livro). As declarações dos informantes são reveladoras porque parecem indicar a existência de diferentes forças que interferem nas condições de produção das resenhas não-acadêmicas. Assim, fatores como o mercado editorial, a agenda de eventos, as resenhas produzidas em outras mídias, o autor ser popular, por exemplo, funcionariam como forças centrípetas dentro da comunidade jornalística, na medida em que reproduz as relações de poder dentro da comunidade.

Quanto às funções desempenhadas pelos resenhistas, estas variam se o produtor é jornalista ou colaborador. Se jornalista, este não escreve somente resenhas; se colaborador, pode indicar um livro para a instituição jornalística (o que não garante uma aceitação de sua indicação) ou seu serviço pode ser solicitado em ocasiões específicas (como, por exemplo, cobrir assunto definido previamente em pauta). Como foi comentado no capítulo 2, o capital cultural dos colaboradores os capacitam a produzir resenhas na comunidade jornalística como

---

<sup>175</sup> Retiramos o nome do jornal com a finalidade de preservar a identidade dos informantes.

pode ser inferido no exemplo 08.

(08) *Quando cheguei ao XXX<sup>176</sup>, já possuía uma história como crítico e creio que me deram espaço porque as minhas resenhas tinham uma qualidade que acreditaram estar de acordo com aquilo que acreditam ser adequado para uma crítica literária. De certa forma, nunca recebi recomendações ou tive minha função determinada. Creio que a única coisa que esperam é qualidade – de idéias, de prosa, de estilo. (IE10)*

Já no exemplo 09, observamos que embora o jornalista escreva resenhas ele não se considera um resenhista. Há, nesta declaração, a visão de que um resenhista-jornalista sofre a coerção do tempo na produção de seu texto, como também carece de formação acadêmica específica. Inferimos também do exemplo 09, que uma resenha produzida por um jornalista tende a ser mais informativa, haja vista este não se deter na análise da obra por conta das condições específicas de produção.

(09) *não sou especificamente um resenhista, mas um repórter que, por razões particulares (afinidades pessoais), interessa-se por livros. E, claro, escreve sobre eles. Um resenhista e um repórter diferem basicamente no tempo destinado à análise da obra. Distinguem-se igualmente pela formação. (IE04)*

Especificamente, em relação ao *status* do resenhista, as percepções são bastante variadas: alguns afirmam que recebem reconhecimento por parte de seus colegas jornalistas e dos leitores, e, por isso, são bastante valorizados, outros não conseguem precisar esse *status*. As declarações abaixo ilustram nossas afirmações.

(10) *Não sei bem como responder essa pergunta. O que posso dizer é que as repercussões são mínimas sobre as resenhas, bem menos, por exemplo, que as resenhas de filmes. Não me lembro de ter usufruído desse status, a não ser no recebimento de livros na redação. (IE05)*

(11) *Apesar de sua importância, a cultura sempre ganha um destaque relativo em relação às outras editorias de um jornal - basta comparar o espaço que cada editoria ganha na primeira página do jornal. Mas há um grande respeito por aqueles que escrevem sobre livros por conta da exigência cultural pedida pela função. (IE15)*

(12) *É grande, sem dúvida. Todo domingo muitos leitores esperam as minhas indicações. Recebo toda semana mais de 100 e-mails de leitores, comentando as minhas indicações. Respondo a todos eles. Tenho a certeza de que muitos livros são vendidos porque os indico. (IE03)*

Estas declarações nos mostram percepções totalmente diferentes e nos permitem inferir que o peso quantitativo (número de assinantes) e qualitativo (o prestígio) do jornal ou revista podem interferir na forma como os resenhistas se percebem dentro da comunidade jornalística. Entra, aqui, em jogo a noção de função relacional das instituições e dos membros dentro da comunidade jornalística.

Sobre a imagem do público-leitor, os resenhistas têm diferentes percepções de seus leitores. O putativo leitor pode ser “alguém interessado em literatura” (IE01), “alguém que goste de ler e tenha uma formação semi-acadêmica” (IE13), “o mais amplo possível” (IE13), dentre outros. Essas imagens acabam por gerar diferentes estratégias discursivas, a

---

<sup>176</sup> Novamente, excluímos o nome do jornal a fim de preservar a identidade do informante.

saber: captar o leitor ou optar por utilizar uma linguagem menos especializada. As declarações dos informantes abaixo ilustram nossas afirmações.

(13) *O mais amplo possível. [...] O esforço é fisgar o leitor neófito, que talvez conheça pouco de literatura ou do tema tratado na semana – mas, ao mesmo tempo, ter algo relevante a dizer para o leitor que já tem maior experiência de leitura. É um equilíbrio difícil de obter, mas é preciso tentar.* (IE13)

(14) *Dirijo-me a todos, leitores especializados e “não-especializados”, ainda que isso pareça um tanto paradoxal. Na verdade, procuro utilizar uma linguagem que não reduza as idéias, mas que ao mesmo tempo seja compreensível para um público com razoável nível cultural.* (IE09)

No que se refere aos propósitos comunicativos, bem como sobre a organização retórica da resenha, a literatura de Jornalismo fornece-nos algumas informações, embora os autores pesquisados (BOND, 1962; MELO, 2003; PENA, 2006; PIZA, 2007) não utilizem exatamente essa terminologia. Consideramos que ao definirem a “função” de uma resenha é possível identificar seus propósitos comunicativos e ao definirem a “estrutura típica” é possível identificar sua organização retórica. Bond (1962, p. 248) não fala explicitamente qual a “função” da resenha (para o autor, notícia de livros), mas nos dá a entender que é expressar uma opinião sobre livros, peças, filmes, ballets, concertos, exposições de pintura e escultura, programas de rádio e espetáculos de televisão, isso porque o “leitor espera também uma apreciação” e não apenas informação.

Melo (2003, p. 132-133), por sua vez, é prolixo ao descrever as funções da resenha. Para ele, a resenha serve para “orientar o público na escolha dos produtos em circulação no mercado”, mas também realiza as seguintes funções<sup>177</sup>:

- a) Informa, proporcionando conhecimento sobre o que está em circulação no mercado cultural e sobre a natureza e a qualidade das obras comercializadas;
- b) Eleva o nível cultural, pelo caráter didático com que aprecia os bens culturais, despertando muitas vezes o senso crítico para a sua fruição;
- c) Reforça a identidade comunitária, fazendo o julgamento das obras segundo padrões peculiares à comunidade, o que significa descobrir especialidades geoculturais em produtos que possuem destinação massiva;
- d) Aconselha como empregar melhor os recursos dos consumidores, fazendo-os recusar os produtos de baixa qualidade;
- e) Estimula e ajuda os artistas, elogiando o bom desempenho ou enfatizando falhas e imperfeições;
- f) Define o que é novo, distinguindo os produtos tradicionais dos lançamentos que fogem à tendência dominante;
- g) Documenta para a história, permitindo reconstruir momentos de uma atividade que é efêmera pela própria natureza da indústria cultural;
- h) Diverte, porque resgata situações inusitadas, cômicas ou hilariantes, desde que realizadas com humor.

Como se pode perceber o papel da resenha e, conseqüentemente, do resenhista são extremamente ampliados. O resenhista já não é somente um especialista de literatura, de

---

<sup>177</sup> As demais funções da resenha que são apresentadas por Melo (2003) são oriundas de HUNT, T. **Reseña Periodística**. México, Editores Associados, 1974.

cinema, dentre outras formas de arte, mas assemelha-se a um mentor cultural da sociedade na medida em que estabelece uma relação desigual (de superioridade) não apenas com o leitor, mas também com os artistas, com a indústria cultural. Nessa perspectiva, as resenhas representam um legado de uma comunidade, pois reforça os valores de identidade cultural de um povo. Talvez Hunt (1974), ao propor essas funções, tenha idealizado ao extremo a função da resenha em seu universo cultural (México), mas será que no Brasil a resenha pode ser alçada a essa mesma condição? Pelo visto, parece que sim, pelo menos para Melo (2003), caso contrário não as teria destacado quando se refere à resenha em seu texto.

Não queremos com essas informações, negar um princípio lingüístico de que os textos produzidos em um dado espaço e tempo retratam os aspectos sócio-históricos de uma comunidade, mas questionamos a multifuncionalidade da resenha, conforme nos foi apresentada. O que pode ser ressaltado nessas funções é a percepção do autor em captar, talvez mesmo sem a intenção, a inter-relação entre as esferas. Em outras palavras, se a resenha, por exemplo “estimula e ajuda os artistas” e “define o que é novo” estabelece, portanto, uma interlocução (e por que não dizer influência) da esfera jornalística com a esfera artística.

Já Piza (2007, p. 70) nos informa que a “crítica” tem a função de “formar o leitor, de fazê-lo pensar em coisas que não tinha pensado”. Aqui, como foi explicitado pelo próprio autor, o papel da resenha e do resenhista é de formar opinião. Dentro dessa perspectiva, posicionaram-se alguns dos resenhistas inquiridos. A IE09, concebe a resenha (e o resenhista) como uma espécie de “formador(a)” de leitores.

*(15) O maior objetivo é promover o encontro entre o livro e o “seu” leitor. Milhares de obras são editadas anualmente e, por falta desse tipo de “aproximação”, muitos livros importantes passam despercebidos dos leitores, que acabam consumindo best-sellers sem grande valor para a reflexão e para o pensamento. (IE09)*

Para ela, a seleção do título faz ver à audiência outros livros interessantes que não apenas aqueles que são os campeões no *ranking* das diversas listas dos mais vendidos. O resenhista é uma espécie de “tutor” para os seus leitores, porque ele sabe, dentre as numerosas publicações, aquelas que têm qualidade. Idéia corroborada pelo IE03 que está ilustrada no exemplo 16.

*(16) Indicar os melhores trabalhos. (IE03)*

Ou, como afirma o informante especialista abaixo, o objetivo da resenha pode ser simplesmente fazer o livro propagar-se.

*(17) O objetivo principal é sempre fomentar a circulação do livro. Se apreciar o livro, quero criar uma via de legibilidade até ele. É simples assim: somos trabalhadores braçais da legibilidade. (IE10)*



Como é possível observar o propósito comunicativo global da resenha é ampliado, na medida em que não se limita somente a informar e apreciar uma obra, embora esses propósitos também constituam o escopo das resenhas. Às vezes, a intenção do resenhista repousa na captação do leitor, como pode ser observado na declaração do IE08.

(18) *Oferecer ao leitor um conteúdo agradável. Produzir um texto que seduza e mantenha a atenção do leitor da primeira até a última palavra.* (IE08)

A declaração do IE08 retrata bem uma das características da comunidade jornalística que é a busca por um maior número de leitores que, segundo Charaudeau (2006, p. 86), é “uma visada de *fazer sentir*, ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência”. Essa constatação vai ratificando como as condições específicas da comunidade vão se imprimindo nos gêneros que são produzidos nesse espaço social.

Voltando aos autores da literatura da área de Jornalismo acima mencionados, podemos destacar alguns aspectos: todos eles se utilizam de informação semântica semelhante, independentemente do verbo que tenha sido selecionado, assim, podemos afirmar que a resenha não-acadêmica cumpre o propósito comunicativo global de “avaliar” uma obra; tem diferentes nomeações (“notícia de livros”, “resenha” e “crítica”); está inserido em diferentes espaços do Jornalismo, Melo (2003) a introduz no seio do Jornalismo Opinativo e Piza (2007) no Jornalismo Cultural.

No que se refere ao primeiro tópico, o propósito de avaliar está explícito na caracterização de resenha quando Bond (1962) utiliza o termo “apreciação”. O que seria apreciar senão avaliar, examinar, julgar um dado “produto cultural”<sup>178</sup>? Em Piza (2007), também está expresso o propósito de “analisar” que pode ser compreendido como examinar criticamente, apreciar. Em Melo (2003), essa percepção é tomada como uma ação primeira que conduz à ação de orientar o leitor. Ou seja, só se orienta o leitor quando se avalia. Enfim, os diferentes caminhos escolhidos pelos autores para definir o que seja uma resenha acabam por desembocar em um ponto específico: a avaliação.

No que se refere ao segundo tópico, não cremos que as diferentes denominações impliquem a existência de diferentes gêneros. Ao final, o conteúdo dos textos dos autores nos dão evidência de se tratarem de um mesmo gênero. Sobre esse aspecto, Swales (1990) já havia se posicionado ao afirmar que é possível encontrar diferentes nomeações para um só

---

<sup>178</sup> Ao utilizarmos o termo “produto cultural” não queremos expressar uma visão capitalista da obra de arte que pode ser consumida, mas como trabalho realizado em uma esfera artística.

gênero, bem como idêntica nomeação para textos bem distintos.

Melo (2003) tenta explicar a dupla utilização dos termos, resenha e crítica, a partir da transição pelo qual passou o Jornalismo, transição essa que teve início da década de 30 e que teve como consequência uma ampliação da audiência quando o Jornalismo atingiu uma escala industrial. Essa explicação lhe permite ainda intitular uma seção de seu livro como “resenha ou crítica”, contudo ao explorar o conteúdo da seção o autor explica a resenha, diferenciando-a da crítica. Para ele, a diferença primordial entre ambas não está apenas no nome, mas também no conteúdo, no que está sendo analisado, antes “obras de arte” e hoje “produtos da indústria cultural”.

A nosso ver, essa explicação traz mais problemas que soluções, pois seria necessário definir o que é ou não uma obra de arte. Para Melo (2003, p. 131), obras de arte são “criações que seguem padrões estéticos refinados e, portanto, se restringem às elites”, enquanto produtos da indústria cultural são “bens destinados ao consumo de grandes contingentes e por isso obedecendo às leis de produção em escala”. Esse esclarecimento traz em seu bojo um preconceito, pois sugere que cabe somente às classes abastadas a apreciação das “obras de arte” e às classes menos favorecidas a apreciação de “produtos não-artísticos”. O critério da orientação para o cliente<sup>179</sup> (consumidor) não pode ser visto como definidor do que não seja uma obra de arte. Sem nos aprofundar nessa discussão, deixamos apenas o questionamento de que a distinção entre resenha e crítica não pode ser simplificada apenas no elemento destinatário.

Não obstante a explanação de Melo (2003) incorrer em definições um tanto preconceituosas, não se pode negar que o objeto de crítica mudou com o passar do tempo, e que atualmente pode ser compreendido como um produto da indústria cultural que, por sua vez, tem mecanismos específicos para a divulgação desses produtos. Não queremos afirmar que a resenha se presta somente a essa função, mas também não se pode descartar essa possibilidade.

Dentro da comunidade jornalística, pode ser evidenciada também a utilização da denominação resenha ou crítica. Alguns textos que foram selecionados para constituir o *corpus* desta pesquisa, ora aparecem no jornal denominadas como “resenha”, ora como “crítica”. Parece natural dentro da comunidade jornalística essa oscilação entre o uso de um

---

<sup>179</sup> Entendemos por cliente do contexto cultural todo e qualquer agente que demanda objetos ou manifestações de natureza cultural, variando desde compradores de obras de arte (livros, telas, dentre outros) até espectadores (de cinema, TV, teatro), perpassando, também, por usuários/consumidores de obras de arte de experiência (visitação a museus, a galerias de arte, dentre outros). (COSTA, 2009).

termo por outro. Essa constatação nos conduz à compreensão de que há a utilização de diferentes nomeações para um mesmo texto, como também existe um texto específico para cada uma dessas nomeações. Em outras palavras, a “resenha propriamente dita” pode ser designada “resenha” ou “crítica”, mas uma “crítica propriamente dita” é designada “crítica” e não “resenha”. O fato é que essa observação nos conduz a uma interrogação: o que seria “uma resenha e uma crítica propriamente dita”? Pena (2006, p. 38 e 39), ao explicar o que seja a crítica literária, tenta fornecer alguns esclarecimentos:

Até a metade do século passado, a crítica literária em jornais era exercida com rigor e, de fato, fazia juízos de valor. **Hoje em dia, no entanto, prevalecem as resenhas, que não julgam, mas apenas analisam as obras e exaltam suas qualidades.** (Grifo nosso)

A crítica é também um ato de criação. Para muitos, ela é Literatura mesmo. O crítico produz um discurso artístico na medida em que articula conceitos e sensibilidades. Ele trabalha com a racionalidade, mas também utiliza a intuição. Seu principal objetivo é buscar o motivo de existência da obra, formulando o que os gregos chamavam de juízo axiológico. A palavra *axios* indica aquilo que é digno de ser admirado. Então, a axiologia é a ciência da apreciação e da admiração. Porém, ao estimar uma obra, o crítico deve explicar o seu valor, mostrando as virtudes e os defeitos.

Em seguida, Pena (2006) informa que a crítica apresenta três elementos fundamentais, que são: a análise da obra, a partir da utilização de diferentes métodos (lingüísticos, antropológicos, psicológicos, dentre outros); a interpretação, a partir da utilização de diferentes métodos (jurídicos, bíblicos, dentre outros); e, por fim, o julgamento. O autor não detalha em que consiste cada um desses constituintes da crítica, mas, pelo seu discurso é possível perceber que o texto da crítica é mais denso, mais analítico porque seus autores fazem usos de diferentes técnicas para decompor a obra. Essa diferença fica bem evidente em sua explanação.

Apenas fazemos uma ressalva no que se refere à afirmação de Pena (2006) de que na resenha não há “julgamento”, pois o que vem a ser analisar, senão julgar? Exaltar uma qualidade não seria expressar um dado juízo de valor, mesmo se apenas apontássemos, principalmente ou tão somente, os pontos positivos? Talvez, o que Pena (2006) queira informar é que a resenha parece não estar isenta de influências externas, ou seja, das influências do mercado editorial. Sem desconsiderar que a avaliação da resenha possa sofrer influência de outros agentes (dos próprios jornalistas, das editoras, dos autores, dentre outros), supomos que a diferença fundamental entre resenha e crítica repouse no processo, ou seja, no instrumental que é utilizado para avaliar o objeto de crítica.

Embora na literatura a diferença entre crítica e resenha esteja, de alguma forma, bem resolvida, entre os membros da comunidade jornalística a questão é, ainda, ambígua;

pelo menos é o que foi constatado nas respostas oriundas de um questionário aplicado a alguns jornalistas de formação que exercem ou não o ofício e são professores da área de Jornalismo (alguns lecionam uma disciplina que aborda o conteúdo “resenha”). Ao serem inquiridos se o fato de um texto ser designado de resenha ou de crítica interferiria no conteúdo das informações, obtivemos respostas variadas, como se constata nos exemplos 19, 20 e 21.

(19) *Sim, porque o conteúdo de um texto classificado como crítica é mais profundo. O texto de resenha é mais superficial, é panorâmico.* (I01)<sup>180</sup>

(20) *Acredito que não, muitas vezes, durante o processo de edição, os termos crítica e resenha são utilizados aleatoriamente, apenas para identificação do texto como opinativo. Não acredito que para a maioria dos leitores (para poucos, acho que sim) o uso dessas denominações mude a expectativa em relação ao texto.* (I02)<sup>181</sup>

(21) *Não interfere. A resenha no jornalismo é vista, muitas vezes, como resenha crítica, ou seja, agrega, inclusive, os dois conceitos de uma única vez. Em ambos os casos, prevalece o poder de argumentação do jornalista para com o tema abordado.* (I04)<sup>182</sup>

As respostas fornecidas dão conta de três realidades: primeira, a resenha e a crítica têm, realmente, conteúdos diferentes; segunda, a resenha e a crítica podem ser tomadas uma pela outra sem a modificação de seu conteúdo; e, terceira, a percepção de um texto híbrido, uma resenha-crítica<sup>183</sup>. A divergência de opiniões também persiste quando se trata de identificar o que seja uma resenha. Apresentamos a esses mesmos sujeitos (ao total de seis) quatro textos e solicitamos que nos informassem se cada um deles poderia ser classificado como resenha e que nos explicassem o porquê<sup>184</sup>. Dos textos analisados pelos informantes, apenas o texto 03 foi unanimemente classificado como resenha, e as explicações foram as mais diversas.

(22) *É um texto panorâmico mesclando informação com opinião, uma das características da resenha, que é um gênero jornalístico. Visa não ao aprofundamento da abordagem, mas apenas referenciar ao leitor um panorama sobre a obra em questão.* (I01)

(23) *Contextualiza os lançamentos, mesclando informação e opinião.* (I02)

(24) *Apresenta os editores, as obras, seus autores e traça um perfil descritivo-analítico dos trabalhos.* (I03)

(25) *Avalia e apresenta as obras.* (I04)

(26) *Faz um juízo crítico sobre o assunto abordado.* (I05)

---

<sup>180</sup> O informante 01 exerce a função de professor e ministra uma disciplina que aborda o conteúdo “resenha” e já publicou resenhas em revistas e em jornais nacionais.

<sup>181</sup> O informante 02 é professor e jornalista e já publicou resenhas em revistas e jornais nacionais.

<sup>182</sup> O informante 04 é jornalista e professor que ministra disciplina que aborda o conteúdo “resenha”, mas nunca publicou uma resenha.

<sup>183</sup> O termo “resenha crítica” é também utilizado por Angelo (2005).

<sup>184</sup> Ressaltamos que extraímos todas as indicações textuais que permitissem a identificação do suporte de onde o texto foi retirado, pois não pretendíamos que essas informações influenciassem as respostas dos informantes.

(27) O autor indica o que leitor poderá encontrar nelas e diferencia um livro do outro, a partir de sua perspectiva. (106)

No texto intitulado “Guias práticos para você conversar com Deus”, podemos visualizar em algumas passagens a indicação das informações que, segundo os sujeitos, caracterizaram esse texto como uma resenha<sup>185</sup>.

**TEXTO 01: Guias práticos para você conversar com Deus**

As editoras Rocco, Pensamento e Devir Livraria são responsáveis por uma série de lançamentos que têm Deus como tema central. Da primeira, confira os livros 'Deus reconhecerá os seus - A história secreta dos cátaros', de Maria Nazareth Alvim de Barros, e 'As novas revelações - Uma conversa com Deus', de Neale Donald Walsch. Na Idade Média, o movimento conhecido como catarismo surgiu na Europa, especialmente no Sul da França, e se tornou uma grande ameaça à hegemonia do cristianismo de Roma. Em 'Deus reconhecerá os seus', a autora traça um perfil dos cátaros, considerados hereges pelos representantes do catolicismo, e revela também as muitas lutas entre eles e os católicos tradicionais pelo domínio da fé em território francês. Barros é psicanalista e escritora; mestre em língua e literatura francesa, ela vem se dedicando nos últimos anos ao estudo dos movimentos religiosos e é especializada em cultura celta.

Neale Donald Walsch e sua mulher, Nancy, formaram a fundação Conversas com Deus, sem fins lucrativos, cujo objetivo é ajudar a curar o mundo, propagando as mensagens de seus livros para o maior número de pessoas. O último título do autor lançado no Brasil é 'As novas revelações...', no qual, diante de um mundo afetado por ataques como o de 11 de setembro de 2001, nos EUA, e pelo terrorismo em larga escalada, o escritor propõe uma revisão das crenças que movem o ser humano. Segundo ele, está faltando uma crença verdadeira em Deus e na vida em sociedade.

'Fazendo as pazes com deus - Gum guia prático', de Harold Bloomfield e Philip Goldberg; '101 maneiras de conversar com Deus', da escritora Dandi Dae Mackall; e 'O espírito de Deus pairou sobre as águas - Orações para o século XXI', organizado por Rose Marie Muraro, são os títulos da Pensamento. O primeiro aborda temas relacionados com a conexão espiritual. Segundo os autores, os benefícios de fazer as pazes com Deus são inúmeros. Mackall dá dicas simples de conexão com o Divino durante as mais triviais tarefas do dia-a-dia. E a coletânea de orações e cânticos colhidos dentre autores nacionais e internacionais, organizada por Rose Marie Muraro, traz orações específicas para os mais variados temas, como as orações do negro, da paz, do cotidiano, para a mulher, das profissões, entre várias outras. Há, até mesmo, a oração por Marilyn Monroe, de Ernesto Cardenal ('Senhor recebe esta moça conhecida em toda a Terra pelo nome de Marilyn Monroe') ou a oração da girafa ('Senhor, eu vejo o mundo de tão alto que não consigo habituar-me às suas miudezas').

Finalmente, uma mistura de humor e tragédia na graphic novel de Will Eisner, 'Um contrato com Deus e outras histórias de cortiço' (Devir Livraria).

Contextualiza os lançamentos (102)

Traça um perfil descritivo dos trabalhos (103)

Apresenta os autores (103)

Contextualiza os lançamentos (102)

Apresenta as obras (103, 104, 106)

Traça um perfil descritivo dos trabalhos (103)

Contextualiza os lançamentos (102)

Avalia e apresenta a obra (104)

Avalia e apresenta a obra (104)

<sup>185</sup> A indicação das informações apresentadas pelos informantes é ilustrativa, pois temos ciência de que alguns blocos textuais poderiam se enquadrar em mais de uma das declarações dos sujeitos pesquisados.

Lançada em 1978, esta é uma obra revolucionária que recria as memórias de infância do autor num cortiço do Bronx nos anos 30. São quatro histórias por entre dramas e alegrias de pessoas comuns na mítica avenida Dropsie. Essa é considerada como a primeira graphic novel da história que mostra que Deus está, mesmo, em todos os lugares.

Avalia a obra (I04)

Mescla informação com opinião (I01)

(Fonte: BROCKSTEDT, T. Guias práticos para conversar com Deus. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 01 set. 2007.)

As respostas dos informantes ratificam o que foi observado pela pesquisadora no processo de coleta de dados: há uma variedade de textos que podem carregar o rótulo de resenha. Essa constatação indica que o gênero não é rígido, ao contrário, é bastante maleável. Essa variedade de resenhas gera, naturalmente, a ausência de um consenso por parte da comunidade jornalística de modo que se torna complexo informar o que seja um “padrão” para as resenhas. Assim, é possível encontrar resenhas mais informativas<sup>186</sup>, ou mais avaliativas, por exemplo.

E, no que se refere ao terceiro tópico (a inserção da resenha em diferentes espaços do Jornalismo), essa questão talvez seja mais complexa do que o alcance do presente texto, mas se pudéssemos simplificar a discussão afirmaríamos que o fato de a resenha constituir-se um gênero opinativo ou cultural não chega a ser excludente, pois colocamos em foco dois elementos diferentes, a saber: a função do Jornalismo – opinar, no caso do Jornalismo Opinativo, e um dos objetos do Jornalismo – a obra de arte, no caso do Jornalismo Cultural<sup>187</sup>.

Sobre a organização retórica, Bond (1962, p. 251) descreve o que deve conter uma resenha<sup>188</sup> de ficção e uma resenha que não seja de ficção, as citações, abaixo, ilustram cada uma delas.

[Resenha de ficção]

1. Dá uma idéia da natureza do enredo, mas não lhe revela as surpresas.
2. Diz de seu tipo ou gênero – romance histórico, psicológico, de mistério, etc.
3. Indica o lugar onde se passa a historia.
4. Sugere o sabor do livro, principalmente através de curtas citações.
5. Apresenta os principais personagens.
6. Expressa uma opinião sobre como o autor maneja seu material.

[Resenha de não-ficção]

- A. Dá informação sobre o autor, respondendo a perguntas do leitor tais como: Que

<sup>186</sup> Segundo Bond (1962, p. 251), “[...] a boa revista de livros consiste primeiro e antes de tudo em informação”.

<sup>187</sup> Segundo Pena (2006), YANES, R. **Gêneros periodísticos y gêneros anexos**. Madrid: Fagua, 2004, o autor localiza o Jornalismo Literário como sub-gênero do Jornalismo Opinativo. Aqui, gênero não tem o mesmo sentido da visão lingüística adotada na presente pesquisa. As classificações dos gêneros jornalísticos na literatura de Jornalismo representam um caminho arenoso devido à existência de várias tipologias, ao mesmo tempo a ausência de uma explicitação dos critérios selecionados na elaboração dessas tipologias.

<sup>188</sup> Bond (1962) utiliza a expressão “notícia de livros”.

outros livros já escreveu esse autor? O presente livro está na linha de seus trabalhos precedentes?

- B. Dá informações sobre o assunto, respondendo a perguntas como: Isto é resultado de novas pesquisas? É novidade no gênero? Representa um avanço sobre os precedentes trabalhos do autor? É matéria antiga tratada de forma popular?

Das citações acima, é possível constatar que as informações contidas na resenha variam de acordo com o tipo de livro que é apreciado. Assim, uma resenha de ficção contém a apresentação da obra a partir da identificação do mote do enredo, do gênero do livro, da descrição do cenário, dos personagens, além da avaliação do resenhista sobre a metodologia utilizada pelo autor. Bond (1962) também acrescenta que a resenha precisa conter citações da obra. Essas citações têm a finalidade de levar o leitor a apreciar o sabor do livro. Diferentemente, da resenha acadêmica onde quase nunca é possível encontrar citações da obra, essa informação se constitui fundamental em resenhas não-acadêmicas. Já uma resenha de um livro que não seja de ficção se detém na apresentação do autor e na apresentação da obra (da temática da obra).

Se compararmos as informações indicadas por Bond (1962) com as que foram identificadas em resenhas produzidas na comunidade acadêmica, encontramos alguns pontos de contato. Segundo Motta-Roth (1995), a descrição da organização retórica das resenhas acadêmicas conduzem às seguintes informações: apresentando o livro, esquematizando o livro, ressaltando partes do livro e fornecendo avaliação final do livro. As informações sugeridas por Bond (1962) para as resenhas de ficção enquadram-se no primeiro e no último movimento retórico definido por Motta-Roth (1995).

Um aspecto de destaque na fala de Bond (1962) é a previsão de diferentes organizações retóricas para diferentes tipos de livros que são resenhados. Essa perspectiva, abre uma possibilidade de investigação sobre as diferenças de informação que podem ser reconhecidas em resenhas não-acadêmicas em resposta a diferentes tipos de livros. Embora, o propósito desta tese seja o reconhecimento das informações que podem ser identificadas como regulares e caracterizadores das resenhas produzidas na comunidade jornalística, será possível observar como essa variável categórica (o tipo de livro) pode influenciar o conteúdo das informações, através da análise textual e da consulta com informantes especialistas. Nessa perspectiva, inquirimos aos resenhistas se os objetivos de seus textos variavam de acordo com o tipo de livro, as respostas não foram unânimes como pode ser visualizado nas declarações 28 e 29.

(28) *Em geral, não. Uma resenha se assemelha, mantendo as devidas diferenças, a uma crítica cinematográfica, teatral, de artes visuais: apresentar ao leitor uma nova manifestação cultural acompanhado de uma avaliação*

*técnica, ou seja, fornecer elementos para que ele desenvolva seu próprio ponto de vista. (IE15)*

*(29) Talvez haja uma diferença básica entre ficção e academia. A primeira está mais preocupada no autor e no enredo, quanto a segunda, mais na explicitação clara da linha de argumentação do pesquisador. (IE05)*

A declaração do IE05 vai ao encontro do que Bond (1962) postulou na segunda parte de sua citação, ou seja, o foco, em resenhas de não-ficção, é o assunto que é desenvolvido pelo autor (BOND, 1962) ou a linha de argumentação do autor (IE05). Considerando que as respostas dos informantes apontaram diferentes possibilidades, a análise estatística poderá indicar mais claramente a relação entre organização das informações e tipo de obra. Melo (2003), por sua vez, descreve a seguinte estrutura típica da resenha produzida no contexto brasileiro<sup>189</sup>:

- a) Um nariz de cera como introdução acerca do assunto da obra;
- b) Algumas notas sobre o autor e sua produção anterior;
- c) Mais algumas digressões e anedotas;
- d) Afinal, um juízo pessoal, de acordo com o critério de gosto e sensibilidade do crítico.

Essa descrição não difere, em geral, do que propôs Bond (1962), exceto pela inclusão de “digressões e anedotas”. Esse aspecto demonstra o que a literatura da área caracteriza como resenha, um texto mais leve, diferentemente do texto da crítica. Além disso, a expressão da avaliação da obra é pautada pelo juízo de valor do resenhista, e não pela adoção de uma teoria que fundamente a apreciação. Na área da Lingüística, Carvalho (2006) investigou a avaliação em resenhas de livros de ficção publicadas em revistas semanais de circulação nacional. Embora o foco da autora tenha sido outro, ela descreveu os movimentos retóricos recorrentes identificados nos textos. A figura 14 ilustra os resultados obtidos.

Figura 14: Movimentos retóricos típicos em uma crítica de livros.

<b>MOVIMENTOS RETÓRICOS TÍPICOS EM UMA CRÍTICA DE LIVROS</b>	
Orientação	a] inclui o livro em um contexto geral ou particular, através de comparações com outros do mesmo tipo ou do mesmo autor ou de diálogo com outro objeto/evento artístico; e/ou b] inclui uma pequena biografia do escritor;
Resumo do enredo	porção narrativa cujo objetivo é sintetizar o enredo, sem revelar o fim da história;
Reportagem	passagem que traz a voz do escritor para o texto, na forma de discurso direto ou indireto, espelhando um movimento típico do gênero notícia, isto é, a inclusão no texto de testemunho;
Avaliação	avaliação da obra ou do desempenho de seu autor; é recorrente e pode aparecer integrada aos outros movimentos anteriormente mencionados;
Veredito	frase (de efeito, em geral) que resume para o leitor a opinião do resenhista sobre o livro como um todo ou sobre o desempenho do autor;

Fonte: Carvalho (2006).

<sup>189</sup> A estrutura típica descrita por Melo é oriunda de COUTINHO, A. *Da crítica e da nova crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.



Os movimentos retóricos identificados por Carvalho (2006) guardam algumas semelhanças com as informações que foram descritas na literatura de Jornalismo, a saber: a “orientação” com o “nariz de cera” e com “algumas notas sobre o autor e sua produção anterior” de Melo (2003), o “resumo do enredo” com “dá uma idéia da natureza do enredo” de Bond (1962), a “reportagem” com “sugere o sabor do livro, principalmente através de curtas citações” de Bond (1962), a “avaliação” com “expressa uma opinião como o autor maneja seu material” de Bond (1962), e, por fim, o “veredito” com o “juízo pessoal” de Melo (2003). As relações que puderam ser estabelecidas entre autores provenientes de áreas distintas fornecem fortes evidências do tipo de informações que podem ser encontradas nas resenhas que constituem o *corpus* da presente pesquisa. A análise textual bem como a análise dos questionários nos permitirá investigar em que medida as resenhas produzidas no século XXI seguem o que reza a literatura da área.

Outros aspectos podem ser destacados no trabalho de Carvalho (2006) que são: a afirmação de que a avaliação não se restringe a apenas um movimento retórico e esta pode se incorporar a outros movimentos; a constatação de uma grande variação na ordem com que se materializam as informações de modo que não foi possível definir a seqüência de realização dos movimentos; e a existência de informações sobre a tiragem da obra, bem como sobre sua forma de apresentação. O fato de a avaliação poder integrar-se a outros movimentos retóricos também foi um aspecto que pôde ser identificado em resenhas acadêmicas (MOTA-ROTH, 1995). Sobre a possibilidade de a avaliação não se restringir a apenas um bloco textual, Piza (2007) já nos dá esse indicativo ao comentar um exemplar de resenha de filme. Conquanto, se trate de um objeto de estudo diferente do nosso, supomos que há semelhanças na condução das informações. Somente a análise textual nos permitirá confirmar se o desenho retórico das resenhas de livros apresentado por Carvalho (2006) compara-se ao trapézio proposto por Motta-Roth (1995).

Sobre a linguagem utilizada nas resenhas, a literatura da área de Jornalismo é bastante lacunosa, citamos apenas Pena (2007) que informa que um bom texto crítico deve ter clareza, coerência e agilidade. A nosso ver, a clareza e a coerência precisam estar presentes em todo e qualquer texto e, em especial, a coerência é um requisito fundamental para que um texto seja considerado como tal. No que se refere à agilidade, o autor deve estar se referindo a um tipo de linguagem que possibilite uma leitura fluente por diferentes tipos de leitores que não são especialistas em literatura. Nesse aspecto, entra em jogo a percepção do leitor influenciando o texto produzido pelo resenhista. Para obtermos mais informações sobre

a linguagem das resenhas não-acadêmicas, inquirimos os informantes especialistas, de suas respostas, obtivemos as seguintes características da linguagem da resenha.

(30) *Evito gírias e neologismos. Também evito palavras pouco conhecidas.* (IE01)

(31) *Leve, solta e divertida. Nada cansativo.* (IE03)

(32) *A mais livre possível. Quando falo de shows de rock uso a língua solta. Quando escrevo sobre concertos clássicos afino mais a escrita para dar maior sobriedade ao texto.* (IE02)

(33) *A culta, respeitando regras gramaticais e ortográficas.* (IE07)

(34) *[...] evito o jargão, pois não escrevo para especialistas. Não uso a primeira pessoa, pois não é do padrão da revista.* (IE13)

(35) *Uma linguagem coloquial, informal, mas que contenha aspectos da tecnicidade em relação ao assunto sobre o qual se escreve. Isso, evitando o pedantismo, claro. [...] Acho que quanto mais a resenha se aproximar de uma crítica especializada, e com uma linguagem bem popular, mais utilidade ela terá.* (IE14)

Considerando que a linguagem jornalística, segundo Lage (2001), se explica a partir de três dimensões: os registros de linguagem, o processo de comunicação e os compromissos ideológicos, constatamos que as respostas dos resenhistas se referiram ao registro de linguagem e ao contrato de comunicação. Sobre o registro de linguagem, as percepções são diferentes: há resenhistas que dão preferência à utilização da língua culta e outros resenhistas à língua coloquial. As falas dão conta de que a linguagem jornalística não é homogênea. Em se tratando da resenha, talvez, a apropriação da noção de *continuum* de Marcuschi (2008) pudesse ilustrar a representação do registro de linguagem utilizado nesse gênero.

Se Lage (2001, p. 38) descreveu a linguagem jornalística como “basicamente constituída de palavras, expressões e regras combinatórias que são *possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal*”, ela se posicionará exatamente no centro, entre a linguagem culta e a coloquial. Desse modo, as resenhas publicadas em jornais e revistas brasileiras podem se posicionar, em termos de registro e a depender da instituição jornalística, ou no centro, ou mais para a direita, ou, ainda, mais para a esquerda.

Figura 15 : Os registros de linguagem em resenhas.



Contudo, mais importante do que constatar o uso de diferentes registros de linguagem é questionar o que leva os resenhistas a apresentarem essas variações. A resposta

do IE13 nos dá uma pista de que as instituições jornalísticas podem imprimir restrições na escrita das resenhas, seja através de seus manuais de redação, seja através de acordos tácitos, seja através de posturas táticas que vão sendo adquiridas ao longo da experiência jornalística. Por outro lado, parece evidente também que outras instituições silenciam quanto ao uso da linguagem, deixando o resenhista à vontade para se expressar.

Considerando a dimensão do processo de comunicação, a preferência pela não utilização de termos técnicos reflete o tipo de contrato de comunicação que é estabelecido pelos resenhistas com o seu público-leitor. Ou seja, um contrato que leva em consideração a “opaca” identidade do interlocutor e, conseqüentemente, a utilização de uma linguagem que se pretende acessível. Por outro lado, a leitura das resenhas implica, em alguns textos, um leitor que tem um domínio de conhecimentos de literatura. Angelo (2005, p. 04) já havia afirmado que

[...] o leitor implícito, guardadas as diferenças de cada jornal, apresentou-se, nas diferentes resenhas, como um mecanismo muito sofisticado, exigindo do leitor real um amplo repertório de referências culturais (por vezes bastante especializadas em estudos literários). Ideologicamente, portanto, ele é marcado por um caráter elitista, baseado principalmente em cânones culturais do Ocidente.

Essa suposta contradição caracteriza o ato de resenhar na comunidade jornalística, que, ao mesmo tempo, busca atingir um maior número de leitores e se dirigir a um público que tenha algum conhecimento de literatura. Quem explica essa relação é a IE09.

*(36) Procuo utilizar uma linguagem bastante clara e compreensível, usando conceitos mais elaborados apenas em caso de necessidade. Em qualquer circunstância, uma resenha deve poder ser razoavelmente compreendida por qualquer leitor que tenha interesse por ela. Digo “razoavelmente” porque sempre escrevo com uma idéia em mente: a compreensão do tema deve ser geral, mas os refinamentos, as entrelinhas, serão melhor compreendidos por aqueles que já possuam um conhecimento mais abrangente. (IE09)*

Sobre o aspecto de captação do leitor, Hernandes (2006, p. 10) esclarece que essa é uma das principais coerções dos “produtos jornalísticos”, pois tem o objetivo de “atrair, administrar e manter elevado o nível de atenção dos seus respectivos públicos para que exista sustentação e aumento de audiência (caso das TVs, rádios e internet) ou de tiragem (nos jornais e revistas), base de lucratividade das empresas”. Dentro dessa perspectiva, a declaração do IE14 é ilustrativa quando ele afirma que o “ideal” seria a retextualização (da escrita para a escrita) do conteúdo informacional da crítica para a resenha. Outro aspecto que parece influenciar a linguagem nas resenhas é a temática da obra, ou seja, segundo o IE02, cada tema parece impor restrições de linguagem específicas (rock → língua solta), apenas para citar um exemplo.

Estabelecido esse diálogo inicial com a literatura da área de Jornalismo e de

Linguística e com os produtores de resenhas e leitores especializados, exploraremos, na seção a seguir, os resultados obtidos na análise textual e da análise quantitativa. Em que medida esses resultados confirmam a literatura e em que medida apontam para outras direções? É o que veremos a seguir.

### **4.3 Uma análise dos propósitos comunicativos e dos movimentos retóricos**

Ao descrevermos os propósitos comunicativos das resenhas não-acadêmicas, partimos do princípio de que esses textos são construídos como um reflexo do que é convencionalizado pela comunidade jornalística e, portanto, representam uma das práticas discursivas que são realizadas por jornalistas culturais ou colaboradores nesse contexto. Na realidade, mais importante que a formação acadêmica do produtor é o fato de que uma resenha, para ser publicada, passa necessariamente pelo filtro do editor, adequando-se às convenções de cada instituição jornalística.

Conforme foi apresentado anteriormente, há coerções específicas que caracterizam as condições de produção das resenhas na comunidade jornalística. Daí, poderemos afirmar que as resenhas não-acadêmicas apesar de guardarem semelhanças com as acadêmicas apresentam propósitos comunicativos que lhe são próprios.

A análise textual dos 94 (noventa e quatro) textos nos permitiu identificar um total de 07 (sete) propósitos comunicativos e 37 (trinta e oito) movimentos retóricos descritos na figura 16. À primeira vista, a percepção que se tem é de que as resenhas não-acadêmicas têm um amplo leque de possibilidades de realização textual. Ao examinar o *corpus* das resenhas, nos deparamos com uma diversidade muito grande de informações, por isso optamos por descrever a variedade que foi encontrada nos diversos textos.

Os movimentos retóricos exibidos na figura 16 não têm a pretensão de serem exaustivos e de esgotarem a gama de possibilidades que podem ser elaboradas pela criatividade de seus produtores. Considerando essa flexibilidade, é que não descartamos informações que tivessem baixo percentual de realização, de modo que todos os movimentos retóricos foram categorizados e expostos na figura. Essa decisão metodológica se justifica pelo fato de que a natureza do gênero se apresenta elástica, curvando-se, inclusive, às intenções particulares de seus produtores, diferenciando-se, assim, de algumas pesquisas da área de gêneros<sup>190</sup> que adotam um percentual mínimo como informação recorrente.

---

<sup>190</sup> Sousa (2004), por exemplo, ao analisar a organização retórica em editoriais de jornais somente considerou como movimento retórico aquele que tivesse no mínimo uma realização de 30%.

Figura 16: Propósitos comunicativos e movimentos retóricos identificados em resenhas não-acadêmicas.

<b>PROPÓSITO COMUNICATIVO</b>	<b>APRESENTAR A OBRA</b>
Movimentos retóricos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Contextualizar o livro dentro do catálogo da(s) editora(s)</i></li> <li>2. <i>Informar outras publicações/edições da obra</i></li> <li>3. <i>Informar o conteúdo/organização/temática/mote geral da obra</i></li> <li>4. <i>Informar a origem da obra</i></li> <li>5. <i>Descrever o formato de apresentação da obra</i></li> <li>6. <i>Apresentar dados do lançamento da obra</i></li> <li>7. <i>Apresentar curiosidades sobre a obra</i></li> <li>8. <i>Fornecer informações sobre a obra (título, autor, editora, número de páginas, preço, tradução, local de compra...)</i></li> <li>9. <i>Informar o público-alvo</i></li> <li>10. <i>Explicar o título/subtítulo da obra</i></li> <li>11. <i>Introduzir um tópico que tenha alguma relação com a obra</i></li> </ol>
<b>PROPÓSITO COMUNICATIVO</b>	<b>APRESENTAR O AUTOR</b>
Movimento retórico	1. <b><i>Fornecer informações sobre a vida e/ou obra literária do autor</i></b>
<b>PROPÓSITO COMUNICATIVO</b>	<b>DESCREVER A OBRA</b>
Movimentos retóricos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Sintetizar o conteúdo da obra</i></li> <li>2. <i>Descrever pontos específicos da obra</i></li> <li>3. <i>Citar a obra</i></li> <li>4. <i>Descrever o conteúdo dos gêneros introdutórios e/ou do material extra textual</i></li> <li>5. <i>Caracterizar o gênero que constitui a obra</i></li> <li>6. <i>Descrever/explicar a metodologia utilizada pelo organizador ou autor na feitura da obra</i></li> </ol>
<b>PROPÓSITO COMUNICATIVO</b>	<b>AVALIAR A OBRA</b>
Movimentos retóricos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Diferenciar (ou não) a obra dentro de uma categoria</i></li> <li>2. <i>Comentar sobre a (provável) repercussão da obra</i></li> <li>3. <i>Avaliar/analisar pontos específicos da obra</i></li> <li>4. <i>Avaliar a obra como um todo</i></li> <li>5. <i>Indicar as impressões/sensações/emoções que o livro provocou (ou provocará)</i></li> <li>6. <i>Sugerir outros formatos para a obra</i></li> <li>7. <i>Indicar a função/objetivo/valor da obra</i></li> <li>8. <i>Avaliar material extratextual da obra</i></li> </ol>
<b>PROPÓSITO COMUNICATIVO</b>	<b>AVALIAR O AUTOR</b>
Movimentos retóricos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b><i>Destacar as qualidades do autor</i></b></li> <li>2. <b><i>Avaliar/analisar o estilo literário do autor</i></b></li> <li>3. <b><i>Avaliar/analisar o modus operandi do autor ao produzir a obra</i></b></li> <li>4. <b><i>Classificar o autor</i></b></li> <li>5. <b><i>Comentar a produção literária do autor</i></b></li> <li>6. <b><i>Destacar a (provável) repercussão do autor</i></b></li> </ol>
<b>PROPÓSITO COMUNICATIVO</b>	<b>DISCUTIR UM TEMA</b>
Movimentos retóricos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b><i>Concordar com a opinião do autor sobre um tema</i></b></li> <li>2. <b><i>(Não) concordar com a opinião do autor sobre um tema</i></b></li> <li>3. <b><i>Explorar a temática da obra</i></b></li> </ol>
<b>PROPÓSITO COMUNICATIVO</b>	<b>RECOMENDAR A OBRA</b>
Movimentos retóricos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Recomendar a obra sem restrições</i></li> <li>2. <i>Recomendar a obra com restrições</i></li> </ol>

Nossa pressuposição da influência da comunidade jornalística no gênero resenha é ratificada pela existência de uma maior variedade de ações retóricas. Enquanto as resenhas produzidas na comunidade jornalística desenvolvem quatro tipos de ações (apresentar o

livro>descrever o livro>avaliar partes do livro>(não) recomendar o livro)<sup>191</sup>, as resenhas não-acadêmicas acrescentam, além dessas, outras ações, tais como: “apresentar o autor”, “avaliar o autor” e “discutir um tema”. Essa informação nos permite dizer que a resenha produzida na comunidade jornalística apresenta regularidades que permitem identificá-la como um exemplar do gênero, mas também nos permite afirmar que possui diferenças que a caracterizam como uma resenha não-acadêmica. Essas diferenças repousam tanto no aparecimento de propósitos comunicativos e movimentos retóricos específicos<sup>192</sup>, quanto na frequência de realização dos propósitos comunicativos.

Sobre a frequência de realização dos propósitos comunicativos, consideramos que eles estão relacionados com a relevância que é dada a algumas informações em uma comunidade e não em outra. Apenas para citar um exemplo, “recomendar (ou não) a obra” é um propósito comunicativo fundamental em resenhas acadêmicas, já em resenhas não-acadêmicas essa informação não chega a ser tão relevante como poderá ser constatado na análise quantitativa.

Outra diferença que caracteriza a resenha produzida pela comunidade jornalística é a quantidade de movimentos retóricos que aparecem. O propósito comunicativo “apresentar a obra” pode ser realizado a partir de 11 (onze) movimentos retóricos, ao passo que esse mesmo movimento se realiza na resenha acadêmica apenas com 05 (cinco) passos (*informar o tópico geral do livro, definir a audiência-alvo, dar referências sobre o autor, fazer generalizações e inserir o livro na disciplina*) (MOTTA-ROTH, 1995). Um desses passos que é *dar referências sobre o autor* passa a ser um propósito comunicativo nas resenhas não-acadêmicas pelo fato de que os resenhistas, algumas vezes, se detêm em apresentar muitas informações sobre a vida e/ou obra literária do autor. Essa percepção também nos leva a afirmar que em resenhas não-acadêmicas é dado foco em informações que não se mostraram recorrentes em resenhas acadêmicas. *Informando sobre o autor* obteve uma materialização de apenas 20% na pesquisa de Motta-Roth (1995), por exemplo.

Já o propósito de “descrever a obra” que se realiza nas resenhas acadêmicas com 03 (três) passos (*dar uma visão geral da organização do livro, estabelecer o tópico de cada capítulo e citar material extratextual*)<sup>193</sup>, na resenha não-acadêmica apresenta 06 (seis) movimentos retóricos. Enquanto o movimento retórico “avaliar partes do livro”, nas resenhas acadêmicas, se realiza somente com um passo (*realçar pontos específicos*), nas resenhas não-

---

<sup>191</sup> A descrição esquemática das resenhas acadêmicas é oriunda de Motta-Roth (1995).

<sup>192</sup> Os propósitos comunicativos específicos das resenhas não-acadêmicas estão em negrito na Figura 16.

<sup>193</sup> Informação oriunda de Motta-Roth (1995).

acadêmicas há um propósito comunicativo, denominado “avaliar o livro” que se materializa com 08 (oito) movimentos retóricos. E, o movimento retórico “(não) recomendar o livro” nas resenhas acadêmicas, realiza-se nas resenhas não-acadêmicas apenas recomendando a obra, seja com restrições ou sem restrições.

O fato é que as resenhas publicadas em jornais e revistas brasileiras se assemelham às resenhas acadêmicas por apresentarem alguns propósitos comunicativos que são comuns (“apresentar a obra”, “descrever a obra”, “avaliar a obra” e “recomendar a obra”), contudo apresentam outros propósitos comunicativos que lhe são próprios (“apresentar o autor”, “avaliar o autor” e “discutir um tema”) e uma maior diversidade de movimentos retóricos que, por sua vez, têm pesos diferentes daqueles identificados nas resenhas acadêmicas.

Mesmo considerando a flexibilidade de realização textual das resenhas não-acadêmicas foi possível, a partir do *software* SPSS, identificar uma média de realização de cada propósito comunicativo em resenhas não-acadêmicas. Essa média representa a soma da frequência de realização de todos os movimentos retóricos pertencentes a cada propósito comunicativo, considerando tanto aqueles que têm uma alta frequência quanto aqueles que têm uma baixa frequência ou frequência nula, conforme ilustrado na tabela 02.

Tabela 02: Média de aparecimento dos propósitos comunicativos em resenhas não-acadêmicas.

<b>Propósitos comunicativos</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio</b>
Avaliar a obra	6,05	3,65
Descrever a obra	4,83	4,02
Apresentar a obra	3,18	2,15
Avaliar o autor	3,06	2,94
Apresentar o autor	1,14	1,99
Outros	0,38	0,67
Discutir o tema	0,19	0,63
Recomendar a obra	0,18	0,46

Como é possível observar na tabela 02, “avaliar a obra” é um dos principais propósitos comunicativos que são realizados nas resenhas não-acadêmicas. Esse propósito aparece em uma média de 6,05 vezes nos textos analisados. Em seguida, aparece o propósito comunicativo “descrever a obra” com uma realização média de 4,83 por resenha. “Apresentar a obra” e “avaliar o autor” exibiram uma frequência de realização semelhante nas resenhas. O primeiro aparece em uma média de 3,18 por resenha e o segundo em uma média de 3,06. Já o propósito comunicativo de “apresentar o autor” obteve uma frequência média de realização de apenas 1,14 por resenha. Os propósitos de “discutir um tema” e “recomendar a obra” não se

apresentaram recorrentes nas resenhas analisadas. Embora “discutir um tema” seja um propósito considerado típico na literatura de Jornalismo, ele não se revelou como um propósito de aparecimento freqüente. Da mesma forma, “recomendar a obra” apresentou um índice médio de realização de apenas 0,18, indicando, pois, que não é um propósito prioritário para a comunidade jornalística, opondo-se, assim, à comunidade acadêmica.

Destacamos, também, na tabela, a realização média de 0,38 por resenha de movimentos retóricos que categorizamos como “outros” por não se encaixarem em nenhum dos propósitos identificados e serem bastante diversificados para se enquadrarem em uma dada categoria. O que é interessante observar é que estes obtiveram um índice maior de realização que “discutir um tema” e “recomendar a obra”. Essa média indica que as resenhas não-acadêmicas realizam além de propósitos comunicativos sociais, propósitos comunicativos particulares e que estes chegam a apresentar um índice de realização maior que alguns dos propósitos socialmente identificados.

Os resultados da tabela 02 nos permitem afirmar que uma resenha não-acadêmica desenvolve, em geral, cinco principais ações retóricas que são: “avaliar a obra”, “descrever a obra”, “apresentar a obra”, “avaliar o autor” e “apresentar o autor”. Esclarecemos que essas ações retóricas não aparecem necessariamente nessa ordem, elas variam na disposição com que aparecem nos textos analisados. Nesse sentido, a seqüência de realização dos propósitos comunicativos não se apresentou como um dado relevante nas resenhas não-acadêmicas. Como é possível observar, não foram incluídos os propósitos “discutir um tema” e “recomendar a obra” porque apresentaram uma média abaixo de 01 (um) de freqüência média.

Considerando os movimentos retóricos, os categorizamos em 04 (quatro) níveis, a saber: os denominados raros que apresentaram uma freqüência de realização de até 15%, os eventuais que apresentaram uma freqüência acima de 15% indo até 30%, os freqüentes que apresentaram uma freqüência acima de 30% indo até 60%, e, por fim, os muito freqüentes que apresentaram uma freqüência acima de 60%<sup>194</sup>. Essa divisão se tornou necessária porque há uma grande diversidade de movimentos retóricos para realizar um propósito comunicativo, sem terem, contudo, semelhante regularidade de aparecimento. Assim, temos movimentos retóricos que são mais típicos e outros menos típicos em cada propósito.

Os propósitos identificados na análise textual foram ratificados pelos 06 (seis) informantes, jornalistas e/ou professores de Jornalismo, quando inquiridos sobre que tipo de informação eles esperavam encontrar em uma resenha. Alguns informantes selecionaram

---

<sup>194</sup> Essas freqüências serão apresentadas detalhadamente na análise de cada um dos propósitos comunicativos.



todos os propósitos comunicativos apresentados, enquanto outros selecionaram apenas alguns. A tabela 03 ilustra a frequência das informações esperadas nas resenhas não-acadêmicas (os dados são oriundos dos questionários).

Tabela 03: Propósitos comunicativos esperados pelos leitores nas resenhas não-acadêmicas.

Propósitos comunicativos	Frequência das respostas dos informantes
Análise do livro	06
Apresentação do livro	05
Apresentação do autor	05
Discussão de um tema	03
Avaliação do livro	03
Recomendação do livro	02
Descrição do conteúdo do livro	02
Avaliação do autor	02

Como pode ser observado na tabela, a análise da obra foi o propósito comunicativo indicado por todos os especialistas, seguido por apresentação do livro e por apresentação do autor. Os propósitos menos apontados pelos informantes foram recomendação do livro, descrição do conteúdo do livro e avaliação do autor. Sobre a recomendação do livro, essas respostas convergem com os resultados das frequências obtidas na análise textual em que esse propósito apresentou a média mais baixa de realização por resenha (0,18).

Nas seções a seguir, será analisado cada um dos propósitos comunicativos com seus respectivos movimentos retóricos, a partir da descrição da frequência dos propósitos comunicativos, da frequência e das médias de cada movimento retórico, da exemplificação dos movimentos retóricos com recortes textuais e do diálogo entre as informações obtidas na análise textual com as respostas dos sujeitos pesquisados.

#### 4.3.1 O propósito comunicativo de “apresentar a obra”

De todos os propósitos comunicativos “apresentar a obra” foi o que manifestou um maior número de movimentos retóricos, realizando-se em um total de 11 (onze) movimentos retóricos que são: *contextualizar o livro dentro do catálogo da(s) editora(s), informar outras publicações/edições da obra, informar o conteúdo/organização/temática/mote geral da obra, informar a origem da obra, descrever o formato de apresentação da obra, apresentar dados de lançamento da obra, apresentar curiosidades sobre a obra, fornecer informações sobre a obra, informar o público-alvo,*

*explicar o título/subtítulo da obra*, e, *introduzir um tópico que tenha alguma relação com a obra*. Essa quantidade de movimentos retóricos não implica uma alta frequência de realização do propósito comunicativo, de modo que a frequência desse propósito variou entre não aparecer nenhuma vez e aparecer até 10 (dez) vezes nas resenhas analisadas<sup>195</sup>.

Dos 11 (onze) movimentos retóricos, 06 (seis) foram considerados raros, 03 (três) eventuais, 01 (um) freqüente e 01 (um) muito freqüente. Assim, o movimento retórico considerado muito freqüente é *fornecer informações sobre a obra* (78,70%); o freqüente é *informar o conteúdo/organização/temática/mote geral da obra* (52,1%); os eventuais são *informar a origem da obra* (19,10%), *informar outras publicações/edições da obra* (18,1%) e *introduzir um tópico que tenha alguma relação com a obra* (18,10%); os raros são *apresentar dados do lançamento da obra* (12,80%), *apresentar curiosidades sobre a obra* (7,40%), *contextualizar o livro dentro do catálogo da editora* (5,30%), *descrever o formato de apresentação da obra* (5,30%), *informar o público-alvo* (5,30%) e *explicar o título/subtítulo da obra* (5,30%). A tabela 04 ilustra essa afirmação.

Tabela 04: Frequências e médias dos movimentos retóricos do propósito comunicativo “apresentar a obra”.

MOVIMENTOS RETÓRICOS	Aparece		Medidas		
	N	Sim	Média	Desvio	
Contextualizar o livro dentro do catálogo da(s) editora(s)	N	89	5	0,06	0,29
	%	94,7	<b>5,30</b> <sup>196</sup>		
Informar outras publicações/edições da obra	N	77	17	0,22	0,57
	%	81,9	<b>18,10</b>		
Informar o conteúdo/organização/temática/mote geral da obra	N	45	49	0,76	0,86
	%	47,9	<b>52,1</b>		
Informar a origem da obra	N	76	18	0,30	0,71
	%	80,9	<b>19,10</b>		
Descrever o formato de apresentação da obra	N	89	5	0,07	0,33
	%	94,7	<b>5,30</b>		
Apresentar dados do lançamento da obra	N	82	12	0,15	0,41
	%	87,2	<b>12,80</b>		
Apresentar curiosidades sobre a obra	N	87	7	0,14	0,57
	%	92,6	<b>7,40</b>		
Fornecer informações sobre a obra	N	20	74	1,13	0,83
	%	21,3	<b>78,70</b>		
Informar o público-alvo	N	89	5	0,09	0,40
	%	94,7	<b>5,30</b>		
Explicar o título/subtítulo da obra	N	89	5	0,05	0,22
	%	94,7	<b>5,30</b>		
Introduzir um tópico que tenha alguma relação com a obra	N	77	17	0,21	0,50
	%	81,9	<b>18,10</b>		

<sup>195</sup> Ver tabela 01 do Apêndice 1.

<sup>196</sup> Os números em negrito indicam os percentuais de realização de cada movimento retórico em uma dada resenha não-acadêmica.

O propósito comunicativo de apresentar a obra é identificado pelo IE07 como um dos objetivos que são realizados em suas resenhas de livro.

(37) *Basicamente, apresentar o livro ao leitor e dizer por que ele pode (ou não) ser lido.* (IE07)

Para a realização desse objetivo, são utilizados 11 (onze) movimentos retóricos, sendo apenas 02 (dois) significativos. O movimento retórico de *contextualizar o livro dentro do catálogo da(s) editora(s)* consiste em informar ao público-leitor que a obra faz parte de uma lista de livros que a(s) editora(s) possui(em). Na resenha CP080907a, o produtor inteira a audiência de que o livro em tela faz parte de uma coleção da editora, enquanto que na resenha DC140707 o produtor comenta sobre o espaço reservado à temática música dentro na lista de títulos das editoras. Os trechos abaixo ilustram essas afirmações.

EXCERTO 01

Título que integra a coleção denominada Grandes Traduções, ‘O crime de Sylvestre Bonnard’ (Editora Record), marca a presença literária de Anatole France, [...] (CP080907a)

EXCERTO 02

É interessante como todas as editoras brasileiras tem um espaço dedicado a publicação de trabalhos sobre Música. Grande ou pequena, não importa, elas sabem que a temática está presente no gosto pela leitura do cidadão deste país. Dentro desta perspectiva existe uma gama de títulos publicados que chamam a atenção pela diversidade e amplitude das pesquisas realizadas. (DC140707)

Contudo, essa informação nem sempre se materializa no texto propriamente dito da resenha, algumas vezes aparece em pequenos trechos que circundam a resenha como é o caso da resenha OP240508 que contém uma seção cujo subtítulo denomina-se “e-mais”. Nessa seção, apareceu a informação *contextualizar o livro dentro do catálogo da(s) editora(s)* conforme está ilustrado no excerto 03.

EXCERTO 03

O livro, da editora Língua Geral, integra a coleção Ponta-de-lança, destinada a publicar autores novos ou ainda pouco conhecidos da língua portuguesa, seja lá donde venha. (OP240508)

No movimento retórico *informar outras publicações/edições da obra*, o resenhista inteira o leitor de edições anteriores que saíram da obra, se foi publicada no Brasil ou em outros países, como também pode dar ciência de futuras publicações do livro. Na resenha OP181008, o leitor descobre informações sobre a 1ª edição e sobre um 2º volume que irá ser publicado como pode ser visualizado no excerto 04.

EXCERTO 04

Só então veio a idéia para Domínio Público, que agora ganha reedição pela editora DCL (a primeira foi bancada pelos dois quadrinhistas, dois anos atrás) e um segundo volume no começo de 2009, dedicado à literatura estrangeira. (OP181008)

Já na resenha RE201205, o produtor informa publicações anteriores dos artigos

que estão compilados na obra analisada como está ilustrado abaixo.

EXCERTO 05

Os 205 artigos do volume foram estampados entre 1946 e 1969 nos suplementos de jornais como *A Manhã*, *O Jornal* e *O Estado de S. Paulo*. (RE201205)

O movimento retórico *informar o conteúdo/organização/temática/mote geral da obra* tem como objetivo fornecer ao leitor uma visão global da obra. Na resenha DC090808, o resenhista alia essa informação à avaliação, conforme ilustra o trecho 06.

EXCERTO 06

Lançado em sua terceira edição recentemente, “O Plano Djibóia”, de Luís Gonçalves, faz um retrato fiel de acontecimentos contemporâneos que assolaram e ainda fustigam a Baixada Cuiabana desde os últimos 15 ou 20 anos. (DC090808)

Esse movimento retórico também pode explicar aos leitores a constituição geral do livro como é o caso da resenha CP080907 cujo excerto está ilustrado abaixo.

EXCERTO 07

Na verdade, esta obra acaba reunindo dois romances em um. Com esta concepção, surgem histórias ligadas pelo simpático, idoso e acadêmico Bonnard, um filólogo solitário e pesquisador erudito que se autodenomina, um 'arqueólogo das letras'.

Muitas vezes o resenhista fornece pistas lingüísticas que facilitam a identificação do movimento retórico. O trecho da resenha GP101108 ilustra essa opção.

EXCERTO 08

A trajetória de uma cidade e de um momento histórico a partir do percurso de um único homem. Esse é o ponto central do romance Jornada com Rupert, de Salim Miguel, [...] (GP101108)

O conteúdo geral da obra também pode ser apresentado pelas palavras do próprio autor do livro, como é o caso do trecho 09 retirado da resenha GP080907.

EXCERTO 09

‘O livro fala de uma estética tipicamente brasileira, das cores e das formas da nossa arquitetura tropical, logo ele pode ser lido por todas as classes sociais e por não-especialistas, inclusive’, afirma Dinah Guimaraens, em entrevista por e-mail. (GP080907)

Esse exemplo é interessante porque retrata a intertextualidade explícita<sup>197</sup>, fenômeno lingüístico bastante presente nas resenhas não-acadêmicas, seja pela citação de trechos da obra resenhada, seja pelas palavras do próprio autor do livro, seja pela expressão da avaliação de outrem sobre o livro. Não é raro as resenhas conterem trechos de entrevistas dos autores das obras resenhadas, como é o caso do excerto citado acima.

---

<sup>197</sup> Segundo Koch, Bentes e Cavalcante (2007, p. 28), “a intertextualidade será explícita quando, no próprio texto, é feita menção à fonte do intertexto, isto é, quando um outro texto ou um fragmento é citado, é atribuído a outro enunciador; ou seja, quando é reportado como tendo sido dito por outro ou por outros generalizados (‘Como diz o povo...’, ‘segundo os antigos...’).

Enfim, o movimento retórico *informar o conteúdo/organização/temática/motivo geral da obra* foi categorizado como freqüente nas resenhas não-acadêmicas, pois seu percentual de realização atingiu 52,1%. Nesse aspecto, o peso desse movimento retórico assume valor semelhante tanto em resenhas produzidas na comunidade acadêmica quanto na comunidade jornalística. A pesquisa de Motta-Roth (1995), por exemplo, identificou uma freqüência de 58,33% na sub-função *definindo o tópico geral do livro*<sup>198</sup>.

O movimento retórico *informar a origem da obra* tem o objetivo de levar os leitores a conhecerem a(s) razão(ões) que motivou (aram) o autor a produzir a obra, a saberem se o livro é resultado de algum trabalho específico, por exemplo<sup>199</sup>. O excerto 10 e 11 exemplificam a realização desse movimento.

#### EXCERTO 10

Escrito em 1995, quando o crime organizado estava no auge em Mato Grosso, Luís Gonçalves explica que se baseou principalmente na tímida cobertura jornalística dos fatos escabrosos, e também em depoimentos de algumas pessoas que detinham informações, ou mesmo, eram como que atores sociais dessa realidade flagrante. (DC090808)

#### EXCERTO 11

A obra é o resultado da dissertação de mestrado em semiótica do autor na Pontífice Universidade Católica de SP. (DC140707).

Os resenhistas também dão pistas lingüísticas que apontam o conteúdo das informações, como é o caso do trecho 12 da resenha GP080907, que utilizou o verbo “originou”.

#### EXCERTO 12

‘O livro se originou a partir do desejo de criar um antídoto contra o desânimo que o ensino e a realidade profissional projetavam sobre a nossa geração’, escreve Cavalcanti na introdução à terceira edição. Ele explica que, nos anos 70, havia duas possibilidades para quem se dedicava à arquitetura. Os conformados trabalhavam em especulação imobiliária e os indignados partiam para o planejamento urbano. ‘A arquitetura era um mundo paralelo de papel vegetal’, diz. (GP080907)

No movimento retórico *descrever o formato de apresentação da obra*, o leitor é informado sobre os aspectos materiais que caracterizam a obra. Na resenha CP220907a, o produtor mescla informações sobre o formato do livro com informações sobre o lançamento da obra, além de apresentar uma avaliação, segundo ilustra o trecho 13.

#### EXCERTO 13

Celebrando o lançamento em formato pocket no Brasil, a editora gaúcha L&PM lançou os quatro volumes que compõem essa grande obra em uma exclusiva caixa especial. (CP220907a)

<sup>198</sup> De acordo com Motta-Roth (1995, p. 148), “with this sub-funcion, the reviewer provides information about the topic of the book or about the theoretical approach used by the author to discuss such topic.”

<sup>199</sup> Araújo (1995) também identificou a informação *informando ao leitor a origem do livro* em resenhas de Lingüística Aplicada. A freqüência de realização dessa informação em sua pesquisa foi de 23,27%, percentual bastante próximo do que foi observado em resenhas não-acadêmicas (19,10%).

No movimento retórico *apresentar dados do lançamento da obra*, o resenhista pode optar entre informar a data, o local, o horário do evento ou entre indicar quando o livro será lançado no Brasil. Na resenha DC011207, o resenhista deu a conhecer à sua audiência o dia e o horário do lançamento. Essa informação tem pertinência com o fato de o autor do livro, Danilo Fochesatto, ser “místico”. Essa percepção é confirmada na porção textual anterior e posterior às informações do lançamento do livro, segundo ilustra o trecho 14.

EXCERTO 14

A obra provoca e como; é um agito dos bons, com grande intensidade: ilustrações do contraste fraco e tenso, feitas por I. Bê Gomes, frases curtas e dinâmicas, além de uma essência toda mística, particular do autor e transposta para a obra. O lançamento de 8ito, com oito contos, ocorreu no dia oito de fevereiro desse ano, às oito da noite.

Ils também é místico, com pitadas de bruxismo e certa intelectualidade madura. (DC011207)

No trecho 15 da resenha OP150308, o produtor dá informações sobre o lançamento do livro no Brasil ao mesmo tempo em que fornece ao leitor dados sobre o autor da obra e sobre a editora.

EXCERTO 15

Sai no Brasil o último livro do filósofo austríaco André Gorz, pela Cosacnaif e Annablume. (OP150308)

Nem sempre a informação sobre o lançamento da obra está alocada no texto propriamente dito da resenha, às vezes, aparece no entorno do texto. Na resenha DC300607, o produtor dá informações sobre o lançamento que ainda ocorrerá no final do texto, conforme ilustra o trecho 16.

EXCERTO 16

LANÇAMENTO: Dia 30/10, às 20h, no Palácio da Instrução, ao lado da Catedral. Cuiabá-MT. (DC300607)

Esse movimento retórico é confirmado pelo sujeito 02 que afirma que essa informação é considerada indispensável em resenhas não-acadêmicas. Segundo este informante:

(38) *A contextualização do lançamento e do seu autor e uma pequena discussão sobre o tema do livro, sem necessariamente descrever o livro ou classifica-lo como “bom” ou “ruim”.* (I02) (Grifo nosso)

Embora o informante 01 tenha declarado que “fofocas ou bobagens sobre a biografia do autor” são consideradas informações acessórias em uma resenha, as “curiosidades” se materializaram nos textos analisados através do movimento retórico *apresentar curiosidades sobre a obra*. Com esse movimento, o autor apresenta aos leitores fatos singulares sobre a obra como é o caso do trecho 17 da resenha CP231107.

EXCERTO 17

A prosa espontânea do escritor, que diz ter escrito todo o livro em apenas três semanas em abril de 1951, é a base da obra que foi toda datilografada sobre um rolo de papel teletipo de 36 metros. (CP231107)

Esse movimento retórico perpassa necessariamente pelo crivo pessoal do analista na medida em que é ele quem decide o que pode ser considerado uma informação inusitada ou não. Mesmo que se contraponha esse argumento à afirmação de que a identificação das informações em quaisquer textos passa por critérios de subjetividade, esse movimento em especial revela muito mais a expressão da subjetividade do que os outros, pois será o pesquisador que indicará o que pode ou não ser considerado uma “curiosidade”.

O movimento retórico *fornecer informações sobre a obra* pode estar materializado, dentro do texto, propriamente dito da resenha ou não. As informações fornecidas pelo resenhista também são bastante diversificadas, assim o produtor pode indicar a editora, o ano, o número de páginas e o preço, como também pode indicar onde o livro pode ser encontrado. Um exemplo pode ser ilustrado no trecho 18 da resenha DC090808.

EXCERTO 18

Tais constatações já se tornam suficientes para assegurar o valor do livro, de 125 páginas, publicado pela Carlini & Caniato, editora que vem prestando relevantes serviços à literatura regional. (DC090808)

No caso do excerto 18, são acrescentadas informações sobre a editora já que a obra (O Plano Djibóia) retrata a realidade mato-grossense. Às vezes, esse movimento retórico aparece categorizado como “serviço” e não se insere no texto propriamente dito da resenha, como ilustrado no trecho 19.

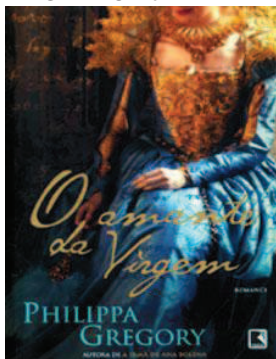
EXCERTO 19

**SERVIÇO**

O Leitor Comum. Livro de Virginia Woolf. Composto de 13 ensaios de crítica literária. Editora Graphia. 139 pgs. R\$ 39. (OP011108)

Não inseridos dentro do texto da resenha, podem ser acrescentadas a essas informações elementos não-verbais como é o caso da imagem da capa do livro. O exemplo retirado da resenha DN110207 ilustra esse recurso.

EXCERTO 20



O Amante da Virgem, de Philippa Gregory. RECORD, 2007. 445 páginas, R\$ 49,90 (Foto: Reprodução) ds~'çxd~[']c(DN110207)

O informante 06 que faz parte do grupo de jornalistas e/ou professores de Jornalismo afirmou que esse movimento retórico é para ele uma das informações essenciais

em uma resenha não-acadêmica. A declaração 39 ilustra essa assertiva.

(39) *Serviço (editora, ano, número de páginas, preço); apresentação da obra e do autor, interpretação e avaliação da obra pelo autor da resenha.* (I06)

O movimento retórico *informar o público-alvo* também realiza o propósito de “apresentar a obra”, contudo diferentemente do que ocorre no contexto acadêmico<sup>200</sup>, essa informação foi categorizada como rara, pois sua frequência média de aparecimento nas resenhas foi de apenas 5,30, enquanto seu percentual de ausência foi de 94,7%. Esse resultado talvez se justifique pelo fato de que o público-leitor das resenhas publicadas em jornais e revistas brasileiras é o mais amplo possível. A declaração de um dos resenhistas abordou a audiência, quando informou que ao escrever seus textos ele pensa em “alguém interessado em literatura”. Nesse sentido, informar o público-alvo não se constitui um movimento retórico tão relevante. Contudo, em algumas resenhas foi possível identificar o público-alvo como é o caso do trecho 21 que utiliza a pista lingüística “recomendada”.

EXCERTO 21

Adorável leitura recomendada para estudantes e profissionais da comunicação, em particular, do jornalismo cultural. E por que não dizê-lo, aos cineastas mato-grossenses, além dos músicos amantes de trilhas sonoras para o cinema? (DC200807)

O movimento retórico *explicar o título/subtítulo da obra* apresentou-se em nossa análise como uma informação rara nas resenhas não-acadêmicas. Através desse movimento é esclarecido aos leitores o porquê do título ou do subtítulo do livro como exemplificado nos trechos 22 e 23.

EXCERTO 22

O título Homem em Queda se explica por um artista performático, criado pelo autor, cujo trabalho procura reproduzir uma das imagens mais impressionantes daquela terça-feira histórica – a de um suicida que se atirou da torre norte e foi flagrado por um fotógrafo quando ainda estava no ar. O tal artista se pendura em viadutos e prédios, vestindo terno e gravata, criando uma repetição mórbida da foto distribuída pela agência Associated Press. (GP211007)

EXCERTO 23

‘A idéia foi do próprio Freire, só colocamos o subtítulo sobre o fim da privacidade, porque julgamos ser esse o verdadeiro tema da obra’, diz Pellegrini. (RIE070207)

No último exemplo, o título da obra é “Inevitável mundo novo – o fim da privacidade” e está sendo explicado pelo diretor da editora. O “Freire” a quem ele se refere é o autor do livro.

O movimento retórico *introduzir um tópico que tenha relação com a obra* apresentou-se em nossa análise como uma informação considerada eventual, visto que obteve

---

<sup>200</sup> Motta-Roth (1995), por sua vez, identificou um frequência de 33,33% para a informação *definir a audiência-alvo*.



uma frequência média de presença nas resenhas de 18,10%. Esse movimento retórico tem a pretensão de dar conta de diferentes informações que são conduzidas pelo resenhista na tentativa de realizar o propósito comunicativo de “apresentar a obra”. Decidimos por apostar em uma descrição mais genérica a fim de não detalhar demais cada informação que por nós foi identificada. Supomos que essa decisão não causou prejuízo para a descrição dos propósitos comunicativos das resenhas não-acadêmicas, haja vista que cada uma das informações que foram alocadas neste movimento retórico não tem um alto índice de recorrência nos textos analisados.

Houve certa relutância na concepção deste movimento na medida em que ele se apresentava amplo demais e poderia abarcar outros movimentos retóricos. Contudo, a análise do *corpus* das resenhas nos permitiu agrupar em apenas um movimento informações que tinham o papel de iniciar o texto que compõe a resenha. Nesse sentido, essa informação sempre irá aparecer no(s) parágrafo(s) inicial(ais) das resenhas.

Uma das informações conduzidas por esse movimento foi a descrição de uma experiência pessoal que tinha relação com a obra resenhada. No trecho 24 da resenha DC200807, o produtor afirma seu interesse por cinema e em especial pela trilha sonora das películas como estratégia textual para apresentar a obra que trata sobre trilhas sonoras de cinema.

#### EXCERTO 24

Acho que uma das diversões prediletas dos terráqueos seja ir ao cinema. Quem não gosta de ver um bom filme que aguce nossos sentidos? Com o passar dos anos a gente vai ficando um pouco mais exigente. Hoje em dia, carros velozes, tiroteios, explosões e coisas do gênero já não mais me chamam atenção. No quadragésimo ano desta minha ingênua existência física, a “película” tem que cumprir alguns requisitos obrigatórios. Um deles é a trilha sonora. Em nossa última e já saudosa estação das chuvas em Cuiabá fui pela, quiçá, trecentésima vez ao cine ver o surpreendente “O Perfume”. Ao final do ‘longa-metragem’, quando a trilha desperta um certo senso estético, fico vendo a ficha técnica subir para conhecer quem foi o compositor e a orquestra intérprete. De repente e casualmente, eu estava acompanhado naquela oportunidade, do nosso ilustrado jurista Prof. Viégas. Ele que compartilha também deste curioso rito investigatório. (DC200807)

Considerando o que Bhatia (2004) afirma sobre os gêneros serem utilizados para a condução de propósitos comunicativos pessoais, o trecho 25 da resenha DC120507 apresenta claramente as intenções particulares do resenhista, caracterizando, pois, o movimento retórico *introduzir um tópico que tenha relação com a obra*. Esta resenha comenta o livro “Guia ilustrado da música clássica”.

#### EXCERTO 25

O engajamento em lutas autênticas deve ser aspiração de todos. Fazemos parte de um pequeno grupo de obstinados que buscam difundir a cultura da música clássica pelos rincões do país. Desejamos que as novas gerações tenham oportunidade de optar em meio às propostas culturais industrializadas. (DC120507)

No trecho 26 da resenha DN030606, o produtor inicia seu texto fazendo

comentários sobre o biografado a partir da voz de Manuel Bandeira. A inserção dessa informação permite ao resenhista introduzir a obra em análise, “Maysa” de Lira Neto.

#### EXCERTO 26

O poeta Manuel Bandeira, em seu livro ‘Estrela da Tarde’, publicou um poema em homenagem à Maísa: ‘Um dia pensei um poema para Maísa / Maísa não é isso / Maísa não é aquilo. / Como é então que Maísa me comove e me sacode e me buleversa me hipnotiza? / Muito simplesmente / Maísa não é isso mas Maísa tem aquilo / Maísa não é aquilo mas Maísa tem isto / Os olhos de Maísa são dois não sei quê dois não sei como diga dois oceanos não-pacíficos. / A boca de Maísa é isto isso e aquilo / Quem fala mais em Maísa a boca ou os olhos? Os olhos e a boca de Maísa se entendem os olhos dizem uma coisa e a boca de Maísa se condói se contrai e se contorce como a ostra viva em que se pingou uma gota de limão’. (DN030608)

A análise do propósito comunicativo “apresentar a obra” nos levou a identificar 11 (onze) movimentos retóricos, sendo apenas 02 (dois) significativos que são *fornecer informações sobre a obra* (muito freqüente) e *informar o conteúdo/organização/temática/mote geral da obra* (freqüente) em resenhas não-acadêmicas. Esses resultados nos possibilita fazer as seguintes inferências:

- Embora o propósito comunicativo “apresentar a obra” também se realize em resenhas acadêmicas, os movimentos retóricos recorrentes em cada comunidade diferenciaram-se. Especificamente, em relação ao movimento de *fornecer informações sobre a obra* identificamos a prestação de um serviço pela comunidade jornalística aos seus leitores na medida em que fornece informações detalhadas sobre a obra, inclusive indicando onde o livro pode ser adquirido. Já o movimento retórico *informar o conteúdo/organização/temática/mote geral da obra* é recorrente tanto em resenhas acadêmicas quanto em resenhas não-acadêmicas, haja vista ter apresentado um percentual maior que 50% em ambas as comunidades. Esse dado nos indica que fornecer ao leitor uma visão global da obra é uma informação fundamental em resenhas, independente da comunidade em que ela seja produzida;
- O movimento retórico de *informar o público-alvo* que apresentou maior freqüência em resenhas acadêmicas, revelou-se raro em resenhas não-acadêmicas. Esse resultado nos leva a afirmar que o contrato de comunicação estabelecido pela comunidade jornalística como o mais amplo possível conduz os resenhistas a não indicarem, em geral, a audiência a quem se destina a obra;
- Algumas resenhas materializaram o propósito comunicativo “apresentar a obra” como ação retórica dominante (ver texto IE070207 no Anexo 1). Essa constatação nos conduz à percepção de que o objetivo socialmente instituído da comunidade jornalística de “informar” parece sobrepor-se em alguns textos categorizados como opinativos, gerando, destarte, a produção de resenhas mais informativas e menos avaliativas.

- A identificação do propósito “apresentar a obra” não foi citado na literatura da área de Jornalismo, contudo os informantes destacaram sua relevância. Essa assertiva dá indicativos de que há lacunas que podem ser preenchidas a partir dos resultados da presente pesquisa;
- O propósito comunicativo “apresentar a obra” é uma informação esperada pelos leitores especialistas, esse resultado converge com a ação retórica que é realizada pelos resenhistas.

#### 4.3.2 O propósito comunicativo de “apresentar o autor”

Dos propósitos comunicativos identificados nas resenhas analisadas, “apresentar o autor” foi o único que se realizou com apenas um movimento retórico que é *fornecer informações sobre a vida e/ou obra literária do autor*. Esse propósito apresentou uma frequência de realização que variou entre aparecer até 11 (onze) vezes e não aparecer nenhuma vez<sup>201</sup>. O único movimento retórico que constitui o propósito de “apresentar o autor” foi categorizado como freqüente, pois obteve uma realização de 52,1% nas resenhas analisadas, conforme ilustrado na tabela 05.

Tabela 05: Frequências e médias do movimentos retórico do propósito comunicativo “apresentar o autor”.

MOVIMENTOS RETÓRICOS		Aparece		Medidas	
		Não	Sim	Média	Desvio
Fornecer informações sobre a vida e/ou obra literária do autor	N	45	49	1,14	1,99
	%	47,9	<b>52,1</b>		

Esse propósito é citado tanto por resenhistas quanto por informantes que são jornalistas e/ou professores de Jornalismo. As declarações abaixo ratificam os resultados identificados na análise textual.

(40) *As de praxe: informações sobre autor e obra. Primeiramente, uma explicação que responda por enredo, personagens, tempo, narrador, forma, texto, estilo etc. Depois, um pouco da vida do autor. Um pouco mesmo. E nem sempre as resenhas são acompanhadas de informações sobre os autores dos livros. Quer dizer, é dito apenas o suficiente para que o leitor não fique a ver navios.* (IE04) (Grifo nosso)

(41) *As informações essenciais são o tema da obra, o esboço biográfico do autor, o tipo de abordagem e de desenvolvimento do tema e sua importância para o leitor em geral. Todo o resto é acessório.* (IE09) (Grifo nosso)

(42) *Informar o leitor sobre o que é o livro – seu tema, quem é o autor, em que tradição literária se insere – e*

<sup>201</sup> Ver tabela 02 do Apêndice 1.

*apresentar, com os devidos fundamentos argumentativos, a minha avaliação desse livro.* (IE13) (Grifo nosso)

(43) *A resenha mescla **um conhecimento do autor e do universo de obras já publicadas por ele** com uma apresentação e uma avaliação da obra. Mescla, de forma objetiva, informação e opinião.* (I04) (Grifo nosso)

Como é possível perceber nas respostas dos informantes, o leitor precisa ter conhecimentos sobre o autor da obra que está sendo resenhada. Na resenha ESP171205, várias passagens materializam informações sobre a vida e/ou a obra literária do autor, George Orwell, conforme está ilustrado nos trechos 27 e 28.

#### EXCERTO 27

Literatura e política sempre caminharam muito próximas na obra de George Orwell. E não apenas em títulos clássicos como *A Revolução dos Bichos* e *1984*, mas principalmente em artigos escritos diretamente para a imprensa. Entre 1942 e 1948, ele colaborou com exatos cem textos para o jornal britânico *Observer*, compreendendo um período crucial na história da humanidade, ou seja, os anos finais da 2ª Guerra Mundial e o início da guerra fria. (ESP171205)

#### EXCERTO 28

O escritor só interrompeu a cobertura por conta da morte da mulher, Eileen, fato que o obrigou a voltar para a Inglaterra. A colaboração com o *Observer* continuou até que, abatido pela tuberculose, ele morreria em 1950. (ESP171205)

Às vezes, as informações sobre o autor não estão inseridas no texto propriamente dito da resenha, estão postadas logo após o texto principal como é o caso do trecho 29 da resenha DC271007 ou no entorno desta como é o caso do trecho 30 da resenha GP211207.

#### EXCERTO 29

A AUTORA: Marta Helena Cocco, natural de Julio de Castilhos - RS, fez mestrado em Estudos da Linguagem e é professora de Literaturas da Língua Portuguesa da Universidade do Estado de Mato Grosso. É autora de A literatura brasileira produzida em Mato Grosso - regionalismo e identidades e dos livros de poemas *Divisas*, *Partido e Meios* (vencedor do Prêmio Mato Grosso Ação Cultural). (DC271007)

#### EXCERTO 30

##### **O autor**

- Don DeLillo nasceu no Bronx, bairro de Nova Iorque, em 20 de novembro de 1936.
- O jornal *The New York Times* realizou uma pesquisa com escritores e críticos americanos para saber qual o romance mais importante dos Estados Unidos no último quarto de século.
- *Deu Amada*, de Toni Morrison, seguido de perto por *Submundo*, de Delillo, e *Pastoral Americana*, de Philip Roth.
- Em dezembro de 2001, Delillo publicou um texto na revista *Harper's* falando sobre o 11 de Setembro. Foi a primeira vez que abordou o tema. (GP211207)

A análise do propósito comunicativo “apresentar o autor” nos levou a identificar apenas 01 (um) movimento retórico. A opção por categorizá-lo como um propósito comunicativo deve-se ao fato de que a literatura da área de Jornalismo havia destacado essa informação como fundamental em resenhas de não-ficção (cf. BOND, 1962). Os resultados obtidos na análise nos permite enunciar as seguintes assertivas:

- O propósito comunicativo de “apresentar o autor” também se materializou em algumas

resenhas como um propósito predominante (ver texto RE040805 no Anexo 1). A prevalência de um propósito comunicativo que não seja “avaliar a obra” ou “avaliar o autor” pode produzir resenhas não-acadêmicas mais informativas e menos avaliativas;

- As informações sobre o autor da obra resenhada são comuns em resenhas acadêmicas e não-acadêmicas, revelando, assim, que a apreciação da obra não prescinde de informações sobre quem a produziu. Contudo, esta informação apresentou uma maior frequência de realização na comunidade não-acadêmica;
- A análise textual apresentou convergências com as respostas dos resenhistas, indicando, portanto, que não há contradição entre o que é esperado pelos leitores e o que é produzido pelos resenhistas.

#### 4.3.3 O propósito comunicativo de “descrever a obra”

“Descrever a obra” é um propósito comunicativo comum tanto no contexto acadêmico quanto no contexto jornalístico. A frequência de realização desse propósito comunicativo nas resenhas não-acadêmicas variou entre uma realização nula até 23 (vinte e três) realizações<sup>202</sup>. A diferença na realização desse propósito na comunidade acadêmica e jornalística está no número de movimentos retóricos que o materializam. Para a resenha acadêmica, Motta-Roth (1995) descreve apenas 03 passos<sup>203</sup>, já nas resenhas não-acadêmicas foram identificados 06 (seis) movimentos retóricos, a saber: *sintetizar o conteúdo da obra, descrever pontos específicos da obra, citar a obra, descrever o conteúdo dos gêneros introdutórios e/ou do material extratextual, caracterizar o gênero que constitui a obra e descrever/explicar a metodologia utilizada pelo organizador ou autor na feitura da obra.*

Desses 06 (seis) movimentos retóricos, 03 (três) foram denominados raros e 02 (dois) frequentes 01 (um) muito frequente. Os raros são: *descrever o conteúdo dos gêneros introdutórios e /ou do material extratextual, caracterizar o gênero que constitui a obra e descrever/explicar a metodologia utilizada pelo organizador ou autor na feitura da obra.* Os frequentes são: *sintetizar o conteúdo da obra e citar a obra.* O muito frequente é *descrever pontos específicos da obra.* A tabela 06 apresenta as frequências e médias dos movimentos retóricos do propósito comunicativo “descrever a obra”.

---

<sup>202</sup> Ver tabela 03 no Apêndice 1.

<sup>203</sup> Segundo Motta-Roth (1995), a descrição do livro pode se realizar a partir dos seguintes passos: *delineando a organização geral do livro, definindo o tópico de cada capítulo e citando material extra-texto.*

Tabela 06: Frequências e médias dos movimentos retóricos do propósito comunicativo “descrever a obra”.

MOVIMENTOS RETÓRICOS	Aparece		Medidas		
	N	%	Média	Desvio	
Sintetizar o conteúdo da obra	N	65	29	0,55	1,00
	%	69,1	<b>30,90</b>		
Descrever pontos específicos da obra	N	21	73	2,65	2,73
	%	22,3	<b>77,70</b>		
Descrever <i>ipsis litteris</i> a obra	N	49	45	1,27	1,89
	%	52,1	<b>47,90</b>		
Descrever o conteúdo dos gêneros introdutórios e/ou do material extratextual	N	82	12	0,23	0,84
	%	87,2	<b>12,80</b>		
Caracterizar o gênero que constitui a obra	N	92	2	0,04	0,32
	%	97,9	<b>2,10</b>		
Descrever/explicar a metodologia utilizada pelo organizador ou autor na feitura da obra	N	88	6	0,09	0,34
	%	93,6	6,40		

O propósito comunicativo “descrever a obra” é ratificado pelo IE11 e pelo I05, professor que leciona o conteúdo resenha em uma de suas disciplinas. As declarações 44 e 45 ilustram essa afirmação.

(44) **Informar ao leitores o conteúdo do livro, seu contexto e a linha intelectual do autor. Também provocá-lo a ler o livro ou debater o seu conteúdo.** (IE11) (Grifo nosso)

(45) **A descrição e a crítica sobre a obra.** (I05) (Grifo nosso)

O movimento retórico denominado *descrever pontos específicos da obra* foi categorizado como sendo muito freqüente por apresentar uma freqüência de realização de 77,70%. Nesse movimento retórico, ao invés de sintetizar todo o conteúdo da obra, o resenhista descreve alguns pontos específicos da obra, tais como: a descrição dos personagens, um acontecimento do enredo, argumentos defendidos pelo autor, dentre outros. Na resenha OP251008, o produtor descreve os protagonistas dos contos do escritor Ingo Schulz, conforme está ilustrado no trecho 31.

EXCERTO 31

Seus protagonistas são homens maduros, na maioria das vezes casados, com filhos. Não raro, eles são escritores em viagem pela Alemanha ou pelo leste europeu para proferir conferências sobre literatura. (OP251008)

Já na resenha DN311206, o produtor apresenta aos leitores o início do livro, como ilustra o trecho 32.

EXCERTO 32

O romance parte de um prólogo: desolado, o agroprodutor Araújo depara a seca que corrói sua plantação. Seu capataz, Celso, distraído, assusta-se ao contemplar a paisagem. Surge, depois, um corpo de mulher - o que os deixa com a voz engasgada. (DN311206)

Muitas vezes, o resenhista descreve cada uma das partes que contém a obra, se a obra é constituída de contos, crônicas, ou, ensaios, por exemplo. No trecho 33 da resenha

DN240906 temos uma ilustração dessa afirmação, nele é descrito cada um dos ensaios do livro (Oito visões da América Latina).

EXCERTO 33

Carlos Altamirano, em 'A América Latina no espelho argentino', concentra-se no caso específico da Argentina, cujo sentimento da primazia se alimentava da crença de que a transformação demográfica e étnica, fruto da imigração européia, 'havia purificado a raça, ou seja, a havia tornado mais branca e, por isso, mais apta ao progresso e à civilização'. (p. 156)

Almir Sader, em 'Encontros e desencontros', investiga por que, no Brasil, não se tem a visão da América Latina como um todo, mas, sim, a de que há países isolados, como a Argentina, o México, bem como por que nossa identidade não se reconhece latino-americana: 'Latino-americanos são os 'outros', quase 'é a mãe', numa recente transmissão de jogo pela televisão'. (p. 177)

Fernando Heredia, em 'Nossa América e a águia temível', traz-nos, em contrapartida, uma visão cubana da América Latina: Cuba, um país 'que é insólito e ao mesmo tempo muito familiar'. (p. 191) (DN240906)

Esse movimento retórico também pode funcionar dentro do texto a serviço de outro movimento retórico. Na resenha GP010608, o produtor avalia o enredo e os personagens e em seguida descreve alguns desses enredos e personagens. Nesse caso, a descrição de pontos específicos está funcionando como uma exemplificação de outro movimento retórico, conforme exemplificado no trecho 34.

EXCERTO 34

Bolaño elaborou enredos fortes para mostrar os seus personagens tristes. Há o filho de uma atriz pornô que visita o ator que contracenava com a sua mãe e que, no tempo presente, tornou-se garçom de um bar periférico e decadente. Há o "rei" da alta costura internacional que aluga corpos recém-chegados ao IML para passar a madrugada acompanhado. Há o pai que convida o filho para uma temporada de férias em bordéis. Há o escritor latino a vagar pelo continente europeu em busca sabe-se lá do quê. (GP010608)

O movimento retórico *descrever pontos específicos da obra* assemelha-se ao passo *definindo o tópico de cada capítulo* das resenhas acadêmicas. Em ambas as comunidades (jornalística e acadêmica), essa informação obteve um alto percentual de realização.

O propósito comunicativo *descrever a obra* pode ser ainda realizado pelo movimento retórico *citar a obra*. Consideramos essa informação como típica das resenhas não-acadêmicas, pois são muitas as transcrições de trechos da obra nas resenhas. Através desse movimento, os leitores podem "saborear" o livro, conforme propõe a literatura de Jornalismo e é confirmada pelo IE03 e pelo IE15 nas declarações 46 e 47.

(46) *Essenciais: enredo, narração, tema, citações e diferencial do livro*  
*Acessórias: nomes dos personagens, informações sobre o autor e próximos projetos do autor.* (IE03) (Grifo nosso)

(47) *Geralmente trechos que considero elucidativos sobre a intenção do autor ao escrever aquela obra.* (IE15) (Grifo nosso)

Assim como o movimento retórico *descrever pontos específicos da obra* pode

estar a serviço de outros movimentos retóricos, *citar a obra* também desempenha essa função. Ou seja, o resenhista faz uma afirmação e em seguida ilustra com segmentos da obra. No trecho 35 da resenha GP301108, a descrição literal da obra serve para ilustrar a origem do protagonista.

EXCERTO 35

Balram veio da escuridão em que vivem os muito miseráveis sem instrução, saúde e transcendência zero. Ioga, para esses despossuídos, limita-se a contemplar horas e horas de televisão e conteúdos insossos que não viabilizam o pensamento. “Os pobres passam a vida toda sonhando em ter o que comer e ficar parecendo os ricos.” (GP301108)

O fato de *citar a obra* se constituir um movimento a serviço de outros pode levar os resenhistas a entremear a síntese da obra com passagens de citação. O trecho 36 ilustra nossa afirmação.

EXCERTO 36

Havia sido assim desde o primeiro encontro em 1947 quando um rapaz, judeu austríaco, vê pela primeira vez, em Paris, uma moça inglesa inteligente, bela e bem humorada. "Quando nossos olhos se cruzaram, eu pensei: 'Não tenho nenhuma chance com ela'". Um mês depois a encontrou, por acaso, na rua, correu para alcançá-la e a convidou para dançar. "Você simplesmente disse sim, why not". (OP150308)

Pode ocorrer também uma “mistura” da fala do resenhista com a fala do autor, contudo há uma clara distinção entre as duas falas, pois as palavras do autor são colocadas entre aspas. Provavelmente, esse recurso lingüístico indique que as próprias palavras do autor são a melhor opção na expressão das idéias do resenhista. O trecho 37 da resenha DC271007 exemplifica essa opção.

EXCERTO 37

Em seguida, nos poemas da terceira parte, O Preço, a autora investiga a perda (do amor, da poesia), quando mesmo “navegar é difícil” e está “tudo off”. Denuncia os “mercadores de linguagens” e abre, a contragosto, espaço para um “intervalo comercial” onde a primeira ordem já diz tudo: “Ama depressa”. Mais à frente, afirma saber que morrerá de suas palavras, “mas sinceramente / ainda não estou / preparado”. Em Juros sobre a dívida, quarto seguimento do livro, a poeta prossegue atestando a suposta e apregoadada inutilidade da poesia e, por decorrência, da própria humanidade, tida como “uma espécie mal catalogada / e proibida de fraternidade”. O homem, esse “ser não ser”, não teria mais alma para a poesia, uma vez que “os ouvidos adestrados / não ouvem outras frequências” (isso já em um poema da quinta parte, Imobilidade). Ela entende que falta “ainda um sopro / nessas criaturas grafadas”. (DC271007)

Enfim, *citar a obra* é um movimento retórico típico das resenhas publicadas em jornais e revistas brasileiras, diferente das resenhas produzidas no contexto acadêmico em que esse tipo de informação é praticamente ausente. Na análise de resenhas publicadas em revistas brasileiras, Carvalho (2006) já havia identificado a presença da “voz do escritor” na resenha, aspecto que converge com a presente pesquisa. Contudo, apenas divergimos na denominação fornecida pela autora para esta informação - *reportagem*. A nosso ver, essa categorização pode gerar mal entendidos haja vista se reportar à nomeação de um dado gênero da



comunidade jornalística. Dessa forma, optamos por designar essa informação como *citar a obra*.

O movimento retórico *sintetizar o conteúdo da obra* foi apontado por um dos resenhistas como uma informação fundamental em resenhas não-acadêmicas. A declaração 48 do IE11 ilustra essa afirmação.

(48) **O resumo do conteúdo do livro é essencial. Não acho que existem informações acessórias em resenhas de 80 linhas.** (IE11) (Grifo nosso)

Nesse movimento retórico, o resenhista apresenta os pontos principais da obra, seja resumindo o enredo da obra, seja apresentando as idéias essenciais do livro. Na resenha OP100508, o produtor faz uma síntese do enredo da obra, conforme ilustrado no trecho 38.

EXCERTO 38

Laura e Otávio de um lado - da história e do Atlântico. Javier, Ulrike e Camilla do outro. Entre ambos, enredo e oceano, Javier. Presa a ele, Camilla e Ulrike. Laura ata-se a Otávio, a Júlio e, por fim, a Javier - o mesmo que, na Alemanha de Ulrike, abandonou a tese de doutorado e passou a viver franciscanamente? Entre vultos, Otávio pretende tão-só psicanalizar. É o que faz. Ele não prevê jogos de sedução - se prevê, é sinal de que joga tão bem quanto Laura, que está ali apenas porque Júlio, casado há vinte anos, exigiu que ela passasse por análise. Não se sabe exatamente o porquê da recomendação do homem ausente, cujas visitas ao apartamento bem-decorado da mulher que vive às suas expensas não se acompanha. A amante obedeceu. Todas as terças-feiras, ela frequenta o divã de Otávio, o homem mais lindo, charmoso e irresistível que se possa imaginar. (OP100508)

O produtor pode dar pistas lingüísticas que identificam o movimento retórico, como é o caso do trecho 39 da resenha ESP180207.

EXCERTO 39

[...] vivendo no interior da África, mais precisamente no Senegal, em uma tribo pequena e muito patriarcal, uma menina, ainda sem ter completado a primeira década de vida, tem os órgãos sexuais extirpados, para assim aumentar suas chances de casar e, ao mesmo tempo, perpetuar uma tradição a que sua mãe, sua avó e todos os seus antepassados se submeteram sem perguntar a razão. Adolescente, Khady se vê forçada a casar com um parente distante que vive em Paris e se muda para a Europa, onde tem filhos, se educa, toma noção da barbárie a que foi submetida e se revolta contra o machismo que até ali tomara conta de sua vida. **Esse é o enredo do livro**, muito comum até hoje. (ESP180207) (Grifo nosso)

Contudo, a descrição do enredo não pode ultrapassar certas fronteiras, como esclarece o resenhista na declaração 49. Essa opinião é corroborada com a literatura da área de Jornalismo que afirma que “só os maus comentaristas dão um resumo do enredo” (BOND, 1962, p. 252).

(49) **Acredito que pensar o livro tem um limite: quero deixar sempre algo aberto. Não me agrada estragar o enredo do livro. Gosto de resumir alguns aspectos do livro, mas nunca o enredo completamente.** (IE10)

Já o movimento retórico *descrever o conteúdo dos gêneros introdutórios e/ou do material extratual* foi considerado uma informação rara nas resenhas acadêmicas. Esse movimento retórico tem por função descrever o conteúdo dos gêneros introdutórios ou de materiais como anexos, apêndices, glossários, enfim, textos que não fazem parte do texto

principal. Consideramos como gêneros introdutórios “os gêneros textuais que, [...], usualmente se agregam ao gênero ou gêneros principais como uma leitura prévia, em termos de orientação, síntese ou convite à leitura da obra em si” (BEZERRA, 2006, p. 80).

Na resenha OP131208, o produtor faz uma citação direta do posfácio, como ilustrado no trecho 40.

EXCERTO 40

“Depois de uma luta de anos pela afirmação de uma germanidade superior, amparada em larga medida pelo domínio da ciência e da técnica, ele (Jünger) via finalmente ruírem suas expectativas em torno do surgimento de uma sociedade de super-homens, ajustados pelo convívio perfeito na terra prometida de uma Alemanha unida e insofreadável. Na ditadura real, vivia sob a égide das SS e da Gestapo, só se podia ver o embrutecimento da juventude, os ritos bárbaros de iniciação à cegueira que sancionava o extermínio, a banalização cultural que repugnava ao olhar de quem mantivesse um espírito lúcido”, escreve o tradutor Tercio Redondo em seu posfácio. (OP131208)

No trecho 41 da resenha RE050207, o produtor descreve o material extratextual que contém o livro.

EXCERTO 41

O livro contém dois glossários (um escritos por Hemingway e outro pelo autor do prefácio) que explicam termos comuns nas arenas. (RE050207)

Essa informação também aparece nas resenhas acadêmicas, a diferença está na frequência de realização, na comunidade jornalística essa informação é considerada rara, já na comunidade acadêmica aparece com uma frequência de realização de 38,33% (MOTTA-ROTH, 1995).

Também se caracterizando como uma informação rara está o movimento retórico *descrever/explicar a metodologia utilizada pelo organizador ou autor na feitura do livro*. Nesse movimento, não há uma avaliação do percurso seguido pelo autor ou organizador, apenas a apresentação da metodologia na produção da obra. No trecho 42 da resenha RE201205, o produtor informa ao leitor o tempo e o tipo de ofício realizado pela autora no trabalho de organização da coletânea.

EXCERTO 42

*Ensaio Reunidos: 1946-1971 - Volume II*, do crítico Otto Maria Carpeaux (1900-1978), chega às livrarias depois de dois anos de trabalho de restauração e organização da jornalista Christine Ajuz. (RE201205)

Por fim, o propósito comunicativo “descrever a obra” ainda pode ser realizado pelo movimento retórico *caracterizar o gênero que constitui a obra*. Sua frequência de realização é de apenas 2,10%. Decidimos por alocar essa informação no propósito comunicativo *descrever a obra* porque consideramos que a explicitação do gênero é uma forma de descrever o livro resenhado. No trecho 43 da resenha DN220407, o produtor caracteriza o gênero crônica, haja vista o livro resenhado ser de crônicas.

#### EXCERTO 43

O ensaísta Massaud Moisés, no 'Dicionário de termos literários', (São Paulo: Cultrix, 1974, p. 131-133) exprime, em síntese, as várias acepções do vocábulo 'crônica' ao longo dos tempos. No início da era cristã, designava uma relação de acontecimentos, cronologicamente ordenados, simplesmente registrados, sem o aprofundamento das causas, tampouco interpretados. A partir do século XIX, passou a rubricar textos que só longinquamente se vinculavam à forma primitiva de crônica, ostentando estrita personalidade literária.

A crônica, em sua feição moderna, via de regra publicada em jornais ou revistas, concentra-se num acontecimento diário que tenha chamado a atenção do escritor, em introspecções ou em motivos encomiásticos etc. É uma expressão literária híbrida: pode assumir a forma de alegoria, necrológio, entrevista, confissão, diálogo etc, bem como girar em torno de personagens fictícias ou reais.

O território da crônica estabelece uma fronteira entre a poesia e conto, uma vez que um fato do cotidiano faz emergir a subjetividade do sujeito na escrita, dando vazão a seu discurso poético ao mesmo tempo em que liberta o contador de histórias que, nele, antes, estava adormecido. (DN220407)

Como pôde ser observado nos excertos dos textos selecionados, vários aspectos podem ser descritos nas resenhas não-acadêmicas. Para os resenhistas “tudo” pode ser descrito, desde a capa do livro até seu conteúdo. As declarações dos informantes especialistas confirmam esta assertiva.

(50) *Depende do livro. Situações, personagens, problematizações propostas pela obra. Tudo é passível de descrição.* (IE04) (Grifo nosso)

(51) **Tudo.** *Depende do livro. Do enredo aos personagens. Da linguagem à capa. Da editora à trajetória do autor. Depende do autor e do livro. E, sobretudo, do momento em que estou escrevendo a resenha.* (IE08) (Grifo nosso)

(52) **Todos os (aspectos) que parecem pertinentes.** *Numa edição bem-feita, como a que a Zahar acabou de lançar de “O Conde de Monte Cristo”, até a caixa em que os dois volumes são vendidos merece um comentário. De resto, é sempre importante contextualizar o romance, falando da época em que foi publicado pela primeira vez – quando é o caso –, ou falando sobre o autor e suas outras obras.* (IE07) (Grifo nosso)

A análise do propósito comunicativo “descrever a obra” nos levou a identificar 06 (seis) movimentos retóricos, sendo apenas 03 (três) significativos que são *descrever pontos específicos da obra, citar a obra e sintetizar o conteúdo da obra*. Esses resultados nos permite elaborar as seguintes afirmações:

- O propósito comunicativo “descrever a obra” também se materializa em resenhas acadêmicas. Isso indica que a apreciação da obra não prescinde da descrição;
- A materialização desse propósito apresentou pontos de convergência e de divergência se compararmos as resenhas acadêmicas com as resenhas não-acadêmicas. Como pontos de convergência poderíamos aproximar a informação *dar uma visão geral da organização do livro* que se realiza no contexto acadêmico com a informação *sintetizar o conteúdo da obra* que se realiza no contexto jornalístico, como também a informação *citar material extratextual*, passo que se materializa na resenha acadêmica, com a informação *descrever o conteúdo dos gêneros introdutórios e/ou material extra-textual*, movimento que se realiza na resenha não-acadêmica. Como ponto de divergência a resenha não-acadêmica

apresentou um movimento retórico bastante específico que foi *citar a obra*. Essa informação é referendada na literatura da área de Jornalismo e se materializou com bastante recorrência na análise textual;

- Especificamente, em relação ao movimento retórico *citar a obra* acreditamos que esta informação realize a estratégia discursiva de captar o leitor;
- Algumas resenhas (ver o texto OP150308 no Anexo 01) materializaram o propósito comunicativo “descrever a obra” com predominância, conseqüentemente, os textos se caracterizaram por serem mais informativos que avaliativos.

#### 4.3.4 O propósito comunicativo de “avaliar a obra”

Como foi explicitado no capítulo que tratou dos aspectos metodológicos, o critério principal para a seleção do *corpus* de resenhas foi a presença da avaliação, seja do autor ou da obra. O propósito comunicativo de “avaliar a obra” foi o que apresentou o maior percentual de frequência média de realização nas resenhas (6,05), podendo aparecer de 01 (uma) vez até 21 (vinte e uma) vezes nos textos analisados<sup>204</sup>. Esse propósito pode se materializar a partir de 08 (oito) movimentos retóricos que, por sua vez, foram categorizados em raros que são *diferenciar (ou não) a obra dentro de uma categoria, sugerir outros formatos para a obra e avaliar material extra-textual da obra*; em eventuais que são *comentar sobre a (provável) repercussão da obra e indicar a função/objetivo/valor da obra*; em freqüente que é *indicar as impressões/sensações/emoções que o livro provocou(provocará)*; e muito freqüentes que são *avaliar/analisar pontos específicos da obra e avaliar a obra como um todo*. A tabela 07 ilustra as freqüências e médias de cada um dos movimentos retóricos.

Tabela 07: Freqüências e médias dos movimentos retóricos do propósito comunicativo “avaliar a obra”.

MOVIMENTOS RETÓRICOS		Aparece		Medidas	
		Não	Sim	Média	Desvio
Diferenciar (ou não) a obra dentro de uma categoria	N	84	10	0,13	0,39
	%	89,4	<b>10,60</b>		
Comentar sobre a (provável) repercussão da obra	N	71	23	0,37	0,77
	%	75,5	<b>24,50</b>		
Avaliar/analisar pontos específicos da obra	N	6	88	3,26	2,55
	%	6,4	<b>93,60</b>		
Avaliar a obra como um todo	N	25	69	1,59	1,61
	%	26,6	<b>73,40</b>		
Indicar as impressões/sensações/emoções que o livro provocou (provocará)	N	65	29	0,43	0,75
	%	69,1	<b>30,90</b>		

<sup>204</sup> Ver tabela 04 do Apêndice 1.

Sugerir outros formatos para a obra	N	92	2	0,03	0,23
	%	97,9	<b>2,10</b>		
Indicar a função/objetivo/valor da obra	N	77	17	0,23	0,53
	%	81,9	<b>18,10</b>		
Avaliar material extra-textual da obra	N	92	2	0,02	0,14
	%	97,9	<b>2,10</b>		

O propósito “avaliar a obra” foi identificado pelos informantes como uma informação fundamental em resenhas não-acadêmicas. Destacamos a declaração do IE04 que está descrita abaixo.

(53) *Apreciar a obra, analisá-la, pensar o texto e suas articulações, o contexto, pesar cada escolha feita pelo autor. Mas, nem sempre é possível dar conta de tantas variáveis no espaço da resenha.* (IE04) (Grifo nosso)

Como foi apresentado anteriormente, são vários os movimentos retóricos que realizam esse propósito comunicativo. Um deles é *diferenciar (ou não) a obra dentro de uma categoria*. Nesse movimento retórico, o resenhista insere a obra em um conjunto de obras. No trecho 44 da resenha DC200807 e no trecho 45 da resenha CP080907b, temos exemplos dessa informação.

EXCERTO 44

Voltando ao livro, observa-se que ele suplanta em muito a mera “cultura interneteira” cotidiana sobre cinema. (DC200807)

EXCERTO 45

As memórias desse adolescente e de sua família muito louca são bem mais do que uma simples autobiografia. Trata-se de uma comédia de costumes [...] (CP080907b)

Nesses exemplos, as obras analisadas têm um diferencial em relação às outras. Contudo, o resenhista pode simplesmente afirmar que o livro é apenas mais um no conjunto de obras. No trecho 46 do texto RV290807, o produtor afirma que a obra analisada tem a mesma essência das outras.

EXCERTO 46

Não é o primeiro resumo do gênero a aparecer no mercado – outros autores já apresentaram suas condensações da arte, da literatura, da filosofia (*veja quadro na página ao lado*). Diferentes no estilo, no formato e até na tendência política, esses livros têm em comum um certo catastrofismo. (RV290807)

A tentativa de diferenciar a obra analisada pode levar o resenhista a não inseri-la em nenhuma categoria. O que aparentemente pode parecer negativo é uma avaliação positiva, se considerarmos o todo da resenha. O trecho 47 da resenha DC300607 ilustra essa afirmação

EXCERTO 47

Sua literatura está num vão, talvez num abismo, entre o que entendemos por “prosa” e “poesia”. Não que esteja num limbo, ou perdida.

Não.

Wesley Peres vem nos provar, em cada cômodo desta Casa entre Vértebras, que há inferno suficiente em sua literatura inclassificável para sustentar todo um universo. (DC300607)

O movimento retórico *comentar sobre a (provável) repercussão da obra* tem o objetivo de informar aos leitores sobre a aceitação do livro perante o público. Geralmente, o resenhista apresenta índices de vendagem da obra. Esse movimento retórico não poderia ser alocado no propósito comunicativo de apresentar a obra, pois percebemos que essas informações trazem em seu bojo aspectos avaliativos. A informação sobre os aspectos de mercado da obra foi mencionada por um dos resenhistas quando inquirido sobre o que ele costumava avaliar em suas resenhas. A declaração 54 ilustra essa afirmação.

(54) *Eu tenho em mente que a experiência estética e o relacionamento da obra em aspectos mercadológicos, sua contextualização no momento presente etc são boas formas de abordagens* (IE14) (Grifo nosso)

No trecho 48 do texto OP150308, a resenhista nos fornece uma informação dessa natureza.

EXCERTO 48

Vendeu 100 mil exemplares na primeira semana após o lançamento. (OP150308)

O fato de o livro ter vendido essa quantidade em apenas uma semana é uma avaliação de que a obra foi um sucesso de público. No trecho 49 do texto RIE080807, o resenhista informa aos leitores a repercussão da obra, ou seja, ela vai ser transformada em obra cinematográfica.

EXCERTO 49

Não à toa, seus direitos de filmagem já foram comprados por Scott Rudin (produtor de *A rainha*, entre outros) e o filme baseado na obra já está previsto para 2009. (RIE080807)

O movimento retórico *avaliar/analisar pontos específicos da obra* obteve uma frequência de realização de 93,60%, sendo, portanto, considerado uma informação que tem aparecimento muito freqüente nas resenhas não-acadêmicas. Antes de explicar e exemplificar o movimento, é necessário esclarecer porque ele junta ações retóricas, que poderiam ser classificadas como distintas. No início da análise textual, agrupamos em dois conjuntos as informações referentes à análise da obra e as informações referentes à avaliação da obra, contudo optamos por reunir ambas em um mesmo movimento porque consideramos que tanto a análise quanto a avaliação encerravam um traço semântico comum, a saber: proceder a uma apreciação da obra.

A diferença do tipo de apreciação era que ela poderia ser mais ou menos técnica, a depender do resenhista e de sua formação acadêmica. Essa afirmação é decorrente do fato de que constatamos, através das entrevistas, que alguns resenhistas, talvez por necessidade do ofício (Jornalismo Cultural), tinham formação acadêmica em Literatura. Conseqüentemente,

algumas avaliações gravitavam em torno de aspectos mais específicos da obra, tais como: o ponto de vista narrativo, o uso estilístico de algumas expressões, os recursos lingüísticos utilizados, dentre outros. Informações como as destacadas nos trechos 50, 51 e 52, ilustram casos de análise da obra.

#### EXCERTO 50

O ponto de vista é interno, ou seja, a trama é narrada em primeira pessoa, mas há, também, uma variação de ponto de vista, quando da entrada de personagens que encerram uma outra versão dos fatos: 'Maria Luiza acha que os versos aos olhos verdes não foram escritos para mim, porque meus olhos não são verdes, e que Antonio jamais se apaixonaria por mim...' (p. 17) ou 'Natalícia dizia que nem todas as primas eram capazes de ser dignas esposas porque não eram educadas na religião...' (p. 72) (DN020907)

#### EXCERTO 51

A narrativa é enriquecida pelo jogo intertextual; assim, os versos de Gonçalves Dias tanto podem vir por inteiro, destacados pela fonte itálica, como entranhados no discurso de Feliciano. (DN020907)

#### EXCERTO 52

O verso branco (sem rima) que Marlowe consolidou na dramaturgia inglesa – e que Shakespeare expandira em sua obra monumental – é vertido em decassílabos, nem sempre com a fluidez do original. (RV240107)

Embora alguns resenhistas utilizem termos especializados na avaliação da obra, é possível observarmos que esses termos podem vir “traduzidos” como nos excertos (50) e (52) que explica para o leitor o que seja “ponto de vista interno” e “verso branco” ou podem vir exemplificados como no excerto (51). Consideramos que essa postura dos produtores está intimamente relacionada com a audiência imaginada. Sobre essa questão, o IE13 se posicionou ao ser inquirido sobre o tipo de linguagem que utiliza nas suas resenhas.

(55) *Embora tenha um certo domínio do vocabulário da teoria literária – fiz um mestrado na área –, evito o jargão, pois não escrevo para especialistas.* (IE13)

Dados esses esclarecimentos, vários aspectos podem ser avaliados na obra. As declarações 56 a 59 ilustram essa afirmação.

(56) *A estrutura. **Como é narrado?** Há vários narradores? Por quê? A estrutura é condizente com a narrativa, com o enredo, isto é, ela tem razão de ser?* (IE01) (Grifo nosso)

(57) *Vários ligados à forma e ao conteúdo. Do texto à capa, passando pelo papel, a qualidade de impressão e da tradução.* (IE07) (Grifo nosso)

(58) *O valor do tema, a originalidade na forma de abordá-lo e a importância que ele pode ter para o leitor em geral. Em alguns casos, a apresentação da edição e a qualidade da tradução.* (IE09) (Grifo nosso)

(59) *Depende do livro. Cada obra se insere em uma tradição particular, e deve ser avaliado à luz dessa tradição. Para aquela leitura de beira de piscina de que falei no item anterior, basta avaliar o seguinte: pode entreter, envolver, divertir o leitor? **Outras outras exigirão uma análise mais aprofundada, para entender como elas respondem a obras anteriores.*** (IE13) (Grifo nosso)

Os trechos abaixo exemplificam alguns desses aspectos que foram identificados pelos resenhistas. No excerto (53), é avaliado “como é narrado” o romance, corroborando

com a fala do IE01; no excerto (54), é avaliada a “forma e o conteúdo” dos textos resenhados, confirmando o que disse o IE07; no excerto (55), é avaliado o “valor do tema”, ilustrando o que afirmou o IE09; e no excerto (56), é avaliado um personagem do livro à luz de outras versões da obra, comprovando a fala do IE13.

#### EXCERTO 53

O que temos, então, é uma história contada com agilidade, pautada em capítulos curtos e elipses, fragmentada, [...] (DC070707)

#### EXCERTO 54

Por tratar de temas atuais e tirar do noticiário algumas de suas idéias, seus textos podem – mas não devem – ser tomados por ensaios. (GP231207)

#### EXCERTO 55

Wells, é verdade, está mais preocupado com o destino humano do que com o dos outros seres vivos, mas o livro não deixa de apresentar passagens notáveis nas quais ele fala de como os animais devem se sentir atemorizados e impotentes diante do jugo do homem. Ele chega a dizer, pela boca do filósofo, que toda essa catástrofe deveria - ao menos - nos ensinar a ter compaixão pelos outros seres vivos. (ESP110307)

#### EXCERTO 56

O Mefistófeles de Marlowe vai bem mais longe: “O inferno é sem limites. Circunscrito/ Não está a um lugar, pois, onde estamos, / Inferno é, e sempre aí estaremos”. (RV240107)

A avaliação da obra pode apresentar-se de forma moderada, ou seja, o resenhista posiciona-se em relação à obra, mas modaliza sua apreciação. O uso do termo “parece” e da interrogação garantem essa percepção. No trecho 57 da resenha OP100508 ilustra essa afirmação.

#### EXCERTO 57

Toda terça **parece** querer dizer: eles não sabem para onde vão. Nem se vão. Hesitam a todo instante, irresolutos. Mas não apenas isso. Em suas duas partes, o livro encerra: **isso é necessariamente algo ruim?** (OP100508) (Grifo nosso)

Ou a avaliação pode apresentar-se de forma bastante enfática como é o caso da resenha OP010308 em que o produtor afirma “Pode-se afiançar tal hipótese com segurança”. Não há incertezas no que se refere à apreciação do produtor.

#### EXCERTO 58

Explica-se: a linguagem, simplíssima, tem o costume de ir enganando aos poucos. Faz-se morta, mas logo agarra e não solta até que se chegue ao fim da leitura. O custo, porém, é sempre inferior ao prazer. Os temas dos quatorze textos que compõem o livro, da mesma forma. São um recorrente convite ao assombro. **Pode-se afiançar tal hipótese com segurança.** É ele- esse imprevisto desconforto - que preside boa parte das leituras. Caso da primeira, Ma-Hôre. (OP010308)

A avaliação de pontos específicos também pode enfocar as lacunas que o livro não preenche como é o caso do trecho 59 da resenha RV250407.

#### EXCERTO 59

É uma lástima que *O Mundo em Uma Frase* não conte com um índice onomástico para facilitar a localização dessas preciosidades. (RV250407)



*Avaliar/analisar pontos específicos da obra* é um movimento retórico recorrente nas resenhas publicadas nos jornais e revistas brasileiras, aspecto que se assemelha às resenhas produzidas no campo acadêmico<sup>205</sup>. Já o movimento retórico *avaliar a obra como um todo*, ao contrário do anterior, aprecia a obra de uma forma global, sem se deter em elementos específicos. Assim, o resenhista pode utilizar diferentes estratégias textuais para expressar sua apreciação: ou de forma sintética, como no excerto (60), ou de forma enfática, como no excerto (61), ou de forma metafórica como no excerto (62), dentre tantas outras possibilidades.

EXCERTO 60

Numa palavra: indispensável! (DC140707)

EXCERTO 61

É futurista, é fantástico, é social, é regional, é medonho. Finamente medonho. (OP100508)

EXCERTO 62

Num mundo tão fascinado pelo novo, reencontrar o passado, pois toda uma época foi reconstruída, é, sobretudo, um alimento. (DN030606)

Uma das estratégias de avaliação utilizadas pelos resenhistas é o uso de termos e expressões negativos seguidos do uso de termos positivos. O trecho 63 da resenha DC070707 e o trecho 64 da resenha ESP060507 ilustram a afirmação.

EXCERTO 63

Não é uma obra-prima. Não vai mudar a joça da sua vida (mas nada vai mudar a joça da sua vida). Em algum momento, pode ser que você olhe para a sua estante e pense: “Mas por que estou lendo esse troço e não aquele Kafka ali?”. Mas, apesar disso, Anjos do sagrado coração (ed. Record, R\$ 38,00) se permite ler e, dependendo da idade que você tiver, pode significar muita coisa. (DC070707)

EXCERTO 64

Nostromo é um livro datado: suas personagens não existem mais no cotidiano, os conflitos políticos que descreve foram substituídos, a estrutura narrativa a que pertence desconstruída, e a América Latina vai além dos lugares-comuns que professa. É datado, e criticável: [...]

O tempo está contra Nostromo; as vanguardas estão contra Nostromo; a complexidade da economia global nega Nostromo; o fim do terceiro-mundismo supera Nostromo. Porém, uma leitura menos cínica do livro tem crescente impacto. Num primeiro momento, parece que todas as críticas procedem: as personagens são caricatas; as descrições da natureza são antiquadas; a geografia construída irreal; a retórica muitas vezes imprecisa, e incômoda - tudo parece confirmar os vaticínios. No entanto, as respostas fáceis tornam-se, gradualmente, insatisfatórias; e, aos poucos, justo pela teatralidade de sua ação, a artificialidade de seu espaço geográfico, o esquematismo de seu pensamento político, a imprecisão constante das personagens, Nostromo assalta as certezas do leitor metamorfoseando-se num ensaio narrativo instigante sobre o funcionamento problemático do idealismo no centro nervoso da máquina política que rege a sociedade - uma metáfora, em carne viva, da intromissão do acaso e da passionalidade na fria construção progressista por trás de qualquer plataforma política liberal. O que era datado se torna pertinente; o pertinente, inquietante; o inquietante, inquisidor; e o inquisidor, matéria-prima de um clássico verdadeiro, e agora então, inegável. (ESP060507)

---

<sup>205</sup> Segundo Motta-Roth (1995, p. 185), “since evaluation is the defining feature of the genre, it would be fair to expect an incidence of 100%. In fact, this third move was present in 55 of the 60 BRs (91,67%) but this lack of a typical element in the genre may be explained by the fact Move 4 also provides evaluation and is present in every text where Move 3 is missing.

No excerto (63), a obra chega a ser recategorizada<sup>206</sup> como “esse troço” em comparação às obras primas de Kafka, para em seguida o resenhista mudar a direção argumentativa de sua avaliação quando afirma que o livro pode se constituir em uma obra significativa, de valor. No excerto (64), o resenhista apresenta todos os defeitos do livro, que são: “datado”, “irreal”, “antiquado”, “impreciso” e esses mesmos defeitos se transformam em qualidades. O fato de colocar em primeiro lugar o foco nos aspectos negativos da obra é uma estratégia argumentativa de suplantá-los com argumentos mais poderosos, os positivos.

Observamos também que a avaliação da obra pode ser feita não apenas a partir da voz do próprio resenhista, mas também através da voz de outros sujeitos enunciativos, como se vê nos trechos 65, 66 e 67.

#### EXCERTO 65

Houve algo semelhante com *Homem em Queda*. Embora tenha, enfim, encarado o desafio de escrever sobre o 11 de Setembro, desta vez reclamaram que ele não disse grande coisa. Isso aconteceu em parte da imprensa norte-americana, mas não faltaram resenhas defendendo a qualidade do livro. (GP211007)

#### EXCERTO 66

Para Dinah, o livro, prestes a completar 30 anos, envelheceu “com força” sobretudo por refletir as inquietações estéticas do movimento de vanguarda tropicalista que, nas suas palavras, continua extremamente atual. “Vide a mostra *Tropicália* em exibição no Museu de Arte Moderna do Rio.” (GP080907)

#### EXCERTO 67

[...] Vargas Llosa o considerou um romance preconceituoso e limitado; Naipaul elogia sua prosa eficiente, mas a acusa de ser pouco luminosa na exatidão concreta do mundo que abarca; Achebe o tem como mais um exemplo da pouca preocupação de Joseph Conrad em ir além da superfície das personagens coloniais de sua obra; Nabokov considera uma aventura para crianças e jovens destruída em sua premissa simples por uma ingênua pretensão; e Forster ironiza sua incapacidade de trazer o mundo concreto ao leitor numa prosa afeita mais à retórica vazia que à verdadeira substância. (ESP060507)

No trecho (65), o resenhista utiliza a voz de “parte da imprensa norte-americana” para apresentar a apreciação negativa da obra, contudo essa mesma voz avalia positivamente o livro que, por sua vez, se congrega com a opinião do produtor. No trecho (66), o resenhista se utiliza da voz da própria autora para avaliar a obra. A resenha GP080907 é particularmente interessante porque boa parte de sua organização textual é oriunda de uma entrevista da autora do livro e o resenhista usa as respostas da entrevista para costurar o tecido de sua resenha. No trecho (67), o produtor utiliza-se do argumento de autoridade<sup>207</sup> para reforçar sua apreciação.

Como observamos nos trechos a avaliação da obra pode ser positiva ou negativa e embora nos aprofundemos na questão da avaliação no próximo capítulo, a análise textual nos

---

<sup>206</sup> Segundo Tavares (2003, p.133), a recategorização consiste na “tentativa do enunciador de complementar a designação de um objeto discursivo, que ele julga, de início, inadequada ou insuficiente, sempre procurando a expressão referencial mais apropriada, que levará o interlocutor à reconstrução de suas idéias iniciais a respeito do referente.”

<sup>207</sup> Argumento de autoridade consiste na utilização da opinião ou ponto de vista de uma pessoa ou de um grupo como meio de defender uma dada tese.

permite adiantar que as resenhas produzidas no contexto jornalístico são muito mais positivas que negativas. Essa evidência vai ao encontro da análise de Carvalho (1998) que categorizou a ação retórica de resenhar no campo acadêmico como “uma ação entre amigos”.

*Indicar as impressões/sensações/emoções que o livro provocou (provocará)* é um dos movimentos retóricos que materializam o propósito de “avaliar a obra”. Através desse movimento, o resenhista relata o que ele sentiu ao ler o livro, como também pode sugerir as sensações ou emoções que o leitor poderá experimentar. Consideramos que essa informação é avaliativa na medida em que o relato da experiência do resenhista com o livro é uma forma de influenciar a opinião de sua audiência. Os exemplos abaixo ilustram essa estratégia.

EXCERTO 68

Sim, este é um livro que causa mal-estar, porque não há “enredo”, não há “plot” [...] (DC300607)

EXCERTO 69

Muitas as indagações: aqueles círculos, na plantação de soja, foram ou não feitos por humanos? Seriam eles a chave facilitadora da comunicação dos humanos com os extraterrestres? Um de seus temas, portanto, é o da busca da verdade. Mas, como esta apresenta sempre múltiplas faces, muitas vezes se deixa apreender com caminhos tortos; por isso, o leitor, ao longo da narrativa, há de palmilhar falsas trilhas e surpreender-se. (DN311206)

EXCERTO 70

"Escritor não tem estilo, quem tem estilo é personagem". Essa é uma das máximas do escritor pernambucano Raimundo Carrero, que ia se orgulhar de ver o novo livro de contos do paulistano Nelson de Oliveira. (OP240508)

EXCERTO 71

Sua leitura dá sempre a impressão de que a herança cultural do Ocidente arrisca se esvaír pelo ralo da "civilização pós-moderna". (RV290807)

No trecho (68), é relatada a sensação de “mal-estar” causada pela leitura da obra, no trecho (69) o resenhista sugere que o leitor irá “surpreender-se” com o livro, no trecho (70) o produtor informa aos leitores a sensação que Raimundo Carrero teria se visse o livro de Nelson de Oliveira, e, no trecho (71) o resenhista ao *indicar as impressões que o livro provocou* nos fornece uma pista lingüística - “impressão”.

Enfim, as sensações, emoções ou impressões foram sentidas pelos resenhistas que tentam, então, compartilhá-las com sua audiência. A nosso ver, esse movimento retórico é típico da resenha não-acadêmica haja vista a expressão da subjetividade do produtor ser um traço evitado nas resenhas acadêmicas. Ao contrário, no contexto jornalístico essa informação é recorrente.

O movimento retórico *sugerir outros formatos para a obra* obteve uma pequena frequência de realização, apenas 2,10%. Através desse movimento, o resenhista avalia e propõe outras formas de divulgação da obra. Isso só é possível porque o resenhista avaliou positivamente a obra. No trecho 72 da resenha DC200807, o resenhista sugere o lançamento

de um CD ou de um DVD. Enfim, somente a avaliação positiva da obra possibilitará a realização deste movimento.

EXCERTO 72

Talvez um dia, ele possa se tornar um ‘CD rom’ educativo. Ou mesmo um DVD documentário (que está bem na moda), sobre a arte da trilha sonora cinematográfica. O exemplo vem de escritores como o cineasta e violinista francês Bruno Monsaingeon que dirigiu diversos trabalhos sobre a arte do violino, do piano, da regência. (DC200807)

O movimento retórico *indicar a função/objetivo/valor da obra* tem o fito de destacar a finalidade, as funções e o valor do livro e ao fazer essa indicação, inevitavelmente, o autor avalia a obra. Diferentes papéis são atribuídos aos livros, conforme está ilustrado nos exemplos abaixo.

EXCERTO 73

Esse, de fato, é um livro feito para nos ajudar a recuperar a fé na chuva. (DC300607)

EXCERTO 74

Ao fim da leitura de Oito visões da América Latina, por certo, o leitor irá compreender melhor porque nosso povo, quase sempre, renunciou à possibilidade de tornar-se uma cultura tropical macaquear o colonizador, que nos esmaga não mais com a força das armas de guerra mas com a fina lâmina das ideologias. (DN240906)

EXCERTO 75

O livro, que tem tudo para ser um sucesso de vendas neste fim de ano, também serve como atestado não apenas da importância de Clara dentro do cenário musical brasileiro no século 20. Acima de tudo, o obra a reafirma como um dos mais perenes símbolos de resistência da cultura nacional de raiz. (GP300907)

EXCERTO 76

O propósito declarado de seu livro é restituir à cultura a vitalidade que teria sido roubada pelas convenções do ensino [...] (RV290807)

Como é possível observar, há uma relação entre o objetivo da obra e a avaliação que é feita do livro pelo resenhista. Algumas vezes, o objetivo é elaborado pelo resenhista como é o caso do excerto (73) no qual o autor atribui ao livro uma função bastante complexa (e psicológica) que é “recuperar a fé na chuva”.

Outras vezes, o objetivo é atribuído pelo próprio autor do livro como é caso do excerto (76). Nos excertos (74) e (75), o resenhista indica aos leitores a função da obra: compreender a identidade do povo latino e reconhecer a importância de Clara Nunes no panorama musical brasileiro. Como é possível perceber a partir dos exemplos acima, nesse movimento retórico encontramos o conhecimento do objetivo, da função, e, conseqüentemente do valor da obra.

Através do movimento retórico *avaliar material extra-textual da obra*, o resenhista aprecia partes do livro como apêndices, anexos, capa, dentre outros elementos. As resenhas DN311206 e DN030606 ilustram esse tipo de informação, pois no excerto (77) é avaliada a capa do livro e no excerto (78) o subtítulo da obra.

#### EXCERTO 77

Antes do texto em si, o livro já nos chama a atenção a partir de sua concepção editorial. Assim, a própria capa já funciona como uma espécie de epígrafe da obra, uma vez que insinua mistérios, inquietações, reflexões, jogos. (DN311206)

#### EXCERTO 78

O subtítulo do livro resume, de modo incisivo, o percurso de Maysa: 'Só numa multidão de amores'. (DN030606)

A avaliação das partes que não são pertencentes ao texto principal não foi considerada um passo próprio em resenhas acadêmicas, essa informação está incluída no passo realçar pontos específicos. Ao contrário, optamos por detalhar os aspectos que são avaliados na obra separadamente, ou seja, os movimentos retóricos de avaliar material textual e extratextual foram considerados distintos. Essa decisão revelou que a avaliação do material textual é uma informação muito freqüente nas resenhas enquanto que a avaliação do material extratextual é rara. Mesmo considerando essa raridade, o fato é que no contexto jornalístico os resenhistas avaliam o livro desde a capa até seu conteúdo.

Sobre a avaliação dos aspectos extra-textuais se posicionaram alguns resenhistas quando afirmaram o que eles costumam avaliar em suas resenhas.

(60) *Capa, cores, divisão interna, fundamentação bibliográfica, distribuição de notas de roda pé, imagens, figuras, gravuras, conteúdo, estilo do autor.* (IE02) (Grifo nosso)

(61) *História, narração, capa, construção e arremate final.* (IE03) (Grifo nosso)

Como foi comentado anteriormente o propósito comunicativo de “avaliar a obra” é um dos mais realizados nas resenhas não-acadêmicas, pois esse propósito aparece, no mínimo, 01 (uma) vez e, no máximo, 22 (vinte e duas) vezes nos textos analisados. Na resenha RV050907, esse propósito obteve sua realização máxima.

### TEXTO 02: Antiquado, incorreto e divertido

#### O livro que se tornou best-seller ensinando pais e filhos a praticar brincadeiras do tempo dos avós

Indicar as impressões/sensações/emoções que o livro provocou (ou provocará)

O pai preocupado e a mãe superprotetora **não devem levar muito a sério** o título *O Livro Perigoso para Garotos* (tradução de Maria Beatriz de Medina; 320 páginas; 69 reais), que chega às livrarias no fim desta semana, como carro-chefe do Galera, o recém-inaugurado selo jovem da editora Record. Sim, os autores –

Avaliar a obra como um todo

os irmãos Conn e Hal Iggulden, de 36 e 34 anos, ambos responsáveis pais de família – ensinam meninos a fabricar uma variedade de engenhocas bélicas: atiradeira, arco-e-flecha, catapulta. **Será difícil encontrar, porém, uma leitura mais saudável.** Seu objetivo declarado é arrancar a garotada da frente do videogame e devolvê-la às brincadeiras rústicas ao ar livre. **Trata-se de um livro nostálgico, que**

Indicar a função/objetivo/valor da obra

remete a um tempo em que a rua ainda era segura para correrias infantis.

Avaliar a obra como um todo

Avaliar pontos específicos da obra/Apresentar a obra

Organizado (assim como esta resenha) na forma assumidamente anacrônica de um almanaque, com capítulos de "faça você mesmo" alternando-se com uma miscelânea de temas – gramática, pirataria, dinossauros –, *O Livro Perigoso para Garotos* é o mais improvável dos best-sellers dos últimos tempos. Vendeu cerca de 1 milhão de exemplares na Inglaterra, país natal dos autores. A Disney já comprou os direitos de filmagem, apesar da total ausência de enredo. O livro não dá a mínima para cartilhas pedagogicamente corretas, e houve até quem o acusasse de machista.

Comentar sobre a repercussão da obra

Avaliar pontos específicos da obra

Comentar sobre a repercussão da obra

Suas sugestões galantes de como tratar as perigosas garotas (não arrotar diante delas, oferecer o lenço quando choram etc.) têm mesmo um toque antiquado – que é, afinal, o charme do livro. Desdenhoso de invenções modernas como o iPod e o feminismo, *O Livro Perigoso para Garotos* tem o potencial de divertir igualmente os meninos que redescobrem brincadeiras avoengas e seus pais saudosistas.

Avaliar pontos específicos da obra

Indicar a função/objetivo/valor da obra

### A cultura eclética do garoto perigoso

Avaliar pontos específicos da obra

*O Livro Perigoso para Garotos* não descuida do lustro cultural dos leitores. É uma espécie de contrabando: o menino abre o livro em busca da dobra perfeita para um aviãozinho de papel, mas no caminho vai aprendendo até algumas matérias escolares, como língua portuguesa.

Avaliar pontos específicos da obra/Descrever a obra

Avaliar pontos específicos da obra/Descrever a obra

As dicas de livros são ecléticas, trazendo de clássicos da literatura infantil como os contos de Andersen e dos irmãos Grimm à ficção barata de Ian Fleming (o criador de James Bond) e Stephen King.

A edição brasileira incluiu obras nacionais como *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, e o obrigatório Monteiro Lobato. Outra adaptação curiosa: o capítulo de frases famosas de Shakespeare foi substituído por citações de Machado de Assis.

Avaliar pontos específicos da obra/Descrever a obra

### Brincadeiras arriscadas – e irresistíveis

O primeiro capítulo de *O Livro Perigoso para Garotos* apresenta o equipamento básico que todo menino deve ter sempre à mão.

A lista de onze itens inclui canivete, caixa de fósforos, anzol. Muitos pais não aprovam que seus filhos lidem com objetos cortantes, perfurantes ou potencialmente incendiários. É nesse sentido que se justifica o adjetivo do título: o livro dos irmãos Iggulden é "perigoso" porque propõe uma meninice menos cercada de proteção paranóica, menos higienizada pela correção política. Os capítulos fundamentais são aqueles que ensinam atividades que podem, sim, resultar em um galho na testa ou um joelho arranhado – mas que divertem. A construção de uma casa na árvore não é muito viável em áreas urbanas. Mas há brinquedos fáceis de fazer, como a pipa, o estilingue (os autores recomendam que as pedras nunca sejam arremessadas na direção do irmão mais novo) e o avião de papel. Bolas de gude seguem sendo fabricadas – só uma indústria com sede em São Paulo, a Tok Boll, produz 300 000 por mês (a produção, no entanto, caiu

Avaliar pontos específicos da obra/Descrever a obra

Avaliar pontos específicos da obra

20% nos últimos dez anos).

Avaliar pontos específicos da obra

E o carrinho de rolimã ainda é popular – em São Paulo, há um campeonato que já dura vinte anos (mas só com marmanjos na direção). O livro também ensina jogos que podem ser praticados em casa, como o pôquer (só tem graça com apostas reais, mesmo que sejam moedinhas, dizem os autores). O capítulo mais "incorreto" do original ficou de fora da edição brasileira: como caçar e cozinhar um coelho.

Avaliar pontos específicos da obra

### Histórias de grandes homens para pequenos leitores

Antes do livro em parceria com o irmão Hal, Conn Iggulden era conhecido por *O Imperador*, uma série de romances sobre a Roma antiga. *O Livro Perigoso para Garotos* reforça a mesma visão de história: uma sucessão de feitos audazes e de grandes homens. Muitos historiadores torcem o nariz para esse tipo de narrativa. Mas, convenhamos, é o modo mais imediato de fascinar um garoto. O capítulo sobre o império britânico do original foi substituído, na edição brasileira, por uma breve história do Brasil que não se conjuga bem com esse espírito heróico (insiste na oposição entre povo oprimido e elite canalha). As demais adaptações foram mais felizes. As breves biografias de aventureiros incluem brasileiros como o navegador Amyr Klink.

Avaliar pontos específicos da obra

Avaliar pontos específicos da obra

Avaliar pontos específicos da obra/Descrever a obra

A seção de grandes batalhas fala até da campanha contra Canudos. É uma bela ousadia: que outro livro convidaria a meninada a ler um trecho de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha?

Avaliar pontos específicos da obra

#### A infância é só para os fortes

A epígrafe de *O Livro Perigoso para Garotos* traz uma longa citação de um tal sir Frederick Treves no jornal para crianças *The Boy's Own Paper*. "Não se gabe" e "mantenha-se limpo de corpo e mente" são alguns dos conselhos que esse cavaleiro vitoriano dava aos pequenos leitores, em 1903. Os irmãos Iggulden tentam recuperar esse espírito edificante típico dos almanaques infantis do século XIX e início do XX. Parece estranho que um livro que se anuncia como perigoso tenha um fundo moralista, mas a idéia é que a educação do menino pode se beneficiar de certas práticas rudes, viris – mas não da violência virtual e sem conseqüências dos videogames. "Os meninos precisam aprender a correr riscos", disse Conn Iggulden em uma entrevista no site da livraria virtual Amazon.

Avaliar pontos específicos da obra

(Fonte: TEIXEIRA, J. Antiquado, incorreto e divertido. **REVISTA VEJA**, São Paulo, set.. 2005. Seção Livros.)

Na resenha selecionada, a avaliação da obra já está presente no primeiro enunciado quando o resenhista justifica aos leitores como eles devem se posicionar diante da obra cujo título é "O livro perigoso para garotos". Essa informação materializa o movimento retórico *indicar as impressões/sensações/emoções que o livro provocou (provocará)*. Assim, como o resenhista conhece o conteúdo da obra, ele informa aos leitores a verdadeira impressão que devem ter do livro: o de não levar a sério a informação de que ele seja um livro "perigoso". No mesmo parágrafo, o resenhista faz uma avaliação global do livro quando afirma que "será difícil encontrar, porém, uma leitura mais saudável". Essa avaliação da obra como um todo vem reforçar a apreciação anterior de que o livro não tem nada de perigoso.

Mais a frente, ainda no mesmo parágrafo, o resenhista classifica o livro de “nostálgico”, ou seja, a obra relembra as brincadeiras antigas de crianças.

No segundo parágrafo, o resenhista faz uma avaliação de pontos específicos do livro: a forma como ele foi organizado (“anacrônico”), a ausência de uma preocupação com uma abordagem pedagógica e as sugestões “galantes”. Há a presença de um movimento que informa a repercussão da obra (quase um milhão de exemplares vendidos) e, por fim, o produtor também informa aos leitores a função da obra.

Na seção denominada “A cultura eclética do garoto perigoso”, o resenhista inicia a seção com a avaliação de um ponto específico da obra, a saber: a inserção de conteúdo cultural na obra. Em seguida, seguem duas passagens em que o produtor imbrica os propósitos comunicativos de “avaliar a obra” e “descrever a obra”.

Na seção “Brincadeiras arriscadas – e irresistíveis”, temos uma passagem que indica aos leitores os “capítulos fundamentais” do livro, seguido de um bloco textual que mescla avaliação de pontos específicos com descrição da obra. No último parágrafo da seção, o resenhista avalia um aspecto comentado pelos autores do livro que é a brincadeira de carrinho de rolimã. E ao final do parágrafo avalia o “capítulo mais ‘incorreto’” do livro.

Na seção “História de grandes homens para grandes leitores”, o resenhista segue avaliando pontos específicos: a abordagem da obra, a inserção da história do Brasil e de um trecho do livro “Os sertões”. Temos também uma passagem que imbrica avaliação com descrição da obra que é aquela que trata da inclusão da história de Canudos. O uso da expressão “até” dá o tom avaliativo da passagem.

E, por fim, na seção “A infância é só para os fortes”, temos uma passagem que avalia a ideologia do livro, considerada pelo resenhista como “moralista”. Ao total, há 22 (vinte e duas) realizações do propósito comunicativo “avaliar a obra”, tornando, assim, a resenha muito mais avaliativa que informativa.

A análise textual do propósito comunicativo “avaliar a obra” nos permitiu identificar 08 (oito) movimentos retóricos, sendo apenas 03 (três) considerados significativos que são: *avaliar/analisar pontos específicos da obra* (muito freqüente), *avaliar a obra como um todo* (muito freqüente) e *indicar as impressões/sensações/emoções que o livro provovou ou provocará* (freqüente). Esses resultados nos permitem elaborar as seguintes afirmações:

- Tanto na comunidade acadêmica quanto na comunidade jornalística o propósito comunicativo “avaliar a obra” é considerado um propósito definidor do gênero. Contudo, a realização desse propósito se realiza de forma diferente na comunidade acadêmica e na



comunidade jornalística. Segundo Motta-Roth (1995), esse propósito se materializa através de apenas 01 (um) passo que é *realçar pontos específicos*, enquanto que na comunidade jornalística vislumbramos uma maior variedade de movimentos retóricos. Essa constatação confirma uma flexibilidade do gênero na comunidade jornalística;

- Especificamente em relação ao movimento retórico *indicar as impressões/sensações/emoções que o livro provovou ou provocará*, convém destacar que ele permite ao resenhista expressar sua subjetividade, contrastando-se com o efeito de objetividade de outros gêneros da comunidade jornalística. Através desse movimento o produtor pode ainda “seduzir” o seu leitor, buscando conduzi-lo a se interessar pela obra resenhada;
- Observamos também que algumas resenhas materializam com predominância esse propósito, constituindo-se, assim, em resenhas mais avaliativas e menos informativas;
- A presença de convergência entre as informações identificadas na análise textual e as declarações dos resenhistas, revela, assim, uma perspectiva sócio-cognitiva semelhante entre leitores e escritores.

#### 4.3.5 O propósito comunicativo de “avaliar o autor”

O propósito comunicativo denominado “avaliar o autor” é, a nosso ver, uma informação típica das resenhas produzidas na comunidade jornalística, haja vista esta informação não estar presente nas resenhas acadêmicas. Nas resenhas analisadas, esse propósito comunicativo obteve uma frequência de realização entre nenhuma vez e 11 (onze) vezes<sup>208</sup>. Esse propósito pode se materializar a partir de 06 (seis) movimentos retóricos distintos que, por sua vez, foram divididos em 01 (um) raro, 01 (um) eventual e 04 (quatro) freqüentes.

De todos os propósitos identificados nas resenhas não-acadêmicas, *avaliar o autor* foi o propósito que mais possui informações do tipo freqüente. Assim, os movimentos retóricos freqüentes são: *destacar as qualidades do autor, avaliar/analisar o modus operandi do autor ao produzir a obra, classificar o autor e comentar a produção literária do autor*. O eventual é *avaliar/analisar o estilo literário do autor* e o raro é *destacar a (provável) repercussão do autor*. Dos movimentos retóricos identificados, o que obteve o maior índice de realização foi *classificar o autor* e o de menor índice foi *destacar a (provável) repercussão*

---

<sup>208</sup> Ver tabela 05 do Apêndice 1.

do autor. A tabela 08 ilustra a frequência de cada movimento retórico.

Tabela 08: Frequências e médias dos movimentos retóricos do propósito comunicativo “avaliar o autor”.

MOVIMENTOS RETÓRICOS	Aparece		Medidas		
	N	Sim	Média	Desvio	
Destacar as qualidades do autor	N	60	34	0,59	1,03
	%	63,8	<b>36,20</b>		
Avaliar/analisar o estilo literário do autor	N	76	18	0,32	0,79
	%	80,9	<b>19,10</b>		
Avaliar/analisar o <i>modus operandi</i> do autor ao produzir a obra	N	52	42	0,32	0,79
	%	55,3	<b>44,70</b>		
Classificar o autor	N	51	43	0,72	1,12
	%	54,3	<b>45,70</b>		
Comentar a produção literária do autor	N	60	34	0,55	0,94
	%	63,8	<b>36,20</b>		
Destacar a (provável) repercussão do autor	N	83	11	0,16	0,471
	%	88,3	<b>11,70</b>		

Quando solicitamos que os leitores especializados, professores de Jornalismo e/ou jornalistas, indicassem se a informação “avaliar o autor” é um tipo de informação esperada nas resenhas não-acadêmicas, alguns afirmaram positivamente. Ou seja, apenas 02 (dois) dos 06 (seis) informantes responderam que podem encontrar a informação *avaliar o autor* em resenhas. Ao contrário, poucos editores e resenhistas afirmaram não avaliar o autor. Essa afirmação pode ser confirmada nas declarações 62 a 65.

(62) *A avaliação do autor é essencial. Quando pouco conhecido é necessário uma breve síntese biográfica ou da trajetória intelectual do autor.* (IE11) (Grifo nosso)

(63) *Ao avaliar seu trabalho, sinto que estou avaliando o autor do livro. Se alguém escreve uma resenha sobre o meu livro mais recente, por exemplo, é o meu trabalho e, de certa forma, eu é que estou sendo avaliado.* (IE01)

(64) *De algum modo, autor e obra são sempre confrontados. Numa resenha não é diferente. Em alguns momentos, esse confronto é suavizado, é secundário. Noutros, o autor também entra como variável importante. Depende do livro.* (IE04) (Grifo nosso)

(65) *Em raros casos. Na maioria das vezes, só avalio o livro. Quando avalio o autor, traço um paralelo para entender a obra e para mostrar que ela realmente é brilhante.* (IE03)

As respostas dos informantes especializados podem ser distribuídas em 03 (três) grupos: um primeiro que considera a avaliação do autor importante (IE11), um segundo que relaciona a avaliação do autor com a avaliação da obra e um terceiro que agrupa a idéia de que muito dificilmente o autor é avaliado. Em relação ao segundo grupo, a análise textual revelou que, em alguns textos, se confundem a avaliação do autor e da obra.

*Destacar as qualidades do autor* foi identificado como um movimento retórico

frequente nas resenhas. Através desse movimento, o resenhista põe em evidência as características positivas do autor. A declaração do IE02 ilustra que aspectos do autor são avaliados nas resenhas não-acadêmicas.

(66) Experiência na escrita, competência argumentativa, pretensões de validade normativa na fala, na escrita do livro. Inteligência empregada no livro escrito. (IE02)

Os excertos abaixo ilustram a realização do movimento retórico *destacar as qualidades do autor*. Nos excertos (79) e (80), é possível identificar a “inteligência empregada” pelo autor na construção da obra, conforme declarou o IE02.

EXCERTO 79

Nesse segundo volume de sua poesia escolhida, vê-se a força de seu gênio criador. (DNXXXXXX)

EXCERTO 80

Nesse momento, revela-se a capacidade da autora em reproduzir, através do encadeamento das palavras, a paisagem ou objetos: ‘A breve rajada de neve em janeiro derreteria-se, deixando a estrada para Norwich intransitável por veículo e desagradável em montaria, além de não haver nada a ser visto em Norwich, com exceção da catedral; e agora esse era um lugar de silêncios ansiosos, não de paz.’ (p. 69) (DN110207)

Os excertos acima destacam diferentes tipos de qualidades dos autores: no exemplo (79), a capacidade criadora de José Alcides Pinto, e no exemplo (80), a capacidade de descrever paisagens ou objetos de Plillippa Gregory. Enfim, neste movimento, o resenhista põe em relevo as virtudes e dotes do(a) autor(a).

Essas virtudes do autor também podem ser destacadas mesmo quando o resenhista não as nomeia, ou seja, apenas quando o resenhista afirma a competência do autor. O trecho 81 da resenha DC300607 ilustra nossa afirmação.

EXCERTO 81

Mas Wesley é o seu próprio “narrador-protótipo”, **capaz** de inaugurar uma casa entre as nossas vértebras. (DC300607) (Grifo nosso)

No movimento retórico *avaliar/analisar o estilo literário do autor*, o resenhista fornece aos leitores sua apreciação referente às características de expressão do autor. O resenhista pode também avaliar se os valores literários do autor se aproximam ou se afastam de um movimento literário. Essa informação é destacada pelo IE15 quando ele afirma na declaração abaixo.

(67) *Um olhar mais detalhado sobre o estilo também é importante, pois pode identificar o autor de acordo com algum gênero.* (IE15) (Grifo nosso)

Na resenha DC011207, o produtor avalia o estilo do autor, e os trechos 82, 83 e 84, respectivamente, das resenhas DN221006 e RV170107 analisam as estratégias textuais dos autores.

#### EXCERTO 82

Aliás, sinto, ao terminar a obra, que a escrita do autor é despreziosa, tornando-a fascinante. O segmento literário é, ainda, cheio de normas e de fórmulas. Rompê-las é sempre muito bom! (DC011207)

#### EXCERTO 83

No poema de abertura, 'Estação de trem', Antônio Girão Barroso já aponta a sua intenção em romper - particularmente aqui, no Ceará - com os padrões tradicionais da poesia, que se impuseram como verdadeiros cânones antes do advento do Modernismo: do ponto de vista formal, há o livre emprego de versos longos e curtos, sem métrica regular, bem como a presença apenas de rimas ocasionais, a dessacralização da linguagem por meio da fala matuta ('vem danado pra chegá' - aqui, estabelece-se uma intertextualidade com Ascenso Ferreira, poeta pernambucano, autor dos versos: 'Vou danado pra Catende / com vontade de chegá') e a exploração de recursos sonoros: [...]" (DN221006)

#### EXCERTO 84

Pratchett embarcou nessa tradição para bagunçá-la - na linha do que seu contemporâneo Douglas Adams fez com a ficção científica. (RV170107)

No trecho (82), o resenhista classifica o estilo do autor como “desprezioso” e “fascinante”, além de imbricar dois propósitos comunicativos que são “avaliar a obra” e “avaliar o autor”. Já nos trechos (83) e (84), os produtores analisam o estilo dos autores, considerando-o como uma forma de expressão capaz de quebrar certa tradição literária.

No movimento retórico *avaliar/analisar o modus operandi do autor ao produzir a obra*, o resenhista põe em relevo o modo como o autor construiu sua obra. O IE08 ratifica em sua resposta essa informação.

(68) ***O que merece avaliação é a performance do autor, o que ele escreveu, o livro enfim.*** (IE08) (Grifo nosso)

No trecho 85 do texto DC070707, o resenhista afirma que o autor escreveu uma narrativa que não se diferencia de outras que narram o dia-a-dia de um colégio e isso para o autor é considerado positivo.

#### EXCERTO 85

Ao retratar o cotidiano de algumas alunas de um colégio tradicional no interior dos EUA (“a última escola só para garotas de Milwaukee”) do ponto de vista de uma delas, Curran não dá um passo além do que já se escreveu sobre jovens e coisa e tal, e isso desde Raul Pompéia até Bret Easton Ellis, passando, é claro, por J. D. Salinger. E isso é bom. Porque, sejamos francos, é bom encontrar, de vez em quando, um autor ou uma autora que não está interessado (a) em reinventar a roda, não? (DC070707)

No trecho 86 do texto RV140207a, o resenhista avalia a metodologia utilizada pelo autor (Norman Mailer) na construção de seu personagem (Hitler).

#### EXCERTO 86

Mailer dá crédito especial a algumas das hipóteses mais populares já levantadas sobre seu infame personagem (por exemplo, a de que ele teria apenas um testículo). Mas ele também reuniu uma sólida bibliografia sobre Hitler. (RV140207)

Como comentamos no início desta seção, nem sempre é fácil distinguir quando o resenhista está avaliando o autor e quando está avaliando a obra. Isso porque eles utilizam o

recurso metonímico de avaliar a obra a partir da avaliação do autor. O critério de identificação da avaliação que adotamos foi sintático e não semântico. Consideramos que essa opção não vai de encontro à proposta teórica de Swales, pois semanticamente os trechos poderiam estar categorizados em ambos os propósitos. Mesmo considerando que, em alguns casos, a distinção seria de difícil análise, optamos por alocar essas informações em propósitos comunicativos distintos. No texto OP251008, o resenhista destaca como o autor (Ingo Schulze) constrói seus contos. No trecho 87, é possível identificar como o produtor avalia o modo de fazer do autor, implicando também na avaliação de sua obra.

EXCERTO 87

O escritor alemão conta histórias banais, criando, no andamento informal e desprezioso de sua narrativa, situações inverossímeis, mas comuns. (OP251008)

No movimento retórico *classificar o autor*, o resenhista qualifica positivamente ou não o autor da obra, levando em consideração a experiência, a fama, dentre outros aspectos. Em geral, essa classificação é da personalidade literária, contudo ela pode recair na pessoa física (homem). As declarações 69 e 70 dos IE07 e IE02 confirmam o que foi identificado na análise textual.

(69) *Sim. Avalio se ele é importante, premiado, conhecido, adaptado para o cinema, publicado no Brasil, vivo, morto, vencedor do Nobel ou de outros prêmios importantes, etc.* (IE07)

(70) *Experiência na escrita, competência argumentativa, pretensões de validade normativa na fala, na escrita do livro. Inteligência empregada no livro escrito.* (IE02)

No trecho 88 da resenha OP011108, o produtor classifica a autora como uma escritora de renome e experiente e no trecho 89 da resenha GP211007 como uma pessoa na qual suas palavras têm um importante peso na literatura, conforme está ilustrado abaixo.

EXCERTO 88

Ao longo dos textos que compõem o primeiro volume de ensaios, Virginia, na época uma escritora já conhecida e, pelas entrelinhas, experimentada no esporão da crítica, alia-se ao leitor. (OP011108)

EXCERTO 89

Don Delillo se tornou uma espécie de oráculo literário por falar do terrorismo muito antes do 11 de setembro. (GP211007)

A classificação do autor feita pelo resenhista pode ser materializada a partir da opinião de outros sujeitos ou por opiniões em que não seja definida a autoria. Um trecho da resenha OP251008 ilustra essa afirmação.

EXCERTO 90

Ingo Schulze, considerado um dos melhores escritores da literatura contemporânea alemã, [...] (OP251008)

No excerto 91 da resenha CP080907b, o resenhista classifica o autor como pessoa.

Esse tipo de categorização do autor se justifica pelo fato de sua personalidade ter interferido no resultado de sua obra.

EXCERTO 91

O resultado é que a personalidade bizarra e anárquica do autor emerge dessa visão cruel de sua existência, como poesia (ou um soco no estômago), fugindo do politicamente correto de outras trajetórias de nomes famosos. (CP080907b)

No trecho 92 do texto RV050907, o resenhista também faz uma avaliação pessoal dos autores. Essa avaliação tem como objetivo apresentar aos pais das crianças a que se destinam a obra (“O livro perigoso para garotos”) que os autores, apesar de terem escrito um livro que foi denominado como “perigoso” não têm a pretensão de escrever sobre assuntos que possam vir a trazer algum mal para o seu público-leitor, as crianças.

EXCERTO 92

Sim, os autores – os irmãos Conn e Hal Iggulden, de 36 e 34 anos, ambos responsáveis pais de família – ensinam meninos a fabricar uma variedade de engenhocas bélicas: atiradeira, arco-e-flecha, catapulta. (RV050907)

No movimento retórico *comentar a produção literária do autor*, o resenhista não só apresenta para os leitores as obras do autor, mas também faz valorações sobre elas, indicando prêmios recebidos, índices de vendagem, dentre outros aspectos. A diferença entre *fornecer informações sobre a vida biográfica e/ou literária do autor* e *comentar a produção literária do autor* está na emissão do juízo de valor que é feito neste movimento. Embora o IE10 afirme que muito mais importante que avaliar o autor é avaliar o narrador, ele não se furta em dizer que é inevitável comentar sobre a produção literária do autor. A declaração 71 ilustra nossa afirmação.

(71) *Acho o autor superestimado. O importante é o narrador do livro. No entanto, tenho o hábito de pensar sempre no catálogo e é fatal que fale do autor. Quero que um autor que goste seja lido pelo livro que resenho, mas também pelos outros que estão disponíveis. Então faço um esforço de resgatar o catálogo desse autor.* (IE10)

No trecho 93 da resenha GP211007, o resenhista fala sobre algumas obras produzidas pelo autor, apontando aquela que foi reputada como uma obra-prima.

EXCERTO 93

Autor de Mao II, Libra e Os Nomes, publicou aquela que é considerada sua obra-prima em 1997: Submundo, um retrato impressionante sobre América a partir dos anos de Guerra Fria. (GP211007)

No trecho 94 da resenha CP080907, a avaliação da produção literária do autor é feita a partir de outras vozes as quais o resenhista se alia, conforme ilustrado abaixo.

EXCERTO 94

O trabalho de Anatole France foi valorizado através dos anos por sua linguagem límpida e pela construção precisa dos personagens. (CP080907)

A avaliação da produção literária do autor pode não aparecer no texto propriamente dito da resenha como é o caso OP240508 em que essas informações estão textualizadas em uma seção denominada “quem é”, conforme está ilustrado no trecho 95.

EXCERTO 95

**QUEM É**

Nelson de Oliveira, nascido em 1966, em Guaíra, São Paulo, é mestre em Letras pela Universidade de São Paulo e já publicou incríveis 32 livros entre contos, romances, ensaios, infanto-juvenis, antologias etc. Todos somados em 11 anos, desde 1997, ano do primeiro. Entre suas principais obras, Naquela época tínhamos um gato (contos, 1998), Subsolo infinito (romance, 2000) e O filho do Crucificado (contos, 2001). As antologias Geração 90: manuscritos de computador e Geração 90: os transgressores dão mais uma dimensão da atuação do escritor prolífico, que ainda se divide entre oficinas literárias. Seu último livro, depois já de Ódio Sustenido, foi A oficina do Escritor (Ateliê Editorial, R\$ 30, 152 páginas), que reuni ensaios sobre criação literária. (OP240508)

No trecho acima, o resenhista fornece informações sobre a vida e obra literária do autor (“nascido em 1966, em Guaíra, São Paulo [...]”, avalia a produção literária do autor (“incríveis 32 livros”) e classifica o autor (“escritor prolífico”). No movimento retórico *destacar a (provável) repercussão do autor*, o resenhista informa aos leitores a recepção do autor na sociedade, seja informando os prêmios e homenagens que recebeu, seja informando os números de vendagem de seus livros, seja descrevendo a posição social que ele conquistou. O trecho 96 da resenha DC300607 ilustra nossa afirmação.

EXCERTO 96

É uma grande felicidade saber que a audácia desse jovem autor goiano encontrou respaldo dos membros do júri do Prêmio Sesc e, conseqüentemente, de uma das maiores editoras do país. (DC300607)

No trecho 97 da resenha CP080907, o produtor avalia a autora a partir da informação de que ela recebeu um “cobiçado prêmio”, o Nobel de Literatura, conforme está destacado abaixo.

EXCERTO 97

Título que integra a coleção denominada Grandes Traduções, 'O crime de Sylvestre Bonnard' (Editora Record), marca a presença literária de Anatole France, que recebeu o cobiçado prêmio Nobel de Literatura, em sua edição do ano de 1921, pelo conjunto de sua obra. (CP080907)

Considerando que o propósito comunicativo “avaliar o autor” pode se realizar até 11 (onze) vezes nas resenhas não-acadêmicas, selecionamos um exemplar que atingiu esse número máximo de realizações. A presença da avaliação do autor pode tornar o texto mais avaliativo que informativo. Na resenha HD251107, encontramos a realização de diferentes movimentos retóricos do propósito comunicativo “avaliar o autor”, tais como: *destacar as qualidades do autor, avaliar/analisar o estilo literário do autor, avaliar/analisar o modus operandi do autor ao produzir a obra, classificar o autor e comentar a produção literária do autor*.

### TEXTO 03: Lirismo que transcende o mero panfleto

Classificar o autor

Apesar de ter nascido em Mato Grosso, o poeta Nicolas Behr, ícone da poesia marginal brasileira, possui trajetória intimamente ligada à capital federal. É impossível dissociar Behr de Brasília. O autor de pequenas obras-primas como «Chá Com Porrada», «Bagaço» e «Iogurte Com Farinha», vendidas de mão em mão em edições artesanais e mimeografadas, completa 50 anos em 2008 e, pela primeira vez em seu percurso literário, é publicado formalmente por uma editora.

Comentar a produção literária do autor

Classificar o autor/ Apresentar a obra

«Laranja Seleta», que está sendo lançado pela editora carioca Língua Geral, fundada pelo ficcionista angolano José Eduardo Agualusa, reúne poemas publicados pelo mais autêntico poeta de Brasília nos últimos 30 anos, tendo como marco inicial «Iogurte Com Farinha», obra que veio ao lume em 1977 e vendeu mais de oito mil exemplares.

Comentar a produção literária do autor

Destacar as qualidades do autor/ Apresentar o autor

Tamanha performance acabou chamando a atenção dos órgãos de repressão da ditadura militar, como o DOPS, que prendeu e processou o poeta por «posse e divulgação de material pornográfico», gerando uma reação em cadeia, que contou com a defesa pública do poeta por ninguém menos do que o itabirano Carlos Drummond de Andrade, cuja participação nos protestos contra a detenção de Behr foi crucial para que ele fosse solto, e o processo, arquivado.

Livres, leves e soltos, os versos vitais e pulsantes de Nicolas Behr não envelheceram com o tempo. A «laranja seleta» que agora vem ao lume é saborosa, com direito a poemas que eram lidos e decorados em botequins não só de Brasília, como de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte. Trata-se de um lirismo que transcende o mero panfleto.

Avaliar o estilo literário do autor

Destacar as qualidades do autor/ Avaliar a obra

Há em Nicolas Behr uma preocupação com a lapidação da linguagem, uma mescla entre rigor e equilíbrio que deságua em um território doce. Poucos autores conseguem extrair do cotidiano, suas delícias e dissabores, a matéria-prima de uma poesia vivaz. A coloquialidade é um grande trunfo, sobretudo a capacidade de Behr em captar diálogos. Meteorologista de vocábulos e imagens alheios, reprocessadas em seu liqüidificador voraz e veloz, Nicolas sabe que a poesia pode ser, antes de mais nada, clima.

Destacar as qualidades do autor

Classificar o autor/ Destacar as qualidades do autor

Na contracapa de «Laranja Seleta», o poeta gesta pequeno texto de natureza confessional, quase um balanço de ofício. É válida sua reprodução na íntegra. «Trinta anos atrás, eu tinha 18 anos. Nunca mais vou ter 18 anos. Nunca mais vou ter o furor de escrever «Chá Com Porrada». O crescimento é inexorável. Mas continuo cheio de dúvidas, cheio de conflitos. Não tenho certeza de nada. As matrizes que permanecem são as da rebeldia. Da não-aceitação de regras prontas para a poesia. Poesia não aceita camisa-de-força. Na poesia, vale tudo, até mentir. Hoje, talvez, minha poesia seja mais existencialista, mais cama, mesa e banho. Mais doméstica. Mas não domesticada. Na verdade, hoje tento romper comigo mesmo», salienta.

No novo livro, Nicolas Behr revela sua relação híbrida de paixão e ódio por Brasília, redimensionada por ele no livro «Por Que Construí Braxília», lançado em 1993. A «Braxília» de Behr. Sintam só esse poema sem título: «desço aos infernos/pelas escadas rolantes/da rodoviária de Brasília/meu corpo boiando/no óleo que ferve/um pedaço do teu coração/num pastel de carne/SQS ou SOS/eis a questão!»



## Admiração pelo bardo de Brasília

Avaliar/analisar o estilo literário do autor/Descrever a obra

O poeta e diplomata Francisco Alvim («Passatempo», «Elefante») é o responsável pela concha auditiva literária do livro do amigo e companheiro de geração Behr. Na orelha, ele evidencia sua admiração pelo bardo de Brasília. «Há muitas entradas e saídas na poesia de Nicolas Behr. Como se trata de uma poesia em que a noção de movimento, do lugar de onde parte o autor em direção ao mundo, é fundamental essa idéia de situações em movimento, que se abrem e se fecham para o poeta», escreve Alvim.

«A poesia de Nicolas, para mim, é a poesia do homem que se move, do homem em travessia, que sai de um ponto em direção a outro. Num certo sentido, é uma poesia da geometria do caminhar, de um traçado que se torna aparente na luz do movimento. Nesse ir e vir, é a poesia de um homem que se pensa, que se busca e que estabelece uma interlocução permanente e desesperada com o espaço imediato e contíguo da cidade, no caso, Brasília, a qual retrata, de modo intermitente, o real em sua pseudo-aparência ou verdade, espelho em que este homem procura o contorno de si», complementa Francisco Alvim.

«Laranja Seleta» - De Nicolas Behr. Editora Língua Geral, 172 páginas, R\$ 32,50

(Fonte: CUNHA, A. Lirismo que transcende o mero panfleto. **Hoje em dia**, Belo Horizonte, 25 nov. 2007. Caderno Plural)

No texto HD251107, foram materializadas 11 (onze) realizações do propósito comunicativo “avaliar o autor”. No primeiro parágrafo, identificamos a intercalação do movimento retórico *classificar o autor* com o movimento retórico *fornecer informações sobre a vida e/ou obra biográfica do autor*. Nesse mesmo parágrafo, encontramos um bloco textual que se caracteriza por *comentar a produção literária do autor*.

No segundo parágrafo, observamos a realização do movimento retórico *classificar o autor* e do movimento retórico *fornecer informações sobre a obra*. O resenhista categoriza o autor como o “mais autêntico poeta de Brasília nos últimos 30 anos”. Em seguida, o produtor tece comentários sobre a produção literária do autor.

No terceiro parágrafo, o resenhista destaca as qualidades do autor sem contudo nomeá-las quando afirma que a admiração de Carlos Drummond de Andrade por Behr o salvou no episódio da prisão à época da ditadura militar. “Tamanho performance” é a expressão utilizada pelo produtor para destacar as virtudes de Behr. Na passagem que corresponde ao 3º parágrafo, temos o imbricamento de 02 (dois) movimentos retóricos, a saber: *fornecer informações sobre a vida biográfica e/ou literária do autor e destacar as qualidades do autor*.

O quinto parágrafo é iniciado com uma avaliação sobre o *modus operandi* do autor ao produzir seus poemas. A seguir, o resenhista destaca novamente as qualidades do autor sem nomeá-las quando afirma que “poucos autores conseguem extrair do cotidiano, suas

delícias e dissabores, a matéria-prima de uma poesia vivaz”. Nesse excerto, ocorre a imbricação da avaliação da obra como um todo com o destaque das qualidades do autor. O resenhista segue pondo em relevo as virtudes do autor, contudo ele é mais direto quando afirma que a “coloquialidade” do autor é “um grande trunfo” e que Behr tem a “capacidade” de “captar dialógos”. O parágrafo é finalizado com a imbricação de dois movimentos retóricos, a saber: *classificar o autor e destacar as qualidades do autor*.

A análise/avaliação do estilo literário do autor é feita pelas palavras de Francisco Alvin na última parte do texto denominada como “admiração pelo bardo de Brasília”. Nessa longa passagem, há a imbricação de dois movimentos retóricos que são: *descrever o conteúdo dos gêneros introdutórios e avaliar o estilo literário do autor*. Enfim, a resenha HD251107 realiza diferentes propósitos comunicativos como: “apresentar a obra”, “apresentar o autor”, “descrever a obra”, “avaliar a obra” e “avaliar o autor”. Esse texto se caracteriza por ter um teor mais avaliativo que informativo. Uma das razões para essa percepção é uma forte presença de passagens que avaliam a figura do autor.

A análise textual do propósito comunicativo “avaliar o autor” nos permitiu identificar 06 (seis) movimentos retóricos, sendo 04 (quatro) considerados significativos que são: *destacar as qualidades do autor, avaliar/analisar o modus operandi do autor ao produzir a obra, classificar o autor e comentar a produção literária do autor*. Os resultados obtidos nos possibilitaram elaborar as seguintes afirmações:

- Esse propósito pode materializar-se de forma predominante em algumas resenhas e conseqüentemente tornar o texto mais avaliativo e menos informativo;
- O propósito comunicativo “avaliar o autor” e o conjunto de movimentos retóricos se caracterizam como informações típicas das resenhas produzidas na comunidade jornalística;
- A presença desse propósito é referendada pela literatura da área de Jornalismo e pelas declarações de alguns informantes, havendo, assim, uma convergência entre o que é “dito” e o que é “feito”;
- A presença desse propósito pode se explicar também porque na comunidade jornalística o fato de um autor ser conhecido pode ser um requisito para a escolha da obra a ser resenhada;
- As respostas dos informantes indicaram consensualmente que não se deve fazer avaliações de caráter pessoal, mas em algumas resenhas observamos a realização deste tipo de avaliação. Mais uma vez, ratificamos a resenha não-acadêmica como um espaço

de inserção de propósitos comunicativos específicos.

#### 4.3.6 O propósito comunicativo de “discutir um tema”

O propósito comunicativo denominado “discutir um tema” apresentou uma frequência média muito baixa, apenas 0,19 por resenha. Embora seja um propósito referendado pela literatura da área de Jornalismo, sua realização é bastante rara, variando desde uma frequência nula até no máximo 03 (três) aparecimentos por resenha<sup>209</sup>. Identificamos apenas alguns textos em que essa informação está presente. Apenas 03 (três) movimentos retóricos materializam o propósito que são: *concordar com a opinião do autor sobre o tema, discordar da opinião do autor sobre um tema e explorar a temática da obra*. A tabela 09 ilustra a frequência de cada movimento retórico.

Tabela 09: Frequências e médias dos movimentos retóricos do propósito comunicativo “discutir um tema”.

MOVIMENTOS RETÓRICOS		Aparece		Medidas	
		Não	Sim	Média	Desvio
Concordar com a opinião do autor sobre um tema	N	89	5	0,05	0,22
	%	94,7	<b>5,30</b>		
Discordar da opinião do autor sobre um tema	N	91	3	0,04	0,25
	%	96,8	<b>3,20</b>		
Explorar a temática da obra	N	89	5	0,10	0,44
	%	94,7	<b>5,30</b>		

Como pode ser observado na tabela 09, todos os movimentos retóricos deste propósito comunicativo são raros. Considerando que para ser classificado como raro o movimento teria que atingir um percentual de até 15%, os índices apontaram apenas 3,20% e 5,30% de realização. Por outro lado, apesar de ser uma informação incomum, 03 (três) dos 06 (seis) jornalistas e/ou professores de Jornalismo indicaram que este é um propósito esperado nas resenhas não-acadêmicas. O I06 foi bastante enfático em sua declaração, conforme está ilustrado abaixo.

(72) *Análise da temática central da obra, com posicionamento crítico a respeito das idéias desenvolvidas pelo autor.* (I03)

Uma das informantes especialistas, por sua vez, afirmou que o “desenvolvimento do tema” é uma das informações essenciais em suas resenhas.

(73) *As informações essenciais são o tema da obra, o esboço biográfico do autor, o tipo de abordagem e de desenvolvimento do tema e sua importância para o leitor em geral. Todo o resto é acessório.* (IE09) (Grifo)

<sup>209</sup> Ver tabela 06 do Apêndice 1.

nosso)

Corroborando com essa opinião, o IE11 considera que o debate do conteúdo do livro é um dos objetivos que devem ser desenvolvidos em suas resenhas.

(74) *Informar aos leitores o conteúdo do livro, seu contexto e a linha intelectual do autor. Também provocá-lo a ler o livro ou debater o seu conteúdo.* (IE11) (Grifo nosso)

No trecho 98 da resenha GP080907, o resenhista está comentando o livro “Arquitetura Kitsch Suburbana e Rural” e nos dois últimos parágrafos discute sobre o tema, a arquitetura *kitsch*, que é o foco do livro. Nessa passagem, o produtor apresenta sua opinião sobre esse tipo de arquitetura, calcando-se nos conceitos dos autores do livro.

EXCERTO 98

Quase três décadas se passaram e o kitsch ainda segue firme na arquitetura brasileira. “Ela está viva nos subúrbios e nas periferias dos grandes centros urbanos. Um sinal de sua pujança é o ‘neo-kitsch’, que incorpora em sua estética elementos novo-ricos como o estilo ‘colonioso’, o vidro blindex fumé, o alumínio, estátuas gregas nos jardins e o uso indiscriminado de ladrilhos hidráulicos nas fachadas e nos interiores das moradias”.

A arquiteta comenta também que as manifestações de “não-arquitetura” ainda são detonadas pelas classes dominantes. “Por exemplo, todo indivíduo das classes médias cariocas quer morar em prédios altos, mas quando os moradores da Rocinha constroem 11 andares no alto da favela, isto é visto como absurdo. Logo, como diria Baudrillard (filósofo e sociólogo francês), se ‘a verdade é o ponto de vista do vencedor’, a estética kitsch e popular pode ser vista em certos momentos como cult, sem no entanto ser unanimemente aceita e fruída sem preconceitos”, finaliza. (GP080907)

Em resenhas de biografias, o resenhista pode fazer comentários sobre o biografado, constituindo-se, portanto, em um tema para debate. É o caso da resenha GP051207, nela o produtor corrobora com a opinião do autor sobre o estilo de vida do cantor Tim Maia.

EXCERTO 99

Pena que Tim Maia nunca tenha gravado “Exagerado”, primeiro grande hit da carreira-solo de Cazuza. Deveria tê-la incorporado ao seu repertório. A canção, a começar por seu título, descreve muito do que foi o cantor. Contenção, sutileza, discrição? Essas palavras não faziam parte do vocabulário do cantor, para quem viver sem ser “no talo”, extrapolando todo e qualquer limite, não faria qualquer sentido. Seria o equivalente a vegetar. (GP051207)

O propósito comunicativo “discutir um tema” pode ser também realizado pelo movimento retórico *discordar da opinião do autor sobre um tema*. Ao analisar a obra “Tempestades de Ritmos” de Ruy Castro, o resenhista debate um tópico apresentado pelo autor no livro, divergindo de sua posição. Um trecho da resenha HD220707 ilustra essa afirmação.

EXCERTO 100

Com relação a Chet Baker, um dos ícones máximos da história do jazz no século XX. Ruy Castro é ainda mais mordaz do que foi com as análises de Miles Davis. Chega a exagerar ao garantir que, nos últimos anos, tomado pelas drogas e sem vários dentes na boca, Baker era horrível.

Isto definitivamente Baker não foi. Mesmo na miséria, gravando com acompanhantes sofríveis, manteve viva sua aura cool, buscando forças sabe-se lá onde para cantar. São discos imprescindíveis como a trilha do documentário «Let’s Get Lost», rodado na Europa, revelado a decadence avec elegance de Chet, fato que Ruy Castro teima em querer não enxergar. (HD220707)

Outro movimento retórico que pode materializar o propósito de “discutir um tema” é *explorar a temática da obra*. Através desse movimento, o resenhista nem concorda nem discorda do autor apenas discorre sobre o tema que contém o livro. No trecho 101 da resenha ESP180207, o produtor apresenta a visão de Nietzsche sobre a raça humana.

#### EXCERTO 101

Em algum remoto rincão do universo cintilante, que se derrama em um sem-número de sistemas solares, havia uma vez um astro em que animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da história universal: mas também foi apenas um minuto. Passados poucos fôlegos da natureza, o astro congelou-se e os animais inteligentes tiveram que morrer.” Eis como Nietzsche, em um de seus belos escritos, pretende mostrar o quão fugaz e lastimável é o intelecto humano no seio da natureza (“houve eternidades em que ele não existia...”) ou quanto é fugaz o próprio homem, apesar de toda a sua arrogância e pretensão. Sem dúvida, é inegável que o homem tem razões de sobra para se sentir superior às outras espécies. Afinal, que outro animal neste mundo obteve tamanho domínio sobre a matéria e sobre a vida dos outros seres? Somos os senhores do planeta (ou quase isso, pois como bem diz o paleontólogo e zoólogo Stephen Jay Gould, os verdadeiros donos do mundo são as bactérias). (ESP180207)

No trecho 102 do texto ESP311206, ao comentar o livro “Introdução ao Existencialismo” a resenhista explica o que significa existencialismo e suas diferentes correntes.

#### EXCERTO 102

De um modo geral, aquilo que chamamos comumente de existencialismo é um conjunto de filosofias ou de diretrizes filosóficas que têm em comum (a despeito de suas inúmeras diferenças) “a análise da existência”. [...] Assim, temos, de um lado, uma corrente existencialista atéia (representada por Sartre e Heidegger) e, de outro, uma cristã (representada por Gabriel Marcel e Karl Jaspers), além de um existencialismo literário, de influência mais nietzschiana, que tem em Albert Camus o seu maior expoente. Mas, a questão se complica ainda mais pelo fato de que o próprio Heidegger recusou repetidamente o rótulo de “existencialista” e preferiu se intitular um “filósofo do ser”. Sem dúvida, a sua filosofia não tem como meta a existência humana, mas faz dela uma via de acesso para chegar ao “ser autêntico” (seja lá o que isso queira dizer). Pelo visto, apesar de se julgar o primeiro filósofo a romper com a metafísica, Heidegger nunca conseguiu fugir completamente dela (como atesta sua recorrente problemática em torno do ser). (ESP311206)

Embora “discutir um tema” seja uma informação que encontre respaldo na literatura da área de Jornalismo<sup>210</sup>, esse propósito materializou-se em 03 (três) movimentos retóricos, todos categorizados como raros. Conseqüentemente, pouquíssimos textos apresentaram uma predominância desse propósito comunicativo (cf. ESP180207 no Anexo 1). Esse fato nos leva a considerar que mesmo sendo uma informação que pode ser encontrada em resenhas não-acadêmicas, não se apresentou como recorrente na análise textual.

### 4.3.7 O propósito comunicativo de “recomendar a obra”

O propósito comunicativo “recomendar a obra” obteve a mais baixa frequência de

---

<sup>210</sup> Piza (2007, p. 71), por exemplo, prevê um tipo de resenha que se caracteriza por ter “pegada mais sociológica” que é aquela que tem como informação dominante discutir um dado tema.

realização nas resenhas analisadas. Ao contrário das resenhas acadêmicas em que esse propósito é considerado fundamental na organização retórica<sup>211</sup>, na comunidade jornalística essa informação não se apresentou como essencial. Embora não tenha sido identificada como uma informação recorrente na análise textual, um dos informantes especialistas apontou a indicação dos melhores trabalhos como um objetivo que é realizado pelas suas resenhas. Corroborando com essa opinião, 02 (dois) dos professores de Jornalismo e/ou jornalistas inquiridos também indicaram a recomendação da obra como uma informação esperada nas resenhas não-acadêmicas. O que se realiza na superfície textual e o que declaram os resenhistas parece indicar uma contradição, mas, a nosso ver, o fato de um dado livro ser resenhado em um jornal ou revista já indica que ele é, de alguma forma, recomendado. Essa afirmação repousa nas declarações dos resenhistas que afirmaram algumas vezes que, em geral, não desperdiçam o espaço do jornal ou revista com títulos que não tenham nenhum atrativo.

Nas resenhas analisadas, esse propósito apresentou uma frequência de realização entre 0 (zero) a 02 (duas) aparições, conforme está ilustrado na tabela 07 do Apêndice 1. Enquanto, nas resenhas acadêmicas, o resenhista pode não recomendar a obra, nas resenhas não-acadêmicas identificamos apenas a recomendação. Daí, esse propósito materializar-se com apenas 02 (dois) movimentos retóricos que são excludentes, ou seja, ou o resenhista recomenda a obra com restrições ou a recomenda sem restrições. A frequência de realização de cada um desses movimentos está ilustrada na tabela 10.

Tabela 10: Frequências e médias dos movimentos retóricos do propósito comunicativo “recomendar a obra”.

MOVIMENTOS RETÓRICOS		Aparece		Medidas	
		Não	Sim	Média	Desvio
Recomendar a obra sem restrições	N	84	10	0,14	0,43
	%	89,4	<b>10,60</b>		
Recomendar a obra com restrições	N	90	4	0,04	0,20
	%	95,7	<b>4,30</b>		

Como pode ser visualizado na tabela 10, ambos os movimentos retóricos foram considerados raros, pois obtiveram um percentual de realização abaixo de 15%. *Recomendar a obra com restrições* apresentou um percentual ainda mais baixo, de apenas 4,30%. Isso significa dizer que a ação retórica de resenhar na comunidade jornalística é uma ação de indicação de livros, como expôs o IE08. Na análise textual, observamos que mesmo que a

<sup>211</sup> Motta-Roth (1995) identificou percentuais acima de 80% dessa informação em resenhas da área de Química, de Linguística e de Economia. Araújo (1996), por sua vez, identificou de 96,25% de ocorrência da informação *recomendar/desaprovar o livro*.

obra tenha recebido uma avaliação mais negativa que positiva, ela foi recomendada pelo resenhista, ou seja, o produtor sempre indicava uma razão para se ler o livro resenhado. Uma possível explicação para esse fenômeno esteja no fato de que não se deve desperdiçar espaço no jornal apenas com críticas negativas. Essa afirmação é corroborada por alguns informantes especialistas quando afirmaram que não escreveriam uma resenha de livros que não houvesse nenhum elogio.

Para eles, as razões para justificar os elogios nas resenhas dos livros são as mais diversas, vão desde explicações sobre a utilização do espaço do jornal até a relação entre críticas negativas e espaço geográfico. O IE04 e o IE06, por exemplo, comentam que evitam fazer críticas muito negativas em livros de autores conterrâneos. Já o IE10 justifica as avaliações positivas de suas resenhas, embasando-se na promoção do estímulo à leitura. As justificações dos resenhistas estão abaixo transcritas.

(75) [...] não ocupo espaços em jornais com não-indicações de leitura. (IE01)

(76) Não, nunca. Só indico os bons livros. (IE03)

(77) Sim, embora reconheça que isso é menos comum. E tende a ser menos numa cidade pequena, onde o circuito cultural é cheio de pequenos vícios e práticas de camaradagem. Numa outra escala, isso também pode ser visto em metrópoles como São Paulo e Rio. A diferença é que, lá, a imprensa habitou-se a criticar abertamente. Aqui, por alguma razão, teme-se o julgamento frio, direto, sem meias palavras. Busca-se muitas vezes o meio-termo, ainda que a obra em questão seja ruim. Acho que isso é medo mesmo. Medo de encontrar o autor da obra em algum evento ou festinha e ter de se explicar. O que é uma total loucura, porque o que está dito é opinião e não lei pétrea. (IE04)

(78) Isso depende da dimensão dessa obra. Não acho que seja o caso de publicar uma resenha apenas criticando um livro com projeção praticamente nula. (IE05)

(79) Não se publicam (como antes afirmei) críticas cáusticas, corrosivas, sobre autores cearenses, por uma questão de respeito – o silêncio é a cimitarra mais cruel. Por outro lado, uma resenha não necessita, obrigatoriamente, conter elogios. Ela pode, muito bem, palmilhar um livro como um observador neutro, que se põe à distância, portador de uma simples apresentação da obra. (IE06)

(80) Se penso que a crítica literária deve fomentar a leitura, não há motivo para escrever sobre um livro ruim. Escolho autores cujo trabalho aprecio. Quero que livros de bons escritores circulem. Essa é minha função. (IE10)

A recomendação da obra pode ser realizada a partir da recomendação do autor como é o caso da resenha DC090808. No excerto 103, há a metonímia do uso do nome do autor pelo nome da obra.

EXCERTO 103

[...] mostrando que o autor precisa e merece ser lido. (DC090808)

Já no excerto 104 dessa mesma resenha, o produtor é mais enfático na recomendação da obra. A utilização de verbos no imperativo transmite essa idéia, embora o

resenhista tenha afirmado anteriormente que o livro “não deva ser entendido como uma pérola”:

EXCERTO 104

Procure, encontre, compre e leia. (DC090808)

Nem sempre a recomendação da obra é textualizada através do uso de imperativos afirmativos, na resenha DC200807 a utilização da expressão “certamente integrará” utilizada pelo resenhista permite compreendermos que a obra está sendo recomendada sem restrições.

Ou seja, o livro será inevitavelmente comprado pelos apreciadores de cinema.

EXCERTO 105

Pois bem, a obra de arte em forma de livro que resenho hoje, certamente integrará a biblioteca desses letrados apreciadores da sétima arte. (DC200807)

Em algumas resenhas, a recomendação da obra é feita de forma bastante direta e coloquial como no caso do excerto 106 da resenha DC200807.

EXCERTO 106

Taí, o livro está indicado. (DC200807)

No trecho 107 da resenha DC120507, o produtor coloca para os leitores a recomendação da obra como uma questão de necessidade cultural. Ao utilizar a modalidade deôntica com valor semântico de obrigação, a recomendação transforma-se em um dever a ser cumprido pelo cidadão.

EXCERTO 107

Enfim, estas são algumas razões para ler este livro. Em verdade, no conjunto, a obra atesta que devemos confiar na cultura da Civilização. É preciso crer nas luzes de seu conhecimento e verificar que sempre é tempo de enaltecer as grandes obras da Humanidade. (DC120507)

A recomendação do livro pode se materializar na forma de um convite à leitura como é o caso do trecho 108 da resenha OP010308.

EXCERTO 108

É conto ou crônica? Melhor deixar de lado qualquer pretensão de compartimentalização e ir se haver com sertanejos e extraterrestres. (OP010308)

Na recomendação com restrições, mesmo criticando negativamente alguns aspectos do livro, a obra é indicada pelo resenhista. No trecho 109 da resenha RV290807, o produtor censura a postura dos livros do tipo “resumo cultural” que concebem a cultura como algo que se esgota e é fugídio, e, em seguida, ele recomenda a leitura da obra, indicando uma razão para os leitores lerem esse tipo de obra.

EXCERTO 109

Em vez de escorrer pelo ralo, a cultura está em toda parte. Por isso, os manuais da cultura são úteis – para quem souber tomá-los com um grão de sal e desconfiança, e como leitura introdutória, é claro. (RV290807)



Na resenha ESP150407, conquanto o resenhista tenha afirmado no início do texto que “a construção estilística tem contínuos e enormes problemas”, ele recomenda a obra.

EXCERTO 110

Não desaconselho a leitura do livro, de maneira nenhuma. Ao contrário, ele serve como uma espécie de amostra dos inúmeros problemas que abatem a nossa prosa nos últimos anos. (ESP150407)

Enfim, as análises textuais e as falas dos resenhistas apontam para o seguinte fato: se a obra mereceu ser resenhada, conseqüentemente merece ser lida. As avaliações negativas que foram mencionadas não chegam a desaconselhar a leitura do livro. Outro aspecto que merece ser destacado é o que se refere à posição dessa informação nos textos. Enquanto nas resenhas acadêmicas, essa informação se localiza, geralmente, na posição final dos textos, nas resenhas não-acadêmicas sua posição textual é bastante diversificada, ou seja, pode aparecer no meio como no final do texto, bem como pode realizar-se mais de uma vez. Essa constatação traz conseqüências para a configuração textual que será explicitada na última seção do capítulo.

A baixa freqüência do propósito comunicativo “recomendar a obra” nos leva a inferir as seguintes possibilidades: essa informação representa um resquício do *habitus* dos especialistas na comunidade jornalística e coerções do tipo espaço editorial pode se constituir como um fator condicionante que interfere na produção de resenhas que recomendem a obra, apesar das restrições apresentadas pelo resenhista. As declarações dos informantes confirmaram essa percepção e talvez seja por isso que não tenha sido identificada na análise textual a informação não-recomendação da obra. Esse aspecto contrasta com as resenhas acadêmicas que tem o propósito comunicativo “(não) recomendar a obra” como uma informação recorrente, inclusive permitindo ao resenhista não indicar o livro resenhado.

A materialização desse propósito também coaduna-se com as falas dos informantes que declararam como funções da resenha indicar bons livros ou promover o encontro do livro com o leitor, apenas para citar alguns exemplos. Como está referendado na literatura da área de Jornalismo, a resenha pode desempenhar funções muito mais amplas do que apenas apresentar ao público-leitor a apreciação de uma dada obra (ver MELO (2003) que apresenta um conjunto de funções para a resenha).

#### **4.3.8 Outros propósitos comunicativos das resenhas não-acadêmicas**

Além dos propósitos comunicativos de “apresentar a obra”, “apresentar o autor”, “descrever a obra”, “avaliar a obra”, “avaliar o autor”, “discutir um tema” e “recomendar a

obra”, foram identificadas outros tipos de informações em resenhas não-acadêmicas. A diferença entre essas informações e as identificadas acima está na baixíssima frequência de aparecimento nos textos analisados. Sem a pretensão de exaustividade na descrição de outros propósitos comunicativos, apresentaremos apenas algumas das informações que constituíram a organização retórica das resenhas não-acadêmicas que foram: “avaliar a atividade de resenhar”, “avaliar o autor ou a obra que não o autor ou a obra em análise”, “comentar um evento”, “recomendar sites”, “descrever a vida biográfica/literária de uma pessoa citada na obra”, “enviar um recado dos autores do livro”, “descrever uma obra que tenha relação com o livro analisado”, dentre outras. Destacamos, ainda, que essas informações se justificam nas resenhas porque guardam alguma relação com a obra e o autor analisados.

No trecho 111 da resenha DC090808, o produtor avalia a ação retórica de resenhar e esta informação se justifica pelo fato de que ele está resenhando um livro de um autor conterrâneo. O resenhista aproveita, então, para fazer reflexões sobre o seu fazer.

#### EXCERTO 111

Resenhar um livro nesta Cuiabá que vai virando metrópole, mas ainda carregada de ares provincianos, não é tarefa fácil. O jornalismo crítico precisa ser sincero e isento, livre de relações pessoais. Isso ou quase isso me disse, em 2006, quando aqui estive para palestrar num seminário de jornalismo cultural, o Jotabê Medeiros, do jornal O Estado de São Paulo. “Mas, como farei isso, se conheço quase todos os artistas daqui?”, indaguei-lhe. Ele disse que não sabia ao certo, mas que eu não deveria deixar de fazer os tais textos críticos. “Cara, prepare o lombo...”, disse pelo telefone a Luís Gonçalves, na segunda-feira passada, quando terminei de ler “Plano Djibóia”, e precisava pegar informações complementares sobre a obra. Eu não queria fazer isso, mas a leitura do livro me incutiu uma dúvida doída. Precisava saber exatamente quando ele havia sido escrito, para entender melhor as vicissitudes da trama, que é banhada de verossimilhança. (DC090808)

Muitas obras que são resenhadas já foram adaptadas para o cinema, daí alguns resenhistas inserirem em seu texto comentários sobre os filmes. Este é o caso do trecho 112 da resenha CP080907 que materializa a informação “avaliar o autor ou a obra que não o autor ou a obra em análise” e a informação “descrever uma obra que tenha relação com o livro analisado”.

#### EXCERTO 112

Apesar da boa repercussão do livro no mercado norte-americano, o filme de Murphy não teve fôlego suficiente nas bilheterias dos Estados Unidos para garantir o seu lançamento nos cinemas brasileiros. Terminou sendo lançado diretamente em DVD. Annette Bening (indicada ao Globo de Ouro de Melhor Atriz em Comédia ou Musical, que perdeu para Meryl Streep) rouba a cena do resto do elenco (que inclui até mesmo Gwyneth Paltrow) no papel da mãe de Auguste, Deirdre, uma aspirante à poetisa, depressiva e com vários ataques psicóticos, que termina largando o filho na casa de um psiquiatra, o Doutor Finch, um profissional excêntrico que dizia ser capaz de prever o futuro a partir de seus excrementos. (CP080907)

No trecho 112 da resenha CP080907, o resenhista inicia o parágrafo falando da repercussão do livro, depois comenta a repercussão do filme e por fim o descreve. As informações sobre a falta de êxito do filme é uma informação que avalia a obra que não é a

obra que está sendo resenhada, já as informações sobre o enredo do filme materializa o propósito “descrever uma obra que tenha relação com o livro analisado”.

Como foi colocado anteriormente, esses “outros” propósitos comunicativos identificados nas resenhas não-acadêmicas têm uma relação maior ou menor com a obra ou autor analisados. Na resenha DC200807, a única relação da informação *comentar um evento* com o livro resenhado é a afirmação do resenhista que diz que foi assistir ao espetáculo motivado pela leitura do livro “A música do filme: tudo o que você gostaria de saber sobre a música de cinema” do autor Tony Berchmans. Nesse bloco textual, o próprio resenhista categorizou sua digressão como um “registro jornalístico”, ao mesmo tempo em que retoma o texto da resenha utilizando a expressão “voltando ao livro”. Essa afirmação está ilustrada no trecho 113.

EXCERTO 113

Sábado passado, a noite cultural cuiabana foi premiada com um concerto gratuito da Orquestra Giovanile Italiana. O grupamento apenas é formado por instrumentos de sopro e percussão, sem o naipe das cordas. Na verdade, assemelha-se mais a uma banda marcial, daquelas de ‘coreto’ no domingo pela tarde. Fui conferir esta apresentação do grupo musical da região do Piemonte (Província de Turim), que se deu no largo da Igreja São Benedito. Motivado pela leitura do livro de Tony Berchmans, esperava ouvir alguma trilha sonora composta pelos italianos Ennio Morricone, ou quem sabe, Nino Rota. Porém a coisa toda ficou na linha operística convencional do tipo ‘pastrofe’ de Puccini, Verdi, Albinoni e Rossini. [...]

Voltando ao livro, observa-se que ele suplanta em muito a mera “cultura interneteira” cotidiana sobre cinema. (DC200807)

Nos trechos 114 e 115, os resenhistas recomendam *sites* das respectivas editoras das obras que foram resenhadas. No primeiro exemplo, a recomendação do *site* da editora é explícita haja vista o resenhista utilizar o verbo “sugere-se”, já no segundo exemplo a recomendação funciona como um convite quando o resenhista afirma “vale a pena conhecer”.

EXCERTO 114

Sugere-se também o “sítio na Web” da Editora Escrituras que apresenta uma variada gama de obras muito interessantes. E tenham todos uma boa leitura! (DC200807)

EXCERTO 115

Ao depois, encantou-me passear pelo sítio na Internet da Annablume Editora e Comunicação. Esta empresa do bairro paulista de Pinheiros tem uma coleção que vale a pena conhecer. (DC140707)

Encontramos também na organização retórica das resenhas analisadas a informação enviar um recado. Essa informação se materializou no trecho 116 da resenha OP181008 e se justifica pelo fato de o resenhista ter apresentado anteriormente aos leitores a difícil trajetória seguida pelos autores na produção do livro. Essa informação somente aparece nas resenhas não-acadêmicas porque estão inclusos nesses textos excertos de entrevistas com os autores dos livros. Enviar um recado é iniciado pela expressão “a propósito”, funcionando como uma lembrança momentânea do resenhista para os seus leitores.

#### EXCERTO 116

A propósito, Lin aproveita para mandar um recado aos fazedores de quadrinhos. "No Brasil você tem boas histórias, do ponto de vista da imagem, mas do ponto de vista da narrativa, do roteiro, é um problema. Mas não acho que isso seja falta de um curso específico para formar bons roteiristas de quadrinhos. O que falta mesmo é as pessoas que fazem quadrinhos lerem. O ponto inicial disso é a leitura, a literatura. O resto é técnica." Mesmo quando se quer desenhar, a leitura é fundamental, atesta. (OP181008)

A informação “descrever biografia/obra literária de uma pessoa citada na obra” se materializou no trecho 117 da resenha DC140707 e no trecho 118 da resenha HD290707. No texto DC140707, o resenhista explica para os leitores quem é o músico Luigi Nono, descrevendo fatos de sua vida. Essa informação mune os leitores de conhecimento não-compartilhado ao mesmo tempo em que apresenta o resenhista como uma pessoa que tem conhecimento apurado sobre o tema. O comentário sobre a vida do músico Luigi Nono é considerado pelo resenhista como uma digressão, quando ele afirma na porção textual seguinte “de volta a obra em resenha”.

Já no texto HD290707, o resenhista abre literalmente um parêntese para informar aos leitores a produção literária do poeta Boris Pasternak. A obra em análise é “Poesia da recusa” e nela foram traduzidos poemas de autores pouco conhecidos. Os exemplos 117 e 118 ilustram essas afirmações.

#### EXCERTO 117

Versando sobre termos como “música menor” e “música maior”, Nascimento estabelece parâmetros para melhor compreensão da arte de compositores como Luigi Nono (1924-1990). Este músico italiano lecionou nos cursos de Darmstadt, tornando-se destaque vanguardista do pós-guerra. Íntimo da música moderna foi casado com a filha de Schoenberg. Dedicou-se a experimentos com a eletrônica nos anos 60, além de teatro musicado nos anos 80. Sua ópera “Intolleranza” causou raiva em Veneza logo na estréia por usar de projeções visuais e som eletrônico.

De volta a obra em resenha, é claro que Guilherme Nascimento faz rigorosa menção aos reflexos dessas tendências da música pós-moderna também no Brasil. (DC140707)

#### EXCERTO 118

No entanto, são os poetas russos o grande destaque desta coletânea. Augusto de Campos simplesmente arrasa em suas transcrições de versos de Aleksandr Blok, Anna Akhmátova, Boris Pasternak (criador do célebre romance «Doutor Jivago», odiado pelo regime comunista e adaptado ao cinema pelo diretor David Lean), Óssip Mandelstam, Sierguéi Iessiênin e Marina Tzvietáieva (também traduzida ao português pelo amigo e colega de ofício Décio Pignatari). (HD290707)

Ao descrever a obra, o resenhista pode fazer citações que foram utilizadas pelo autor da obra. Esse é o caso do trecho 119 da resenha OP011108 que materializa o propósito comunicativo “citar textos de outros autores”.

#### EXCERTO 119

Logo no início do livro, Virginia lança mão de um enunciado alheio, Life of Gray, do médico e escritor londrino nascido dois séculos antes dela, Samuel Johnson. Diz a autora que as frases a seguir, ditas por Johnson, deveriam estar estampadas em placas nas bibliotecas: "Agrada-me concordar com o leitor comum; pois no senso comum dos leitores, não corrompido por preconceitos literários, a despeito de todos os refinamentos da sutileza e do dogmatismo do aprendizado, devem finalmente decidir-se todas as pretensões de reputação poética". (OP011108)

A realização dos propósitos comunicativos descritos nesta seção ilustra como as resenhas não-acadêmicas se constituem um espaço de realização das intenções particulares de seus produtores, que, por sua vez, estão associados aos propósitos comunicativos sociais que constituem a integridade genérica<sup>212</sup> das resenhas publicadas em jornais e revistas brasileiras no século XXI. Nessa perspectiva, os propósitos comunicativos identificados nas resenhas são importantes na compreensão de como a comunidade jornalística realiza a ação retórica de resenhar livros.

#### 4.4 A relação entre propósito comunicativo e tipo de livro, o produtor e a região

Considerando que a literatura de Comunicação sugere que livros de gêneros diferentes tenham propósitos comunicativos distintos, decidimos investigar se as variáveis o gênero do livro, produtor, região e suporte influenciam, de alguma forma, a realização dos propósitos comunicativos identificados (“apresentar a obra”, “apresentar o autor”, “descrever a obra”, “avaliar a obra”, “avaliar o autor”, “discutir um tema”, “recomendar a obra”) em resenhas não-acadêmicas. Das variáveis apontadas, o *software* selecionou apenas o gênero, o produtor, se colaborador ou jornalista, e a região. Essas variáveis apresentaram um índice de significância menor que 0,05 representando, assim, uma probabilidade relevante em termos estatísticos. A tabela 11 abaixo ilustra a relação entre o propósito comunicativo e o gênero.

Tabela 11: Estatísticas dos propósitos comunicativos por gênero.

Propósito comunicativo	Gênero	Número	Média	Desvio
Apresentar a obra F=4,485, p<0,05	Ficção	58	2,81	1,969
	<b>Não Ficção</b>	35	<b>3,77</b>	2,353
	Total	93	3,17	2,160
Descrever a obra F=5,012, p<0,05	Ficção	58	4,10	3,411
	<b>Não Ficção</b>	35	<b>6,00</b>	4,734
	Total	93	4,82	4,043

Como pode ser visualizado na tabela 11, amalgamamos os diferentes gêneros resenhados como romance, poesia, conto, crônica, ensaio, dentre outros em dois grandes grupos: obras de ficção e de não-ficção. Dessa divisão, apenas os propósitos comunicativos

<sup>212</sup> Segundo Bhatia (2004, p. 123), a integridade genérica “pode ser compreendida em termos de uma constelação típica de correlações de forma-função socialmente construída que representa um construto comunicativo institucional, acadêmico ou profissional e realiza um propósito comunicativo específico de um gênero em questão. Ela é essencialmente construída em um contexto de objetivos de uma cultura disciplinar e profissional que é freqüentemente associada a essa cultura. E é possível caracterizá-la em termos de características textuais internas e externas ou de uma combinação de tais características.”

“apresentar a obra” e “descrever a obra” mostraram-se sensíveis à variável gênero. Assim, em obras de não-ficção há uma maior probabilidade de realizar o propósito comunicativo “apresentar a obra” e “descrever a obra” do que em obras de ficção.

Considerando que a média de realização do propósito “apresentar a obra” é de 3,17 por resenha, as obras de não-ficção a ultrapassam, materializando esse propósito em uma média de 3,77, ao passo que as obras de ficção apresentaram uma média de realização desse propósito de apenas 2,81 por resenha. No que se refere ao propósito comunicativo “descrever a obra”, sua realização média é de 4,82 por resenha. Nas obras de ficção, a frequência média de aparecimento é de 4,10 e nas obras de não-ficção é de 6,00. Em suma, podemos afirmar que “apresentar a obra” e “descrever a obra” aparecem com mais frequência em obras de não-ficção. Esse resultado pode ser explicado se considerarmos que os resenhistas-jornalistas elaboram resenhas mais informativas de obras que eles não têm domínio de determinada área do conhecimento.

Outra variável investigada foi a figura do produtor de resenhas, questionamos se o fato de o resenhista ser colaborador ou jornalista influenciaria a escolha dos propósitos comunicativos na produção das resenhas não-acadêmicas. Segundo o *software*, o tipo de produtor é uma variável relevante apenas para três propósitos comunicativos, a saber: “apresentar o autor”, “avaliar o autor” e “recomendar a obra”. A tabela 12 ilustra os resultados obtidos com o cruzamento realizado.

Tabela 12: Estatísticas dos propósitos comunicativos por produtor.

Propósito comunicativo	Produtor	Número	Média	Desvio
Apresentar o autor F=4,057, p<0,05	Colaborador	21	0,38	0,590
	Jornalista	73	<b>1,36</b>	2,188
	Total	94	1,14	1,987
Avaliar o autor F=4,435, p<0,05	Colaborador	21	1,90	1,513
	Jornalista	73	<b>3,40</b>	3,170
	Total	94	3,06	2,943
Recomendar a obra F=8,358, p<0,05	Colaborador	21	<b>0,43</b>	0,676
	Jornalista	73	0,11	0,356
	Total	94	0,18	0,463

Os resultados indicam que “apresentar o autor” é um propósito comunicativo muito mais realizado por jornalistas do que por colaboradores. Considerando que a frequência média de aparecimento desse propósito é baixa nas resenhas não-acadêmicas, ou seja, de apenas 1,14 por texto, os colaboradores obtiveram uma média de apenas 0,38, enquanto que os jornalistas obtiveram uma média de 1,36. No que concerne ao propósito “avaliar o autor”,

os jornalistas materializam mais esse propósito em suas resenhas do que os colaboradores. Assim, em uma frequência média de 3,06 de aparecimento por resenha, os colaboradores realizaram apenas 1,90 por resenha, ao passo que os jornalistas o fizeram em uma média de 3,40, maior que a média geral.

Já “recomendar a obra” é um propósito que aparece mais nas resenhas produzidas por colaboradores. Assim, os colaboradores materializam uma frequência média de 0,43 por resenha, enquanto que os jornalistas apresentaram uma frequência média de 0,11. Destacamos que a materialização desse propósito é baixíssima nas resenhas não-acadêmicas, pois a média geral é de apenas 0,18 por resenhas, ou seja, esse propósito aparece menos de uma vez em cada resenha. Uma provável explicação para esse resultado é que “recomendar a obra” é um propósito comunicativo recorrente em resenhas acadêmicas e os colaboradores podem trazer essa prática discursiva para os textos que produzem na comunidade jornalística.

A região apresentou-se como uma variável relevante em relação aos propósitos comunicativos. Os resultados indicaram que os resenhistas da região Centro-Oeste utilizam com maior frequência os seguintes propósitos comunicativos: “apresentar a obra”, “avaliar a obra”, “recomendar a obra”, bem como outros propósitos. A tabela 13 ilustra esses resultados.

Tabela 13: Estatísticas dos propósitos comunicativos por região.

<b>Propósito comunicativo</b>	<b>Região</b>	<b>Número</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio</b>
Apresentar a obra F=3,308, p<0,05	Centro-Oeste	8	<b>4,75</b>	3,012
	Nordeste	16	2,25	2,145
	Sudeste	54	3,02	1,775
	Sul	16	3,88	2,419
	Total	94	3,18	2,150
Avaliar a obra F=3,786, p<0,05	Centro-Oeste	8	<b>9,88</b>	1,458
	Nordeste	16	6,31	3,772
	Sudeste	54	5,69	3,806
	Sul	16	5,13	2,655
	Total	94	6,05	3,653
Recomendar a obra F=19,470, p<0,05	Centro-Oeste	8	<b>1,13</b>	,835
	Nordeste	16	0,06	,250
	Sudeste	54	0,11	,317
	Sul	16	0,06	,250
	Total	94	0,18	,463
Outros F=4,289, p<0,05	Centro-Oeste	8	<b>1,13</b>	1,126
	Nordeste	16	0,38	,619
	Sudeste	54	0,26	,483
	Sul	16	0,44	,814
	Total	94	0,38	,674

Contudo, esse resultado não pode ser interpretado sem levarmos em conta que o número de resenhas da região Centro-Oeste foi o de menor quantidade em relação às outras regiões. Isso significa dizer que pode ter havido um enviesamento dos dados. Por outro lado, as médias da tabela 13 indicam uma aproximação entre a média geral e a média das resenhas produzidas na região Sudeste, região onde coletamos um maior número de textos, no que se refere aos propósitos comunicativos de “apresentar a obra” e “recomendar a obra”.

Ou seja, a média geral do propósito comunicativo “apresentar a obra” é de 3,18 por resenha e a média desse propósito na região Sudeste é de 3,02 por resenha; já a média geral do propósito “recomendar a obra” é de 0,18 por resenha e a média desse propósito na região Sudeste é de 0,11. Já a média geral do propósito comunicativo “avaliar a obra”, obteve uma maior aproximação com a média obtida na região Nordeste. Em outras palavras, enquanto a média geral desse propósito é de 6,05 realizações por resenha, a média da região Nordeste é de 6,31.

Em suma, com base nos dados podemos afirmar que as resenhas produzidas na região Centro-Oeste materializaram mais que as outras regiões os propósitos comunicativos de “apresentar a obra”, “avaliar a obra” e “recomendar a obra”. No que concerne aos “outros” propósitos comunicativos identificados, a região Centro-Oeste também apresentou a maior média de realização nas resenhas, mesmo considerando a baixa frequência de aparecimento que foi de apenas 0,38 por resenha. No que se refere à relação entre gênero do livro e propósito comunicativo, as obras de não-ficção realizam muito mais os propósitos de “apresentar a obra” e “descrever a obra”. Quanto à relação entre o produtor e propósito, o *software* indicou que os jornalistas realizam mais o propósito de “apresentar o autor” e “avaliar o autor” do que os colaboradores, enquanto que os colaboradores realizam muito mais o propósito comunicativo de “recomendar a obra” do que os jornalistas. O suporte, por sua vez, não se apresentou como uma variável capaz de influenciar os propósitos comunicativos, ou seja, não há variação entre os propósitos das resenhas publicadas em jornal ou revista. Os resultados nos forneceram esses indicativos que poderão ser confirmados ou não com a seleção de um *corpus* mais amplo e equitativo no que se refere a todas as variáveis observadas.

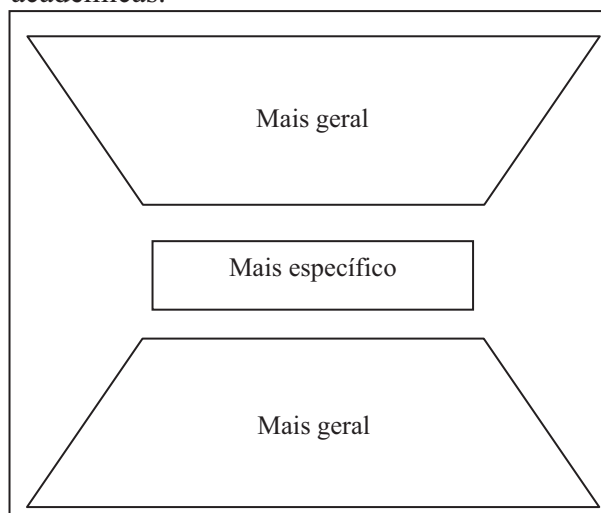
#### **4.5 Considerações adicionais**

A análise textual nos levou a identificar um conjunto de propósitos comunicativos



e de movimentos retóricos em resenhas publicadas em jornais e revistas brasileiras no período de 2005 a 2008. Esse resultado nos permitiu observar que não é possível propor uma configuração global como o fez Motta-Roth (1995) para as resenhas produzidas na comunidade acadêmica e que está ilustrada na figura 17.

Figura 17: Organização retórica das resenhas acadêmicas.



Fonte: Motta-Roth (1995, p. 194)

As explicações são as mais diversas: as resenhas não-acadêmicas apresentaram uma estrutura textual bastante diversificada; o propósito comunicativo de “recomendar a obra” que representa a informação de natureza global e se localiza no final dos textos obteve uma frequência média de realização baixíssima; algumas resenhas são constituídas no formato de seções e cada parte, às vezes, aborda diferentes temáticas.

A nosso ver, para possuir semelhante configuração textual, as resenhas não-acadêmicas deveriam ter o propósito comunicativo de “apresentar a obra” e/ou “apresentar o autor” no início do texto, o propósito de “descrever a obra” e/ou “avaliar a obra” e/ou “avaliar o autor” no meio do texto e o propósito de “recomendar a obra” no final. Isso sem incluir nessa organização retórica geral o propósito comunicativo de “discutir um tema” que julgamos ser uma informação que não pode ser considerada nem global nem específica, pois tangencia a obra, haja vista tocar um aspecto do livro que é a sua temática, desenvolvendo-a. Na verdade, poucos textos materializaram uma configuração textual próxima do “modelo” das resenhas acadêmicas, próximas no sentido de que contivessem, pelo menos, um enunciado no início e no final do texto que representasse uma informação geral, sem considerarmos a natureza das informações que estivessem entre esses enunciados. O texto DN110207 se

inscreve nesse grupo.

#### TEXTO 04: O amor, luxo e poder ou os sussurros

*Sexo, sede de poder, corrupção, traições, alianças estratégicas, avanços e recuos para obtenção do elemento desejado; ingredientes chaves desta narrativa.*

Informação geral

Informação geral/informação específica

De há muito, as narrativas que têm como pano de fundo os acontecimentos históricos, especialmente distanciados do nosso tempo, vêm caindo no gosto do público. Quem não se lembra, por exemplo, de A Criação, de Gore Vidal, em que este narra a trajetória do imperador Ciro? Pois bem. Philippa Gregory, após surgir no espaço literário com o romance 'A Irmã de Ana Bolena', afirma-se, nesse gênero, como uma referência, agora, com a publicação de 'O Amante da Virgem'.

Informação específica

Narrado em terceira pessoa, por um condutor onisciente e intruso, o ponto de vista permite que o interior das personagens seja dissecado, de tal sorte que aos atos de cada uma delas atrelam-se, também, os vícios, as inquietações, o amor, o ódio, a inveja, a ambição, a dissimulação, configurando, desse modo, uma sociedade movida por falsos valores. Sob os gestos de cortesia e de boas maneiras, escondem-se os verdadeiros motivos por que se movem as personagens.

Os conflitos íntimos dão o tom à narrativa. A princípio, em Norfolk, os sinos de toda a Inglaterra tocam, anunciando a ascensão de Elisabeth I ao trono inglês, com a morte da rainha Mary. O povo, nas ruas, dança e toma cerveja. Os dias de medo que traduziram o reinado dos Tudor chegaram ao fim. Abriam-se as portas das prisões. Todos, portanto, celebravam. Todos, digo mal, menos Amy, cujo marido, Robert Dudley, era amante da nova rainha; por isso, daquela casa, os corvos debandam aos céus e os morcegos deixam o campanário como uma nuvem de fumaça. Se antes, o marido a traía, mas permanecia na lida a seu lado, agora, por sua vez, (e isto a atormentava) desejaria ser alçado à condição de consorte real.

Informação específica

Um dos recursos estilísticos importantes para a construção da trama é a quebra da densidade dramática por descrições que, com imagens nítidas, reconstrói o espaço físico da Inglaterra no século XVI. No entanto, tais descrições não encobrem por completo a atmosfera psicológica que se inscreve na trama. Nesse momento, revela-se a capacidade da autora em reproduzir, através do encadeamento das palavras, a paisagem ou objetos: 'A breve rajada de neve em janeiro derreteria-se, deixando a estrada para Norwich intransitável por veículo e desagradável em montaria, além de não haver nada a ser visto em Norwich, com exceção da catedral; e agora esse era um lugar de silêncios ansiosos, não de paz.' (p. 69)

Informação específica

Informação específica

Como se sabe, a rainha Elisabeth I, filha de Henrique VIII e Ana Bolena, era protestante. Desse modo, em seu reinado, instalou-se uma grande perseguição aos católicos. As igrejas foram dessacralizadas e passaram a ser usadas como estábulos, ou, quando não, transformadas em belas casas de campo. A questão religiosa, nesse sentido, é, também, um fio condutor da narrativa. A partir da relação dos homens com o sagrado, é possível deparar com estes podem ser cruéis, invertendo, assim, o caminho da fé.

Informação específica

Um acento digno de nota é a utilização, de modo intensificado, do discurso direto como estratégia para a multiplicação do fogo. Assim, o narrador, passando à personagem a tarefa de conduzir, pela sucessão de diálogos, a história, consegue dar à trama a atmosfera dramática do teatro. À fala das personagens atrelam-se gestos, inflexões, reticências: ' - Você é mais que atenciosa, é... / -O quê? - Ela o incitou com uma gargalhada na voz. / - Promissora. / - Ah, eu não pretendo nada...' (p. 105)

A leitura de 'O Amante da Virgem' une, concomitantemente, uma trama de poder, uma trama amorosa, a investigação do caráter e a crônica dos costumes. Os salões da corte, o sussurro nos quartos, as alianças entre as princesas e as

açafatas, o contraste entre o mundo luxuoso dos palácios e a dura vida dos camponeses, tudo dá a esse romance um sabor de reconstrução perfeito de uma época.

Informaçã  
o geral

(Fonte: AUGUSTO, C. O amor, luxo e poder ou os sussurros. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 11 fev. 2007. Caderno Cultura)

Considerando o texto DN110207 como um exemplar de resenha não-acadêmica que materializa uma configuração textual próxima daquela apontada por Motta-Roth (2005), a resenha inicia com uma informação geral sobre a apresentação da obra, realizando o movimento retórico denominado *introduzir um tópico que tenha alguma relação com a obra*. Deste modo, o produtor comenta o fato de que livros com eventos históricos estão agradando ao público ultimamente. Esse enunciado é a porta de entrada para *fornecer informações sobre a vida e/ou obra literária do autor*, além de já apresentar uma avaliação da autora. Assim, o enunciado que segue realiza o propósito comunicativo de “apresentar o autor” seguido de enunciados que realizam o propósito de “apresentar a obra” concomitantemente com o propósito de “avaliar o autor”. A porção textual “Philippa Gregory, após surgir no espaço literário com o romance ‘A Irmã de Ana Bolena’” realiza o propósito comunicativo de “apresentar o autor”. O bloco textual seguinte imbrica dois tipos de movimentos retóricos que são *fornecer informações sobre a obra e classificar o autor*. Em outras palavras, essa porção textual informa aos leitores o nome da obra que está sendo resenhada, bem como avalia a autora, categorizando-a como uma “referência”. Por mesclar informações que correspondem a diferentes propósitos consideramos que esta parte contém informações de natureza geral (*apresentar a obra*) e de natureza específica (*avaliar o autor*).

Nos parágrafos seguintes, o resenhista materializa o propósito de “avaliar a obra” e “descrever a obra” que consideramos como informações de natureza específica, assim como Motta-Roth (1995). Especificamente, o segundo parágrafo conduz informações sobre análises de pontos específicos da obra que corresponde ao propósito comunicativo de “avaliar a obra”.

No início do terceiro parágrafo é feita uma avaliação específica da obra quando o resenhista afirma que “os conflitos íntimos dão o tom da narrativa”. No mesmo parágrafo, o produtor passa a *descrever pontos específicos da obra* que corresponde à passagem “A princípio, em Norfolk, os sinos de toda a Inglaterra tocam, [...] Se antes, o marido a traía, mas permanecia na lida ao seu lado, agora, por sua vez, (e isto a atormentava) desejaria ser alçado à condição de consorte real.”

No quarto parágrafo, as informações são ainda de natureza específica, assim, o resenhista passa a *avaliar pontos específicos da obra*, ou seja, são avaliados alguns recursos

estilísticos utilizados pela autora. Em seguida, ele faz uma avaliação da autora destacando suas qualidades. A afirmação “Nesse momento, revela-se a capacidade da autora em reproduzir, através do encadeamento das palavras, a paisagem ou objetos” materializa esse movimento retórico. Como havíamos informado anteriormente, o resenhista faz uma citação de um trecho do livro com a finalidade de ilustrar a avaliação que foi feita no enunciado situado atrás.

O resenhista inicia o quinto parágrafo com uma informação que conduz “outros” propósitos comunicativos. No caso da resenha, o autor faz uma contextualização histórica sobre o reinado da rainha Elisabeth I. O bloco textual que avalia a importância da questão religiosa no livro corresponde ao movimento retórico *avaliar pontos específicos da obra*, conduzindo, assim, informações de natureza específica.

No sexto parágrafo, o resenhista continua com avaliações de pontos específicos da obra. Nessa porção textual, o produtor destaca os efeitos de sentido do uso do discurso direto no romance. Em seguida, novamente é apresentada uma citação da obra. No último parágrafo, apesar de o resenhista materializar o propósito comunicativo de “avaliar a obra”, o movimento retórico realizado é *avaliar a obra como um todo*. E, a nosso ver, funciona como uma informação de natureza geral.

A existência de uma configuração textual que se assemelhe ao trapézio identificado por Motta-Roth (2001) em resenhas acadêmicas revela que mesmo sendo produzida na comunidade jornalística, a resenha possui uma estabilidade genérica que lhe permite fazer parte de uma mesma “família” de gêneros. Outro aspecto que pode ser considerado é que algumas resenhas podem se constituir textos argumentativos e por isso refletem essa dada forma de organização textual.

Outras configurações textuais e se distanciam daquela que foi apresentada acima também foram identificadas, como é o caso do texto CP220907. Esta resenha contém pequenos trechos de informação de natureza geral que estão localizados no desenvolvimento da resenha, a maior parte do texto é constituído de informações específicas.

#### TEXTO 05: **Obra traz fotos raras do eterno mito**

Na manhã do dia 5 de agosto de 1962, morria o ícone do cinema mundial Marilyn Monroe. A atriz morreu aos 36 anos em sua casa na Califórnia, Estados Unidos, vítima de uma overdose de drogas e medicamentos. Marilyn nasceu Norma Jean Baker em 1º de julho de 1926, Los Angeles. A identidade de seu pai era desconhecida e, como sua mãe teve problemas psicológicos (foi levada, várias vezes, para instituições mentais), a garota passou boa parte da infância em orfanatos.

Em 1942, casada com Jimmy Dougherty, enquanto o marido servia na

Informação específica

Marinha, Marilyn começou a trabalhar numa rádio. Foi nessa época que surgiu o convite para ela posar para uma sessão de fotos com o fotógrafo Davis Conover. Dois anos depois, Norma Jean já tinha se tornado uma modelo respeitável e foi capa de várias revistas. Ela se inscreveu em aulas de teatro, sonhando com a fama, que só fez crescer ao longo de todos esses 45 anos depois de sua morte prematura.

Informação geral/  
Informação específica

Informação específica

Dezenas de fotos raras e algumas inéditas desse grande símbolo sexual do século XX serão destaque de uma nova biografia que será lançada ainda neste mês na Grã-Bretanha. De autoria de Michelle Morgan (homônima da atriz francesa), o livro 'Marilyn Monroe - Private & Undisclosed' conta, em meio a muitas fotos e entrevistas, a história conturbada da vida da atriz norte-americana que morreu no auge da fama.

Informação geral

Entre as muitas imagens inéditas, estão momentos de Marilyn quando ainda se chamava Norma Jean, uma menina que teve sua infância marcada por idas e vindas de orfanatos e por lares das famílias adotivas. O livro de Morgan traz uma foto da menina com a mãe, Gladys, que sempre teve uma relação instável com a filha devido aos seus problemas mentais. A biografia traz relatos inéditos da luta da atriz para conseguir adotar uma criança no México, suas tentativas frustradas de engravidar, além de várias e novas histórias sobre o seu relacionamento misterioso com o então presidente dos Estados Unidos, John Fitzgerald Kennedy.

Informação específica

Em 1946, o marido de Marilyn retornou do Pacífico e ela teve que fazer uma escolha: ou seu casamento ou sua carreira. No mesmo ano, os dois se divorciaram e, em 26 de agosto, ela assinou um contrato com a Twentieth Century Fox. Pouco tempo depois, tingiu o cabelo de louro platinado e parou de se chamar Norma Jean Baker, mudando o nome para Marilyn Monroe, sobrenome de sua avó. Ela começou a carreira em pequenos filmes, a partir de 1947 (como 'Idade perigosa', 'Torrentes de ódio', 'Mentiras salvadoras' e 'Loucos de amor'), até que, em 1950, participou do elenco do filme de John Huston 'O segredo das jóias', sendo notada por todos. Seu último filme, 'Os desajustados', é de 1961.

Informação específica

Marilyn Monroe se casou em janeiro de 1954 com Joe DiMaggio e ficou casada depois, por cinco anos, com o dramaturgo Arthur Miller. Quando morreu sozinha em seu quarto, em agosto de 1962, o que chocou o mundo inteiro, principalmente por uma série de circunstâncias misteriosas que envolveram sua morte. Até hoje, a morte do mito loiro de Hollywood está envolta em diversas teorias. Uma delas é a de suicídio por conta de um romance com Kennedy. Outra, que teria sido assassinada pelo mesmo motivo.

Informação específica

(Fonte: BROCKSTEDT, T. Obra traz fotos raras do eterno mito. **Correio do Povo**, Fortaleza, 22 set. 2007. Caderno *Vida & Arte*)

A resenha CP220907 inicia os dois parágrafos com a descrição do livro, realizando, portanto, uma informação de caráter específico. No terceiro parágrafo, temos uma informação de natureza geral/específica quando o resenhista realiza o movimento retórico *apresentar dados do lançamento da obra* conjuntamente com o movimento *avaliar pontos específicos da obra*. Nesse mesmo parágrafo, a seguir, imbricam-se informações sobre o conteúdo geral da obra e dados da obra (título, autoria). Ambos os movimentos são de natureza geral. O quarto parágrafo reúne informações que realizam os propósitos de “descrever a obra” e “avaliar a obra”. O quinto e sexto parágrafos encerram a resenha,

materializando a descrição de pontos específicos da obra. Nesses três últimos parágrafos, as informações são de natureza específica. Esse texto é apenas um exemplo ilustrativo da diversidade como estão construídas as resenhas não-acadêmicas.

A descrição dos propósitos comunicativos e movimentos retóricos também nos possibilitou identificar variações nas resenhas, de modo que alguns textos se caracterizavam por ser mais informativos enquanto outros se caracterizavam por ser mais avaliativos. Essa variação é, a nosso ver, consequência do tipo de informação que a resenha conduz. Considerando essa percepção, sugerimos uma proposta de divisão para as resenhas não-acadêmicas, levando em conta a predominância na materialização dos propósitos comunicativos. O quadro 04 ilustra a sugestão.

Quadro 04: Proposta de divisão para as resenhas não-acadêmicas.

<b>TIPOS DE RESENHAS NÃO-ACADÊMICAS</b>	<b>PROPÓSITOS COMUNICATIVOS PREDOMINANTES</b>
Resenhas: + informativas - avaliativas	Apresentar a obra
	Apresentar o autor
	Descrever a obra
	Discutir um tema
Resenhas: – informativas + avaliativas	Avaliar a obra
	Avaliar o autor

Algumas explicações se fazem necessárias para justificar essa sugestão: a não inclusão do propósito comunicativo “recomendar a obra” se justifica porque em nossa análise textual não identificamos nenhum texto que tivesse esse propósito como predominante, ou seja, esse propósito tende a ser uma informação de categoria secundária nas resenhas não-acadêmicas; a escolha do termo informativo se legitima pelo fato de que almejávamos selecionar um item lexical que se opusesse ao item avaliativo, mesmo considerando o caráter geral do que seja informativo; a predominância dos propósitos comunicativos pode significar que apenas um dado propósito é dominante ou também há a possibilidade de haver uma combinação de propósitos que tenham uma natureza mais informativa e que sejam ao final preponderantes sobre os demais; a predominância dos propósitos está relacionado à quantidade de movimentos retóricos que aparecem no texto, deste modo, uma resenha que contiver apenas uma passagem avaliativa e todas as demais informativas se integrará ao grupo das resenhas – avaliativas e + informativas.

Sobre a avaliação, no próximo capítulo, investigaremos os padrões de avaliação em resenhas não-acadêmicas, bem como seus possíveis efeitos retóricos. Esses padrões serão relacionados com os propósitos comunicativos identificados neste capítulo.

## **CAPÍTULO 5: O POTENCIAL RETÓRICO DA AVALIAÇÃO EM RESENHAS NÃO-ACADÊMICAS**

Neste capítulo nos propormos analisar os padrões de avaliação em resenhas não-acadêmicas e, respectivamente, seus prováveis efeitos retóricos. Para cumprirmos este objetivo, apresentamos, na primeira parte, um panorama geral da “avaliação”, haja vista este fenômeno se apresentar multifacetado e ser objeto de estudo de diferentes abordagens lingüísticas. Nesse sentido, a primeira parte contém as funções da avaliação, as diferentes perspectivas na identificação da avaliação, e, os parâmetros da avaliação. Após essa visão global, descreveremos a proposta teórica escolhida; e, na terceira parte, discutiremos os resultados obtidos na análise dos dados.

Mediante este estudo, será possível identificar que recursos avaliativos são comumente utilizados pelos resenhistas, caracterizando, assim, as resenhas produzidas pela comunidade jornalística. Essa percepção fortalece perspectivas teóricas que apostam na relação entre texto e contexto (Lingüística Sistêmico Funcional, por exemplo), ao mesmo tempo em que distingue mais um dos padrões de linguagem utilizados no contexto retórico jornalístico brasileiro. Será possível, ainda, estabelecer conexões entre os propósitos comunicativos das resenhas não-acadêmicas com os tipos de avaliação utilizados, buscando interpretar que conseqüências retóricas podem advir do emprego de tais recursos lingüísticos.

### **5.1 Considerações preliminares sobre avaliação**

O estudo da avaliação em Lingüística pode ser realizado a partir de diferentes perspectivas, Hunston e Thompson (2003) ilustram uma visão multiforme desse fenômeno no livro *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Algumas dessas abordagens compreendem a avaliação como uma função da oração (HOEY, 2003); como um mecanismo para estabilizar a coesão e a coerência textuais, materializando ao mesmo tempo funções informativas, interpessoais e lógico-textuais (THOMPSON; ZHOU, 2003); como um sistema de opções lexicais constituindo uma pequena cadeia de categorias de reações (MARTIN, 2003); dentre tantas outras. Como conseqüência, há uma utilização de diferentes terminologias. Dependendo do enfoque dado pelo autor, a avaliação pode ser estudada como “modalidade”, “evidencialidade”, “postura”, apenas para citar alguns dos termos utilizados na

literatura<sup>213</sup>. A nosso ver, o termo “avaliação” parece ser uma palavra capaz de abarcar uma diversidade de fenômenos que parecem se distinguir ao mesmo tempo se sobrepôr. Esse aspecto acaba por revelar a natureza complexa da avaliação.

Considerando a existência desse conjunto de expressões, Hunston e Thompson (2003, p. 05) dão preferência pelo termo “avaliação” pelo fato de ter “[...] cobertura ampla para a expressão da atitude ou da postura do escritor ou falante, bem como, um ponto de vista ou sentimentos sobre entidades ou proposições dos quais ele ou ela estão falando.”<sup>214</sup>. Isso não significa afirmar, por outro lado, que o termo “avaliação” deixe de ser escorregadio e tenha a possibilidade de se referir a diferentes tradições na análise da linguagem avaliativa.

Hunston e Thompson (1999), apresentam três razões que justificam o estudo da avaliação, contudo, antes de discutir cada uma delas, destacamos que o fenômeno da avaliação é uma importante característica da linguagem na medida em que avaliamos constantemente pessoas, processos, objetos, além de sua relevância ser ressaltada quando investigamos um gênero que tem como propósitos comunicativos avaliar o autor e avaliar a obra, como ficou evidenciado no capítulo anterior. A primeira função da avaliação apresentada por Hunston e Thompson (2003) é a de expressar opinião. Segundo os autores, essa função é bastante óbvia na medida em que o escritor ou falante expõe o que pensa ou sente sobre algo ou alguém. Ademais, o fato de exprimir uma dada opinião não implica apenas a expressão de um sistema de valores do interlocutor, mas também da comunidade em que está inserido. Esse aspecto é particularmente importante em nossa pesquisa, pois os padrões de avaliação que serão investigados em resenhas não-acadêmicas acabam por caracterizar o ato de resenhar na comunidade jornalística. Nesse sentido, Hunston e Thompson (2003, p. 06) afirmam que:

Identificar ‘o que o escritor pensa’ fala-nos não somente sobre as idéias de uma pessoa, no entanto. Cada ato de avaliação expressa um sistema de valor-comum, e cada ato de avaliação caminha em direção da intensificação de um sistema de valores. Esse sistema de valor por sua vez é um componente da ideologia que se coloca atrás de cada texto. Assim, identificar o que o escritor pensa revela a ideologia da sociedade em que foi produzido o texto.<sup>215</sup>

---

<sup>213</sup> Martin e White (2008) apresentam um quadro resumido das diferentes abordagens para a avaliação, destacando os autores e suas respectivas terminologias.

<sup>214</sup> “[...] evaluation is the broad cover term for the expression of the speaker or writer’s attitude or stance towards, viewpoint on, or feelings about the entities or propositions that he or she is talking about.” (HUNSTON; THOMPSON, 2003, p. 05, tradução nossa).

<sup>215</sup> “Identifying ‘what the writer thinks’ tell us about more than just one person’s ideas, however. Every act of evaluation expresses a communal value-system, and every act of evaluation goes towards building up that value-system. This value-system in turn is a component of the ideology which lies behind every text. Thus, identifying what the writer thinks reveals the ideology of the society that has produced the text.” (HUNSTON; THOMPSON, 2003, p. 06)



Dentro dessa perspectiva, nossa hipótese é de que as resenhas não-acadêmicas apresentam um modo de avaliar que lhes é peculiar, distinguindo-se, portanto, do modo como esse fenômeno se materializa dentro da comunidade acadêmica. A pesquisa de Carvalho (2002, p. 184) nos dá suporte empírico para ancorarmos nossa suposição na medida em que a autora identificou em uma mesma área do conhecimento, a Teoria da Literatura, padrões de avaliações bastante diferentes a ponto de sugerir a existência de “dois estilos sócio-culturais”, um para o Português e outro para o Inglês.

A segunda função da avaliação apresentada por Hunston e Thompson (2003) é a de construir e manter relações entre o falante e escritor e o ouvinte e leitor. Eles destacam nessa função o papel da persuasão como um instrumento de manipulação do ouvinte ou leitor, indicando-lhe um particular ponto de vista. Assim, a forma como o resenhista tece seu texto, acaba por levar o interlocutor a compartilhar com ele atitudes, valores, reações, tornando-se difícil para o interlocutor não se harmonizar com o ponto de vista que lhe foi apresentado. No que se refere a esse aspecto, a resenha diferentemente de outros gêneros do domínio jornalístico exprime claramente a voz autoral do produtor, e, por conta disso, provavelmente, são utilizadas diferentes estratégias para alinhar/desalinhar a visão do resenhista com a dos leitores em potencial, por exemplo. Nesse sentido, supomos que a avaliação que é realizada neste gênero produz diferentes efeitos retóricos que possibilitam criar relações de solidariedade entre os interlocutores.

A terceira função, por sua vez, refere-se à organização do discurso. Hunston e Thompson (2003) afirmam que o escritor ou falante não apenas emite sua opinião sobre algo ou alguém, mas também dá sinalizações no próprio texto do começo e do fim da interlocução, por exemplo. Carvalho (2002) afirma que a função da avaliação como organizadora do discurso tem uma relação muito próxima com o movimento retórico em que a avaliação se encontra. A autora identificou que nas resenhas acadêmicas a avaliação no primeiro movimento retórico (apresentação e avaliação inicial do livro) é de natureza global, no segundo movimento retórico (descrição e avaliação de partes do livro) há uma tendência a avaliar muito mais o autor do que seu livro e no terceiro movimento retórico (recomendação final sobre o livro) a avaliação centra-se novamente no livro. A nosso ver, supomos que a avaliação está mais fortemente presente nos movimentos retóricos que tem como propósito comunicativo avaliar a obra e avaliar o autor, contudo ela também se estende aos outros movimentos retóricos, porém em um volume mais reduzido.

Ao abordar a avaliação, também é pertinente questionarmos como é que

reconhecemos uma informação como avaliativa. Hunston e Thompson (2003) nos fornecem duas perspectivas: uma de natureza conceitual e outra de natureza lingüística. Conceitualmente, a identificação da avaliação significa a identificação de sinais de comparação, subjetividade e valor social. Assim, há avaliação quando comparamos ou contrastamos alguma coisa em relação a um padrão de referência, quando expressamos uma reação subjetiva, quando alguma coisa facilita ou atrapalha o alcance de nosso(s) objetivo(s). Nesse último aspecto, para dar conta do valor social Hunston e Thompson (2003, p. 14) lançaram mão da categoria “o que é bom” e “o que é ruim” em termos de “realização de meta”. Essa percepção nos leva a constatação de que a identificação da avaliação perpassa necessariamente pela subjetividade do avaliador, ou seja, o que é bom ou ruim depende das crenças e valores de quem esteja avaliando.

Por outro lado, a percepção da avaliação em um viés conceitual apresenta uma vantagem pelo fato de não haver restrições ao que pode ser considerado avaliativo, por exemplo, uma repetição lexical em um dado contexto pode ser tomada como avaliativa. Contudo, Hunston e Thompson (2003) afirmam que a desvantagem repousa na circularidade do que é considerado avaliativo com o que é “realização de meta”. Os autores comentam o seguinte exemplo para ilustrar o argumento: “[...] CD-ROMs estavam somente disponíveis durante o tempo de abertura da escrivaninha [...]”<sup>216</sup> (HUNSTON; THOMPSON, 2003, p. 14). Para eles, reconhecemos a avaliação pelo reconhecimento do objetivo e vice-versa.

Distanciando-se de uma compreensão conceitual da avaliação e enveredando-se em uma compreensão lexical, o item somente (*only*), por outro lado, nos fornece um indicativo mais preciso da avaliação no texto. Dentro dessa perspectiva, Hunston e Thompson (2003) nos apresentam três aspectos lingüísticos que propiciam a identificação da avaliação que são: léxico, gramática e texto. No que se refere ao aspecto lexical, muitos itens lexicais da classe dos adjetivos, dos advérbios, dos nomes e dos verbos podem ser facilmente reconhecidos como avaliativos. No entanto, enquanto existe uma concordância em reconhecer alguns itens como avaliativos (terrível, infelizmente, tragédia, fracassar) não há consenso em relação a outros itens não-avaliativos. Em enunciados do tipo “Jane é um gênio” e “Jane é uma estudante”<sup>217</sup>, não resta nenhuma dúvida de que o primeiro é avaliativo, mas quanto ao

---

<sup>216</sup> Temos aqui uma extensão mais ampla do exemplo: “[1] As well as a number of networked CD-ROM databases, Information Services also holds many other CD-ROM databases which have not been networked because of cost, technical reasons or lack of demand. [2] Hitherto these have mainly been issued from Library Enquiry desks and used on dedicated CD-ROM PCs, meaning that the CD-ROMs were *only available during desk opening times* in exchange for the user’s library card number.” (HUNSTON; THOMPSON, 1999, p. 13)

<sup>217</sup> Os exemplos acima foram fornecidos por Hunston e Thompson (2003, p. 15).

segundo o reconhecimento da avaliação vai depender do contexto. Hunston e Thompson (2003) apresentam ainda a análise de *corpora* como procedimento para identificar se um dado item lexical é ou não avaliativo. Tomando o exemplo da palavra “gênio” em quatrocentas e quarenta e seis ocorrências apenas uma delas apresentou ocorrência negativa. A nosso ver, o contexto pode ser um fator decisivo na identificação de um item como avaliativo ou não. Ou seja, a afirmação de que “Jane é uma estudante” pode ser positiva ou negativa, dependendo do contexto em que esteja inserida. Consideramos, ainda, que a avaliação não está sempre necessariamente presa a uma palavra, mas a uma extensão textual, bem como pode materializar-se de forma implícita<sup>218</sup>.

Para ilustrar as relações entre avaliação e gramática, os autores apresentam o que Labov (1972), Stubbs (1986) e Biber e Finegan (1989)<sup>219</sup> consideram como aspectos de gramática que contém avaliação. Dentre esses aspectos citamos os seguintes: orações introduzidas por conjunções subordinativas como “enquanto”, “embora”, “porque”; conectores lógicos como “mas”, “e”, “ou”; enfáticos como “realmente”, “com certeza”, certos advérbios, adjetivos e verbos que indiquem certeza e dúvida; dentre outros. Contudo, nem sempre é possível distinguir as diferenças nas relações entre avaliação e gramática e entre avaliação e léxico pelo fato de que em muitos casos esses aspectos parecem estar sobrepostos.

Sobre as relações entre avaliação e texto, Hunston e Thompson (1999) afirmam que a avaliação pode ser encontrada na própria estrutura textual. Os autores apresentam um padrão textual do tipo “Situação – Problema – Resposta – Avaliação” para ilustrar a relação. Através do exemplo abaixo, retirado de Hunston e Thompson (1999), podemos visualizar como o último parágrafo avalia o novo sistema de derrubar cargas de helicópteros.

SITUAÇÃO [1] Helicópteros são muito apropriados para derrubar cargas por pára-quedas,  
PROBLEMA mas o sistema tem seus problemas. [2] De alguma maneira o impacto da aterrissagem tem que ser amortecido para dar uma suave aterrissagem...  
RESPOSTA [5] ... Bertin... tem que abrir com um sistema de colchão de ar que assegure uma aterrissagem segura e suave.  
AVALIAÇÃO [9] Experiências têm sido levadas a cabo com a queda de cargas de 19 pés para 42 pés por segundo. [10] As cargas pesavam mais ou menos uma tonelada e meia, mas o sistema pôde suportar acima de oito toneladas. [11] Em baixas altitudes as cargas podem ser derrubadas sem um pára-quedas. (HUNSTON; THOMPSON, 1999, p. 19-20)<sup>220</sup>

<sup>218</sup> Esse aspecto será desenvolvido posteriormente.

<sup>219</sup> As referências fornecidas por Hunston e Thompson (1999) são: LABOV, W. **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972.; STUBBS, M. A matter of prolonged fieldwork: towards a modal grammar of English. **Applied Linguistics**, 7, 1: 1986, p. 1-25.; BIBER, D.; FINEGAN, E. Styles of stance in English: lexical and grammatical marking of evidentiality and affect. **Text**, 9, 1989, p. 93-124.

<sup>220</sup> “SITUATION [1] Helicopters are very convenient for dropping freight by parachute, PROBLEM but the system has its problems. [2] Somehow the landing impact has to be cushioned to give a soft landing...”

Mesmo que os enunciados 9-11 tenham uma função avaliativa dentro do texto, é possível identificar outros elementos que contribuem para imprimir uma natureza avaliativa ao trecho, tal como, o verbo modal poder (*can*). Essa percepção se alinha com a noção desenvolvida dentro da Lingüística de Texto denominada macroestrutura e a nosso ver está mais relacionada com a estrutura retórica dos textos do que as anteriores.

Essas distintas formas de identificar a avaliação deixam evidente a complexidade de sua natureza, pois é possível perceber a sobreposição de fatores lexicais, gramaticais e textuais em sua construção. Como foi afirmado anteriormente, o fenômeno da avaliação apresenta-se multifacetado, caracterizando-se por diferentes abordagens e terminologias. Essas diferentes terminologias representam um resultado da escolha de distintos parâmetros de avaliação. Hunston e Thompson (1999) listam quatro tipos de parâmetros: bom/ruim, certeza, expectativa e importância. O parâmetro bom/ruim é dependente do sistema de valor que é salientado no texto. Para ilustrar esse parâmetro, os autores vão mostrar como mergulhar no gelo pode ser uma interessante e atrativa experiência, ao contrário do que se pode supor de um mergulho em um lago congelado. O texto abaixo evidencia os aspectos positivos dessa experiência.

Mergulhar dentro de um lago congelado em um dia de ventania de inverno pode não soar o mais atraente esporte do mundo. Mas no pequeno centro turístico francês o mergulho no gelo tem se transformado em uma febre. E não é tão ridículo como soa: a solidão e a beleza do submundo do lago abaixo dos lençóis de gelo fazem toda a preparação valer a pena. (HUNSTON; THOMPSON, 1999, p. 22)<sup>221</sup>

O parâmetro da certeza leva o leitor a considerar como certa uma dada informação. Esse parâmetro pode ser materializado por verbos modais auxiliares, ou advérbios, dentre outros elementos lingüísticos. O parâmetro de expectativa, por sua vez, indica o quão óbvio para o leitor a informação pode apresentar-se. No exemplo abaixo, os enunciados 4 e 5 acrescentam certeza à informação de que “os resultados provenientes dos dois hospitais não serão iguais”, além de indicar a obviedade da informação. O extrato abaixo demonstra que os parâmetros também podem aparecer sobrepostos.

[1] Suponha que dois hospitais estejam conduzindo experiências separadas de uma droga, cujos pacientes estejam distribuídos ao acaso para receber ou uma cirurgia e tamoxifeno, ou a cirurgia sozinha. [2] Cada hospital terá um diferente grupo de

---

RESPONSE [5] ... Bertin ... has come up with an air-cushion system which assures a safe and soft landing...  
EVALUATION [9] Trials have been carried out with freight-dropping at rates from 19 feet to 42 feet per second.  
[10] The charge weighed about one and half tons, but the system can handle up to eight tons. [11] At low altitudes freight can be dropped without a parachute.” (HUNSTON, S.; THOMPSON, G., 1999, p. 19-20).

<sup>221</sup> “Plunging into a frozen-over lake on a blustery winter's day might not sound the most appetizing sport in the world. But in this small French resort ice-diving has become something of a craze. And it's not as ridiculous as it sounds: the solitude and the beauty of the under-lake world beneath the sheets of ice makes all the preparation worthwhile.” (HUNSTON; THOMPSON, 1999, p. 22, tradução nossa).

pacientes, cirurgiões nos dois lugares operarão diferentemente, cada equipe médica dará ligeiramente diferentes doses de tamoxifeno, e assim por diante. [3] Como podem ser comparadas as duas experiências? [4] Claramente, os resultados provenientes dos dois hospitais não serão suscetíveis de serem os mesmos: será provável haver uma diferença entre o tamanho do benefício conferido pelo tamoxifeno nos dois grupos. [5] Quando os dados consistem de somente duas experiências, é possível que uma não mostre os benefícios vindos do tamoxifeno como um todo, devido à possibilidade dos fatores. [6] Em 100 experiências, no entanto, o jogo do risco é mais improvável para obscurecer a tendência geral. (HUNSTON; THOMPSON, 1999, p. 23)<sup>222</sup>

O último parâmetro é o da importância, através desse parâmetro é colocada em evidência uma parte do texto, de modo que a atenção do leitor ou do ouvinte é direcionada para um ponto principal. No caso do exemplo abaixo, a expressão “o que é mais importante” sinaliza a relevância da informação que vem em seguida.

As notas de Morris e as propostas para o livro oferece uma percepção de suas idéias sobre a necessidade dos artistas para desafiar as instituições de arte através do ativismo social e cultural. *O mais importante* é que essas notas indicam a antipatia de Morris em direção às instituições de arte do mundo e suas frustrações para com os artistas que tendem a se distanciar eles mesmos dos esforços para alterar o sistema. (HUNSTON; THOMPSON, 1999, p. 24).<sup>223</sup>

Contudo, mais importante que identificar qual o tipo de parâmetro que está sendo utilizado em um dado texto é reconhecer qual o papel desempenhado pelo parâmetro em um dado gênero do discurso. A esse respeito, Hunston e Thompson (1999, p. 24) afirmam:

Certos gêneros priorizam ou a avaliação de certeza ou a avaliação de bom-ruim. Em gêneros que constroem afirmações sobre o conhecimento, por exemplo, a função central da avaliação é avaliar o grau de certeza que pode ser atribuída a cada parte da afirmação do conhecimento. Em artigos de pesquisa acadêmicos, portanto, avaliação através do parâmetro da certeza é particularmente importante. Em gêneros cuja função central é avaliar o valor/mérito de algo, tais como resenhas de restaurante ou referência de reputação, a avaliação em torno do parâmetro bom-ruim é mais significativa.<sup>224</sup>

---

<sup>222</sup> “[1] Suppose two hospitals are conducting separate trials of the drug, in which patients are allocated at random to receive either surgery and tamoxifen, or surgery alone. [2] Each hospital will have a different group of patients, surgeons at the two sites will operate differently, each medical team will give slightly different courses of tamoxifen, and so on. [3] How can the two trials be compared? [4] Clearly, the results from the two hospitals are unlikely to be the same: there will probably be a difference in the size of the benefit conferred by tamoxifen on the two groups. [5] When the data consist of just two trials, it is possible that one will show no benefit from tamoxifen at all, because of chance factors. [6] In 100 trials, however, the play of chance is most unlikely to obscure the overall trend.” (HUNSTON; THOMPSON, 1999, p. 23, tradução nossa)

<sup>223</sup> “Morris’s notes and proposals for the book offer insight into his ideas on the necessity for artists to challenge the institutions of art through social and cultural activism. *More importantly*, these notes indicate Morris’s antipathy toward art world institutions and his frustrations with artists who tended to distance themselves from efforts to change the system.” (HUNSTON; THOMPSON, 1999, p. 24, tradução nossa).

<sup>224</sup> “Certain genres prioritize either evaluations of the certainty or evaluations of good-bad. In genres which build knowledge claims, for example, the central function of evaluation is to assess the degree of certainty that can be attached to each part of the knowledge claim. In academic research articles, therefore, evaluation along the certainty parameter is particularly important. In genres whose central function is to assess the worth of something, such as restaurant reviews or character references, evaluation along the good-bad parameter is more significant.” (HUNSTON; THOMPSON, 1999, p. 24, tradução nossa).

Dentro dessa perspectiva, a abordagem teórica selecionada para investigar a avaliação em resenhas não-acadêmicas pauta-se no parâmetro do bom-ruim e, a nosso ver, esse parâmetro está intimamente relacionado com os propósitos comunicativos do gênero, tendo em vista que o objeto de crítica é apresentado para os leitores como positivo e/ou negativo, ou seja, como uma obra “imperdível” ou “limitada”, por exemplo. Na seção a seguir, justificamos as razões que nos levaram a utilizar o sistema de Avaliatividade, bem como apresentaremos as categorias de avaliação sugeridas por White (2001a, 2001b, 2001c, 2001d, 2001e, 2001f), Martin (2003) e por Martin e White (2008).

## 5.2 O sistema de Avaliatividade

O estudo da avaliação que será empreendido nesta pesquisa fundamenta-se no sistema de Avaliatividade que tem origem no projeto “Escreva adequadamente” (*Write it right*) do Programa das Escolas Desfavorecidas do Departamento de Educação Escolar em Sidney. O estudo de diferentes discursos (científicos, midiáticos, das artes visuais, da tecnologia, dentre outros) acabou convergindo em um interesse comum: a investigação dos meios lingüísticos utilizados por escritores para expressar juízos de valor. Assim, as pesquisas realizadas geraram uma teoria que segundo White (2001a, p. 01):

[...] se ocupa dos recursos lingüísticos por meio dos quais os textos/falantes chegam a expressar, negociar e naturalizar determinadas posições intersubjetivas e em última instância, ideológicas. Dentro dessa ampla área de interesse, a teoria se ocupa particularmente da linguagem (da expressão lingüística) da valoração, da atitude e da emoção, e do conjunto de recursos que explicitamente posicionam de maneira interpessoal as propostas e proposições textuais.<sup>225</sup>

Como é possível observar na citação acima, fica evidente a atenção dada pelo autor às relações interpessoais ao explicitar em que consiste a teoria. Esse cuidado não é sem razão na medida em que esse aparato teórico desenvolveu-se no interior da Lingüística Sistêmico Funcional e segundo Martin e White (2008) representa um desenvolvimento da relação interpessoal que foi inicialmente referendada por Halliday na década de noventa.<sup>226</sup> Nesta perspectiva, o sistema de Avaliatividade trata das relações entre escritor/leitor, da

---

<sup>225</sup> “[...] se ocupa de los recursos lingüísticos por médio de los cuales los textos/hablantes llegan a expresar, negociar y naturalizar determinadas posiciones intersubjetivas y em ultima instancia, ideológicas. Dentro de esta amplia área de interés, la teoria se ocupa particularmente del lenguaje (la expresión lingüística) de la valoración, la actitud y la emoción, y del conjunto de recursos que explicitamente posicionam de manera interpersonal las propuestas y proposiciones textuales.” (WHITE, 2000, p. 01, tradução nossa).

<sup>226</sup> Na perspectiva de Halliday, segundo Martin e White (2008), a linguagem está organizada em três metafunções, a saber: a ideacional que diz respeito aos significados construídos a partir da experiência, a interpessoal que diz respeito à negociação das relações sociais e a textual que diz respeito ao fluxo da informação e à textualização.

postura adotada pelo escritor no texto, do compartilhamento de emoções, valores, dos recursos lingüísticos utilizados por escritores/falantes para criticar ou elogiar, dentre outros. Esse viés já nos permite afirmar que este quadro teórico explora diferentes operações retóricas na construção dessas relações entre escritor/falante e suas respectivas audiências.

O aparato teórico elaborado para identificar a avaliação se constitui em um sistema semântico de escolhas lexicais pelo qual o falante/escritor expressa sua opinião sobre pessoas, entidades e processos. Isso não quer dizer que a análise da avaliação se limite apenas aos itens lexicais, ela inclui também os enunciados que carregam uma avaliação implícita. Esse sistema, por sua vez, divide os recursos avaliativos em três grandes domínios semânticos, também denominados subtipos de valoração que são: Atitude, Engajamento e Gradação<sup>227</sup>. O sistema principal é a Atitude e esta se refere à expressão das reações emocionais (temeroso, feliz), dos julgamentos de comportamento (honesto, injusto) e da avaliação de artefatos humanos pelo falante(s)/escritor(es) (sutil, belo). O Engajamento revela o comprometimento do falante/escritor com o que está sendo exprimido, explorando o jogo de vozes utilizado na expressão da opinião. E a Gradação se refere aos meios pelos quais os falantes amplificam ou não seus sentimentos. A figura 18 apresenta um panorama das categorias propostas pelo sistema de Avaliatividade.

Figura 18: Panorama dos recursos do sistema de Avaliatividade.

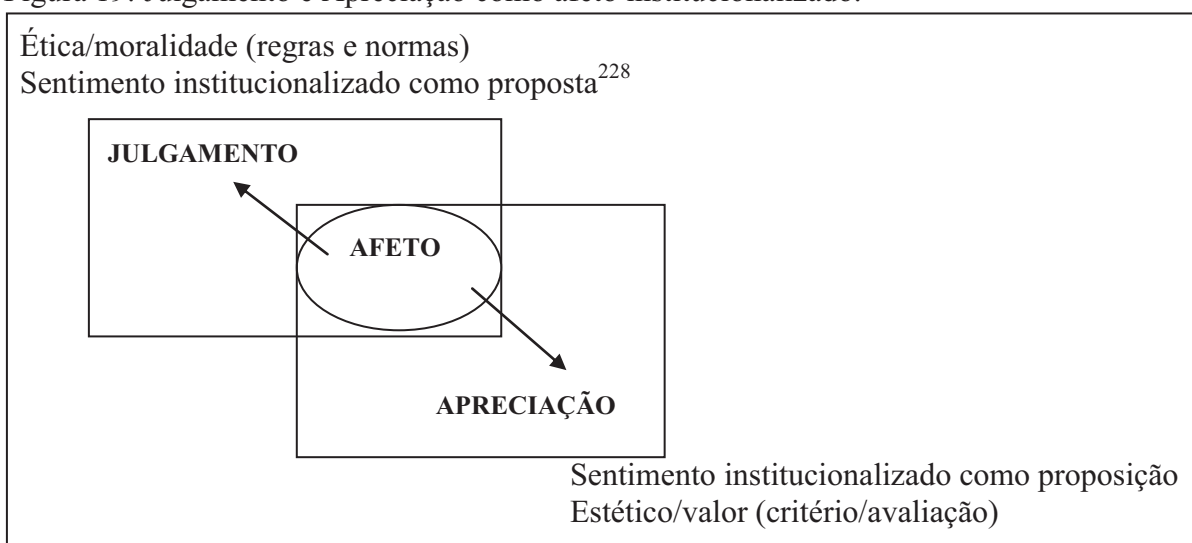


Fonte: Martin e White (2008, p. 38).

<sup>227</sup> Seguindo a orientação de White (2001c), quando nos referirmos às categorias do sistema de Avaliatividade utilizaremos letras maiúsculas haja vista estarmos utilizando termos lingüísticos técnicos.

O sistema de Atitude mapeia os sentimentos e está subdividido em três subsistemas: o Afeto, o Julgamento e a Apreciação. O Afeto corresponde às avaliações emocionais do falante/escritor referentes às pessoas, às coisas, ou aos acontecimentos. O Julgamento corresponde às avaliações éticas no que diz respeito ao comportamento humano, tomando como referência as regras ou convenções estabelecidas socialmente. E, a Apreciação corresponde às avaliações estéticas de artefatos culturais, como também de fenômenos naturais. A figura 19 ilustra como esses subsistemas estão relacionados.

Figura 19: Julgamento e Apreciação como afeto institucionalizado.



Fonte: Martin (2003, p. 147).

Cada um desses subsistemas está organizado em diferentes categorias. No caso do Afeto, os sentimentos podem envolver além da reação (*realis*) a intenção (*irrealis*). Daí, um enunciado como “O garoto gostou do presente”<sup>229</sup> materializa um Afeto do tipo *realis* e um enunciado como “O garoto queria o presente”<sup>230</sup> materializa um Afeto do tipo *irrealis*. Segundo Martin e White (2008), o Afeto *irrealis* pode implicar duas variáveis: medo (*fear*) e desejo (*desire*). O enunciado anterior é um exemplo da variável desejo (“queria”). A tipologia do Afeto também está dividida em três grupos de emoções:

- in/felicidade (*un/happiness*): “O capitão sentiu-se triste/alegre”<sup>231</sup>
- in/segurança (*in/security*): “O capitão sentiu-se ansioso/confiante”<sup>232</sup>

<sup>228</sup> Segundo Martin (2003), as propostas dizem respeito às normas que indicam como as pessoas devem e não devem se comportar.

<sup>229</sup> “the boy *liked* the present” (MARTIN, 2003, p. 150, tradução nossa).

<sup>230</sup> “the boy *wanted* the present” (MARTIN, 2003, p. 150, tradução nossa).

<sup>231</sup> “the captain felt **sad/happy**” ((MARTIN; WHITE, 2008, p. 49, tradução nossa).



- in/satisfação (*dis/satisfaction*): “O capitão sentiu-se farto/envolvido com aquela situação”<sup>233</sup>

Segundo White (2001b), o Afeto pode ser materializado através de verbos de emoção<sup>234</sup> (amar/odiar), de advérbios (felizmente/infelizmente), de adjetivos de emoção (zangado, satisfeito), de nominalizações (confiança/insegurança). Mas não são apenas os itens lexicais que podem expressar Atitude, os enunciados também podem carregar uma avaliação implícita. Nesse aspecto, o sistema de crenças do interlocutor tem fundamental importância na interpretação de “sinais” (*tokens*) de avaliação. Segundo White (2001b, p. 05), “a mais óbvia função retórica de tal uso do Afeto é indicar uma posição atitudinal em direção a uma pessoa, ou a uma coisa, ou a uma situação que aciona a emoção”<sup>235</sup>. Isso implica dizer que a subjetividade do escritor/falante está colocada em um primeiro plano no processo interacional, convidando o leitor/ouvinte a compartilhar de sua reação emocional. O leitor/ouvinte, por sua vez, pode concordar ou não com a reação emocional, considerando-a apropriada ou inapropriada.

Além do Afeto autoral, realizado em 1ª pessoa, ele pode se materializar em 2ª e 3ª pessoa em enunciados do tipo “Não há dúvida de que os homens querem dormir com ela mas eles também respeitam, gostam e confiam nela.”<sup>236</sup>. Nesse caso, as reações emocionais postas em jogo pelo escritor têm como efeito retórico substituir as suas próprias emoções (do escritor), como também levar os leitores a uma avaliação positiva em relação à mulher que é a fonte de desejo.

O Julgamento assim como o Afeto se estrutura em duas dimensões: positivo e negativo. Conforme foi apresentado na figura 19, o Julgamento envolve a institucionalização da avaliação, seja pela admiração/crítica da Estima Social, seja pelas implicações legais (Sanção Social). Segundo Martin e White (2008), a Estima Social é conduzida através das fofocas, conversas, piadas, enquanto que a Sanção Social é regida pelas regras, regulamentos, leis. Através do Julgamento, é possível elogiar ou criticar as ações, as realizações, as falas de indivíduos ou de grupos. Tanto a Estima Social quanto a Sanção Social são divididas em variáveis que estão expostos na figura 20.

<sup>232</sup> “the captain felt **anxious/confident**” ((MARTIN; WHITE, 2008, p. 49, tradução nossa).

<sup>233</sup> “the captain felt **fed up/absorved**” ((MARTIN; WHITE, 2008, p. 49, tradução nossa).

<sup>234</sup> A correspondência na Gramática Funcional são verbos de processos mentais ou comportamentais.

<sup>235</sup> “The most obvious rhetorical function of such a use of Affect is to indicate an attitudinal position towards person or thing or situation which triggers the emotion.” (WHITE, 2001b, p. 05, tradução nossa).

<sup>236</sup> “No doubt the men want to sleep with her bur they also respect, like and trust her.” (WHITE, 2001b, p. 05, tradução nossa). O enunciado se refere a um comentário sobre um programa de televisão do tipo *reality show*.

Figura 20: Tipologia do Julgamento.

ESTIMA SOCIAL	Positiva	Negativa
<b>Normalidade</b> É uma pessoa especial?	sortudo(a), normal	encantador(a), arcaico(a), excêntrico(a)
<b>Capacidade</b> É uma pessoa competente?	inteligente, intuitivo(a)	astuto(a), lento(a), neurótico(a), lunático(a)
<b>Tenacidade</b> É uma pessoa confiável, bem-disposto(a)?	incansável, responsável	confiável, covarde, denanimado(a), distraído(a)
SANÇÃO SOCIAL	Positiva	Negativa
<b>Veracidade</b> É uma pessoa honesta?	sincero, honesto(a), autêntico(a)	mentiroso(a), desonesto(a), farsante
<b>Propriedade</b> É uma pessoa ética, irreprovável?	honrado(a), justo(a)	cuidadoso(a), corrupto(a), injusto(a), imoral

Fonte: Adaptação da figura de Martin e White (2008, p. 53).

A análise de Carvalho (2006), em resenhas de livros publicadas em revistas brasileiras, conduziu a uma adaptação do modelo proposto pela teoria haja vista a autora ter encontrado uma diversidade de informações avaliativas em seu *corpus* que não se enquadravam nas categorias propostas pelo sistema de Avaliatividade. Assim, a autora acrescentou a noção semântica de Mestria a qual inclui informações do tipo: “Tem estilo próprio? Tem domínio de frase? Escolhe bem o ponto de vista narrativo?”<sup>237</sup> Para a elaboração dessa categoria, Carvalho (2006) inspirou-se nos escritos sobre crítica literária que destacam as qualidades que devem ser buscadas pelos jovens escritores. A nosso ver, a Mestria e a Capacidade põem em evidência as habilidades do escritor, sendo que a primeira se refere a competências mais específicas do autor, enquanto que a segunda pode ser compreendida como mais abrangente. Carvalho (2006) também incluiu a categoria Experiência à Tenacidade que, por sua vez, se refere às disposições psicológicas do sujeito avaliado. Em nossa análise, utilizaremos a tipologia sugerida por Carvalho (2006) tendo em vista que as modificações propostas estão embasadas em um *corpus* de resenhas não-acadêmicas de livros escritos em Língua Portuguesa.

Assim como o Afeto, o Julgamento pode vir explicitamente realizado através de um item lexical (excêntrico, gênio, corrupto) como também implícito (evocado) através de “sinais” de avaliação. Esses “sinais” serão classificados como Julgamento (positivo ou negativo) em dependência da subjetividade do leitor/ouvinte e, em consonância, com sua posição cultural e ideológica. O contexto também tem um papel decisivo na percepção de uma avaliação positiva ou negativa. O Julgamento implícito também pode ser identificado como

<sup>237</sup> Sem a pretensão de ser exaustiva, Carvalho (2006) afirma que a categoria Mestria pode responder também a perguntas do tipo: “Escolhe tema interessante?”, “Constrói um enredo original?”, “Constrói bem seus personagens?”, “É eficiente no controle do fluxo da narrativa?”.

“provocado”. Nesse caso, também não há nenhum item avaliativo, mas a presença de termos como, por exemplo, “embora” que dão indicativos de uma valoração positiva ou negativa. A figura 21 ilustra como o Julgamento pode ser ativado.

Figura 21: Julgamento explícito e implícito.

JULGAMENTO		
<b>Explícito (Inscrito)</b>	Há a presença de palavras avaliativas.	As crianças estavam conversando <u>mal-educadamente</u> . <sup>238</sup>
<b>Implícito (Evocado)</b>	Não há a presença de palavras avaliativas, apenas uma descrição de fatos.	As crianças conversavam enquanto ele estava apresentando a lição <sup>239</sup> .
<b>Implícito (Provocado)</b>	Não há a presença de palavras avaliativas, mas de termos que podem indicar para o leitor Julgamento. <sup>240</sup>	<u>Embora</u> ele solicitasse silêncio, as crianças continuavam conversando. <sup>241</sup>

Fonte: Adaptação da figura de White (2001c, p. 05).

A realização de itens avaliativos que exprimem Julgamento pode produzir diferentes efeitos retóricos, a depender do contexto, o escritor/falante pode se apresentar ao leitor/ouvinte como um especialista, como possuidor de uma autoridade moral ou de uma posição privilegiada por conhecer previamente os sentimentos de outra pessoa ou de um grupo, dentre tantos possíveis efeitos que sejam permitidos pelo texto. A Apreciação, por sua vez, está dividida em três grandes grupos semânticos: Reação, Composição e Valor como está descrita na figura 22.

Figura 22: Tipologia da Apreciação.

	Positivo	Negativo
<b>Reação (impacto)</b> A obra me prendeu?	fascinante, comovente, excitante	monótono, tedioso, previsível
<b>Reação (qualidade)</b> Eu gostei da obra?	esplêndido, bom, encantador	ruim, repulsivo, horrível
<b>Composição (equilíbrio)</b> Os elementos que compõem a obra foram mantidos em equilíbrio?	Simétrico, harmonioso, consistente	desorganizado, contraditório, irregular
<b>Composição (complexidade)</b> Foi difícil ler a obra?	detalhado, preciso, claro	simplificado, imperfeito, extravagante
<b>Valor</b> A obra vale a pena?	original, único, profundo	superficial, insignificante, reacionário

Fonte: Adaptação da Figura de Martin e White (2008, p. 56)

Carvalho (2006) também fez alterações na tipologia da Apreciação, ou seja, a autora amalgamou as noções de Equilíbrio e Complexidade, categorizando-a como

<sup>238</sup> “The children were rudely talking.” (WHITE, 2001c, p. 05, tradução nossa).

<sup>239</sup> “The children talked while he was presenting the lesson.” (WHITE, 2001c, p. 05, tradução nossa).

<sup>240</sup> Segundo Martin e White (2008, p. 67), as metáforas também podem representar uma estratégia retórica que permitem a identificação de Atitudes invocadas. Os autores fornecem o seguinte exemplo: “Estávamos cercados como ovelhas”. No original, “We fenced them in like sheep”.

<sup>241</sup> “Although he asked for quiet, the children kept on talking.” (WHITE, 2001c, p. 05, tradução nossa).

Engenharia. A dimensão Valor foi subdividida em Relevância e Originalidade. Deste modo, a variável Relevância responde a seguinte pergunta: o livro levanta questões importantes? Já a variável Originalidade responde a seguinte questão: o livro traz alguma contribuição para a área? Pelas mesmas razões explicitadas anteriormente, utilizaremos a tipologia sugerida pela autora.

As fronteiras entre os três domínios semânticos nem sempre estão claramente definidas nos textos, assim, muitas vezes a Apreciação pode se confundir com o Julgamento, principalmente quando os itens avaliativos são valores de emoção. Em enunciados do tipo “Isto foi um desempenho cativante” e “Ela cativou-me com seu desempenho”,<sup>242</sup> temos o mesmo conteúdo informacional, mas cada enunciado enfoca diferentes aspectos. No primeiro, o objeto avaliado (desempenho) é colocado em primeiro plano e no segundo, o autor e seus sentimentos. Uma das razões que podem promover a dificuldade de distinção é que ambos os enunciados indicam um envolvimento subjetivo de um ser humano. Contudo, as escolhas lexicais não são aleatórias e cada uma delas pode implicar diferentes potenciais retóricos.

Outro exemplo que pode gerar confusão é a avaliação estética de seres humanos que é compreendida como Apreciação e não como Julgamento porque não envolve avaliação de comportamento. Desse modo, descrições humanas como “belo”, “atraente”, “horrível” são exemplos de Apreciação. Já em exemplos do tipo “Isto é um brilhante plano”, é complicado definir o que está sendo avaliado se é o plano (a entidade) e por isso se trata de Apreciação ou se é a ação humana e por isso se trata de Julgamento. Como tentativa de solucionar esse tipo de dúvida, White (2001d) afirma que o contexto é fundamental na identificação do tipo de categoria de valoração com que estamos nos deparando. O exemplo fornecido pelo autor é um enunciado real em que o plano é avaliado como diabólico e a partir do contexto é possível ser compreendido como Julgamento.

Noite passada uma fonte governamental fez alusão a mais ataques dizendo: “Isto não foi necessariamente uma missão excepcional”. Em dezembro, The Sun com exclusividade revelou que o líder do Iraque Saddam Hussein havia oferecido £ 10,000 de prêmio por cada jato britânico derrubado. O dinheiro do bônus foi parte de um plano diabólico para capturar pilotos e exibi-los na televisão diante do mundo.<sup>243</sup>

Isso não quer dizer, por outro lado, que não seja possível haver a materialização de Julgamento e Apreciação em um mesmo enunciado. De acordo com Martin e White

---

<sup>242</sup> Os exemplos foram retirados de White (2001d, p. 03): “It was a captivating performance” e “She captivated me with her performance”.

<sup>243</sup> “Last night a Government source hinted at more raids, saying: ‘This was not necessarily a one-off mission.’ In December, The Sun exclusively revealed that Iraqi leader Saddam Hussein had offered a £10,000 bounty for every British jet downed.” (*The Sun*, Feb 12, 2001: 2). (WHITE, 2001d, p. 05).

(2008), as realizações indiretas possibilitam essa interação. A figura 23 ilustra essa afirmação.

Figura 23: Interações entre Atitude evocada e Atitude inscrita.

<b>JULGAMENTO INSCRITO &amp; APRECIACÃO INVOCADA</b>	<b>APRECIACÃO INSCRITA E JULGAMENTO INVOCADO</b>
Ele provou ser um jogador fascinante Ele provou ser um jogador esplêndido Ele provou ser um jogador equilibrado Ele provou ser um jogador econômico Ele provou ser um inestimável jogador	Foi uma jogada <sup>244</sup> fascinante (impacto) Foi uma jogada esplêndida (qualidade) Foi uma jogada equilibrada (equilíbrio) Foi uma jogada econômica (complexidade) Foi uma “jogada” inestimável (valorização)
Ele jogou dentro da média (normalidade) Ele jogou fortemente (capacidade) Ele jogou bravamente (tenacidade) Ele jogou honestamente (veracidade) Ele jogou responsabilmente (propriedade)	Foi uma jogada média Foi uma jogada forte Era uma jogada valente Foi uma jogada honesta Foi uma jogada responsável

Fonte: Martin e White (2008, p.68).

Como é possível observar a partir dos exemplos, a avaliação explícita dos jogadores implica uma avaliação implícita de seus desempenhos, bem como uma avaliação explícita de seus desempenhos implica uma avaliação implícita dos jogadores. Esses exemplos são particularmente interessantes na presente pesquisa haja vista as resenhas não-acadêmicas realizarem avaliações do autor e da obra. Em suma, é possível afirmar que as dimensões semânticas propostas pelo sistema de Atitude coadunam-se com as informações que foram identificadas no *corpus*, em especial, “avaliar a obra” e “avaliar o autor”<sup>245</sup>.

Como foi afirmado anteriormente, o sistema de Avaliatividade representa um desenvolvimento da função interpessoal e, nesta perspectiva, o sistema do Engajamento diz respeito aos recursos lingüísticos que são utilizados pelo escritor/falante na adoção de uma dada postura frente a suas emissões e a seus interlocutores (MARTIN; WHITE, 2008). Segundo White (2001a), o Engajamento opera em uma área que tradicionalmente é estudada como “evidencialidade”, “modalidade epistêmica”, “evasivas” (*hedges*), “projeção/atribuição”, apenas para citar alguns exemplos. Contudo, o autor acrescenta que o Engajamento é mais amplo porque absorve a “contra-expectativa”, a “negação”, dentre outros conteúdos. A nosso ver, um dos diferenciais deste sistema é que ele procura dar conta do potencial retórico dos textos. Ou seja, as categorizações propostas pelo sistema de Avaliatividade não se esgotam em si mesmas, mas apontam para a negociação dialógica

<sup>244</sup> Não conhecemos uma tradução específica para “inning”, pois segundo o dicionário é um período de um jogo de cricket em que um time ou um jogador tenta bater a bola.

<sup>245</sup> Essa convergência já havia sido identificada em Carvalho (2002, 2006).

empreendida pelo escritor/falante. Uma das razões que explica este viés da abordagem está na base bakhtiniana adotada pelo sistema de Engajamento.

Martin e White (2008) assumem o pressuposto de que os enunciados, em geral, são dialógicos, opondo-se, assim, às perspectivas individualistas que se ocupam com o valor de verdade das proposições. Assim, um enunciado que contém, por exemplo, “talvez”, “provavelmente” não indica apenas o estado de conhecimento do falante/escritor, mas principalmente como esses recursos funcionam em termos de negociação da solidariedade entre os interlocutores. Em outras palavras, o sistema de Engajamento ocupa-se do significado que tais recursos lingüísticos assumem em um dado contexto de interação verbal.

Segundo White (2001f), os recursos incluídos no sistema do Engajamento são todos dialógicos por natureza, como consequência desse pressuposto, o autor irá explorar dois paradigmas. O primeiro explora o aspecto dialógico do texto, ou seja, quão aberto e/ou fechado está o texto em relação à diversidade de pontos de vista (diversidade heteroglóssica). Assim, ele pode ser considerado de “expansão dialógica” ou de “restrição dialógica”. O segundo explora a natureza da voz da oração, se interna ou externa ao texto.

No que se refere ao primeiro paradigma (dialógico), vários recursos podem ser utilizados pelos escritores/falantes na expressão de vozes e posições alternativas. A taxonomia proposta pela teoria distingue os seguintes tipos de Engajamento:

- Rejeitar: a voz textual posiciona-se repelindo uma dada posição contrária. Pode se materializar através da negação (“A ação não prejudicará a confiança entre o Presidente e seu corpo de guardas”)<sup>246</sup> ou da concessão (“Surpreendentemente, está prejudicada a confiança entre o Presidente e seu corpo de guardas”)<sup>247</sup>;
- Proclamar: o enunciado é apresentado como autorizável, válido, confiável, caracterizando-se como uma voz textual que exclui pontos de vista. Pode se materializar através da concordância (“A ação irá, é claro, prejudicar a confiança entre o Presidente e o corpo de guardas”)<sup>248</sup>, da afirmação (“Eu afirmo que a ação prejudicará a confiança”)<sup>249</sup> e do endosso (Como ele tem mostrado, a ação prejudicará a confiança);
- Cogitar: o enunciado é apresentado como contingente, a voz textual representa uma dentre uma cadeia de possibilidades, tais como: “Parece que isto prejudicou a confiança”;

---

<sup>246</sup> “The action won't damage the trust between the President and his body guards” (WHITE, 2001f, p. 01, tradução nossa).

<sup>247</sup> “Amazingly/Bizarrely, this damaged the trust between the President and the body guard” (WHITE, 2001f, p. 01, tradução nossa).

<sup>248</sup> “The action will, of course, damage the trust between President and body guard” (WHITE, 2001f, p. 01, tradução nossa).

<sup>249</sup> “I contend that the action Will damage trust” (WHITE, 2001f, p. 01, tradução nossa).

“Isto provavelmente prejudicou a confiança”, “Ouvi dizer que isto tem prejudicado a confiança”<sup>250</sup>, dentre outras;

- Atribuir: o enunciado é fundamentado na subjetividade de uma voz externa, a voz textual representa uma dentre uma cadeia de possibilidades, invocando alternativas dialógicas. Pode se materializar através do reconhecimento (“O chefe de segurança de Clinton diz que isso irá prejudicar a confiança”)<sup>251</sup> e da distância (O chefe da segurança de Clinton afirmou ter dito que isso iria prejudicar a confiança).

Considerando a posição dialógica adotada, podemos afirmar que as categorias de Rejeitar e Proclamar restringem o espaço para a diversidade (“restrição dialógica”), enquanto que a categoria de Cogitar e Atribuir abrem espaço para a diferença (“expansão dialógica”). Os efeitos retóricos advindos da escolha de uma dessas categorias são bastante diversificados a depender do contexto. Apenas para citar alguns exemplos, o uso da categoria Rejeitar (negação) pode apresentar um escritor/falante como um especialista em uma dada área, agindo para corrigir os possíveis erros de compreensão de um destinatário; já o uso da categoria Proclamar (afirmação) pode indicar um escritor/falante que apresenta um investimento máximo em seu enunciado. Contudo, esses efeitos retóricos não podem ser compreendidos de forma generalizada, pois a restrição e a expansão dialógica devem ser vistas como uma questão de grau. Isto quer dizer que enunciados que correspondem a uma mesma categoria podem ser identificadas como mais restritivos ou mais expansivos, e, conseqüentemente, com diferentes funcionalidades retóricas. White (2001f) ilustra nossa afirmação na figura 24.

Figura 24: Níveis de expansão e restrição dialógica.

	Atribuir	Cogitar
[mais restritivo]	X declara	Está óbvio
↑ ↓		
[mais expansivo]	X sugere	Isto parece

Fonte: Adaptação de White (2001f, p. 13).

Ao explorar detalhadamente o paradigma da heteroglossia, Martin e White (2008) também abordam enunciados que não reconhecem as alternativas dialógicas, os quais foram denominados de monoglóssicos. Partindo da perspectiva bakhtiniana adotada pela teoria, os

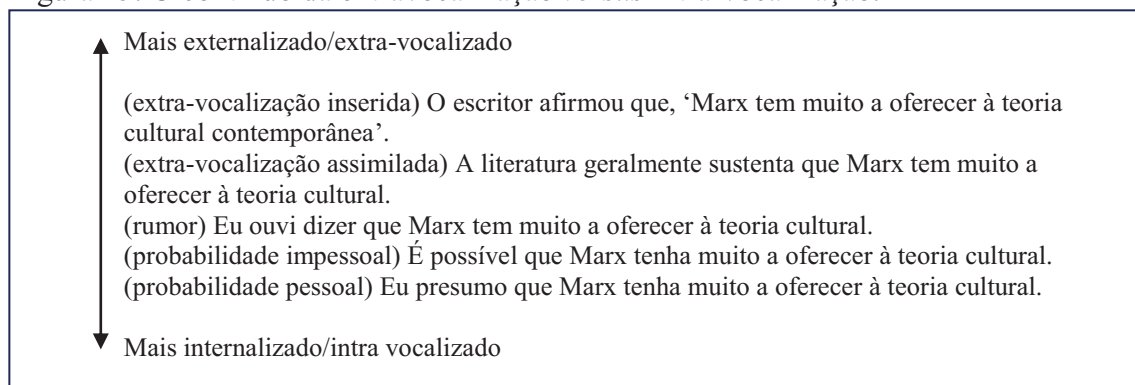
<sup>250</sup> “It seems that this damaged the trust”, “This probably damaged the trust”, “I hear that this damaged the trust” (WHITE, 2001f, p. 01, tradução nossa).

<sup>251</sup> “The head of Clinton’s security division says this will damage trust” (WHITE, 2001f, p. 01, tradução nossa).

monoglóssicos assumem uma postura “não-dialogizada” porque negam o processo interativo. Assim, enunciados como “Austrália era uma terra *nullius*, uma terra vazia, quando chegaram os primeiros colonos europeus”<sup>252</sup> e “Na opinião de alguns historiadores/Parece/Penso/É a minha tese/ a Austrália era uma terra vazia quando chegaram os primeiros colonos europeus”<sup>253</sup>, são, tradicionalmente, tratados como “factual” (o primeiro) e “avaliação/opinião” (o segundo). Na visão dos autores, o primeiro não pode ser simplesmente considerado neutro ou factual. Uma das saídas propostas por Martin e White (2008) é compreendê-lo como uma oração que fornece um conteúdo informacional de natureza compartilhada.

O segundo paradigma, por sua vez, se refere à extravocalização e à intra-vocalização, no primeiro, a responsabilidade da oração é atribuída a uma fonte externa, no segundo, a responsabilidade é atribuída a uma fonte interna, a voz autoral. Assim como o posicionamento dialógico, esse paradigma também deve ser compreendido em termos de contínuo, ou seja, mais ou menos externalizado ou mais ou menos internalizado. A figura 25 ilustra o que se expôs.

Figura 25: O contínuo da extravocalização *versus* intra-vocalização.



Fonte: Adaptação de White (2001f, p. 15).

A realização de diferentes formas lingüísticas na expressão da fonte de um dada oração pode promover distintos meios de compreender a responsabilidade pelo que é dito, tais como: assumindo-a com exclusividade, não a assumindo, ou ainda compartilhando essa responsabilidade com outra fonte. As conseqüências retóricas serão, por conseguinte, distintas

<sup>252</sup> “Australia was terra nullius, an empty land, when the first European settlers arrived”. (WHITE, 2001f, p. 12, tradução nossa).

<sup>253</sup> “In the view of some historians/It seems/I think/It’s my contention, Australia was an empty land when the first European settlers arrived”. (WHITE, 2001f, p. 12, tradução nossa).



a depender de cada contexto. Esse enfoque retórico fornecido pela teoria harmoniza-se com a investigação dos propósitos comunicativos, daí a adequação do quadro teórico com os objetivos específicos da presente pesquisa. Outro aspecto que vale destacar é que a taxonomia apresentada pelo sistema do Engajamento não atua apenas no nível formal, mas principalmente preocupa-se com a relação de alinhamento e desalinhamento que é construída com o suposto leitor. Essa relação pode promover o compartilhamento de pontos de vista ou a antecipação de um enunciado problemático, dentre outros aspectos.

Além da Atitude e do Engajamento, a Gradação é considerada dentro do sistema de Avaliatividade como uma propriedade do Afeto, do Julgamento e da Apreciação na medida em que é através dela que é construído um maior ou um menor grau de positividade ou negatividade. Em outras palavras, os valores são colocados em uma escala de alta ou baixa intensidade (Força), ou como membro central ou marginal de uma dada categoria (Foco). A Gradação também se relaciona com o sistema do Engajamento. Na verdade, o sistema de Gradação perpassa transversalmente o sistema de Atitude e de Engajamento. Considerando que a Gradação expressa a noção de intensidade da avaliação, ao analisarmos o *corpus* enfocaremos apenas a Atitude e o Engajamento, tendo em vista que são essas categorias que irão definir o que é avaliado e como o resenhista se posiciona diante de suas assertivas.

Ao apresentarmos o quadro teórico que embasará a análise da avaliação em resenhas não-acadêmicas foram explicitadas, ao longo do texto, algumas razões que justificam nossa escolha pelo sistema de Avaliatividade, e dentre elas acrescentamos outras: o pressuposto de que o contexto influencia o texto é também perseguido na presente pesquisa na medida em que esperamos apresentar neste capítulo os padrões de avaliação que caracterizam as resenhas não-acadêmicas, configurando, assim, um aspecto do ato de resenhar na comunidade jornalística; e, a concepção de gênero concebida como um conjunto de objetivos orientados na realização de metas sociais relaciona-se com as pretensões do trabalho de investigar como a avaliação opera na realização dos propósitos comunicativos das resenhas. Nessa esteira, na próxima seção iremos desvelar como a avaliação se realiza em resenhas não-acadêmicas e descrever seu potencial retórico.

### **5.3 A Atitude em resenhas não-acadêmicas**

No capítulo anterior, ao explorarmos a categoria propósito comunicativo identificamos que as resenhas não-acadêmicas possuem movimentos retóricos que se

destinam à avaliação da obra e à avaliação do autor. Observamos, ainda, que a avaliação não se restringia a esses movimentos e que se espraiava por outros propósitos comunicativos. Nesta seção, exploraremos com maiores detalhamentos como se realiza a avaliação em resenhas publicadas em jornais e revistas brasileiras.

Considerando que elogiar ou criticar são informações que naturalmente estão presentes em resenhas, independente da comunidade que a produza, questionamos, então, aos informantes especialistas se existem parâmetros que pautam a avaliação em seus textos. As declarações abaixo mostraram como os resenhistas têm liberdade para inserir quaisquer tipos de avaliação em suas resenhas:

(81) *Os limites são os de manter na medida do possível um equilíbrio na crítica, se distanciando do que seria próximo de um elogio exagerado ou de uma crítica arrogante.* (IE05)

(82) *Tais limites são de natureza subjetiva. O Jornal não se pronuncia a respeito.* (IE06)

(83) *Acredito que não. Mas procuro não criticar demais – seja a crítica favorável ou não.* (IE07)

Como é possível observar nas respostas acima, é o critério de subjetividade de cada resenhista que define o que e como avaliar e é o “bom senso” deles que estabelece os limites para elogiar e para criticar. Essas declarações nos permitem compreender que o ato de resenhar na comunidade jornalística é pautado, em boa parte, pelos padrões individuais de cada produtor.

Essa percepção nos conduz à suposição de que o sistema de avaliação em resenhas não-acadêmicas seja muito mais diversificado do que aquele identificado em resenhas acadêmicas<sup>254</sup>, haja vista não haver restrições explícitas por parte da instituição jornalística. Essas observações introduzem a análise que será realizada nas subseções a seguir.

Considerando que as resenhas não-acadêmicas realizam diferentes propósitos comunicativos e que a avaliação é um aspecto fundamental no processo de construção textual é que optamos por apresentar como as categorias do Afeto, do Julgamento e da Apreciação se materializam em cada propósito, buscando desvelar as funcionalidades retóricas desses recursos lingüísticos.

### **5.3.1 A Atitude e o propósito comunicativo de “apresentar a obra”**

Como foi mostrado no capítulo anterior, é através do propósito comunicativo de “apresentar a obra” que os leitores são informados sobre o conteúdo geral do livro, outras

---

<sup>254</sup> Ver Carvalho (2002) que pesquisou a avaliação em resenhas acadêmicas.

edições da obra, dados do lançamento, indicação do público-alvo, dentre outros aspectos. Em tese, a materialização desse propósito não envolveria a avaliação, contudo, a análise dos dados revelou a presença de itens avaliativos, como também a presença da avaliação implícita. Desse modo, identificamos recursos avaliativos, em quase todos os movimentos retóricos com exceção apenas do movimento retórico de *contextualizar o livro dentro do catálogo da(s) editora(s)*. O quadro abaixo, de nossa autoria, ilustra a presença do Afeto, do Julgamento e da Apreciação em realizações textuais que materializam o propósito comunicativo de “apresentar a obra”.

Quadro 05: A Atitude no propósito comunicativo de “apresentar a obra”.

MOVIMENTOS RETÓRICOS	EXEMPLOS	CATEGORIAS DE AVALIAÇÃO
<i>Informar outras publicações/edições da obra</i>	(120) “Só em 1869, quando o livro foi publicado em sua totalidade, é que a maioria dos críticos se voltou para a <u>grandiosidade</u> do projeto, [...]” (CP220907a)	APRECIACÃO + INSCRITA REAÇÃO QUALIDADE
<i>Informar o conteúdo/organização/temática/motivo geral da obra</i>	(121) “Nascimento pesquisa neste pequeno- <u>grande</u> livro a alteridade existente entre uma cultura dominante e uma cultura periférica na música.” (DC140707)	APRECIACÃO + INSCRITA REAÇÃO QUALIDADE
<i>Informar a origem da obra</i>	(122) “Mascaro e Lin perseguiram <u>boas</u> histórias. Embora tenham encontrado na literatura exatamente o que procuravam, não se tratava apenas disso. <u>Não queriam explorar um filão que hoje se sedimenta no mercado editorial.</u> ” (OP181008)	APRECIACÃO + INSCRITA REAÇÃO QUALIDADE  APRECIACÃO + IMPLÍCITA
<i>Descrever o formato de apresentação da obra</i>	(123) “[...] a editora gaúcha L&PM lançou os quatro volumes que compõem essa <u>grande</u> obra em uma <u>exclusiva</u> caixa <u>especial.</u> ” (CP220907a)	APRECIACÃO + INSCRITA REAÇÃO QUALIDADE  APRECIACÃO + INSCRITA VALOR ORIGINALIDADE  APRECIACÃO + INSCRITA VALOR ORIGINALIDADE
<i>Apresentar dados do lançamento da obra</i>	(124) “O lançamento no Brasil coincide com a <u>canonização</u> em vida do autor.” (RE220905)	JULGAMENTO + INSCRITO ESTIMA SOCIAL NORMALIDADE
<i>Apresentar curiosidades sobre a obra</i>	(125) “É curioso que a primeira dessas duas obras, lançada no Reino Unido em 1981, mais tarde receptora de diversas <u>honorarias</u> literárias, de início tenha sido <u>rejeitada</u> por sua casa editora, a Jonathan Cape.” (FSP161206)	APRECIACÃO + INSCRITA REAÇÃO QUALIDADE  APRECIACÃO - INSCRITA REAÇÃO QUALIDADE
<i>Fornecer informações sobre a obra</i>	(126) “O <u>delicioso</u> livro Vale Tudo – O Som e a Fúria de Tim Maia, [...]” (GP051207)	APRECIACÃO + INSCRITA REAÇÃO QUALIDADE

<i>Informar o público-alvo</i>	(127) “[...] certamente integrará a biblioteca desses <u>letrados</u> apreciadores da sétima <u>arte</u> .” (DC200807)	JULGAMENTO + INSCRITO ESTIMA SOCIAL NORMALIDADE
<i>Explicar o título/subtítulo da obra</i>	(128) “Muitos pais não aprovam que seus filhos lidem com objetos cortantes, perfurantes ou potencialmente incendiários. É nesse sentido que se justifica o adjetivo do título: o livro dos irmãos Iggulden é “ <u>perigoso</u> ” porque propõe uma meninice menos cercada de proteção paranóica, menos higienizada pela correção política.” (RV050907)	APRECIACÃO + INSCRITA COMPOSIÇÃO ENGENHARIA
<i>Introduzir um tópico que tenha alguma relação com a obra</i>	(129) “Um livro embrulhado chegou à minha mesa. Era um dia ensolarado. Havia horas eu estava trabalhando em frente ao computador. Quando desfiz o embrulho, fiquei <u>satisfeita</u> . Era o livro de um escritor que <u>amo</u> . E era <u>bom</u> .” (RE050207)	AFETO + REALIS IN/FELICIDADE  AFETO + REALIS IN/FELICIDADE  APRECIACÃO + INSCRITA REACÇÃO QUALIDADE

Como é possível observar através dos exemplos destacados, ao realizar o propósito de “apresentar a obra” o resenhista acaba também expondo seus juízos de valor (autoral) como também juízos de valor de outros sujeitos sobre o livro, antecipando para o leitor a avaliação da obra. Materializam-se, portanto, valorações que se referem à Reação diante da obra, à Composição da obra e ao Valor da obra. Mas além de apreciar o livro, o propósito comunicativo também aporta avaliações que correspondem às categorias do Afeto em relação ao livro e ao autor e do Julgamento do autor. Fora do escopo do autor e da obra que está apresentado no quadro acima, identificamos, ainda, Apreciação de outros outros elementos e Julgamento de outros sujeitos que não o autor da obra resenhada.

Os efeitos retóricos dessas avaliações são bastante variados, dependendo do contexto em que estejam inseridas. No enunciado (120), considerando a resenha como um todo, a utilização do termo avaliativo “grandiosidade” tem como possível consequência retórica reforçar para os leitores a valoração positiva da obra em análise (“Guerra e Paz” de Tolstói). Essa afirmação se explica pelo fato de que ao longo do texto, o produtor faz quatro referências à obra utilizando ou o termo avaliativo “grande” ou seu cognato “grandiosidade”. O excerto destacado corresponde à terceira realização deste tipo de avaliação na obra.

O enunciado (122) é particularmente interessante porque o resenhista se apresenta para o leitor como sendo um indivíduo que tem um conhecimento privilegiado do percurso seguido pelos autores no processo de produção da obra, daí ele ter afirmado que os autores

“perseguiam boas histórias”. E essa informação é transmitida para a sua audiência que passa a conhecer um pouco da história de produção do livro. Os autores do livro funcionam como fontes da avaliação e as histórias se constituem como objeto avaliado. Os enunciados seguintes seguem o mesmo objetivo retórico, contudo não utilizam termos avaliativos, é o conteúdo ideacional que passa o juízo de valor positivo da obra haja vista os autores desejarem produzir uma obra diferente daquelas que comumente aparecem no mercado editorial. A avaliação da obra se realiza de forma implícita, materializando o que Martin e White (2008, p. 62) denominam de realização indireta da avaliação. Segundo os autores, “a seleção de sentidos ideacionais é suficiente para invocar a avaliação”, bem como “introduz um elemento indesejável da subjetividade dentro da análise”<sup>255</sup>. Isso quer dizer que a percepção de conteúdo avaliativo do enunciado que está em pontilhado depende da interpretação do leitor.

Já o enunciado (125) apresenta um dos poucos exemplos em que se materializa uma avaliação negativa da obra que, por sua vez, não foi realizada pelo resenhista e ele não comunga com esse ponto de vista. A avaliação negativa que aparece sobre o livro pode ter um possível efeito retórico de apresentar o resenhista como um especialista que conhece detalhes sobre o percurso de publicação da obra. No enunciado (127), o resenhista negocia uma relação de solidariedade com seus leitores a partir do uso da categoria Julgamento. O produtor classifica o público-alvo de “letrados”, pois sua audiência não é apenas apreciadora de cinema, mas tem também certa erudição. Esse item avaliativo revela como a valoração é utilizada para estabelecer relações interpessoais, não apenas para avaliar artefatos culturais, fenômenos naturais ou pessoas e ações.

No enunciado (129), o fato de a resenhista apresentar suas reações emocionais para os leitores (ela ficou “satisfeita” com o livro, ela “ama” o autor do livro) tem como possível efeito retórico levar o leitor a compartilhar de seu ponto de vista. Nesse sentido, a resenhista busca negociar solidariedade com seu público. White (2001a, p. 03) nos fala das relações interpessoais e da negociação dos papéis sociais e como isso se reflete nos recursos lingüísticos utilizados. Para o autor, “quanto maior for o grau de interação/contacto social entre os participantes que interagem maior será o conjunto de opções lingüísticas disponíveis”<sup>256</sup>.

---

<sup>255</sup> A citação completa é “The general point here is that the selection of ideational meanings is enough to invoke evaluation, even in the absence of atitudinal lexis that tells us directly how to feel. At first blush it might seem that analyzing the evaluation invoked by ideational selections introduces an undesirable element of subjectivity into the analysis.” (MARTIN; WHITE, 2008, p. 62).

<sup>256</sup> “[...] cuanto mayor sea el grado de interacción/contacto social entre los participantes que interactúan, mayor es el conjunto de opciones lingüísticas disponibles” (WHITE, 2001a, p. 03, tradução nossa).

Nessa perspectiva, é possível observar que algumas resenhas produzidas na comunidade jornalística apresentam uma tentativa de ter um contato mais próximo com seu interlocutor que pode ser consequência da necessidade de captar o leitor. Esse aspecto pode implicar na realização de recursos lingüísticos da categoria Afeto.

Além dos efeitos retóricos que foram identificados nos enunciados do quadro 05, observamos outras facetas da avaliação. Por exemplo, o enunciado (124) realiza um Julgamento do autor. A utilização desse recurso mostra que a materialização do propósito comunicativo de “apresentar a obra” não se restringe à avaliação da obra, estendendo-se à valoração do autor. O que se pode concluir é que os resenhistas têm um amplo leque de recursos na expressão da avaliação em resenhas não-acadêmicas.<sup>257</sup>

Já o enunciado (128) retrata o que Martin e White (2008) afirmam de que o contexto tem um papel fundamental na identificação dos parâmetros da avaliação: se positiva ou negativa. O termo “perigoso” fora de um dado contexto carrega um juízo de valor negativo, mas na resenha em tela é considerado positivo pois o livro classificado como tal, busca resgatar as brincadeiras antigas de infância que as crianças já não mais vivenciam. Essa valoração positiva do termo é marcada lingüisticamente pelo resenhista através do uso de aspas. Outro ponto que merece ser ressaltado é a perspectiva de análise do leitor, se os leitores da resenha forem pais superprotetores não irão se alinhar com o ponto de vista do resenhista, daí o livro será considerado realmente perigoso.

A análise empreendida nas resenhas nos permite identificar padrões de avaliação, nos movimentos retóricos do propósito comunicativo de “apresentar a obra”, apresentados no quadro 06, de nossa autoria.

Quadro 06: Tipos de avaliação realizados no propósito comunicativo de “apresentar a obra”.

<b>MOVIMENTOS RETÓRICOS DO PROPÓSITO COMUNICATIVO DE “APRESENTAR A OBRA”</b>	<b>TIPOS DE AVALIAÇÃO REALIZADOS</b>
<i>Contextualizar o livro dentro do catálogo da(s) editora(s)</i>	Não houve realização de avaliação
<i>Informar outras publicações/edições da obra</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade)) Apreciação implícita da obra
<i>Informar o conteúdo/organização/temática/moté geral da obra</i>	Apreciação da obra (Reação (Impacto, Qualidade), Composição, Valor (Relevância)) Afeto não-autoral (In/felicidade)
<i>Informar a origem da obra</i>	Apreciação implícita da obra Apreciação de outros elementos
<i>Descrever o formato de apresentação da obra</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade, Impacto), Valor (Originalidade))

<sup>257</sup> No enunciado (125), nos deparamos ainda com o que Martin e White (2008) denominam “metáfora gramatical” que consiste em uma categoria (processo ou qualidade) ser representada por outra categoria (coisa/entidade). No caso, o processo de “canonizar” é representado por “canonização”.

<i>Apresentar dados de lançamento da obra</i>	Julgamento do autor (Estima Social (Normalidade))
<i>Apresentar curiosidades sobre a obra</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade))
<i>Fornecer informações sobre a obra</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade, Impacto), Composição) Apreciação implícita da obra Apreciação de outros elementos Julgamento do autor (Estima Social (Normalidade, Mestria, Capacidade))
<i>Informar o público-alvo</i>	Julgamento de outras pessoas
<i>Explicar o título/subtítulo da obra</i>	Apreciação da obra (Composição)
<i>Introduzir um tópico que tenha alguma relação com a obra</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade)) Apreciação de outros elementos Julgamento de outras pessoas Afeto autoral ( <i>Irrealis</i> (Desejo), <i>Realis</i> , (In/felicidade)) Afeto em relação a outras pessoas

É natural que os movimentos retóricos que constituem o propósito comunicativo de “apresentar a obra” realizem uma quantidade maior de avaliações do tipo Apreciação da obra do que Julgamento do autor, haja vista o foco das informações conduzidas se referirem ao livro. Assim, quase todos os movimentos materializaram Apreciação da obra com exceção dos movimentos de *informar o público-alvo* que realizou Julgamento dos leitores, e, de *apresentar dados de lançamento da obra* que apresentou Julgamento do autor.

No movimento retórico de *informar outras publicações/edições da obra* observamos apenas uma amostra de avaliação sobre a qualidade da obra. Já o movimento retórico de *informar o conteúdo/organização/temática/mote geral da obra* realizou quase todas as variáveis da categoria Apreciação<sup>258</sup>, tendo a variável Composição a de maior frequência. Isso nos leva a afirmar que o resenhista ao apresentar o conteúdo global do livro, já pode adiantar a avaliação dos elementos que compõem a obra. Identificamos, ainda, nesse movimento retórico, a materialização da categoria Afeto, ressalta-se apenas que a fonte da avaliação não é autoral (do resenhista), e sim o autor da obra. O produtor ao informar o mote geral da obra também pode apresentá-la a partir do ponto de vista do autor. Nesta resenha, o efeito retórico desta avaliação pode repousar na tentativa de exibir o autor da obra em conexão íntima com seu objeto de trabalho (poesia), valorizando, assim, a qualidade da obra. O excerto 130 ilustra essa realização.

EXCERTO 130

Em todas elas<sup>259</sup>, a autora rejeita ações cotidianas e banais, esvaziadas (assistir à TV, ler o best-seller do momento), para afirmar e reafirmar a importância da palavra, da poesia, da construção poética. (DC271007)

No movimento retórico de *informar a origem da obra* além de realizar a

<sup>258</sup> No movimento retórico *informar o conteúdo/organização/temática/mote geral da obra*, não houve a realização da variável Valor Relevância.

<sup>259</sup> O resenhista está se referindo as sete partes em que o livro está dividido.

Apreciação implícita do livro, o resenhista pode avaliar outros objetos que não a obra. No caso da resenha DC090808a, o produtor avalia a cobertura jornalística e os fatos que propiciaram a criação do livro. O excerto 131 ilustra essa realização.

EXCERTO 131

Escrito em 1995, quando o crime organizado estava no auge em Mato Grosso, Luís Gonçalves explica que se baseou principalmente na tímida cobertura jornalística dos fatos escabrosos, e também em depoimentos de algumas pessoas que detinham informações, ou mesmo, eram como que atores sociais dessa realidade flagrante (DC090808a)

No movimento retórico de *descrever o formato de apresentação da obra*, em geral, a Apreciação pode se referir aos aspectos externos da obra como é previsível, contudo identificamos apenas um exemplo em que o resenhista menciona o Impacto que teve diante da obra. O excerto 132 ilustra nossa afirmação.

EXCERTO 132

Recentemente adquiri um livrinho azul surpreendente. (DC140707)

O movimento retórico de *apresentar dados de lançamento da obra* e de *apresentar curiosidades sobre a obra* obtiveram baixas frequências de realização da avaliação, o primeiro materializou-se apenas uma realização da categoria de Julgamento do autor (ver exemplo (125) quadro 05) e o segundo duas realizações da categoria de Apreciação da obra. Já o movimento retórico intitulado *fornecer informações sobre a obra* realiza Apreciação da obra e também Apreciação de outros elementos, como por exemplo da editora que publicou o livro resenhado. O trecho 133 exemplifica nossa afirmação.

EXCERTO 133

[...] de 125 páginas, publicado pela Carlini & Caniato, editora que vem prestando relevantes serviços à literatura regional. (DC090808a)

Em geral, as Apreciações realizadas neste movimento retórico são da variável Reação Qualidade. Assim, ao prover o leitor de informações sobre o título da obra, nome do autor, preço, número de páginas, dentre outros dados, o resenhista pode considerar a ocasião propícia e avaliar a qualidade da obra, ou ainda, valorar o autor, como é o caso do excerto 134.

EXCERTO 134

A diversidade das 83 páginas do livro é uma boa oportunidade de ter um retrato alerquinal de um dos mais consistente escritores contemporâneos. (OP240508)

No movimento que se refere a *informar o público-alvo* é presumível que a avaliação não seja da obra e nem do autor, como pode ser visto no exemplo (127) o Julgamento é dos leitores. Já no movimento retórico de *explicar o título/subtítulo da obra* apresentou uma baixa frequência de realização da avaliação, materializando apenas a



Apreciação da obra na variável Composição Engenharia como pode ser visualizado no trecho (128).

Especificamente, no movimento retórico de *introduzir um tópico que tenha relação com a obra*, foi possível identificar a avaliação de diferentes elementos que não apenas da obra ou do autor. Assim, o resenhista pode avaliar um filme, outro livro que não seja o resenhado, dentre outros. O efeito retórico deste tipo de avaliação, em geral, repousa na valorização positiva da obra em análise, haja vista o resenhista estabelecer relação com o livro resenhado. Apenas para citar um exemplo, no texto DC011207, o produtor inicia sua resenha avaliando um filme, em seguida ele afirma que o livro resenhado produzirá no leitor efeitos semelhantes aos provocados pelo filme. O excerto 135 ilustra como as avaliações do filme são transportadas para a avaliação da obra.

EXCERTO 135

O filme francês *Ils* (“Eles”), dirigido por David Moreau e recém-chegado às locadoras, é assustador. Uma verdadeira pancada no cérebro e mensagens subliminares percorrendo todas as cenas como se fizessem parte de algo maior. Uma história despretensiosa que tira qualquer um do sério e faz qualquer um ficar sério. (*introduzir um tópico que tenha relação com a obra*)

Na mesma linha de temática e proposta, com uma dose extra de requinte, (*avaliar pontos específicos do livro*) o livro de contos *8ito*, do cuiabano Danilo Fochesatto, (*fornecer informações sobre a obra*) também nos deixa inquieto, logo nas primeiras linhas [...] (*indicar as impressões que o livro provocou*). (DC011207)

Neste movimento retórico também encontramos enunciados que realizam o Julgamento não do autor da obra resenhada, mas do biografado. É o caso do excerto 136 da resenha GP300907.

EXCERTO 136

A grande cantora Elizeth Cardoso, a “Divina”, considerava Clara Nunes sua herdeira legítima. Alguns críticos a comparam até hoje a Carmen Miranda. (GP300907)

Como é possível observar nesta passagem, o resenhista apresenta as avaliações de Elizeth Cardoso e de alguns críticos sobre Clara Nunes. Questionamos qual o efeito retórico que o Julgamento do biografado poderia promover na resenha. A análise do texto em seu todo nos permite observar que tornar aquele de quem se faz a biografia atraente para o leitor leva a construção de um interesse pelo livro. Desse modo, em livros de biografia, a avaliação da personalidade biografada pode funcionar como uma estratégia retórica de valorização da obra resenhada. Nessa esteira, que público se interessaria por ler uma obra que conta a história de vida de uma personalidade que não é famosa, reconhecida ou importante?

Dos movimentos retóricos destacados acima, é possível observar a diversidade de padrões avaliativos que os resenhistas dispõem na construção de seus textos, em especial, os movimentos de *fornecer informações sobre a obra* e *introduzir um tópico que tenha alguma relação com a obra*. Em relação ao último, essa multiplicidade se justifica pela gama de

informações que são conduzidas nesse movimento retórico. Os exemplos nos levaram a constatar que embora o propósito comunicativo de “apresentar a obra” não tenha nenhum movimento retórico destinado a realizar avaliações do autor e da obra, a avaliação está presente. Considerando apenas a materialização explícita da avaliação do autor e do livro no propósito comunicativo de “apresentar a obra”, identificamos os seguintes resultados na tabela 14.

Tabela 14: Tabela resumitiva dos padrões de avaliação no propósito comunicativo de “apresentar a obra”.

APRECIÇÃO						
Reação			Composição		Valor	
Qualidade	Impacto		Engenharia		Relevância	Originalidade
16	03		09		01	02
JULGAMENTO						
Estima Social			Sanção Social			
Normalidade	Tenacidade/ Experiência	Capacidade	Mestria	Veracidade	Propriedade	
03	-	01	01	-	-	
ATITUDE						
Realis			Irrealis			
In/felicidade	In/segurança	In/satisfação	Medo		Desejo	
03	-	-	-		-	

O resultado obtido dos padrões de avaliação revela a harmonia entre a organização textual e as categorias de avaliação, ou seja, como o intento comunicativo é “apresentar a obra” a maior parte das avaliações correspondem à Apreciação da obra (31 realizações). E considerando ainda que o conteúdo informacional proveniente deste propósito caracteriza-se como mais geral é natural que a categoria de Apreciação mais utilizada seja a de Qualidade. Nessa esteira, o resenhista fornece aos seus leitores qualificações de natureza geral sobre a obra. No que se refere ao Julgamento do autor, o propósito comunicativo de “apresentar a obra” confina-se à avaliação da Estima Social, os resenhistas não julgam quão honesto ou ético possa ser o autor da obra resenhada. A presença do Afeto pode conduzir a duas constatações: a resenha não-acadêmica expressa a subjetividade do seu autor, de tal modo que o produtor revela suas reações emocionais diante do autor e da obra; a expressão dos sentimentos do resenhista pode indicar uma estratégia textual de atrair e de interagir com uma audiência mais ampla possível.

Se compararmos os padrões avaliativos das resenhas não-acadêmicas com que os que foram identificados por Carvalho (2002) em resenhas acadêmicas<sup>260</sup> é possível constatar

<sup>260</sup> Sempre que estabelecermos relações com os resultados obtidos por Carvalho (2002) estamos fazendo

que os recursos lingüísticos utilizados para expressar a avaliação na comunidade jornalística são muito mais diversificados na medida em que verificou-se a presença da categoria Afeto, categoria esta que nem sequer foi selecionada pela autora na análise da avaliação haja vista os resenhistas da comunidade acadêmica não expressarem suas posições emocionais em relação à obra e ao autor; o Julgamento não apenas do autor da obra, mas também dos possíveis leitores; a realização de Apreciação do tipo implícita; a Apreciação de outros artefatos culturais que não apenas da obra que está sendo resenhada. Como pontos de convergência entre os dois padrões de avaliação destacamos a materialização tanto da Apreciação (da obra) como de Julgamento (do autor), como também de uma avaliação que é eminentemente mais positiva que negativa<sup>261</sup>.

Sobre este aspecto vale retomar as declarações dos informantes especialistas que destacaram o fato de que não é apropriado desperdiçar o espaço do jornal com resenhas apenas negativas, embora alguns produtores terem afirmado que já haviam escrito resenhas que não houvesse nenhum elemento de elogio. As respostas dos resenhistas vão em direção não a uma omissão dos aspectos negativos da obra, mas a percepção de que as indicações de leitura, em geral, são de autores e de livros que os resenhistas apreciam. Assim, a declaração 84 do IE14 reflete os índices de avaliações positivas encontradas nas resenhas.

(84) [...] obras que não mereçam um mínimo de elogio, nem deveriam ser resenhadas, acho. (IE14)

A materialização dessa percepção é tão forte que apenas uma das avaliações do autor e da obra no propósito comunicativo de “apresentar a obra” foi classificada no parâmetro negativo e ainda com ressalvas, pois a valoração negativa sobre a obra não foi compactuada pelo resenhista e se apresentou, dentro da organização textual, como uma informação a ser suplantada (ver exemplo (125) do quadro 05).

### 5.3.2 A Atitude e o propósito comunicativo de “apresentar o autor”

O propósito comunicativo de “apresentar o autor” conduz informações biográficas e/ou da vida literária do escritor. A diferença estabelecida, no capítulo anterior, entre as informações que pertencem ao propósito de “apresentar o autor” e “avaliar o autor” repousou na ausência/presença da avaliação. Isso quer dizer que esse intento comunicativo, em tese, também não deveria conter avaliação assim como o propósito de “apresentar a obra”.

---

referência apenas às resenhas acadêmicas produzidas no contexto retórico brasileiro.

<sup>261</sup> Destacamos que os resultados de Carvalho (2002) se referem ao primeiro movimento retórico em resenhas acadêmicas que é de “apresentação e avaliação inicial do livro”.

Contudo, o modo como os resenhistas distribuem as informações em seus textos podem produzir enunciados em que haja a imbricação desses dois propósitos comunicativos, a inserção do propósito de “avaliar o autor” dentro do propósito de “apresentar o autor”, a realização indireta de Julgamento do autor, dentre outras possibilidades. Os trechos (137), (138) e (139) ilustram como a avaliação pode se realizar nesse propósito comunicativo.

EXCERTO 137

Tudo isso<sup>262</sup> seria ignorado caso Bunker não fosse um homem dotado para a escrita e não tivesse sido descoberto por Louise Wallis, esposa de um rico produtor de cinema, que funcionou como mecenas. (RE101105)

EXCERTO 138

Apesar de ter nascido em Mato Grosso, o poeta Nicolas Behr, ícone da poesia marginal brasileira, possui trajetória intimamente ligada à capital federal. É impossível dissociar Behr de Brasília. (HD251107)

EXCERTO 139

P.D. James é a herdeira da linhagem do romance policial britânico que tem em Arthur Conan Doyle e Agatha Christie seus representantes paradigmáticos. (RE210705)

No trecho (137), há a imbricação do propósito comunicativo de “apresentar o autor” com “avaliar o autor”. Neste enunciado, o resenhista avalia a Capacidade do autor caracterizando-o como uma pessoa que tem o “dom” de escrever, há, portanto um Julgamento inscrito inserido na categoria de Estima Social. Ao narrar a vida do escritor, o resenhista acaba avaliando-o. No exemplo (138), há uma clara percepção da inclusão de informação que classifica o autor na descrição de sua vida (“ícone da poesia marginal brasileira”). Neste enunciado, a avaliação se dá no propósito comunicativo de “avaliar o autor”. E, no exemplo (139), o fato de a autora ser comparada com dois escritores famosos são “sinais” que remetem a uma avaliação implícita da autora. Assim, quanto maior for a valoração de Conan Doyle e Agatha Christie perante o leitor, conseqüentemente maior será a avaliação da autora. Independente, de como as informações são distribuídas nas resenhas, o fato é que um possível efeito retórico da valoração do autor repercute na valoração da obra e vice-versa. Assim, temos o que Martin e White (2008) denominaram de interação entre Atitude invocada e Atitude inscrita.

Como nos exemplos que foram destacados anteriormente a valoração, em geral, se realiza dentro do escopo da Estima Social. Isso quer dizer que a avaliação, em tese, deveria se restringir ao desempenho do autor e não se estender a valoração de suas atitudes éticas ou morais. As declarações 85 e 86 dos informantes especialistas confirmam nossa afirmação.

(85) *Mais do que avaliar o autor, o escrevo tento contextualizá-lo como informações sobre sua vida, obra e influências literárias.* (IE05)

---

<sup>262</sup> “Tudo isso” se refere a “Descreve a vida de golpes bem e malsucedidos, a empolgação das fugas, a melancolia da certeza de quem sabe que vai se dar mal logo à frente e a rotina nas cadeias, cheia de artimanhas (algumas bastante selvagens) para sobreviver.” (RE101105).

(86) *No caso de autores clássicos, costumo salientar a sua importância e influência. Nos autores modernos, avalio apenas a capacidade de abordar o tema com propriedade e de usar uma linguagem clara e acessível.* (IE09)

Contudo encontramos no propósito comunicativo de “apresentar o autor”, avaliações do caráter do escritor, como é o caso do excerto 140.

EXCERTO 140

Apesar de escrever o primeiro artigo em fevereiro de 1942, Orwell mantinha uma relação anterior com o Observer. No ano anterior, ele conheceu David Astor, proprietário e futuro editor do jornal, e logo uma sólida amizade se estabeleceu - Astor admirava a “absoluta franqueza, honestidade e decência” de Orwell e, por isso, convidou-o a escrever para o jornal. Assim, criou uma coluna, Fórum, e encarregou o escritor de inaugurá-la. (ESP171206)

Essa avaliação tem como efeito retórico valorizar positivamente o livro que está sendo resenhado. Esta obra consiste em um conjunto de artigos políticos que foram, na época, publicados em jornal e que geraram muita polêmica devido ao fato de que o autor dos artigos ser extremamente honesto. Essa explicação justifica o tipo de Julgamento que é feito do autor, o resenhista não o faz gratuitamente, ela tem relação direta com a qualidade da obra. Em outras palavras, quanto mais ético, honesto, franco, sincero for apresentado o autor, mais valoroso será seu livro haja vista seu autor (no caso George Orwell) haver ultrapassado as barreiras das relações políticas e sociais. Ressaltamos que essa avaliação do autor é apresentada no início do texto e a fonte da valoração do escritor é o dono do jornal em que o escritor publicava seus artigos e não o resenhista. Contudo, o resenhista compartilha com ele esse Julgamento da Veracidade do autor e desenvolve seu texto dentro do paradigma da honestidade do escritor. O Julgamento do autor na categoria Sanção Social representa um recurso lingüístico que é próprio das resenhas nao-acadêmicas, haja vista Carvalho (2002) não ter identificado em sua análise nenhum termo avaliativo dessa categoria semântica.

As resenhas nao-acadêmicas apresentam além do Julgamento do autor, realizações da categoria Afeto e da categoria Apreciação. Ambas, materializaram-se nos textos com o efeito retórico de valorizar o autor da obra como pode ser visto nos trechos (141) e (142). No excerto (141), temos um exemplo de Afeto não autoral, já no exemplo (142) é realizada uma Apreciação de um dos artigos do livro resenhado.

EXCERTO 141

[...] o escritor polonês Joseph Conrad (1857-1924) continua a conquistar leitores em todo o planeta. (HD260907)

EXCERTO 142

Com um artigo pioneiro, A vez da Índia (que inicia a seleção desse livro), Orwell defende radicalmente a independência da Índia, marcando decisivamente a posição política do Observer em relação ao assunto. (ESP171207)

Para ilustrar os diferentes tipos de recursos avaliativos que são utilizadas no propósito comunicativo de “apresentar o autor” exibimos o quadro 07 que elaboramos.

Quadro 07: Tipos de avaliação realizados no propósito comunicativo de “apresentar o autor”.

<b>MOVIMENTO RETÓRICO DO PROPÓSITO COMUNICATIVO DE “APRESENTAR O AUTOR”</b>	<b>TIPOS DE AVALIAÇÃO REALIZADOS</b>
<i>Fornecer informações sobre a biografia e/ou vida literária do autor</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade)) Apreciação de outros elementos Julgamento do Autor (Estima Social (Normalidade, Tenacidade, Capacidade, Mestria), Sanção Social (Veracidade, Propriedade)) Julgamento implícito do autor Afeto não autoral (In/felicidade)

Como é possível observar o propósito comunicativo de “apresentar o autor” exibe uma gama bem menos extensa de padrões avaliativos do que o propósito de “apresentar a obra” e isso se explica pela quantidade de movimentos retóricos que constituem cada um dos intentos comunicativos.

Ao fornecer informações sobre a biografia e vida literária do autor, o resenhista pode avaliar o autor do livro. Se o autor é o tópico que conduz as informações neste propósito, é natural que as avaliações girem em torno dele. Ainda em relação ao Julgamento do autor, diferente do propósito comunicativo de “apresentar a obra”, neste constatamos a presença da categoria de Sanção Social. Assim, os resenhistas avaliam não apenas o desempenho do autor, mas também seu comportamento ético e moral. Considerando apenas as valorações explícitas do autor e da obra, destacamos na tabela 15 os tipos de avaliações que se realizaram no propósito comunicativo de “apresentar o autor”.

Tabela 15: Tabela resumitiva dos padrões de avaliação no propósito comunicativo de “apresentar o autor”.

<b>APRECIACÃO</b>					
<b>Reação</b>		<b>Composição</b>		<b>Valor</b>	
Qualidade	Impacto	Engenharia		Relevância	Originalidade
01	-	-		-	-
<b>JULGAMENTO</b>					
<b>Estima Social</b>			<b>Sanção Social</b>		
Normalidade	Tenacidade/ Experiência	Capacidade	Mestria	Veracidade	Propriedade
09	01	02	01	04	02
<b>ATITUDE</b>					
<b>Realis</b>			<b>Irrealis</b>		
In/felicidade	In/segurança	In/satisfação		Medo	Desejo
01	-	-		-	-

Como pode ser visualizado no quadro 07, há uma tendência a materializar

Julgamento do autor em detrimento da Apreciação da obra e da Atitude. Esse resultado demonstra a harmonia entre o tipo de informação que é conduzida com o tipo de avaliação que aparece nos enunciados.

Assim, o propósito comunicativo de “apresentar a obra” materializa uma maior frequência de Apreciação do livro, enquanto que o propósito de “apresentar o autor” materializa uma maior frequência de Julgamento do escritor. Considerando o parâmetro positivo x negativo, houve uma altíssima frequência de avaliação positiva em detrimento da baixíssima frequência de avaliação negativa. Esse propósito segue confirmando as declarações dos informantes especialistas, bem como os resultados obtidos da análise do propósito comunicativo de “apresentar o autor”.

### 5.3.3 A Atitude e o propósito comunicativo de “descrever a obra”

Ao investigarmos o propósito comunicativo de “descrever a obra”, identificamos que este pode se materializar através de seis movimentos retóricos que, por sua vez, descrevem diferentes partes do livro, desde o conteúdo da obra até o material extratextual. Em princípio, esse propósito não deveria conter recursos avaliativos, mas como já foi explicitado anteriormente a presença da valoração pode ser justificada pela imbricação de movimentos retóricos, do propósito de “descrever a obra” com o propósito de “avaliar a obra”, como também pela existência de avaliação implícita. Dos seis movimentos retóricos que compõem o propósito comunicativo de “descrever a obra” apenas dois deles não materializaram avaliação, a saber: *citar a obra* e *descrever/explicar a metodologia utilizada pelo organizador ou autor na feitura da obra*. Os demais realizaram em maior frequência Apreciação da obra e em baixíssima frequência Julgamento do autor como pode ser visualizado no quadro 08.

Quadro 08: A Atitude no propósito comunicativo de “descrever a obra”.

MOVIMENTOS RETÓRICOS	EXEMPLOS	CATEGORIAS DE AVALIAÇÃO
<i>Sintetizar o conteúdo da obra</i>	(143) “Fala de uma seleção <u>marcante</u> de trilhas inesquecíveis de todos os tempos.”	APRECIÇÃO + INSCRITA REAÇÃO IMPACTO
<i>Descrever pontos específicos da obra</i>	(144) “O <u>detalhado</u> estudo de “Barravento”, o primeiro longa de Glauber Rocha, lançado em 1962, é sucedido por uma análise de um filme de estrutura bem mais convencional. (HD300907)	APRECIÇÃO + INSCRITA COMPOSIÇÃO ENGENHARIA
<i>Descrever o conteúdo dos gêneros introdutórios e/ou do material extratextual</i>	(145) “À trama unem-se as informações <u>extraordinárias</u> , postas num glossário e num bloco de curiosidades. (DN311206)	APRECIÇÃO + INSCRITA REAÇÃO QUALIDADE

<p><i>Caracterizar o gênero que constitui a obra</i></p>	<p>(146) “O compêndio de divulgação cultural é um gênero bem estabelecido. [...] <u>O crítico Harold Bloom já afirmou deplorar as listas de obras notáveis e se declarou arrependido de incluir uma relação de livros essenciais no fim de <i>O Cânone Ocidental</i>, de 1994 – mas o seu <i>Gênio</i>, de 2002, nada mais é do que uma lista comentada de 100 grandes autores.” (RV290807)</u></p>	<p>APRECIACÃO - IMPLÍCITA</p>
--	---	-------------------------------

A partir dos exemplos acima é possível observar que o resenhista vai inserindo itens avaliativos no interior de enunciados que se pretendiam descritivos. Isso implica considerar que há uma convergência entre o fluxo das informações que gravitam em torno da descrição da obra e o tipo de avaliação que se materializa nesse propósito que é Avaliação da obra. Como pode ser visto, a valoração do livro pode realizar-se de forma direta, através da presença de um léxico avaliativo, como de forma indireta, através de “sinais” de avaliação. Os efeitos retóricos são variados a depender do contexto de cada resenha. No excerto (144), o resenhista descreve a seqüência dos conteúdos que aparecem no livro e ao fazê-lo avalia um dos artigos que compõem a obra, categorizando-o de “detalhado”, essa valoração tem como conseqüência retórica a avaliação positiva do livro. Em outras palavras, se um componente da obra (artigo) é bem avaliado, conseqüentemente a obra também o será.

O excerto (146), por sua vez, segue em direção contrária. Aqui, o resenhista apresenta o ponto de vista de outras personalidades sobre o gênero a que pertence a obra (Harold Bloom declara sua compunção por haver elaborado uma espécie de lista destas) com a finalidade de ver reduzido o valor do livro. A estratégia retórica de apresentar a opinião de outras fontes desabonando o gênero “compêndio de divulgação cultural” faz com que a voz do resenhista não se apresente solitária.

O produtor estabelece solidariedade com sujeitos considerados importantes dentro da sociedade. Essa informação ancora a voz autoral do resenhista que critica abertamente esse gênero ao apresentar no apêndice da resenha uma relação de “alguns autores que tentam conservar heroicamente o legado cultural da civilização ocidental – ou resumi-lo para o leitor preguiçoso”. Nesse apêndice, o resenhista não apenas defende, claramente, seu ponto de vista contra os “compêndios de divulgação cultural” como também avalia os tipos de leitores que apreciam este tipo de obra. O produtor não abre espaço para o diálogo e censura quem tiver opinião contrária.

Mesmo apresentando uma alta freqüência de realização da categoria de Avaliação, o propósito comunicativo de “descrever a obra” apresentou uma variedade de



recursos avaliativos. O quadro 09, elaborado por nós, ilustra os padrões de avaliação em cada um dos movimentos retóricos.

Quadro 09: Tipos de avaliação realizados no propósito comunicativo de “descrever a obra”.

MOVIMENTO RETÓRICO DO PROPÓSITO COMUNICATIVO DE “DESCREVER A OBRA”	TIPOS DE AVALIAÇÃO REALIZADOS
<i>Sintetizar o conteúdo da obra</i>	Apreciação da obra (Reação (Impacto), Composição (Engenharia))
<i>Descrever pontos específicos da obra</i>	Apreciação da obra (Reação (Impacto, Qualidade), Composição (Engenharia), Valor (Originalidade)) Apreciação implícita da obra Julgamento implícito do autor Julgamento de outras pessoas Afeto não-autoral ( <i>Realis</i> (In/felicidade))
<i>Descrever o conteúdo dos gêneros introdutórios e/ou do material extratextual</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade), Composição (Engenharia)) Apreciação implícita da obra Afeto não-autoral ( <i>Realis</i> (In/felicidade))
<i>Caracterizar o gênero que constitui a obra</i>	Apreciação implícita da obra

É visível como a Apreciação é a categoria dominante em todos os movimentos retóricos, materializando-se em diferentes variáveis (Reação, Composição e Valor) além de realizar a Apreciação implícita. No movimento retórico de *descrever pontos específicos da obra*, identificamos a presença do Julgamento, seja do autor ou de outras pessoas. Os excertos 147 e 148 ilustram como se realiza a categoria Julgamento.

EXCERTO 147

Pois então, o livro da Zahar Editor supera e muito, seus antecessores. O segredo é que ele traz fotos de época e contextualizações históricas. Além disso, retrata, por vezes, os grandes intérpretes dos compositores historiados. (DC120507)

EXCERTO 148

Além de dialogar com a sua memória, suas opiniões e com as perguntas perspicazes do entrevistador Geneton Moraes Neto (atualmente, editor do «Fantástico», na TV Globo), Carlos Drummond de Andrade conversa, sobretudo, sobre minudências de sua própria obra. (HD090907)

No enunciado (147), o resenhista faz um Julgamento positivo dos compositores que são descritos na obra, tendo como consequência retórica a valorização da obra que está sendo resenhada. Já no enunciado (148), temos uma realização indireta do Julgamento do autor. Explicitamente, o resenhista avalia positivamente o nível de perguntas da entrevista e, implicitamente, faz uma valoração do entrevistador. Em outras palavras, a avaliação da obra e do autor se sobrepõem em um mesmo enunciado pela presença da materialização direta da Apreciação e da materialização indireta do Julgamento. Mas além do Julgamento, identificamos no *corpus* a presença, mesmo que em uma baixa frequência, do Afeto não-autoral. O excerto 149 ilustra a expressão das reações emocionais da autora do livro.

## EXCERTO 149

Nela, a autora confessa que gosta “mesmo / é da letra escrita / no pé do ouvido / meio sem vergonha / sem testemunhas / e flashes fotográficos”. Com isso, ela se entrega ao componente luxuriante da criação literária, [...] (DC271007)

Na resenha DC271007, o produtor apresenta em várias passagens do texto as emoções e sensações da autora diante da poesia. No texto, esse tipo de avaliação pode produzir diferentes efeitos retóricos, não necessariamente excludentes, que são: realçar o envolvimento da autora com a poesia na medida em que apresenta a relação escritora-linguagem a partir de uma perspectiva emocional; afirmar a importância da poesia, pois ela é capaz de provocar sensações, alterações do estado de ânimo; ou, ainda, valorizar a obra que está sendo resenhada. Para se ter uma visão geral dos padrões de avaliação explícitos da obra e do autor que se realizam no propósito comunicativo de “descrever o autor”, exibimos a tabela 16.

Tabela 16: Tabela resumitiva dos padrões de avaliação no propósito comunicativo de “descrever a obra”.

APRECIACÃO				
Reação		Composição	Valor	
Qualidade	Impacto	Engenharia	Relevância	Originalidade
07	03	32	-	03
ATITUDE				
<i>Realis</i>			<i>Irrealis</i>	
In/felicidade	In/segurança	In/satisfação	Medo	Desejo
03	-	-	-	-

A tabela deixa evidente a alta frequência de materialização da variável Composição. Nesse propósito comunicativo, o resenhista ao descrever o livro acaba por avaliá-lo, seja considerando a obra em seu conjunto, seja considerando partes da obra. E essa avaliação é eminentemente positiva, reforçando os parâmetros de avaliação dos outros propósitos comunicativos já apresentados.

Esses resultados se diferenciam dos que foram encontrados por Carvalho (2002) no movimento retórico de *descrever e avaliar partes específicas da publicação*. Enquanto as resenhas acadêmicas apresentam maior índice de Julgamento do autor do que Apreciação da obra, em resenhas não-acadêmicas não há nenhuma realização explícita de Julgamento do autor ao passo que a Apreciação é o tipo de valoração dominante. Segundo Carvalho (2002), uma das razões que explique a maior incidência do Julgamento, nesse movimento retórico, seja o fato de o resenhista utilizar expressões que contenham verbos de citação (o autor apresenta, mostra, sugere, dentre outros). Já em resenhas não-acadêmicas, a presença reduzida

do Julgamento do autor talvez se justifique porque há propósitos comunicativos específicos que conduzem informações sobre o autor que são: “apresentar o autor” e “avaliar o autor”. Outro argumento que pode fortalecer tal tese é de que o propósito comunicativo de “apresentar o autor” obteve uma maior realização do Julgamento do autor em detrimento da Apreciação da obra. A análise do propósito comunicativo de “avaliar o autor” poderá confirmar tal assertiva.

### 5.3.4 A Atitude e o propósito comunicativo de “avaliar a obra”

Como identificamos no capítulo anterior, o propósito comunicativo de “avaliar a obra” se materializa em oito movimentos retóricos, promovendo a apreciação da obra em diferentes dimensões. Desse modo, o resenhista pode avaliar a obra como um todo, ou apenas partes específicas desta, dentre outras informações. Como seria previsível é o propósito comunicativo de “avaliar o autor” que contém o maior índice de realização de valoração, haja vista ser um intento comunicativo considerado fundamental em resenhas. Desse modo, realizou-se em mais alta frequência a Apreciação da obra do que o Julgamento do autor e o Afeto.

Considerando apenas a categoria Apreciação da obra, investigamos se haveria convergência entre os tipos de avaliação que poderiam aparecer em resenhas não-acadêmicas com as variáveis que seriam utilizadas na análise. Os resultados indicaram que todas as informações semânticas contidas no subsistema da Apreciação foram consideradas pelos informantes, professores da área de Jornalismo, passíveis de aparecer em resenhas não-acadêmicas. Esses dados indicam que as categorias propostas pelo sistema de Avaliatividade, mesmo sendo elaboradas para o sistema de língua inglesa, encaixam-se no sistema de língua portuguesa (brasileira), adequando-se, portanto, ao estudo da avaliação em resenhas. Outra implicação está na percepção de que há um conhecimento sociocognitivo compartilhado em torno do gênero resenha, tendo em vista haver expectativas no aparecimento de algumas informações avaliativas. O quadro 10 ilustra os diferentes tipos de avaliação nos movimentos retóricos de “avaliar a obra”.

Quadro 10: A Atitude no propósito comunicativo de “avaliar a obra”.

MOVIMENTOS RETÓRICOS	EXEMPLOS	CATEGORIAS DE AVALIAÇÃO
<i>Diferenciar (ou não) a obra dentro de uma categoria</i>	(150) “Tudo bem, até aqui <u>não</u> há <u>grande novidade</u> , não é? Mesmo porque outra editora, a Civilização Brasileira, lançou em 1995 o “Guia Básico dos Concertos”. (DC120507)	APRECIÇÃO - INSCRITA REAÇÃO QUALIDADE

<i>Comentar sobre a (provável) repercussão da obra</i>	(151) “É provável que essa <u>má</u> recepção esteja ligada à necessidade ainda presente – sobretudo nos Estados Unidos – de que alguém surja com uma explicação suprema, [...]” (GP211007)	APRECIÇÃO – INSCRITA REAÇÃO IMPACTO
<i>Avaliar pontos específicos da obra</i>	(152) “Sempre tive como um conceito de música a junção entre valores expressos pela melodia, harmonia e ritmo. Esta concepção tradicional é <u>transgredida</u> na análise de Guilherme Nascimento.” (DC140707)	APRECIÇÃO + INSCRITA VALOR ORIGINALIDADE
<i>Avaliar a obra como um todo</i>	(153) “[...] e é um dos textos <u>mais audaciosos</u> e <u>quebradiços</u> , no melhor dos sentidos, a surgir no horizonte literatura brasileira nos últimos anos.” (DC300607)	APRECIÇÃO + INSCRITA COMPOSIÇÃO ENGENHARIA
<i>Indicar as impressões/sensações/emoções que o livro provocou (ou provocará)</i>	(154) “Daí a <u>surpresa</u> diante de uma obra como Putas Assassinas, do chileno Roberto Bolaño (1953-2003).” (GP010608)	APRECIÇÃO + INSCRITA REAÇÃO IMPACTO
<i>Sugerir outros formatos para a obra</i>	(155) “ <u>Fico pensando que uma futura edição em ‘CD Rom’ também seria bem vinda. Evidente que ela traria bons resultados educacionais.</u> ” (DC120507)	APRECIÇÃO + IMPLÍCITA (da obra)
<i>Indicar a função/objetivo/valor da obra</i>	(156) “Porém, <u>o mais importante</u> , para nós, é que A Guerra dos Mundos nos leva a pensar em nosso próprio comportamento que, refletido no espelho cristalino da arte, revela-nos uma verdade sombria: nós somos esses marcianos!” (ESP110307)	APRECIÇÃO + INSCRITA VALOR RELEVÂNCIA
<i>Avaliar material extratextual da obra</i>	(157) “Antes do texto em si, o livro já nos <u>chama a atenção</u> a partir de sua concepção editorial.” (DN311206)	APRECIÇÃO + IMPLÍCITA REAÇÃO IMPACTO

Os enunciados do quadro 10 ilustram as informações que foram apontadas pelos sujeitos pesquisados tais como: avaliação sobre o impacto que o livro causou no resenhista (excerto (157)), informação se o resenhista gostou do livro (excerto (150)), avaliação sobre a composição da obra (excerto (153)), avaliação sobre a relevância do livro (excerto (156)) e informação sobre a originalidade do livro (excerto (152)). Com exceção da última que foi indicada de forma unânime pelos sujeitos pesquisados, todas as outras informações obtiveram uma frequência de 66,66% nas respostas.

Como afirmamos nas subseções anteriores, as avaliações podem assumir no texto diferentes efeitos retóricos. No excerto (150), o resenhista se apresenta à sua audiência como um conhecedor da literatura sobre música. O fato de ele afirmar que “não há grande novidade” e em seguida apresentar um título que explora o mesmo conteúdo do livro resenhado é um indício de que o produtor tem conhecimentos sobre o mercado editorial de música. Aliada a essa consequência retórica, o autor finaliza o enunciado com o marcador discursivo<sup>263</sup> “não é” que, por sua vez, tem nesse contexto o papel pragmático discursivo de

<sup>263</sup> Sobre marcador discursivo ver: MARCUSCHI, L. A. Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, A. T. De. (Org.). **Português culto falado no Brasil**. Campinas:

reforçar uma tese, ou seja, o ponto de vista que foi enunciado anteriormente. Essa constatação do efeito retórico do uso da avaliação pode ser confirmada na declaração 87 do IE02 quando inquirimos sobre o critério utilizado por ele na escolha do livro a ser resenhado.

*(87) O critério é falar de música. A temática central é música. Ai procuramos investigar o que está no mercado editorial fazendo barulho ou não. (IE02)*

No excerto (151), o resenhista constrói sua imagem como a de um interlocutor privilegiado que tem informações das notícias que circulam na imprensa, haja vista ele estar atualizado da reação negativa da crítica e do público americanos diante do livro resenhado. O excerto (153) é particularmente interessante porque promove uma maior valorização da obra haja vista o produtor ter escolhido um grau elevado de avaliação, além de o resenhista se apresentar ao leitor como sendo uma autoridade no assunto, tendo em vista que o escopo de análise do resenhista ser o contexto literário brasileiro. Outro aspecto que merece ser ressaltado é a escolha do item avaliativo (“quebradiço”) que, em tese, não poderia ser utilizado em uma avaliação positiva, daí o produtor ter sentido a necessidade de explicar à sua audiência que estava utilizando o termo no “melhor dos sentidos”. Essa passagem confirma o que Martin e White (2008) dizem que é o contexto que define o que pode ser considerado uma avaliação no paradigma positivo ou negativo. No exemplo em questão, “quebradiço” é um termo de elogio.

No exemplo (154), o resenhista apresenta ao leitor sua sensação diante do livro resenhado que é de “surpresa”. A apresentação de suas impressões pessoais podem conduzir a diferentes efeitos retóricos: valorizar a obra que está sendo resenhada, pois o produtor já havia afirmado anteriormente que é difícil encontrar livros de contos nos quais todos os textos sejam bons; e, buscar uma aproximação com sua audiência, procurando construir uma relação interpessoal na medida em que apresenta ao leitor sua reação emocional diante da obra. No excerto (155), por sua vez, a avaliação é acionada por um artefato cultural inexistente. O resenhista afiança com segurança que a versão em cd do livro “traria bons resultados educacionais”. Essa assertiva do resenhista tem como possível efeito retórico valorizar ainda mais a obra que está sendo resenhada. A afirmação enfática do produtor reforça essa idéia.

Mas os recursos avaliativos não têm apenas a função de expressar opinião ou manter relação entre os interlocutores, segundo Thompson e Hunston (2003) a avaliação também tem a função de organizar o discurso como é o caso do excerto (156). Nele, o resenhista sinaliza para o leitor um aspecto “importante” da organização textual. Ou seja, a

informação que segue ao elemento avaliativo (o mais importante) aponta o que deve ser considerado pelos leitores como informação relevante. Nesse caso, o leitor vai sendo monitorado pelo resenhista que lhe dá indicações de como interpretar as porções textuais.

Cada um dos movimentos retóricos, em geral, apresentou uma preferência por uma dada variável do subsistema da categoria de Apreciação. Essa preferência pode ser explicada pela alta frequência de realização da variável dentro do movimento retórico. A título de ilustração, por exemplo, o movimento retórico denominado de *comentar sobre a (provável) repercussão da obra* materializou mais valorações do tipo Reação Impacto. Desse modo, compreendemos que é através deste movimento que o resenhista informa aos leitores o bom êxito ou não da obra e a variável Impacto ao expressar os efeitos que a obra lhe causou também conduz essa informação semântica. O que queremos esclarecer com essa assertiva é que há, de alguma forma, uma convergência semântica entre as informações conduzidas pelos propósitos comunicativos com as variáveis das categorias de avaliação que se materializam em cada movimento.

O movimento retórico denominado *diferenciar (ou não) a obra dentro de uma categoria* não apresentou preferência por nenhuma variável da categoria Apreciação da obra. A apreciação da obra foi materializada a partir das variáveis Reação Qualidade (ver excerto 150), Composição Engenharia e Valor Originalidade. No excerto (158), o diferencial do livro é apresentado a partir da análise das características que compõem esse tipo de romance.

EXCERTO 158

Trata-se de um “não-romance” que, entretanto, nada tem daquele hermetismo estéril tão facilmente encontrável por aí. (DC300607)

No movimento retórico denominado *comentar sobre a (provável) repercussão da obra* houve uma maior frequência de realização da variável Reação Impacto (ver exemplo (151)). A categoria Afeto também se materializou e pode ter como efeito retórico construir interesse pela obra, na medida em que demonstrou as fortes reações provocadas pela obra. O excerto (159) ilustra essa afirmação.

EXCERTO 159

Seu pai, sua mãe, a irmã, os amigos de escola, a primeira namorada, de uma forma ou de outra, aparecem aqui - assim como Indira Gandhi, que não gostou nada da forma como foi descrita e abriu um processo contra a obra. Rushdie conta que o pai ficou igualmente zangado com o personagem inspirado nele que ficou meses sem falar com o filho. (FSP161206)

Nesse enunciado, o resenhista apresenta Indira Gandhi e o pai do autor como fontes da variável Afeto que, por sua vez, foi acionada pelo livro. Nesse movimento retórico também destacamos a apreciação implícita da obra a partir de informações que informam os índices de venda do livro como é o caso do excerto (160).

A informação sobre vendagem do livro pode ter como conseqüência retórica convencer o leitor da qualidade da obra. Caso não fosse, por que razão a resenhista repetiria essa informação no texto, sendo a primeira localizada nos parágrafos iniciais do texto e a segunda nos parágrafos finais? Outro aspecto que deve ser destacado é que este tipo de informação parece ser valorizado em resenhas produzidas na comunidade jornalística e pode ser considerado como um argumento capaz de convencer a audiência sobre as virtudes da obra. Essa percepção dá conta do que Martin e White (2008, p. 57) afirmam que a Apreciação “é especialmente sensível ao campo desde que o valor das coisas dependa muito do foco institucional”.<sup>264</sup> Dentro dessa perspectiva é que consideramos que o índice de vendas ou o fato de o livro estar em uma dada posição na lista dos mais vendidos seja uma informação que é levada em consideração pelo resenhista no processo de produção de resenhas não-acadêmicas.

A informação sobre o índice de vendas também pode desvelar a relação que se estabelece entre livro e leitor em nossa sociedade, revelando, por sua vez, o papel social do Jornalismo Cultural e, conseqüentemente, das resenhas. Em outras palavras, o texto das resenhas funciona como uma instância mediadora entre a obra (“produto cultural”) e o leitor (“consumidor”). A presente percepção está ancorada nas reflexões de Lajolo (1983, p. 16-17) que estão descritas abaixo.

Num mundo como o nosso, essa relação binária entre produtor e consumidor de obras literárias é mediada por muitas instâncias: a do editor, a do distribuidor, a dos livreiros, para ficarmos só nas alfândegas que o texto paga para ser impresso, e circular e, eventualmente, a ser lido.

Há, então, na sociedade moderna, uma espécie de corredor comercial pelo qual deve passar a obra literária antes que se cumpra sua natureza social, de criar um espaço de interação estética entre dois sujeitos: o autor e o leitor [...]

Embora não tenha explicado essa mediação como o fez Lajolo (1983), a inserção da resenha em uma colônia de gêneros publicitários (BHATIA, 2004) aponta para a complexidade que configura as ações retóricas de um gênero como a resenha. Angelo (2005, p. 19), inclusive, denomina a resenha como um “texto intermediador”, conforme a autora: “Entrevistas e resenhas críticas também são textos intermediadores. Mas, diferentemente das notícias e reportagens, realizam uma intermediação direta com o leitor, muitas vezes baseada em argumentos, opiniões e análises dos objetos e temas por elas abordadas.”.

---

<sup>264</sup> Segundo Martin e White (2008, p. 57, tradução nossa), “of these variables valuation is especially sensitive to field since the value of things depends so much on our institucional focus.”.

Nesse movimento retórico também identificamos a realização da Apreciação de outros elementos. No enunciado (161), o resenhista avalia o prêmio que o livro concorreu e como consequência retórica a obra se qualifica ainda mais.

EXCERTO 161

O livro foi finalista do renomado literário ‘Booker Prize’ em 1989. (CP220907b)

O movimento retórico designado *avaliar pontos específicos da obra* foi um dos que materializou uma grande diversidade de variáveis da categoria Apreciação da obra (ver excerto (162)), contudo apresentou um maior índice de realização da variável Composição. A nosso ver, consideramos essa preferência previsível, haja vista ser nessa porção textual que o resenhista analisa elementos que constituem a obra, tais como os personagens, a linguagem, o enredo, dentre outros aspectos. Os excertos 162, 163 e 164 ilustram a materialização da Composição no movimento retórico de *avaliar pontos específicos da obra*.

EXCERTO 162

[...] já que a personalidade de Hitler não é elucidada, mas simplificada ao ponto da caricatura. (RV140207)

EXCERTO 163

O enredo pode parecer simples, mas não é tanto. (RE210705)

EXCERTO 164

A fineza e o equilíbrio são marcas de seus versos. (ESP270507)

A análise textual também identificou nesse movimento retórico a materialização de Julgamento do autor. O aparecimento deste tipo de valoração pode ser explicado pela existência de epítetos para o autor da obra, de avaliação das ações do autor, dentre outras estratégias retóricas. Os excertos 165 e 166 ilustram essa afirmação.

EXCERTO 165

São artigos escritos ao longo deste período, devidamente revisados pelo autor, que lapidou distorções momentâneas, raros equívocos interpretativos e falhas lacunares. (HD220707)

EXCERTO 166

O desmanche do realismo é ainda maior quando os personagens dão para apontar subtextos literários, como a menção a Quasímodo feita pela colegial de "Prova de Redação" ou o desabafo expresso pelo catador de "Umas Pedrinhas". [...] Uma piscadela do autor-demiurgo, por cima dos ombros do personagem, para o leitor inteligente. (FSP141006)

Os enunciados acima exibem as diferentes formas pelas quais os juízos de valor podem ser realizados: no excerto (165) através de um advérbio (“devidamente”) e de um verbo (“lapidou”) e no excerto (166) através de um epíteto<sup>265</sup>. No primeiro, o resenhista avalia o modo como o autor trabalhou o seu texto, mostrando o esmero de sua ação. No segundo, ao

---

<sup>265</sup> White (2001a) identificou algumas categorias que materializam o Julgamento do autor que são: advérbios, atributos e epítetos, nomes e verbos.



identificar a intertextualidade na obra, o produtor acaba por imputar ao autor um dado atributo, qualificando-o de “demiurgo”, ou seja, uma criatura intermediária entre a natureza divina e a humana. Desse modo, o autor é apresentado à audiência como um indivíduo especial, o atributo “demiurgo” o diferencia dentro dessa categoria. Como conseqüência retórica a avaliação positiva do escritor atrai interesse para a obra que está sendo resenhada, desse modo se o autor é esse indivíduo qualificado, seu livro provavelmente o será.

No excerto (166), é possível, ainda, identificar a valoração feita pelo resenhista para o leitor da obra (*Macho não ganha flor*) como um indivíduo “inteligente”. Essa avaliação demonstra que ao resenhar um dado livro, alguns produtores têm em mente um público específico. Nessa esteira, somente o leitor “inteligente” seria capaz de identificar a intertextualidade na obra. Essa afirmação remonta ao que afirmou Angelo (2005) sobre a existência, em alguns jornais, de um tipo de leitor de resenhas denominado “preferencial”, a saber: um leitor que tem um bom nível de escolaridade (nível superior) e um alto poder aquisitivo (afere individualmente até 15 (quinze) salários mínimos).<sup>266</sup> A presença deste tipo de avaliação na resenha confirma as informações de Angelo (2005) haja vista o texto apontar para uma audiência diferenciada.<sup>267</sup> Mas esse tipo de valoração também pode implicar o estabelecimento de uma relação de identidade entre leitor e resenhista, ou seja, o produtor assim como seu público-leitor compartilham conhecimentos culturais que os permitem ter uma profunda compreensão das estratégias retóricas utilizadas pelo autor da obra.

Há também no movimento retórico denominado *avaliar pontos específicos da obra* a presença de apreciação implícita como pode ser observada no trecho 167.

EXCERTO 167

Traços que, de relance, me fazem lembrar da poesia erótica da saudosa Hilda Hilst [...] (DC011207)

Neste enunciado, o resenhista compara a obra do autor (Danilo Fochesatto) com a poesia de uma famosa e premiada escritora paulista (Hilda Hilst). Um possível efeito retórico para essa apreciação é valorizar a obra que está sendo resenhada. Se a autora é considerada uma boa escritora, ter um trabalho que rememora seu estilo é considerado como um elogio para a obra e para o autor. Esse exemplo também reflete a figura do resenhista como um indivíduo culto que conhece estilos literários de diferentes autores. Se porventura o leitor conhecer a escritora Hilda Hilst poderá se alinhar com o resenhista, se porventura não conhecê-la poderá ter a percepção de que o resenhista é um indivíduo de amplos

<sup>266</sup> Segundo Angelo (2005), essas informações foram fornecidas pelo *site* oficial da Folha de São Paulo.

<sup>267</sup> Angelo (2005) investigou um *corpus* de resenhas de dois jornais paulistanos (Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo) e de dois jornais cariocas (O Globo e Jornal do Brasil). O exemplo fornecido por nós é proveniente da Folha de São Paulo.

conhecimentos.

No movimento retórico de *avaliar a obra como um todo* ocorreu a realização de diferentes tipos de avaliação (ver excerto (153)), contudo a variável Reação Qualidade foi a que apresentou maior frequência. Esse resultado é previsível na medida em que as informações que são conduzidas neste movimento estão relacionadas com a qualificação do livro. Desse modo, o resenhista apresenta o livro como “excelente”, “agradável”, “ambicioso”, dentre outros atributos. O excerto 168 ilustra a materialização da variável Reação Qualidade.

EXCERTO 168

O livro surpreende porque, hipoteticamente, se fosse um álbum musical, seria um disco conceitual – o que quase não existe hoje. Surpreende ainda mais por trazer apenas contos bons, excelentes, geniais até. (GP010608)

Neste excerto temos a imbricação de dois movimentos retóricos, a saber: *avaliar a obra como um todo e indicar as impressões que o livro provocou*. Na última parte, o resenhista valora os contos do livro colocando em cada novo atributo uma carga semântica maior. Desse modo, os contos passam de “bons” para “excelentes” e de “excelentes” para “geniais”. Há, portanto, uma intensificação no processo de avaliação dos textos a partir da escolha de itens lexicais que expressam uma maior qualificação dos contos. Sobre a manifestação da avaliação nos textos, White (2001b) afirma que a Apreciação da obra não é realizada somente pela presença de itens lexicais, algumas vezes o resenhista utiliza-se de expressões ou até de enunciados para expressar suas reações emocionais diante de um dado artefato cultural. Nesta perspectiva, identificamos o seguinte enunciado avaliativo (169) que avaliam o livro resenhado.

EXCERTO 169

Alternar a ficção com a realidade histórica foi um dos muitos aspectos que transformaram o romance de Leon Tolstói 'Guerra e Paz' num dos grandes monumentos literários da história, um feito que está entre aqueles que jamais serão igualados. (CP220907a)

Além da Apreciação da Obra, no movimento retórico de *avaliar a obra como um todo* também identificamos a presença do Julgamento do autor como é o caso do excerto 170.

EXCERTO 170

Além de conhecer de modo privilegiado o olhar de Bacon sobre sua própria obra, os leitores travam contato com um trabalho carregado de erudição e sensibilidade, duas das principais características da escrita de David Sylvester. (HD190907)

Esse enunciado é particularmente interessante porque ao avaliar o livro do autor como “carregado de erudição e sensibilidade” o resenhista está também colocando em destaque as qualidades do autor. Ao abordar a possibilidade de realização entre Apreciação da obra e Julgamento do autor em um mesmo enunciado, o sistema de Avaliatividade sugere que

essa interação seja explicada pela realização direta de um tipo de avaliação e pela realização indireta do outro tipo de avaliação. No excerto em exame, o enunciado que aporta a informação “carregado de erudição e sensibilidade” sustenta tanto a Apreciação da obra, quanto o Julgamento do autor. Os enunciados que o precedem realizam a avaliação do trabalho do autor, enquanto que os enunciados que o procedem dão sustentação à avaliação do autor. Assim, tanto o trabalho quanto o escritor tem “erudição” e “sensibilidade”. Esse excerto abre um precedente para a sobreposição em um primeiro plano de diferentes tipos de avaliação.

E no que se refere ao Julgamento do autor, embora o movimento retórico se destine a avaliação da obra como um todo, identificamos uma baixíssima frequência de realização da avaliação do autor. A presença desse tipo de avaliação se explica nos textos analisados pela existência da imbricação dos propósitos comunicativos de “avaliar a obra” com “avaliar o autor” ou pela avaliação das ações do autor. O excerto 171 ilustra a imbricação desses dois propósitos comunicativos.

EXCERTO 171

Quer seja pelos dons "telepáticos" do narrador, quer seja pelas incríveis coincidências que permeiam sua vida, há uma tendência em classificar "Os Filhos da Meia-Noite" como fantasia. Mas há poucas obras atuais como esta, tão calcadas no real. (FSP161206)

No movimento retórico de *indicar as impressões/sensações/emoções que o livro provocou (ou provocará)*, observamos uma preferência pela realização da variável Reação Impacto (ver excerto (154)). Essa convergência é bastante plausível, pois é através desse tipo de avaliação que são apresentadas as impressões do resenhista diante da obra. Identificamos também a materialização do Afeto. A análise textual-discursiva nos permite afirmar que algumas realizações desses dois tipos de avaliação nesse movimento retórico são capazes de promover uma relação que se caracterize por uma maior proximidade entre resenhista e leitor, haja vista o produtor dividir com a audiência suas impressões, emoções, sensações. O excerto 172 ilustra a materialização do Afeto nesse movimento retórico.

EXCERTO 172

Confesso: estou simplesmente apaixonado por este livro! Em casa ele não sai de perto de mim. (DC120507)

Essa forma de o resenhista declarar abertamente para os leitores seus sentimentos é bastante própria das resenhas produzidas na comunidade jornalística. As marcas da subjetividade do interlocutor são expressas sem que haja uma preocupação com a “objetividade” propalada por outros gêneros do domínio jornalístico. O enunciado (172) deixa essa afirmação bastante evidente. Nesse movimento retórico, também identificamos a presença da Apreciação implícita como podem ser visualizados no excerto abaixo. No excerto

173, o resenhista apela para o contato do público-leitor com o texto do autor, pois somente dessa forma será possível aos leitores experimentar a qualidade da obra que está sendo resenhada. As citações dos livros são uma característica particular das resenhas produzidas na comunidade jornalística e pode assumir diferentes efeitos retóricos. Nesse caso, permite à audiência saborear a obra.

EXCERTO 173

Sintam só esse poema sem título: «desço aos infernos/pelas escadas rolantes/da rodoviária de Brasília/meu corpo boiando/no óleo que ferve/um pedaço do teu coração/num pastel de carne/SQS ou SOS/eis a questão!» (HD251107)

O movimento retórico de *sugerir outros formatos para a obra* realizou apenas apreciação implícita do livro. Já o movimento retórico de *indicar a função/objetivo/valor da obra* materializou variáveis do tipo Reação Impacto, Composição Engenharia, Valor Relevância (ver excerto (156)), dentre outros. E, por fim, o movimento denominado de *avaliar material extratextual da obra* materializou apenas dois casos de apreciação, um deles pode ser visualizado no excerto (157). O quadro 11 sintetiza todos os tipos de avaliação que apareceram no propósito comunicativo de “avaliar a obra”.

Quadro 11: Tipos de avaliação realizados no propósito comunicativo de “avaliar a obra”.

MOVIMENTOS RETÓRICOS DO PROPÓSITO COMUNICATIVO DE “AVALIAR A OBRA”	TIPOS DE AVALIAÇÃO REALIZADOS
<i>Diferenciar (ou não) a obra dentro de uma categoria</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade), Composição, Valor (Originalidade)) Apreciação implícita da obra
<i>Comentar sobre a (provável) repercussão da obra</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade, Impacto), Composição) Apreciação implícita da obra Afeto não-autoral Apreciação de outros elementos
<i>Avaliar/analisar pontos específicos da obra</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade, Impacto), Composição, Valor (Originalidade, Relevância)) Apreciação implícita da obra Julgamento do autor (Estima Social (Normalidade, Capacidade, Mestria, Tenacidade)), Sanção Social (Veracidade) Julgamento implícito do autor Afeto autoral ( <i>Realis</i> (Felicidade))
<i>Avaliar a obra como um todo</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade), Composição, Valor (Relevância, Originalidade)) Apreciação implícita da obra Apreciação de outros elementos Julgamento do autor (Estima Social (Normalidade, Capacidade), Sanção Social (Veracidade))
<i>Indicar as impressões/sensações/emoções que o livro provocou (ou provocará)</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade, Impacto), Composição) Apreciação implícita da obra Apreciação de outros elementos Julgamento implícito do autor Afeto autoral ( <i>Realis</i> (In/felicidade)) Afeto não-autoral ( <i>Irrealis</i> (Desejo))
<i>Sugerir outros formatos para a obra</i>	Apreciação implícita da obra Apreciação de outros elementos

<i>Indicar a função/objetivo/valor da obra</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade, Impacto), Composição, Valor (Relevância)) Apreciação implícita da obra Julgamento do autor (Social Esteem (Capacidade)) Julgamento de outras pessoas
<i>Avaliar material extratextual da obra</i>	Apreciação da obra (Reação (Impacto)) Apreciação implícita da obra

Como é possível observar a partir do quadro 11, o propósito comunicativo de “avaliar a obra” realizou todas as variáveis da categoria Apreciação, bem como quase todas as variáveis da categoria Julgamento com exceção apenas da variável Sanção Social (Propriedade), além da valoração implícita do livro e do autor. Esses resultados guardam coerência com as informações que são conduzidas neste propósito, ou seja, se o intento comunicativo é “avaliar a obra”, é natural que a categoria da Apreciação seja a mais recorrente.

Considerando o paradigma positivo e negativo, o propósito comunicativo em tela materializou como os demais uma alta frequência de valorações positivas do que negativas. Contudo, como o volume de termos avaliativos nesse propósito foi maior, conseqüentemente houve maior índice de avaliações no paradigma negativo do que nos outros propósitos comunicativos apresentados, mas sempre em uma frequência bem menor do que o paradigma positivo. Esse resultado converge com a pesquisa de Carvalho (2002) em resenhas acadêmicas que constatou uma preferência pela avaliação positiva. Os padrões de avaliação que se realizaram no propósito comunicativo de “avaliar a obra” se distribuíram da seguinte forma: uma alta frequência da Apreciação, uma baixa frequência de Julgamento e uma baixíssima frequência do Afeto como pode ser visualizado na tabela 17.

Tabela 17: Tabela resumitiva dos padrões de avaliação no propósito comunicativo de “avaliar a obra”.

<b>APRECIÇÃO</b>				
<b>Reação</b>		<b>Composição</b>		<b>Valor</b>
Qualidade	Impacto	Engenharia		Relevância
146	60	287		11
				Originalidade
				12
<b>JULGAMENTO</b>				
<b>Estima Social</b>			<b>Sanção Social</b>	
Normalidade	Tenacidade/ Experiência	Capacidade	Mestria	Veracidade
06	02	04	02	02
				Propriedade
				-
<b>APRECIÇÃO</b>				
<b>Realis</b>			<b>Irrealis</b>	
In/felicidade	In/segurança	In/felicidade		In/segurança
14	-	14		-
				In/felicidade
				14

Esse resultado se distancia daquele que foi identificado por Carvalho (2002) no

segundo movimento retórico de resenhas acadêmicas (*descrever e avaliar partes específicas da publicação*), haja vista a autora ter constatado que se avalia com maior frequência o autor do que a obra. Aspecto que ocorreu nas resenhas não-acadêmicas, mas em uma proporção muito menor.

### **5.3.5 A Atitude e o propósito comunicativo de “avaliar o autor”**

Conforme identificamos no capítulo anterior, o propósito comunicativo de “avaliar o autor” materializou-se a partir de 06 (seis) movimentos retóricos, a saber: *destacar as qualidades do autor, avaliar/analisar o estilo literário do autor, avaliar/analisar o modus operandi do autor ao produzir a obra, classificar o autor, comentar a produção literária do autor e destacar a (provável) repercussão do autor*. Como foi destacado também, esse propósito distingue-se do propósito de “apresentar o autor” pelo fato de este ser abertamente avaliativo.

Considerando este aspecto, constatamos uma maior frequência de Julgamento do autor do que de Apreciação da obra. Esse resultado não surpreende na medida em que é previsível encontrar uma predominância da categoria Julgamento em porções textuais que têm a função retórica de “avaliar o autor”.

Sobre as variáveis que constituem a categoria Julgamento do autor, investigamos junto aos professores da área de Jornalismo quais seriam os tipos de avaliação capazes de aparecer em resenhas não-acadêmicas. Nossas opções estavam ancoradas apenas nas informações semânticas contidas nas variáveis da categoria Estima Social, haja vista partimos da hipótese de que o escopo temático das resenhas neste propósito seria avaliar o desempenho do autor e não seu comportamento ético e moral.

Os resultados confirmaram que as categorias se adequam perfeitamente à avaliação de textos em Língua Portuguesa, bem como indicaram que existem expectativas de que apareçam certas informações nos textos, tais como: informação sobre a experiência do autor (indicada por 83,33%), sobre a avaliação do desempenho do autor (indicada por 83,33%), sobre a avaliação da competência do autor (indicada por 66,66%) e sobre as qualidades especiais do autor (indicada por 16,66%). O quadro 12 exhibe alguns exemplos da realização da avaliação em cada um dos movimentos retóricos que constituem o propósito comunicativo de “avaliar o autor”.

Quadro 12: A Atitude no propósito comunicativo de “avaliar o autor”.

MOVIMENTOS RETÓRICOS	EXEMPLOS	CATEGORIAS DE AVALIAÇÃO
<i>Destacar as qualidades do autor</i>	(174) “Na realidade, Carpeaux poucas vezes foi igualado no Brasil em <u>sabedoria</u> e <u>erudição</u> .” (RE201205)	JULGAMENTO + INSCRITO ESTIMA SOCIAL CAPACIDADE  JULGAMENTO + INSCRITO ESTIMA SOCIAL CAPACIDADE
<i>Avaliar/analisar o estilo literário do autor</i>	(175) “Bunker escreve com <u>precisão cirúrgica</u> .” (RE101105)	JULGAMENTO + INSCRITO ESTIMA SOCIAL MESTRIA
<i>Avaliar/analisar o modus operandi do autor ao produzir a obra</i>	(176) “Mas é justamente essa a intenção: ‘O leitor gosta de se sentir enganado’, diz Pedro Drummond, revelando que cada ‘engano’ foi <u>meticulosamente</u> planejado.” (RIE121207)	APRECIÇÃO + INSCRITA COMPOSIÇÃO ENGENHARIA
<i>Classificar o autor</i>	(177) “ <u>Marco Polo contemporâneo</u> , [...]” (HD021207)	JULGAMENTO + INSCRITO ESTIMA SOCIAL NORMALIDADE
<i>Comentar a produção literária do autor</i>	(178) “O primeiro deles, «Chega de Saudade», publicado pela Companhia das Letras, em 1990, é obra <u>absolutamente referencial</u> sobre o tema, que ganhou ainda uma seqüência («A Onda Que Se Ergueu no Mar», em 2001, também editado pela Companhia) e um recorte («Rio Bossa Nova», lançado ano passado pela editora Casa da Palavra). (HD220707)	APRECIÇÃO + INSCRITA REAÇÃO QUALIDADE
<i>Destacar a (provável) repercussão do autor</i>	(179) “As frases anteriores são uma tentativa desta repórter de imitar <u>um dos autores mais imitados dos últimos tempos</u> : Ernest Hemingway. (RE050207)	JULGAMENTO + INSCRITO SOCIAL ESTEEM NORMALIDADE

No enunciado (177), o resenhista ao classificar o autor como um “Marco Polo contemporâneo” age considerando essa informação como compartilhada por seus leitores. Essa valoração demonstra que o produtor tem em mente uma audiência que possui conhecimentos razoavelmente amplos da literatura mundial. A compreensão dessa valoração só fará sentido para o leitor se ele souber que Marco Polo foi um escritor da Idade Média que escreveu crônicas de viagens e que o autor da obra que está sendo resenhada (Giffoni) escreve crônicas de viagens (sobre a China) . De certa forma, o tipo de avaliação que é realizado acaba por definir o público leitor, no caso da resenha em tese delimita-o. Essa percepção está em convergência com os resultados obtidos por Angelo (2005) sobre o leitor em resenhas não-acadêmicas e diferente da subseção anterior é possível ampliar esse escopo, não o restringindo apenas às resenhas da Folha de São Paulo e do Estado de São Paulo. Para a autora:

Nesse sentido, foi inegável observar que os textos analisados constroem um leitor altamente sofisticado. Um leitor que não apenas é acostumado a diversas práticas leitoras, mas também apresenta um consistente repertório cultural, especialmente literário (seja de um ponto de vista ficcional ou teórico).

Retratos de seu tempo, essas resenhas indicam que, ideologicamente, os jornais dirigem-se a leitores já formados. Poderíamos dizer mais: não só formados, como já

apreciadores de literatura, tanto em seu sentido ficcional propriamente dito, como em sentido analítico, pois os textos pressupõem vários conceitos ligados à teoria literária e áreas afins. Leitores absolutamente maduros, capazes de realizar suas escolhas de forma muito consciente, a partir de critérios construídos em longo processo de formação de leitor. (ANGELO, 2005, p. 161).

O enunciado (179), por sua vez, avalia a repercussão do autor, considerando-o “um dos autores mais imitados dos últimos tempos”. Essa valoração permite a resenhista “brincar” com a linguagem, exibindo a liberdade do produtor em elaborar seu texto. Em outras palavras, o estilo lingüístico das resenhas produzidas na comunidade jornalísticas podem, inclusive, “imitar” o estilo dos autores, revelando-se, portanto, aberto à realização das intenções privativas dos seus produtores.

Embora tenhamos afirmado anteriormente que no propósito comunicativo de “avaliar o autor” houve uma predominância do Julgamento do autor, identificamos no movimento retórico de *destacar as qualidades do autor* exemplos de Apreciação da obra. O enunciado (180) ilustra um exemplo de Apreciação da obra.

EXCERTO 180

Deve-se conceder um mérito a Mailer: seu malogro é monumental. (RV140207)

É inegável que diante de enunciados como este podemos afirmar que é possível identificar tanto a avaliação do autor quanto da obra. Em casos assim, a diferença entre o que seja Julgamento e Apreciação é bastante tênue. Segundo White (2001d), há ambiguidade porque envolve tanto a avaliação de um comportamento humano (Julgamento) quanto a avaliação de um produto da ação humana (Apreciação). Uma saída para esse tipo de questão, conforme o autor, é alocar esses casos em um subgrupo especial de avaliação, solução que a nosso ver, não é funcional haja vista não representar uma solução para a questão. Outra sugestão é analisar o contexto em que ocorre esse tipo de avaliação, ou seja, investigar se a avaliação foi construída em um paradigma em que se está valorando o autor ou a obra. Essa solução nos parece mais sensata na medida em que concebe a valoração não como uma informação semântica isolada, mas pertencendo a um todo.

Nessa perspectiva, considerando que esse enunciado está incluído em uma porção textual que aprecia partes da obra, que foi anteriormente categorizada como “ambiciosa”, “minuciosa”, “cansativa” e “excessiva”, e que ao final fecha a argumentação, introduzindo as informações do enunciado (180), classificamos esta avaliação como Apreciação da obra. Isso não quer dizer que o enunciado também não carregue uma realização indireta de Julgamento do autor. Esse tipo de análise nos permite afirmar que o sistema de Avaliatividade não limita o analista ao exame dos itens lexicais, ilustrando, assim, que é possível relacionar o estudo



dos propósitos comunicativos com o estudo da avaliação.

Nesse movimento retórico, identificamos também uma preponderância da variável Mestria seguida da variável Capacidade e consideramos esses resultados plausíveis, haja vista que as informações que são distribuídas neste movimento se referem às qualidades do autor. Desse modo, a avaliação coloca em destaque as habilidades e competências do autor. Mas o resenhista também pode apontar aspectos do comportamento social e ético do autor. O excerto (181) ilustra nossa afirmação.

EXCERTO 181

Munido de texto límpido, hábil e coerente, sempre honesto em suas posições críticas, o autor alcançou raro patamar na crítica de arte, mesclando com rigor objetividade e subjetividade. (HD190907)

Esse excerto ilustra como os resenhistas na comunidade jornalística não se limitam a avaliação do desempenho do autor, estendendo-se a valorações de caráter pessoal. Esse tipo de avaliação, por sua vez, reflete-se na qualidade das críticas literárias do escritor. Mas não apenas de forma explícita se realiza o Julgamento do autor, o enunciado (182) apresenta um excerto de avaliação implícita do autor. A apresentação da diversidade de funções desempenhadas pelo autor têm o efeito retórico de valorá-lo positivamente. O resenhista apresenta o autor como um indivíduo múltiplo, capaz de escrever, dirigir, atuar, enfim realizar diferentes atividades artísticas.

EXCERTO 182

Autor de *Sem Plumas e Que Loucura!*, Allen é um homem do cinema que não lançava um livro desde 1980. Ele escreveu os roteiros de 59 filmes, dirigiu 43 deles e atuou em outros 42 (somando os seus e os de outros). Várias vezes, desempenhou as três funções – roteirista, diretor e ator – em uma mesma produção, caso de *Manhattan* (1979) e *Annie Hall* (1977), ou *Noivo Neurótico, Noiva Nervosa* – um exemplo histórico de título brasileiro que não tem nada a ver com coisa nenhuma. (GP231207)

Já o movimento retórico de *avaliar o estilo literário do autor* materializou diferentes variáveis da categoria Julgamento (ver excerto (175)), como também realizou diferentes variáveis da categoria Apreciação. O enunciado (183) ilustra um excerto de Apreciação da obra, revelando como há uma sobreposição entre a descrição do estilo do autor com a avaliação da obra. A sobreposição se explica porque o produtor avalia o estilo da autora nesta dada obra. Neste enunciado, o resenhista avalia a Composição da obra e mais uma vez constrói para o leitor sua imagem como a de um profundo conhecedor da obra da autora, como do gênero que ela escreve.

EXCERTO 183

Esse tipo de romantismo conciliador e irônico não costuma comparecer no gênero noir - e poucas vezes se repetiria na vasta obra posterior de P.D. James. (RE210705)

O Julgamento do estilo literário do autor também pode ser realizado por certos

termos não tão convencionais e que considerado isoladamente poderia ser classificado como negativo, mas dentro do contexto se insere no paradigma positivo. O excerto (184) ilustra nossa afirmação.

EXCERTO 184

Seu humor sempre foi e continua muito nerd. (GP231207)

Em geral, um humor categorizado como “nerd” teria uma conotação pejorativa, marginalizando, assim, quem o produz, contudo, na presente resenha, o “nerd” confere ao escritor uma marca pessoal que o notabilizou. Essa assertiva é confirmada no enunciado anterior quando o resenhista diz que “se você precisa de notas de rodapé, provavelmente não é o leitor-alvo de Allen”. Em outras palavras, para ser leitor do escritor é preciso compreender esse tipo de humor denominado “nerd”.

O movimento retórico denominado *avaliar/analisar o modus operandi do autor ao produzir a obra* apesar de ter materializado uma maior frequência de Julgamento do autor do que de Apreciação da obra (ver excerto (176)), não apresentou uma diferença discrepante entre esses dois tipos de avaliação. Consideramos que esse resultado é coerente na medida em que há uma convergência semântica entre as informações que avaliam o modo como o escritor burilou seu texto e a avaliação da obra. O excerto (185) ilustra como o autor utilizou-se de soluções “comezinhas” para explicar a personalidade enigmática de seu personagem.

EXCERTO 185

[...] – e, no entanto, Mailer achou por bem agregar algumas comezinhas soluções terrenas para o enigma. (RV140207)

No que se refere ao Julgamento do autor, o resenhista pode expressar seus sentimentos em relação à postura adotada pelo autor na elaboração de sua obra, como é o caso do excerto (186).

EXCERTO 186

Ao retratar o cotidiano de algumas alunas de um colégio tradicional no interior dos EUA (“a última escola só para garotas de Milwaukee”) do ponto de vista de uma delas, Curran não dá um passo além do que já se escreveu sobre jovens e coisa e tal, e isso desde Raul Pompéia até Bret Easton Ellis, passando, é claro, por J. D. Salinger. E isso é bom. Porque, sejamos francos, é bom encontrar, de vez em quando, um autor ou uma autora que não está interessado (a) em reinventar a roda, não? (DC070707)

Neste enunciado, o resenhista utiliza o recurso de avaliar negativamente o procedimento utilizado pelo autor (“Curran não dá um passo além”) para em seguida avaliá-lo positivamente (“E isso é bom”). O efeito retórico dessa estratégia é dar mais força à avaliação positiva da obra.

No movimento retórico *classificar o autor* como era de esperar houve uma alta frequência de realização de Julgamento do autor do que de Apreciação da obra. Assim, foram

utilizadas todas as variáveis da categoria Julgamento de modo que o autor foi classificado como um “ídolo maior do Século das Luzes”<sup>268</sup> (Normalidade), “prolífero escritor”<sup>269</sup> (Tenacidade), “mestres na construção meticulosa de pontos de vista”<sup>270</sup> (Mestria), “enciclopédia viva”<sup>271</sup> (Capacidade), “picareta”<sup>272</sup> (Veracidade), “um escritor controverso”<sup>273</sup> (Propriedade). Identificamos também neste movimento a presença da Apreciação do autor como é o caso do excerto (187).

EXCERTO 187

Na obra do jovem escritor. (DC011207)

Neste enunciado, o autor não está sendo avaliado em termos de padrões sociais nem em termos de Sanção Social, mas sim em termos de suas qualidades físicas, por conta disso é um caso de Apreciação e não de Julgamento. Segundo White (2001d, p. 02), “avaliação estética não é, no entanto, limitada a objetos inanimados e estados de coisas. Ela também pode se aplicar a sujeitos humanos.”<sup>274</sup>. Nessa perspectiva, “jovem escritor” é um exemplo de Apreciação. Identificamos também nesse movimento retórico um mesmo enunciado que contém Apreciação da obra e Julgamento do autor como está ilustrado no excerto (188). Neste excerto, o resenhista categoriza o livro resenhado de “obra prima” pelo fato de ter sido escrito por “um escritor do calibre de Salim Miguel”. A valoração positiva da obra é resultado, portanto, da avaliação positiva do autor.

EXCERTO 188

O romance, um gênero nunca esgotado, está (sempre) pronto para ser renovado, em especial quando um escritor do calibre de Salim Miguel realiza uma obra-prima como esse Jornada com Rupert. (GP101108)

Nesse movimento retórico, o resenhista também realizou o Julgamento de outras pessoas. Esse tipo de avaliação pode ter como consequência retórica o recaimento da valoração sobre o autor que está sendo resenhado como é o caso do excerto (189). Nesse texto, o produtor vem avaliando negativamente diferentes aspectos da obra (a construção estilística, as temáticas abordadas, por exemplo) e ao final encerra com uma valoração sobre a postura adotada por alguns escritores brasileiros. Embora, o resenhista não tenha incluído explicitamente o autor, é possível perceber que ele se insere nesse grupo. Em outras palavras, esse último parágrafo parece querer explicar as razões que justifiquem a baixa qualidade das

---

<sup>268</sup> Exemplo retirado da resenha RE040805.

<sup>269</sup> Exemplo retirado da resenha FSP091206.

<sup>270</sup> Exemplo retirado da resenha ESP060507.

<sup>271</sup> Exemplo retirado da resenha RE201205.

<sup>272</sup> Exemplo retirado da resenha RV171007.

<sup>273</sup> Exemplo retirado da resenha OP131208.

<sup>274</sup> Segundo White (2001d, p. 02, tradução nossa), “Aesthetic evaluation is not, however, confined to inanimate objects and states of affairs. It may equally apply to human subjects.”.

obras oferecidas e nessa explicação é possível compreender o caso do livro que está sendo resenhado como um exemplo desta postura.

EXCERTO 189

Pode-se argumentar que há certa simplicidade em muitos de nossos escritores, o que é verdade. Mas também não posso deixar de notar que a tentativa de fixação de questões sem nenhum lastro mais profundo tem um nome significativo: marketing. É esse o mal de parcela significativa da literatura brasileira contemporânea. (ESP150407)

No movimento retórico *comentar a produção literária do autor*, o resenhista avalia outras obras do autor. Por conta disso, consideramos como avaliação da obra apenas as valorações que incluíam o livro que estava sendo resenhado. Os excertos (190) e (191) ilustram o que consideramos e o que não tratamos como avaliação da obra.

EXCERTO 190

O autor de pequenas obras-primas como «Chá Com Porrada», «Bagaço» e «Iogurte Com Farinha», vendidas de mão em mão em edições artesanais e mimeografadas, completa 50 anos em 2008 e, pela primeira vez em seu percurso literário, é publicado formalmente por uma editora. (HD251107)

EXCERTO 191

Sua produção jornalística, no entanto, foi portentosa. (RE201205)

No enunciado (190), não consideramos avaliação da obra haja vista o resenhista estar se referindo a outras obras que não a resenhada, já no enunciado (191), ao avaliar a produção jornalística do autor, o produtor inclui o livro resenhado pois a obra em análise é constituída de artigos jornalísticos que foram publicados entre os anos de 1946 a 1969 e sua experiência jornalística teve início em 1942. Por outro lado, a avaliação da produção literária do autor pode implicar na materialização de Julgamento explícito do autor como é o caso do excerto (191). No trecho (192), por sua vez, a avaliação de outra obra que não a resenhada desemboca na categorização do autor.

EXCERTO 192

*Nove Noites*, talvez o melhor de seus nove livros, está longe de ser um best-seller, mas alcançou uma marca respeitável para um autor "sério": 28 000 exemplares vendidos. (RV070307)

E no movimento retórico de *destacar a (provável) repercussão do autor*, encontramos uma realização balanceada de Apreciação da obra e de Julgamento do autor. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que a repercussão do autor é resultado do bom êxito alcançado pela sua(s) obra(s) como é o caso do excerto (193). Neste enunciado, o resenhista avalia o quão especial é o autor.

EXCERTO 193

Com essa história, intitulada *Como Me Tornei Estúpido* (Rocco, 160 págs.), Martin Page, de 32 anos, virou um dos autores franceses da nova geração mais traduzidos em países estrangeiros. (RE051007)

Há também a avaliação de outros elementos que estão indiretamente relacionados com o autor ou com a obra. Dependendo do paradigma utilizado pelo resenhista, esse tipo de

valoração pode ter conseqüências retóricas de valorizar ou não a obra e/ou seu autor. Os excertos (194) e (195) ilustram nossa afirmação.

EXCERTO 194

Esqueça o Ganges, as sagradas vacas que circulam em vias repletas de miseráveis e as imagens-clichês de uma peculiar cultura oriental. É mais ou menos isso que sobressai após uma primeira leitura de O Tigre Branco, romance de estréia do escritor indiano Aravind Adiga, que este ano abocanhou o Man Booker Prize, um dos prêmios literários mais importantes do mundo. (GP301108)

EXCERTO 195

Dona dos direitos de publicação dos livros de Hosseini no País, a editora Nova Fronteira pensa da mesma forma e no dia 10 vai abastecer as livrarias com 300 mil exemplares do novo romance, uma tiragem nada desprezível. (RIE080907)

No excerto (194), o resenhista avalia um prêmio, o Man Booker Prize, e como conseqüência retórica, o livro é valorizado positivamente, bem como seu autor. No excerto (195), o que está sendo avaliado é a tiragem da obra e, por conseguinte, o livro resenhado e seu autor. O fato de a editora produzir uma primeira tiragem de 300 mil exemplares significa afirmar que a obra e seu autor têm um grande potencial e credibilidade por parte da editora. O quadro 13 resume os diferentes tipos de avaliação que foram realizados no propósito comunicativo de “avaliar o autor”.

Quadro 13: Tipos de avaliação realizados no propósito comunicativo de “avaliar o autor”.

<b>MOVIMENTOS RETÓRICOS DO PROPÓSITO COMUNICATIVO DE “AVALIAR O AUTOR”</b>	<b>TIPOS DE AVALIAÇÃO REALIZADOS</b>
<i>Destacar as qualidades do autor</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade, Impacto), Composição) Julgamento do autor (Estima Social (Normalidade, Tenacidade, Capacidade, Mestria)), Sanção Social (Propriedade, Veracidade) Julgamento implícito do autor
<i>Avaliar/analisar o estilo literário do autor</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade, Impacto), Composição, Valor (Originalidade)) Julgamento do autor (Estima Social (Normalidade, Mestria)), Sanção Social (Veracidade) Julgamento implícito do autor Julgamento de outras pessoas
<i>Avaliar/analisar o modus operandi do autor ao produzir a obra</i>	Apreciação da obra (Reação (Impacto), Composição) Apreciação implícita da obra Julgamento do autor (Estima Social (Normalidade, Tenacidade, Capacidade, Mestria)), Sanção Social (Veracidade) Julgamento implícito do autor Julgamento de outras pessoas
<i>Classificar o autor</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade), Composição) Apreciação do autor Julgamento do autor (Estima Social (Normalidade, Tenacidade/Experiência, Capacidade, Mestria), Sanção Social (Veracidade, Propriedade)) Julgamento implícito do autor Julgamento de outras pessoas
<i>Comentar a produção literária do autor</i>	Apreciação da obra (Reação, Qualidade), Composição, Valor (Relevância) Apreciação implícita da obra

	Apreciação de outros elementos Julgamento do autor (Estima Social (Normalidade, Capacidade, Mestria)), Sanção Social (Veracidade, Propriedade) Julgamento implícito do autor Afeto não-autoral ( <i>Realis</i> (In/felicidade))
<i>Destacar a (provável) repercussão do autor</i>	Apreciação da obra (Reação (Qualidade, Impacto), Composição) Apreciação implícita da obra Apreciação de outros elementos Julgamento do autor (Estima Social (Normalidade)) Julgamento implícito do autor Afeto autoral (In/felicidade) Afeto não-autoral

Como é possível observar no quadro 13, o propósito comunicativo de “avaliar o autor” materializou todas as variáveis da categoria Julgamento do autor e da categoria Apreciação da obra, bem como a variável In/felicidade da categoria Afeto, revelando, assim, a multiplicidade de opções que os resenhistas dispõem na condução das informações sobre a avaliação do autor. Por outro lado, isso não quer dizer que essa diversidade de recursos avaliativos tenha sido materializada na mesma frequência, a tabela 18 ilustra que variáveis foram mais frequentes dentro do propósito comunicativo em estudo.

Tabela 18: Tabela resumitiva dos padrões de avaliação no propósito comunicativo de “avaliar o autor”.

APRECIACÃO					
Reação		Reação		Reação	
Qualidade	Qualidade	Qualidade	Qualidade	Qualidade	Qualidade
16	16	16	16	16	16
JULGAMENTO					
Estima Social			Estima Social		
Normalidade	Normalidade	Normalidade	Normalidade	Normalidade	Normalidade
46	46	46	46	46	46
ATITUDE					
<i>Realis</i>			<i>Realis</i>		
In/felicidade	In/felicidade	In/felicidade	In/felicidade	In/felicidade	In/felicidade
03	03	03	03	03	03

A frequência de realização do Julgamento do autor foi muito superior a da Apreciação da obra, destacando-se na valoração do escritor a variável Mestria e na valoração do livro a variável Composição. Esses resultados indicam que os resenhistas na comunidade jornalística dão preferência à avaliação de habilidades específicas do autor, tais como “[...] sabe, muito bem, unir humor, calor humano e ritmos sugestivos.”<sup>275</sup> no propósito comunicativo de “avaliar o autor”. Outro aspecto que merece ser destacado é que o Afeto mais uma vez se revela como uma categoria que é passível de realização, mas não é

<sup>275</sup> Exemplo retirado da resenha DN221006.

representativa dentro do propósito comunicativo. O resenhista tem liberdade para expressar suas reações emocionais diante da obra, mas, de um modo geral, ele não o realiza.

Em relação ao paradigma positivo ou negativo, repete-se à preferência pela realização de uma avaliação mais positiva que negativa, convergindo com os resultados observados nos outros propósitos comunicativos. Essa constatação sugere alguns questionamentos: por que publicar resenhas negativas se o espaço do Jornalismo Cultural no Brasil vem assumindo uma nova configuração, tornando-se secundário no que se refere ao grau de importância dentro do jornal e/ou menos aprofundado no tratamento dos temas? Por que publicar resenhas negativas se a resenha no jornal ou na revista funciona como um gênero capaz de estabelecer a mediação entre a instância de produção do livro e seu público? Enfim, esses aspectos podem influenciar o tipo de paradigma a ser escolhido na avaliação de uma dada obra.

Comparando o sistema retórico da comunidade acadêmica com o que está sendo avaliado no presente trabalho é possível afirmar que na categoria Julgamento do autor não houve a realização de nenhuma variável da categoria Sanção Social, já em resenhas não-acadêmicas revelaram que o autor é avaliado também em seu comportamento social também. No que se refere à variável Afeto, Carvalho (2002) não identificou qualquer realização desta categoria, enquanto que esta se realizou com uma baixíssima frequência no sistema retórico da comunidade jornalística.

### **5.3.6 A Atitude e outros propósitos comunicativos**

Em outros propósitos comunicativos como o de “discutir um tema” os termos avaliativos que aparecem estão relacionados com o tópico que está sendo discutido. Desse modo, não há valoração direta da obra ou de seu autor. Nesse propósito comunicativo, o resenhista utiliza sua voz autoral para apresentar seu ponto de vista sobre um determinado assunto que o livro aborda, alinhando-se ou não com o autor da obra. No caso do excerto (196), o autor compromete-se com o ponto de vista da autora do livro defendendo a extinção da mutilação em mulheres.

EXCERTO 196

Vale, porém, a sugestão de Khady: é preciso fazer circular a informação. Por isso, minha resenha não pode terminar sem a recomendação: o assunto precisa ser largamente discutido, em escolas, jornais e outros meios. Por exemplo: segundo o Unicef, 97% das mulheres do Egito entre 15 e 49 anos são mutiladas. Assim, quando alguém for comprar um pacote turístico para conhecer as pirâmides, é bom saber que parte grande do país foi mutilada, e isso não tem nada de exótico: é bárbaro!

No propósito comunicativo de “recomendar a obra”, materializa-se uma avaliação mais geral da obra como já foi observado em pesquisas sobre resenhas acadêmicas (MOTTA-ROTH, 1995, por exemplo). Há, portanto, a realização de variáveis da categoria Apreciação da obra. O excerto (197) ilustra a realização da variável Reação Qualidade e da Variável Valor Relevância no movimento retórico de *recomendar a obra com restrições*, enquanto que o excerto (198) ilustra a realização da variável Reação Qualidade no movimento retórico de *recomendar a obra sem restrições*.

EXCERTO 197

Por isso, os manuais da cultura são úteis – para quem souber tomá-los com um grão de sal e desconfiança, e como leitura introdutória, é claro. (RV290807)

EXCERTO 198

Enfim, para conhecer melhor os temas fundamentais das chamadas “filosofias da existência”, uma boa indicação é o livro de Nicola Abbagnano, *Introdução ao Existencialismo* (ESP311206)

Como já foi observado na análise do movimento retórico de “recomendar a obra”, mesmo que o livro tenha sido avaliado em um paradigma negativo o resenhista sempre encontra razões para justificar à sua audiência a leitura da obra. No enunciado (197), o produtor apresenta a Relevância da obra dentro do universo cultural (“úteis”), bem como sua Qualidade (“introdutória”). A apresentação de valoração positiva para um livro que não foi avaliado dentro desse paradigma pode ter como efeito retórico indicar certo comprometimento do autor ou com outras instâncias que estão relacionadas direta ou indiretamente com a obra ou com o seu público-leitor.

Em outras palavras, se a organização textual da resenha foi construída a partir de um conjunto de valorações negativas, é previsível que a conclusão do texto também o seja. Surpreende, em certa medida, a indicação da obra. No excerto (197), o resenhista categoriza a obra como sendo de leitura “introdutória”. Este termo, dentro do todo da resenha pode ser compreendido como um item avaliativo positivo, haja vista o resenhista encontrar uma função social para esse tipo de livro.

Quando alegamos o comprometimento do resenhista com o público-leitor nos reportamos a algumas declarações dos informantes especialistas que afirmaram que não há sentido ocupar um espaço apenas com críticas negativas. É nessa perspectiva que afirmamos que há um compromisso do resenhista com a sua audiência. As declarações 88 e 89 ilustram nossa afirmação.

(88) *O objetivo sempre é levar os bons livros aos leitores.* (IE03)

(89) *Apenas oferecer ao leitor um texto agradável.* (IE08)



No que se refere ao compromisso com outras instâncias que estão relacionadas mais ou menos diretamente com o livro nos referimos ao mercado editorial e à própria comunidade jornalística. Embora muitos resenhistas tenham afirmado categoricamente que não há influências do mercado editorial, da agenda de eventos e da resenha de livros em outras mídias na avaliação que é realizada em seus textos, outros afirmaram que há uma relação entre esses aspectos.

Nesse sentido, as resenhas não podem ser concebidas como textos isolados, ausentes de elos de ligação com outros textos, até porque segundo Bakhtin (2002) elas se constituem em enunciados responsivos. As declarações 90, 91 e 92 dos informantes especialistas desvelam um pouco essa complexa relação.

*(90) A maior influência é que os jornais exigem sempre que os livros resenhados sejam lançamentos recentes. Também parece haver alguma disputa, entre os grandes jornais, pela precedência na publicação de resenhas dos lançamentos mais importantes. (IE09)*

*(91) do mercado, não. Ninguém telefona de editoras ou de assessorias pedindo uma avaliação positiva de uma obra qualquer. Talvez haja uma influência do que é dito noutros jornais. Por exemplo, o que dizem os grandes jornais no eixo Rio-SP costuma ganhar as páginas dos veículos de menor alcance. Mas isso não é regra. E, antes de qualquer coisa, tem um fundamento econômico importante. Jornais como Folha de S. Paulo e outros têm acesso a obras antes de muitas editoras antes mesmo da publicação. Por conseguinte, as resenhas são antes das nossas. E, no fim, alguém pode ficar com a impressão de que apenas copiamos uma opinião. A história é bem outra. (IE04)*

*(92) Sim, há. Somos pautados pelo mercado editorial e, eventualmente, por outros veículos na medida que as obras lançadas e abordadas são importantes. Em alguns casos, não é preciso falar de um livro só porque a Veja falou, mas, em outros, isso pode fazer diferença. (IE07)*

Como é possível constatar, a comunidade jornalística recebe pressões externas e, também, internas que influenciam de forma direta ou indireta as condições de produção das resenhas. A declaração da IE09 deixa essa afirmação bastante evidente principalmente quando sabemos que esta informante é colaboradora do jornal e não jornalista. A declaração do IE07 também ilustra como algumas instituições jornalísticas têm prestígio dentro da comunidade e podem orientar a avaliação que é realizada em resenhas. Outro aspecto que merece atenção é que essas instituições jornalísticas podem ter acesso à obra antes de ela chegar ao mercado e, por conta disso as resenhas podem ser compreendidas como um texto de divulgação.

No enunciado (198), por sua vez, a valoração que é feita da obra pode ter como consequência retórica a apresentação de um resenhista como um indivíduo especialista em determinada área do conhecimento, no caso, a Filosofia. E o jornal a apresenta dessa forma, haja vista ao final da resenha identificarmos uma sintética descrição da resenhista como filósofa e autora de livro na área. Podemos afirmar ainda que no propósito comunicativo de “recomendar a obra” houve uma preferência pela realização da variável Reação Qualidade,

aspecto previsível tendo em vista que é neste propósito que são realizadas as apreciações mais globais da obra.

Em convergência com as resenhas que são realizadas na comunidade acadêmica, há uma incidência por uma avaliação mais positiva do que negativa. Por outro lado, enquanto as resenhas acadêmicas a concentração da valoração se deteve primeiramente na variável Valor da obra, seguida da Reação do resenhista, em resenhas produzidas na comunidade jornalística constatamos uma concentração na variável Reação Qualidade. Tornamos, pois, nossas as palavras de Carvalho (2002) para explicar esse tipo de valoração que se materializou no propósito comunicativo de “recomendar a obra”. Segundo Carvalho (2002, p. 150-151), “o resultado parece sugerir que o leitor em Português deseja ver, no fim da resenha, retomados aqueles comentários feitos inicialmente [...]”.

Nos outros movimentos retóricos, o resenhista aprecia diferentes artefatos culturais e estados de coisas, tais como: o ato de resenhar<sup>276</sup>, outras obras que não a resenhada, *site* da editora que publicou o livro, filme que foi produzido a partir do livro resenhado, dentre outros. Identificamos também o Julgamento de outras pessoas que não o autor da obra. Essas valorações, em geral, não estabelecem relação direta com a obra em análise, mas podem, em alguns casos, estabelecer uma ligação mais próxima com a obra como é o caso dos excertos (199) e (200). Nestes enunciados, a valoração de outra obra e do autor do prefácio podem ter como efeito retórico a avaliação positiva do livro que está sendo resenhado.

EXCERTO 199

Eis aí outro livro maravilhoso. Seu único defeito é não ter sequer uma ‘figurinha’ para ilustrar o conteúdo de ótimo fundamento. (DC120507)

EXCERTO 200

O valor científico dado à temática ao longo do livro, valeu um prefácio feito por Rubens Ewald Filho, um dos maiores especialistas em cinema internacional de toda a América Latina.<sup>277</sup> (DC200807)

A afirmação “Eis aí outro livro maravilhoso” indica explicitamente que a obra que está sendo resenhada é igualmente “maravilhosa”. Já o Julgamento de Rubens Ewald Filho está intimamente relacionado com o valor da obra, ou seja, o fato de a obra ser de qualidade é que gerou a produção de um prefácio elaborado por uma personalidade tão importante. Esses exemplos deixam mais uma vez evidente o diálogo necessário entre o estudo dos propósitos comunicativos com a análise da avaliação, principalmente, em gêneros como a resenha.

---

<sup>276</sup> Ver exemplo (111) no capítulo 4.

<sup>277</sup> Somente o enunciado grifado corresponde a “outros” propósitos comunicativos.

## **5.4 O Engajamento em resenhas não-acadêmicas**

Na seção anterior, ao investigarmos as categorias de avaliação em cada propósito comunicativo pudemos ter uma breve noção de como se constrói as relações interpessoais em resenhas não-acadêmicas. Mas, é nesta parte do trabalho que ficarão evidenciadas as relações de poder e de solidariedade entre resenhista e seus leitores. Esse aspecto merece ser ressaltado na medida em que o resenhista apresenta informações como compartilhadas, como problemáticas, como contingentes, em um processo de alinhamento ou de desalinhamento com os seus interlocutores. Nesse sentido, nos interessa investigar como os resenhistas se posicionam diante de sua audiência e quais as conseqüências retóricas advindas do uso de um dado recurso heteroglóssico.

Na presente investigação, priorizamos a funcionalidade e os efeitos dialógicos resultantes da utilização dos recursos lingüísticos do Engajamento ao invés de realizarmos uma análise quantitativa desses recursos. Essa opção se justifica pelo fato de que o nosso enfoque repousa no potencial retórico desses recursos. Partimos do pressuposto de que a avaliação não é apenas um fenômeno individual que revela o ponto de vista do falante/escritor, mas que traduz, de alguma forma, os valores e crenças da comunidade em que está inserido. Nesse sentido, o estudo do Engajamento em resenhas desvelará como se estabelecem as relações interpessoais entre resenhista e sua audiência em resenhas produzidas no contexto jornalístico que supomos serem distintas das relações interpessoais que se realizam no contexto acadêmico.

Para fins de organização da seção, apresentaremos cada um dos recursos lingüísticos do Engajamento em separado, exemplificando como se dá a materialização destes nos propósitos comunicativos, buscando responder as seguintes perguntas: que recursos do Engajamento se realizam em cada um dos propósitos comunicativos?; quais os efeitos retóricos de cada desses recursos?

### **5.4.1 O recurso lingüístico da Negação**

Segundo Martin e White (2008), a Negação consiste na introdução de um posicionamento positivo no diálogo para em seguida ser recusado e, por conseguinte, implica em uma atitude de fechamento para a perspectiva dialógica. Isso não quer dizer que o recurso da Negação carregue apenas em sua semântica a inclusão de um posicionamento oposto que

se opõe a do falante/escritor. É através da Negação que podemos identificar diferentes efeitos retóricos que podem levar ao alinhamento dos interlocutores, aumentando a solidariedade. No *corpus* analisado, identificamos a presença da Negação em todos os propósitos comunicativos, contudo foi no propósito de “avaliar a obra” que houve uma maior recorrência de realização deste recurso.

Essa constatação pode ter diferentes explicações, a saber: a média de aparecimento do propósito por resenha é maior (6,05 vezes por cada texto), conseqüentemente, há uma maior realização dos recursos avaliativos; e, o propósito pode ser considerado como uma ação retórica fundamental em resenhas, daí os produtores diversificarem os recursos lingüísticos utilizados. O quadro 14 apresenta exemplos da negação em cada um dos propósitos comunicativos das resenhas não-acadêmicas.

Quadro 14: O recurso da Negação em resenhas não-acadêmicas.

Propósitos comunicativos	Exemplos
“Apresentar a obra”	(201) O texto geral almeja retratar toda a história da música erudita até ontem, isto é, 2006. <u>Essa ambição não é desmedida</u> porque compositores tradicionais e também os inéditos e amplamente desconhecidos do grande público receberam um verbete. (DC120507)
“Apresentar o autor”	(202) Quando lançou Resposta, em 2005, Elisa já exercia a função de tradutora e preparadora de textos, o que faz até hoje em sua agradável chácara chamada Téquinfim. <u>Já não trabalha mais na biblioteca de José Mindlin</u> , com quem colaborou durante mais de sete anos. (ESP270507)
“Descrever a obra”	(203) O livro insinua uma crítica à valorização contemporânea da espontaneidade a todo custo e às terapias da moda que pretendem ensinar seus pacientes a "liberar" suas emoções. <u>Não, o homem contemporâneo não ficou mais rico ou feliz porque supostamente vive em uma cultura "expansiva"</u> . (RV110407)
“Avaliar a obra”	(204) <u>Mas "extraordinário" não é um adjetivo apropriado</u> . As histórias de Onetti distinguem-se justamente por sua falta de pretensão, pelo investimento no miúdo, no sentimento que margeia a apatia, na quase paralisia angustiante que acompanha os pesadelos, no mistério deixado pelo não dito, pelo inefável. (FSP060107)
“Avaliar o autor”	(205) Tantos números ficariam perdidos e esquecidos no vazio se não entrasse em cena a grande capacidade literária de Luís Giffoni. Ele sabe como poucos transformar números e estatísticas em textos metamorfoseados em guloseimas. Tudo isso porque respeita o humano. <u>Não é o mero analista de dados frios</u> . (HD021207)
“Discutir um tema”	(206) Considerado o artífice da França moderna, <u>o retrato de um Napoleão genocida não é bem recebido pelos franceses</u> . <u>Ainda hoje os livros escolares não falam abertamente das barbaridades cometidas a seu mando nas colônias</u> . (RIE160708)
“Recomendar a obra”	(207) <u>Não desaconselho a leitura do livro</u> , de maneira nenhuma. (ESP150407)

No propósito comunicativo de “apresentar a obra”, identificamos no *corpus* que a negação cumpriu as funções retóricas, tais como: negociar solidariedade e aconselhar os leitores. O excerto (201) é um exemplo do primeiro caso. Nele, o resenhista parece responder

a uma afirmação de que a intenção do autor de cobrir toda a história da música até 2006 é um projeto incomensurável. Ao explicitar o conteúdo geral da obra a partir da negação, o produtor traz uma voz para o seu texto e a rechaça, fechando-se, assim, para um ponto de vista que se diferencie do seu. A negociação de solidariedade se constrói a partir do processo de convencimento do resenhista de seu ponto de vista (“Essa ambição não é desmedida”). Já no propósito comunicativo de “apresentar o autor”, o recurso lingüístico da negação realizou o papel de quebrar crenças do senso comum, buscando alinhar-se com o putativo leitor. O excerto (202) é uma amostra deste efeito retórico. A informação de que a autora trabalha na Biblioteca de José Mindlin é tomada como compartilhada, então, o resenhista utiliza a negação para realocar essa informação perante seu público.

No propósito comunicativo de “descrever a obra”, também identificamos como função da Negação a quebra de crenças do senso comum, como também o alinhamento com o autor da obra. O excerto (203) ilustra a sobreposição desses dois efeitos retóricos. O produtor quebra as crenças daqueles que supõem que “o homem é mais feliz porque vive em uma cultura ‘expansiva’” ao mesmo tempo em que concorda com o autor da obra, tendo em vista que este havia sugerido críticas a esse tipo de cultura em seu livro. O propósito comunicativo de “avaliar a obra”, como foi indicado anteriormente, apresentou diferentes consequências retóricas para a Negação, tais como: apresentar o resenhista como um experto, desalinhar-se com o autor do livro, preparar o terreno para apresentar argumentos mais fortes, desalinhar-se com outras vozes que foram explicitamente apresentadas no texto, reposicionar um ponto de vista, dentre outras. O excerto (204) ilustra este último efeito retórico. Nele, a Negação serve para pontuar com exatidão a valoração que é feita à obra. Neste caso, o resenhista não rejeita a voz que é inserida no diálogo, mas a reposiciona.

O propósito comunicativo de “avaliar o autor” apresentou como efeito retórico da negação a confirmação de crenças do senso comum, a apresentação do resenhista como um experto, o desalinhamento com o autor da obra e a utilização desse recurso lingüístico como estratégia de convencimento do leitor. O excerto (205) ilustra este último aspecto. Nele, o produtor vem apresentando uma gama de elogios para o autor da obra e a Negação funciona como um argumento a mais em favor do autor. É como se o leitor precisasse ser convecido e a Negação promove uma negociação da solidariedade entre os interlocutores. Já o propósito comunicativo de “discutir um tema”, apresentou as seguintes funções retóricas para a negação: desalinhar-se com uma terceira parte e mostrar o resenhista como um sujeito que tem um conhecimento amplo como é o caso do excerto (206). Nele, o resenhista apresenta aos

leitores seus conhecimentos sobre os valores que são considerados ainda válidos na cultura francesa, demonstrando, assim, a cultura geral que possui.

E, por fim, o propósito comunicativo de “recomendar a obra” apresentou apenas uma função retórica para a Negação que foi aconselhar os leitores. Nessa esteira, no excerto (207), o resenhista utiliza a negação com o propósito de “recomendar a obra”. A inserção desse recurso lingüístico é interessante neste texto porque o produtor vinha apresentando aspectos negativos da obra, sendo, portanto, natural não indicar sua leitura, aspecto este que é rejeitado pelo resenhista. Para Carvalho (2002, p. 47),

[...] o resenhista que lista os méritos e problemas de um determinado livro e que, em sua recomendação final, se pronuncia a favor da leitura da publicação resguardadas as restrições que apontou, em geral o faz através de marcadores discursivos que expressam a noção de concessão, assim **estabelecendo uma relação de cumplicidade com o leitor**, pois este será levado a perceber certas asserções como esperadas ou não. (Grifo nosso)

Embora o resenhista não tenha utilizado o recurso da concessão, e sim o da negação o que queremos evidenciar na fala de Carvalho (2002) é o alinhamento/desalinhamento do resenhista com seu público-alvo. Esse aspecto é fundamental dentro do sistema de Avaliatividade. Segundo Martin e White (2008, p. 96), “[...] nós procuramos estender nossa compreensão de como a relação tipicamente denominada ‘solidariedade’ é construída em textos”<sup>278</sup>. Objetivo este que está sendo perseguido na presente pesquisa.

Em todos esses excertos citados no quadro 14, os leitores são tomados como sujeitos que não apresentam resistência ao ponto de vista defendido pelo resenhista ou como sujeitos que precisam ser convencidos. O fato de que uma voz é trazida à baila não implica a consideração de que o resenhista está aberto à perspectiva dialógica, ao contrário a inclusão de um ponto de vista oponente é utilizado com a finalidade retórica de apresentá-lo como totalmente contestável, colocando a opinião do resenhista como a única aceitável. A análise do *corpus* não nos permite afirmar que o recurso da Negação é característico de um dado propósito comunicativo, mas que ele se constitui como um dos recursos avaliativos utilizados em resenhas não-acadêmicas para introduzir a perspectiva heteroglóssica nos textos.

#### 5.4.2 O recurso lingüístico da Contraposição

Segundo Martin e White (2008), o recurso da Contraposição tem como finalidade

---

<sup>278</sup> De acordo com Martin e White (2008, p. 96, tradução nossa), “[...] we seek to extend our understanding of how the relationship typically termed ‘solidarity’ is construed in texts of this type.”.

retórica reposicionar um ponto de vista ou suplantá-lo. Os autores ainda afirmam que este recurso possibilita o alinhamento com os possíveis leitores, haja vista haver entre os interlocutores um compartilhamento dos mesmos paradigmas axiológicos. Assim, como a Negação o leitor não se apresenta como um sujeito que apresenta resistência à opinião do resenhista.

No *corpus* analisado, a contraposição foi utilizada em quase todos os propósitos comunicativos com exceção do propósito de “recomendar a obra”. Supomos que a ausência da contraposição se justifique pelo fato de que a média de aparecimento deste propósito em resenhas seja quase nula, correspondendo apenas 0,18 por texto, daí não identificarmos este recurso lingüístico. A investigação deixou mais uma vez evidente que o propósito de “avaliar a obra” carrega um maior número de realizações da Contraposição, bem como apresenta uma maior diversidade de efeitos retóricos. O quadro 15 ilustra exemplos da realização deste recurso em cada um dos propósitos comunicativos.

Quadro 15: O recurso da Contraposição em resenhas não-acadêmicas.

Propósitos comunicativos	Exemplos
“Apresentar a obra”	(208) Aqui, não se trata de uma apologia da área, como o autor fez no passado, <u>mas de uma sátira de costumes</u> , [...] (RE140705)
“Apresentar o autor”	(209) <u>É curioso notar que, como outros teóricos políticos, Orwell tinha mais simpatia pela humanidade que pelo ser humano individual.</u> É o que explica a série de temas abrangentes que vai da Guerra Civil Espanhola ao anti-semitismo, da evacuação de crianças desamparadas à Guarda Civil britânica, da qual fora um membro diligente. (ESP171206)
“Descrever a obra”	(210) <u>Mas o livro não faz apologia ao vício, não.</u> Deixa, inclusive, muito claro que foram esses hábitos, já metamorfoseados em doença, que o destruíram e o levaram à morte, decorrente de uma série de complicações, envolvendo problemas cardíacos, pulmonares e diabete. (GP051207)
“Avaliar a obra”	(211) Nas mãos de Mascaro, a historinha ganha contornos ainda mais trágicos. Aliada à potência da palavra, a carga dramática da imagem funciona. Não apenas ilustra o conto, como em <i>A cartomante</i> , <u>mas o refunda</u> . (OP181008)
“Avaliar o autor”	(212) Em mãos menos originais, esta história traria um fácil cardápio estilo «água com açúcar», na linha de autoras como a inglesa Barbara Cartland e a mexicana Corin Tellado, cujas imitações saltitam nas páginas de publicações como «Sabrina», «Júlia» e «Bianca». <u>Mas, atenção: quem conduz o livro é Joseph Conrad</u> , um autor que adora criar pistas falsas, enganar seus leitores, mesmo que a história não seja um thriller de suspense. (HD260907)
“Discutir um tema”	(213) Dificilmente alguém defende, ao menos em público, a prática da mutilação genital. <u>O problema persiste, porém, por que há uma série de preconceitos e tabus envolvidos: o costume teria um fim religioso;</u> criticá-lo seria intervir em questões culturais particulares a determinados grupos; e, por fim, simplesmente a questão é constrangedora demais para ser discutida. (ESP180207)

Nos propósitos comunicativos de “apresentar a obra” e “discutir um tema”, a contraposição teve como efeito retórico suplantar uma idéia. Os excertos (208) e (213)

ilustram essa função. O excerto (209) é interessante na medida em que o resenhista utiliza-se de dois recursos lingüísticos na expressão de sua opinião sobre a obra. Inicialmente, ele coloca em jogo uma voz que afirma que o livro é mais uma “apologia da área” (Brooklyn) para rejeitá-la e em seguida a Contraposição aparece para esclarecer o que é realmente a obra, derrubando, pois, qualquer posição contrária. O excerto (213), por sua vez, discute a questão da mutilação feminina e apresenta a idéia de que o procedimento persiste por questões religiosas, culturais como um argumento que rebaixa o anterior de que ninguém defende a mutilação. No propósito comunicativo de “apresentar a obra”, a idéia introduzida pela contraposição se relaciona com a obra, já no propósito de “discutir um tema” se relaciona com o assunto que é posto em discussão pelo resenhista.

A conseqüência retórica de alinhar-se com o leitor, compartilhando crenças materializou-se no propósito comunicativo de “apresentar o autor”. No excerto (209), o resenhista apresenta estranhamento diante do comportamento do autor (Orwell), pois assim como seu público ele partilha a crença de que temos “mais simpatia pelo ser humano individual”. Já no propósito comunicativo de “descrever a obra”, a Contraposição tanto realizou a função de alinhar-se com o leitor, como desalinhar-se com ele. O excerto (210) ilustra este último efeito retórico. Como a resenha é de um livro que apresenta a biografia de Tim Maia é inevitável esperar que o texto dê atenção especial aos vícios do cantor, tendo em vista o conhecimento que temos de sua vida. Daí, então o resenhista mostrar aos seus leitores como os vícios foram abordados na obra. Vale ressaltar neste enunciado, o uso de dois recursos do comprometimento, a Contraposição e a Negação, que utilizados juntos acabaram por tornar o ponto de vista do resenhista mais enfático.

O propósito comunicativo de “avaliar a obra” como foi afirmado anteriormente apresentou uma diversidade de funções retóricas para a Contraposição, tais como: apresentar aspectos positivos ou negativos do livro, valorar positivamente a autora, apresentar o resenhista como um experto, ampliar a valoração positiva que é feita sobre o livro, reposicionar uma informação, antecipar uma resposta, dentre outras. No excerto (211), o “mas” não vem apresentar um argumento negativo da obra, ao contrário vem apresentar um argumento positivo mais forte. Já no propósito comunicativo de “avaliar o autor”, a Contraposição apresentou os efeitos retóricos de alinhar-se com o leitor, alinhar-se com o autor, valorizar a figura do autor, dentre outros. O excerto (212) ilustra como o “mas” introduz um enunciado que elogia as habilidades do escritor, valorando-o positivamente.

Embora tenha utilizado uma abordagem teórica um pouco diferente da que está



sendo empregada na presente pesquisa, Carvalho (2002)<sup>279</sup> investigou o grau de Comprometimento em resenhas acadêmicas a partir da análise dos elementos de concessão e chegou a conclusão que estes elementos são utilizados para repetir e enfatizar uma avaliação positiva. A autora verificou também que há uma maior recorrência da concessão no terceiro movimento retórico (recomendação final sobre o livro). Esse resultado converge em parte com o uso da Contraposição em resenhas não-acadêmicas. Um ponto de contato é o papel de reiterar uma valoração positiva da obra, contudo identificamos também a apresentação de aspectos negativos da obra, bem como uma variedade de efeitos retóricos. Um ponto de afastamento é que a concessão, segundo Carvalho (2002), realizou-se com maior recorrência no movimento de “recomendar a obra”, enquanto que em resenhas não-acadêmicas realizou-se com maior frequência no propósito de “avaliar a obra”, seguido do propósito de “avaliar o autor”.

Essa divergência pode ser explicada, em parte, pelo valor que é atribuído aos propósitos comunicativos em cada contexto retórico de modo que na comunidade acadêmica a recomendação da obra é uma informação mais recorrente, ao passo que na comunidade jornalística não o é. Essa constatação reitera o que identificamos na análise do propósito comunicativo em resenhas não-acadêmicas sobre a média de realização das informações. Ou seja, a frequência de utilização, em ordem crescente, dos propósitos em resenhas produzidas na comunidade jornalística é a seguinte: “avaliar a obra” > “descrever a obra” > “apresentar a obra” > “avaliar o autor” > “apresentar o autor”. Os propósitos de “discutir um tema” e “recomendar a obra” são informações consideradas raras nestes textos.

#### **5.4.3 O recurso lingüístico da Concordância**

Como a própria designação deixa evidente, a Concordância consiste no compartilhamento de pontos de vista. Assim, falante/escritor e ouvinte/leitor estão em convergência na medida em que possuem os mesmos conhecimentos, crenças ou valores. Através do recurso da Concordância, há um alinhamento entre os interlocutores. Os resultados indicaram que não há uma preferência pela materialização desse recurso em um propósito comunicativo específico. Contudo, diferente dos outros recursos já apresentados houve um equilíbrio na quantidade de aparecimento da concordância em todos os propósitos

---

<sup>279</sup> Carvalho (2002) investiga o emprego dos recursos da projeção (verbos como sugere, indica, argumenta, demonstra, por exemplo), da modalidade (verbos auxiliares e advérbios modais) e da concessão (mas, ao invés de, por exemplo) em resenhas acadêmicas.

comunicativos. O quadro 16 ilustra a realização deste recurso em cada um dos propósitos.

Quadro 16: O recurso da Concordância em resenhas não-acadêmicas.

Propósitos comunicativos	Exemplos
Apresentar a obra	(214) O autor escava as oposições entre uma música dominante feita para as massas e uma música errante, imperfeita, contaminada. <u>É óbvio que não vamos aqui contar nada sobre suas observações finais.</u> (DC140707)
“Apresentar o autor”	(215) David Sylvester foi amigo deles, convivendo com nomes como René Magritte, Cy Twombly, Alberto Giacometti, <u>é claro, Francis Bacon.</u> (HD190907)
“Descrever a obra”	(216) O personagem principal de <i>A Marcha</i> , que se passa na Guerra Civil americana, não é nenhum garoto. Nem soldado rebelde, escravo liberto ou oficial militar, <u>como seria adequado ao tema.</u> O protagonista, por mais estranho que pareça, é a própria marcha do general William Sherman, descrita por Doctorow quase como um ser vivo. (RE051007)
“Avaliar a obra”	(217) Hemingway foi criticado por favorecer Ordóñez em seu retrato. <u>De fato, não via tanta graça nos movimentos calculados de Dominguín, apesar de ser seu amigo.</u> (RE050207)
“Avaliar o autor”	(218) <u>É certo que Juan Carlos Onetti tem o dom da palavra.</u> (FSP060107)
“Discutir um tema”	(219) Aliás, se existe alguma coisa de positivo no universo dos livros - e da linguagem como um todo - é a possibilidade de fazer a informação circular. Minha resenha, portanto, deseja colaborar: <u>concordo com a autora quando ela diz que o assunto precisa ser conhecido por todos para que venha a se erradicar um dia.</u> (ESP180207)
“Recomendar a obra”	(220) <i>Contos e Novelas</i> merece ser lida como obra essencial, e <u>naturalmente datada.</u> (RE040805)

O alinhamento com o leitor apresentou-se, explicitamente, como uma conseqüência retórica presente em quase todos os propósitos comunicativos das resenhas analisadas, exceto no propósito de “discutir um tema” que mostrou alinhamento com a autora do livro. O excerto (219) ilustra esta afirmação. Voltando ao alinhamento com o leitor, este pode se realizar em diferentes perspectivas, a saber: no excerto (214), leitores e resenhistas compartilham o mesmo contrato de comunicação, ou seja, o produtor ao elaborar a resenha não deve apresentar o final da obra; no excerto (216), há um compartilhamento das expectativas em torno do tipo de informações que devem conter em romances sobre a guerra; no excerto (218), há um compartilhamento da imagem do autor; no excerto (220), há um compartilhamento de uma das características da obra (“datada”).

No propósito comunicativo de “apresentar o autor”, a concordância tem o papel de confirmar uma informação que havia sido apresentada anteriormente (o livro que está sendo resenhado é resultado das conversas do autor com Francis Bacon) como é o caso do excerto (215). Já no propósito de “avaliar o autor”, observamos os seguintes efeitos retóricos: valorar positivamente o autor, alinhar-se com o autor, confirmar informações, além do alinhamento com o leitor. No excerto (217), a resenhista desalinha-se com vozes não identificadas ao mesmo tempo em que alinha-se com a posição adotada pelo autor da obra. Em suma, a análise

dos textos nos permite afirmar que o recurso lingüístico da Concordância elabora uma imagem de leitor que tem uma identidade cultural que se assemelha a do resenhista pelo fato de dividirem informações diversificadas.

#### 5.4.4 O recurso lingüístico da Pronúncia

De acordo com Martin e White (2008), a Pronúncia se caracteriza pelo fato de a voz autoral se apresentar de forma enfática. Há, portanto, um grande investimento do autor na apresentação de seu ponto de vista. Como conseqüência, essa voz autoral desafia outra posição ao mesmo tempo em que reduz a perspectiva dialógica. Destacamos que mesmo que o resenhista não enfatize seu ponto de vista, em geral é a sua voz que realiza a Apreciação da obra e o Julgamento do autor. A análise do *corpus* nos permitiu identificar a Pronúncia em quase todos os propósitos comunicativos, com exceção do propósito de “apresentar o autor”. É novamente no propósito de “avaliar a obra” que encontramos uma maior recorrência desse recurso. O quadro 17 ilustra a realização da Pronúncia nos diversos propósitos comunicativos das resenhas não-acadêmicas.

Quadro 17: O recurso da Pronúncia em resenhas não-acadêmicas.

Propósitos comunicativos	Exemplos
“Apresentar a obra”	(221) <u>Na verdade, esta obra acaba reunindo dois romances em um.</u> Com esta concepção, surgem histórias ligadas pelo simpático, idoso e acadêmico Bonnard, um filólogo solitário e pesquisador erudito que se autodenomina, um 'arqueólogo das letras'. (CP080907)
“Descrever a obra”	(222) <u>Tal sopro, é claro, seria a poesia e um entendimento maior, mais profundo, do que ela seja.</u> Depois de uma Pausa para a necessária correspondência, onde se remete aos grandes poetas (Drummond, João Cabral, Bandeira), a autora avança para a derradeira parte do livro, Suspensão, [...] (DC271007)
“Avaliar a obra”	(223) Afinal, a captura do homúnculo pela tripulação da nave invasora, o modo como os seres humanos se foram achegando àquele lugarzinho lembra bastante o ritual dos europeus que toparam com as terras e as populações de cá, há quinhentos e tantos anos. Os mesmos presentinhos sem serventia, as mesmas boas-intenções. A diferença entre os índios e os extraterrestres de Rachel, entre literatura e ficção é, <u>sem dúvida, o poder de se fazer justiça.</u> Literária, mas ainda assim justiça. (OP010308)
“Avaliar o autor”	(224) Em Feito Eu, seu segundo livro que, como o anterior, Resposta, lançado pela Ateliê Editorial, ela reúne uma seleção de poemas escritos entre 1985 e este ano, o que, em seu todo, poderia representar um diário poético – <u>na verdade, são retratos de uma escritora que, particular e universal, consegue ser visceral diante de assuntos considerados banais pela maioria.</u> (ESP270507)
“Discutir um tema”	(225) Eis como Nietzsche, em um de seus belos escritos, pretende mostrar o quão fugaz e lastimável é o intelecto humano no seio da natureza (“houve eternidades em que ele não existia...”) ou quanto é fugaz o próprio homem, apesar de toda a sua arrogância e pretensão. <u>Sem dúvida, é inegável que o homem tem razões de sobra para se sentir superior às outras espécies.</u> (ESP110307)
“Recomendar a obra”	(226) Pois bem, a obra de arte em forma de livro que resenho hoje, <u>certamente integrará a biblioteca desses letrados apreciadores da sétima arte.</u> (DC200807)

Observamos na análise dos textos que uma das conseqüências retóricas do uso da Pronúnciação em resenhas não-acadêmicas mais recorrentes foi a apresentação do resenhista como um indivíduo que tem poder porque revela para o seu leitor um cabedal de conhecimentos. Como foi afirmado no início desta seção, o Engajamento não tem apenas a intenção de destacar os recursos lingüísticos utilizados na inserção de vozes em uma resenha, mas principalmente discutir qual a função desses recursos na negociação da solidariedade e na demonstração de poder. Aspecto esse que ficou evidenciado no recurso na Pronúnciação em resenhas não-acadêmicas. Dentro dessa perspectiva, os excertos (221) e (226) exibem esta demonstração de poder do resenhista. No excerto (221), o produtor exhibe seus conhecimentos sobre a obra e no (226) sua autoridade diante de seu público.

O propósito comunicativo de “apresentar a obra”, além de apresentar como efeito retórico da Pronúnciação a demonstração de poder do resenhista, identificamos, ainda, o alinhamento do resenhista com o autor do livro. Resultado este também constatado no propósito comunicativo de “descrever a obra”, como é o caso do excerto (222). Nele, o resenhista vem expondo o conteúdo da obra resenhada e em um dado momento concorda com a posição que é assumida pela escritora. Já no propósito comunicativo de “avaliar a obra” encontramos uma maior diversidade de efeitos retóricos para a Pronúnciação, tais como: valorizar positivamente a obra, confrontar-se com uma terceira parte, dentre outros. No excerto (223), a resenhista desalinha-se com o posicionamento dos “exploradores”, este confronto promove a busca de solidariedade com o leitor.

No propósito comunicativo de “avaliar o autor”, a Pronúnciação foi utilizada com a finalidade retórica de valorar positivamente o autor da obra, como ilustra o excerto (224). O propósito de “discutir um tema”, por sua vez, apresentou como conseqüência retórica da pronúncia o compartilhamento com crenças do senso comum, levando o resenhista a alinhar-se com vozes indeterminadas. No excerto (225), a resenhista admite este ponto de vista como uma forma de preparar o terreno para a apresentação da tese que irá confrontar (a da superioridade tecnológica e científica).

Comparando os resultados obtidos com a utilização da modalidade (que a autora denominou de reiteração) em resenhas acadêmicas, Carvalho (2002) identificou uma quase ausência do fenômeno, bem como uma preferência pelo uso de advérbios modais que conferem certeza aos enunciados no terceiro movimento retórico (*recomendação final da obra*). As resenhas não-acadêmicas, por sua vez, utilizaram, com maior freqüência, uma gama de expressões, tais como: “pode-se afiançar tal hipótese com segurança”, “sem dúvida”, “sem

sombra de dúvidas”, por exemplo. Outro aspecto diferencial é que o recurso da Pronúnciação foi mais recorrente no propósito de “avaliar a obra”. Como “recomendar a obra” não é um propósito comunicativo fundamental, o máximo investimento do resenhista é realizado na avaliação da obra. A consequência resultante do uso de tal recurso é a não-aceitação de posicionamento contrário ao que é apresentado pelo resenhista, havendo, portanto, um fechamento para a perspectiva dialógica haja vista a voz autoral apresentar-se como a única autorizada. Destacamos, ainda, que mais importante que demonstrar certeza diante dos enunciados, a Pronúnciação desvela como o leitor é construído nas resenhas, como o resenhista se apresenta para a sua audiência, como se estabelecem as relações entre resenhista e leitores.

#### 5.4.5 O recurso lingüístico do Endosso

O Endosso é um dos recursos lingüísticos do Engajamento que consiste na associação da voz do resenhista com uma voz externa. Assim como a Pronúnciação, também é excluída qualquer alternativa de diálogo. Este recurso lingüístico materializou-se em quase todos os propósitos comunicativos com exceção dos propósitos de “apresentar o autor” e de “recomendar a obra”. Supomos que a ausência do Endosso na apresentação do autor se explique pelo fato de que neste movimento retórico o resenhista exponha apenas dados da biografia e vida literária do autor, não necessitando, pois, de outras vozes para apoiar essa descrição. O quadro 18 ilustra exemplos do uso do Endosso nos propósitos comunicativos das resenhas.

Quadro 18: O recurso do Endosso em resenhas não-acadêmicas.

Propósitos comunicativos	Exemplos
“Apresentar a obra”	(227) A grande cantora Elizeth Cardoso, a “Divina”, considerava Clara Nunes sua herdeira legítima. <u>Alguns críticos a comparam até hoje a Carmen Miranda.</u> Afinal, as semelhanças entre a Pequena Notável, portuguesa de nascimento, e a artista mineira são muitas: a origem humilde, a morte precoce, a paixão pelo samba e, sobretudo, a exuberância de suas apresentações, dos figurinos de influência afro-brasileira à expressividade de sua linguagem corporal. (GP300907)
“Descrever a obra”	(228) Seus versos, conscientes de si, de seu próprio "corpo em correnteza", comentam o eco muitas vezes nulo da poesia nos dias de hoje. <u>A poeta, com a sensação de con-versar sozinha, reconhece que poesia</u> “quase não tem valor / seu papel não é cédula”. (DC271007)
“Avaliar a obra”	(229) Em suma, apesar de não ser uma doutrina ou uma escola no sentido estrito do termo, o existencialismo se confunde - para Abbagnano - com a própria filosofia no seu sentido mais perene, já que trata do homem na concretude de sua existência, na sua singularidade. <u>Afinal, como já dizia Kierkegaard, não existimos de “um modo geral”, mas como indivíduos, como seres singulares.</u> Cabe a cada um produzir sua própria existência e inventar a si mesmo. (ESP311206)

“Avaliar o autor”	(230) <u>Ezra Pound sempre insistiu na função social do escritor, defendendo que a poesia não existe no vazio.</u> O compromisso com o outro, evidentemente, é proporcional à habilidade daquele que escreve. Estaria aí a principal utilidade da literatura; qualquer uma outra função seria relativa, efêmera, destinada, portanto, à dissolução. (DN020907)
“Discutir um tema”	(231) O problema, portanto, é humanitário e está acima de quaisquer divisões culturais, já que tanto a Declaração Universal dos Direitos do Homem quanto, mais especificamente, a Convenção sobre os Direitos da Criança tratam a questão da saúde como um direito concernente a todos os seres humanos, como Khady a propósito ressalta no livro. (ESP180207)

Considerando o efeito retórico da divisão de responsabilidade com uma fonte externa, todos os exemplos expostos no quadro apresentaram essa função. No excerto (227), o compartilhamento de responsabilidade é feita com críticos de música não nomeados; nos excertos (228) e (231) com a autora do livro; nos excertos (229) e (230) com personalidades reconhecidas na poesia (Ezra Pound) e na filosofia (Kierkegaard). A análise dos dados mostrou que o recurso do Endosso foi mais realizado no propósito comunicativo de “avaliar a obra”. Uma possível explicação para este resultado seja o fato de que no processo de apreciação da obra, que é prioritariamente realizado neste propósito, o resenhista utilize-se de vozes externas para dar mais credibilidade a suas afirmações, tornando sua voz mais autorizada.

#### 5.4.6 O recurso lingüístico da Cogitação

A realização do recurso da Cogitação, de acordo com Martin e White (2008), implica na percepção de um público-alvo que não compartilha o mesmo ponto de vista do resenhista. Daí, a necessidade de apresentação de uma postura que se coloca como uma dentre as demais existentes, ou seja, uma postura que não é de confronto como a observada na Pronúnciação, por exemplo. Essa consequência retórica foi identificada em todos os propósitos comunicativos das resenhas não-acadêmicas. O quadro 19 ilustra a materialização deste expediente lingüístico.

Quadro 19: O recurso da Cogitação resenhas não-acadêmicas.

Propósitos comunicativos	Exemplos
“Apresentar a obra”	(232) Se em sua estréia com <i>Tempestades de Aço</i> (1920), feito a partir de seus diários como soldado do exército imperial alemão, Jünger ajuda a inflar o sentimento de revanche relatando suas experiências no front e fazendo um primeiro apelo pelo rearmamento da Alemanha; em <i>Nos penhascos de Mármore</i> , o escritor <u>parece querer traçar um caminho contrário</u> , fazendo a crítica aos totalitarismos através de uma alegoria que tem como protagonistas dois intelectuais: o próprio narrador, anônimo, e seu irmão Otho, ambos moradores de Marina, uma região imaginária descrita em tons idílicos, na qual os dois vivem de estudar as palavras e a natureza. (OP131208)

“Apresentar o autor”	(233) O próprio Marlowe era uma expressão dessa desilusão – embora tivesse resolvido o problema do desemprego ainda na universidade, alistando-se no serviço secreto. A natureza de suas atividades é ainda obscura. <u>Provavelmente, teria de se infiltrar entre os católicos, recolhendo informações sobre qualquer conspiração "papista" contra a Inglaterra anglicana.</u> (RV240107)
“Descrever a obra”	(234) Em “Aluga-se Esta Pena”, o autor <u>pode parecer preocupado em analisar o que fazem os escritores mercenários</u> , aqueles que são contratados para transformar filmes em livros num processo de “romantização”. (GP231207)
“Avaliar a obra”	(235) Toda a narrativa <u>parece sussurrar aos ouvidos dos leitores a chegada de um desfecho trágico</u> , que, logicamente não será narrado aqui, no espaço exíguo de uma resenha. (HD260907)
“Avaliar o autor”	(236) <u>Acho que os autores do livro têm perfeito comando desses fatores.</u> (DC120507)
“Discutir um tema”	(237) <u>Provavelmente não tenha sido tão divertido, ou engraçado, ter convivido com ele e seus altos e baixos.</u> (GP051207)
“Recomendar a obra”	(238) Enfim, estas são algumas razões para ler este livro. Em verdade, no conjunto, a obra atesta que devemos confiar na cultura da Civilização. <u>É preciso crer nas luzes de seu conhecimento e verificar que sempre é tempo de enaltecer as grandes obras da Humanidade.</u> (DC120507)

As Cogitações realizaram-se nas resenhas acadêmicas através de verbos e de advérbios modais, diferente do que identificou Carvalho (2002) que observou a recorrência, em resenhas acadêmicas, apenas de advérbios. Essa diferença pode representar mais um indício de que os resenhistas da comunidade jornalística utilizam uma gama maior de recursos para expressar seu ponto de vista.

Nos exemplos do quadro 19, a Cogitação assume diferentes funções retóricas, tais como: apresentar uma possível interpretação sobre as pretensões e ações do autor da obra (ver excerto (232) e (233)) ou sobre o valor da obra (ver excerto (238)); ou realiza conjecturas sobre as ações desempenhadas pelo autor (ver excerto (234)) ou sobre a convivência com o biografado (ver excerto (237)); ou apresenta suas impressões sobre a narrativa (ver excerto (235)) ou sobre os autores do livro (ver excerto (236)). Em suma, o resenhista deixa bem claro para o leitor que a opinião que é apresentada é pessoal, subjetiva e não ele não precisa necessariamente concordar com ela. As interpretações, conjecturas e impressões podem ter o efeito de se solidarizar com a audiência na medida em que ele não a enfrenta, apresentando seu ponto de vista com cautela. Especificamente, no excerto (235), o produtor compartilha com o leitor as sensações que teve ao ler o livro e essa estratégia retórica pode levar o público-alvo a se solidarizar com o resenhista, estabelecendo-se, assim, um espaço de negociação.

O propósito comunicativo de “avaliar a obra” também realizou outras conseqüências retóricas para o recurso da Cogitação que foram: alinhar-se com a autora do livro e preparar o terreno para a inserção de críticas de outra natureza. A maior diversidade de efeitos retóricos neste propósito pode se explicar pelas mesmas razões já citadas

anteriormente, é neste propósito comunicativo que o resenhista vai utilizar de diferentes estratégias para persuadir seus leitores.

A realização desse recurso é um diferencial entre as resenhas acadêmicas e as não-acadêmicas. Ou seja, Carvalho (2002) não identificou em seu *corpus* de Língua Portuguesa a atenuação da avaliação emitida. O que se pode inferir dessa constatação é que nas resenhas não-acadêmicas, o resenhista assume uma postura muito mais aberta ao diálogo do que em resenhas acadêmicas.

#### **5.4.7 O recurso lingüístico da Atribuição (Reconhecimento e Distância)**

De acordo com Martin e White (2008), é através da Atribuição que há uma dissociação entre a voz autoral e a voz externa. A Atribuição se realiza através dos verbos *discendi* e na Atribuição do tipo Reconhecimento não há indicações de que, pelo menos no que se refere ao verbo, de que a voz do autor se posiciona em relação à voz externa. Isso não quer dizer que não haja sinais de que o resenhista apóia ou rejeita a voz externa. Já na Atribuição do tipo Distância não há nenhuma indicação de que o resenhista se posiciona quanto a essa voz.

A Atribuição-Reconhecimento realizou-se em quase todos os propósitos comunicativos, exceto no propósito de “recomendar a obra”. Já a Atribuição-Distância realizou-se nos propósitos de “apresentar a obra”, “apresentar o autor”, “descrever a obra”, “avaliar a obra” e “discutir um tema”. Mais uma vez, um dos recursos lingüísticos do Comprometimento, a Atribuição-Distância, não se realizou na recomendação do livro. Comparando a realização dos dois tipos de recursos, a Atribuição-Reconhecimento materializou-se em uma frequência bem maior. No que se refere ao uso da Atribuição-Distância, podemos supor uma possível relação entre resenhas mais informativas e os usos deste recurso.

Essa afirmação é também proveniente da declaração de uma das jornalistas da revista “Isto é” que nos afirmou que produz “matérias” e não resenhas. Sem entrar em maiores detalhes sobre a denominação utilizada pela informante, as “matérias” diferem das resenhas porque são menos subjetivas e realizam com menor recorrência o propósito de “avaliar a obra”, daí ser possível estabelecer essa conexão.

Outro aspecto que merece destaque é em relação aos efeitos retóricos dos tipos de Atribuição, ou seja, na Atribuição-Distância, a conseqüência retórica foi apresentar o



resenhista como um mediador de informações alheias e demonstrar neutralidade diante da voz que é apresentada. Os excertos (239) e (240) ilustram como o recurso da Atribuição-Distância promove esse efeito retórico.

EXCERTO 239

Hosseini, radicado nos EUA desde 1980, diz que já tinha o livro na cabeça há muito tempo. Mas teve a convicção de que precisava escrevê-lo quando esteve em Cabul em 2003 e viu de perto a condição feminina no Afeganistão. “Vi mulheres de burca com cinco, seis crianças pedindo esmolas. Estive com muitas delas e ouvi casos muito tristes, alguns terríveis. Todas essas histórias voltaram na minha mente quando eu comecei a escrever o livro em 2004”, disse Hosseini numa recente entrevista. (RIE080807)

EXCERTO 240

“A arte virou uma escada da sociedade em que os pintores precisam ser arroz-de-festa para vender seus quadros. Pablo Picasso foi o que melhor soube se autopromover, mas não era o mais talentoso do seu grupo”, diz Petit. (RIE101007)

No primeiro trecho, a Atribuição-Distância se realizou no propósito comunicativo de “apresentar a obra” e o resenhista explica a origem do livro a partir do uso do discurso indireto e das palavras do próprio autor. O trecho deixa evidente o distanciamento do resenhista diante das informações, se isentando de qualquer responsabilidade. No segundo exemplo, o resenhista descreve a postura adotada pelo autor da obra a partir do uso do discurso direto. A leitura global dos dois textos não dá indicativos de que o resenhista se posiciona em relação às vozes apresentadas. Um exemplo interessante é a realização deste recurso no propósito comunicativo de “discutir um tema”, haja vista este tipo de recurso não ser esperado em porções textuais que tem o papel de levantar discussões em torno de um temática e nessa discussão tomar partido. Contudo, na resenha sobre o livro “O crime de Napoleão” uma parte do texto é destinada a apresentar pontos de vista que se desalinham com o do autor do livro que, por sua vez, sustenta a tese de que Hitler teria se inspirado em Napoleão. No excerto 241, ilustramos nossa afirmação.

EXCERTO 241

Em uma crítica do livro publicada no jornal *Le Monde*, Jérôme Gautheret argumenta que “as execuções foram de uma violência extrema, mas nada prova a existência de um plano de extermínio secreto”. Segundo o bonapartista Pierre Branda, Hitler dificilmente teria acesso a esse tipo de informação, já que dois livros de historiadores haitianos que serviram de referência para o autor, publicados no século XIX, nem sequer haviam sido lançados na Europa: “O ditador alemão não precisava ir tão longe, pois a Primeira Guerra Mundial não foi avara nesse tipo de extermínio.” (RIE160708)

O desalinhamento com o autor é apresentado a partir das vozes dos autores não nomeadas dos livros didáticos e de um crítico de livros. O fato é que o resenhista se apresenta de forma neutra e o não envolvimento nesta contenda pode ser ainda confirmado no seguinte enunciado: “Tenha se inspirado ou não nas táticas de guerra do ídolo, uma coisa tinha em comum com ele: a mesma aversão pelo povo judeu.”. Em geral, quando o resenhista traz à baila diferentes vozes tem a intenção de tornar a sua posição mais autorizada, haja vista

apresentar-se alinhada com a de uma determinada autoridade ou traz à cena uma voz externa com a finalidade de suplantá-la. No caso deste exemplo, parece que o resenhista quer demonstrar “objetividade”<sup>280</sup> diante das informações que apresenta.

Através do recurso lingüístico da Atribuição-Reconhecimento, o resenhista pode introduzir em seu texto diferentes fontes (identificadas, não-identificadas, de indivíduos, de grupos, dentre outras) conduzindo efeitos retóricos diferenciados. O quadro 20 ilustra algumas dessas conseqüências retóricas em diferentes propósitos comunicativos.

Quadro 20: O recurso da Atribuição em resenhas não-acadêmicas.

<b>Propósitos comunicativos</b>	<b>Exemplos</b>
“Apresentar a obra”	(242) <u>Reza o folclore que sua propalada timidez dificultava um pouco seu convívio com estranhos.</u> Nas suas andanças pelo calçadão de Copacabana, o escritor costumava evitar o contato com desconhecidos. Este é um dos mitos que caem por água abaixo após a leitura de «Dossiê Drummond», livro do jornalista Geneton Moraes Neto, [...] (HD090907)
“Apresentar o autor”	(243) <u>No lançamento do livro no Brasil, Burroughs declarou à imprensa o seguinte:</u> 'Sei que tive uma infância difícil, meio maluca, mas, na verdade, posso me considerar uma pessoa de sorte, porque aquela experiência me ajudou a desenvolver qualidades úteis para toda a vida. Sabia, mesmo quando criança, que aquele período era único e que estava atravessando uma fase que me seria útil na vida adulta. Aprendi, por exemplo, a não me importar obsessivamente com o que as pessoas pensam ou esperam de mim. Sempre fui uma pessoa forte, habilidosa, qualidades desenvolvidas em função da infância problemática. (CP080907)
“Descrever a obra”	(244) "O Verão Perigoso é uma cuidadosa descrição das coisas brutais, maravilhosas e perturbadoras que aconteceram durante uma temporada na Espanha", <u>escreveu no prefácio James A. Michener</u> , autor contemporâneo de Hemingway. (RE050207)
“Avaliar a obra”	(245) O poeta é aquele a quem o mundo como existe não basta - <u>assim discursou Francisco Campos</u> , recepcionando Augusto Frederico Schmidt, na década de 40. Se naquela época os poetas brasileiros retomavam estruturas antigas na construção de poemas, privilegiando sonetos, elegias, poesia como a de Elisa reafirma aquela verdade mas segue em direção oposta. (ESP270507)
“Avaliar o autor”	(246) Masuda não transige na sua vontade de mudanças "ocidentais" no Afeganistão. Mas também é generosa com a cultura de seu país. "Sou uma otimista", <u>diz ela</u> . "Não poderia trabalhar no Afeganistão se não fosse." (RV280207)
“Discutir um tema”	(247) Quase três décadas se passaram e o kitsch ainda segue firme na arquitetura brasileira. “Ela está viva nos subúrbios e nas periferias dos grandes centros urbanos. Um sinal de sua pujança é o ‘neo-kitsch’, que incorpora em sua estética elementos novo-ricos como o estilo ‘colonioso’, o vidro blindex fumé, o alumínio, estátuas gregas nos jardins e o uso indiscriminado de ladrilhos hidráulicos nas fachadas e nos interiores das moradias”. (GP080907)

No excerto (242), ao introduzir um tópico que tenha relação com a obra, o resenhista traz à baila uma voz tida como sendo do senso comum para suplantá-la. Nesse

<sup>280</sup> A questão da objetividade e da subjetividade do discurso da mídia é discutida a partir da análise da avaliação em Iedema, Feez e White (1994).

trecho, o produtor desalinha-se com esta fonte para em seguida através de sua voz autoral apresentar seu posicionamento sobre a questão (o comportamento social de Drummond). Nesse caso, o efeito retórico foi de apresentar um ponto de vista discordante para desconsiderá-lo, essa ação retórica faz com que o resenhista não endosse tal fonte. Já no excerto (243), a voz do autor da obra tem a função de confirmar uma informação, dando, pois, mais credibilidade ao posicionamento do resenhista. Essa assertiva é demonstrada quando identificamos em outras passagens da resenha a voz autoral do resenhista afirmando que o autor “teve uma infância realmente atribulada” ou “uma infância tumultuada”, que a família do autor é “muito louca” de modo que o depoimento do autor afiança a voz do resenhista.

O excerto (244), por sua vez, apresenta o posicionamento de um ser individual identificado e tem como consequência retórica reforçar a valoração positiva que é feita da obra, haja vista o resenhista já ter afirmado que o livro é “um dos mais emocionantes” que o autor já produziu. Já no excerto (245), o resenhista alinha-se com outra voz para introduzir uma valoração positiva mais forte da obra. Esses efeitos retóricos mostram como outras fontes são úteis no processo de Apreciação da obra. O recurso da Atribuição também pode ter com função dar mais autenticidade às afirmações realizadas pelo resenhista como é o caso do excerto (246). Nele, é introduzida a voz da própria autora que confirma o que o resenhista já havia afirmado sobre a postura americana e afegã da autora. E, por fim, a Atribuição-Reconhecimento pode ter como consequência retórica o alinhamento do resenhista com o autor da obra, como pode ser visualizado no excerto (247). O resenhista apresenta seu ponto de vista sobre a arquitetura kitsch e em seguida traz uma voz mais autorizada para reafirmar o que havia afirmado anteriormente. Essa fonte autorizada é simplesmente a autora da obra resenhada.

Através da Atribuição, seja do tipo Reconhecimento, seja do tipo Distância, o resenhista introduz no diálogo uma fonte externa, abrindo, portanto, a perspectiva dialógica. Essa voz externa que é introduzida tem diferentes funções, ora se alia a voz autoral, ora se desalinha, ora compartilha com o leitor pontos de vista, ora se distancia. O fato é que os recursos da Atribuição são bastante utilizados em resenhas não-acadêmicas e em praticamente todos os propósitos comunicativos. Isso sem falar na voz do próprio autor da obra que é inserida, seja para ilustrar uma avaliação do resenhista, seja apenas para antecipar para os leitores trechos da obra. Especificamente, o propósito comunicativo de “descrever a obra” apresentou uma alta frequência de materialização da Atribuição por causa do movimento retórico de *citar a obra*.

A inserção de passagens da obra resenhada também se mostrou bastante freqüente em resenhas acadêmicas, segundo Carvalho (2002) a maioria das citações que apareceram em seu *corpus* concentrou-se no segundo movimento retórico que descreve e avalia partes específicas da obra. Esse resultado guarda convergência com o que identificamos em resenhas não-acadêmicas e confirma o que já era esperado, a reprodução de passagens da obra, em geral, encontra-se no propósito comunicativo de “descrever a obra”. A afirmação de Carvalho (2002, p. 159) pode caracterizar também as resenhas não-acadêmicas. Segundo a autora:

Os resultados obtidos através do levantamento dos recursos que indicam o comprometimento do avaliador apontam em uma direção: em uma resenha acadêmica a responsabilidade da avaliação cabe exclusivamente ao resenhista; assim, as citações e paráfrases contêm, nos verbos que as introduzem e nos segmentos textuais que as seguem, indicações de como ele as avalia. O discurso relatado traz a voz do outro para o texto da resenha, é verdade; mas a voz do resenhista se sobrepõe àquela, pois é ele quem, afinal a elogia ou critica – pois este é seu trabalho. Mesmo quando o outro avalia, cabe ao resenhista concordar com ou discordar da avaliação proposta, avaliação esta que é inserida na resenha porque o resenhista assim escolheu (já tendo sofrido uma seleção e conseqüente avaliação prévia!) e serve de trampolim para que ele registre seus próprios pontos de vista. Desta forma, o dizer do outro é retomado em prol do objetivo do resenhista, que é emitir seu próprio Julgamento ou Apreciação.

Nesse sentido, concordamos com Carvalho (2002) quando a autora apresenta a imagem do resenhista como um “maestro” que orchestra diferentes vozes e essas vozes são utilizadas em prol de seus intentos comunicativos. Acrescentamos, apenas que, de um modo geral, em resenhas não-acadêmicas mais avaliativas as fontes externas estão diretamente relacionadas ao fazer persuasivo do resenhista, enquanto que em resenhas não-acadêmicas mais informativas essas vozes externas tem outras funções retóricas, como por exemplo apresentar neutralidade diante das informações que são apresentadas.

### **5.5 A avaliação em resenhas não-acadêmicas**

Nesta parte do trabalho, a partir da análise de dois textos, apresentaremos como se dá interação entre a Atitude e o Engajamento em resenhas não-acadêmicas e como essa interação constrói o modelo do putativo leitor e a imagem do resenhista diante de sua audiência. Essa intenção se justifica pelo fato de que ao longo do trabalho oferecemos apenas interpretações de extratos das resenhas. O primeiro texto é uma resenha publicada na revista “Veja” no dia dezessete de outubro de dois mil e sete e se desenvolve dentro do paradigma negativo e da categoria Julgamento do autor. O segundo texto é uma resenha publicada no jornal Estado de São Paulo no dia seis de maio de dois mil e sete e se desenvolve dentro do

paradigma positivo e da categoria Apreciação da obra.

## TEXTO 06: Memórias de um hipócrito

Código:  Afeto,  Julgamento (explícito e implícito),  Apreciação (explícita e implícita),  Comprometimento.

### A confissão tardia do passado nazista do Nobel alemão Günter Grass é só cortina de fumaça

O historiador alemão Joachim Fest disse que não compraria um carro usado do escritor Günter Grass. O comentário veio a propósito da revelação, no ano passado (um mês antes da morte de Fest), de que Grass havia servido na Waffen-SS, o braço combatente da tropa de elite nazista que conduziu o genocídio. O escândalo que a revelação causou na Alemanha não se devia tanto ao fato. Aos 80 anos, Grass é parte de uma geração de alemães que dificilmente escaparia de algum envolvimento com o nazismo. O filósofo Jürgen Habermas e o papa Bento XVI serviram na Juventude Hitlerista alemã durante a II Guerra. O problema é a hipocrisia do autor do romance *O Tambor*. Por muito tempo, Grass se arvorou no posto de consciência da nação, exigindo a plena exposição do passado nazista. Duradoura polêmica no mundo literário alemão e mundial, a confissão de Grass chega agora às livrarias brasileiras, com o livro de memórias *Nas Peles da Cebola* (tradução de Marcelo Backes; Record; 420 páginas; 60 reais). A obra confirma o veredicto de Fest: Grass, como um revendedor de carros picareta, treinou sua retórica para disfarçar a desonestidade.

Intelectuais e políticos europeus volta e meia são assombrados pelo passado totalitário (veja o quadro). François Mitterrand, presidente francês de 1981 a 1995, só admitiu sua participação no infame governo colaboracionista de Vichy em 1994. Mais recentemente, a Polônia tem vivido uma espécie de purgação nacional, expondo a ficha dos que trabalharam para a polícia secreta comunista. Alguns dos acusados parecem ter apenas buscado soluções de compromisso que permitissem a sobrevivência em um estado policial. Não foi o caso de Grass, que acreditou em Hitler. *Nas Peles da Cebola* cobre o período que vai da infância de Grass, em Danzig (então uma cidade alemã, hoje incorporada ao território polonês, com o nome de Gdansk), à publicação de *O Tambor*, no fim dos anos 50. Pretende narrar a formação do escritor, com a típica trajetória heróica que inclui as agruras do subemprego e da fome antes da conquista da glória literária. A pedra no meio desse caminho iluminado é o nazismo. Grass já havia assumido sua participação na Juventude Hitlerista. Também contou do serviço militar voluntário em uma bateria antiaérea. Mas o prêmio Nobel de 1999 nunca antes admitira sua passagem pela Waffen-SS. "Eu me neguei durante décadas a confessar a mim mesmo o contato com a palavra e a letra dupla. O que eu havia aceitado com o orgulho estúpido de meus anos jovens queria esconder de mim mesmo depois da guerra", escreve Grass. Essa aparente compunção escamoteia o cerne da polêmica: o que Grass confessa ou não a si mesmo é, afinal, problema dele. O escândalo está no fato de ele não ter revelado essa mancha em sua biografia à sociedade alemã que ele com tanta insistência instou a assumir os crimes do passado.

O mea-culpa de Grass é uma estratégia patética para manter a posição de bússola moral da Alemanha do pós-guerra. O escritor fala de seu silêncio quando um camarada de escola sumiu de sua classe – só depois da guerra Grass veio a saber que o pai desse colega era um preso político. Seria de esperar que um garoto que mal tinha espinhas na cara se levantasse contra a Gestapo para perguntar pelo amiguinho sumido? Claro que não. Trata-se de um expediente fácil: para fugir da culpa que efetivamente teve, Grass se atribui pecados que não cometeu. Sempre que se aproxima de matéria delicada, porém, o memorialista mostra-se evasivo. Usa a terceira pessoa para falar de seu tempo de jovem hitlerista, como quem sugere uma distância entre o provento escritor esquerdista e o fedelho nazi. E o que o menino que mais tarde entraria para a Waffen-SS pensava dos judeus? Grass não examina esse tópico embaraçoso. Prefere sugerir que as propensões artísticas e o temperamento solitário faziam do menino que ele foi um nazistinha imperfeito. Grande balela: muito nazistão graduado nutria ambições estéticas, a começar pelo próprio Hitler.

Em uma resenha no *The New York Review of Books*, o historiador inglês Timothy Garton Ash lembra que Grass deu horas de depoimento ao biógrafo Michael Jürgs – e nunca sequer aludiu à sua passagem pela Waffen-SS. "Não é apenas 'silenciar' o passado. Eu diria que isso conta como uma mentira", diz Ash, com acerto. O historiador, no entanto, é generoso com as qualidades literárias de Grass. Quando o escândalo esfriar, diz Ash, *Nas Peles da Cebola* ficará como um magistral livro de memórias. Não é bem assim. Um editor que não se intimidasse com a reputação do Nobel poderia cortar no mínimo um quarto desse livro palavroso. *Nas Peles da Cebola* tem uma tendência a digressões rebarbativas.

Grass repisa a imagem da cebola, com suas várias camadas, como representação da memória – e, quando essa metáfora **ordinária** já não funciona, ele se socorre na figura do âmbar, matéria translúcida em cujo interior se vêem insetos aprisionados no passado. A imagem correta para as memórias de Grass, porém, seria outra: a **cortina de fumaça**.

Embora nossa investigação não tenha se detido nos títulos do *corpus* das resenhas, neste texto o título é temático e já antecipa para o leitor uma visão do ponto de vista que o produtor irá defender no desenvolvimento de todo o texto: o autor faltou com a verdade ou nas próprias palavras do resenhista - ele é um “hipócrita”<sup>281</sup>. O intertítulo da resenha também ratifica para a audiência o Julgamento do autor e antecipa a valoração da obra, resumindo, pois a interpretação do resenhista sobre o escritor e o livro resenhado. Essa afirmação é confirmada através da unidade lexical “tardia” que faz um Julgamento negativo do autor e através da metáfora “cortina de fumaça” que faz uma valoração negativa da obra. Essa metáfora é retomada no final do texto e é a imagem que o resenhista quer deixar para o seu leitor sobre o livro analisado. Ela funciona dentro do texto como uma estratégia argumentativa para convencer o leitor do que seja o livro.

A estratégia retórica principal utilizada pelo resenhista é do Julgamento do autor de modo que a Apreciação da obra é colocada em um segundo plano. Várias unidades lexicais confirmam essa assertiva, tais como: “hipócrita”, “picareta”, “aparente compunção”, em referência ao comportamento social do autor. O que chama a atenção neste texto é que ao contrário das resenhas em geral, o produtor utiliza as categorias da Sanção Social que valoram o quão honesto foi o escritor. Embora, o próprio informante especialista afirme que não é comum realizar este tipo de análise, conforme está ilustrado na declaração 93.

(93) *Em geral, não. Mas, se o autor de um livro de não-ficção for alguém que se apresente como algum tipo de régua moral de seu país ou do mundo, faz sentido avaliar o quanto essa atitude é coerente ou hipócrita – penso aqui, por exemplo, no caso de Günter Grass.* (IE13)

Semelhante justificativa é explicada aos seus leitores quando afirma que “Por muito tempo, Grass se arvorou no posto de consciência da nação, exigindo a plena exposição do passado nazista”. Essa visão conduz à apresentação do resenhista como um indivíduo crítico que prima pelo bem-estar moral, fechando-se para qualquer opinião que venha opor-se a seu ponto de vista. As Negações que aparecem na resenha materializam essa imagem do resenhista como em: “Não foi o caso de Grass, que acreditou em Hitler” e em “Não é bem assim”. Na primeira oração, o resenhista exclui o autor do grupo de sujeitos que se

---

<sup>281</sup> Segundo Travassos (2007, p. 59), os títulos são temáticos quando “são encaixados na estrutura do texto e representam macroproposições textuais. Fornecem ao leitor uma visão dos conteúdos tratados e propiciam uma entrada seletiva, ativando esquemas importantes que correspondem às intenções do autor”.

envolveram com o governo de Hitler e buscavam apenas a sobrevivência em um período difícil. Na segunda oração, o autor rechaça uma voz externa que valoriza a obra.

Diferentes recursos lingüísticos, tais como: as Negações, as Atribuições e as Contraposições servem para demonstrar que a voz autoral se sobrepõe às demais que são inseridas ou assimiladas no texto. Nessa esteira, o resenhista traz para o diálogo diferentes vozes e estas vozes servem ao desenvolvimento de sua estratégia retórica que é dar a conhecer o escritor tal como ele é. Um exemplo dessa afirmação é a utilização da voz do próprio autor para explicar seu silêncio: “Eu me neguei durante décadas a confessar a mim mesmo o contato com a palavra e a letra dupla. O que eu havia aceitado com o orgulho estúpido de meus anos jovens queria esconder de mim mesmo depois da guerra’, escreve Grass.”. Essa voz é interpretada negativamente, pois o resenhista afirma que isso não passa de uma “aparente compunção”. Como é possível perceber, há uma interação entre os diferentes recursos da avaliação, a Atribuição e o Julgamento do autor.

Outro aspecto que merece ser ressaltado é o fato de o resenhista apresentar-se como um indivíduo que defende a ética das relações sociais, promovendo assim uma negociação de solidariedade com seu leitor, haja vista haver um compartilhamento de valores entre os interlocutores (escritor/resenhista e leitor/público-alvo). Essa percepção está ilustrada na resposta à pergunta retórica feita pelo resenhista em “Seria de esperar que um garoto que mal tinha espinhas na cara se levantasse contra a Gestapo para perguntar pelo amiguinho sumido? Claro que não.”. Nesse sentido, o leitor é apresentado como um indivíduo que compartilha as crenças e os valores do resenhista e não se mostra resistente às suas interpretações de modo que a voz autoral reina soberana, assumindo ou dividindo responsabilidades com vozes externas que são inseridas no texto. O texto 06, apresenta um paradigma de avaliação diferente do texto 07.

#### TEXTO 07: **Riqueza** que nasce dos **excessos**

Código:  Afeto,  Julgamento (explícito e implícito),  Apreciação (explícita e implícita),  Comprometimento.

#### **Nostromo, de Joseph Conrad, merece ser reavaliado por seu caráter **inquisidor** e **inquietante****

As respostas do mundo nunca esgotam as perguntas de um clássico. Nostromo é um livro **datado**: suas personagens **não existem mais** no cotidiano, os conflitos políticos que descreve foram **substituídos**, a estrutura narrativa a que pertence **desconstruída**, e a América Latina **vai além dos lugares-comuns que professa**. É **datado**, e **críticável**: Vargas Llosa o considerou um romance **preconceituoso** e **limitado**; Naipaul elogia sua **prosa eficiente**, mas a acusa de ser **pouco luminosa** na exatidão concreta do mundo que abarca; Achebe o tem como **mais um exemplo da pouca preocupação de Joseph Conrad em ir além da superfície das personagens coloniais de sua obra**; Nabokov considera uma aventura para crianças e jovens **destruída** em sua premissa simples por uma **ingênu**a pretensão; e Forster ironiza sua **incapacidade** de trazer o mundo concreto ao leitor numa prosa afeita

mais à retórica vazia que à verdadeira substância.

O tempo está contra Nostromo; as vanguardas estão contra Nostromo; a complexidade da economia global nega Nostromo; o fim do terceiro-mundismo supera Nostromo. Porém, uma leitura menos cínica do livro tem crescente impacto. Num primeiro momento, parece que todas as críticas procedem: as personagens são caricatas; as descrições da natureza são antiquadas; a geografia construída irreal; a retórica muitas vezes imprecisa, e incômoda - tudo parece confirmar os vaticínios. No entanto, as respostas fáceis tornam-se, gradualmente, insatisfatórias; e, aos poucos, justo pela teatralidade de sua ação, a artificialidade de seu espaço geográfico, o esquematismo de seu pensamento político, a imprecisão constante das personagens, Nostromo assalta as certezas do leitor metamorfoseando-se num ensaio narrativo instigante sobre o funcionamento problemático do idealismo no centro nervoso da máquina política que rege a sociedade - uma metáfora, em carne viva, da intromissão do acaso e da passionalidade na fria construção progressista por trás de qualquer plataforma política liberal. O que era datado se torna pertinente; o pertinente, inquietante; o inquietante, inquisidor; e o inquisidor, matéria-prima de um clássico verdadeiro, e agora então, inegável.

Para escrever Nostromo, Conrad usou suas lembranças de marinheiro. Mas ao contrário de suas narrativas anteriores, construiu um país para ambientar sua trama. Costaguana é a colagem de várias geografias que Conrad frequentou; nela, juntou retalhos de pessoas, experiências comerciais. Em Nostromo há algo de tudo que sentiu e o universo político que rege o romance é um amálgama de todas as administrações coloniais com que teve que lidar. O mundo do imperialismo é a cenário do desterro: com mais velocidade que o fruto da exploração colonial percorre o mundo, a gente de todo lugar se perde pelos continentes. Após a vivência isolada do colonialismo inglês, francês e belga, ao criar Costaguana, Conrad engendra o palco de uma sociedade global. São negros, são índios; espanhóis, nativos; italianos, franceses, ingleses; o narrador de Nostromo é um Próspero inventando na enseada de Sulaco o mundo por vir. E é um mundo realmente inventado, abertamente livresco; tirado de relatos de viagens consumidos por Conrad, de testemunhos pouco confiáveis de uma América que não existiu da mesma forma como foi relatada. Essa Costaguana, país fictício, vive a instabilidade política de uma sociedade esgotada em seus recursos; estagnada, no início do romance os motins e revoluções acontecem apenas pela luta do poder pelo poder. Administração sem lei, Costaguana tem um ambiente onde a personalidade influencia mais na política que as idéias. O narrador constrói detalhadamente o vazio em que as personagens parecem agir; não há movimentos, há turbas, há atitude pela inércia, há gritos alimentado pela necessidade de ruído. Toda essa energia encontrará um objetivo quando uma antiga mina de prata é reativada. A instabilidade agora tem um foco; e esse foco será a ruína de um país.

Uma das principais personagens do romance é Charles Gould, um homem que acredita no progresso. Ao reativar as minas, sonha a modernização de Sulaco. Seu mundo é regido pelo progresso estabelecido a partir de metas e ordem. Ele será o catalisador, com sua empreitada bem-sucedida, de todas as revoluções e contra-revoluções que agitam a trama. Sua mentalidade é a do colonizador, do homem que traz luz à sociedade a partir da tecnologia, da inovação; só não contava que essa mesma sociedade lhe responderia de forma tão imprevisível. O sucesso econômico da mina acaba por desestabilizar toda política da região. Um de seus aliados é o Doutor Monygham. Ele é o contrário de Gould. Enquanto o último é cego e não consegue perceber o mundo ao seu redor, Monygham tem traumas que lhe fazem um homem pragmático e desencorajado. Ele reconhece a transitoriedade dos regimes políticos; sentiu na carne a ação impositiva do desejo cego das autoridades, e consegue reconhecer a oscilação entre caos e tirania de Costaguana. Ele vê no conflito entre os líderes políticos, apesar de toda defesa pela democracia e liberdade, a mesma mão da tirania que lhe torturou e massacrou. O terceiro protagonista é Martin Decoud, jornalista de idéias liberais, que defende as mudanças políticas na região por ter presenciado o sucesso delas na Europa, mas que pela paixão repentina e instabilidade volátil da situação ao seu redor vai aos poucos trocando as convicções políticas pela sedução do oportunismo. A contra-revolução está armada, mas lhe falta um líder: esse homem é Nostromo - o carismático e cativante marinheiro. Ele será o rosto a colocar em movimento todos os sonhos, os desejos mesquinhos e nobres, e instáveis, das outras personagens do romance.

A riqueza do romance Nostromo nasce de seu excesso verbal. É reconhecível a curiosa filiação de Conrad ao trabalho de outro grande romancista da época, Henry James. Os dois são mestres na construção metódica de pontos de vistas. São mestres na exploração do tempo narrativo, na sua expansão repleta de gestos e palavras silenciadas, da arte do excesso, da multiplicação das sobras. São mestres da orquestração esteticamente egoísta desse mundo que descrevem. A riqueza do romance de James e Conrad não está no respeito dos diversos registros, em dar a todas as vozes um espaço privilegiado e neutro e de igualdade no corpo narrativo. James é gentil demais; Conrad, mais nu em suas intenções, esconde-se por trás de prefácios simpáticos e cartas ruminativas. Todo grande criador, no entanto, acaba por ser autoritário, e isso é desejável; a obra-prima nunca foi espaço para democracia, deseja-se sempre o engenho de uma mente poderosa por trás da orquestração da linguagem; e o que importa num escritor é a maneira como seu pensamento agride o mundo e o transforma.



Os **múltiplos** pontos de vista do romance Nostromo, o fato de que se lê o mesmo acontecimento a partir de diversos olhares, **não gera nunca a ilusão pretensamente liberal de obra aberta em sentidos e interpretações**; o que **incomoda** é a constante degradação mental e física das personagens, e a impressão de que tudo está ruindo com elas; o que **perturba** é o assédio constante e incansável de uma desencantada maneira nociva de encarar o processo político, a negação de qualquer sinal do narrador de que os crimes que acontecem ou as violências que as personagens sofrem fazem parte de qualquer lógica redentora. O que está ruim pode piorar. Os lugares-comuns que professa revelam, ao fim, **algo de verdadeiro** sobre a América Latina; mesmo após desconstruída, sua estrutura narrativa é **vivaz** e **persuasiva**; **não foram superados**, em essência, os conflitos políticos descritos com **certa teatralidade**; e no panorama cotidiano ainda existem suas personagens. Nostromo, afinal, **não é datado** - e às suas perguntas as respostas do mundo não esgotam.

Neste texto, assim como no anterior, o título e o intertítulo já adiantam para o público-leitor a avaliação do autor da obra. O título é temático e como é comum na comunidade jornalística é proveniente de uma passagem do texto (“Riqueza que nasce dos excessos” – “A riqueza do romance Nostromo nasce de seu excesso verbal”). A estratégia retórica principal utilizada pelo resenhista é apresentar as valorações consideradas negativas da obra como positivas. Desse modo, as afirmações que são feitas no início do texto são desconstruídas no final. Os excertos 248 e 249 ilustram esta afirmação.

EXCERTO 248

Nostromo é um livro datado: suas personagens não existem mais no cotidiano, os conflitos políticos que descreve foram substituídos, a estrutura narrativa a que pertence desconstruída, e a América Latina vai além dos lugares-comuns que professa.

EXCERTO 249

Os lugares-comuns que professa revelam, ao fim, algo de verdadeiro sobre a América Latina; mesmo após desconstruída, sua estrutura narrativa é vivaz e persuasiva; não foram superados, em essência, os conflitos políticos descritos com certa teatralidade; e no panorama cotidiano ainda existem suas personagens. Nostromo, afinal, não é datado [...]

Dentro dessa perspectiva, as unidades lexicais que servem para avaliar a obra vão assumindo diferentes efeitos de sentido. Se a “teatralidade”, por exemplo, é considerada, inicialmente, um característica negativa para a obra, será mais a frente considerada um aspecto positivo. Para a realização deste empreendimento textual, o produtor coloca em jogo vozes de diferentes personalidades que ele, inicialmente, endossa como está ilustrado no excerto 250.

EXCERTO 250

É datado, e críticável: Vargas Llosa o considerou um romance preconceituoso e limitado; Naipaul elogia sua prosa eficiente, mas a acusa de ser pouco luminosa na exatidão concreta do mundo que abarca; Achebe o tem como mais um exemplo da pouca preocupação de Joseph Conrad em ir além da superfície das personagens coloniais de sua obra; Nabokov considera uma aventura para crianças e jovens destruída em sua premissa simples por uma ingênua pretensão; e Forster ironiza sua incapacidade de trazer o mundo concreto ao leitor numa prosa afeita mais à retórica vazia que à verdadeira substância.

Assim, para a sustentação do ponto de vista do resenhista de que a obra é “críticável” foram apresentados diversos juízos de valores, provenientes de diferentes fontes. Essas vozes, por sua vez, são assimiladas à voz do resenhista que as endossa. Por outro lado,

a voz autoral apresenta-se superior na medida em que encontra explicações para demonstrar como os aspectos negativos da obra tornam-se positivos. Nesse sentido, podemos afirmar que os recursos lingüísticos da Apreciação, por exemplo, apresentam o resenhista como um sujeito de farta argumentação capaz de desconstruir concepções, criando outras como está ilustrado no excerto 251.

EXCERTO 251

O que era datado se torna pertinente; o pertinente, inquietante; o inquietante, inquisidor; e o inquisidor, matéria-prima de um clássico verdadeiro, e agora então, inegável.

O livro resenhado deixa de caracterizar-se como “datado” e passa a ser “um clássico verdadeiro”. Notemos, que ele não é qualquer clássico, dentro da categoria dos clássicos ele se insere no mais alto grau. Há, portanto, uma intensificação da valoração. Contudo, essa passagem da valoração negativa da obra para uma valoração positiva não se dá de forma abrupta, ela é costurada pelos recursos lingüísticos da Contra-expectativa e da Cogitação que são colocados em cena. O primeiro tem a função retórica de indicar uma outra linha de orientação para o seu leitor e o segundo funciona como degrau preparatório para a percepção de outros pontos de vista que não apenas o que foi apresentado e referendado anteriormente. Através da Cogitação, o resenhista busca negociar solidariedade com seus leitores apresentado a valoração negativa da obra como uma dentre diferentes possibilidades de interpretação do livro como pode ser observado no trecho 252.

EXCERTO 252

Porém, uma leitura menos cínica do livro tem crescente impacto. Num primeiro momento, parece que todas as críticas procedem: as personagens são caricatas; as descrições da natureza são antiquadas; a geografia construída irreal; a retórica muitas vezes imprecisa, e incômoda - tudo parece confirmar os vaticínios.

O uso do verbo modalizador “parecer”, mostra que as avaliações que foram feitas da obra indica apenas um modo de interpretá-lo. Antes, o resenhista já havia sugerido aos seus leitores que o livro pode ser visto sob uma diferente perspectiva se for realizada uma “leitura menos cínica”. Essa afirmação parece embutir uma crítica às fontes que foram inseridas, desdossando seus juízos de valor sobre o livro. Como é possível perceber há um desalinhamento com as fontes externas ao mesmo tempo em que uma busca de alinhamento com o leitor. A afirmação final da resenha mostra que o produtor encerra a questão, se fechando para o diálogo e não admitindo uma interpretação diferente para a obra que está sendo analisada. Para o autor, “Nostromo, afinal, não é datado - e às suas perguntas as respostas do mundo não esgotam”, opondo-se assim a assertiva inicial de que “Nostromo é um livro datado”.

Outra estratégia utilizada pelo resenhista para tentar captar a audiência é o

compartilhamento de suas impressões sobre o livro. Para tanto, ele utiliza as categorias do Afeto, buscando, assim, negociar solidariedade com seu público-leitor. O excerto 253 ilustra essa afirmação.

EXCERTO 254

[...] o que incomoda é a constante degradação mental e física das personagens, e a impressão de que tudo está ruindo com elas; o que perturba é o assédio constante e incansável de uma desencantada maneira nociva de encarar o processo político, [...]

Difícil ficará para a sua audiência não se convencer diante da voz autoral do resenhista que se evidencia em quase todo o texto. Isso porque o leitor foi conduzido a comungar com o resenhista suas percepções, seja pelo uso da categoria Afeto, seja pelo uso da Negação, seja pelo uso do Endosso, de modo que este não apresenta resistência à demonstração de seu ponto de vista. Neste sentido, podemos afirmar que o resenhista atua como um “jogador de xadrez” que sabe utilizar-se de fontes externas para tornar seu ponto de vista mais autorizado, sabe negociar com o leitor, mostrando para ele outras perspectivas de análise da obra e sabe, ao final, apresentar seu ponto de vista como único aceitável.

Considerando, a relação entre propósitos comunicativos e movimentos retóricos há, em geral, uma convergência entre as categorias de Julgamento do autor com o propósito de “avaliar o autor” e da Apreciação da obra com o propósito de “avaliar a obra”, aspecto naturalmente esperado haja vista o intento comunicativo favorecer a utilização desses recursos lingüísticos. Isso significa dizer que o texto 06 apresentou mais recorrência de valorações relacionadas ao Julgamento do autor, haja vista o propósito comunicativo de “avaliar o autor” se materializou mais vezes e que o texto 07 apresentou mais recorrência de avaliações relacionadas à Apreciação da obra pelo fato de conduzir mais informações que dizem respeito à avaliação do livro. Por outro lado, não afirmamos que não seja possível identificar o Julgamento do autor em passagens que avaliam o livro, como também Apreciação da obra em passagens que avaliam o autor. No excerto 254, retirado do texto 06, o resenhista analisa o *modus operandi* do autor e ao fazê-lo materializa uma Apreciação explícita negativa da obra.

EXCERTO 254

Grass repisa a imagem da cebola, com suas várias camadas, como representação da memória – e, quando essa metáfora ordinária já não funciona, ele se socorre na figura do âmbar, matéria translúcida em cujo interior se vêem insetos aprisionados no passado.

As duas resenhas que foram, aqui, analisadas representam duas diferentes perspectivas de resenhar na comunidade jornalística, uma que prioriza a avaliação do autor, outra que prioriza a avaliação da obra. Seria imprudência afirmar que representam o que pode ser considerado típico em resenhas não-acadêmicas, tendo em vista que a regra talvez seja exatamente a ausência dela. O que nos permite antecipar das resenhas analisadas é que

existem diferentes orientações retóricas e avaliativas e no que se refere à valoração, a diversidade de uso de diferentes categorias é a imagem mais representativa das resenhas não-acadêmicas.

## 5.6 Considerações adicionais

Após a análise do *corpus* a partir da perspectiva do sistema de Avaliatividade, é possível responder ao questionamento que motivou este investimento: quais os padrões de avaliação em resenhas publicadas em jornais e revistas brasileiras? Mas antes de sintetizarmos os resultados, destacamos que objetivamos apenas descrever como se materializaram a valoração nesses textos, pois nossa intenção não é prescritiva até porque o presente trabalho comunga com uma perspectiva de língua que se justifica apenas na interação social. Nessa esteira, os resultados indicam tão somente como se realiza a avaliação em resenhas não-acadêmicas. Assim, o apanhado geral da realização da valoração nos propósitos comunicativos de “apresentar a obra”, “apresentar o autor”, “descrever a obra”, “avaliar a obra” e “avaliar o autor” nos permite afirmar que a Apreciação da obra se coloca em um primeiro plano, e, em segundo plano está o Julgamento do autor.<sup>282</sup> O Afeto, por sua vez, apresentou uma baixa recorrência de realização. Em suma, as resenhas não-acadêmicas realizam mais a Apreciação da obra, seguido do Julgamento do autor e, por fim, da manifestação de seus sentimentos em relação à obra e ao autor. A tabela 19 ilustra a frequência de realizações de cada uma das categorias.

Isto significa dizer que a obra representa o ponto principal de avaliação dos resenhistas. É natural que tal resultado se manifeste, pois o objetivo comunicativo central das resenhas é realizar a apreciação de um produto cultural e no caso de resenhas de livro, a obra é o foco. Por outro lado, não podemos desconsiderar o índice de realização do Julgamento do autor, pois mesmo que realizado em menor recorrência é também um elemento de avaliação do resenhista, pois muitas vezes apreciar o livro pode significar avaliar o desempenho do autor ao desenvolvê-lo, por exemplo. No que se refere ao Afeto, este se caracteriza como uma ferramenta pouco usual nas mãos dos resenhistas. Em geral, o uso do Afeto indicou uma tentativa do resenhista de fazer com que o leitor compartilhe seu ponto de vista, negociando, destarte, solidariedade com os interlocutores (resenhista/público-alvo).

---

<sup>282</sup> Não incluímos neste panorama os propósitos comunicativos de “discutir um tema” e “recomendar a obra”, haja vista a baixa frequência de realização destes.

Tabela 19: Frequência de realização da Atitude em resenhas não-acadêmicas.

<b>APRECIACÃO</b>					
<b>Reação</b>		<b>Composição</b>		<b>Valor</b>	
Qualidade	Impacto	Engenharia		Qualidade	Impacto
186	71	378		186	71
<b>JULGAMENTO</b>					
<b>Estima Social</b>			<b>Sanção Social</b>		
Normalidade	Tenacidade/ Experiência	Capacidade	Normalidade	Tenacidade/ Experiência	Capacidade
64	15	36	64	15	36
<b>ATITUDE</b>					
<b>Realis</b>			<b>Irrealis</b>		
In/felicidade	In/segurança	In/satisfação		In/felicidade	In/segurança
24	-	-		24	-

Considerando apenas a categoria Apreciação da obra, as resenhas não-acadêmicas materializam com maior frequência a variável Composição/Engenharia e em menor frequência a variável Valor Relevância. Nesse sentido, resenhar a obra na comunidade jornalística significa principalmente analisar como os enredos se engendram, quais os diferentes efeitos de sentido dos recursos estilísticos, como os personagens e temáticas são abordadas, como se dá o processo de construção e desconstrução da linguagem, qual o tom do livro, que tipo de leitura o livro permite acessar, dentre outros aspectos. Parece que os leitores esperam que a obra seja dissecada para formarem seu ponto de vista ou esperam ser convencidos pelo resenhista. Enquanto que no contexto acadêmico, a valoração sobre o papel que o livro desempenha em uma dada subárea do conhecimento é uma informação relevante na comunidade acadêmica, no contexto jornalístico essa avaliação não é priorizada. Algumas razões podem explicar tal resultado: a quantidade de publicações que chega às mãos dos resenhistas é sempre muito maior do que o tempo que eles dispõem para dar conta de tantas obras e daí então não ser priorizado o espaço que o livro tem em uma dada área; o fato de os produtores resenharem obras de diferentes gêneros os tornam, normalmente, “clínicos gerais” não se especializando em um determinado gênero literário ou temática, por exemplo.

No que se refere ao Julgamento do autor, está em um primeiro plano a variável Mestria do autor, seguida da variável Normalidade e estão em segundo plano as variáveis da categoria Sanção Social distribuídas nas variáveis Veracidade e Propriedade. Nossa interpretação deste resultado é que o resenhista é absolutamente livre para realizar críticas do autor, inclusive valorando seu comportamento ético e probó, contudo este tipo de valoração não é tão usual, sendo mais comum ressaltar as habilidades e competências do escritor, bem como sua importância. Os resultados da Apreciação da obra podem estar associados com a variável Mestria, pelo fato de que a exploração de aspectos da Composição da obra pode

implicar na exploração das habilidades e competências demonstradas pelo autor na tecitura desta. No que se refere à Normalidade, destacar a importância do escritor pode ser uma estratégia retórica argumentativa que capte a atenção do leitor. O fato de o livro que está sendo resenhado pertencer a um autor famoso, conhecido, premiado, destaque da crítica chama muito mais a atenção do público do que de um autor que não tem nenhum lastro de visibilidade. Não queremos afirmar que esta seja a regra, apenas que os dados nos dão indícios dessa associação.

Sobre as variáveis apresentadas pelo sistema de Avaliatividade, Carvalho (2006, p. 16) já havia sugerido que eles representam um “generoso ponto de partida” para a análise da avaliação de resenhas publicadas em revistas brasileiras. Esse fato acabou gerando a elaboração da variável Mestria dentro da categoria Julgamento do autor e da elaboração da variável Engenharia em substituição às variáveis Complexidade e Equilíbrio, orientações da autora que foram seguidas na presente investigação. Contudo, a percepção sugerida a partir da pergunta “O livro prendeu-me?”<sup>283</sup> para a variável Reação/Impacto e da pergunta “Eu gostei do livro?” para a variável Reação/Qualidade geraram impertinentes inquietações, a saber: como interpretar as valorações que se referiam à obra estar “esgotada”, ter “boa repercussão”, ser o “maior sucesso de vendas”?; como interpretar valorações que se referiam a qualidade de partes da obra, e não a obra como um todo como em “A descrição de uma das brigas clássicas do trio é impagável”<sup>284</sup>?; e, como colocar em um mesmo nível valorações como “interessantes” e “detalhadas” em exemplos como “A descrição da infância e adolescência de Clara, aliás, é uma das mais interessantes e detalhadas do livro”<sup>285</sup>?

No primeiro caso, a solução adotada foi ampliar o escopo de interpretação da variável Reação/Impacto não se restringindo apenas ao quão envolvente, tedioso o livro causava ao resenhista ou a outra fonte, mas também considerar o prestígio da obra que acabou levando o livro a ter “sucesso”, a ser “o mais vendido”, dentre outras avaliações similares. Essa consideração partiu do princípio que essas informações também representam o impacto da obra na sociedade. No segundo caso, a solução foi considerarmos como Reação/Qualidade, um tipo de valoração que respondesse a pergunta “o que mais gostou no livro?”. Essa decisão aliou-se ao fato de que não estão em um mesmo patamar de igualdade valorações que afirmam que determinada “descrição é interessante” e “a descrição é detalhada”. O item

---

<sup>283</sup> Segundo Martin e White (2008, p. 56), a avaliação que se refere ao Impacto deve responder a pergunta “did it grab me?” e à Qualidade “did I like it?”.

<sup>284</sup> Excerto retirado da resenha GP231207.

<sup>285</sup> Excerto retirado da resenha GP300907.

“detalhada” define o processo de composição da descrição, fato que não acontece no item “interessante”. Isso quer dizer que a unidade lexical para ser considerada como variável pertencente à Composição teria que fazer referência aos aspectos constitutivos, estruturantes da obra. Esses ajustes se fizeram necessários para que não corressêmos o risco de ter enquadrar os dados às variáveis propostas pelo sistema de Avaliatividade.

Quanto à análise do Engajamento, como já apresentamos anteriormente o modelo proposto pelo sistema de Avaliatividade engloba e/ou sobrepõe diferentes fenômenos lingüísticos rotulados como “intertextualidade”, “discurso direto e indireto” apenas para citar alguns exemplos. O fato é que os autores se apropriam de diferentes conteúdos e constroem um sistema de análise da avaliação baseado nas vozes explícitas e implícitas que aparecem nos textos. Tal abordagem se diferencia pelo fato de dar ênfase aos efeitos retóricos de tais usos e de buscar explicar as relações interpessoais entre falante/escritor e ouvinte/leitor. E dentro dessa relação interpessoal é inevitável não compreender esse sistema como um cabedal de recursos que podem estar a serviço da persuasão. Em outras palavras, os recursos lingüísticos do Engajamento são também recursos argumentativos, principalmente quando analisamos alguns de seus efeitos retóricos dentro dos textos. Tomemos, por exemplo, o caso de alguns modalizadores que considerados em um plano discursivo servem para preparar o terreno para a inserção do ponto de vista que vai ser defendido pelo resenhista (ver excerto (126)).

A análise do *corpus* também nos permitiu identificar a presença da Negação, da Contra-expectativa, da Concordância, da Pronúnciação, do Endosso, da Cogitação e da Atribuição. O uso desse conjunto de recursos representou ou uma prova de que eles funcionam como uma estratégia de conquista do outro ou um caminho para o resenhista demonstrar descomprometimento (como é o caso da Atribuição e da Cogitação, por exemplo). Considerando, a Atitude e o Engajamento, elaboramos a seguinte “chave avaliativa” que está ilustrada no quadro 21<sup>286</sup> para a resenha que é publicada em jornais e revistas brasileiras.

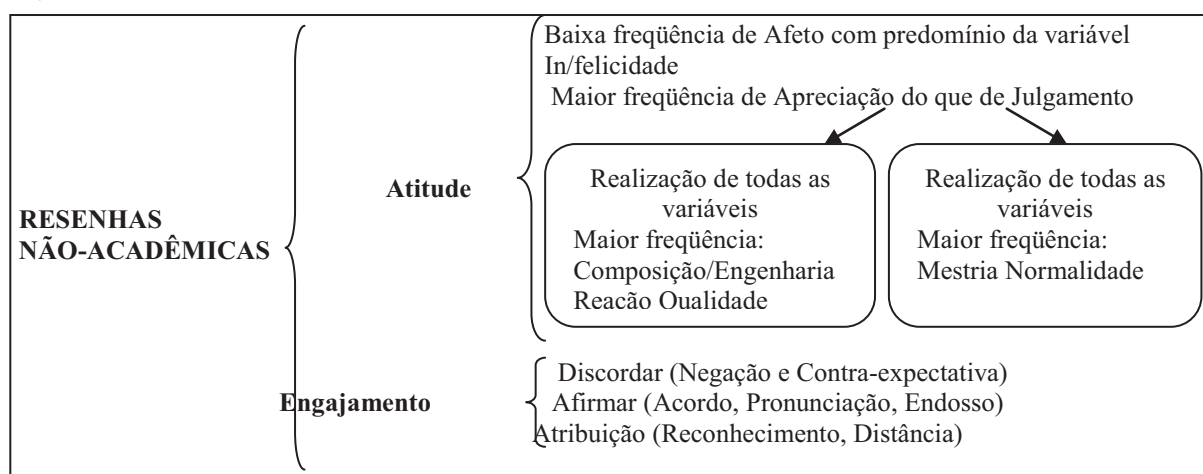
Os padrões avaliativos apresentados acima convergem com as tendências encontradas por Iedema, Feez e White (1994) e desenvolvidas por Martin e White (2008) na caracterização do discurso jornalístico. A partir da análise de diferentes gêneros (notícias, artigos de opinião, editoriais, dentre outros), os autores observaram três tipos de vozes: a do repórter que se baseia na estratégia de impessoalização da voz autoral, colocando-a em um segundo plano; a do escritor que se baseia no uso autoral dos recursos avaliativos e que se

---

<sup>286</sup> “Evaluative key” é um termo usado por Martin e White (2008) para definir três tipos de padrões avaliativos para os discursos jornalísticos.

subdivide em voz do correspondente e em voz do comentador que, por sua vez, se distinguem, pela utilização dos recursos da Estima Social (voz do correspondente) e da Estima Social e da Sanção Social (voz do comentador)<sup>287</sup>. Considerando que os autores não incluíram no *corpora* analisado resenhas, esta pesquisa amplia, pois, o escopo da voz do comentador. Essa voz não apresentou restrições quanto à utilização das categorias do Julgamento, exibiu alta probabilidade de valorações da categoria Apreciação, e realizou valorações da categoria Afeto. No que se refere ao Engajamento, realizou todas as categorias sugeridas no modelo. Esses padrões coadunam-se, portanto, com os resultados identificados em resenhas não-acadêmicas.

Quadro 21: Chave avaliativa da resenha não-acadêmica



A análise dos padrões de avaliação também é útil na caracterização do estilo de um gênero e no caso da presente pesquisa na percepção da influência da comunidade no processo de produção do gênero. Como foi possível observar, os resenhistas têm a sua disposição uma infinidade de recursos avaliativos e diferente de outros gêneros do domínio jornalístico, os produtores podem lançar mão deles, pois são autorizados institucionalmente a explicitar “sem restrições” valorações de diferentes objetos. A ausência de restrições a que nos referimos não exclui os condicionantes morais que permeiam a sociedade. A declaração 94 do IE13 ilustra nossa explicação.

(94) *É preciso dar a justa medida do livro, seja ele muito ruim, mediano, excelente. Fora isso, não creio que existam limites na crítica do livro – mas apenas do livro. Soube de uma publicação que certa vez, ao resenhar um livro de um poeta que por acaso estava sofrendo de câncer, tascou a piadinha infame: “o Ministério da Saúde adverte: escrever poesia ruim pode causar câncer”. Esse tipo de coisa é humanamente inaceitável. Pode-se – deve-se, às vezes – ser muito, muito duro na avaliação negativa, sem recorrer a essas baixarias.*

<sup>287</sup> Os usos das categorias Estima Social e Sanção Social representam a principal distinção apresentada por Iedema, Feez e White (1994) entre a voz do correspondente e a voz do comentador, Martin e White (2008), por sua vez, captaram outras diferenças nos usos dos recursos do Comprometimento.



*(A propósito, se você pesquisar na internet sobre minhas resenhas, talvez encontre certo escritor que me ataca por eu o ter chamado de “débil mental”. A leitura da resenha em questão, porém, deixará claro que eu não fiz nada do gênero. Disse, sim, que seu livro “celebrava a idiotia” – mas isso não equivale a dizer que o autor é idiota.) (IE13)*

Embora o foco de nossa pesquisa não tenha sido a descrição do gênero resenha de livros publicada em jornais e revistas brasileiras, o conhecimento dos recursos avaliativos empregados nos permitiu também desvelar como o resenhista se apresenta para a sua audiência, bem como o leitor se manifesta. No que se refere ao resenhista, este utiliza uma voz autoral para expressar seus pontos de vista sobre a obra, demonstrando, em alguns textos, ser ou um sujeito de amplo repertório cultural ou um especialista em Literatura ou ainda um interlocutor privilegiado pelo fato de ter acesso a informações sobre o processo de produção da obra, sobre o autor, por exemplo. Suas opiniões, muitas vezes, são categóricas e não admitem pontos de vista divergentes. No que se refere ao leitor, este se manifestou em diferentes situações: nas crenças e valores compartilhados com o resenhista, nos Julgamentos explícitos que foram realizados pelo resenhista, como um sujeito que não apresentava resistência às opiniões do resenhista ou como um sujeito que precisava ser convencido. Enfim, a análise da avaliação em resenhas não-acadêmicas acaba por revelar a imagem dos interlocutores que participam desse processo de interação verbal.

## CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é fruto de uma inquietação inicial sobre a relação entre gênero do discurso e esfera da atividade humana em Bakhtin (1997) que, a nosso ver, precisava ser melhor discutida, haja vista o autor ter apresentado uma abordagem de natureza filosófica para a questão. Essa percepção gerou a necessidade de buscarmos outras perspectivas teóricas. O encontro com a proposta de Swales (1990, 1992, 1993) e de Miller (1994a, 1994b) representou uma confluência necessária que aprofundou nossas reflexões, bem como produziu interrogações, pois as características da comunidade discursiva e da comunidade retórica não se encaixavam com o objeto de estudo que havíamos delimitado. Na época, já tínhamos em mente investigar essa relação a partir das resenhas que eram publicadas em jornais e revistas brasileiras, tendo em vista termos detectado a existência de lacunas referentes ao estudo do gênero resenha na comunidade jornalística. Dessa forma, definimos como objetivo geral discutir a relação gênero (resenha) e comunidade (jornalística) a partir da análise do propósito comunicativo e da avaliação.

A busca pelo conhecimento do contexto institucional em que estava inserido o gênero nos conduziu à noção de campo de Bourdieu (1997, 2005, 2007). Esse construto nos permitiu vislumbrar os aspectos constitutivos da lógica própria que rege o campo jornalístico, bem como identificar outras noções que estão articuladas com a de campo, como a de *habitus* e a de capital que foram bastante úteis na construção do esboço de comunidade jornalística. A construção desse esboço tornou-se necessária em nossa pesquisa pois se constituiu uma condição *sine qua non* para a discussão da relação entre gênero e comunidade.

A pesquisa bibliográfica nos levou a elaboração de uma hipótese que pinçou elementos da noção de esfera de atividade humana de Bakhtin (1990, 1997, 2002), da comunidade retórica de Miller (1994a, 1994b), da comunidade discursiva de Swales (1990, 1992, 1993) e de campo de Bourdieu (1997, 2005, 2007). O (re)exame apurado desses elementos nos permitiu excluir a noção de virtualidade da comunidade jornalística devido ao fato de que estaríamos ampliando excessivamente seu escopo .

A escolha pela noção de propósito comunicativo justifica-se pelo fato de que essa categoria ter se revelado capaz de captar as variações do gênero decorrentes das mudanças de contexto (cf. MOTTA-ROTH, 1995; CARVALHO, 2002). A avaliação, por sua vez, se justifica porque representa um aspecto central da função sócio-comunicativa da resenha que é apreciar uma obra. A opção pelo sistema de Avaliatividade já havia se apresentado de forma

produtiva na investigação dos padrões de avaliações em textos jornalísticos (cf. IEDEMA; FEEZ; WHITE, 1994; MARTIN; WHITE, 2008). Definidas as categorias, elaboramos, pois, a seguinte pergunta geradora: que variações em relação ao propósito comunicativo e à avaliação podem ser identificadas em resenhas publicadas em jornais e em revistas brasileiras como resultado das condições de produção na comunidade jornalística?

Para responder a essa pergunta nos propomos, inicialmente, a realizar uma abordagem textual para o gênero, mas tínhamos consciência de que haveria limitações na percepção de nosso objeto de estudo. Daí, decidimos realizar um conjunto de entrevistas com os produtores dos textos que foram selecionados e um questionário com professores da área de Jornalismo. Essas entrevistas tinham como objetivo principal captar os aspectos táticos desses indivíduos na ação de resenhar na comunidade jornalística, bem como as percepções dos leitores sobre o gênero resenha.

Diante dos dados provenientes da seleção de 94 (noventa e quatro) resenhas publicadas em jornais e em revistas brasileiras, de 15 (quinze) entrevistas realizadas com resenhistas e de 06 (seis) questionários aplicados com os leitores especializados nos deparamos com a complexa tarefa de estabelecer um diálogo entre os aspectos textuais e a percepção desses atores sociais sobre a ação de resenhar, seja no que se refere a informações que são fundamentais em uma resenha, seja no que se refere a restrições ou a ausência destas na realização desta ação, seja na especificação do que pode ser avaliado, dentre outros aspectos. Nesse sentido, nosso principal desafio era compreender por que os resenhistas resenham da forma como resenham na comunidade jornalística, isso porque partimos do pressuposto de que há uma “relação dialética”<sup>288</sup> entre gênero e comunidade.

Dados esses esclarecimentos, realizamos uma investigação de natureza qualitativa em relação ao estudo da avaliação e em relação ao estudo dos propósitos comunicativos estabelecemos uma via de mão dupla com a análise quantitativa, a partir da utilização do *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Science*), e com as interpretações que poderiam ser realizadas, a partir da análise textual.

## **6.1 O que é uma comunidade jornalística?**

Nossa primeira preocupação na composição do esboço de comunidade jornalística era não estarmos mobilizando construtos epistemológicos conflitantes. Daí, decidimos

---

<sup>288</sup> Tomamos emprestado a expressão “relação dialética” de Vian Júnior (2009), quando este explica a relação entre linguagem e contexto.

investigar a visão de língua dos autores arregimentados. Bakhtin (1990, 1997, 1992) assume uma postura sócio-histórica e ideológica de língua que está necessariamente associada à interação verbal e às atividades humanas que são realizadas. Swales (1990, 1992, 1993) assume uma perspectiva sócio-retórica da língua, mas não descuida da percepção de que esta deve ser vista em seu contexto. Miller (1994a, 1994b) compartilha da abordagem sócio-retórica de língua e acrescenta em suas reflexões uma base sociológica a fim de explicar a relação das ações verbais com as situações retóricas recorrentes. Bourdieu (2003a, 2003b, 2008), por sua vez, apresenta uma visão de língua relacionada com a questão do poder, opondo-se a uma visão imanente que não leva em conta as relações sociais dos falantes. Feitas estas constatações que a nosso ver não se opõem, partimos para o exame dos critérios que constituem as noções de esfera da atividade humana, comunidade discursiva, comunidade retórica e campo.

Considerando a natureza sociológica do esboço que iríamos elaborar, decidimos por caracterizar a comunidade jornalística como um *espaço social*, tomando emprestado a concepção de espaço relacional e posicional de Bourdieu (1997, 2005, 2007). A noção de espaço social também tenta explicar o fato de que a comunidade jornalística pode ser instanciada em diferentes espaços, embora não tenhamos a intenção de delimitá-la geograficamente. Nesse sentido, podemos nos reportar à comunidade jornalística do jornal “Diário do Cuiabá” e à comunidade jornalística do jornal “Estado de São Paulo”, por exemplo.

Sobre as posições sociais dos membros e das intuições dentro das comunidades, estas representam um sistema estrutural no qual as partes lutam pela manutenção ou transformação do *status quo*. Há uma concorrência que não é velada, seja pelo reconhecimento externo através do índice de audiência, seja pelo reconhecimento interno através do peso simbólico do jornalista e da instituição dentro da comunidade. Essa base sociológica é capaz de explicar as relações sociais dentro da comunidade.

Nessa perspectiva, seria imprudente imaginar a comunidade jornalística como um espaço social de consenso. Miller (1994b) ao apresentar a comunidade retórica, descreve-a como constituída de um embate de forças centrífugas e centrípetas que se acomodam dialeticamente na comunidade retórica. Da mesma forma, interpretamos a comunidade jornalística, compreendendo essas tensões (entre televisão e jornal escrito, entre jornalistas e especilistas, dentre outras) como um aspecto de natureza constitutiva.

A comunidade jornalística também se caracteriza pelos objetivos públicos de

informar, comentar e interpretar um acontecimento, bem como orientar o público-alvo (leitor ou ouvinte). Estes objetivos, por sua vez, são socialmente instituídos. Essa percepção da comunidade jornalística implica a mobilização da noção de instituição que inferimos de Bakhtin (1997) em sua explanação sobre esfera de atividade humana. Nesse sentido, os órgãos jornalísticos têm o papel social de informar os acontecimentos, materializando, pois, uma função cidadã dentro da sociedade.

A existência de objetivos sociais é oriunda de Swales (1992, p. 10) que afirma que uma comunidade tem “um conjunto perceptível de objetivos”. Para cumprir o objetivo de orientar o leitor, a comunidade jornalística abre espaço para a participação de colaboradores que, na maioria das vezes, são especialistas em uma determinada área do conhecimento. Daí, nos deparamos com dois aspectos complicadores, a saber: como compreender a participação dos colaboradores na comunidade jornalística e como relacionar os objetivos sociais dessa comunidade, considerando os putativos leitores?

Sobre a inserção dos colaboradores, ponderamos que a produção de resenhas pelos especialistas se constitui em uma colaboração historicamente instituída e quantitativamente significativa. Os colaboradores possuem um capital cultural (no sentido bourdieusiano) que os habilita a comentarem obras de História, Filosofia, dentre outras áreas do conhecimento. Em geral, esses especialistas são convidados ou contratados pelas instituições jornalísticas a apresentarem apreciações sobre determinada obra. Essa percepção nos levou a propor uma comunidade jornalística compreendida em duas dimensões: uma comunidade *stricto sensu* constituída por jornalistas (de formação ou de experiência) e uma comunidade *latu sensu* que é também constituída por colaboradores.

Sobre os leitores fazerem parte da comunidade jornalística, consideramos que inseri-los implicaria na desconfiguração da noção na medida em que os objetivos da comunidade seriam dissipados. Outro aspecto sem explicação seriam as posições relacionais dentro da comunidade: qual seria a posição dos leitores? Nesse sentido, nos subsidiamos em Charaudeau (2006) e em Bourdieu (1997). O primeiro advoga a idéia de que a “instância-produtora” coloca em jogo a “instância-receptora” ao produzir um discurso que opta por explorar uma audiência mais intelectual ou uma audiência mais emocional. O segundo expõe o fato de que os jornalistas influenciam uns aos outros porque se lêem mutuamente. A aceitação dessas evidências justifica a presença de uma audiência dentro da própria comunidade. Essa opção teórica resgata, em parte, o poder explicativo da comunidade discursiva de Swales (1990, 1992, 1993) na caracterização da comunidade jornalística. Ou

seja, a existência de um conjunto de objetivos públicos e de gêneros que realizam esses propósitos comunicativos podem se constituir em aspectos que caracterizem a comunidade jornalística.

Outro aspecto que descreve a comunidade jornalística é o contrato de comunicação que visa atingir um público mais amplo possível. Nesse sentido, a comunidade jornalística utiliza diferentes estratégias verbais e não-verbais para captar o leitor, polarizando com o objetivo institucional de informar. Nesse contrato de comunicação, temos uma instância que produz informações e outra instância que deseja consumir essas informações. Essas informações são distribuídas em diferentes canais e suportes.

No que se refere às condições de produção, podemos afirmar que a comunidade jornalística materializa uma lógica específica. Bourdieu (1997) se referiu a restrições de ordem externa e interna. O índice de audiência e a lógica comercial atuam como coerções externas e o “jogo de espelhos” que promove a “circularidade circular” da informação atuam como uma coerção de natureza interna. Essas restrições caracterizam o modo de funcionamento da comunidade e conseqüentemente afetam os gêneros do discurso.

A comunidade jornalística também foi caracterizada como um espaço de produção e circulação de gêneros, idéia tributária de Swales (1990, 1992, 1993). Os gêneros, por sua vez, estão relacionados com as atividades profissionais e com os objetivos públicos que a comunidade realiza. Nessa perspectiva, não estão descartados os gêneros que servem como mecanismos de intercomunicação entre os membros da comunidade. E, por fim, destacamos a inter-relação entre a comunidade jornalística com outras comunidades, gerando, por conseguinte, uma influência de maior ou de menor grau com diferentes espaços sociais.

Esses aspectos considerados em conjunto nos permitiu elaborar a seguinte concepção de comunidade jornalística:

- *é um espaço social de realização de atividades humanas que tem objetivos públicos legitimados institucionalmente;*
- *está condicionada por restrições externas e internas;*
- *é regida por um contrato de comunicação o mais abrangente possível;*
- *é constituída por membros que são jornalistas, mas não necessariamente;*
- *utiliza gêneros do discurso que estão relacionados com os objetivos de sua atividade sócio-profissional e com os objetivos sociais da comunidade;*
- *possui relações de interinfluência com outras comunidades.*

O processo de construção desse esboço para comunidade jornalística nos levou a confirmar parcialmente nossa hipótese na medida em que mobilizamos as condições específicas da esfera de atividade humana de Bakhtin, as forças centrípetas e centrífugas da comunidade retórica de Miller, o conjunto perceptível de objetivos e uma seleção de gêneros utilizados da comunidade discursiva de Swales, as coerções internas e as posições dos agentes no campo jornalístico de Bourdieu, além de utilizarmos explicações de teóricos como Charaudeau (2006) na sustentação de nossos pontos de vista.

## **6.2 Quais os propósitos comunicativos conduzidos em resenhas não-acadêmicas?**

Considerando que texto e contexto se contituem dialeticamente, é que julgamos necessário investigar o contexto de produção das resenhas não-acadêmicas. A literatura da área de Jornalismo (PIZA, 2007; PENA, 2006; MELO, 2006; BOND, 1962), bem como a análise realizada por Bourdieu (1997) nos forneceu subsídios para a elaboração de instrumentos de coleta de dados (entrevistas e questionário). Os dados fornecidos por esses instrumentos nos permitiram descrever as percepções dos resenhistas sobre Jornalismo Cultural, sobre os critérios que definem a escolha dos livros a serem resenhados, sobre fatores que podem condicionar a produção das resenhas, dentre outros aspectos.

De acordo com os informantes, o Jornalismo Cultural ora é visto como uma editoria de destaque, ora é visto como desvalorizado, se comparado a outras editorias, ora é visto como tendo a mesma importância que as demais editoriais. Dentre as várias razões que justificam a realização deste tipo de jornalismo está a de realização de um dever social, pois as informações e apreciações fornecidas suprem as expectativas dos leitores que necessitam se inteirar dos fatos da cultura, assim como dos fatos da política, por exemplo.

Sobre as condições de produção, constatamos que há bastante liberdade para o resenhista escolher os títulos a serem resenhados. Critérios de natureza subjetiva foram destacados como a qualidade da obra, o interesse pessoal pela temática ou pela área disciplinar em que se insere a obra, dentre outros. Contudo não podemos desconsiderar que a influência do editor, dos textos que são publicados em outras mídias, do prestígio do autor, da política editorial são fatores que podem afetar a seleção da obra. Os informantes também destacaram que o espaço reservado para a resenha no jornal ou revista foi a principal restrição na elaboração de seus textos. No que se refere ao papel do mercado editorial, os entrevistados também não a negaram, contudo não apresentaram uma relação direta de influência como

propôs Bhatia (2004).

Sobre às funções desempenhadas pelos resenhistas dentro da comunidade jornalística, estas variam se estamos nos referindo ao jornalista ou ao colaborador. Em geral, o jornalista não produz apenas resenhas, muitas vezes ele exerce também a função de repórter, podendo trabalhar em outras editorias, outras vezes, ele é responsável pela cobertura do Jornalismo Cultural, daí produz outros gêneros como entrevistas, por exemplo. Se for colaborador, a relação com a instituição jornalística é mais tênue, às vezes ele trabalha por tarefa para cumprir uma determinada pauta previamente definida pelo editor. Podemos afirmar a partir da análise das entrevistas que a solicitação para a produção de uma dada resenha aos colaboradores se explica pelo fato de que estes são especialistas em uma área específica e por isso têm capital cultural (cf. BOURDIEU, 2005) que os permitem enunciar da comunidade jornalística.

Sobre o *status* do resenhista dentro do jornal ou revista, os informantes declararam que se sentem valorizados ao passo que outros não conseguiram identificar esse *status*. Inferimos que o peso simbólico do jornal ou da revista possa afetar essa percepção dos resenhistas. Já em relação à imagem dos leitores, os dados nos mostraram que não há uma visão homogênea de sua audiência, ora é um público especializado, ora um público ordinário. A consequência dessa percepção desemboca na produção de um texto claro e atraente para o leitor.

Em seguida, realizamos uma comparação entre o que diz a literatura da área de Jornalismo e de Lingüística sobre as “funções” da resenha e sua respectiva organização retórica e as respostas obtidas das declarações dos informantes. Em um primeiro momento, confirmamos a oscilação entre diferentes nomeações para o gênero em estudo (resenha ou crítica) nas declarações dos informantes (professores da área de Jornalismo), aspecto que já havíamos observado em jornais e revistas selecionados e que parece estar bem resolvido na literatura da área. Os informantes também não foram unânimes na identificação dos textos que poderiam ser considerados resenhas. A conclusão que se extrai desses resultados é que a resenha é um texto bastante maleável e que não segue um “padrão”, talvez o fato de os jornalistas estarem adentrando em uma seara que antes era destinada aos especialistas reflita o processo de estabilização do gênero.

A análise textual das 94 (noventa e quatro) resenhas nos permitiu identificar um total de 07 (sete) propósitos comunicativos e 37 (trinta e sete) movimentos retóricos. Essa diversidade de informações explica a flexibilidade do gênero. A resenha produzida na



comunidade jornalística apresentou 03 (três) propósitos comunicativos específicos (“apresentar o autor”, “avaliar o autor” e “discutir um tema”), além dos que são ordinariamente conduzidos em resenhas acadêmicas (“apresentar o livro”, “descrever o livro”, “avaliar o livro”, “(não) recomendar o livro”), evidenciando, assim, a relação dialética entre comunidade e gênero. A análise quantitativa dos dados, por sua vez, revelou cinco principais propósitos comunicativos das resenhas não-acadêmicas, que são: “avaliar a obra”, “descrever a obra”, “apresentar a obra”, “avaliar o autor” e “apresentar o autor”, sendo “avaliar a obra” o mais recorrente. Ressaltamos, ainda, que esses resultados foram ratificados pelos informantes.

Considerando os propósitos comunicativos recorrentes e os movimentos retóricos categorizados como muito freqüentes (realização acima de 60%) e freqüentes (realização acima de 30% até 60%), elaboramos um esboço de organização retórica, de natureza heurística, para as resenhas produzidas na comunidade jornalística que está exibida no Quadro 22<sup>289</sup>.

Quadro 22: Propósitos comunicativos e movimentos retóricos recorrentes em resenhas não-acadêmicas.

<b>PROPÓSITO COMUNICATIVO</b>	<b>APRESENTAR A OBRA</b>
Movimentos retóricos	<i>Fornecer informações sobre a obra (título, autor, editora, número de páginas, preço, tradução, local de compra...) e/ou<sup>290</sup> Informar o conteúdo/organização/temática/mote geral da obra e/ou</i>
<b>PROPÓSITO COMUNICATIVO</b>	<b>APRESENTAR O AUTOR</b>
Movimentos retóricos	<i>Fornecer informações sobre a vida e/ou obra literária do autor e/ou</i>
<b>PROPÓSITO COMUNICATIVO</b>	<b>DESCREVER A OBRA</b>
Movimentos retóricos	<i>Sintetizar o conteúdo da obra e/ou Descrever pontos específicos da obra e/ou Citar a obra e/ou</i>
<b>PROPÓSITO COMUNICATIVO</b>	<b>AVALIAR A OBRA</b>
Movimentos retóricos	<i>Avaliar/analisar pontos específicos da obra e/ou Avaliar a obra como um todo e/ou Indicar as impressões/sensações/emoções que o livro provocou (ou provocará) e/ou</i>
<b>PROPÓSITO COMUNICATIVO</b>	<b>AVALIAR O AUTOR</b>
Movimentos retóricos	<i>Destacar as qualidades do autor e/ou Avaliar/analisar o modus operandi do autor ao produzir a obra e/ou Classificar o autor e/ou Comentar a produção literária do autor e/ou</i>

Nossa hipótese de que as resenhas não-acadêmicas realizam uma gama de propósitos comunicativos que são: “avaliar a obra”, “descrever a obra”, “discutir um tema”, “descrever o autor” e “avaliar o autor” foi parcialmente confirmada, haja vista termos identificado também, na análise textual, os propósitos de “apresentar o autor” e “recomendar

<sup>289</sup> Destacamos que os propósitos comunicativos e os movimentos retóricos não aparecem necessariamente nesta ordem.

<sup>290</sup> A presença do “e/ou” indica que o movimento retórico e o propósito comunicativo podem se realizar ou não.

o livro”. A diversidade de propósitos comunicativos e, principalmente, de movimentos retóricos nos leva a conceber a resenha não-acadêmica como um gênero que permite ao resenhista a condução de informações que o seu “bom senso” julgar relevantes.

Se compararmos<sup>291</sup> a descrição esquemática de organização retórica da resenha não-acadêmica com a da resenha acadêmica, podemos observar a presença de propósitos comunicativos específicos como “apresentar o autor”<sup>292</sup> e “avaliar o autor”, bem como a existência de movimentos retóricos típicos. Essa percepção indica que a resenha que é produzida na comunidade jornalística guarda semelhanças com a resenha acadêmica, mas principalmente tem uma configuração genérica própria, reforçando, assim, o pressuposto de que o propósito comunicativo é uma categoria “sensível” ao contexto de produção do gênero, bem como a afirmação swalesiana de que os gêneros pertencem às comunidades.

### **6.3 O que e como se avalia em resenhas não-acadêmicas?**

Além da análise da categoria propósito comunicativo em resenhas não-acadêmicas, investigamos os padrões de avaliação em resenhas não-acadêmicas, à luz do sistema de Avaliatividade. Destacamos que os resultados obtidos representam como os resenhistas avaliam o autor e a obra na comunidade jornalística e não têm a pretensão de apresentar “modelos” de avaliação. De uma forma geral, podemos afirmar que as resenhas materializam em maior frequência a Apreciação da obra do que o Julgamento do autor. Esse resultado confirma as expectativas da pesquisadora, haja vista reconhecermos que “avaliar a obra” é o propósito comunicativo mais recorrente em resenhas não-acadêmicas.

Quanto à categoria Afeto, esta materializou-se em uma baixa frequência nos textos. Contudo, destacamos que a presença do Afeto é um padrão avaliativo que distingue as resenhas não-acadêmicas das acadêmicas, haja vista na comunidade acadêmica ser evitada a apresentação da avaliação pessoal do resenhista sobre a obra. Aspecto este que está presente em resenhas não-acadêmicas. Identificamos, ainda, que a categoria Afeto teve o efeito retórico de conduzir o leitor a compartilhar do ponto de vista do resenhista.

Já a análise da categoria Apreciação revelou uma maior frequência da variável Composição/Engenharia, indicando que na comunidade jornalística os resenhistas analisam

---

<sup>291</sup> Estamos utilizando a descrição esquemática das estratégias retóricas sugeridas por Motta-Roth (2001).

<sup>292</sup> Destacamos que na resenha acadêmica, a informação *dar referências sobre o autor* está inserida no propósito comunicativo de “apresentar o livro”. Optamos por transformar um movimento retórico em propósito comunicativo, tendo em vista os dois grandes tópicos explorados em resenhas produzidas na comunidade jornalística que são abordar a obra e abordar o autor.

detalhadamente diferentes aspectos da obra (os personagens, a linguagem, dentre outros). Esse resultado mais uma vez diferencia a resenha não-acadêmica da resenha acadêmica, tendo em vista que a avaliação que é destacada na resenha acadêmica é priorizar o papel da obra dentro de uma determinada área do conhecimento. Quanto à análise da categoria Julgamento do autor, constatamos que houve uma recorrência da variável Estima Social em relação à variável Sanção Social. A presença da Sanção Social revela que julgamentos sobre a honestidade e a ética do autor são tipos de avaliações que podem ser realizadas pelos resenhistas na comunidade jornalística. Entretanto, ressaltamos que, em geral, esse tipo de avaliação tem relação direta com a valoração da obra e não está relacionada apenas à figura do autor.

No que se refere à categoria Engajamento, identificamos no *corpus* da resenha o uso das variáveis Negação, Contra-Expectativa, Acordo, Pronúnciação, Endosso, Reconhecimento e Distância. A análise desta categoria também nos possibilitou identificar quais os possíveis efeitos retóricos desses recursos lingüísticos, e, conseqüentemente, observar como as relações interpessoais entre resenhistas e leitores são construídas.

Nossa hipótese de que as resenhas não-acadêmicas materializam a Atitude a partir das categorias Afeto, Julgamento do autor e Apreciação da obra, bem como o resenhista materializa seu comprometimento em resenhas não-acadêmicas através das variáveis de Cogitação, de Negação, de Contraposição, de Declaração e de Endosso, realizando os efeitos retóricos de alinhar-se com um putativo leitor, de apresentar-se como um especialista, de compartilhar responsabilidade ou desafiar uma voz externa ou realocar ou suplantando um dado ponto de vista foi parcialmente confirmada. Isso porque identificamos no *corpus* a presença de todos os recursos do Comprometimento. Esse resultado mais uma vez indica que os resenhistas na comunidade jornalística utilizam uma gama bastante diversificada de recursos lingüísticos para expressar a avaliação do autor e da obra.

#### **6.4 Implicações teóricas e sugestões de continuidade para futuras pesquisas**

Através da realização do presente estudo, foi possível estabelecer diálogos entre conceitos provenientes de áreas disciplinares distintas (Lingüística e Sociologia), haja vista termos manipulado critérios oriundos do construto de esfera da atividade humana de Bakhtin, de comunidade retórica de Miller, de comunidade discursiva de Swales e de campo de Bourdieu na tentativa de construir uma noção rudimentar para comunidade jornalística.

Considerando esse aspecto, à semelhança do que fez Grillo (2006), ao estabelecer uma interface entre os construtos “esfera de atividade humana” e “campo”, acreditamos ser possível a realização de uma pesquisa teórica que venha abordar as aproximações entre a noção de *habitus* de Bourdieu (2005) com a noção de gêneros dos discurso de Bakhtin (1997). A afirmação bourdieusiana de que o *habitus* não tem uma existência descolada do campo guarda semelhanças com a assertiva bakhtiniana de que os gêneros se realizam nas esferas de atividade humana. No capítulo que exploramos a relação entre gênero e comunidade já evidenciamos a possibilidade dessa aproximação entre *habitus* e gênero.

A concepção preliminar de comunidade jornalística desenhada nesta pesquisa pode ser considerada como um ponto de partida para o levantamento de debates sobre sua validade e, conseqüentemente, seu refinamento. Essa possibilidade poderá enriquecer as reflexões sobre a configuração do construto dentro da área da Jornalismo, haja vista termos introduzido nesta noção elementos de natureza lingüística (propósito comunicativo e gênero, por exemplo).

Sobre a categoria propósito comunicativo, a realização deste trabalho vem ratificar sua produtividade dentro da área de Análise de Gêneros, configurando-se como um suporte teórico-metodológico que permite descrever a organização retórica de diferentes gêneros. Mas além dessa função que, a nosso ver, tem enriquecido os estudos dos textos, o propósito comunicativo tem servido ora para congregiar diferentes gêneros (cf. BEZERRA, 2006), ora para distingui-los (cf. ARAÚJO, 2006). No caso desta pesquisa, a noção de propósito serviu para demonstrar que as resenhas produzidas na comunidade jornalística têm especificidades, embora mantenham semelhanças com as resenhas acadêmicas.

Contudo, ficam lacunas no que se refere à investigação dos propósitos comunicativos das resenhas que são produzidas na comunidade jornalística como as resenhas de filmes, resenhas de espetáculos, resenhas de dvs, dentre outras. Esse grupo de gêneros se constituiria uma constelação no sentido de Araújo (2006) ou no sentido de Bhatia<sup>293</sup> (1999)? Em outras palavras, o propósito comunicativo dessas resenhas distinguiria ou irmanaria essas resenhas?

A identificação dos propósitos comunicativos e dos movimentos retóricos vêm trazer uma reflexão teórica sobre as informações que são conduzidas pelas resenhas não-acadêmicas, refletindo a prática da ação retórica de resenhar na comunidade jornalística. O

---

<sup>293</sup> A referência fornecida por Araújo (2006) é: BHATIA, V. K. Integrating products, processes, purposes and participants in Professional writing. In: CANDLIN, C. N.; HYLAND, K. (Eds.). **Writing: processes and practices**. New York: Longman, 1999. pp. 21-39.

conhecimento dessas informações pode levantar reflexões teóricas e trazer aplicações práticas para os estudantes da área de Jornalismo, como também aplicações pedagógicas que contribuam com o ensino/aprendizagem da produção de diferentes gêneros em turmas de educação básica.

No que se refere ao estudo da avaliação, a análise textual nos permitiu elaborar uma “chave” que caracterizou os padrões de avaliação das resenhas não-acadêmicas (cf. quadro 21), enriquecendo, assim, os estudos da área de Análise de Gênero na medida em que revelamos um dos aspectos do estilo do gênero. Acreditamos que o sistema de Avaliatividade pode ser utilizado como uma poderosa ferramenta em pesquisas na área de Análise de Gêneros.

Considerando que esse sistema foi elaborado a partir dos recursos lingüísticos utilizados em língua inglesa, fez-se necessário a ampliação do escopo de significação das variáveis Reação/Impacto e Reação/Qualidade a fim de dar conta das realizações textuais identificadas em nosso *corpus*. Acreditamos que a adaptação destas variáveis seja uma pequena contribuição da presente pesquisa, haja vista nosso objetivo não estar relacionado à investigação do sistema teórico.

Ressaltamos ainda que o estudo da avaliação que empreendemos neste trabalho teve como fito mostrar que a resenha não-acadêmica utiliza recursos lingüísticos de avaliação que a diferenciam da resenha acadêmica. A análise qualitativa nos deu esse indicativo, contudo esperamos que outros estudos de natureza quantitativa confirmem ou refutem os resultados obtidos. Além desse aspecto, consideramos que esse tipo de análise poderia responder outros questionamentos, tais como: há diferença entre os recursos avaliativos utilizados pelos colaboradores e pelos jornalistas, os recursos avaliativos se distinguem em resenhas de resumos, de romances. Enfim, podemos concluir nosso trabalho afirmando que a relação dialética entre texto e contexto sugerida por Vian Júnior (2009) e fomentada pela Lingüística Sistemico Funcional pôde ser ratificada mediante a análise das categorias propósito comunicativo e avaliação.

## REFERÊNCIAS

- ANGELO, D. M. P. **Leitores implícitos e vazios de sentido em resenhas críticas de quatro grandes jornais brasileiros no começo do século XXI**. 2005. 174 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ARAÚJO, A. D. **Lexical signalling: a study of unspecific nouns in book reviews**. 1996. 250 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- ARAÚJO, J. C. **Chat na web: um estudo do gênero hipertextual**. 2003. 179 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Os chats: uma constelação de gêneros na internet**. 2006. 341f. Tese (Doutorado em Lingüística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- ASKEHAVE, I.; NIELSEN, A. E. Web-mediated genres: a challenge to traditional genre theory. **Working Papers**, n. 6, p. 1-50, 2004.
- ASKHAVE, I.; SWALES, J. M. Genre identification and communicative purpose: a problem and a possible solution. **Applied Linguistics**. Oxford, UK, v. 22, n. 2, 2001. pp. 195-212.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990.
- BAKHTIN, M. O discurso no romance. In: \_\_\_\_\_. **Questões de literatura e estética**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- \_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BARBOSA, J. P. **Trabalhando os gêneros do discurso: uma perspectiva enunciativa para o ensino de língua portuguesa**. 2001. 233 f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.
- BAZERMAN, C. A vida do gênero, a vida na sala de aula. In: \_\_\_\_\_. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. Systems of genres and the enactment of social intentions. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Orgs.). **Genre and New Rhetoric**. London/New York: Taylor & Francis, 2003.
- BELTRÃO, L. Jornalismo e cultura. In: \_\_\_\_\_. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

- BERBARE, A. P. Crítica de cinema: caracterização do gênero para projetos de produção escrita na escola. In: LOPES-ROSSI, M. A. G. (Org.). **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Taubaté/S. P.: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.
- BERGER, C. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: PORTO, S. D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília, UNB, 2002.
- BERNARDINO, C. G. **Depoimento de alcoólicos anônimos: um estudo do gênero textual**. 2000. 160 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.
- BEZERRA, B. G. **A distribuição das informações em resenhas acadêmicas**. 2001. 127 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Gêneros introdutórios em livros acadêmicos**. 2006. 256 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- BHATIA, V. K. **Analysing genre: language use in professional settings**. London/New York: Longman, 1993.
- \_\_\_\_\_. Genre analysis today. **Revue Belge de Philologie et d’Histoire**. Bruxelles, 75: 629-652. 1997. [Tradução: Benedito Gomes Bezerra].
- \_\_\_\_\_. Applied genre analysis: a multi-perspective model. **Ibérica**, Hong Kong, n. 4, p. 3-19, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Worlds of written discourse: a genre-based view**. London/New York, 2004.
- BIASI-RODRIGUES, B. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. 211 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- \_\_\_\_\_. O papel do propósito comunicativo na análise de gêneros: diferentes versões. In: Seminário internacional de gêneros textuais, 4, 2007, Tubarão/Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UNISUL, 2007. 1 CD.
- BOND, F. **Introdução ao jornalismo: uma análise do quarto poder em todas as suas formas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1962.
- BONINI, A. **Gêneros textuais e cognição: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos**. Florianópolis: Insular, 2002.
- \_\_\_\_\_. Projeto gêneros do jornal (as relações entre gêneros e suporte). Disponível em: <http://geocities.yahoo.com.Br/adbonini/projet.htm>> Acesso em: 01 nov. 2004.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo:

EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico.** 8. ed. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu.** São Paulo: Olho d'Água, 2003a.

\_\_\_\_\_. A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, R. (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu.** São Paulo: Olho d'Água, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão.** Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

BRAIT, B. Práticas discursivas e a esfera publicitária. In: MICHELETTI, G. (Org.). **Enunicação e gêneros discursivos.** São Paulo: Cortez, 2008.

CALVET, L-J. **Sociolingüística:** uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

CARVALHO, G. **A preliminary study of a small selections of films reviews from recent editions of the Time, Newsweek and Veja weekly magazines.** Niterói: UFF, 1998. Mimeo.

\_\_\_\_\_. **Resenhas/reviews: da ação entre amigos ao apontador de defeitos** (Um estudo contrastivo de resenhas acadêmicas escritas em Inglês e em Português). 2002. 190 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

\_\_\_\_\_. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros:** teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola, 2005.

\_\_\_\_\_. Críticas de livros: um breve estudo da linguagem da avaliação. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 6, n. 2, maio./ago., 2006.

CATUNDA, E. L. **Um estudo do gênero jurídico acórdão.** 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

COHEN, I. J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje.** São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, F. J. **Orientações de Marketing.** Mimeo, João Pessoa, 2009.

EMERSON, C.; MORSON, G. S. **Mikhail Bakhtin:** criação de uma prosaica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001.



- FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- FAUSTO NETO, A. Telejornais e a produção da política: estratégias discursivas e as eleições presidenciais de 1994. In: PORTO, S. D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: UNB, 2002.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- GAEDE, C. R. **A comunidade discursiva virtual Sociedade Senhor dos Anéis: caracterização e condições de participação**. 2003. 113 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- GRILLO, S. V. de C. Confrontos e confluências entre a sociologia da linguagem de Bourdieu e teorias lingüísticas. In: **Horizontes**, Bragança Paulista: USF, v. 20, n. 1, p. 49-58, 2002. (Mimeo).
- \_\_\_\_\_. Esfera e campo. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.
- HANKS, W. F. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. Organização dos textos: Anna Christina Bentes, Renato C. Rezende, Marco Antônio Rosa Machado. São Paulo: Cortez, 2008.
- HEMAS, B.; BIASI-RODRIGUES, B. A proposta sócio-retórica de John M. Swales para o estudo dos gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola, 2005.
- HERNARDES, N. **A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, radio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**. São Paulo: Contexto, 2006.
- HOEY, M. Persuasive Rhetoric in Linguistics: a stylistic study of some features of the language of Noam Chomsky. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (Orgs.) **Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse**. New York: Oxford University Press, 2003.
- IEDEMA, R. S.; FEEZ, S.; WHITE, P. R. R. **Media literacy**. Sydney: Disadvantaged Schools Program, NSW Department of School Education, 1994.
- KOCH, I. G. V. **Introdução à Lingüística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- \_\_\_\_\_; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.
- JAEGER, W. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LAGE, N. **Linguagem jornalística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.

- LAJOLO, M. **O que é literatura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MACHADO, I. Gêneros discursivos. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da Análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: o que são e como se constituem**. Universidade Federal de Pernambuco. Texto inédito, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARQUES, L. H. **Teoria e prática de redação para jornalismo impresso**. Bauru, S.P.: Edusc, 2003.
- MARTIN, J. R. Beyond exchange: appraisal systems in English. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (Orgs.) **Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse**. New York: Oxford University Press, 2003.
- MARTIN, J.; WHITE, P. R. R. Appraisal and the resources of intersubjective stance. 2003. Disponível em: <[www.grammatics.com/appraisal/index.html](http://www.grammatics.com/appraisal/index.html)>. Acesso em 01 jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- MELLO, A. A. M. Crítica de música: caracterização do gênero para leitura e escrita na escola. In: LOPES-ROSSI, M. A. G. (Org.). **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Taubaté-S.P.: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.
- MELO, J. M. de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. rev. e aum. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005.
- MICELI, S. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas: introdução, organização e seleção Sergio Miceli**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- MILLER, C. R. Rhetoric and community: the problem of the one and the many. In: ENOS, T.; BROWN, S. C. (Eds.). **Defining the new rhetorics**. London: Sage Publications, 1993a.
- \_\_\_\_\_. The polis as rhetorical community. The International Society for the History and

Rhetoric. **Rhetoric**. v. XI, n. 3, 1993b.

\_\_\_\_\_. Genre as social action. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Org.). **Genre and the new rhetoric**. London: Taylor & Francis, 1994a. p. 23-42.

\_\_\_\_\_. Rhetorical community: the cultural basis of genre. In: \_\_\_\_\_. **Genre and the new rhetoric**. London: Taylor & Francis, 1994b. p. 67-78.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

MOTTA-ROTH, D. **Rhetorical features and disciplinary cultures: a genre-based study of academic book reviews in Linguistic, Chemistry, and Economics**. 1995. 311 f. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

\_\_\_\_\_. A construção social do gênero resenha acadêmica. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas**. Bauru, S.P.: EDUSC, 2002.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. **Bourdieu & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ORTIZ, R. A procura de uma Sociologia da prática. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pierre Bourdieu**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

PARÉ, A.; SMART, G. Observing genres in action: towards a research methodology. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Orgs.). **Genre and New Rhetoric**. London/New York: Taylor & Francis, 2003.

PENA, F. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

PIZA, D. **Jornalismo cultural**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RODRIGUES, A. D. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: PORTO, S. D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília, UNB, 2002.

RODRIGUES, R. H. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo**. 2001. 347 f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n. 2, jan./jun., 2004.

SILVA, M. C. da. A noção de gênero em Swales: revisitando conceitos. **Recorte – Revista de linguagem, cultura e discurso**. Ano 2, n. 3, jul. a dez., 2005.

SOUSA, M. M. F. **A organização textual-discursiva dos anúncios de Turismo no Ceará**. 2005. 212 f. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOUSA, S. C. T. **Estudo da organização textual argumentativa em editoriais de jornais**.

2004. 141 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SOUZA, G. T. **Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: 2002.

SWALES, J. M. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Re-thinking genre: another look at discourse community effects. Tradução de Benedito Gomes Bezerra. Comunicação apresentada em Re-thinking Genre Colloquium, Ottawa Carleton University, 1992.

\_\_\_\_\_. Genre and engagement. **Revue Belge de Philologie et d'Historie**. 71, p. 687-698, 1993.

\_\_\_\_\_. **Other floors, other voices: a textography of a small university buiding**. Mahwah, N. J.: Lawrence Erlbaum, 1998.

\_\_\_\_\_. **Research genres: explorations and applications**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004.

TAVARES, D. P. F. **Processos de recategorização: uma proposta classificatória**. 2003. 141 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística), universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

TÁVORA, A. D. **Forma, função e propósito na constituição do gênero textual mala direta**. 2003. 183 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: o estruturalismo na atualidade. In: \_\_\_\_\_. **Métodos estruturalistas: pesquisa em ciências da gestão**. São Paulo: Atlas, 2008. p. 164–214.

THOMPSON, G.; ZHOU, J. Evaluation and organization in text: the structuring role of evaluative disjuncts. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (Orgs.) **Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse**. New York: Oxford University Press, 2003.

\_\_\_\_\_.; HUNSTON, S. Evaluation: an introduction. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (Orgs.) **Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse**. New York: Oxford University Press, 2003.

TRAVAGLIA, L. C. Gêneros de texto definidos por atos de fala. In: ZANDWAIS, A. (Org.). **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2002.

TRAVANCAS, I. **O livro no jornal: os suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

- \_\_\_\_\_. **O mundo dos jornalistas**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1993.
- TRAVASSOS, T. Títulos, para que os quero? In: DIONÍSIO, A. P.; BESERRA, N. S. **Tecendo textos, construindo experiências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- VIAN JR., O. O sistema de avaliatividade e os recursos para Gradação em Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, n. 25, v. 1, p. 99-129, 2009.
- \_\_\_\_\_; LIMA-LOPES, R. E. de. A perspectiva teleológica de Martin para a análise dos gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005.
- WERNECK, L. Os suplementos literários nos jornais parisienses: uma análise de discurso. In: PORTO, S. D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília, UNB, 2002.
- WHITE, P. R. R. Um recorrido por la teoria de la valoración (Teoría de la valoración). 2001a. Disponível em <<http://www.grammatrics.com/appraisal/SpanishTranslation-AppraisalOutline.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. Attitude/Affect. 2001b. Disponível em <<http://www.grammatrics.com/appraisal/AppraisalGuide/AppraisalGuideWPFiles.html>>. Acesso em 01 jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. Attitude/Judgment. 2001c. Disponível em <<http://www.grammatrics.com/appraisal/AppraisalGuide/AppraisalGuideWPFiles.html>>. Acesso em 01 jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. Attitude/Appreciation. 2001d. Disponível em <<http://www.grammatrics.com/appraisal/AppraisalGuide/AppraisalGuideWPFiles.html>>. Acesso em 01 jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. Intertextual positioning: attribution and authorial endorsement. 2001e. Disponível em: <<http://www.grammatrics.com/appraisal/AppraisalGuide/AppraisalGuideWPFiles.html>>. Acesso em: 01jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. Engagement and dialogistic positioning: na outline of Engagement. 2001f. Disponível em: <<http://www.grammatrics.com/appraisal/AppraisalGuide/AppraisalGuideWPFiles.html>>. Acesso em: 01 jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. **Telling media tales: the news story as rethoric**. 1998. 298 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Lingüística, Universidade de Sydney, Sydney, 1998.

## APÊNDICE 1 - Frequência de realização dos propósitos comunicativos

**Tabela 01: Apresentar a obra**

<b>Número</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
0	6	6,4
1	14	14,9
2	24	25,5
3	13	13,8
4	17	18,1
5	6	6,4
6	5	5,3
7	4	4,3
8	4	4,3
10	1	1,1
Total	94	100,0

**Tabela 02: Apresentar o autor**

<b>Número</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
0	45	47,9
1	28	29,8
2	9	9,6
3	6	6,4
4	1	1,1
5	2	2,1
6	1	1,1
10	1	1,1
13	1	1,1
Total	94	100,0

**Tabela 03: Descrever a obra**

<b>Número</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
0	4	4,3
1	13	13,8
2	14	14,9
3	13	13,8
4	10	10,6
5	7	7,4
6	10	10,6
7	4	4,3
8	3	3,2
9	7	7,4
10	2	2,1
11	1	1,1
12	1	1,1
13	3	3,2
19	1	1,1
23	1	1,1
Total	94	100,0

**Tabela 04: Avaliar a obra**

<b>Número</b>	<b>Freqüência</b>	<b>Percentual</b>
1	3	3,2
2	7	7,4
3	15	16,0
4	14	14,9
5	9	9,6
6	13	13,8
7	10	10,6
8	2	2,1
9	5	5,3
10	3	3,2
11	8	8,5
12	1	1,1
13	1	1,1
14	1	1,1
19	1	1,1
21	1	1,1
Total	94	100,0

**Tabela 05: Avaliar o autor**

<b>Número</b>	<b>Freqüência</b>	<b>Percentual</b>
0	18	19,1
1	16	17,0
2	15	16,0
3	19	20,2
4	3	3,2
5	4	4,3
6	4	4,3
7	5	5,3
8	5	5,3
10	1	1,1
11	4	4,3
Total	94	100,0

**Tabela 06: Discutir um tema**

<b>Número</b>	<b>Freqüência</b>	<b>Percentual</b>
0	84	89,4
1	5	5,3
2	2	2,1
3	3	3,2
Total	94	100,0

**Tabela 07: Recomendar a obra**

<b>Número</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
0	80	85,1
1	11	11,7
2	3	3,2
Total	94	100,0

**Tabela 08: Outros**

<b>Número</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
0	66	70,2
1	22	23,4
2	4	4,3
3	2	2,1
Total	94	100,0

**Tabela 09: Interrogação**

<b>Número</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
0	92	97,9
1	2	2,1
Total	94	100,0



## APÊNDICE 2 – ROTEIROS DE ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PRÁTICAS DISCURSIVAS E ESTRATÉGIAS DE TEXTUALIZAÇÃO  
APOIO: CAPES (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR)

### ENTREVISTA COM O EDITOR

#### Tópico: Jornalismo Cultural

- 01) Qual é a **importância** do Jornalismo Cultural em seu jornal ou revista?
- 02) Qual é o **espaço** do Jornalismo Cultural em seu jornal ou revista? (Há um espaço específico? Caso afirmativo, qual a editoria, a periodicidade, o número de páginas, o formato adotado? Se não houver um espaço específico, de que forma são publicadas as resenhas de livros?)
- 03) O Jornalismo Cultural traz algum *status* para o seu jornal ou revista? Por quê?

#### Tópico: O editor

- 01) Quais as **funções** do editor (cultural) em seu jornal ou revista?
- 02) Qual o *status* do editor (cultural) dentro do seu jornal ou revista?

#### Tópico: O resenhista

- 01) Qual a **composição** da equipe de resenhistas de livros de seu jornal ou revista? (Se jornalista, colaborador, convidado)
- 02) **Quem** escolhe os resenhistas de livros de seu jornal ou revista? **Como** é feita essa escolha?
- 03) Quais os **atributos** de um bom resenhista?
- 04) Em que medida o resenhista tem **liberdade** para escolher o livro a ser resenhado e para definir a avaliação feitas nas resenhas?
- 05) Quais as **funções** do resenhista de livros em seu jornal ou revista?
- 06) Qual o *status* do resenhista de livros, dentro do seu jornal ou revista?

#### Tópico: As condições de produção

- 01) Há critério(s) de **ordem editorial** ou **comercial** que definem o **espaço** a ser ocupado pelas resenhas de livros em seu jornal ou revista? Justifique.
- 02) Há direcionamento do **editor** e da **política editorial** do jornal ou da revista quanto à escolha do livro a ser resenhado e da avaliação a ser feita na resenha? Explique.

03) A escolha do livro é influenciada pelo **mercado editorial**, pela **agenda de eventos**, pelas **resenhas publicadas em outras mídias**? Explique.

04) O fato de o livro estar na **lista dos dez mais lidos** condiciona a escolha do título? Por quê?

05) O livro a ser resenhado pode ser escolhido porque o **autor é famoso**? Nesses casos, que tipo de comentários é comumente feito?

06) Que **gênero** (romance, poesia, crônica etc.) é mais freqüentemente resenhado em seu jornal ou revista?

07) Há **influências** do **mercado editorial**, da **agenda de eventos**, da **resenha de livros** em outras mídias que afetam a avaliação das resenhas publicadas em seu jornal ou revista? Explique.

08) O conjunto de resenhas publicadas revela, de alguma forma, uma **tendência editorial** (quanto ao tratamento da cultura) de seu jornal ou revista? (Ex.: não resenhar livros de auto-ajuda, fortalecer a cultura local etc)

#### **Tópico: O leitor**

01) Qual o **público-leitor** (imaginado) das resenhas de livros publicadas em seu jornal ou revista?

02) Em que medida o **leitor imaginado** interfere na escolha do livro e na avaliação das resenhas publicadas em seu jornal ou revista?

#### **Tópico: A resenha**

01) Qual(quais) o(s) **objetivo(s)** das resenhas de livros publicadas em seu jornal ou revista?

02) Quais os **atributos** de uma **boa resenha** de livros? (ver linguagem, conteúdo, extensão, dentre outros aspectos que você considerar relevante)

03) Há **limites** para **elogiar** e **criticar** em resenhas?

04) O que é geralmente **avaliado** em uma resenha?

05) Há **informações** que são consideradas **implicáveis** em uma resenha? Quais?

06) Em seu jornal ou revista, já houve **resenhas** de livros que foram **rejeitadas**? Por quê?

07) Você publicaria uma resenha de livros em que não houvesse **nenhum elemento de elogio**?

08) Há **relação** entre a **publicação de uma resenha** e o volume de **vendas** de um livro? Em que medida?

## ENTREVISTA COM O RESENHISTA

### Tópico: Jornalismo Cultural

- 01) Qual é a **importância** do Jornalismo Cultural em seu jornal ou revista?
- 02) Qual é o **espaço** do Jornalismo Cultural em seu jornal ou revista? (Há um espaço específico? Caso afirmativo, qual a editoria, a periodicidade, o número de páginas, o formato adotado? Se não houver um espaço específico, de que forma são publicadas as resenhas de livros?)
- 03) O Jornalismo Cultural traz algum *status* para o seu jornal ou revista? Por quê?

### Tópico: O resenhista

- 01) Qual a seu **cargo** dentro do jornal ou revista?
- 02) Qual a(s) sua(s) **função(ões)** como resenhista de livros dentro do jornal ou revista em que você trabalha?
- 03) Qual o *status* do jornalista cultural (especificamente o que faz resenhas de livros), dentro do seu jornal ou revista?

### Tópico: As condições de produção

- 01) Qual (quais) **critério(s)** define(m) a **escolha do livro** a ser resenhado em seu jornal ou revista?
- 02) Que **gênero** (romance, poesia, crônica etc.) é mais freqüentemente resenhado por você? Por quê?
- 03) Em que medida você tem **liberdade** para escolher o livro a ser resenhado?
- 04) Há **restrições de ordem editorial** que podem afetar o texto de suas resenhas?

### Tópico: O leitor

- 01) Que **tipo de público-leitor** você imagina quando escreve sua resenha de livros?
- 02) Em que medida o **leitor imaginado** por você interfere na escolha do livro e na avaliação de suas resenhas?

### Tópico: A resenha

- 01) Que **tipo de linguagem** você utiliza em suas resenhas?

- 02) Qual(quais) o(s) **objetivo(s)** de suas resenhas de livros?
- 03) Quais **informações** são **essenciais** em uma resenha e quais são **acessórias** em suas resenhas?
- 04) O(s) **objetivo(s)** de suas resenhas de livros variam de acordo com o **tipo de livro** que é resenhado? Explique.
- 05) Há **informações** que são consideradas **impublisháveis** em uma resenha? Quais?
- 06) Que **aspectos do livro** você costuma **avaliar**?
- 07) Que **aspectos do livro** você costuma **descrever**?
- 08) Em suas resenhas, você avalia **o autor do livro**? Que aspectos você costuma avaliar?
- 09) Há **influências do mercado editorial**, da **agenda de eventos**, da **resenha de livros** em outras mídias que afetam a avaliação de suas resenhas? Explique.
- 10) Há **limites** para **elogiar** e **criticar** em suas resenhas? Explique.
- 11) O livro a ser resenhado pode ser escolhido porque o **autor** é famoso? Nesses casos, que tipo de comentários é comumente feito?
- 12) Você escreveria uma resenha de livros que não houvesse **nenhum elemento de elogio**?
- 13) Há **relação** entre a **publicação de uma resenha** e o processo de **vendas** de um livro? Em que medida?

**ENTREVISTA COM O LEITOR ESPECIALIZADO**

Antes de responder às perguntas, por favor, informe sua formação acadêmica:

Jornalismo       Outros

Especifique: .....

Funções laborais:

Jornalista (exercendo a profissão)       Professor

**01) Você leciona alguma disciplina que tem como conteúdo o tópico resenha de livro?**

a)  Sim      b)  Não

**02) Os comentários sobre livros que são publicados em jornais e revistas aparecem denominados ora como resenha, ora como crítica. Muitas vezes, não são nem denominados. O fato de um texto ser chamado de resenha ou de crítica interfere no conteúdo das informações?**

.....  
.....

**03) Com que freqüência você lê resenhas de livros que são publicadas em jornais e revistas brasileiras?**

a)  Sempre    b)  Às vezes    c)  Raramente    d)  Nunca

**04) Você já publicou resenhas de livros em jornais ou revistas nacionais?**

a)  Sim      b)  Não

**05) Leia os textos abaixo e assinale com um X os que você considera resenhas. Em seguida, justifique sua resposta.**

**TEXTO 1**

▪ **A face oculta de Cleópatra**

**Biografia diz que a rainha egípcia pode ter sido negra, era pouco atraente e não se matou com veneno de cobra Naja**

*Natália Rangel*



CINEMA Elizabeth Taylor como a sedutora e fatal Cleópatra em seu filme clássico

Dois mil anos após a sua morte, uma nova biografia sobre a rainha egípcia Cleópatra desmente duas das mais conhecidas histórias a seu respeito: ela jamais surgiu diante do imperador romano Júlio César desenrolando-se de um tapete oriental e também não se matou com a picada de uma cobra Naja, imagem imortalizada em pinturas, filmes e livros. A obra sustenta ainda que a beleza certamente não era um de seus mais importantes atributos e para isso se baseia nos escritos da época, os quais nunca fazem menção especial a sua aparência física. O filósofo francês Blaise Pascal, que era um devotado admirador da rainha, afirmou certa vez que o belo formato de seu nariz mudara para sempre a história do mundo. Informação contestada no ano passado quando foi divulgada uma moeda cunhada com o perfil de Cleópatra em que o seu septo nasal se assemelha ao caricato perfil das bruxas.

Para a autora de Cleopatra: last queen of Egypt, a arqueóloga britânica Joyce Tildesley, especializada na cultura egípcia, a história que se conhece hoje sobre a rainha nos foi contada pelos seus detratores, já que após a sua morte o imperador romano Augustus mandou destruir tudo o que dissesse respeito a ela e ajudou a pintar para a posteridade o retrato de uma mulher leviana, imoral e que usou a sedução para levar à ruína os imperadores Marco Antônio e Júlio César. A obra afirma que alguns registros históricos sugerem que ela poderia ser uma mulher negra, porque a sua ascendência materna seria proveniente do norte da África e a paterna, da Macedônia. Cleópatra foi uma mulher rica e independente, moderna demais para os padrões romanos. Filha do imperador Ptolomeu XI, ela cresceu na sociedade egípcia dos séculos V e IV a.C., que era muito mais liberal que a romana.

Segundo o historiador grego Herodotus, as mulheres tinham independência política e social e foi nesse meio que se forjou a personalidade exuberante e determinada de Cleópatra, que aos 18 anos, com a morte do pai, assumiu o reino. Conta a tradição que ela falava diversos idiomas, tinha inteligência acima da média e era considerada uma deusa pelos súditos. Sempre teve autonomia para estudar, escolher o próprio marido e até promover o que hoje se chama divórcio – prerrogativas que não existiam entre as mulheres romanas. No livro, a arqueóloga a

descreve como uma mulher movida pela razão e não pela emoção: “Ela tem de ser compreendida como a rainha que era, pragmática e determinada, e não como uma consorte dos romanos.”

É uma resenha

Não é uma resenha

Justifique:

.....  
.....  
.....

## TEXTO 2



### O mal e a mãe

O que passou na cabeça da mãe de Eric Harris depois de saber que ele abriu fogo contra os colegas do Instituto Columbine, em 1999? A partir de uma pergunta como essa, a americana Lionel Shriver, de 50 anos, escreveu a ficção *Precisamos Falar Sobre o Kevin* (Intrínseca, 464 págs., R\$ 49,90). Eva, mãe de um garoto de 16 anos que matou nove pessoas em uma escola, revela sua história por meio de cartas endereçadas ao ex-marido. Ela tenta entender como Kevin se tornou o que é e admite se arrepender de ter

dado à luz. As cartas lançam uma reflexão sobre o papel dos pais na personalidade dos filhos. Mas, quando aparece nos relatos, Kevin isenta sua mãe de culpa – é um monstro desde bebê. Em uma das visitas da mãe à prisão, justifica seu ato: “Porra, maluco. Eu não gostava dos caras”. A crueza do garoto só serve para atestar sua falta de humanidade. Explorado superficialmente, Kevin não traz muita luz sobre o que leva à proliferação de jovens assassinos.



CRIME  
A americana Lionel Shriver  
escreve sobre a mãe de um  
assassino

É uma resenha

Não é uma resenha

Justifique:

.....  
.....  
.....

## TEXTO 3

### Guias práticos para você conversar com Deus



As editoras Rocco, Pensamento e Devir Livraria são responsáveis por uma série de lançamentos que têm Deus como tema central. Da primeira, confira os livros 'Deus reconhecerá os seus - A história secreta dos cátaros', de Maria Nazareth Alvim de Barros, e 'As novas revelações - Uma conversa com Deus', de Neale Donald Walsch. Na Idade Média, o movimento conhecido como catarismo surgiu na Europa, especialmente no Sul da França, e se tornou uma grande ameaça à hegemonia do cristianismo de Roma. Em 'Deus reconhecerá os seus', a autora traça um perfil dos cátaros, considerados hereges pelos representantes do catolicismo, e revela também as muitas lutas entre eles e os católicos tradicionais pelo domínio da fé em território francês. Barros é psicanalista e

escritora; mestre em língua e literatura francesa, ela vem se dedicando nos últimos anos ao estudo dos movimentos religiosos e é especializada em cultura celta.





**05) Assinale com um X que tipo de informações você espera encontrar em uma resenha de livros publicada em jornais e revistas.**

- a) ( ) Apresentação do livro
- b) ( ) Descrição do conteúdo do livro
- c) ( ) Análise do livro
- d) ( ) Avaliação do livro
- e) ( ) Recomendação do livro
- f) ( ) Apresentação do autor
- g) ( ) Avaliação do autor
- h) ( ) Discussão de um dado tema
- i) ( ) Outros

Especifique:

.....  
.....  
.....

**06) Na sua opinião, que tipo de informação é essencial em uma resenha de livro?**

.....  
.....  
.....

**07) É possível encontrar avaliação em uma resenha, assinale com um X que tipo de avaliação você espera encontrar:**

- a) ( ) avaliação sobre o impacto que o livro causou no resenhista (Ex.: O livro prendeu a atenção, correspondeu às expectativas)
- b) ( ) informação se o resenhista gostou do livro
- c) ( ) avaliação sobre a composição do livro (Ex.: se a narrativa é bem costurada, o ritmo é bom...)
- d) ( ) avaliação sobre a relevância do livro (Ex.: o livro levanta questões importantes)
- e) ( ) informação sobre a originalidade do livro ( Ex.: o livro traz alguma contribuição nova)
- f) ( ) informação sobre a experiência do autor (se é novato ou experiente)
- g) ( ) avaliação sobre o desempenho do autor (Ex.: se o autor construiu bem seus personagens, se o autor escolheu bem o ponto de vista narrativo...)
- h) ( ) avaliação sobre a competência do autor (Ex. se as habilidades do autor são esperadas ou necessárias)
- i) ( ) avaliação sobre as qualidades especiais do autor
- j) ( ) outros

Especifique:

.....  
.....  
.....

Muito obrigada!

## ANEXO 1 – TIPOS DIFERENTES DE RESENHAS

TEXTO IE070207 – Exemplar que tem o propósito comunicativo de “apresentar a obra” como dominante.

### Mundo vigiado

O livro *Inevitável mundo novo* mostra por que aceitamos, e gostamos, que “olhem” nossa privacidade

Informar o mote geral da obra/  
Fornecer informações sobre a obra

Introduzir um tópico que tenha relação com a obra

Já não desperta a atenção de ninguém o famoso aviso: *sorria, você está sendo filmado*. Isso acontece porque vivemos, cada vez mais, monitorados por câmeras visíveis ou não – e a elas nos submetemos com toda a naturalidade sem nos importarmos se a nossa individualidade está sendo ou não devassada. É sobre o funcionamento dessa sociedade vigiada que trata o livro *Inevitável mundo novo – o fim da privacidade* (editora Axis Mundi, 232 págs., R\$ 39), escrito pelo professor Alexandre Freire, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Mestre em administração de empresas e formado em ciência da computação, o autor traça um completo, didático e assustador painel dessas novas formas de controle. Mais ainda: explica como elas se entrelaçam combinando, e muitas vezes confundindo, interesses mercadológicos e políticos. Partindo de clássicos da ficção como *1984*, de George Orwell, e *admirável mundo novo*, de Aldous Huxley (que denunciavam os Estados totalitários, criticando e prevendo que a humanidade viveria um dia vigiada por um “grande irmão”), Freire vai apresentando fatos e cruzando estatísticas para provar que a tão decantada privacidade está de fato chegando ao fim. E crava uma data a partir da qual esse processo, que vinha se desenvolvendo gradativamente, chegou ao auge: 11 de setembro de 2001, dia do atentado terrorista ao World Trade Center, nos EUA. **“Acredito que a história do mundo moderno possa ser dividida entre o antes e o depois da destruição das torres gêmeas”, diz o autor.**<sup>294</sup>

Informar o mote geral da obra

Informar o mote geral da obra / Avaliar a obra

Foi depois desse atentado, segundo Freire, que a ideologia do monitoramento das pessoas ficou explícita como uma necessidade para a sobrevivência e, assim, deixou de ser questionada – afinal, todos esses mecanismos estariam a serviço da espécie humana. “Estamos nos tornando escravos de tudo aquilo que nos confina a um mundo sem privacidade, onde o conceito de liberdade significa ter a sua vida privada tornada pública, onde as informações sobre o seu passado e presente são variáveis condicionais que dirão qual o seu futuro”, escreve Freire no capítulo *Novalingua e duplipensar*. Ou seja: a realidade já ultrapassou em muito as piores antevistas da ficção. Segundo o diretor editorial da Axis Mundi, Luis Pelegrini, também diretor de redação da revista *Planeta*, da Editora Três, o **livro se enquadra na categoria de jornalismo sociológico, segmento em que a Axis Mundi vem investindo com obras de fôlego.** “A ideia foi do próprio Freire, só, só colocamos o subtítulo sobre o fim da privacidade, porque julgamos ser esse o verdadeiro tema da obra”, diz Pellegrini.

Contextualizar o livro dentro do catálogo da editora

Explicar o subtítulo da obra

Contextualizar o livro dentro do catálogo da editora

Na mesma linha a editora já lançou *Manhã de setembro – o pesadelo global do terrorismo*, organizado pelos psicólogos Luigi Zoja e Donald Williams, que desvenda os mecanismos psíquicos e as motivações daqueles que cometem atos terroristas.

Fonte: CLÁUDIO, I. Mundo vigiado. **REVISTA ISTO É**, São Paulo, fev. 2007. Seção Cultura ◊ Livros.)

<sup>294</sup> Os textos oriundos da Revista Isto é têm algumas passagens grifadas.

**TEXTO RE040805 – Exemplar que tem o propósito comunicativo de “apresentar o autor” como dominante.**

**Paraíso no quintal**

Edição revista da ficção de Voltaire mostra a vitalidade das fábulas do livre-pensador

Fornecer informações sobre a vida e/ou a obra literária do autor

Filho de um notário parisiense, François Marie Arouet adotou o sonoro pseudônimo de Voltaire porque ansiava reinar sobre o Império das Belas-Letras. Nascido em 1694 e educado no fim do reinado de Luís XIV, o autor queria chegar ao panteão de Racine e Corneille ostentando os gêneros consagrados do tempo - epopéia, tratado histórico e tragédia. Esmerou-se em tais ramos, mas veio a conquistar a glória com uma modalidade que julgava menor, mas inventou: a história filosófica.

Fornecer informações sobre a vida e/ou a obra literária do autor/Avaliar o autor

Fornecer informações sobre a vida e a obra literária do autor

Seu pensamento encontrou a melhor forma nas fantasias contadas ao modo oriental, nos pot-pourris satíricos e nas lições amargas de novelas como *Zadig, ou o Destino* (1748) e da obra-prima *Cândido, ou o Otimismo* (1759). Em seis décadas de atividade, evitou assinar suas histórias, e mesmo organizá-las em um todo coerente. O livro *Contos e Novelas*, agora reeditado pela Editora Globo, mostra o desassombro das tramas e das idéias de Voltaire. Como disse o crítico Roland Barthes, foi o "último dos escritores felizes".

O volume da Globo resultou de um esforço acadêmico de ordenação de um material caótico. Foi publicado pela primeira vez em 1951, com plano de edição do antropólogo Roger Bastide, notas do crítico Sérgio Milliet e tradução do poeta Mário Quintana. A reedição tem revisão técnica de Manuel da Costa Pinto, que corrigiu omissões e erros. O plano observa as regras da edição Pléiade dos anos 40. A exemplo desta, os organizadores brasileiros anunciaram um volume com poesia, dramas e tratados, que jamais foi levado a termo. *Contos e Novelas* merece ser lida como obra essencial, e naturalmente datada.

Fornecer informações sobre a vida biográfica e/ou literária do autor/Avaliar o autor

O cânone de Voltaire vive na ficção, mesmo na França. Como evidencia a reunião de suas 29 narrativas, pregou ali uma doutrina serena. Ela é sintetizada na última frase de *Cândido* em resposta a mais uma ode ao otimismo de seu mestre, Pangloss (baseado no filósofo Alexander Pope, cujo lema era "Tudo está bem"): "Tudo isso está muito bem dito (...) mas devemos cultivar o nosso jardim". *Cândido* reconhece que não existe outra esperança neste mundo desprovido de lógica e Providência que instalar o paraíso no quintal.

Fornecer informações sobre a vida biográfica e/ou literária do autor

Outra das invenções involuntárias de Voltaire e que lhe deu fama foi a do intelectual público e livre-pensador. Ele se tornou conhecido como o ídolo maior do Século das Luzes, fundador do Iluminismo. É verdade que se aproximou de reis, numa tentativa inútil de conciliar filosofia e monarquia. Mas, como um típico herói de seus contos, foi obrigado pelo destino a ocupar um lugar não-escolhido, o de burguês opositor da Igreja e do Absolutismo, líder da nascente República das Letras.

Fornecer informações sobre a vida e/ou obra literária do autor/Avaliar o autor

Fornecer informações sobre a vida biográfica e/ou literária do autor/Avaliar o autor

Por defender a razão e a liberdade, foi preso e exilado. Morou na Prússia e na Inglaterra, e se estabeleceu como senhor de terra em Ferney, na Suíça. Retornaria a Paris no último ano de vida, 1778, consagrado pelas multidões que

começavam a povoar a metrópole. Perto da morte e temeroso de não receber sepultura, arranjou um padre jesuíta para lhe ministrar os sacramentos. Morreu como celebridade.

Fornecer informações sobre a vida biográfica e/ou literária do autor

Fornecer informações sobre a vida biográfica e/ou literária do autor/Avaliar o autor

Na noite de 30 de maio, milhares de pessoas esperavam pelo desenlace, sob as janelas de seu apartamento. Para evitar tumultos, o cadáver foi levado ao interior. Retiraram-se cérebro e coração, como relíquias anticlericais. O corpo ganhou o sonhado enterro, na igreja de Santa Genoveva, elevada 12 anos depois a panteão. Para horror dos enciclopedistas, que queriam que expirasse “virgem” da Igreja, Voltaire instruiu o jesuíta para que revelasse sua profissão de fé: “Morro adorando a Deus, amando meus amigos, não odiando meus inimigos, detestando a superstição”. Os amigos riram, pois viram nela a derradeira tirada do espírito.

Voltaire, aliás, redigiu o verbete “Espírito” em 1758 para a *Enciclopédia*, de Diderot. Colocou o espírito em prática na produção romanesca, vazada em muitos gêneros: histórico, fantástico, fábula e sátira. Ela defende teses e fala de busca da felicidade e perda da fé (*Memnon*), viagens e amores impossíveis (*Scarmentado*, *Zadig*), sabedoria conquistada com sofrimento (*Cândido*). Os enredos exibem força porque o autor os viveu. Como personagem, aprendeu a despir-se dos dogmas. A coleção voltairiana pode soar demasiado simples para as ânsias do literato do século XXI. Como saborosa obra de auto-ajuda, porém, ainda não foi superada.

Fornecer informações sobre a vida biográfica e/ou literária do autor/Avaliar o autor

(Fonte: GIRON, L. A. Paraíso no quintal. **REVISTA ÉPOCA**, São Paulo, ago. 2005. Seção Livros.)

*Um amor sem fim*

Sai no Brasil o último livro do filósofo austríaco André Gorz, pela Cosacnaif e Annablume. Carta a D. a História de um Amor é uma homenagem de Gorz à sua mulher, Dorine

Descrever pontos específicos da obra/Avaliar a obra

Descrever *ipsis litteris* a obra

O livro começa com uma declaração de amor desconcertante: "Você está para fazer oitenta e dois anos. Encolheu seis centímetros, não pesa mais do que quarenta e cinco quilos e continua bela, graciosa e desejável. Já faz cinquenta anos e oito anos que vivemos juntos, e eu amo você mais do que nunca. De novo, carrego no fundo do meu peito um vazio devorador que somente o calor do seu corpo contra o meu é capaz de preencher". Carta a D. História de um Amor, do escritor, filósofo e jornalista austríaco André Gorz, recém-lançado no Brasil, e que teve a primeira edição esgotada em uma semana, é um desses livros que têm um efeito devastador sobre a mente e o corpo. Que se impõe mais pelos sentimentos que dele emergem que das palavras ou da forma que dá vida ao relato simples, comovente, cortante.

Sintetizar o conteúdo da obra

Descrever pontos específicos da obra

Descrever pontos específicos da obra

Descrever *ipsis litteris* a obra

O amor é o personagem principal de Carta a D. No livro, Gorz faz uma espécie de acerto de contas apaixonado, ao mesmo tempo em que faz uma homenagem à esposa, Dorine, que sofria há anos depois que o produto usado como contraste num exame de um raio x da coluna a deixou doente e sofrendo com dores terríveis. "Eu ouvi o médico tranquilizá-la: 'Você vai eliminar esse produto em dez dias'. Oito anos depois, uma parte do líquido tinha subido até as fossas cranianas, e outra formara um cisto na região cervical", escreve Gorz. Começaram a lutar contra a doença, mas foi Dorine quem comandou o próprio corpo. "Você não tinha mais nada a esperar da medicina. Recusava-se a se acostumar com os analgésicos e a depender deles. Decidiu então assumir o controle do seu corpo, da sua doença, da sua saúde, tomar o poder sobre a sua vida...". Sim, Dorine, mais uma vez os envolvia com sua força serena.

Descrever *ipsis litteris* a obra

Descrever *ipsis litteris* a obra

Descrever pontos específicos da obra

Havia sido assim desde o primeiro encontro em 1947 quando um rapaz, judeu austríaco, vê pela primeira vez, em Paris, uma moça inglesa inteligente, bela e bem humorada. "Quando nossos olhos se cruzaram, eu pensei: 'Não tenho nenhuma chance com ela'". Um mês depois a encontrou, por acaso, na rua, correu para alcançá-la e a convidou para dançar. "Você simplesmente disse sim, why not".

Descrever *ipsis litteris* a obra

Descrever pontos específicos da obra

Em pouco tempo estavam dividindo uma cama de solteiro num cubículo em Paris, enquanto Gorz, ganhando pouco, ou nada, e escrevia por seis anos o seu primeiro Essai. Enquanto isso era Dorine quem tinha emprego, salário, um grupo de teatro, amigos. Quase 60 anos depois Gorz pergunta a si mesmo: "Por que você está tão pouco presente no que eu escrevi, se a nossa união é o que existe de mais importante na minha vida? Por que, em *Le Traire* (livro lançado em 1958), passei uma falsa imagem de você, que a desfigura?"

Descrever *ipsis litteris* a obra

André Gorz foi um filósofo contemporâneo de Jean-Paul Sartre, atuou como um dos organizadores do movimento de Maio de 68 francês, foi um dos pioneiros nos estudos de ecologia política. Um filósofo militante. Entrou no jornalismo em 1951 no Paris-Press, depois foi para a revista L'Express, em seguida foi co-fundador do Le Nouvel Observateur. Trabalhou com Sartre, de quem foi amigo, na revista Temps Modernes. Em todo esse tempo Dorine se tornou a guardiã de dados para as pesquisas que Gorz fazia antes de escrever os textos. "Nós tínhamos, eu e você, adquirido a fama de inseparáveis. (...) Fizemos juntos quase todas as reportagens que realizei na França e no exterior. Você me fez tomar consciência dos meus limites".

Descrever pontos específicos da obra

Descrever *ipsis litteris* a obra

### Outro começo

Descrever pontos específicos da obra

Descrever pontos específicos da obra

Foram necessários 58 anos para Gorz reconhecer que o amor sempre escolhe os atalhos. "Preciso reconstruir a história do nosso amor para apreender todo o seu significado. Ela foi o que permitiu que nos tornássemos o que somos; um pelo outro, um para o outro", afirma ele no livro, para depois sugerir que, mesmo de forma incompreensível, ele negou-se a admitir os próprios sentimentos e a dependência afetiva que Dorine exercia sobre ele, mesmo que para ela isso fosse apenas felicidade. Ele preferia o emaranhado teórico que alimentava seus ideais, ela preferia sempre a simplicidade para lidar com os mesmos ideais. Ainda assim em *Le Traire Gorz* transfigurou substancialmente Dorine. "Por que falo de você com uma espécie de condescendência leviana? Por que no pouco espaço que lhe dou, você aparece desfigurada, humilhada?"

Descrever *ipsis litteris* a obra

Descrever *ipsis litteris* a obra

Sintetizar o conteúdo da obra

Descrever *ipsis litteris* a obra

É essa história que Gorz tanto quer reparar em *Carta a D.* Nele, o autor abre mão de toda possibilidade de nublar o sentimento que norteou sua vida desde aquele encontro casual no inverno parisiense de 1947. Os últimos anos de Gorz e Dorine foram passados no campo, numa casa rodeada pelas 200 árvores plantadas por Gorz. "Estou atento à sua presença como estive desde o início, e gostaria de fazê-la sentir isso. Você me deu toda sua vida e tudo de si; e eu gostaria de poder lhe tudo de mim durante o tempo que nos resta". *Carta a D.* foi publicado na França em 2006. Vendeu 100 mil exemplares na primeira semana após o lançamento. Em 23 de setembro do ano passado Gorz e Dorine se suicidaram. Nas últimas linhas de *Carta a D.*, Gorz havia escrito: "Nós desejaríamos não sobreviver a morte do outro. Dissemos-nos sempre, por impossível que seja, que, se tivéssemos uma segunda vida, iríamos querer passá-la juntos".

Descrever pontos específicos da obra

Descrever pontos específicos da obra

Descrever *ipsis litteris* a obra

(Fonte: RIBEIRO, R. Um amor sem fim. *O Povo*, Fortaleza, 15 mar. 2008. Caderno Vida & Arte)

**TEXTO ESP180207 – Exemplar que tem o propósito comunicativo de “discutir um tema” como dominante.**

### **Mutiladas, tradição ou barbárie?**

Relato da hoje militante Khady Koita choca e provoca discussão sobre a prática ainda em uso na África

Mesmo em 2007, a narrativa biográfica relatada em Mutilada (lançado recentemente pela Rocco) é espantosamente comum: vivendo no interior da África, mais precisamente no Senegal, em uma tribo pequena e muito patriarcal, uma menina, ainda sem ter completado a primeira década de vida, tem os órgãos sexuais extirpados, para assim aumentar suas chances de casar e, ao mesmo tempo, perpetuar uma tradição a que sua mãe, sua avó e todos os seus antepassados se submeteram sem perguntar a razão. Adolescente, Khady se vê forçada a casar com um parente distante que vive em Paris e se muda para a Europa, onde tem filhos, se educa, toma noção da barbárie a que foi submetida e se revolta contra o machismo que até ali tomara conta de sua vida. Esse é o enredo do livro, muito comum até hoje.

Atualmente, Khady é uma das várias ativistas que lutam contra a prática da mutilação genital feminina. O livro Mutilada é uma das formas com que ela pretende protestar contra o ato bárbaro. **Aliás, se existe alguma coisa de positivo no universo dos livros - e da linguagem como um todo - é a possibilidade de fazer a informação circular. Minha resenha, portanto, deseja colaborar: concordo com a autora quando ela diz que o assunto precisa ser conhecido por todos para que venha a se erradicar um dia.**

Concordar com a opinião do autor sobre um tema

**Difícilmente alguém defende, ao menos em público, a prática da mutilação genital. O problema persiste, porém, por que há uma série de preconceitos e tabus envolvidos: o costume teria um fim religioso; criticá-lo seria intervir em questões culturais particulares a determinados grupos; e, por fim, simplesmente a questão é constrangedora demais para ser discutida. Pois bem: não existe absolutamente nenhuma religião que recomende a mutilação genital feminina. O hábito é praticado por grupos de várias religiões diferentes e a razão é única: acredita-se que, mutiladas, as mulheres servirão melhor sexualmente os homens e, a barbárie continua, estariam menos propensas ao adultério.**

**O problema da não-intervenção sem dúvida é um pouco mais delicado, mas ainda assim esbarra em uma questão decisiva: as próprias vítimas não têm nenhuma possibilidade de optar pela não-mutilação. Simplesmente, em algum momento entre os 3 e os 10 anos, em média, uma senhora virá, normalmente com um caco de vidro ou uma lâmina de barbear, para mutilar as crianças, que estarão imobilizadas pelas parentes mais velhas. Muitas crianças morrem depois da mutilação. O problema, portanto, é humanitário e está acima de quaisquer divisões culturais, já que tanto a Declaração Universal dos Direitos do Homem quanto, mais especificamente, a Convenção sobre os Direitos da Criança tratam a questão da saúde como um direito concernente a todos os seres humanos, como Khady a propósito ressalta no livro.**

**Sem dúvida, a palavra 'intervenção' é outra das que tiveram seu significado transformado pelo esforço bélico dos norte-americanos e aliados. No caso, porém, não se fala em nenhum tipo de ação que não seja a educativa e que preserve o direito à saúde das crianças que estão sob o risco de mutilação. A propósito, a não-intervenção nos assuntos de outras culturas é o que alega o governo chinês para negociar com o Sudão (que pratica largamente a mutilação genital feminina) sem se referir, por exemplo, à tragédia de Darfur. Conforme os lucros que a palavra 'intervenção' gera, ela é boa ou ruim. Infelizmente, as mulheres africanas valem pouco na sociedade contemporânea de capitalismo bárbaro.**

Vale, porém, a sugestão de Khady: é preciso fazer circular a informação. Por isso, minha resenha não pode terminar sem a recomendação: o assunto

precisa ser largamente discutido, em escolas, jornais e outros meios. Por exemplo: segundo o Unicef, 97% das mulheres do Egito entre 15 e 49 anos são mutiladas. Assim, quando alguém for comprar um pacote turístico para conhecer as pirâmides, é bom saber que parte grande do país foi mutilada, e isso não tem nada de exótico: é bárbaro!

(Fonte: LÍSIAS, R. Mutiladas, tradição ou barbárie? **Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 fev. 2007. Caderno 2)